CADERNOS GEPE

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética da UFPE

Número 04 dezembro 2024

GEPE

Assistentes Sociais do Mundo, Uni-vos!

Contribuições de:

Alexandra Mustafá
Andrea Braconi
Danielle Soares
Elena Addessi
Ester Lydia Azevedo
Fernanda Barboza
Franca Veneziano
Gisele Anselmo
Juliene Tenório
Lluis Peris Cancio
Lucas de Moura
Lucilene Barbosa
Marika Di Prodi
Marina Gondim
Richard Ramsay
Roberto Cipriani
Rosineide Gonçalves
Salyanna De Souza Silva
Sherry Choma

ISSN: 2965-6834

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Publication of: **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - Brasil**
Area: Applied Social Sciences

Esta revista é apoiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Pernambuco (PROPESQI), através do Programa Institucional de Suporte aos Periódicos da UFPE.

Cadernos GEPE / Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética do Departamento de Serviço Social da UFPE – Brasil.

Ano 04 – Número 04 – vol 1 (2024). Recife: GEPE, Portal de Periódicos da UFPE, 2024 – 367 p. Link de acesso online: https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosgepe

ISSN: 2965-6834

Índice

EDITORIAL 5

EDITORIALE 17

O CURSO DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE ROMA TRE *Roberto Cipriani* 29

IL CORSO DI DOTTORATO DI RICERCA IN SERVIZIO SOCIALE NELL'UNIVERSITÀ ROMA TRE *Roberto Cipriani* 37

LA DESIGUALDAD INSOPORTABLE, LA IGUALDAD POSIBLE Y LA ACCIÓN DE LOS SERVICIOS SOCIALES *Lluis F. Peris Cancio* 45

EQUIDADE SOCIAL NA PANDEMIA: população migrante e assistentes sociais *Elena Addessi* 63

EQUITÀ SOCIALE NELLA PANDEMIA: popolazione migrante e assistenti sociali *Addessi Elena* 77

MENORES ESTRANGEIROS DESACOMPANHADOS E ACOLHIMENTO FAMILIAR NA FAMÍLIA: A narração de uma história nascida do relacionamento entre o Serviço Social do Município de Macerata e toda a comunidade *Marika Di Prodi Franca Veneziano Andrea Braconi* 91

MINORI STRANIERI NON ACCOMPAGNATI E AFFIDO IN FAMIGLIA: Il racconto di una storia nata dal rapporto tra il Servizio Sociale del Comune di Macerata e l'intera comunità *Marika Di Prodi Franca Veneziano Andrea Braconi* 112

CÓDIGO DE ÉTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO: Direitos Humanos e Nova Ordem Societária *Alexandra Mustafá Gisele Caroline Ribeiro Anselmo Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira Salyanna de Souza Silva* 133

CODICE ETICO E INTERNAZIONALIZZAZIONE: Diritti Umani e Nuovo Ordine Societario *Alexandra Mustafá Gisele Caroline Ribeiro Anselmo Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira Salyanna de Souza Silva* 149

UBUNTU E TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NA EVOLUÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE PRINCÍPIOS ÉTICOS DA IFSW *Richard Ramsay Sherry Choma* 166

UBUNTU AND NEEDED TRANSFORMATIONS IN THE EVOLUTION OF IFSW'S ETHICAL PRINCIPLES STATEMENTS *Richard Ramsay Sherry Choma* 188

EXTREMA DIREITA E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: Tendências na Produção Científica e Implicações Ético-Políticas *Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira* 208

ESTREMA DESTRA E SOCIALE IN BRASILE: tendenze della produzione scientifica e implicazioni etico-politiche *Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira* 224

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO: A reafirmação do materialismo histórico-dialético como resistência *Danielle Fernanda de Holanda Soares* 239

IL SERVIZIO SOCIALE IN TEMPI DI NEOCONSERVATORISMO: La riaffermazione del materialismo storico-dialettico come resistenza *Danielle Fernanda de Holanda Soares* 251

SERVIÇO SOCIAL NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL: Gênero, Feminismo e Construções Teóricas na Prática Profissional *Lucilene Barbosa da Silva* 263

SERVIZIO SOCIALE NEGLI STATI UNITI E NEL BRASILE: Genere, Femminismo e Costruzioni Teoriche nella Pratica Professionale *Lucilene Barbosa da Silva* 281

SOCIAL WORK IN THE UNITED STATES AND BRAZIL: Gender, Feminism and Theoretical Constructions in Professional Practice *Lucilene Barbosa da Silva* 299

ÉTICA E NEGACIONISMO: reflexão do entrelaçamento do discurso político e religioso no governo Bolsonaro *Ester Lydia Hellen Azevedo Lucas Joaquim De Moura*.....316

ETICA E NEGAZIONISMO: riflessione sull'intreccio tra discorso politico e religioso nel governo Bolsonaro *Ester Lydia Hellen Azevedo Lucas Joaquim De Moura* 330

ENVELHECIMENTOS, SOFRIMENTOS E MEDICALIZAÇÃO DA VIDA: Breves reflexões para o Serviço Social *Fernanda Luma G. Barboza Juliene Tenório de Albuquerque Rosineide Maria Gonçalves* 344

INVECCHIAMENTO, SOFFERENZA E MEDICALIZZAZIONE DELLA VITA: Brevi riflessioni per il Servizio Sociale *Fernanda Luma G. Barboza Juliene Tenório de Albuquerque Rosineide Maria Gonçalves* 358

EDITORIAL

Este quarto número dos *Cadernos GEPE* vem à tona numa conjuntura nacional e internacional muito polêmica, mas também muito promissora: Donald Trump assumiu, pela segunda vez, em 20 de janeiro de 2025, o poder nos Estados Unidos e declarou, imediatamente depois, uma "guerra" interna contra migrantes e contra todos os direitos sociais adquiridos pela população americana, enquanto também declarou uma "guerra" comercial externa, impondo taxas exorbitantes sobre produtos comercializáveis a todos os países do mundo. Em especial, os países do BRICS, em particular o Brasil, diante dessa atitude inusitada e autoritária da administração Trump, se articulam para fortalecer o emergente protagonismo do dito Sul Global, no cenário mundial, e isso contraria ulteriormente o atual presidente dos Estados Unidos.

Internamente, há perspectivas esboçadas do governo democrático do Brasil se erguer em defesa da Constituição e da soberania, e se confrontar, em nível mundial, com o imperialismo norte-americano. As forças da extrema direita, internacionalizadas, se veem contrastadas por ações juridicamente fundamentadas que vêm levando à punição devida aos responsáveis pela tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2023. A prisão dos responsáveis pelo terror daquele dia está caracterizando o cenário atual, somada à prisão domiciliar do principal imputado criminalmente por tais atos, Jair Messias Bolsonaro[1].

Vivemos assim, no Brasil, dias tensos, mas também cheios de esperança em dias melhores, nos quais almeja-se que os princípios da justiça e da equidade possam sair vencedores nesta "guerra" que escancara a arrogância da supremacia dominante, historicamente detentora de poder sobre as massas e sobre os mais vulneráveis. A resistência ética se faz ecoar na desconstrução de *fake News* e práticas manipulatórias, propositalmente difundidas, alienando desavisados, enquanto o Supremo Tribunal Federal, na pessoa do ministro Alexandre de Moraes, assume a bandeira da defesa da Legalidade e da Justiça, em sintonia com a postura ético-política do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de todos aqueles e aquelas que abominam os tempos de ditadura que o Brasil sofreu, num passado não tão remoto, com o apoio e o patrocínio dos governos estadunidenses.

[1] "O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou nesta quarta-feira (22 [de outubro de 2025]) o acórdão - decisão colegiada - que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão por crimes contra a democracia, entre outros". Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-10/decisao-que-condenou-bolsonaro-e-publicada-cabe-recurso-pela-defesa>. Acesso em 25 out. 2025.

Este número dos *Cadernos GEPE*, no mais, traz à tona um fato muito significativo: trata-se da comemoração de três décadas de criação do Movimento pelo Intercâmbio entre o Serviço Social Brasileiro e o Italiano e coincide com a nossa estadia, enquanto professora visitante na *Università La Sapienza di Roma* entre maio e julho de 2024. Isso nos traz à memória os primeiros contatos com assistentes sociais italianas, ocorridos nos anos noventa do século XX, quando de nosso doutorado em filosofia na *Pontifica Università Salesiana di Roma*. Àquela época, conhecemos a assistente social italiana, Anna Cavallone[2], que contribuiu significativamente para a revisão do italiano da nossa tese de doutorado, intitulada *La Centralità Dell'etica nella Riprogettazione dello Stato Sociale.* Conhecemos também, alguns anos mais tarde, a assistente social italiana, Paola Rossi[3], na época Presidente da Ordem dos Assistentes Sociais Italianos, que nos apresentou o *Codice Deontologico dell'Assistente Sociale* (Código de Ética Italiano), que na UFPE, a partir do ano 2000, utilizamos como objeto de estudo do *Curso de Formação para o Intercâmbio,* que, por anos, preparou estudantes brasileiros para interagir academicamente com o Serviço Social e a Sociologia Italiana, coordenado por Lúcio Mustafá, nas dependências do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Também, protagonista central desse movimento pelo intercâmbio, foi e tem sido a assistente social italiana Maria Lorenzoni Stefani, então professora de Serviço Social da *Università La Sapienza di Roma*. Ela tem sido nossa principal parceira e referência durante todos esses anos de Intercâmbio. Através de Maria Stefani, conhecemos a professora da *Università Roma Tre*, Annamaria D'Ottavi, que também passou a exercer um papel significativo no âmbito desta interlocução binacional e que, por sua vez, nos apresentou ao então coordenador do Departamento de Ciências da Formação, daquela universidade, que abrigou posteriormente o doutorado em Serviço Social, o sociólogo e professor Roberto Cipriani, também referência imensurável nessa trajetória de diálogo entre o mundo acadêmico brasileiro e o italiano.

Através destas personalidades dialógicas e engajadas, social e academicamente, realizamos pesquisas conjuntas, encontros e cursos binacionais, no Brasil (UFPE) e na Itália (Roma Tre) sobre ética, pesquisa e direitos humanos; sobre o *Progetto M'Imprendo* (Itália) e o PROJOVEM (Brasil) e conhecemos o pai da sociologia italiana, Franco Ferrarotti, a quem entrevistamos sobre o produzir científico do conhecimento social e suas relações acadêmicas com o Brasil. Destacamos ainda a nossa relação com a pedagoga Patrizia Giganti, que tem

[2] Anna Maria Cavallone teve um papel importante na consolidação do serviço social italiano, especialmente no que diz respeito à sua dimensão internacional. Após se formar em Línguas e Literaturas Estrangeiras, formou-se como assistente social em 1952.

[3] Paola Rossi, primeira presidente do Conselho Nacional da Ordem dos Assistentes Sociais Italianos.

grande participação na assistência social prestada aos mais vulneráveis na Prefeitura de Roma. Publicamos livros: *Sintesi delle Conferenze e delle Ricerche per il Lavoro nel Servizio Sociale Brasiliano* (2005); *O Ser Social (*2012).

O Intercâmbio foi ampliado com a realização dos doutorados das professoras Salyanna Souza e Gisele Anselmo, cujas teses foram orientadas, respectivamente, por Annamaria D'Ottavi e Claudio Tognonato (então professores da *Università Roma Tre*) e as pesquisas conjuntas também se ampliaram. Através delas, conhecemos Fabio Perocco, professor da *Università Ca'Foscari di Venezia* e, naquela universidade, realizamos palestras em Missão de trabalho em 2019. Tivemos contatos com uma das matriarcas do Serviço Social italiano, a Profa. Dra. Milenna Diomedi e, finalmente, com Annamaria Campanini, que nos introduziu na dimensão do Serviço Social Mundial, a partir de sua atuação como presidente da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social – IASSW-AIETS.

Neste contexto, emergem nova pesquisa conjunta, agora de âmbito plurinacional: com a Espanha, a Argentina e a Suécia, além da Itália, intitulada: *Teoria e prática do Serviço Social no Mundo em tempos de pandemia*, que gerou o livro *Il Servizio Sociale durante la Pandemia: presa di coscienza, teoria e pratica* (2025). E a colega acima citada, Maria Stefani, sempre grande conselheira e apoiadora do Intercâmbio, nos apresentou ao professor da *Università La Sapienza di Roma*, Dr. Lluis Francesc Peris Cancio, que se engajou imediatamente nessa pesquisa, dando a ela grande incremento. Ele em seguida, veio ao Brasil na qualidade de professor visitante da UFPE e, posteriormente, se tornou nosso anfitrião quando da nossa ida à Roma na qualidade também de professora visitante, em 2024.

Na atualidade, nosso leque de atuação se ampliou através das profícuas relações em andamento com as professoras da *Università di Torino*, Marilena Dellavalle (reconhecida historiadora do Serviço Social), Carlotta Mozzone e Maddalena Floriana, jovens, pesquisadora e professora respectivamente, que já se inserem no ambiente internacional das pesquisas interinstitucionais dentre outros insignes professores. Essas três últimas citadas, e também o apenas citado Prof. Lluis Peris Cancio, se congregam hoje conosco na equipe da pesquisa *Internacionalização e Regionalização da Formação em Serviço Social: Uma Análise Histórica da IASSW-AIETS*, aprovada pelo CNPq, em conjunto com as professoras brasileiras Marina Guimarães Gondim, Salyanna Souza e Gisele Anselmo, além da professora portuguesa Cristina Albuquerque.

No mais, muitas outras personalidades passam a fazer parte dos contatos advindos do Movimento pelo Intercâmbio entre o Serviço Social Brasileiro e aquele Italiano, numa interação reciproca de italianos/as e brasileiros/as, que compõem um rol de outros intelectuais de grande relevância, podendo ser citados/as: do lado italiano: Elena Adessi, Rita Andrenacci, Aurora Righetti, Nunzia Bartolomei, Silvana Giraldi, Elisabetta Neve, Silvia Fargion, Mara Sanfelici, Stefania Wyss; e do lado brasileiro vêm se aproximando mais e mais do campo de conhecimento do serviço social italiano os professores: Helena Chaves, Ana Arcoverde, Rosa Cortes, Elizabeth Alcoforado, dentre tantos e tantas outras.

O motivo-chave para estamos apresentando, neste editorial, o Movimento do Intercâmbio Brasil-Itália, quando do quarto número da Revista *Cadernos GEPE*, num desdobramento que essa movimentação tomou a partir de 2024, quando da nossa ida como professora visitante para a Itália, é que ele hoje se encontra numa renovada fase, pois os sucessivos acontecimentos, todos relacionados com esse projeto de interação plurinacional têm gerado importantes desdobramentos, como por exemplo nossa participação no Encontro de Pesquisadores e Assistentes Sociais Italianos, ocorrido na cidade de Lecce (junho 2024), quando, ao proferir ali uma palestra sobre a citada pesquisa da pandemia, convidei os presentes a estreitar conosco os laços entre os nossos Serviços Sociais através do lançamento de um número da Revista *Cadernos GEPE,* dedicado a esse novo vínculo, visando criar a oportunidade de refletirmos juntos sobre os desafios da profissão em ambos os países. Assim, os nossos leitores perceberão que muitos autores deste número são italianos e muitos também são brasileiros. Além disso, perceber-se-á que os artigos aqui estão sendo publicados em ambas as línguas (português e italiano, além de alguns em espanhol e em inglês). Portanto, com o presente número é chegada a hora de realizarmos aquele propósito e de lançarmos luz sobre as nossas reflexões a respeito de tais desafios.

Após termos tido décadas de contato com o Serviço Social Italiano, nos interessando do processo de formação dos profissionais, promovido pelas escolas; tivemos várias conversas formais e informais com professoras e profissionais protagonistas daquele serviço social, que nos deram informações claras sobre os desafios que ali a profissão enfrenta, num processo dialético, que se metamorfoseiam com o passar dos acontecimentos, mas que, em síntese, não nos deixa dúvida de que se pode dizer, com precisão, que o Serviço Social Italiano vivencia um drama acadêmico significativo, diante do influxo da sociologia hegemônica desde sempre na Itália. Trata-se de dificuldades que não puderam ainda ser completamente superadas, apesar dos avanços ocorridos com a realização da Conferência de Bologna (1999) e de tantas conquistas

no campo acadêmico, como o recente reconhecimento do alto nível da *Rivista di Servizio Sociale* e a progressão profissional de tantos professores assistentes sociais italianos para o nível de Professor Ordinário que representa um grande avanço do serviço social na academia.

Percebemos, dentre outras coisas, que na Itália o Serviço Social tem consciência de se encontrar numa situação que o deixa carente de uma formação voltada para a sua institucionalização em paridade de reconhecimento com os demais cursos que lidam com a análise do social, como se a análise social fosse uma atribuição única e exclusiva da sociologia positivista. Os envolvidos na formação em serviço social parecem ter optado por uma aceitação "provisória" e estratégica dessa situação incômoda, com o objetivo de obter, no futuro, o reconhecimento do Serviço Social em pé de igualdade com a sociologia, mantendo, ao mesmo tempo, suas características próprias.

No nosso parecer, é possível que o consenso implícito estabelecido, hoje, na Itália, carente de uma criticidade ampla e irrestrita, segundo o qual não haveria outra teoria concorrente àquela positivista, capaz de explicar a questão social de modo tão ou mais eficaz que ela mesma, estaria deixando o serviço social sem alternativa, pois lançar mão das descobertas marxianas, no campo da economia política, encontra, em geral ali, obstáculos narrativos automatizados no *corpus* oficializado do discurso sobre o social. Enquanto no serviço social brasileiro, a partir do Congresso da Virada e de seus desdobramentos, conquistou-se uma maior autonomia em relação à sociologia positivista instalada na nossa academia, que se nega a confrontar-se sem preconceitos propagandísticos de proveniência neoliberal; que se fundamenta exatamente nessa economia política. Nesse sentido, nosso encontro e nosso diálogo: serviço social italiano e brasileiro, é promissor pois pode propiciar para os colegas italianos elementos para a busca de uma saída da situação que os aprisiona num campo conceitual sem alternativas e sem liberdade real de análise crítica.

Isso faz com que o serviço social na Itália priorize o reconhecimento das suas dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica, sem se concentrar demoradamente nos seus fundamentos. Nos parece, nesse âmbito da análise, que seria conveniente focalizar os preconceitos que possam ter a sua gênese na divisão social do trabalho e do saber, na constituição de profissões como o serviço social dentre outras, no âmbito da visão positivista.

Isso não quer dizer, que o serviço social italiano não tenha um alto nível profissional e não tenha tanto para ensinar para o serviço social brasileiro quando se trata de prestar assistência a quem tem direito dela de modo muito completo e decisivo. Ao contrário, nosso encontro com

o serviço social italiano nos tem feito debruçar sobre as situações específicas e o seu enfrentamento pontual de modo magistral, pois o ter focado por todos esses anos que vão do fim da segunda guerra mundial até hoje sobre as dimensões técnico-operativas e teórico-metodológicas lhe deram uma expertise singular no trato para com as expressões da questão social. Coisa que se reflete nas muitas narrativas, por exemplo, presentes nos números da *Rivista di Servizio Sociale,* onde profissionais excelentes dão relatos detalhados de resultados otimais no enfrentamento de diversas situações específicas, de modo que, os anos nos quais o Estado Social vigorou com toda a sua pujança na Itália, as oferta de serviços para os vulneráveis foi algo tão admirável que nos pode inspirar grandemente.

Diante disso, se percebe que a imposição subordinadora, que tal divisão social do saber impõem, caracteriza-se pelo nascimento exógeno da profissão, ou seja, pela sua criação, nos finais do século XIX e início do século XX, motivada pela necessidade do sistema capitalista de levar os trabalhadores subordinados a aceitarem tal subordinação, enquanto, recebendo algumas benesses através do serviço social, venham a se conformar com a vida heterônoma, isto é: sem autonomia, e sem autodeterminação e não dessem ouvidos aos movimentos sindicais em plena avançada naqueles tempos.

Como a teoria marxiana, acolhida pelo serviço social brasileiro, rompe e coloca em dúvida a autenticidade daquela subordinação dos trabalhadores pelos patrões, ela terminou também propiciando que se colocasse em xeque a subordinação do serviço social a uma sociologia dependente do capital que, no fim das contas, atua para adequar o homem ao seu injusto modo de produção, elidindo o fato daquele modo de produção ter sido capciosamente construído por quem o domina ideológica e praticamente.

Isso fez nascer no cerne do serviço social brasileiro, difundindo-se também para aquele latino-americano, durante o século XX, uma nova atitude epistemológico-prática que propiciou no mais um amadurecimento ulterior dos/das intelectuais formadores da profissão.

Apesar da barreira ainda existente entre os serviços sociais dos dois lados do Atlântico, a onda democrática emersa no pós-segunda guerra vem permitindo que mais e mais interações teórico-acadêmicas se estabeleçam entre assistentes sociais italianas e brasileiras.

Aquela citada atitude submissa induzida pelo capital aos serviços sociais europeus que não fundam a analise teórica das estruturas sociais, como uma dimensão indispensável para a prática do serviço social, começa a entrar em crise e no seu lugar centelhas dialogais têm sido inauguradas.

Como dissemos anteriormente, a partir da análise de diversas produções italianas de serviço social, podemos entrever que se considera, em geral, necessário reconhecer que o Serviço Social italiano é prevalentemente uma profissão que privilegia a dimensão técnico-operativa e teórico-metodológica em detrimento das grandes análises possíveis através dos instrumentais da economia política. Em geral os/as assistentes sociais italianos/as reconhecem que para o Serviço Social Italiano, aquela situação de dependência da sociologia é incômoda,

Desse modo, nós assistentes sociais brasileiros/as que somos formados/as num clima que acrescenta a dimensão ético-política ao rol das dimensões tradicionalmente aceitas para o serviço social, temos uma contribuição solidária importante a dar para nossos/as colegas da Itália, nos interrelacionando num processo simultâneo/dialético e livre de produção do conhecimento e ação.

Esse número dos Cadernos GEPE quer ser um desses momentos de interação estudiosa, pois muito também temos que aprender com o fazer serviço social na Itália, como dissemos anteriormente.

Essa nossa análise, vem ratificada pelos tantos testemunhos analíticos da conjuntura atual do Serviço Social Italiano que nos oferece Annamaria Campanini através de suas tantas declarações, por exemplo, como no seu artigo: *O Serviço Social na Itália: problemas e perspectivas*, publicado em português na Revista Serviço Social e Sociedade:

> [...] o fato de o Serviço Social não ser reconhecido como uma disciplina autônoma, mas de ser considerado parte da Sociologia Geral, implica que sociólogos com cadeira na universidade podem ministrar cursos de Serviço Social (por exemplo, Princípios de Serviço Social ou Métodos de Serviço Social), ainda que não tenham nenhum conhecimento específico ou experiência nesse campo.[4]

Este, assim, se demonstra um dos vértices dos desafios do Serviço Social Italiano: *a subordinação acadêmica à sociologia*, apesar de todo o rigor teórico-metodológico que orienta a produção intelectual e a prática dos assistentes sociais italianos, a sociologia paira como o parâmetro sem o qual não se pode teorizar, nem intervir autonomamente. A esse respeito, também o grande sociólogo Franco Ferrarotti já anunciava, em entrevista em vídeo[5] concedida, em 2021, à assistente social Maria Lorenzoni Stefani, que a sociologia se mantém distante do real, no mundo das teorias, lhe falta concretude e, por isto, peca por excesso de abstracionismo.

---

[4] CAMPANINI, Annamaria. *O Serviço Social na Itália: problemas e perspectivas*. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 639-655, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/54150731/O_Servi%C3%A7o_Social_na_It%C3%A1lia_problemas_e_perspectivas?email_work_card=view-paper>. Acesso em: 31 out. 2025.

[5] Cfr.: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lMFn7VwTKGA&t=20s>. Acesso em: 01 set. 2025.

O Serviço Social tem os pés no chão, o contato cotidiano com a realidade, e isso lhe confere, sempre no dizer de Ferrarotti, autoridade para pensar, analisar e produzir teorias sobre o real. Sem as amarras da sociologia que nos parece não ter abandonado os preciosismos positivistas, o Serviço Social Italiano, teria um espaço autônomo e seguro no interior das academias.

Mas isso é uma luta histórica, pois a sociologia também para se afirmar como ciência, na sua época, travou intensos e conflituosos debates com a filosofia, que não a via como ciência autônoma, mas como parte integrante e indissociável sua.

Convém, neste ponto, lembrarmos dos albores da sociologia, no início do século XIX, quando o positivismo a institui. Com isso, se estabeleceu uma disputa na fronteira entre filosofia e a ciência nascente, ocorrida naquele limiar no qual a sociologia se imporá não sem ousar quebrar paradigmas, apesar de seus equívocos positivistas. Vejamos o que nos disseram a tal respeito Reale e Antiseri:

> Diferentemente do idealismo [característico do pensamento filosófico da época], no positivismo se reivindica o primado da ciência: nós conhecemos somente aquilo que as ciências nos fazem conhecer, e o único método de conhecimento é o das ciências naturais [...] por isso a sociologia, entendida como ciência dos "fatos naturais" que são as relações humanas e sociais, é fruto qualificador do programa filosófico positivista. [...] O fato de que a ciência é colocada pelos positivistas como o único fundamento sólido da vida dos indivíduos e da vida associada, que é considerada garantia absoluta das sortes progressivas da humanidade, que o positivismo se pronuncia a favor da "divindade" do fato – tudo isso induziu alguns estudiosos a interpretar o positivismo como parte integrante da mentalidade romântica. (REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *Filosofia: Idade Contemporâneas*. São Paulo: Paulus, 2018. Coleção Filosofia, p. 126-127).

Nesse contexto, pode-se evidenciar que a economia-política precedeu a chegada em cena da sociologia nos tempos modernos, como nos ensina Roberto Cipriani no seu *Nuovo Manuale di Sociologia*:

> Tra le scienze sociali, la prima ad acquisire un proprio statuto autonomo fu l'economia politica, ma possiamo tranquillamente considerare i primi grandi economisti classici (ad esempio, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx) anche come precursori della sociologia, per un certo verso essi sono dei sociologi *ante litteram*, in quanto riflettono sulle trasformazioni che stavano avvenendo in Inghilterra tra XVIII e XIX secolo (la nascita della manifattura e della fabbrica capitalistica) e le interpretano alla luce dei rapporti tra i gruppi sociali coinvolti nel processo produttivo: alle categorie economiche della terra, del capitale e del lavoro corrispondono le classi sociali dei proprietari terrieri, degli imprenditori capitalisti e dei lavoratori salariati, che percepiscono rispettivamente rendite, profitti e salari. (CIPRIANI, p. 4)[6]

[6] Entre as ciências sociais, a economia política foi a primeira a adquirir um status autônomo próprio, mas podemos facilmente considerar os primeiros grandes economistas clássicos (por exemplo, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx) também como precursores da sociologia. Em certo sentido, eles são sociólogos ante litteram, na medida em que refletem sobre as transformações que ocorreram na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX (o surgimento da manufatura e da fábrica capitalista)

Convém ressaltar, neste contexto, que a abordagem central da história da sociologia geral, e da sociologia italiana, em particular, privilegia os autores positivistas e, de fato, não reconhece a tradição marxiana como pertencendo ao seu *corpus* teórico. Indício disso é o fato que Marx vem citado, muitas vezes, pelos atuais sociólogos, a partir da referência que os seus intérpretes da Escola de Frankfurt fizeram dele. Esta constatação foi explicitada em seminário específico sobre a História da Sociologia Italiana, quando da nossa estada, enquanto professora visitante na Universidade La Sapienza de Roma. O recurso à chamada "teoria crítica", muitas vezes, obnubila a essência do pensamento marxiano enviesando por uma leitura questionadora e pessimista a respeito dos avanços tecnológicos da modernidade, interpretando-o como fonte de todos os males da sociedade e assim obscurecendo a contribuição que uma análise dialética poderia trazer à luz para interpretar as verdadeiras raízes da *questão social* que, no mais, é o objeto por excelência de estudo/intervenção do Serviço Social. Essa evidente intrusão, banhada de positivismo, se encontra muitas vezes no Serviço Social Brasileiro quando autores, até eminentes e históricos formadores, priorizam a teoria crítica, em detrimento da valorização aprofundada da contribuição original de Marx e de sua perspectiva materialista histórico-dialética.

Neste sentido, concordamos com Reale e Antiseri quando afirmam que:

> Claro, os grandes males da sociedade industrial não tardarão em fazer-se sentir (desequilíbrios sociais, lutas pela conquista dos mercados, condição de miséria do proletariado, exploração do trabalho infantil etc.). Esses males serão diagnosticados pelo marxismo numa direção diferente da dos positivistas, os quais, embora não ignorando de forma alguma esses males, pensavam, todavia, que estes logo desapareceriam por serem fenômenos transitórios eliminâveis pelo crescimento do saber, pela instrução popular e pela riqueza. (Reale; Antiseri, 2018, p. 126).

Essa constatação de Reale e Antiseri ratifica esse trecho da nossa análise e nos autoriza a nos perguntarmos se o abandono dos estudos originais de Marx e a priorização dada aos intérpretes da Escola de Frankfurt, não representaria uma adesão à influência exercida por Althusser no interior do marxismo, na medida há indícios suficientes para se levantar a hipótese dele ter distorcido a contribuição de Marx para a crítica da economia-política, caracterizando-o essencialmente como anti-humanista, na maturidade, quando escreveu *O Capital* e ingênuo na juventude quando escreveu os *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Estas considerações são apresentadas por nós em nosso livro, *Etica nel Servizio Sociale Brasiliano* (2021[7]), quando

e as interpretam à luz das relações entre os grupos sociais envolvidos no processo de produção: as categorias econômicas de terra, capital e trabalho correspondem às classes sociais de proprietários de terras, empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, que recebem, respectivamente, rendas, lucros e salários. (CIPRIANI, p. 4)

[7] Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/432/442/1305?inline=1>. Acesso em: 02 nov. 2025.

defendemos o Marx na sua inteireza: um pensador ético e humanista em todas as suas obras, projetando um mundo no qual a emancipação humana representará, no futuro, a concretização perenizada da justiça, entendida por ele como *a cada um de acordo com suas necessidades, de cada um de acordo com suas potencialidades*.[8]

Em recente livro lançado na Conferência Europeia de Serviço Social, Annamaria Campanini aponta para o grande desafio do Serviço Social, enquanto profissão mundialmente reconhecida: estabelecer o vínculo entre o global e o local, entre o universal e o particular. Esse nos parece um grande desafio e, talvez, esteja na dialética, a solução para tal dilema: quando a dialética propõe a totalidade como ponto de partida e de chegada para se analisar e se atuar nos fenômenos localizados, particularizados, as chamadas "expressões da questão social", como falamos aqui no Brasil.

Mas a autoridade da sociologia não permite ao Serviço Social Italiano alçar voo para além das teses funcionalistas e enveredar pelos caminhos da teoria dialética, sem passar pela Escola de Frankfurt, que também a definiu apenas como "teoria crítica", delegando-lhe um papel apenas pessimista na análise do real.

Annamaria Campanini também falou sobre o assistente social como "ator político" e sua trajetória no âmbito do Serviço Social Mundial lhe dá toda a autoridade para reconhecer esta dimensão, especialmente se estamos vivendo uma época em que a dimensão política repercute frontalmente na direção do fazer profissional e nas determinações das manifestações dessas determinações nos casos e comunidades em que atuamos.

Esta conexão entre estrutura/conjuntura e as situações que se apresentam no cotidiano profissional requer uma visão política e analítica que modifica o fazer profissional. E este fazer profissional não pode estar dissociado de uma visão de totalidade. Ser "ator político" é também atuar na estrutura, em nível mais amplo, na definição de políticas sociais, nas causas dos problemas sociais. E nenhum sociólogo teria condições de fazer isso, desprovido da bagagem dos assistentes sociais.

Mas parece que o "mercado" quer determinar o fazer profissional dos assistentes sociais: quando de nossa visita à Roma Tre (2019), o sociólogo Marco Burgalassi expressou isso de maneira contundente – "o mercado vai definir o que o assistente social deve fazer e pesquisar".

---

[8] Cfr. MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. p. 33. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/critica-do-programa-de-gotha.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2025.

Esta é uma constatação do fato que o neoliberalismo restringe cada vez mais os benefícios, serviços e políticas sociais para os usuários e a atuação do profissional de Serviço Social, consequentemente, é mais limitada. Todavia, o mercado também está definindo o que os sociólogos devem pesquisar... E assim, ambos – Serviço Social e sociologia – se veem ameaçados pela supremacia do mercado. Isto está posto para todo o mundo, mas não significa que, pelo fato de estar posto, nós não podemos não "obedecer" ao mercado. Por isto, a autonomia do Serviço Social, enquanto disciplina acadêmica, se faz mister e urgente. Não apenas na Itália, mas em todo o mundo.

Por todas estas razões, este número dos Cadernos GEPE é um convite à reflexão, ao debate sobre os desafios e sobre o significado do Serviço Social na conjuntura mundial.

Quanto ao conteúdo, esta edição se abre com o artigo do sociólogo e professor Roberto Cipriani, intitulado *O Curso de Doutorado em Serviço Social na Università Roma TRE,* que evidencia o avanço do serviço social na Itália, especialmente em Roma e no Lácio, ressaltando a importância dos cursos de doutorado para a qualificação profissional e acadêmica. Esse artigo destaca o pioneirismo da Universidade Roma Tre e a criação de programas voltados para a pesquisa e formação continuada. No mais, Cipriani ressalta, ainda, a necessidade de fortalecer a ampliação dos cursos de doutorado em serviço social na Itália. Em seguida, temos o artigo *A Desigualdade Insuportável, a Igualdade Possível e a Ação dos Serviços Sociais* de Lluis Francesc Peris Cancio, no qual ele expõe sua tese a partir da apresentação de um panorama de obras essenciais sobre justiça, igualdade e pluralismo social, destacando diferentes abordagens teóricas e críticas. Autores como Rawls, Sen, Salleh e Walzer ampliam a discussão sobre direitos, capacidades e distribuição de bens sociais. Esse conjunto evidencia a complexidade e a interseccionalidade dos debates contemporâneos nessas áreas. Segue-se o artigo de autoria de Elena Addessi, *Equidade Social na Pandemia*: *população migrante e assistentes sociais,* que aborda dois temas-chave para o serviço social no mundo: pandemia e migração, enfocando o contexto italiano. Ela potencializa as intervenções profissionais utilizadas pelos assistentes sociais para implementar o mandato institucional do serviço e aquelas para apoiar os direitos da população migrante na fase 1 da emergência desencadeada pela disseminação do vírus COVID-19. Ainda neste contexto da abordagem da questão da migração, vem o artigo de Marika; Veneziano e Branconi, *Menores Estrangeiros Desacompanhados e Acolhimento Familiar: A narração de uma história nascida do relacionamento entre o Serviço Social do Município de Macerata e toda a comunidade*, apresentando uma experiência prática no âmbito do serviço social com a população migrante e o programa de adoção de crianças e adolescentes

pela população italiana. Logo após, temos o artigo de Mustafá, Anselmo, Gondim e de Souza Silva, *Código de Ética e Internacionalização: Direitos humanos e nova ordem societária*, que analisa princípios fundantes do Código de Ética do Serviço Social de 1993, num contexto de internacionalização e indispensável defesa dos direitos humanos, destacando sua relevância na prática e formação profissional. Segue-se o artigo de Ramsay e Choma, *Ubuntu e Transformações Necessárias na Evolução das Declarações dos Princípios Éticos da IFSW*, no qual os autores exploram a necessidade de mudanças transformacionais nos princípios éticos da profissão de assistente social, particularmente à luz da influência emergente da filosofia africana Ubuntu. Então publicamos o artigo de Marina Gondim, *Extrema Direita e Serviço Social no Brasil: Tendências na Produção Científica e Implicações Ético-Políticas*, que analisa as principais tendências na produção científica sobre a extrema direita no Serviço Social no Brasil, considerando o impacto dessas ideologias na prática profissional e nas políticas sociais. Apresentamos ainda o artigo de Danielle Soares, intitulado: *Serviço Social em Tempos de Neoconservadorismo: A reafirmação do materialismo histórico-dialético como resistência*, que tem como objetivo apontar a importância da reafirmação do materialismo histórico-dialético na profissão em tempos de neoconservadorismo. Segue-se o artigo de Lucilene Barbosa, *Serviço Social nos Estados Unidos e no Brasil: Gênero, Feminismo e Construções Teóricas na Prática Profissional*, que analisa as semelhanças e diferenças entre os contextos do Serviço Social nos Estados Unidos e no Brasil, com foco nas questões de feminismo, gênero e interseccionalidade. Apresentamos também o artigo de Azevedo e De Moura, *Ética e Negacionismo: reflexão do entrelaçamento do discurso político e religioso no governo Bolsonaro*, mostra como a ascensão da direita e da extrema-direita intensificou uma atitude negacionista em relação às políticas públicas nacionais, em particular, no período da pandemia de Covid-19. Por fim, apresentamos o artigo de Barboza; Albuquerque e Gonçalves, *Envelhecimentos, Sofrimentos e Medicalização da Vida: Breves reflexões para o Serviço Social*, que apresenta reflexões sobre os determinantes sociais em saúde e interseccionalidade que vivenciam as diferentes velhices nos diferentes Brasis e ponderam sobre como o neoliberalismo atua na gestão do sofrimento e medicalização da vida, apontando reflexões ao Serviço Social.

Assim fica assegurada a perspectiva internacionalizante da Revista Cadernos GEPE e a sua centralidade na discussão ética.

Boa leitura!

EDITORIALE

Questo quarto numero dei *Quaderni GEPE* viene alla luce in una congiuntura nazionale e internazionale molto controversa ma anche molto promettente: Donald Trump ha assunto, per la seconda volta, il 20 gennaio 2025, il potere negli Stati Uniti e ha dichiarato, subito dopo, una "guerra" interna contro i migranti e contro tutti i diritti sociali acquisiti dalla popolazione americana, dichiarando anche una "guerra" del commercio estero, imponendo tariffe esorbitanti sui prodotti commerciabili a tutti i paesi del mondo. In speciale, i paesi BRICS, in particolare il Brasile, di fronte a questo atteggiamento insolito e autoritario dell'amministrazione Trump, si stanno articolando per rafforzare il ruolo emergente del cosiddetto Sud del mondo sulla scena mondiale, e questo va contro ulteriormente le intenzioni dell'attuale presidente degli Stati Uniti.

Internamente, ci sono prospettive abbozzate del governo democratico del Brasile che si solleva in difesa della Costituzione e della sovranità, e si confronta, a livello mondiale, con l'imperialismo statunitense. Le forze dell'estrema destra, internazionalizzate, si trovano contrastate da azioni giuridicamente fondate che hanno portato alla punizione dovuta ai responsabili del tentativo di colpo di stato dell'8 gennaio 2023. L'arresto dei responsabili del terrore di quel giorno sta caratterizzando lo scenario attuale, sommato agli arresti domiciliari del principale criminale accusato di tali atti, Jair Messias Bolsonaro[9].

Viviamo quindi, in Brasile, giorni di tensione, ma anche pieni di speranza per giorni migliori, in cui si spera che i principi di giustizia ed equità possano essere vittoriosi in questa "guerra" che mette a nudo l'arroganza della supremazia dominante, storicamente detentrice del potere sulle masse e sui più vulnerabili. La resistenza etica trova eco nella decostruzione delle *fake news* e delle pratiche manipolative, volutamente diffuse, alienando gli ignari, mentre la Corte Suprema Federale, nella persona del Ministro Alexandre de Moraes, si schiera in difesa della Legalità e della Giustizia, in linea con la posizione etico-politica del Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e di tutti coloro che aborrono i tempi della dittatura che il Brasile ha subito, in un passato non così lontano, con il sostegno e la sponsorizzazione dei governi degli Stati Uniti.

---

[9] "Il Supremo Tribunale Federale brasiliano (STF) ha pubblicato mercoledì (22 ottobre 2025) la sentenza - una decisione collegiale - che ha condannato l'ex presidente Jair Bolsonaro a 27 anni e tre mesi di carcere per reati contro la democrazia, tra gli altri". Disponibile all'indirizzo:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-10/decisao-que-condenou-bolsonaro-e-publicada-cabe-recurso-pela-defesa>. Consultato il 25 ottobre 2025.

Questo numero dei *Quaderni GEPE,* inoltre, porta alla luce un dato molto significativo: è la commemorazione di tre decenni dalla creazione del Movimento per lo Interscambio tra il Servizio Sociale brasiliano e quello italiano e coincide con il nostro soggiorno, in qualità di *visiting professor* presso *l'Università La Sapienza di Roma* tra maggio e luglio 2024. Questo riporta alla mente i primi contatti con gli assistenti sociali italiani, avvenuti negli anni Novanta del Novecento, quando abbiamo conseguito il dottorato in filosofia presso la *Pontificia Università Salesiana di Roma*. In quel periodo, abbiamo incontrato l'assistente sociale italiana, Anna Cavallone[10], che ha contribuito in modo significativo alla revisione dell'italiano della nostra tesi di dottorato, intitolata *La Centralità Dell'etica nella Riprogettazione dello Stato Sociale.* Abbiamo anche incontrato, qualche anno dopo, l'assistente sociale italiana, Paola Rossi[11], all'epoca Presidente dell'Ordine degli Assistenti Sociali Italiani, che ci ha consegnato il *Codice Deontologico dell'Assistente Sociale*, che all'UFPE, dall'anno 2000, abbiamo utilizzato come oggetto di studio *per il Corso di Formazione per l'Interscambio,* che, per anni, ha preparato gli studenti brasiliani a interagire accademicamente con il Servizio Sociale e la Sociologia italiana, coordinato da Lúcio Mustafá, presso il Centro di Scienze Sociali Applicate. Inoltre, la protagonista centrale di questo movimento di scambio era ed è stata l'assistente sociale italiana Maria Lorenzoni Stefani, allora docente di Servizio Sociale all*'Università La Sapienza di Roma*. È stata la nostra principale partner e referente durante tutti questi anni di Interscambio. Attraverso Maria Stefani, abbiamo incontrato la professoressa dell'*Università Roma Tre*, Annamaria D'Ottavi, che ha iniziato anche lei a svolgere un ruolo significativo nell'ambito di questo dialogo binazionale e che, a sua volta, ci ha presentato all'allora coordinatore del Dipartimento di Scienze della Formazione, di quell'ateneo, che ha poi ospitato il dottorato in Servizio Sociale, il sociologo e professore Roberto Cipriani, anche lui un riferimento incommensurabile in questa traiettoria di dialogo tra il mondo accademico brasiliano e quello italiano.

Attraverso queste personalità dialogiche, socialmente e accademicamente impegnate, abbiamo svolto ricerche congiunte, incontri e corsi binazionali, in Brasile (UFPE) e in Italia (Roma TRE) su etica, ricerca e diritti umani; su *Progetto M'Imprendo* (Italia) e *PROJOVEM* (Brasile) e abbiamo incontrato il padre della sociologia italiana, Franco Ferrarotti, che abbiamo intervistato sulla produzione scientifica di conoscenza sociale e le sue relazioni accademiche con il Brasile. Segnaliamo anche il nostro rapporto con la pedagoga Patrizia Giganti, che ha

[10] Anna Maria Cavallone ha svolto un ruolo importante nel consolidamento del servizio sociale italiano, soprattutto per quanto riguarda la sua dimensione internazionale. Dopo la laurea in Lingue e Letterature Straniere, si diploma come assistente sociale nel 1952.

[11] Paola Rossi, prima presidente del Consiglio Nazionale dell'Ordine degli Assistenti Sociali Italiani.

una grande partecipazione all'assistenza sociale fornita ai più vulnerabili del Comune di Roma. Abbiamo pubblicato libri: *Sintesi delle Conferenze e delle Ricerche per il Lavoro nel Servizio Sociale Brasiliano* (2005); *L'essere sociale (*2012)[12].

L'Interscambio si è ampliato con il completamento dei dottorati delle professoresse Salyanna Souza e Gisele Anselmo, le cui tesi sono state curate, rispettivamente, da Claudio Tognonato e Annamaria D'Ottavi (allora docenti dell' *Università Roma TRE*) ed è stata ampliata anche la ricerca congiunta. Attraverso di loro abbiamo conosciuto Fabio Perocco, professore all' *Università Ca' Foscari di Venezia* e, in quell'ateneo, abbiamo tenuto lezioni in Missione di lavoro, nel 2019. Abbiamo avuto contatti con una delle matriarche del Servizio Sociale italiano, la Prof.ssa. Dott.ssa Milenna Diomedi e, infine, con Annamaria Campanini, che ci ha introdotto alla dimensione del Servizio Sociale Mondiale, dal suo ruolo di presidente dell'Associazione Internazionale delle Scuole di Servizio Sociale – IASSW-AIETS.

In questo contesto emerge una nuova ricerca congiunta, ora di portata plurinazionale: con Spagna, Argentina e Svezia, oltre che con l'Italia, dal titolo: *Teoria e pratica del Servizio Sociale nel Mondo in tempo di pandemia*, che ha generato il libro *Il Servizio Sociale durante la Pandemia: presa di coscienza, teoria e pratica* (2025)[13]. E la collega di cui sopra, Maria Stefani, da sempre grande consigliera e sostenitrice dell'Interscambio, ci ha presentato il professore dell'*Università La Sapienza di Roma*, il dottor Lluis Francesc Peris Cancio, che si è subito cimentato in questa ricerca, dandole un grande incremento. È poi venuto in Brasile come visiting professor all'UFPE e in seguito è diventato il nostro anfitrione quando siamo andati a Roma come visiting professor nel 2024.

Attualmente, il nostro raggio d'azione si è ampliato attraverso i proficui rapporti in corso con le professoresse dell'*Università di Torino*, Marilena Dellavalle (storica riconosciuta del Servizio Sociale), Carlotta Mozzone e Maddalena Floriana, giovani, rispettivamente ricercatrice e docente, che sono già inserite nell'ambiente internazionale della ricerca interistituzionale tra gli altri illustri professori. Questi ultimi tre, e anche l'unico citato Prof. Lluis Peris Cancio, si uniscono a noi oggi nel *team* della ricerca *Internazionalizzazione e regionalizzazione della formazione al servizio sociale: un'analisi storica di IASSW-AIETS*, approvato dal CNPq, insieme alle professoresse brasiliane Marina Guimarães Gondim, Salyanna Souza e Gisele Anselmo, nonché alla professoressa portoghese Cristina Albuquerque.

Inoltre, molte altre personalità sono entrate a far parte dei contatti sorti dal Movimento per lo Interscambio tra il Servizio Sociale brasiliano e quello italiano, in un'interazione

[12] Disponibile all'indirizzo: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/295>. Consultato il 03 novembre 2025.
[13] Disponibile all'indirizzo: <https://www.istisss.it/>. Consultato il 03 novembre 2025.

reciproca di italiani e brasiliani, che compongono una lista di altri intellettuali di grande rilevanza, che si possono citare: da parte italiana: Elena Adessi, Rita Andrenacci, Aurora Righetti, Nunzia Bartolomei, Silvana Giraldi, Elisabetta Neve, Silvia Fargion, Mara Sanfelici, Stefania Wyss; e da parte brasiliana, i professori si sono avvicinati sempre di più al campo del sapere del lavoro sociale italiano: Helena Chaves, Ana Arcoverde, Rosa Cortes, Elizabeth Alcoforado, tra molti altri.

Il motivo principale per cui presentiamo, in questo editoriale, il Movimento di Interscambio Brasile-Italia, nel quarto numero della rivista *Quaderni GEPE*, in uno sviluppo che questo movimento ha preso dal 2024, quando siamo andati in Italia come visiting professor, è che ora si trova in una fase rinnovata, poiché gli eventi successivi, tutti legati a questo progetto di interazione plurinazionale, hanno generato importanti sviluppi, come la nostra partecipazione al Meeting dei Ricercatori e degli Operatori Sociali Italiani, tenutosi nella città di Lecce (giugno 2024), quando, durante una lezione sulla suddetta ricerca pandemica, ho invitato i presenti a rafforzare con noi i legami tra i nostri Servizi Sociali attraverso il lancio di un numero della rivista *Quaderni GEPE,* dedicato a questo nuovo legame, con l'obiettivo di creare l'opportunità di riflettere insieme sulle sfide della professione in entrambi i Paesi. Così, i nostri lettori si renderanno conto che molti autori di questo numero sono italiani e molti sono anche brasiliani. Inoltre, si noterà che gli articoli qui pubblicati vengono pubblicati in entrambe le lingue (portoghese e italiano, oltre ad alcuni in spagnolo e inglese). Pertanto, con questo numero è giunto il momento di realizzare questo scopo e di far luce sulle nostre riflessioni su tali sfide.

Dopo decenni di contatti con il Servizio Sociale italiano, ci siamo interessati al processo di formazione dei professionisti, promosso dalle scuole; dopo anche diverse conversazioni formali e informali con insegnanti e professionisti (protagonisti di quel servizio sociale), siamo stati informati, con chiarezza, sulle sfide che la professione deve affrontare, in un processo dialettico, che si trasforma col tempo. Abbiamo potuto così comprendere che il Servizio Sociale italiano vive, da non poco tempo, un dramma interno, di tipo accademico, segnato dall'influenza egemonica della sociologia. Si tratta di difficoltà ancora da superare, nonostante i progressi compiuti con la Conferenza di Bologna (1999) e altre tante conquiste avute in campo accademico, come ad esempio, il recente riconoscimento dell'alto livello della *Rivista di Servizio Sociale* e l'importante acquisto della progressione professionale da parte di tanti insegnanti assistenti sociali italiani al livello di Professore Ordinario.

Ci siamo resi conto, tra l'altro, che in Italia il Servizio Sociale è consapevole di trovarsi in una situazione che lo lascia privo di una formazione orientata alla sua istituzionalizzazione

in pari riconoscimento con gli altri corsi che trattano l'analisi del sociale, come se l'analisi sociale fosse un'attribuzione unica ed esclusiva della sociologia positivista. Chi si occupa della formazione nel servizio sociale sembra aver optato per un'"accettazione provvisoria" e strategica di questa situazione scomoda, con l'obiettivo di ottenere, in futuro, un riconoscimento del Servizio Sociale allo stesso livello della sociologia, pur mantenendo caratteristiche proprie e distinte.

A nostro avviso, è possibile che il consenso implicito oggi instaurato in Italia, privo di una critica ampia e illimitata, secondo cui non esiste un'altra teoria in competizione con quella positivista, capace di spiegare la questione sociale con altrettanta efficacia o più efficacemente di se stessa, lasci il servizio sociale senza alternative, dal momento che non si avvale delle scoperte marxiane, Nel campo dell'economia politica, essa trova generalmente ostacoli narrativi automatizzati nel *corpus ufficializzato* del discorso sul sociale. Mentre nel servizio sociale brasiliano, dal *Congresso da Virada* e dai suoi sviluppi, è stata raggiunta una maggiore autonomia rispetto alla sociologia positivista installata nella nostra accademia, che rifiuta di confrontarsi senza pregiudizi propagandistici di origine neoliberale; che si basa proprio su questa economia politica. In questo senso, il nostro incontro e il nostro dialogo: il servizio sociale italiano e brasiliano, è promettente perché può fornire ai colleghi italiani elementi per la ricerca di una via d'uscita dalla situazione che li imprigiona in un campo concettuale senza alternative e senza una reale libertà di analisi critica.

Questo fa sì che il servizio sociale in Italia dia priorità al riconoscimento delle sue dimensioni tecnico-operative e teorico-metodologiche, senza soffermarsi a lungo sui suoi fondamenti. Ci sembra, in questo contesto di analisi, che sarebbe opportuno soffermarsi sui pregiudizi che possono avere la loro genesi nella divisione sociale del lavoro e della conoscenza, nella costituzione di professioni come il servizio sociale, tra le altre, nell'ambito della visione positivista.

Ciò non significa che il servizio sociale italiano manchi di un elevato livello professionale e non abbia molto da insegnare al servizio sociale brasiliano quando si tratta di fornire un'assistenza completa e risolutiva a chi ne ha diritto. Al contrario, il nostro incontro con il servizio sociale italiano ci ha portato a esaminare situazioni specifiche e ad affrontarle magistralmente, poiché la loro attenzione per tutti questi anni, dalla fine della Seconda Guerra Mondiale a oggi, alla dimensione tecnico-operativa e teorico-metodologica ha conferito loro una competenza unica nell'affrontare le espressioni della questione sociale. Ciò si riflette nelle numerose narrazioni, ad esempio nei numeri della Rivista di Servizio Sociale, dove eccellenti professionisti raccontano dettagliatamente i risultati ottimali nell'affrontare diverse situazioni

specifiche. Così, negli anni in cui lo Stato Sociale era pienamente in vigore in Italia, l'erogazione di servizi per i vulnerabili è stata così ammirevole che può essere di grande ispirazione per noi.

Alla luce di ciò, si percepisce che l'imposizione subordinata, che la divisione sociale del sapere impone, è caratterizzata dalla nascita esogena della professione, cioè dalla sua creazione, alla fine del XIX secolo e all'inizio del XX secolo, motivata dalla necessità del sistema capitalistico di portare i lavoratori subordinati ad accettare tale subordinazione, pur ricevendo alcuni benefici attraverso il servizio sociale, arrivando a conformarsi alla vita eteronoma, cioè senza autonomia, senza autodeterminazione, e perché loro non ascoltassero i movimenti sindacali in piena attività in quel momento.

Come la teoria marxiana, abbracciata dal servizio sociale brasiliano, rompe e mette in dubbio l'autenticità di quella subordinazione dei lavoratori da parte dei padroni, ha finito anche per portare a mettere in discussione la subordinazione del servizio sociale a una sociologia dipendente dal capitale che, alla fine, agisce per adattare l'uomo al suo modo di produzione ingiusto, elidendo il fatto che quel modo di produzione è stato capziosamente costruito da coloro che lo dominano ideologicamente e praticamente.

Ciò ha dato origine a un nuovo atteggiamento epistemologico-pratico nel nucleo del servizio sociale brasiliano, che si è diffuso ai latinoamericani, nel corso del XX secolo, che ha fornito un'ulteriore maturazione degli intellettuali che hanno formato la professione.

Nonostante la barriera che ancora esiste tra i servizi sociali sulle due sponde dell'Atlantico, l'ondata democratica emersa nel secondo dopoguerra ha permesso di instaurare sempre più interazioni teorico-accademiche tra assistenti sociali italiani e brasiliani.

Quel suddetto atteggiamento remissivo indotto dal capitale ai servizi sociali europei che non fondano l'analisi teorica delle strutture sociali, come dimensione indispensabile per la pratica del servizio sociale, comincia ad entrare in crisi e al suo posto si sono inaugurate scintille dialogiche.

Come abbiamo detto in precedenza, dall'analisi delle varie produzioni italiane del servizio sociale, si evince che si ritiene, in generale, necessario riconoscere che il Servizio Sociale italiano è prevalentemente una professione che privilegia le dimensioni tecnico-operative e teorico-metodologiche a scapito delle grandi analisi possibili attraverso gli strumenti dell'economia politica. In generale, gli assistenti sociali italiani riconoscono che per il Servizio Sociale italiano questa situazione di dipendenza dalla sociologia è scomoda,

In questo modo, noi operatori sociali brasiliani, che ci formiamo in un clima che aggiunge la dimensione etico-politica all'elenco delle dimensioni tradizionalmente accettate per il servizio sociale, abbiamo un importante contributo di solidarietà da dare ai nostri colleghi in

Italia, interrelazionandoci in un processo simultaneo/dialettico e libero, tramite produzione di conoscenza e azione.

Questo numero dei *Quaderni GEPE* vuole essere uno di quei momenti di interazione studiosa, perché anche noi abbiamo molto da imparare dal fare servizio sociale in Italia, come abbiamo detto.

Questa nostra analisi è ratificata dalle numerose testimonianze analitiche dell'attuale congiuntura del Servizio Sociale italiano che Annamaria Campanini ci offre attraverso le sue numerose affermazioni, ad esempio, come nel suo articolo: *Il Servizio Sociale in Italia: problemi e prospettive*, pubblicato in portoghese sulla rivista *Serviço Social e Sociedade*:

> [...] il fatto che il Servizio Sociale non sia riconosciuto come una disciplina a sé stante, ma sia considerato parte della Sociologia Generale, implica che i sociologi con una cattedra universitaria possano insegnare corsi di Servizio Sociale (ad esempio, Principi di Servizio Sociale o Metodi di Servizio Sociale), anche se non hanno conoscenze o esperienze specifiche in questo campo.[14]

Questo, dunque, si rivela uno dei vertici delle sfide del Servizio Sociale italiano: *la subordinazione accademica alla sociologia*, nonostante tutto il rigore teorico-metodologico che guida la produzione intellettuale e la pratica degli assistenti sociali italiani, la sociologia aleggia come il parametro senza il quale non si può teorizzare o intervenire autonomamente. A tal proposito, il grande sociologo Franco Ferrarotti ha anche annunciato, in una video intervista[15] rilasciata nel 2021 all'assistente sociale Maria Lorenzoni Stefani, che la sociologia rimane distante dalla realtà, nel mondo delle teorie, manca di concretezza e, quindi, pecca per eccesso di astrattismo. Il Servizio Sociale ha i piedi per terra, il contatto quotidiano con la realtà, e questo gli conferisce, sempre nelle parole di Ferrarotti, l'autorità per pensare, analizzare e produrre teorie sulla realtà. Senza le catene della sociologia, che ci sembra non aver abbandonato la preziosità positivista, il Servizio Sociale italiano avrebbe uno spazio autonomo e sicuro all'interno delle accademie.

Ma questa è una lotta storica, perché anche la sociologia, per affermarsi come scienza, nel suo tempo, ha condotto un dibattito intenso e conflittuale con la filosofia, che non la vedeva come una scienza autonoma, ma come parte integrante e inscindibile di essa.

---

[14] CAMPANINI, Annamaria. *Il servizio sociale in Italia: problemi e prospettive*. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 639-655, ottobre/dicembre. 2011. Disponibile all'indirizzo: <https://www.academia.edu/54150731/O_Servi%C3%A7o_Social_na_It%C3%A1lia_problemas_e_perspectivas?email_work_card=view-paper>. Accesso il: 31 out. 2025.

[15] Cfr.: Disponibile all'indirizzo: <https://www.youtube.com/watch?v=lMFn7VwTKGA&t=20s>. Accesso su: 01 set. 2025.

A questo punto, vale la pena ricordare gli albori della sociologia, all'inizio dell'Ottocento, quando il positivismo la istituì. Di conseguenza, si instaurò una disputa al confine tra filosofia e scienza nascente, che si verificò su quella soglia in cui la sociologia si sarebbe imposta, non senza osare rompere i paradigmi, nonostante i suoi errori positivisti. Vediamo cosa ci hanno raccontato Reale e Antiseri a riguardo:

> A differenza dell'idealismo [caratteristico del pensiero filosofico del tempo], il positivismo rivendica il primato della scienza: sappiamo solo ciò che le scienze ci fanno conoscere, e l'unico metodo di conoscenza è quello delle scienze naturali [...] per questo la sociologia, intesa come scienza dei "fatti naturali" che sono le relazioni umane e sociali, è il frutto qualificante del programma filosofico positivista. [...] Il fatto che la scienza sia positivista posta come l'unico solido fondamento della vita degli individui e della vita associata, che sia considerata come la garanzia assoluta delle fortune progressive dell'umanità, che il positivismo si pronunci a favore della "divinità" del fatto, tutto ciò ha indotto alcuni studiosi a interpretare il positivismo come parte integrante della mentalità romantica. (REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *Filosofia: Età contemporanea*. São Paulo: Paulus, 2018. Coleção Filosofia, p. 126-127).

In questo contesto, si può evidenziare che l'economia politica ha preceduto l'arrivo sulla scena della sociologia in epoca moderna, come ci insegna Roberto Cipriani nel suo *Nuovo Manuale di Sociologia*:

> Tra le scienze sociali, la prima ad acquisire un proprio statuto autonomo fu l'economia politica, ma possiamo tranquillamente considerare i primi grandi economisti classici (ad esempio, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx) anche come precursori della sociologia, per un certo verso essi sono dei sociologi *ante litteram*, in quanto riflettono sulle trasformazioni che stavano avvenendo in Inghilterra tra XVIII e XIX secolo (la nascita della manifattura e della fabbrica capitalistica) e le interpretano alla luce dei rapporti tra i gruppi sociali coinvolti nel processo produttivo: alle categorie economiche della terra, del capitale e del lavoro corrispondono le classi sociali dei proprietari terrieri, degli imprenditori capitalisti e dei lavoratori salariati, che percepiscono rispettiva rendite, profitti e salari. (CIPRIANI, Roberto (a cura di) *Nuovo Manuale di Sociologia*. Roma: Maggioli, 2018, p. 4)

Va notato, in questo contesto, che l'approccio centrale alla storia della sociologia in generale, e della sociologia italiana, in particolare, privilegia gli autori positivisti e, di fatto, non riconosce la tradizione marxiana come appartenente al suo *corpus* teorico. Indice di ciò è il fatto che Marx è spesso citato dai sociologi attuali, sulla base del riferimento che i suoi interpreti della Scuola di Francoforte hanno fatto di lui. Questa osservazione è stata esplicitata in uno specifico seminario di Storia della Sociologia Italiana, durante il nostro, sopra citato, soggiorno come *visiting professor* a Roma. Il ricorso alla cosiddetta "teoria critica" oscura spesso l'essenza del pensiero marxiano, polarizzando e gestendo pessimisticamente i progressi tecnologici della modernità, interpretandoli come fonte di tutti i mali della società e oscurando così il contributo che un'analisi dialettica potrebbe portare alla luce per interpretare le vere radici della *questione sociale* che, peraltro, è l'oggetto per eccellenza dello studio/intervento del Servizio Sociale. Questa evidente intrusione, intrisa di positivismo, si riscontra spesso nel servizio sociale

brasiliano, quando gli autori, anche eminenti formatori storici, privilegiano la teoria critica, a scapito dell'apprezzamento approfondito del contributo originale di Marx e della sua prospettiva materialista storico-dialettica.

In questo senso, siamo d'accordo con Reale e Antiseri quando affermano che:

> Certo, i grandi mali della società industriale non tarderanno a farsi sentire (gli squilibri sociali, le lotte per la conquista dei mercati, la miseria del proletariato, lo sfruttamento del lavoro minorile, ecc.). Questi mali saranno diagnosticati dal marxismo in una direzione diversa da quella dei positivisti, i quali, pur non ignorando in alcun modo questi mali, tuttavia pensavano che sarebbero presto scomparsi perché erano fenomeni transitori eliminati dalla crescita della conoscenza, dell'educazione popolare e della ricchezza. (REALE; ANTISERI, 2018, p. 126).

Questa osservazione di Reale e Antiseri ratifica questo stralcio della nostra analisi e ci autorizza a chiederci se l'abbandono degli studi originali di Marx e la priorità data agli interpreti della Scuola di Francoforte non rappresentino un'adesione all'influenza esercitata da Althusser all'interno del marxismo, nella misura in cui vi siano prove sufficienti per avanzare l'ipotesi che egli abbia distorto il contributo di Marx alla critica dell'economia politica, caratterizzandolo essenzialmente come anti-umanista, in maturità, quando scrisse *Il Capitale* e ingenuo in gioventù quando scrisse i *Manoscritti economico-filosofici*. Queste considerazioni sono presentate da noi nel nostro libro, *Etica nel Servizio Sociale Brasiliano* (2021[16]), quando difendiamo Marx nella sua interezza: un pensatore etico e umanista in tutte le sue opere, che proietta un mondo in cui l'emancipazione umana rappresenterà, in futuro, la perenne realizzazione della giustizia, da lui intesa come *a ciascuno secondo i suoi bisogni, di ciascuno secondo le proprie potenzialità*.[17]

In un recente libro presentato alla Conferenza Europea sul Servizio Sociale, Annamaria Campanini sottolinea la grande sfida del Servizio Sociale, come professione riconosciuta a livello globale: stabilire il legame tra il globale e il locale, tra l'universale e il particolare. Questa ci sembra una grande sfida e, forse, la soluzione a questo dilemma sta nella dialettica: quando la dialettica propone la totalità come punto di partenza e di arrivo per analizzare e agire su

---

[16] Disponibile all'indirizzo: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/432/442/1305?inline=1>. Accesso il: 02 nov. 2025.

[17] Cfr. MARX, Karl. *Critica del programma Gotha*. p. 33. Disponibile all'indirizzo: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/critica-do-programa-de-gotha.pdf>. Accesso il: 02 nov. 2025.

fenomeni localizzati, particolarizzati, le cosiddette "espressioni della questione sociale", come diciamo qui in Brasile.

Ma l'autorità della sociologia non permette al Servizio Sociale italiano di spiccare il volo oltre le tesi funzionaliste e di intraprendere la strada della teoria dialettica, senza passare per la Scuola di Francoforte, che pure la definì solo "teoria critica", delegandole un ruolo meramente pessimistico nell'analisi della realtà.

Anche Annamaria Campanini ha parlato dell'assistente sociale come di un "attore politico" e la sua traiettoria nel campo del Servizio Sociale Mondiale le conferisce tutta l'autorevolezza per riconoscere questa dimensione, soprattutto se viviamo in un tempo in cui la dimensione politica ha ripercussioni frontali nella direzione della pratica professionale e nelle determinazioni delle manifestazioni di queste determinazioni nei casi e nelle comunità in cui lavoriamo.

Questa connessione tra struttura/congiuntura e le situazioni che si presentano nella routine professionale richiede una visione politica e analitica che modifichi la pratica professionale. E questa pratica professionale non può essere dissociata da una visione di totalità. Essere un "attore politico" significa anche agire nella struttura, a un livello più ampio, nella definizione delle politiche sociali, nelle cause dei problemi sociali. E nessun sociologo sarebbe in grado di farlo, privo del bagaglio di assistenti sociali.

Ma sembra che il "mercato" voglia determinare il lavoro professionale degli assistenti sociali: durante la nostra visita a Roma Tre (2019), il sociologo Marco Burgalassi lo ha espresso con forza – "il mercato definirà ciò che l'assistente sociale dovrebbe fare e ricercare". Questa è una conferma del fatto che il neoliberismo limita sempre di più i benefici, i servizi e le politiche sociali per gli utenti e le prestazioni del professionista del Servizio Sociale, di conseguenza, sono più limitate. Tuttavia, il mercato sta anche definendo ciò che i sociologi dovrebbero ricercare... E così, entrambi – il Servizio Sociale e la Sociologia – sono minacciati dalla supremazia del mercato. Questo è fissato per tutti, ma ciò non significa che, per il fatto che è impostato, non possiamo non "obbedire" al mercato. Per questo motivo, l'autonomia del Servizio Sociale, come disciplina accademica, è necessaria e urgente. Non solo in Italia, ma in tutto il mondo.

Per tutte queste ragioni, questo numero dei *Quaderni GEPE* è un invito alla riflessione, al dibattito sulle sfide e sul significato del Servizio Sociale nel contesto mondiale.

Quanto al contenuto, questo numero si apre con l'articolo del sociologo e docente Roberto Cipriani, dal titolo *Il Corso di Dottorato in Servizio Sociale dell'Università Roma TRE,* che evidenzia l'avanzamento del servizio sociale in Italia, in particolare a Roma e nel Lazio, sottolineando l'importanza dei corsi di dottorato per la qualificazione professionale e accademica. Questo articolo mette in evidenza lo spirito pionieristico dell'Università Roma Tre e la creazione di programmi finalizzati alla ricerca e alla formazione continua. Inoltre, Cipriani sottolinea anche la necessità di rafforzare l'espansione dei corsi di dottorato in servizio sociale in Italia. Successivamente, abbiamo l'articolo *Disuguaglianza insostenibile, uguaglianza possibile e l'azione dei servizi sociali* di Lluis Francesc Peris Cancio, in cui espone la sua tesi basata sulla presentazione di una panoramica di opere essenziali sulla giustizia, l'uguaglianza e il pluralismo sociale, evidenziando diversi approcci teorici e critici. Autori come Rawls, Sen, Salleh e Walzer ampliano la discussione sui diritti, le capacità e la distribuzione dei beni sociali. Questo insieme evidenzia la complessità e l'intersezionalità dei dibattiti contemporanei in queste aree. Segue l'articolo di Elena Addessi, *Equità sociale nella pandemia: popolazione migrante e assistenti sociali,* che affronta due temi chiave per il servizio sociale nel mondo: pandemia e migrazioni, soffermandosi sul contesto italiano. Fa leva sugli interventi professionali utilizzati dagli assistenti sociali per dare attuazione al mandato istituzionale del servizio e su quelli a sostegno dei diritti della popolazione migrante nella fase 1 dell'emergenza innescata dalla diffusione del virus COVID-19. Sempre in questo contesto di affrontare il tema delle migrazioni, arriva l'articolo di Marika; Veneziano e Branconi, *Minori Stranieri Non Accompagnati e Assistenza Familiare: La narrazione di una storia nata dal rapporto tra il Servizio Sociale del Comune di Macerata e l'intera comunità*, presentando un'esperienza pratica nel campo del servizio sociale con la popolazione migrante e del programma di adozione di bambini e adolescenti da parte della popolazione italiana. Subito dopo, abbiamo l'articolo di Mustafá, Anselmo, Gondim e de Souza Silva, *Codice Etico e Internazionalizzazione: Diritti Umani e Nuovo Ordine Societario*, che analizza i principi fondanti del Codice Etico del Servizio Sociale brasiliano del 1993, in un contesto di internazionalizzazione e di indispensabile difesa dei diritti umani, evidenziandone la rilevanza nella pratica e nella formazione professionale. Questo è seguito dall'articolo di Ramsay e Choma, *Ubuntu e trasformazioni necessarie nell'evoluzione delle dichiarazioni dei principi etici dell'IFSW*, in cui gli autori esplorano la necessità di cambiamenti trasformativi nei principi etici della professione di assistente sociale, in particolare alla luce dell'influenza emergente della filosofia africana di Ubuntu. Così abbiamo pubblicato l'articolo di Marina Gondim, *Estrema destra e servizio sociale in Brasile: tendenze nella produzione scientifica e implicazioni etico-politiche*, che analizza le principali tendenze

della produzione scientifica di estrema destra nel servizio sociale in Brasile, considerando l'impatto di queste ideologie sulla pratica professionale e sulle politiche sociali. Presentiamo anche l'articolo di Danielle Soares, dal titolo: *Il lavoro sociale ai tempi del neoconservatorismo: la riaffermazione del materialismo storico-dialettico come resistenza*, che mira a sottolineare l'importanza della riaffermazione del materialismo storico-dialettico nella professione in tempi di neoconservatorismo. Segue l'articolo di Lucilene Barbosa, *Il servizio sociale negli Stati Uniti e in Brasile: genere, femminismo e costruzioni teoriche nella pratica professionale*, che analizza le somiglianze e le differenze tra i contesti del Social Work negli Stati Uniti e in Brasile, concentrandosi sulle questioni del femminismo, del genere e dell'intersezionalità. Presentiamo anche l'articolo di Azevedo e De Moura, *Etica e negazionismo: una riflessione sull'intreccio tra discorso politico e religioso nel governo Bolsonaro*, che mostra come l'ascesa della destra e dell'estrema destra abbia intensificato un atteggiamento negazionista nei confronti delle politiche pubbliche nazionali, in particolare durante la pandemia di Covid-19. Infine, vi presentiamo l'articolo di Barboza; Albuquerque e Gonçalves, *Invecchiamento, sofferenza e medicalizzazione della vita: brevi riflessioni per il servizio sociale*, che presenta riflessioni sui determinanti sociali in salute e intersezionalità che vivono le diverse età anziane nei diversi “Brasili” e riflette su come il neoliberismo agisce nella gestione della sofferenza e nella medicalizzazione della vita, evidenziando riflessioni sul servizio sociale.

In questo modo, la prospettiva internazionalizzante della rivista *Quaderni GEPE* e la sua centralità nella discussione etica sono assicurate.

Buona lettura!

O CURSO DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE ROMA TRE

Roberto Cipriani[18]

Resumo

O artigo analisa a importância do serviço social na Itália, com foco particular em Roma e no Lácio, onde há uma presença significativa de assistentes sociais. Na década de 90, foram ativados os cursos de doutorado e graduação em serviço social, culminando com a criação do primeiro Curso de Doutorado em 2000 na Universidade Roma Tre, em consórcio com outras universidades do Lácio. Este doutorado representou uma novidade em nível nacional, oferecendo uma oportunidade de formação para graduados interessados em pesquisas na área. A Escola Nacional de Serviço Social, fundada em 1946, além do CEPAS, tem contribuído para a formação de gerações de assistentes sociais. Atualmente, a Universidade Roma Tre oferece um curso de três e dois anos em Serviço Social, ladeado por iniciativas de outras universidades romanas. Em 2007-2008, foi criada a Escola Doutoral em Pedagogia e Serviço Social, voltada para o ensino superior e a pesquisa científica. Em 2024, está ativo um novo Doutorado em Teoria e Investigação Pedagógica e Social, que visa coordenar as potencialidades existentes para a formação nos domínios educativo e social. O artigo sublinha a necessidade de reconhecer a autonomia do serviço social no campo acadêmico, destacando a falta de centros de pesquisa na Itália em comparação com outros países.

Palavras-chave: Serviço Social, Doutorado, Formação Profissional na Itália

Abstract

The article analyzes the importance of social work in Italy, with a particular focus on Rome and Lazio, where there is a significant presence of social workers. In the 90s, doctoral and degree courses in social work were activated, culminating in the creation of the first Doctoral Course in 2000 at the Roma Tre University, in consortium with other universities in Lazio. This doctorate represented a novelty at national level, offering a training opportunity for graduates interested in research in the field. The National School of Social Work, founded in 1946, in addition to CEPAS, have contributed to the training of generations of social workers. Currently, Roma Tre University offers a Three-Year and a Two-Year Course in Social Work, flanked by initiatives from other Roman universities. In 2007-2008, the Doctoral School in Pedagogy and Social Work was established, aimed at higher education and scientific research. In 2024, a new PhD in Educational and Social Theory and Research is active, which aims to coordinate the existing potentials for training in the educational and social fields. The article underlines the

[18] Università Roma Tre,ORCID: 0000-0001-6722-2183; E-mail: roberto.cipriani@tlc.uniroma3.it

need to recognize the autonomy of social work in the academic field, highlighting the lack of research centers in Italy compared to other countries.

Keywords: Social Work, Doctorate, Professional Training in Ital

PREMISSA

Roma e Lazio representaram durante o século XX, a nível nacional, a maior presença de funcionários do serviço social e afins com a qualificação de assistentes sociais, como comprova o grande número de membros do registro profissional regional (ainda hoje o número é notável, já que em 2023, de acordo com o Conselho Nacional da Ordem dos Assistentes Sociais - CNOAS - havia cerca de 7000 assistentes sociais no Lazio e os da Itália eram quase 47000). Partindo desta constatação, pensou-se, no final da década de noventa do século passado, em ativar um Curso de Doutoramento em Serviço Social na Faculdade de Ciências da Educação e no Departamento de Ciências da Educação da Universidade Roma Tre. Entre outras coisas, um Curso de Diploma Universitário em Serviço Social com Endereço Europeu (DUSSAIE) já estava ativo desde 1º de novembro de 1997, após as resoluções do Conselho da Faculdade de Educação em 29 de maio de 1997, do Senado Acadêmico em 11 de junho de 1997 e do Conselho de Administração em 11 de julho de 1997. está ativo desde 1º de novembro de 1997. Posteriormente, nasceu o Curso de Mestrado em Gestão do Serviço Social com Endereço Educativo Europeu (MASSIFE).

De fato, foi o que aconteceu em 2000, quando foi criado o primeiro Curso de Doutorado inteiramente dedicado ao Serviço Social na Universidade Roma Tre. Quase cem graduados participaram do primeiro teste de admissão. Foi uma verdadeira novidade a nível nacional em termos de número de vagas colocadas a concurso e da participação simultânea de três universidades do Lácio (Roma Tre, LUMSA e Cassino).

Entre outras coisas, a primeira Escola Nacional de Serviço Social (SNSS) nasceu em 1946 na Universidade de Roma, dirigida pelo conhecido filósofo Guido Calogero e fundada por sua esposa Maria Comandini, que também estabeleceu o CEPAS (Centro de Educação Profissional para Assistentes Sociais), um ponto de referência essencial na Itália e no exterior para as atividades de *serviço social*. Ao longo de cinquenta anos, gerações inteiras de assistentes sociais receberam treinamento profissional de alto nível deste centro.

Atualmente, existe um Curso de Graduação Interclasse de Três Anos em Serviço Social e Sociologia (SERSS) e um Curso de Mestrado de Dois Anos em Coordenador de Serviços

Educacionais e Serviços Sociais. A presença de cursos universitários de primeiro e segundo nível especificamente dedicados ao serviço social representa, sem dúvida, uma boa plataforma para iniciar estudos no campo disciplinar do serviço social.

Nesse ínterim, outras universidades romanas, como LUMSA e Roma Tre, e a de Cassino, estabeleceram primeiro escolas para fins especiais para assistentes sociais e, em seguida, cursos de diploma universitário em serviço social, para um total anual - quando totalmente operacional - de cerca de 650 alunos. Em caráter experimental, a LUMSA também estabeleceu o quarto ano para a obtenção do diploma em serviço social, enquanto se aguarda o agora óbvio período pós-diploma de dois anos para a obtenção do diploma universitário de segundo nível.

No campo nacional, no ano acadêmico de 1999-2000, havia apenas um doutorado no campo em questão aqui. Foi o de "Sociologia e serviço social", ativado na Universidade de Trieste, em consórcio com a de Palermo. A Universidade de Siena aderiu então a este único curso de doutorado, que inicialmente manifestou interesse no consórcio Roma Tre-LUMSA-Cassino, mas que, após os longos procedimentos de inicialização, optou por aderir à iniciativa Trieste-Palermo. As vagas disponibilizadas pela sede de Trieste eram apenas três, absolutamente insuficientes para atender às necessidades de toda a nação.

Deve-se considerar, entre outras coisas, que um bom número de assistentes sociais também possuía diploma, portanto, estavam em condições de poder participar do concurso de admissão ao curso de doutorado em serviço social. Além disso, após o início - em março de 1999 - do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Trieste, houve um afluxo de mais de cinco mil estudantes de toda a Itália, prevendo assim um número crescente de assistentes sociais aspirantes a cursos universitários de nível superior e, especialmente, no campo da formação em pesquisa, fortemente penalizado em nível de doutorado precisamente no campo da assistência social.

Na Itália, em 1999-2000, havia trinta e cinco cursos de diploma em serviço social (nem todos universitários, também administrados por instituições), que prepararam mais de cinco mil assistentes sociais. Esses cursos foram ativados em quase todas as regiões, por isso parecia necessário propor um centro de doutorado menos descentralizado do que em lugares como Trieste (ou Palermo, ou Siena).

O Curso de Diploma Universitário em Serviço Social com Endereço Europeu lançado em Roma Tre não tinha, no início, um número suficiente de salas de aula, então recorreu-se ao

E.I.S.S. (Órgão Italiano de Serviço Social, com sede em viale Baldelli 41, 00146 Roma), que também disponibilizou a biblioteca, a hemeroteca, a cantina e o bar (mas especialmente os professores, o *Know-how*, etc.)

O nascimento do Curso de Doutoramento em Serviço Social e da Escola de Doutoramento em Pedagogia e Serviço Social

A sede do primeiro doutorado em serviço social na Roma Tre ficava na Via dei Mille 23, 00185 Roma. - Tel. 0644703014.

O Doutorado em Serviço Social - em consórcio com as Universidades de Cassino e LUMSA em Roma - cuidou da formação de graduados que pretendiam se preparar para a pesquisa científica no campo das ciências do serviço social.

Ao longo de um período de três anos, sob a orientação de um tutor e com a colaboração do Conselho Acadêmico, os doutorandos realizaram um projeto de pesquisa pessoal e, juntos, exploraram a variedade de campos de pesquisa, métodos e problemas das ciências do serviço social. Seminários, viagens de estudo e participação em conferências e completaram sua formação. Havia um Conselho de Professores, liderado por um coordenador. O doutorado foi acessado por meio de concurso. Os admitidos concluíram suas atividades com uma dissertação final. Esta conformação vigorou até o ano letivo de 2006-2007.

Os objetivos da formação incidiam sobre o ensino superior e a introdução em atividades de investigação no domínio do serviço social *tout court.* Os temas de pesquisa diziam respeito: às obras clássicas da sociologia na perspectiva do serviço social, políticas e políticas sociais, metodologia da pesquisa social, técnicas de pesquisa social; o uso do formato SPSS em pesquisas de serviço social, antropologia cultural do serviço social, juventude e serviço social, famílias e serviço social; história social e história da cidade, sociologia da organização aplicada ao serviço social, processos culturais e serviço social, valores, normas e fatores religiosos no serviço social; instituições e serviço social, histórias de vida e serviço social, problemas conflituosos no serviço social, desvio e serviço social, legislação social, problemas deontológicos no serviço social.

Em 2007-2008 nasceu a Escola Doutoral em Pedagogia e Serviço Social, com sede na via del Castro Pretório, 20 – 00185, Roma. A Escola emite o grau de doutor numa das secções que a compõem. Para tal, a Escola desenvolve atividades de formação avançada e investigação

científica. A Escola tem caráter interdisciplinar e está dividida em duas Seções (Pedagogia e Serviço Social). A sede administrativa da escola fica na Universidade de Roma Tre. A Escola Doutoral em Pedagogia e Serviço Social cuida da formação de graduados que pretendem se preparar para a pesquisa científica no campo das ciências da educação e disciplinas de serviço social. Ao longo de um período de três anos, sob a orientação de um tutor e com a colaboração do Conselho Acadêmico, os doutorandos realizam uma linha de estudo pessoal e, juntos, exploram a variedade de campos de pesquisa, métodos e problemas das ciências da educação e disciplinas de serviço social. Seminários, viagens de estudo e participação em conferências completam sua formação. O Conselho de Escola é composto pelos professores das duas Seções.

O objetivo da Escola era o ensino superior e a introdução às atividades de pesquisa, também com vistas à entrada no mundo do trabalho. A Escola Doutoral teve como objetivo coordenar e fortalecer o potencial existente para a formação em investigação e nas profissões educativas e sociais a ela relacionadas em relação a um conjunto de setores científico-disciplinares na área pedagógica e de serviço social. As profissões pertencentes à natureza das Secções que compunham a Escola Doutoral tinham uma base homogénea comum, abrangendo os amplos setores dos serviços de formação e cuidados (educativos, pedagógicos, sociais). Permitir a interface das duas profissões de referência (educação e assistência social) significou buscar os fatores epistemológicos comuns a partir dos quais desenvolver percursos profissionais específicos e especializados, inclusive pessoais. Nesse sentido, a solicitação de experiências significativas presentes no território regional e europeu caracterizou a formação, a pesquisa e as atividades experimentais dos doutorandos.

Os temas de investigação foram: 1. os campos científicos coordenados pela Escola Doutoral que se referem a dispositivos metodológicos e recursos documentais (investigação-ação; história oral e histórias de vida; recuperação de fontes documentais; análise qualitativa e quantitativa; investigação-intervenção; observação participante etc.) que requerem uma forte ligação e entrelaçamento para se chegar a resultados cognitivos adequados à complexidade dos problemas abordados. Os tópicos científicos abordados podem ser resumidos da seguinte forma: a) metodologia de pesquisa pedagógica e social; b) pedagogia geral, social e intercultural; c) didática, pedagogia especial, teorias de aprendizagem, procedimentos de avaliação e tecnologias educacionais; d) história e teoria das ciências humanas e pedagógicas; e) psicologia geral, educacional e comunitária; f) sociologia geral e processos culturais; g) sociologia das políticas sociais; h) sociologia do Terceiro Setor. Em particular, a seção de

Pedagogia é dividida em 4 temas principais: a) os problemas da educação moderna e contemporânea; b) individualização didática; c) mídia e comunicação; d) intercultura.

O Doutorado em Teoria e Pesquisa Educativa e Social

Em 2024, está ativo o Doutoramento em Teoria e Pesquisa Educacional e Social, que visa coordenar e valorizar o potencial existente para a formação em investigação e profissões educativas e sociais afins num conjunto de setores científico-disciplinares nas áreas pedagógica, psicológica, sociológica e de serviço social. Os campos de estudo e pesquisa do doutorado têm uma base cultural homogênea comum, abordando os amplos setores de educação, pesquisa social e "serviços de cuidado". Isso requer a busca por fatores epistemológicos transversais, a partir dos quais conhecimentos específicos e especializados e caminhos profissionais também possam ser desenvolvidos. Nesse sentido, a comparação com experiências significativas presentes no território local e internacional deve caracterizar a formação, a pesquisa e a atividade experimental dos doutorandos. Os campos científicos coordenados pelo doutorado referem-se a aparatos teórico-metodológicos e recursos documentais (pesquisa-ação; história oral e histórias de vida; identificação e estudo de fontes documentais; análise qualitativa e quantitativa; pesquisa-ação; observação participante, etc.) que requerem forte integração. O curso visa dotar as competências necessárias ao exercício de atividades de investigação altamente qualificadas em universidades, organismos públicos ou entidades privadas (também para efeitos de acesso a carreiras em administrações públicas e à integração de percursos profissionais altamente inovadores e no contexto de instituições de investigação privadas e académicas no domínio socioeducativo. Esta orientação dos objetivos de formação hoje insiste também nas indicações do PNRR (Plano Nacional de Recuperação e Resiliência) com vista ao relançamento do crescimento, da inovação, da sustentabilidade ambiental, da inclusão social e da coesão territorial.

O Doutoramento em "Teoria e Pesquisa Educativa e Social" visa coordenar e valorizar as potencialidades existentes para a formação em investigação e as profissões educativas e sociais afins, em relação a um conjunto de setores científico-disciplinares da área pedagógica e sociológica, com particular referência às políticas sociais e ao serviço social e à reflexão histórico-teórica sobre os processos e ferramentas da educação.

O Doutorado é dividido em três currículos: 1. Pedagogia Geral e Social, Pesquisa Educacional, História da Educação e Literatura Infantil 2. Teorias didático-pedagógicas e pesquisa: didática, pedagogia especial e pedagogia experimental 3. Sociologia e serviço social.

Algumas reflexões intermediárias

A feliz contingência que reúne em Roma e no Lácio diferentes recursos, múltiplas habilidades, experiências diferenciadas, provenientes de instituições bem testadas, oferece a melhor premissa básica para a realização de uma iniciativa exigente como a gestão de um curso de doutorado.

Uma razão não insignificante diz respeito à falta agora quase absoluta na Itália de centros que formem pesquisadores no campo do serviço social. É, portanto, necessário recuperar o terreno perdido até agora em comparação com outros contextos, dos Estados Unidos (onde faculdades inteiras dedicadas ao *Serviço social*) ao francês (que fornece um itinerário bastante longo e complexo para os operadores no domínio da assistência social).

O Curso de Doutoramento em "Teoria e Investigação Educativa e Social Científica" faz uso das instalações e equipamentos disponíveis no Departamento de Educação de Roma Tre, bem como do considerável património bibliográfico disponível nas bibliotecas da Agência Italiana de Serviço Social (já em acordo com Roma Tre) e do Instituto Italiano de Serviço Social.

Entende-se que todas as disponibilidades existentes na Universidade Roma Tre podem ser utilizadas pelo Curso de Doutoramento em "Teoria e Pesquisa Educacional e Social": de centros de informática a serviços de intercâmbio internacional (especialmente com programas europeus), de centros de línguas a centros audiovisuais.

Os recursos sujeitos à utilização são numerosos, inovadores e facilmente acessíveis, como em qualquer caso para satisfazer até as necessidades mais avançadas: utilização da Internet, consulta bibliográfica telemática, empréstimo de livros bonificados, mobilidade internacional tanto no âmbito de um acordo como sob a forma de *Movimentação livre*.

Tendo em conta a natureza peculiar da investigação no domínio do serviço social, os candidatos à admissão devem ter conhecimentos de pelo menos uma língua diferente do italiano e, em particular, do inglês e/ou do francês, do espanhol, do português e do alemão.

Conclusões

Começou em 2000 com uma intenção muito específica: reservar um doutorado específico para o serviço social precisamente para sublinhar sua relevância científica e social. Então, pouco a pouco, tanto a sociologia quanto a pedagogia incorporaram as disciplinas dedicadas a *Serviço social*, então, a princípio, o nível acadêmico reservado foi reduzido pela metade e, finalmente, tripartite. O apoio mútuo entre disciplinas afins é muito desejável, mas deve-se lembrar que uma dose suficiente de autonomia disciplinar deve ser garantida precisamente para dissipar uma herança adquirida com dificuldade e por meio de diatribes acadêmicas bastante acaloradas. Vale lembrar que em outros contextos fora da Itália a especificidade do serviço social é amplamente reconhecida, tanto que departamentos ou faculdades inteiras, bem como inúmeros centros de pesquisa, recebem o nome de *Serviço social*.

P. S.: Agradeço cordialmente à professora Carmelina Chiara Canta (Universidade Roma Tre) por algumas observações que incluí no texto final.

Referências

ASSITENTI SOCIALI PUNTO ORG. **Storia del Servizio Sociale.** Disponibile in: <https://www.assistentisociali.org/servizio_sociale/storia_del_servizio_sociale.htm >. Acesso in: 27 dez 2024.

BERNOCCHI R. et all. **Le scuole di servizio sociale in Italia. Aspetti e momenti della loro storia.** Fondazione Zancan. 1984.

CEPAS Centro di educazione professionale per assistenti sociali. **Corrispondenza con Annamaria Levi e Paolo Volponi del CEPAS** (1955 gennaio 5 - 1956 luglio 23). Disponibile: <http://www.archimistaweb.polimi.it/fonds/684/units/43737>. Acesso in: 27 dez 2024.

UNIVERSITÀ ROMA TRE. **Dottorato di ricerca in Teoria e ricerca educativa e sociale**.Disponibile in: <https://scienzeformazione.uniroma3.it/ricerca/dottorato-di-ricerca/dottorato-di-ricerca-teoria-ricerca-educativa-sociale/>. Acesso in: 27 dez 2024.

IL CORSO DI DOTTORATO DI RICERCA IN SERVIZIO SOCIALE NELL'UNIVERSITÀ ROMA TRE

Roberto Cipriani[19]

Riassunto

L'articolo analizza l'importanza del servizio sociale in Italia, con un focus particolare su Roma e il Lazio, dove si registra una significativa presenza di assistenti sociali. Negli anni '90, sono stati attivati corsi di dottorato e laurea in servizio sociale, culminando nella creazione del primo Corso di Dottorato nel 2000 presso l'Università Roma Tre, in consorzio con altre università del Lazio. Questo dottorato ha rappresentato una novità a livello nazionale, offrendo un'opportunità formativa per i laureati interessati alla ricerca nel settore. La Scuola Nazionale di Servizio Sociale, fondata nel 1946, oltre il CEPAS, hanno contribuito alla formazione di generazioni di assistenti sociali. Attualmente, l'Università Roma Tre offre un Corso Triennale e uno Biennale in servizio sociale, affiancati da iniziative di altre università romane. Nel 2007-2008, è stata istituita la Scuola Dottorale in Pedagogia e Servizio Sociale, finalizzata all'alta formazione e alla ricerca scientifica. Nel 2024, è attivo un nuovo Dottorato in Teoria e Ricerca Educativa e Sociale, che mira a coordinare le potenzialità esistenti per la formazione nel campo educativo e sociale. L'articolo sottolinea la necessità di riconoscere l'autonomia del servizio sociale in ambito accademico, evidenziando la carenza di centri di ricerca in Italia rispetto ad altri paesi.

Parole-chiavi: Servizio Sociale, Dottorato, Formazione Professionale in Italia

Abstract

The article analyzes the importance of social work in Italy, with a particular focus on Rome and Lazio, where there is a significant presence of social workers. In the 90s, doctoral and degree courses in social work were activated, culminating in the creation of the first Doctoral Course in 2000 at the Roma Tre University, in consortium with other universities in Lazio. This doctorate represented a novelty at national level, offering a training opportunity for graduates interested in research in the field. The National School of Social Work, founded in 1946, in addition to CEPAS, have contributed to the training of generations of social workers. Currently, Roma Tre University offers a Three-Year and a Two-Year Course in Social Work, flanked by initiatives from other Roman universities. In 2007-2008, the Doctoral School in Pedagogy and Social Work was established, aimed at higher education and scientific research. In 2024, a new PhD in Educational and Social Theory and Research is active, which aims to coordinate the existing potentials for training in the educational and social fields. The article underlines the need to recognize the autonomy of social work in the academic field, highlighting the lack of research centers in Italy compared to other countries.

Keywords: Social Work, Doctorate, Professional Training in Italy

---

[19] Università Roma Tre,ORCID: 0000-0001-6722-2183; E-mail: roberto.cipriani@tlc.uniroma3.it

PREMESSA

Roma ed il Lazio hanno rappresentato nel corso del novecento, a livello nazionale, il maggiore bacino di presenza del servizio sociale e dei relativi addetti con la qualifica di assistenti sociali, come testimonia il cospicuo numero di iscritti all'albo professionale regionale (anche oggi il numero è cospicuo, giacché nel 2023, secondo il Consiglio Nazionale dell'Ordine degli Assistenti Sociali – CNOAS – gli assistenti sociali laziali erano circa 7000 e quelli in Italia erano quasi 47000). A partire da tale constatazione si pensò, alla fine degli anni Novanta del secolo scorso, di attivare un Corso di Dottorato in Servizio Sociale presso la Facoltà di Scienze della Formazione ed il Dipartimento di Scienze dell'Educazione nell'Università Roma Tre. Fra l'altro era già attivo, dal primo novembre 1997, un Corso di Diploma Universitario in Servizio Sociale ad Indirizzo Europeo (DUSSAIE), a seguito delle delibere del Consiglio della Facoltà di Scienze della Formazione in data 29 maggio 1997, del Senato Accademico in data 11 giugno 1997 e del Consiglio di Amministrazione in data 11 luglio 1997. Successivamente nacque il Corso di Laurea Magistrale in Management del Servizio Sociale ad Indirizzo Formativo Europeo (MASSIFE).

Così è stato infatti nel 2000, quando nell'Università Roma Tre si diede vita al primo Corso di Dottorato interamente destinato al Servizio Sociale. Alla prima prova di ammissione parteciparono quasi un centinaio di laureate e laureati. Si trattava di una vera e propria novità a livello nazionale in termini di numero dei posti messi a concorso e del coinvolgimento contemporaneo di tre atenei del Lazio (Roma Tre, LUMSA e Cassino).

Fra l'altro proprio nell'Università di Roma era nata nel 1946 la prima Scuola Nazionale di Servizio Sociale (SNSS) diretta dal noto filosofo Guido Calogero e fondata da sua moglie Maria Comandini, che istituì anche il CEPAS (Centro di Educazione Professionale per gli Assistenti Sociali), punto di riferimento essenziale in Italia ed all'estero per le attività di *social work*. Da tale centro hanno ricevuto, durante un cinquantennio, una formazione di alto livello professionale intere generazioni di assistenti sociali.

Attualmente vi sono un Corso Triennale di Laurea Interclasse in Servizio Sociale e Sociologia (SERSS) ed un Corso Biennale di Laurea Magistrale in Coordinatore dei Servizi Educativi e dei Servizi Sociali. La presenza di corsi universitari di primo e secondo livello specificamente dedicati al servizio sociale rappresenta in dubbiamente una buona piattaforma per l'avvio degli studi nell'ambito disciplinare dell'assistenza sociale.

Nel frattempo altre università romane, nell'ordine la LUMSA e Roma Tre, e quella di Cassino hanno istituito dapprima scuole dirette a fini speciali per assistenti sociali e poi corsi di diploma universitario in servizio sociale, per un totale annuo - a regime - di circa 650 iscritti. A titolo sperimentale la LUMSA aveva anche istituito il quarto anno per il conseguimento della laurea in servizio sociale, in attesa dell'ormai scontato biennio post-diploma per il conseguimento del titolo universitario di secondo livello.

In campo nazionale nell'anno accademico 1999-2000 esisteva un solo dottorato nel settore qui in oggetto. Si trattava di quello in "Sociologia e servizio sociale", attivato presso l'università di Trieste, in consorzio con quella di Palermo. A tale unico corso di dottorato si era poi aggregata anche l'università di Siena, che in un primo momento aveva manifestato interesse per il consorzio Roma Tre-LUMSA-Cassino ma che a seguito del protrarsi delle procedure di avvio aveva optato per unirsi all'iniziativa triestino-palermitana. I posti messi a disposizione dalla sede triestina erano appena tre, assolutamente insufficienti a soddisfare le esigenze dell'intera nazione.

Si deve considerare fra l'altro che un buon numero di assistenti sociali erano forniti anche di laurea, per cui si trovavano nelle condizioni di poter partecipare al concorso di ammissione al corso di dottorato di ricerca in servizio sociale. Per di più, a seguito dell'inizio - nel mese di marzo del 1999 - del Corso di Laurea in Servizio Sociale presso l'università di Trieste, si registrò un afflusso di oltre cinquemila studenti provenienti da ogni parte d'Italia, facendo pertanto prevedere un sempre più alto numero di assistenti sociali aspiranti a corsi universitari di livello superiore e soprattutto nell'ambito della formazione alla ricerca, fortemente penalizzata a livello di dottorato proprio nel settore dell'assistenza sociale.

In Italia nel 1999-2000 erano attivi ben trentacinque corsi di diploma in servizio sociale (non tutti universitari, gestiti anche da enti), che preparavano oltre cinquemila assistenti sociali. Tali corsi erano stati attivati quasi in ogni regione, per cui appariva necessario proporre una sede di dottorato meno decentrata rispetto a località come Trieste (o Palermo, o Siena).

Il Corso di Diploma Universitario in Servizio Sociale ad Indirizzo Europeo avviato a Roma Tre non disponeva, all'inizio, di un sufficiente numero di aule, per cui si fece ricorso all'E.I.S.S. (Ente Italiano di Servizio Sociale, con sede in viale Baldelli 41, 00146 Roma), che metteva a disposizione anche la biblioteca, l'emeroteca, la mensa ed il bar (ma specialmente i docenti, il *know how*, eccetera)

La nascita del Corso di Dottorato in Servizio Sociale e della Scuola Dottorale in Pedagogia e Servizio Sociale

La sede del primo dottorato in servizio sociale a Roma Tre fu a Via dei Mille 23, 00185 Roma. - tel. 0644703014.

Il Dottorato di Ricerca in Servizio Sociale - in consorzio con le Università di Cassino e LUMSA di Roma - curava la formazione dei laureati che intendevano prepararsi alla ricerca scientifica nell'ambito delle scienze del servizio sociale.

Nel corso di un triennio, con la guida di un tutor e con la collaborazione del Collegio dei docenti, i dottorandi svolgevano un progetto di ricerca personale e, insieme, esploravano la varietà dei campi di ricerca, dei metodi e dei problemi delle scienze del servizio sociale. Seminari, viaggi di studio e partecipazione a convegni completavano la loro formazione. Vi era un Collegio dei docenti, guidato da un coordinatore. Si accedeva al dottorato tramite concorso. Gli ammessi concludevano le loro attività con una dissertazione finale. Tale conformazione è stata in vigore sino all'anno accademico 2006-2007.

Gli obiettivi formativi riguardavano l'alta formazione e l'avviamento alle attività di ricerca nel campo del servizio sociale *tout court.* Le tematiche di ricerca concernevano: le opere classiche della sociologia secondo la prospettiva del servizio sociale, politica e politiche sociali, metodologia della ricerca sociale, tecniche della ricerca sociale; l'uso del pacchetto SPSS nelle indagini del servizio sociale, antropologia culturale del servizio sociale, giovani e servizio sociale, famiglie e servizio sociale; storia sociale e storia della città, sociologia dell'organizzazione applicata al servizio sociale, processi culturali e servizio sociale, valori, norme e fattori religiosi nel servizio sociale; istituzioni e servizio sociale, storie di vita e servizio sociale, problematiche conflittuali nel servizio sociale, devianza e servizio sociale, legislazione sociale, problematiche deontologiche nel servizio sociale.

Nel 2007-2008 è nata la Scuola Dottorale in Pedagogia e Servizio Sociale con sede in via del Castro Pretorio 20 – 00185 Roma. La Scuola rilascia un titolo di dottore di ricerca in una delle sezioni che la compongono. A tale fine la Scuola svolge attività di alta formazione e di ricerca scientifica. La Scuola ha carattere interdisciplinare e si articola in due Sezioni (Pedagogia e Servizio sociale). La Sede Amministrativa della Scuola è nell'Università degli Studi Roma Tre. La Scuola Dottorale in Pedagogia e Servizio sociale cura la formazione dei laureati che intendono prepararsi alla ricerca scientifica nell'ambito delle scienze dell'educazione e delle discipline del servizio sociale. Nel corso di un triennio, con la guida di

un tutor e con la collaborazione del Collegio dei docenti, i dottorandi svolgono una linea di studio personale e, insieme, esplorano la varietà dei campi di ricerca, dei metodi e dei problemi delle scienze dell'educazione e delle discipline del servizio sociale. Seminari, viaggi di studio e partecipazione a convegni completano la loro formazione. Il Consiglio della Scuola è composto dai docenti delle due Sezioni.

Finalità della Scuola erano l'alta formazione e l'avviamento all'attività di ricerca, anche in vista dell'inserimento nel mondo del lavoro. La Scuola Dottorale si riprometteva di coordinare e valorizzare le potenzialità esistenti per la formazione alla ricerca e alle professioni educative e sociali ad essa collegate relativamente ad un gruppo di settori scientifico-disciplinari dell'area pedagogica e del servizio sociale. Le professioni pertinenti alla natura delle Sezioni che componevano la Scuola Dottorale presentavano una base omogenea comune, rivolgendosi agli ampi settori della formazione e dei servizi di cura (educativi, pedagogici, socio-assistenziali). Consentire l'interfaccia delle due professionalità di riferimento (formativo e socio-assistenziale) significava ricercare i comuni fattori epistemologici da cui poter sviluppare specifici e specialistici percorsi professionali anche personali. In tal senso la richiesta di esperienze significative presenti nel territorio regionale ed europeo caratterizzava le attività formative, di ricerca e sperimentali dei Dottorandi.

Tematiche di ricerca erano: 1. gli ambiti scientifici coordinati dalla Scuola dottorale che fanno riferimento ad apparati metodologici ed a risorse documentarie (la ricerca-azione; la storia orale e le storie di vita; il recupero delle fonti documentali; l'analisi qualitativa e quantitativa; la ricerca-intervento; l'osservazione partecipante, ecc.) che richiedono un forte collegamento ed intreccio al fine di pervenire ad esiti conoscitivi adeguati alla complessità dei problemi affrontati. Le tematiche scientifiche trattate possono così sintetizzarsi: a) metodologia della ricerca pedagogica e sociale; b) pedagogia generale, sociale e interculturale; c) didattica, pedagogia speciale, teorie dell'apprendimento, procedure valutative e tecnologie dell'istruzione; d) storia e teoria delle scienze umane e pedagogiche; e) psicologia generale, dell'educazione e di comunità; f) sociologia generale e dei processi culturali; g) sociologia delle politiche sociali; h) sociologia del Terzo Settore. In particolare la sezione di Pedagogia si articola in 4 tematiche principali: a) i problemi dell'educazione moderna e contemporanea; b) l'individualizzazione didattica; c) i media e la comunicazione; d) l'intercultura.

Il Dottorato in Teoria e Ricerca Educativa e Sociale

Nel 2024 risulta attivo il Dottorato in Teoria e Ricerca Educativa e Sociale, che ha lo scopo di coordinare e valorizzare le potenzialità esistenti per la formazione alla ricerca e alle professioni educative e sociali ad esso collegate relativamente a un gruppo di settori scientifico-disciplinari dell'area pedagogica, psicologica, sociologica e del servizio sociale. I campi di studio e di ricerca del dottorato presentano una base culturale omogenea comune, rivolgendosi agli ampi settori della formazione, della ricerca sociale e dei "servizi di cura". Ciò esige la ricerca di fattori epistemologici trasversali, da cui poter sviluppare anche specifici e specialistici saperi e percorsi professionali. In tal senso il confronto con esperienze significative presenti nel territorio locale e internazionale dovrà caratterizzare l'attività formativa, di ricerca e sperimentale dei Dottorandi. Gli ambiti scientifici coordinati dal dottorato fanno riferimento ad apparati teorico-metodologici e a risorse documentarie (la ricerca-azione; la storia orale e le storie di vita; l'individuazione e lo studio delle fonti documentali; l'analisi qualitativa e quantitativa; la ricerca-intervento; l'osservazione partecipante, ecc.) che richiedono una forte integrazione. Il corso ha l'obiettivo di fornire le competenze necessarie per esercitare, presso università, enti pubblici o soggetti privati, attività di ricerca di alta qualificazione (anche ai fini dell'accesso alle carriere nelle amministrazioni pubbliche e dell'integrazione di percorsi professionali di elevata innovatività e nell'ambito di istituzioni di ricerca private e accademiche in ambito socioeducativo. Tale orientamento degli obiettivi formativi oggi insiste anche sulle indicazioni del PNRR (Piano Nazionale di Ripresa e Resilienza) nella prospettiva del rilancio della crescita, dell'innovazione, della sostenibilità ambientale, dell'inclusione sociale e della coesione territoriale.

Il Dottorato in "Teoria e ricerca educativa e sociale" ha l'obiettivo di coordinare e valorizzare le potenzialità esistenti per la formazione alla ricerca e alle professioni educative e sociali ad esso collegate, relativamente ad un gruppo di settori scientifico-disciplinari dell'area pedagogica e sociologica, con particolare riferimento alle politiche sociali e del servizio sociale e alla riflessione storico-teorica sui processi e sugli strumenti dell'educare.

Il Dottorato si articola in tre curricula: 1. Pedagogia generale e sociale, ricerca educativa, storia dell'educazione e letteratura per l'infanzia 2. Teorie e ricerche didattiche e pedagogiche: didattica, pedagogia speciale e pedagogia sperimentale 3. Sociologia e servizio sociale.

Alcune riflessioni intermedie

La felice contingenza che mette insieme a Roma e nel Lazio risorse diverse, competenze multiple, esperienze differenziate, provenienti da istituzioni ben sperimentate, offre la migliore premessa di base per la realizzazione di un'iniziativa impegnativa come la gestione di un corso di dottorato di ricerca.

Una motivazione non secondaria concerne la carenza ormai quasi assoluta in Italia di centri che preparino i ricercatori nel campo del servizio sociale. Occorre dunque recuperare il terreno sinora perduto rispetto ad altri contesti, da quello statunitense (dove operano intere facoltà dedicate al *social work*) a quello francese (che prevede un itinerario piuttosto lungo e complesso per gli operatori nel campo dell'assistenza sociale).

Il Corso di Dottorato in "Teoria e ricerca educativa e sociale" si avvale delle strutture e delle attrezzature disponibili presso il Dipartimento di Scienze della Formazione di Roma Tre, nonché del notevole patrimonio bibliografico disponibile presso le biblioteche dell'Ente Italiano per il Servizio Sociale (già in convenzione con Roma Tre) e dell'Istituto Italiano per il Servizio Sociale.

Resta inteso che tutte le disponibilità in atto presso l'Università Roma Tre sono utilizzabili dal Corso di Dottorato in "Teoria e ricerca educativa e sociale": dai centri di calcolo ai servizi per gli scambi internazionali (soprattutto con i programmi europei), dai centri linguistici a quelli audiovisivi.

Le risorse soggette a fruizione sono numerose, innovative e facilmente accessibili, tali in ogni caso da soddisfare anche le esigenze più avanzate: uso della rete Internet, consultazione bibliografica telematica, prestito librario agevolato, mobilità internazionale sia in regime convenzionato che come *free mover*.

Tenuto conto del carattere peculiare della ricerca nel campo del servizio sociale viene richiesta ai candidati all'ammissione la conoscenza di almeno una lingua diversa dall'italiano ed in particolare dell'inglese e/o del francese, dello spagnolo, del portoghese, del tedesco.

Conclusioni

Si era partiti nel 2000 con un intento ben preciso: riservare al servizio sociale un dottorato specifico proprio per sottolinearne la rilevanza scientifica e sociale. Poi, a poco a poco, sia la sociologia che la pedagogia hanno inglobato le discipline dedicate al *social work*, per cui in un primo momento lo **spazio** accademico riservato è stato dimezzato e da ultimo è

risultato tripartito. Orbene il sostegno reciproco fra materie affini è quanto mai auspicabile ma va ricordato che una dose sufficiente di autonomia disciplinare va garantita appunto per dissipare un patrimonio acquisito a fatica ed attraverso diatribe accademiche piuttosto accese. È proprio il caso di ricordare che in altri contesti fuori dell'Italia la specificità del servizio sociale è ampiamente riconosciuta, tanto che interi dipartimenti o intere facoltà nonché innumerevoli centri di ricerca sono intitolati al *social work*.

P. S.: ringrazio cordialmente la Professoressa Carmelina Chiara Canta (Università Roma Tre) per alcune osservazioni che ho debitamente accolte nel testo finale

Riferimenti:

ASSITENTI SOCIALI PUNTO ORG. **Storia del Servizio Sociale.** Disponibile in: <https://www.assistentisociali.org/servizio_sociale/storia_del_servizio_sociale.htm >. Acesso in: 27 dez 2024.

BERNOCCHI R. et all. **Le scuole di servizio sociale in Italia. Aspetti e momenti della loro storia.** Fondazione Zancan. 1984.

CEPAS Centro di educazione professionale per assistenti sociali. **Corrispondenza con Annamaria Levi e Paolo Volponi del CEPAS** (1955 gennaio 5 - 1956 luglio 23). Disponibile: <http://www.archimistaweb.polimi.it/fonds/684/units/43737>. Acesso in: 27 dez 2024.

UNIVERSITÀ ROMA TRE. **Dottorato di ricerca in Teoria e ricerca educativa e sociale**.Disponibile in: <https://scienzeformazione.uniroma3.it/ricerca/dottorato-di-ricerca/dottorato-di-ricerca-teoria-ricerca-educativa-sociale/>. Acesso in: 27 dez 2024.

LA DESIGUALDAD INSOPORTABLE, LA IGUALDAD POSIBLE Y LA ACCIÓN DE LOS SERVICIOS SOCIALES

Lluis F. Peris Cancio[20]

Resumen

Este trabajo analiza el concepto de desigualdad insoportable como umbral crítico a partir del cual las brechas económicas, sociales y de poder dejan de ser tolerables y se convierten en un factor de desestabilización democrática, social y ética. A partir de aportes de Piketty, Stiglitz y Sen, así como de perspectivas latinoamericanas críticas (Dussel, Quijano, Svampa), se sostiene que la desigualdad debe comprenderse como un fenómeno histórico y estructural vinculado a relaciones coloniales, dinámicas extractivistas, desigualdades de género y transformaciones tecnológicas globales. El artículo discute además la indeterminación del concepto de igualdad y la necesidad de especificar sus dimensiones y sujetos, destacando la diferencia entre "tratar a las personas por igual" y "tratar a las personas como iguales". Se argumenta que los servicios sociales constituyen un campo estratégico para la reducción de la desigualdad, en tanto combinan políticas redistributivas, discriminación positiva, fortalecimiento comunitario y ampliación de capacidades. Desde esta perspectiva, los servicios sociales no solo mitigan vulnerabilidades, sino que actúan como agentes de transformación social orientada hacia una igualdad posible, situada y contextualizada.

Palabras clave: Desigualdad social, igualdad posible, vulnerabilidad estructural, políticas redistributivas, transformación social

Abstract

This paper analyzes the concept of intolerable inequality as a critical threshold beyond which economic, social, and power gaps cease to be tolerable and become a factor of democratic, social, and ethical destabilization. Drawing on contributions from Piketty, Stiglitz, and Sen, as well as critical Latin American perspectives (Dussel, Quijano, Svampa), it argues that inequality must be understood as a historical and structural phenomenon linked to colonial relations, extractive dynamics, gender inequalities, and global technological transformations. The article also discusses the indeterminacy of the concept of equality and the need to specify its dimensions and subjects, highlighting the difference between "treating people equally" and "treating people as equals." It argues that social services constitute a strategic field for reducing inequality, as they combine redistributive policies, affirmative action, community strengthening, and capacity building. From this perspective, social services not only mitigate vulnerabilities but also act as agents of social transformation oriented toward a possible, situated, and contextualized equality.

[20] Profesor de la Sapienza Università di Roma, correo electrónico: lluisfrancesc.periscancio@uniroma1.it; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3295-1172.

Keywords: Social inequality, possible equality, structural vulnerability, redistributive policies, social transformation

INTRODUCCIÓN: La desigualdad insoportable

La desigualdad económica ha sido históricamente un fenómeno aceptado como inherente a la organización social y económica. Sin embargo, su creciente exacerbación en las últimas décadas ha dado lugar al surgimiento del concepto de desigualdad insoportable, que designa un umbral a partir del cual las disparidades económicas y sociales no solo resultan éticamente inaceptables, sino que también se convierten en factores de desestabilización política, social y económica. Este término, popularizado en parte por autores como Thomas Piketty (2013) y Joseph Stiglitz (2015), plantea que ciertos niveles de desigualdad no solo amenazan la cohesión social, sino que también socavan la legitimidad de los sistemas democráticos y la sostenibilidad del modelo capitalista.

El concepto de desigualdad insoportable encuentra sus raíces en las teorías de justicia distributiva y crítica social. Autores como Amartya Sen (2009) han señalado que la desigualdad no debe evaluarse únicamente en términos económicos, sino también considerando las capacidades y oportunidades que las personas tienen para llevar una vida digna. En este sentido, la desigualdad insoportable se manifiesta cuando las brechas de ingreso y riqueza generan exclusión sistemática, privando a amplios sectores de la población de derechos fundamentales y participación significativa en la vida social.

En América Latina, donde la desigualdad ha alcanzado niveles estructurales, el concepto de desigualdad insoportable es particularmente relevante. Según datos de Alvaredo et al. (2017), el 10% más rico concentra más del 50% del ingreso nacional en países como Brasil y México, mientras que vastos sectores de la población carecen de acceso a derechos básicos como la educación, la salud y la vivienda. Esta concentración extrema de la riqueza no solo perpetúa la exclusión social, sino que también genera tensiones sociales y conflictos políticos, como se ha observado en las protestas masivas en Chile (2019) o Colombia (2021), donde la desigualdad estructural fue un detonante clave.

Pensadores como Enrique Dussel (1998) y Aníbal Quijano (2000) han analizado cómo estas desigualdades extremas tienen raíces históricas en la colonialidad del poder en América Latina, un sistema de dominación que combina factores económicos, raciales y culturales para perpetuar la subordinación de las mayorías. Este marco analítico permite entender cómo la desigualdad insoportable no es solo una cuestión económica, sino una manifestación de

estructuras de poder profundamente arraigadas. El umbral de lo insoportable no es uniforme; depende del contexto social, histórico y cultural. En términos económicos, autores como Piketty (2013) y Lustig (2018) han documentado cómo la concentración de riqueza en manos de una élite estrecha genera una percepción de injusticia que desestabiliza las sociedades.

Según Kliksberg (2019), la desigualdad insoportable se manifiesta en tres áreas principales. En primer lugar, la exclusión de derechos básicos, donde la desigualdad extrema impide que grandes sectores de la población accedan a servicios esenciales como educación, salud y vivienda, consolidando ciclos intergeneracionales de pobreza. En segundo lugar, la concentración del poder político, ya que las élites económicas utilizan su influencia para capturar instituciones democráticas y perpetuar políticas que refuerzan su posición privilegiada. En tercer lugar, el deterioro de la cohesión social, ya que la desigualdad extrema erosiona la confianza en las instituciones y fomenta el descontento social, lo que puede derivar en protestas, conflictos y crisis de gobernabilidad. Para enfrentar esta realidad, es necesario adoptar un enfoque multidimensional que combine políticas redistributivas, fortalecimiento de derechos sociales y transformación estructural.

Piketty (2020) propone sistemas tributarios progresivos como una herramienta clave para redistribuir la riqueza y reducir las brechas económicas, mientras que, en el contexto latinoamericano, Nora Lustig (2018) sugiere reformas fiscales que eliminen privilegios regresivos y aumenten la inversión en educación y salud pública. Desde una perspectiva ética y filosófica, autores como Sen (2009) y Dussel (1998) abogan por una redefinición del desarrollo que priorice el bienestar humano sobre el crecimiento económico. Este enfoque implica no solo reducir las desigualdades materiales, sino también garantizar que todas las personas tengan acceso a los recursos y oportunidades necesarias para participar plenamente en la vida social. El concepto de desigualdad insoportable ofrece, por tanto, un marco crítico para analizar los efectos devastadores de las disparidades económicas extremas en las sociedades contemporáneas. En América Latina, donde la desigualdad estructural es uno de los principales desafíos, este enfoque permite identificar los límites éticos, sociales y políticos del modelo económico vigente. Superar este umbral requiere un compromiso colectivo para implementar políticas inclusivas y promover una transformación estructural que garantice la justicia social y la equidad.

Nuevas perspectivas para entender la desigualdad.

La desigualdad, como fenómeno global y multidimensional, exige un enfoque analítico que abarque factores históricos, económicos, ecológicos, sociales y tecnológicos. Inicialmente vinculada al análisis económico de Karl Marx, la comprensión de la desigualdad se ha expandido al integrar perspectivas que revelan su carácter sistémico y estructural en el contexto globalizado contemporáneo. Las dinámicas de la globalización, la crisis ambiental, las relaciones de género y el avance tecnológico aportan dimensiones esenciales para enriquecer nuestra comprensión de cómo las estructuras de poder perpetúan la desigualdad en sus múltiples manifestaciones.

El avance tecnológico ha sido un factor determinante en la configuración contemporánea de la desigualdad. Aunque las tecnologías tienen el potencial de democratizar el acceso a la información, mejorar la productividad y reducir brechas sociales, también han contribuido a amplificar disparidades preexistentes. Autores como Brynjolfsson y McAfee (2014) han señalado que la denominada "segunda era de las máquinas", caracterizada por la automatización, la inteligencia artificial y la digitalización, ha generado una polarización en los mercados laborales. Mientras que los trabajadores altamente cualificados se benefician de los avances tecnológicos, aquellos con menor formación enfrentan crecientes riesgos de desempleo o precarización laboral, lo que agrava las desigualdades económicas y sociales.

La concentración de riqueza en la economía digital es otro eje clave de análisis. Empresas tecnológicas como Google, Amazon, Meta y Apple han alcanzado niveles sin precedentes de acumulación de capital, ejerciendo un control significativo sobre los datos y las infraestructuras digitales globales. Según Zuboff (2019), esta dinámica ha dado lugar al "capitalismo de vigilancia", en el que los datos personales se convierten en un recurso explotable que profundiza la asimetría de poder entre corporaciones y ciudadanos. Este modelo no solo refuerza las desigualdades económicas, sino que también plantea preocupaciones éticas y políticas sobre la privacidad, la autonomía y la democracia.

El acceso desigual a la tecnología y la brecha digital también perpetúan la exclusión social. Mientras que en los países desarrollados la conectividad y las competencias digitales son cada vez más generalizadas, en regiones como América Latina, África Subsahariana y Asia Meridional, grandes segmentos de la población carecen de acceso a internet, dispositivos adecuados o educación digital. Esto limita su capacidad para participar en la economía digital,

acceder a información crítica o beneficiarse de servicios esenciales en línea, lo que acentúa las disparidades entre regiones, comunidades urbanas y rurales, y distintos grupos socioeconómicos.

En el ámbito educativo, la tecnología ha mostrado un doble impacto. Por un lado, herramientas como la educación en línea tienen el potencial de ampliar el acceso al aprendizaje, especialmente en áreas remotas. Por otro lado, sin políticas públicas que garanticen la equidad, estas tecnologías tienden a beneficiar principalmente a quienes ya cuentan con recursos económicos y educativos, exacerbando las desigualdades en el acceso al conocimiento y las oportunidades. Desde una perspectiva latinoamericana, esta realidad se agrava en contextos de dependencia tecnológica y mercados laborales desiguales. La región enfrenta desafíos estructurales para adaptarse a la economía digital, donde las inversiones en innovación y competencias digitales suelen ser insuficientes.

El análisis de la desigualdad también debe incorporar la dimensión ecológica, ya que las crisis ambientales están intrínsecamente ligadas a las lógicas del capitalismo. Joel Kovel (2014) critica al capitalismo como un sistema inherentemente ecodestructivo e irreformable. Argumenta que este modelo económico, con su compulsión hacia la expansión ilimitada, ha intensificado una ruptura histórica entre la humanidad y la naturaleza. Kovel sostiene que las políticas ecológicas existentes suelen evadir el problema estructural del capital, proponiendo en cambio un ecosocialismo como alternativa. Este modelo prioriza una relación sostenible y ética con la naturaleza, donde los recursos ya no son concebidos como mercancías explotables, sino como bienes intrínsecamente valiosos. Kovel prevé que esta transición será esencial para superar la crisis ecológica y construir una sociedad de productores libres y asociados.

Un enfoque complementario e indispensable es el de género, particularmente desde la perspectiva del ecofeminismo. Esta corriente crítica combina la denuncia del patriarcado con la crítica al capitalismo, identificando paralelismos entre la explotación de las mujeres y la explotación de la naturaleza. Carolyn Merchant (1980) establece un vínculo histórico entre la dominación de la naturaleza y la subordinación de las mujeres, promovido por la Revolución Científica y el capitalismo moderno. Por su parte, Ivone Gebara (1995) enfatiza que la justicia ambiental debe integrarse con la justicia de género, ya que las mujeres, especialmente en comunidades del Sur global, son las más afectadas por los efectos de la degradación ambiental. Ariel Salleh (1997) agrega que las mujeres han liderado iniciativas de resistencia contra los

modelos de desarrollo extractivistas, construyendo economías alternativas basadas en la sostenibilidad, la solidaridad y el cuidado.

América Latina, como región históricamente marcada por la dependencia económica, el extractivismo y las desigualdades de género, ofrece un caso paradigmático para integrar estas perspectivas. Desde la perspectiva del sistema-mundo de Wallerstein, la región opera como una periferia explotada por el núcleo global. Simultáneamente, las dinámicas del capitalismo global han intensificado los conflictos ecológicos, como la deforestación del Amazonas o los megaproyectos extractivistas que desplazan comunidades indígenas y campesinas, afectando de manera desproporcionada a las mujeres. En este contexto, el ecofeminismo se convierte en una herramienta clave para abordar estas problemáticas interconectadas. Las autoras mencionadas destacan que las mujeres de estas comunidades no solo enfrentan las consecuencias más severas de la crisis ecológica, sino que también lideran movimientos sociales que cuestionan las bases estructurales del capitalismo extractivista. Este enfoque pone de relieve la importancia de articular una lucha integral que aborde la desigualdad desde perspectivas económicas, ecológicas, de género y tecnológicas.

Estas perspectivas muestran que la desigualdad no es un fenómeno unidimensional, sino una manifestación compleja de relaciones de poder interconectadas. Entender y combatir la desigualdad requiere un enfoque interdisciplinario que no solo analice sus causas económicas, sino que también reconozca sus dimensiones ecológicas, sociales, tecnológicas y de género.

El término “igualdad” es indeterminado.

El concepto de igualdad ha sido un pilar fundamental en el desarrollo de las ideologías políticas modernas, aunque su definición precisa y su implementación práctica presentan numerosas ambigüedades. Estas dificultades surgen de la indeterminación semántica del término y de las limitaciones inherentes a su aplicación universal. Norberto Bobbio, en sus reflexiones sobre este tema, señala que para que la noción de igualdad tenga sentido en un contexto político, es necesario especificar “¿igualdad entre quién?” y “¿igualdad en qué?” (Bobbio, 1977, p. 358; Bobbio, 1995, p. 30). Sin esta precisión, el término carece de un significado operativo, lo que dificulta su uso en el diseño de políticas públicas o en la elaboración de teorías normativas.

Además de esta indeterminación semántica, la igualdad enfrenta límites teóricos y prácticos debido a las tensiones entre diferentes dimensiones del igualitarismo. Amartya Sen (1992) subraya que insistir en la igualdad en un área puede generar desigualdades en otras, dada la diversidad de características y condiciones humanas, como edad, género, habilidades y circunstancias socioeconómicas. Según Sen, "la igualdad en un espacio puede implicar desigualdades en otro espacio" (1992, p. 34), lo que plantea la imposibilidad de aplicar el concepto de igualdad de manera universal y simultánea en todos los ámbitos de la vida social.

Desde una perspectiva latinoamericana, autores como Enrique Dussel y Boaventura de Sousa Santos han enriquecido el debate sobre la igualdad al vincularlo con la justicia social en contextos de colonialidad y desigualdad estructural. Dussel (1998) argumenta que el igualitarismo universalista tiende a ignorar las especificidades históricas y culturales de los pueblos colonizados, lo que refuerza estructuras de opresión y exclusión. Según este autor, una concepción auténtica de igualdad debe considerar las voces y experiencias de los sectores históricamente marginados, integrando una dimensión ética de reconocimiento y reparación.

La naturaleza equívoca del término igualdad también deriva de su proximidad conceptual con la identidad. Desde una perspectiva estrictamente formal, la igualdad absoluta implicaría la indistinguibilidad total entre dos entidades, como ocurre en las matemáticas y la lógica. Sin embargo, en el ámbito social, esta equivalencia no es posible, como ya señaló Leibniz con su principio de la identidad de los indiscernibles: "no hay dos seres perfectamente iguales en la naturaleza" (Abbagnano, 1993). En este sentido, Sen (1999) destaca que la diversidad humana generalizada refuerza la necesidad de especificar qué aspectos de igualdad son relevantes en un contexto determinado.

Ronald Dworkin (1996) agrega que, aunque la igualdad ha sido un ideal político poderoso, su definición precisa ha sido relativamente descuidada, lo que contribuye a su ambigüedad en los debates contemporáneos. Esta indefinición semántica, como señala Rae-Yates (1981), fomenta una dialéctica viva en torno a su uso, donde incluso las concepciones más igualitarias enfrentan desafíos internos. Michael Walzer (1983) admite que la igualdad, entendida literalmente, es un ideal constantemente traicionado en la práctica, dado que las dinámicas sociales tienden a redistribuir de manera desigual cualquier recurso inicialmente igualitario.

En América Latina, el debate sobre la igualdad está profundamente ligado a las luchas por la justicia social y los derechos colectivos. Autores como Maristella Svampa (2016) y Aníbal Quijano (2000) han señalado que las desigualdades estructurales en la región no pueden abordarse sin considerar las dinámicas de colonialidad y extractivismo. Svampa critica cómo las economías dependientes de recursos naturales han perpetuado desigualdades sociales y culturales, especialmente entre las comunidades indígenas y campesinas, mientras que Quijano resalta la necesidad de desmontar las jerarquías raciales y epistemológicas que sostienen las desigualdades contemporáneas.

La desigualdad se puede medir.

Sin embargo la desigualdad económica, un concepto esencial en el análisis social y económico, puede medirse perfectamente mediante herramientas matemáticas y estadísticas que permiten cuantificarla y compararla en diferentes contextos. Entre los métodos más reconocidos están la *curva de Lorenz* y el *coeficiente de Gini*, ampliamente utilizados para estudiar la distribución de ingresos y recursos en una población.

La curva de Lorenz, propuesta por Max Lorenz en 1905, es una representación gráfica que ilustra la distribución acumulada del ingreso (o cualquier otra variable continua) entre los individuos de una población. En esta curva, el eje horizontal representa el porcentaje acumulado de individuos, ordenados de menor a mayor ingreso, y el eje vertical muestra el porcentaje acumulado del ingreso total correspondiente a ese porcentaje acumulado de la población. La línea de equidistribución, una línea recta con un ángulo de 45°, representa una distribución perfectamente igualitaria, donde cada porcentaje de la población recibe exactamente el mismo porcentaje del ingreso total. Cuanto más alejada esté la curva de Lorenz de esta línea, mayor será la desigualdad en la distribución (Lorenz, 1905).

El coeficiente de Gini, desarrollado por Corrado Gini en 1921, es el índice más utilizado para medir la desigualdad económica. Este coeficiente se calcula como la relación entre el área comprendida entre la curva de Lorenz y la línea de equidistribución (área A) y el área total bajo la línea de equidistribución (área A + B). En términos prácticos, un coeficiente de Gini igual a 0 indica una distribución perfectamente igualitaria, mientras que un coeficiente igual a 1 representa una desigualdad extrema, donde un solo individuo concentra la totalidad del ingreso o recurso analizado (Gini, 1921).

El coeficiente de Gini tiene varias ventajas. Es una medida estandarizada que permite comparar niveles de desigualdad entre diferentes países, regiones o períodos de tiempo. Además, puede aplicarse a variables tanto monetarias como no monetarias, lo que lo convierte en una herramienta versátil en el análisis social y económico. Sin embargo, su simplicidad también tiene limitaciones. Por ejemplo, no proporciona información detallada sobre la estructura de la desigualdad, como las brechas entre los extremos de la distribución, ni refleja cambios específicos en los niveles de desigualdad en diferentes segmentos de la población (Cowell, 2011).

Otros indicadores complementan el análisis de la desigualdad. El índice de Theil, derivado de la teoría de la entropía, permite descomponer la desigualdad en componentes intra e intergrupales, proporcionando información más detallada sobre las fuentes de desigualdad (Theil, 1967). Asimismo, los índices de Palma, propuestos por Gabriel Palma (2011), se centran en la relación entre los ingresos del 10% más rico y el 40% más pobre, ofreciendo una perspectiva más centrada en los extremos de la distribución.

Desde una perspectiva latinoamericana, varios autores han contribuido significativamente al análisis de la desigualdad. Luis Felipe López-Calva y Nora Lustig (2010) han estudiado el impacto de las políticas fiscales y sociales en la reducción de la desigualdad en América Latina, subrayando que estas herramientas pueden tener efectos significativos, aunque limitados, en contextos de alta desigualdad estructural. Por su parte, Ricardo French-Davis (2005) destaca cómo las dinámicas de desigualdad en la región están profundamente influenciadas por las políticas macroeconómicas y la volatilidad de los mercados internacionales. Además, José Gabriel Palma (2011) resalta que la desigualdad en América Latina no solo se refleja en los índices de ingreso, sino también en las persistentes brechas en acceso a educación, salud y oportunidades.

En el ámbito internacional, organismos como el Banco Mundial y la CEPAL han adoptado estas herramientas para evaluar la desigualdad y orientar políticas públicas. La CEPAL (2018) ha enfatizado que, aunque la región experimentó una reducción de la desigualdad en la primera década del siglo XXI, las brechas siguen siendo profundas, especialmente entre grupos históricamente marginados, como las mujeres, las comunidades indígenas y afrodescendientes.

Estas métricas no solo permiten una evaluación objetiva de la desigualdad, sino que también facilitan la comparación entre contextos y el diseño de políticas públicas orientadas a la equidad y la justicia social. Sin embargo, para una comprensión más completa, es fundamental incorporar perspectivas regionales como las de los autores latinoamericanos, quienes aportan valiosos *insights* sobre las particularidades de la desigualdad en América Latina.

Tratar a las personas de manera justa no significa tratar a las personas por igual.

La justicia no puede reducirse a la simple idea de tratar a todos de manera idéntica. Desde Aristóteles, en su *Ética a Nicómaco* (Libro V), se establece que la justicia distributiva exige que los iguales sean tratados de manera igual y los desiguales de manera desigual, conforme a sus méritos o circunstancias (Rosenfeld, 2001). Sin embargo, esta formulación, aunque formalmente correcta, no ofrece directrices concretas sobre qué constituye un trato justo, ya que las diferencias entre las personas son intrínsecas y múltiples. Bobbio (1995) enfatiza que incluso si los seres humanos pueden considerarse más iguales que desiguales en comparación con otras especies, esta constatación descriptiva no puede derivar normativamente en que deban ser tratados de manera idéntica.

La representación clásica de la justicia como una mujer con una balanza y una espada refleja este dilema. Aunque es efectiva para ilustrar conflictos binarios, la complejidad de las sociedades contemporáneas, como señala Rawls, implica una pluralidad de actores sociales cuyas interacciones generan una distribución desigual de recursos, recompensas y oportunidades. Esta pluralidad exige criterios de justicia que no se limiten a la equidad matemática, sino que consideren la diversidad y las particularidades de cada situación.

Dworkin (1977) aporta una distinción crucial entre "tratar a las personas por igual" y "tratar a las personas como iguales". Mientras que la primera implica una distribución uniforme de recursos, la segunda exige respeto y consideración iguales hacia cada persona, independientemente de las diferencias en su posición o circunstancias. Este enfoque subraya que la justicia no radica en la igualdad absoluta, sino en garantizar que las diferencias individuales sean consideradas en contextos específicos para promover el respeto mutuo y la equidad.

Desde una perspectiva latinoamericana, volviendo a autores como Enrique Dussel y Boaventura de Sousa Santos encontramos un análisis de la justicia desde contextos de desigualdad estructural. Dussel (1998) argumenta que una justicia auténtica debe reconocer las historias de exclusión y opresión que han configurado a las sociedades del Sur global, promoviendo un marco ético de reconocimiento que privilegie a los sectores históricamente marginados. Según este autor, tratar a las personas de manera justa implica reconocer sus diferencias y diseñar políticas que respeten estas especificidades en lugar de imponer criterios universales homogéneos.

Boaventura de Sousa Santos (2006) profundiza esta visión al proponer las "epistemologías del Sur", las cuales desafían los modelos eurocéntricos de justicia. Estas epistemologías argumentan que las desigualdades deben abordarse no solo en términos materiales, sino también reconociendo las diversidades culturales, sociales y epistémicas de los pueblos latinoamericanos. En este marco, la justicia implica no homogenizar, sino garantizar que las diferencias enriquezcan el tejido social sin transformarse en jerarquías de poder.

La idea de "indexicalidad" es fundamental en este contexto. Esta noción, que resalta la importancia del contexto en la interpretación de los hechos sociales, implica que el trato justo debe adaptarse a las circunstancias particulares de cada individuo o grupo. Según Riva (2016), el principio de igualdad de consideración se traduce en un principio de imparcialidad dentro de las comunidades políticas, asegurando que los intereses de todas las personas sean valorados por igual y que no se favorezca arbitrariamente a ciertos grupos en detrimento de otros.

La reflexión feminista, particularmente desde la ética del cuidado, ha subrayado la importancia de reconocer las diferencias de género como especificidades en lugar de subordinarlas a un modelo normativo masculino. Carol Gilligan (1977) argumenta que lo que históricamente se ha considerado como inferioridad femenina es, en realidad, una manifestación de singularidad y riqueza. Desde América Latina, autoras como Marcela Lagarde (2005) han destacado que la lucha por la justicia de género en la región debe abordar las desigualdades estructurales sin caer en la homogenización de las experiencias femeninas, respetando las intersecciones entre clase, etnia y género.

El problema central, por tanto, no radica solamente en la existencia de desigualdades económicas o sociales, sino en las dinámicas de dominación que emergen cuando estas desigualdades condicionan la estratificación en otros ámbitos de la vida social. Con grande

realismo Walzer (1983) señala que el objetivo del igualitarismo político no es eliminar todas las desigualdades, sino garantizar que no se transformen en sistemas de dominación que perpetúen privilegios injustificados entre distintos grupos sociales.

Instrumentos para reducir la desigualdad.

La reducción de la desigualdad es uno de los desafíos más apremiantes para los gobiernos contemporáneos. Este problema no solo tiene implicaciones éticas, sino también económicas y sociales, ya que altos niveles de desigualdad afectan negativamente la cohesión social, la estabilidad política y el crecimiento económico sostenible. En este contexto, Oxfam ha desarrollado el Índice de Compromiso con la Reducción de la Desigualdad (Índice CRI), una herramienta que clasifica a 161 gobiernos en función de sus esfuerzos por reducir las desigualdades a través de tres pilares clave: gasto social, fiscalidad y empleo.

El gasto social es un componente central en la lucha contra la desigualdad. La inversión en servicios públicos como salud, educación y protección social tiene un efecto redistributivo directo, nivelando el acceso a oportunidades y mejorando las condiciones de vida de las personas más vulnerables. En América Latina, países como Uruguay y Costa Rica han sido modelos de éxito en la implementación de políticas sociales robustas. Según la CEPAL (2020), Uruguay ha logrado reducir significativamente la pobreza y la desigualdad mediante programas de transferencias monetarias condicionadas, pensiones universales y un sistema de salud público inclusivo.

La fiscalidad es otro pilar crucial. Un sistema fiscal progresivo que grave de manera más intensa a quienes tienen mayores ingresos y riquezas puede redistribuir recursos de manera efectiva. Sin embargo, América Latina enfrenta desafíos en esta área, ya que la región tiene sistemas tributarios regresivos, donde los impuestos indirectos, como el IVA, representan una mayor carga para los sectores más pobres (CEPAL, 2018).

El empleo y las condiciones laborales son igualmente determinantes para combatir las desigualdades. Políticas que promuevan el salario mínimo digno, la formalización del empleo y la equidad de género en el mercado laboral son esenciales. En este sentido, Brasil logró avances significativos entre 2003 y 2014, mediante el aumento del salario mínimo, la creación de empleo formal y programas como "Bolsa Familia", que no solo reducían la pobreza extrema, sino que también fomentaban la inserción de las mujeres en el mercado laboral (Cornia, 2014). Sin embargo, como advierte Svampa (2016), los retrocesos en estos logros, derivados de

políticas de austeridad y crisis económicas recientes, han evidenciado la fragilidad de estas iniciativas frente a las dinámicas globales.

Además de estos tres pilares, América Latina ha aportado perspectivas críticas sobre la desigualdad que van más allá de las métricas tradicionales. Retomando Enrique Dussel (1998) vemos como este autor argumenta que cualquier política destinada a combatir la desigualdad debe estar anclada en un marco ético que reconozca las injusticias históricas de la región, especialmente las vinculadas a la colonialidad y el racismo estructural.

El Índice CRI de Oxfam no solo evalúa el desempeño de los gobiernos, sino que también ofrece una herramienta para identificar áreas de mejora y establecer comparaciones entre países. Según el informe de 2022, varios países de América Latina se encuentran entre los de mejor desempeño en gasto social, aunque sus sistemas fiscales y laborales aún muestran importantes desafíos. Para la CEPAL (2020), la recuperación postpandemia representa una oportunidad única para implementar reformas estructurales que prioricen la reducción de las desigualdades y promuevan un desarrollo sostenible e inclusivo.

Podemos afirmar de consecuencia que los instrumentos para reducir la desigualdad no se limitan a medidas técnicas, sino que deben estar acompañados de un compromiso político y ético por parte de los gobiernos. América Latina, con sus contextos históricos y sociales específicos, ofrece ejemplos y lecciones valiosas que pueden enriquecer el debate global sobre la lucha contra la desigualdad. No obstante, estos esfuerzos requieren continuidad y adaptabilidad frente a los retos económicos y sociales cambiantes.

La discriminación positiva en las políticas sociales y en los servicios sociales.

La discriminación positiva, o acción afirmativa, es una herramienta esencial en las políticas sociales y los servicios sociales, cuyo objetivo es corregir desigualdades estructurales e históricas que limitan el acceso de ciertos grupos a recursos y oportunidades. Este enfoque se fundamenta en el principio de equidad, que busca ofrecer un “trato desigual entre desiguales” para garantizar justicia y respeto hacia las diferencias individuales y colectivas (Somaini, 2002). En este marco, los servicios sociales desempeñan un papel crucial al actuar como mecanismos redistributivos y de inclusión.

El principio de equidad reconoce que no todas las personas parten de las mismas condiciones y, por tanto, exige intervenciones diferenciadas. Como señala Briggs (1961), el

Estado de Bienestar utiliza el poder organizado para garantizar tres elementos fundamentales: un ingreso mínimo, seguridad frente a contingencias sociales como enfermedad o desempleo, y acceso a servicios sociales esenciales sin distinción de clase o estatus. Estas acciones buscan mitigar los efectos negativos de las fuerzas del mercado y promover una mayor cohesión social.

Desde una perspectiva filosófica, autores como Taylor y Habermas (1992) argumentan que el respeto y el reconocimiento de las diferencias son fundamentales para construir sistemas de justicia equitativos. El concepto de desigualdad, aunque a menudo percibido negativamente, puede ser una herramienta valiosa para el diseño de políticas sociales. Sen (1992) plantea que la desigualdad no solo se relaciona con la distribución de recursos, sino también con la falta de libertades y capacidades para alcanzar los funcionamientos deseados. Así, los servicios sociales deben adaptarse a las necesidades y capacidades individuales, permitiendo que las personas desarrollen su potencial y ejerzan su libertad.

En Italia, Donati (1991) subraya que los servicios sociales deben ir más allá de la provisión de recursos materiales y centrarse en la creación de redes relacionales que promuevan la integración social. Este enfoque relacional también se refleja en las políticas de inserción laboral para personas con discapacidad, que combinan apoyo continuo y mecanismos preferenciales para garantizar su participación activa en el mercado laboral (Colozzi & Giovannini, 2002). Por otro lado, Giaccardi (2006) argumenta que los servicios sociales deben responder no solo a necesidades inmediatas, sino también a procesos que fortalezcan la autonomía de los usuarios, reconociendo sus diferencias culturales, sociales y económicas.

En América Latina, los programas de discriminación positiva han tenido un impacto significativo en áreas como la educación y la representación política. Por ejemplo, Brasil implementó cuotas para afrodescendientes e indígenas en universidades públicas, lo que ha incrementado la inclusión educativa y la movilidad social (Lustig, 2018). Asimismo, Bolivia y Ecuador han adoptado políticas que priorizan el acceso de las comunidades indígenas a servicios de salud y educación, reflejando un reconocimiento explícito de las desigualdades estructurales que enfrentan estos grupos.

Los servicios sociales son esenciales para garantizar la inclusión y la cohesión social. Costa (2016) sugiere que, en Europa, los modelos de servicios sociales deben evolucionar hacia enfoques participativos e inclusivos, donde los usuarios no sean únicamente receptores de beneficios, sino también actores activos en el diseño y evaluación de las políticas. Este enfoque

participativo, como señala Giovanola (2018), permite desarrollar soluciones que reflejen las necesidades reales de las comunidades, promoviendo un reconocimiento más profundo de las diferencias y una equidad sostenible.

La discriminación positiva y los servicios sociales son instrumentos fundamentales para construir sociedades más equitativas y justas. Reconocer y abordar las desigualdades estructurales mediante intervenciones diferenciadas no solo es legítimo, sino necesario. Desde las perspectivas italiana y latinoamericana, se ofrece un marco enriquecedor para entender cómo los servicios sociales pueden transformarse en herramientas efectivas de inclusión y cohesión social, respetando las diferencias y promoviendo el bienestar colectivo.

A modo de conclusión.

Los servicios sociales desempeñan un papel esencial en la promoción de la igualdad, actuando como mecanismos redistributivos y de inclusión que abordan desigualdades estructurales e históricas. Para ello, se apoyan en diversos instrumentos diseñados para garantizar el acceso equitativo a recursos, derechos y oportunidades. Uno de los instrumentos clave es la implementación de prestaciones económicas, como subsidios condicionados y pensiones no contributivas. Programas como "Bolsa Familia" en Brasil o "Prospera" en México han demostrado su efectividad al proporcionar transferencias monetarias a familias en situación de pobreza a cambio de compromisos en áreas como educación y salud, rompiendo así ciclos intergeneracionales de desigualda. Adicionalmente, las pensiones no contributivas garantizan un ingreso mínimo a personas mayores, discapacitadas o en condiciones de vulnerabilidad, ampliando el alcance de los derechos sociales.

El acceso a servicios básicos esenciales es otro componente central de los servicios sociales en su lucha por la igualdad. La provisión de educación pública gratuita y de calidad es fundamental para reducir desigualdades estructurales, ya que la educación actúa como un motor de movilidad social. Asimismo, los sistemas de salud universales, como el de Costa Rica, han permitido garantizar la atención sanitaria inclusiva y equitativa, fortaleciendo el bienestar colectivo. En paralelo, los programas de vivienda asequible han proporcionado soluciones habitacionales dignas para sectores marginados, mitigando la exclusión social.

La promoción del empleo y la formación profesional representan instrumentos cruciales para combatir desigualdades económicas. Los servicios sociales diseñan programas de

capacitación que mejoran las competencias laborales de grupos vulnerables, facilitando su inserción en mercados laborales competitivos. También promueven políticas de empleo inclusivas, incentivando la contratación de personas con discapacidad y reduciendo la brecha de género mediante la equidad salarial. Estas medidas no solo contribuyen a mejorar las condiciones de vida, sino que también fomentan una mayor participación en la economía formal.

La discriminación positiva es esencial para promover la igualdad. Medidas como cuotas de acceso en universidades y empleos públicos para grupos históricamente marginados, así como políticas de género que priorizan la equidad en el mercado laboral, son ejemplos de cómo los servicios sociales corrigen desigualdades estructurales. En América Latina, las iniciativas para incluir a comunidades indígenas y afrodescendientes en la educación superior y el empleo formal han sido significativas para reducir las brechas históricas de exclusión.

Además de la provisión de recursos, los servicios sociales fomentan la creación de redes relacionales y comunitarias, que fortalecen la integración social. Centros comunitarios y programas de apoyo psicosocial son espacios clave para la interacción y el fortalecimiento de las relaciones sociales. Estas redes no solo aumentan el bienestar emocional de las personas, sino que también promueven una ciudadanía activa y participativa con un proyecto político determinado al cambio social.

La supervisión y evaluación de los servicios sociales son igualmente imprescindibles para garantizar su efectividad y sostenibilidad. Herramientas como el coeficiente de Gini o el índice de Palma permiten medir los avances en la reducción de desigualdades, mientras que las auditorías sociales y los sistemas de alerta temprana identifican áreas de mejora y previenen la exclusión social. Estas prácticas refuerzan la transparencia y la rendición de cuentas, asegurando que las políticas respondan a las necesidades reales de la población.

Se puede afirmar, a modo de conclusión que los servicios sociales, a través de una combinación de medidas redistributivas, políticas estructurales y estrategias comunitarias, constituyen una herramienta esencial para combatir la desigualdad. Sin embargo, su éxito requiere un compromiso sostenido de los gobiernos y una opción decidida en favor de la participación activa de la ciudadanía. Solo mediante un enfoque crítico, integral e inclusivo es posible construir sociedades más justas y equitativas, donde todos los ciudadanos puedan ejercer plenamente sus derechos.

Bibliografia:

Abbagnano, N. (1993). Historia de la filosofía IV. Fondo de Cultura Económica.
Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2017). World Inequality Report.
Bobbio, N. (1977). Igualdad y libertad. Einaudi.
Bobbio, N. (1995). Derecha e izquierda: razones y significados de una distinción política. Taurus.
Briggs, A. (1961). The Welfare State in Historical Perspective. European Journal of Sociology, 2(2), 221-258.
CEPAL. (2018). Panorama social de América Latina 2018. Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
CEPAL. (2020). Construir un nuevo futuro: Una recuperación transformadora con igualdad y sostenibilidad. Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
Colozzi, I., & Giovannini, G. (2002). Politiche Sociali e Servizi alla Persona. Il Mulino.
Cornia, G. A. (2014). Falling Inequality in Latin America: Policy Changes and Lessons. Oxford University Press.
Costa, G. (2016). Welfare e disuguaglianze in Europa. Il Mulino.
Cowell, F. A. (2011). Measuring Inequality. Oxford University Press.
De Sousa Santos, B. (2006). Conocer desde el Sur: Por una cultura política emancipatoria. CLACSO.
Donati, P. (1991). La cultura del welfare. Il Mulino.
Dussel, E. (1998). Ética de la liberación en la edad de la globalización y la exclusión. Trotta.
Dworkin, R. (1977). Taking Rights Seriously. Harvard University Press.
Dworkin, R. (1996). Egalitarianism and the Elusive Ideal of Equality. In Sovereign Virtue: The Theory and Practice of Equality. Harvard University Press.
Ffrench-Davis, R. (2005). Reformas para América Latina: Avances y desafíos del siglo XXI. CEPAL-Alfaomega.
Gini, C. (1921). Measurement of inequality of incomes. The Economic Journal, 31(121), 124-126.
Giaccardi, C. (2006). La società post-secolare: Caratteri, problemi e prospettive. Laterza.
Giovanola, B. (2018). Etica del riconoscimento. Laterza.
Kliksberg, B. (2019). La desigualdad mata: Lo que las políticas públicas pueden hacer. Ariel.
Kovel, J. (2014). The Enemy of Nature: The End of Capitalism or the End of the World?. Zed Books.
Lagarde, M. (2005). Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas. Siglo XXI Editores.
Lorenz, M. O. (1905). Methods of measuring the concentration of wealth. Publications of the American Statistical Association, 9(70), 209-219.
López-Calva, L. F., & Lustig, N. (2010). Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress?. Brookings Institution Press.
Lustig, N. (2018). Fiscal Policy, Inequality, and Poverty in Latin America. Brookings Institution Press.
Merchant, C. (1980). The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution. HarperOne.

Piketty, T. (2013). Le Capital au XXIe siècle. Seuil.
Piketty, T. (2020). Capital and Ideology. Harvard University Press.
Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. CLACSO.
Rawls, J. (1971). A Theory of Justice. Harvard University Press.
Riva, R. (2016). Igualdad, justicia y derechos. Trotta.
Salleh, A. (1997). Ecofeminism as Politics: Nature, Marx and the Postmodern. Zed Books.
Sen, A. (1992). Inequality Reexamined. Harvard University Press.
Sen, A. (1999). Development as Freedom. Oxford University Press.
Svampa, M. (2016). Debates Latinoamericanos: Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Ediciones Siglo XXI.
Taylor, C., & Habermas, J. (1992). Multiculturalism and "The Politics of Recognition". Princeton University Press.
Theil, H. (1967). Economics and Information Theory. North-Holland Publishing.
Wallerstein, I. (1974). The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. Academic Press.
Walzer, M. (1983). Spheres of Justice: A Defense of Pluralism and Equality. Basic Books.

EQUIDADE SOCIAL NA PANDEMIA:
população migrante e assistentes sociais

Elena Addessi [21]

Resumo
O artigo pretende potencializar as intervenções profissionais utilizadas pelos assistentes sociais para implementar o mandato institucional do serviço e aquelas para apoiar os direitos da população migrante na fase 1 da emergência desencadeada pela disseminação do vírus COVID-19.

Palavras-chave: preconceito, direitos, desigualdades, serviço social, migrantes.

Abstract
The article intends to enhance the professional interventions used by social workers to implement the institutional mandate of the service and those to support the rights of the migrant population in phase 1 of the emergency triggered by the spread of the COVID-19 virus.

Keywords: prejudice, rights, inequalities, social service, migrants.

1. Direitos e diversidade cultural

A evolução da humanidade tem sido caracterizada pela usurpação de direitos, pela hegemonia dos povos mais fortes que, como usurpadores, tiraram a terra e a dignidade cultural de outros povos, não considerando sua diversidade cultural, mas considerando sua própria cultura no centro de todas as coisas. "Na primeira década do século XX, o sociólogo e antropólogo Graham Summer definiu o etnocentrismo como a tendência de julgar os outros, outras culturas e interpretá-los de acordo com critérios da própria cultura, projetando neles o próprio conceito de evolução, progresso, desenvolvimento e bem-estar, portanto, baseado em uma visão crítica unilateral" (Nano, 2020, p.732). A diversidade entre as culturas tem sido, desde o início da história humana, a causa de conflitos entre os povos. A diversidade é uma condição imutável para o ser humano, é uma condição comum a todos e que a sociedade deve garantir e proteger.

[21] Assistente sociale specialista, docente a contratto Università degli Studi di Roma La Sapienza, Università degli Studi del Molise e Tutor Università degli studi di Cassino e del Lazio Meridionale, elena.addessi@uniroma1.it. ORCID ID: https://orcid.org/0009-0004-4667-6409

As assimetrias de poder, que têm caracterizado as relações entre os povos e suas culturas, são um fenômeno que sempre esteve presente na humanidade. Desde o final da Idade Média europeia até o início da era moderna, as expedições da Europa para conquistar o mundo e a subjugação do outro levaram a páginas de história encharcadas de sangue e abuso. Desde a década de 1970, alguns países adotaram uma política multicultural onde a sociedade gerada era um estado de fato, portanto, era uma sociedade onde vários grupos coexistiam, em um único território, com diferentes valores, práticas, crenças, normas legais e relações sociais.

Em alguns períodos históricos, no entanto, diferentes contextos geográficos permitiram trocas de culturas entrelaçadas em redes de relações e que permitiram a criação de mudanças importantes na história da humanidade. O encontro de diferentes culturas gerou um intercâmbio intercultural entre indivíduos, entre indivíduos e grupos ou entre grupos e grupos de pessoas. Em 1966, C. Geertz relata o conceito de cultura em sua obra *Interpretações das Culturas*, argumentando que é uma "espécie de documento encenado, é, portanto, público como uma piscadela zombeteira ou uma falsa invasão de um rebanho de ovelhas. Embora ideacional, não existe na cabeça de ninguém; embora não seja físico, não é uma entidade oculta" (Geertz, 1998, p. 47). A diversidade de culturas e as mudanças históricas na evolução da humanidade têm sido o processo ativo para alcançar uma política baseada em valores universais como igualdade, paridade e respeito mútuo reconhecidos e compartilhados por todas as sociedades.

Zygmund Bauman argumentou que "a universalidade nada mais é do que a capacidade, comum a todas as espécies, de se comunicarem e se entenderem no sentido de saber como proceder, mas também de saber como proceder na presença de outros que podem proceder e que têm o direito de proceder de maneira diferente" (Bauman, 2014, p.203). A diversidade dos homens deve preservar a dignidade sem jamais trair os valores universais que estão na base dos direitos dos povos, de fato "se quisermos redescobrir em que consiste o homem, podemos encontrá-lo no que os homens são e eles são acima de tudo diferentes" (Parolari, 2016, p.XI).

A universalidade dos valores da diversidade de culturas é indispensável para a construção de diálogos interculturais, uma vez que permitem a superação de tensões sociais e obstáculos culturais. Os diálogos interculturais baseiam-se não só na universalidade dos valores, mas também na diversidade das pessoas.

A ideia de culturas aprenderem umas com as outras interagindo dinamicamente sem perder sua identidade levaria à promoção da coexistência de diferentes tradições étnicas, religiosas e culturais com base em seu direito de existir. A relação entre identidade e diferenças indica o

processo de interação em que elas tomam forma em uma forma dinâmica de identidade, de fato "as culturas se interpenetram cada vez mais, sem se dissolver e, ao mesmo tempo, as identidades mudam, se misturam, se fundem com base em múltiplos processos na encruzilhada do local e do planetário" (Wieviorka, 2008, p.15). Cada pessoa tem sua própria cultura que se identifica com um povo e cada povo deve ser um portador reconhecido de sua própria identidade de forma a não se conformar com a cultura predominante. Cada indivíduo é o porta-voz, ao longo do tempo, de sua própria cultura e é um promotor das diferenças que sempre fazem parte da mesma face da humanidade.

O valor das diferenças étnicas, raciais, religiosas, culturais e políticas e o princípio da igual dignidade são elementos indispensáveis para o desenvolvimento autónomo das diferentes culturas, com base na tolerância mútua no seio da sociedade.

Em 2008, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem reconheceu que "o pluralismo baseia-se no reconhecimento, no respeito autêntico pela diversidade e na dinâmica das tradições culturais, identidades étnicas e culturais, crenças religiosas, ideias e concepções artísticas, literárias e socioeconómicas, e na interação harmoniosa entre indivíduos e grupos com diferentes identidades, essencial para a coesão social. No entanto, o pluralismo, a tolerância e o espírito de abertura podem não ser suficientes: devem ser tomadas medidas proativas, estruturadas e amplamente partilhadas para gerir a diversidade cultural" (Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural, 2008, pp.13-14).

O respeito à diversidade cultural "deve ser ensinado à sociedade como um todo, a todo tipo de sociedade, qualquer que seja seu tipo e nível de pluralismo cultural" (Mantovani, 2008, p.149). Pensar em uma democracia cultural que permita a manifestação de cada indivíduo dentro de uma sociedade com a ideia comum de bem-estar global poderia facilitar os processos para reduzir o preconceito entre os povos. O preconceito sobre a diversidade cultural sempre foi uma constante presente nas populações e um exemplo foi o identificado na população migrante na Itália no início do fenômeno pandêmico em 2020. De fato, a chegada da pandemia fez com que os holofotes, de forma negativa, voltassem para a população migrante que se encontrava em pouco tempo e na fase 1, alvo de preconceito e informações incorretas da mídia.

2. Preconceitos e a população migrante na fase 1

Na Itália, mas como no resto do mundo, uma das primeiras medidas de segurança impostas pelo governo para evitar o contágio foi o distanciamento físico entre as pessoas. "O distanciamento físico é uma certa quantidade de separação espacial. O distanciamento social,

por outro lado, é qualitativo e implica uma negação da sociabilidade, que nunca pode ser evitada e que levou a uma perda de humanização, uma vez que não era mais possível tratar o Outro de forma simples e espontânea, era preciso se distanciar. Na pandemia, o Outro é representado como um potencial propagador e tratado como tal" (Donati & Maspero, 2021, pp. 21-22).

A identificação do outro se dá com o conceito de estrangeiro. Ser estrangeiro é um modelo cultural presente no imaginário de todas as comunidades. O estrangeiro é aquela pessoa que entra em contato com uma sociedade diferente daquela a que pertence. O conceito de estrangeiro, ao longo do tempo, variou na história da humanidade. Escravo e bárbaro no mundo antigo; viajante e colonizado/colonizador na Idade Média e no mundo moderno; refugiado e migrante no mundo contemporâneo.

Na emergência desencadeada pela disseminação do vírus COVID-19, o estrangeiro se torna o propagador, conceito que se materializa na pessoa do migrante. Desde o início, no início da emergência, foi criado um elo entre o vírus COVID-19 e a população migrante, de modo que o outro foi identificado como um rosto. "O imigrante inspira medo. Por isso, é preciso cortar as raízes desses medos e indicar ações e caminhos culturais e educativos para superá-los. Não é apenas uma questão de segurança ou integração, é antes de tudo uma questão cultural" (Di Luzio, 2011, p.11). O medo, nessa situação de emergência específica, que surge do preconceito contra o migrante, tem se manifestado por meio de comportamentos fechados, apontando-o para uma ameaça por pertencer a outro tipo de sociedade, portanto a outra cultura diferente.

O migrante se torna o bode expiatório para a propagação do vírus que deu origem ao simbolismo do migrante/propagador da peste que alimentou o preconceito étnico contra a população migrante. O psicólogo americano G.W. Allport, em sua obra *The Nature of Prejudice*, define sucintamente o preconceito como "pensar mal dos outros sem uma razão suficiente" (Allport, 1973, p.45). O preconceito está intimamente relacionado tanto à necessidade do indivíduo de pensar com a ajuda da categorização quanto à sua propensão a modular seu comportamento em relação a outras pessoas com base em sua participação em um grupo.

A categorização do preconceito gera, inevitavelmente, o processo simbólico desencadeado pela associação conceitual migrante/propagador da peste que tem reiterado as imagens do outro como invasor e a diversidade cultural como ameaça, na tentativa de dar resposta à desigualdade de ser diferente um do outro. O preconceito poderia ser identificado em um "arquétipo que se insinua no psiquismo com determinadas formas que parecem estar presentes sempre e em toda parte" (Jung, 2007, p.70). Com a autoalimentação do preconceito e com a identificação

injustificada de migrante/propagador, desencadeou-se a associação negativa entre a população migrante e a pandemia. Esse preconceito forneceu a base para uma estigmatização social que poderia ter causado discriminação contra a população migrante em um contexto histórico, social e político já fraturado pela emergência e que, de qualquer forma, não se concretizou.

Após a identificação do migrante/propagador, a população migrante tornou-se a causa da propagação da pandemia e na divulgação de notícias informais foi sugerida a mensagem de que era imune porque o vírus havia sido introduzido na Europa apenas para afetar e enfraquecer a população europeia, foi até levantada a hipótese de que a população migrante era imune ao vírus porque havia sido administrada a vacina contra o vírus. tuberculose.

A situação mudou quando os primeiros surtos do vírus surgiram nos centros de acolhimento, de modo que a população migrante passou de imune a disseminadora. O perigo iminente era que os próprios migrantes fossem os propagadores do contágio ou que o trouxessem para a Itália de seus países de origem. O uso da simbolização foi usado, pelos italianos, para explicar inicialmente o contágio e tentar afastar a pandemia, livrando-se assim da responsabilidade e da frustração ao desviá-la para a população migrante.

Desde o início, a população migrante olhou para a pandemia como algo familiar, na verdade o vírus apareceu como um perigo menor do que as infecções que invadem os países de origem, a pandemia não causou muitas preocupações. Um pensamento comum, na população migrante, tem sido a ideia de ser imune a tais males que não podem ser identificados na aquisição de experiências pessoais individuais, mas também podem ser identificados em um pensamento coletivo localizado dentro de um sistema psíquico sedimentado na cultura. C.G. Jung argumentou que "uma certa camada superficial do inconsciente é pessoal e repousa sobre uma camada mais profunda de natureza coletiva, não individual, uma vez que tem conteúdos e comportamentos idênticos para todos os indivíduos e constitui um substrato psíquico comum de natureza suprapessoal presente em cada indivíduo. De fato , os conteúdos do inconsciente coletivo não são adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à herança" (Jung, 2007, p.20).

O inconsciente coletivo enraíza, no processo simbólico, o pensamento de ser invulnerável e isso implicou, na exteriorização do conceito, a assunção dos modelos culturais que nele são dominantes. É possível que nas culturas de origem seja difundida a ideia de que apenas os indivíduos mais fortes sobrevivem, de fato, sobreviver às vicissitudes da jornada para chegar à Itália representa por si só a demonstração do fato de sê-lo. Tudo isso fez com que a pandemia,

desencadeada pela disseminação do vírus COVID-19, fosse percebida de forma diferente da população nativa. A realidade quotidiana do país de origem da população migrante é muitas vezes caracterizada por crises políticas e sociais. As crises levam o país a reagir às adversidades causadas por condições de vida difíceis e que permitem que a resiliência escape e se adapte à cultura do país de acolhimento. Infelizmente, a desconfiança da população nativa, devido à ideia de que os migrantes não estariam acostumados a respeitar as regras higiênicas e sociais previstas pelos decretos, permaneceu por muito tempo. A dificuldade que surgiu imediatamente com a chegada da pandemia dizia respeito ao acesso dos imigrantes às informações sobre os eventos ocorridos na Itália (desde a comunicação do cumprimento das normas de segurança até o acesso às chamadas públicas de inscrições), uma vez que não havia disposições gerais nem mesmo nas instalações de acolhimento em relação à emergência. A população italiana teve a oportunidade de acompanhar as transmissões ao vivo do primeiro-ministro e entender cada frase, cada regra e cada perspectiva que poderia ser revelada ao longo do tempo. Desde o início da pandemia, não houve contrapartida comparável para os migrantes: nenhum anúncio, nenhum decreto que possa ser entendido ou consultado na própria língua de origem. A população migrante teve que interpretar a linguagem utilizada na comunicação midiática, às vezes composta por siglas, o que não facilitou a compreensão das normas de emergência.

3. O levantamento qualitativo, a escolha do tema e o método de trabalho.

A partir dessas considerações, foi realizada uma pesquisa qualitativa para entender se a pandemia havia aumentado as desigualdades entre as populações migrantes e nativas e quais questões críticas haviam surgido nos serviços habitados por assistentes sociais.

A pesquisa qualitativa teve, desde o início, o objetivo de investigar se o advento da pandemia havia provocado, na fase 1, um aumento da fragilidade da população migrante do ponto de vista social na afirmação de seus direitos por meio da experiência profissional dos assistentes sociais. A valiosa contribuição dos assistentes sociais envolvidos na pesquisa qualitativa foi essencial para ter um retrato de como os serviços da região do Lácio apoiaram a população migrante durante a fase 1.

A pesquisa qualitativa foi dividida em quatro fases:

1) Concepção e desenho da pesquisa qualitativa
2) Coleta de informações;
3) Análise de dados;
4) Apresentação dos resultados.

3.1 Período abrangido pelo inquérito qualitativo e amostra de inquiridos.

O período identificado, como objeto da pesquisa, refere-se ao tempo da fase 1 da emergência desencadeada pela disseminação do vírus COVID-19, portanto, dos primeiros dez dias de março de 2020 a maio de 2020. A amostra de assistentes sociais foi definida assegurando a representação de pelo menos um assistente social para:

- cada área profissional: serviços sociais e de bem-estar, serviços sociais e de saúde, autoridades locais, terceiro setor;
- representação geográfica de todas as províncias da região do Lácio.

No total, 25 profissionais participaram da pesquisa qualitativa.

3.2 Metodologia e ferramentas de pesquisa qualitativa.

A metodologia utilizada para a pesquisa caracterizou-se por uma abordagem qualitativa que permitiu explorar as ações profissionais dos assistentes sociais em prol da população migrante durante a fase 1 da emergência desencadeada pela disseminação do vírus COVID-19.

O instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa qualitativa foi a entrevista semiestruturada, composta por seis questões voltadas para a exploração do objetivo da pesquisa qualitativa. As entrevistas foram realizadas com o apoio da plataforma Google Meet e foram gravadas com o consentimento da assistente social entrevistada. As gravações foram posteriormente transcritas, anonimizadas e coletadas em uma pasta criada no Google Drive para facilitar o gerenciamento do acesso aos dados.

3.3 Coleta e análise de dados .

A análise dos dados foi organizada seguindo a trilha da análise temática (Braun & Clarke, 2012, p.5). As transcrições das gravações das entrevistas foram lidas repetidamente a fim de identificar os possíveis significados das palavras recorrentes entre os conteúdos que emergiram. Cada entrevista transcrita foi codificada e resumida em conceitos-chave para identificar possíveis temas.

Ao analisar os dados coletados das formas acima, foi possível reconstruir os significados por meio da associação de conceitos-chave. Uma vez feita a associação, os conceitos-chave foram organizados em grupos com base na similaridade.

3.4 Apresentação dos resultados.

A utilização da análise temática, como ferramenta de processamento de dados, levou à identificação de questões macro como o contexto organizacional e profissional dos assistentes sociais na fase 1 e em relação às intervenções realizadas para a população migrante. Abaixo estão os conteúdos expressos, por meio das entrevistas, pelos assistentes sociais que participaram da pesquisa qualitativa.

a. Contexto organizacional

No que diz respeito ao contexto organizacional, duas questões emergiram das respostas dos assistentes sociais que podem ser resumidas da seguinte forma:

- Dificuldades linguísticas: apesar de todas as questões críticas que surgiram desde a chegada da pandemia, os assistentes sociais garantiram à população migrante o apoio aos direitos, superando também os problemas de comunicação linguística e apoiando-se, como emergiu de algumas entrevistas, em conversas telefônicas com a ajuda de mediadores linguísticos que facilitaram a comunicação.

De algumas entrevistas emergiu que as conversas, onde o mediador estava presente, ocorreram em três pessoas, portanto um migrante, um assistente social e um mediador. Em alguns casos, como relatado em algumas entrevistas, havia mais de três participantes, especificamente quando as comunicações eram feitas para várias pessoas que falavam a mesma língua. As conversas telefônicas ocorreram no whatsapp usando a função de chamada em grupo. As diferenças linguísticas, como emergiu da maioria das entrevistas, complicaram a comunicação e a compreensão mútua.

A assistente social tinha a tarefa de facilitar o acesso aos serviços de bem-estar para superar as vulnerabilidades específicas relacionadas à população migrante. As barreiras linguísticas representaram um desafio significativo nas interações entre a população migrante e os assistentes sociais na pandemia. Neste contexto, era essencial poder contar com um apoio eficaz de mediação linguística para facilitar a comunicação em chamadas telefónicas ou a utilização de tradutores em telemóveis.

No que diz respeito ao acesso à informação nos serviços de acolhimento e integração presentes na área, a informação foi veiculada pelos operadores e a utilização de material informativo, nomeadamente folhetos em todas as línguas de referência dos beneficiários para promover a consciencialização para os riscos de contágio e os comportamentos a adotar para promover a contenção da pandemia. Os serviços de acolhimento e integração tiveram que ser reorganizados, como todos os serviços territoriais, respeitando as regras de distanciamento para preservar a saúde dos beneficiários e operadores. A reorganização dos serviços de acolhimento possibilitou a realização de muitas intervenções remotas, como atividades de apoio social, verificações de percursos individualizados, orientação e entrevistas psicológicas. Durante os meses da pandemia, houve um ajuste gradual das relações sociais entre migrantes e operadoras (videochamadas, telefonemas e trocas de mensagens). Essas modalidades criaram pontes digitais de relações sociais por meio da comunicação verbal. A comunicação verbal entre o assistente social e os beneficiários não ocorreu pessoalmente, mas por meio da escuta ativa e do uso da voz, que desempenhou um papel importante na gestão e nas relações à distância. A escuta ativa é o que torna a comunicação possível, pois envolve uma série de habilidades que visam criar empatia com a pessoa que está falando conosco. De fato, requer não apenas uma compreensão profunda do que o outro está dizendo, mas também uma reformulação e reformulação do que ele expressa para perceber suas emoções e transmitir proximidade, contribuindo plenamente para cada momento de comunicação. Essas boas práticas foram alcançadas graças às sinergias e colaborações que cada profissional conseguiu criar no dia a dia e ao longo do tempo.

- Preconceito contra a pessoa migrante: a maioria das entrevistas mostrou que, em conversas telefônicas com a população nativa, o uso da simbolização e a identificação da responsabilidade pelo contágio com a população migrante foram elementos recorrentes. Elementos com os quais o assistente social, por meio da ação profissional, teve que interagir tentando desarticular o pensamento do nativo sobre o preconceito gerado e sobre a simbolização incorreta.

A profissão de assistente social baseia-se no "respeito pela pessoa, um princípio muito geral que envolve aceitação e não julgamento. Aceitar a pessoa como ela é significa adquirir e exercitar a capacidade de considerar e tratar o diferente como pessoa e não como diferente" (Novo Dicionário de Serviço Social, 2022, p. 473), este é um dos princípios-chave. Melhorar as condições de vida da população migrante, por meio do processo de reconhecimento da cultura do outro, em relação à população nativa é o ponto de partida para a realização da universalidade de valores iguais para todos os povos e assistentes sociais, "reconhecendo as

tradições culturais, operando como intermediários culturais para permitir a construção de um consenso, a fim de encontrar um equilíbrio justo entre direitos humanos concorrentes e defender os direitos da população migrante". de indivíduos e grupos de pessoas marginalizados, estigmatizados, excluídos, explorados e oprimidos" (Declaração Global de Princípios Éticos do Serviço Social, 2018, p. 4).

Certamente, a experiência profissional gerada pela pandemia também foi vivida como "uma oportunidade de crescimento para o serviço social, para operar com maior flexibilidade e maior eficácia no processo de ajuda e para prestar um serviço social autêntico, que visa construir uma integração real, baseada na inclusão e em uma ideia de cidadania social compartilhada entre todos os cidadãos" (Pattaro, 2018, p. 273), que possibilitou difundir o respeito à diversidade cultural e à universalidade dos valores.

b. Contexto profissional

No contexto profissional, foram identificadas duas questões relativas:

- Competências: de todas as entrevistas emergiu que, mesmo na emergência, a profissão se caracterizou pela atitude do profissional em relação ao Saber, Saber Fazer, Saber Ser: especificamente, os Serviços Sociais colocaram em prática as competências (Saber) que lhes permitiram atuar através dos métodos e técnicas da profissão (Saber fazer) e apoiaram a capacidade de se relacionar com a população migrante na fragilidade gerada pela pandemia (Saber ser). Em Saber Ser, o assistente social, embora permanecendo fisicamente distante dos migrantes, permaneceu conectado no relacionamento por meio de formas alternativas de proximidade, porque a distância física não era distância social. Verificou-se também que os assistentes sociais garantiram uma boa capacidade de ouvir, analisar o problema e operar sem nunca perder de vista a fragilidade da população migrante.

- Boas práticas: as entrevistas revelaram as práticas utilizadas pelos assistentes sociais que são delineadas no uso de

1. **Ferramentas de orientação:** em 23 entrevistas, assistentes sociais relataram que foram criados guias em papel e digitais para a população migrante, traduzidos em vários idiomas para explicar as medidas urgentes relacionadas à emergência. Em alguns contextos organizacionais, a resolução de problemas que caracteriza a profissão de assistente social e a utilização de práticas criadas para a emergência têm possibilitado lidar com as situações de fragilidade da população migrante que têm surgido nos serviços. Em um órgão público, por exemplo, foram criados arquivos digitais, depois

carregados na página institucional, para informar a população migrante. No que diz respeito às boas práticas, foi fundamental a utilização de ferramentas digitais com a população migrante acolhida nos projetos de acolhimento, presentes nos territórios das assistentes sociais entrevistadas. De facto, como emergiu da maioria das entrevistas, foram criados grupos de whatsapp onde toda a informação era partilhada, traduzida para vários idiomas, permitindo assim uma comunicação mais rápida e uma maior passagem de informação. Em alguns casos, as traduções foram realizadas pelo mediador diretamente nos grupos de whatsapp.

2. **Trabalho em rede:** a rede foi criada através da criação de sinergias integradas de serviços com as comunidades multiétnicas presentes nos territórios. Isso permitiu uma maior proximidade com a população migrante e garantiu a eles o uso de recursos na emergência. O papel dos assistentes sociais tem sido decisivo na ativação de iniciativas e conexões com outros serviços. Das entrevistas emergiu que a construção da rede territorial estruturada/organizada para a emergência tem possibilitado garantir a efetividade da distribuição das intervenções em favor da população migrante. A rede foi organizada através da utilização de recursos formais e informais. Os recursos formais, identificados nas organizações voluntárias, foram os protagonistas indiscutíveis do apoio concreto no terreno, através da distribuição física de recursos à população migrante não presente nos projetos de acolhimento, a partir da entrega de alimentos aos medicamentos. Em alguns casos, as organizações se equiparam com um mediador linguístico. Na fase 1, também foram utilizados recursos informais, como o apoio de lojistas de confiança de migrantes que tomaram medidas para poder fornecer alimentos primários por meio da distribuição por organizações voluntárias. O compartilhamento de recursos, de forma mais organizada, tem permitido uma melhor gestão da ação profissional da rede.

Conclusões

O serviço social se coloca como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade onde a diversidade não seja apenas reconhecida, mas também ativamente apoiada por meio da criação de processos voltados para o bem-estar coletivo e a promoção de uma cultura de convivência. A pesquisa qualitativa mostrou que a pandemia aumentou a desigualdade social entre as populações migrantes e nativas, pois o preconceito trouxe à tona questões críticas baseadas na diversidade cultural.

Quanto aos assistentes sociais, identificaram imediatamente estratégias que trouxeram à tona a criticidade da linguagem que inevitavelmente tornou a população migrante ainda mais frágil no contexto pandêmico.

Durante a fase 1, os assistentes sociais tiveram uma rápida reação profissional, por meio da implementação de estratégias profissionais e demonstraram que sabiam reagir à emergência por meio da capacidade de adaptação, evitando assim causar a descontinuidade da prestação de serviços. Eles têm sido promotores da manutenção dos direitos sociais e humanos da população migrante por meio das estratégias profissionais utilizadas para lidar com a emergência desencadeada pela disseminação do vírus COVID-19.

Antes de enfrentar emergências coletivas, como a gerada pela pandemia, que podem ocorrer ao longo do tempo, a coesão social deve ser alcançada com a capacidade de reconhecer as diferenças, em uma visão de cidadania multicultural, sobre a qual devem ser lançadas as bases para a construção de valores universais. Os assistentes sociais são os promotores porque "reconhecem que os direitos humanos devem coexistir ao lado da responsabilidade coletiva, entendendo que os direitos humanos individuais só podem ser respeitados diariamente se as pessoas assumirem a responsabilidade umas com as outras e com o meio ambiente e se trabalharem para a criação de relações recíprocas dentro das comunidades" (Declaração Global de Princípio Ético do Serviço Social, 2018, pág. 4).

"Valores e direitos devem ser reconhecidos indiscriminadamente para todos os seres humanos. A convicção da singularidade de cada pessoa e o reconhecimento das múltiplas diferenças que caracterizam o ser humano para impulsionar o serviço social para ações que neutralizem a tradução das diferenças em desigualdades" (Novo Dicionário de Serviço Social, 2022, p.475).

A diversidade cultural da população migrante deve ser vivida como um paradigma da própria identidade do pluralismo, a fim de abrir a sociedade a todas as diferenças. Os assistentes sociais, porta-vozes da diversidade cultural, reconhecem as diferenças que valorizam independentemente de sua origem, conforme relatado na arte. 5 e 6 do Código de Ética do Assistente Social, de fato, "o assistente social reconhece o valor, a dignidade intrínseca e a singularidade de todas as pessoas e promove seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais previstos nas disposições e Convenções internacionais e afirma os princípios da defesa do bem comum, da justiça e da equidade social e, ao promover a cultura da subsidiariedade, prevenção e saúde, trabalha para que as pessoas criem relações de

reciprocidade dentro das comunidades a que pertencem" (Código de Ética do Assistente Social, 2020, p. 10).

Por meio de relações de reciprocidade, justiça e equidade social, da defesa do bem comum e do delineamento dos limites do preconceito, um pensamento coletivo deve ser concretizado, identificando, ao longo do tempo, caminhos e estratégias com o objetivo de criar uma comunidade coesa e transcultural. Ser capaz de viver juntos em culturas acolhedoras e respeitadoras poderia nos fazer imaginar um cenário menos utópico em um futuro melhor com elementos culturais comuns.

Em primeiro lugar, deve ser abordada a complicada questão da coexistência multicultural, que não exclui necessariamente a interação entre grupos culturais que também podem coexistir sem que haja trocas recíprocas de conteúdo das culturas de origem. É necessário «iniciar práticas destinadas a estabelecer formas de diálogo e de abertura ao outro, capazes de garantir intercâmbios recíprocos onde pessoas de culturas diferentes interajam entre si, trocando os conteúdos das suas culturas de origem» (Novo Dicionário de Serviço Social, 2022, pp. 312-313).

Seria necessário criar as condições para que a interculturalidade se tornasse vida cotidiana, descentralizando as pessoas de sua atitude etnocêntrica habitual.

Bibliografia

Allport, G.W. (1973). *La natura del pregiudizio*, La Nuova Italia.

Bauman, Z. (2014). *La solitudine del cittadino globale*, Gangiacomo Feltrinelli Editore.

Braun V., Clarke V. (2012). *Thematic analysis*, APA handbook of research methods in psychology, Vol. 2: Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological, Publisher: American Psychological Association, https://www.researchgate.net/publication/269930410_Thematic_analysis.

Codice deontologico dell'assistente sociale, 2020. https://cnoas.org/wp-content/uploads/2020/03/Il-nuovo-codice-deontologico-dellassistente-sociale.pdf

Di Luzio, G. (2011). *Brutti, sporchi e cattivi. L'inganno mediatico sull'immigrazione*, Ediesse.

Donati, P., Maspero, G. (2021). *Dopo la pandemia. Rigenerare la società con le relazioni*, Città Nuova.

Geertz, C. (1998). *Interpretazioni di culture*. Il Mulino.

Global Social Work Statement of Ethical Principle, 2018, https://www.iassw-aiets.org/wp-content/uploads/2019/03/Italian-version-of-Ethical-principles-in-Global-SW-2018.pdf

Jung, C. G. (2007). *Gli archetipi dell'inconscio collettivo*, Bollati Boringhieri.

Mantovani, G. (2008). *Intercultura e mediazione, teorie ed esperienze*, Carocci Editore.

Ministri degli Affari Esteri del Consiglio D'Europa, *Libro bianco sul dialogo interculturale, Vivere insieme in pari dignità*, https://www.coe.int/t/dg4/intercultural/source/pub_white_paper/

whitepaper_id_italianversion.pdf

Nano, D. (2020). *Exilium, dal folle allo straniero, antropologia dell'esclusione*, Aracne editrice.

Nuovo dizionario di Servizio sociale (2022). Carocci editore.

Parolari, P. (2016). *Culture, Diritto, Diritti diversità culturale e diritti fondamentali negli stati costituzionali di diritto,* G.Giappichelli Editore.

Wieviorka, M. (2008). *L'inquietudine delle differenze*, Bruno Mondadori.

Pattaro C. (2018). *Le sfide dell'aiuto. Proposte operative e fabbisogni formativi*. Le sfide dell'aiuto, assistenti sociali nel quotidiano dell'immigrazione, Franco Angeli Open Access.

EQUITÀ SOCIALE NELLA PANDEMIA:
popolazione migrante e assistenti sociali

Addessi Elena[22]

Riassunto
L'articolo intende valorizzare gli interventi professionali utilizzati dagli assistenti sociali per attuare il mandato istituzionale del servizio e quelli per sostenere i diritti della popolazione migrante nella fase 1 dell'emergenza innescata dal diffondersi del virus COVID-19.

Parole chiave: pregiudizio, diritti, disuguaglianze, servizio sociale, migranti.

Abstract
The article intends to enhance the professional interventions used by social workers to implement the institutional mandate of the service and those to support the rights of the migrant population in phase 1 of the emergency triggered by the spread of the COVID-19 virus.

Keywords: prejudice, rights, inequalities, social service, migrants.

1. Diritti e diversità culturale

L'evoluzione dell'umanità è stata caratterizzata da diritti usurpati, dall'egemonia dei popoli più forti che da usurpatori hanno sottratto la terra e la dignità culturale ad altri popoli non considerandone la diversità culturale ma considerando la propria cultura al centro di tutte le cose. "Nel primo decennio del XX secolo, il sociologo e antropologo Graham Summer definisce etnocentrismo la tendenza a giudicare gli altri, le altre culture e a interpretarle in base a criteri della propria cultura, proiettando su di esse il proprio concetto di evoluzione, progresso, sviluppo e benessere, basandosi quindi su una visione critica unilaterale" (Nano, 2020, p.732). La diversità tra le culture è stata, dall'inizio della storia dell'umanità, la causa di conflitti tra i popoli. La diversità è una condizione immutabile per l'essere umano, è una condizione comune a tutti e che la società dovrebbe garantire e proteggere.

Le asimmetrie di potere, che hanno caratterizzato i rapporti tra i popoli e le loro culture, sono un fenomeno da sempre presente nell'umanità. Dalla fine del medioevo europeo fino all'inizio dell'era moderna, le spedizioni dell'Europa alla conquista del mondo e l'assoggettamento dell'altro hanno fatto scrivere pagine di storia intrise di sangue e di soprusi. Dagli anni '70 alcuni paesi hanno adottato una politica multiculturale dove la società generata era uno stato di

[22] Assistente sociale specialista, docente a contratto Università degli Studi di Roma La Sapienza, Università degli Studi del Molise e Tutor Università degli studi di Cassino e del Lazio Meridionale, elena.addessi@uniroma1.it. ORCID ID: https://orcid.org/0009-0004-4667-6409.

fatto quindi era una società dove convivevano più gruppi, in un unico territorio, con valori, pratiche, credenze, norme giuridiche, relazioni sociali differenti.

In alcuni periodi storici, invece, i contesti geografici diversi hanno permesso scambi di culture intrecciate in reti di relazioni e che hanno permesso la creazione di importanti cambiamenti nella storia dell'umanità. L'incontro di culture diverse ha generato uno scambio interculturale tra individui, tra individui e gruppi o tra gruppi e gruppi di persone. Nel 1966, C. Geertz riporta nella sua opera *Interpretazioni di culture* il concetto di cultura sostenendo che la stessa è una "sorta di documento agito, è quindi pubblica come un ammiccamento derisorio o una finta razzia di gregge di pecore. Benchè ideazionale non esiste nella testa di nessuno; benchè non sia fisica non è un'entità occulta" (Geertz, 1998, p. 47). Le diversità delle culture e i cambiamenti storici nell'evoluzione dell'umanità sono stati il processo attivo per raggiungere una politica fondata su valori universali quali l'uguaglianza, la parità ed il rispetto reciproco riconosciuti e condivisi da ogni società.

Zygmund Bauman sosteneva che "l'universalità non è che la capacità, comune a tutte le specie, di comunicare e comprendersi reciprocamente nel senso del sapere come procedere ma anche del sapere come procedere in presenza di altri che possono procedere che hanno il diritto di procedere in modo diverso" (Bauman, 2014, p.203). La diversità degli uomini dovrebbe preservare la dignità senza tradire mai i valori universali che sono alla base dei diritti dei popoli infatti "se vogliamo riscoprire in cosa consiste l'uomo, possiamo trovarlo in ciò che gli uomini sono ed essi sono soprattutto differenti"(Parolari, 2016, p.XI).

L'universalità dei valori della diversità delle culture è indispensabile per la costruzione di dialoghi interculturali poiché essi permettono il superamento delle tensioni sociali e degli ostacoli culturali. I dialoghi interculturali fondano il proprio essere non solo nell'universalità dei valori ma anche nella diversità tra le persone.

L'idea delle culture che possano apprendere, le une dalle altre, interagendo dinamicamente senza perdere la propria identità porterebbe alla promozione della coesistenza di diverse tradizioni etniche, religiose e culturali sulla base del loro diritto all'esistenza. La relazione tra identità e differenze indica il processo di interazione nel quale le stesse si concretizzano in una forma dinamica dell'identità infatti "le culture si compenetrano sempre di più, senza dissolversi e al tempo stesso le identità mutano, si mescolano, si fondono in base a molteplici processi al crocevia del locale e del planetario"(Wieviorka, 2008, p.15). Ogni persona ha una propria cultura che si identifica con un popolo e ogni popolo deve essere un portatore riconosciuto della

propria identità in maniera tale da non omologarsi con la cultura predominante. Ogni individuo è portavoce, nel tempo, della propria cultura ed è promotore delle differenze che fanno parte sempre dello stesso volto dell'umanità.

Il valore delle differenze sul piano etnico, razziale, religioso, culturale, politico e il principio della pari dignità sono elementi indispensabili allo sviluppo autonomo delle diverse culture sulla base di una reciproca tolleranza all'interno della società.

Nel 2008 la Corte Europea dei Diritti dell'Uomo ha riconosciuto che il "pluralismo si basa sul riconoscimento, sul rispetto autentico della diversità e sulla dinamica delle tradizioni culturali, sulle identità etniche e culturali, sulle convinzioni religiose, sulle idee e concezioni artistiche, letterarie e socio-economiche e sull'interazione armoniosa fra individui e gruppi con identità differenti che è essenziale al fine della coesione sociale. Il pluralismo, la tolleranza e lo spirito di apertura possono tuttavia non essere sufficienti: è necessario adottare misure proattive, strutturate e ampiamente condivise, in grado di gestire la diversità culturale" (Libro bianco sul dialogo interculturale, 2008, pp.13-14).

Il rispetto della diversità culturale "dovrebbe essere insegnata alla società nel suo insieme, a ogni genere di società, qualsiasi sia il suo tipo e il suo livello di pluralismo culturale" (Mantovani, 2008, p.149). Pensare a una democrazia culturale che permetta il manifestarsi di ogni individuo all'interno di una società con l'idea comune di benessere globale potrebbe facilitare i processi per ridurre il pregiudizio tra i popoli. Il pregiudizio sulla diversità culturale è da sempre una costante presente nelle popolazioni e un esempio è stato quello che si è identificato nel popolo migrante in Italia all'inizio del fenomeno pandemico nel 2020. Infatti l'arrivo della pandemia ha acceso il riflettore, in maniera negativa, sul popolo migrante che si è trovato in poco tempo e nella fase 1, bersaglio di pregiudizi e informazioni mediatiche errate.

2. Pregiudizi e popolazione migrante nella fase 1

In Italia, ma come nel resto del mondo, una delle prime misure di sicurezza imposte dal Governo per evitare il contagio è stata il distanziamento fisico tra le persone. "Il distanziamento fisico è una certa quantità di separazione spaziale. Il distanziamento sociale invece è qualitativo e implica una negazione della socialità, che non è mai eludibile e che ha portato ha portato a una perdita di umanizzazione poiché non si poteva più trattare l'Altro in modo semplice e spontaneo, si dovevano prendere le distanze. Nella pandemia l'Altro viene rappresentato come un potenziale untore e trattato come tale" (Donati & Maspero, 2021, pp. 21-22).

L'identificazione dell'altro avviene con il concetto di straniero. Essere straniero è un modello culturale presente nell'immaginario di tutte le comunità. Lo straniero è quella persona che viene in contatto con una società diversa da quella di appartenenza. Il concetto di straniero, nel tempo, è variato nella storia dell'umanità. Schiavo e barbaro nel mondo antico; viaggiatore e colonizzato/colonizzatore nel Medioevo e nel mondo moderno; profugo e migrante nel mondo contemporaneo.

Nell'emergenza innescata dal diffondersi del virus COVID-19 lo straniero diventa l'untore, un concetto che si materializza nella persona del migrante. Sin da subito, all'inizio dell'emergenza, è stato creato un legame tra il virus COVID-19 e popolazione migrante, quindi l'altro è stato identificato in un volto. "L'immigrato incute paura. Allora occorre tagliare le radici di queste paure e indicare azioni e percorsi culturali e formativi per superarle. Non è solo una questione di sicurezza o integrazione, è anzitutto una questione culturale" (Di Luzio, 2011, p.11). La paura, in questa specifica situazione di emergenza, che nasce dal pregiudizio sul migrante si è manifestata attraverso dei comportamenti di chiusura additando il medesimo a una minaccia poichè appartenente a un altro tipo di società, quindi a un'altra cultura diversa.

Il migrante diventa il capro espiatorio della diffusione del virus che ha dato vita al simbolismo migrante/untore che ha alimentato il pregiudizio etnico nei confronti della popolazione migrante. Lo psicologo statunitense G.W. Allport, nell'opera *The Nature of Prejudice* definisce sinteticamente il pregiudizio come "il pensare male degli altri senza una ragione sufficiente"(Allport, 1973, p.45). Il pregiudizio è strettamente connesso sia alla necessità dell'individuo di pensare con l'aiuto della categorizzazione e sia alla sua propensione a modulare il proprio comportamento nei confronti delle altre persone in base alla loro appartenenza a un gruppo.

La categorizzazione del pregiudizio, genera inevitabilmente il processo simbolico innescato dall'associazione concettuale migrante/untore che ha reiterato le immagini dell'altro come invasore e la diversità culturale come minaccia nel tentativo di fornire una risposta alla diseguaglianza dell'essere diversi l'uno dall'altro. Il pregiudizio potrebbe essere identificato in un "archetipo che si insinua nella psiche con forme determinate che sembrano essere presenti sempre e dovunque" (Jung, 2007, p.70). Con l'autoalimentarsi del pregiudizio e con l'immotivata identificazione migrante/untore si è innescata l'associazione negativa tra la popolazione migrante e la pandemia. Questo pregiudizio ha fornito la base per una stigmatizzazione sociale che avrebbe potuto causare una discriminazione della popolazione

migrante in un contesto storico, sociale e politico già fratturato dall'emergenza e che comunque non si è concretizzato.

Successivamente all'identificazione migrante/untore, la popolazione migrante era diventata la causa del propagarsi della pandemia e nella divulgazione delle notizie informali si lasciava intuire il messaggio che la medesima risultava immune perché il virus era stato introdotto in Europa solo per colpire e indebolire la popolazione europea, addirittura si è ipotizzato che la popolazione migrante fosse immune al virus perché gli era stato somministrato il vaccino contro la tubercolosi.

La situazione è cambiata quando sono emersi i primi focolai del virus nei centri di accoglienza, quindi la popolazione migrante è passata da immune ad untore. Il pericolo imminente era che proprio i migranti fossero i propagatori del contagio o che lo portassero in Italia dai loro paesi di origine. Il ricorso alla simbolizzazione è stato utilizzato, da parte degli italiani, per spiegare inizialmente il contagio e per cercare di allontanare la pandemia sbarazzandosi così della responsabilità e della frustrazione dirottandola sulla popolazione migrante.

Sin dal principio, la popolazione migrante ha guardato alla pandemia come qualcosa di familiare infatti il virus è apparso come un pericolo inferiore rispetto alle infezioni che invadono i paesi di origine, la pandemia non ha destato troppe preoccupazioni. Un pensiero comune, nella popolazione migrante, ha riguardato l'idea di essere immuni a simili mali che non può essere individuabile nell'acquisizione di singole esperienze personali ma può essere identificato altresì in un pensiero collettivo collocato all'interno di un sistema psichico sedimentato nella cultura. C.G. Jung sosteneva che "un certo strato superficiale dell'inconscio è personale e poggia su uno strato più profondo di natura collettiva, non individuale, poiché ha contenuti e comportamenti identici per tutti gli individui e costituisce un substrato psichico comune di natura soprapersonale presente in ciascun individuo. Infatti i contenuti dell'inconscio collettivo non sono acquisiti individualmente ma devono la loro esistenza solo all'eredità" (Jung, 2007, p.20).

L'inconscio collettivo radica, nel processo simbolico, il pensiero di essere invulnerabili e questo ha comportato, nella esternalizzazione del concetto, l'assunzione dei modelli culturali che sono in esso dominanti. E' possibile che nelle culture d'origine sia diffusa l'idea che solo gli individui più forti sopravvivono, infatti, sopravvivere alle peripezie del viaggio per arrivare in Italia rappresenta di per sé la dimostrazione del fatto di esserlo. Tutto questo ha portato a percepire la pandemia, innescata dal diffondersi del virus COVID-19, in maniera differente

rispetto alla popolazione autoctona. La realtà quotidiana del paese d'origine della popolazione migrante, spesso, è caratterizzata da crisi politiche e sociali. Le crisi, portano la medesima, a reagire alle avversità causate da condizioni di vita difficili e che permettono la fuoriuscita della resilienza e l'adattamento alla cultura del paese ospitante. Purtroppo, la diffidenza da parte della popolazione autoctona, dovuta all'idea che i migranti non sarebbero abituati a rispettare le norme d'igiene e sociali previste dai decreti, è rimasta per lungo tempo. La difficoltà che immediatamente si è manifestata con l'arrivo della pandemia ha riguardato l'accesso degli immigrati all'informazione sugli eventi che si susseguivano in Italia (dalla comunicazione del rispetto delle norme per la sicurezza fino all'accesso ai bandi pubblici per la richiesta di contributi), poiché non esistevano disposizioni generali neanche nelle strutture di accoglienza riguardo all'emergenza. La popolazione italiana ha avuto la possibilità di seguire le dirette del presidente del Consiglio e di comprendere ogni frase, ogni regola e ogni prospettiva che si poteva palesare nel tempo. Dall'inizio della pandemia non è esistito un corrispettivo paragonabile per i migranti: nessun annuncio, nessun decreto comprensibile o consultabile nella propria lingua d'origine. La popolazione migrante ha dovuto interpretare il linguaggio utilizzato nella comunicazione mediatica, talvolta composta da acronimi, che non ha facilitato la comprensione delle norme emergenziali.

3. L'indagine qualitativa, la scelta del tema e la modalità di lavoro.

Partendo da queste considerazioni, è stata realizzata un'indagine qualitativa per comprendere se la pandemia avesse aumentato le disuguaglianze tra la popolazione migrante e quella autoctona e quali fossero state le criticità emerse nei servizi abitati dagli assistenti sociali.

L'indagine qualitativa ha avuto, sin dal principio, la finalità di indagare se l'avvento della pandemia avesse causato, nella fase 1, un aumento della fragilità nella popolazione migrante dal punto di vista sociale nell'affermazione dei propri diritti attraverso l'esperienza professionale degli assistenti sociali. Il prezioso contributo degli assistenti sociali coinvolti nell'indagine qualitativa è stato indispensabile per avere una fotografia di come i servizi della regione Lazio hanno sostenuto la popolazione migrante durante la fase 1.

L'indagine qualitativa si è articolata in quattro fasi:

5) Ideazione e progettazione dell'indagine qualitativa
6) Rilevazione delle informazioni;
7) Analisi dei dati;
8) Presentazione dei risultati.

3.1 Periodo oggetto dell'indagine qualitativa e campione degli intervistati.

Il periodo identificato, come oggetto della ricerca, si riferisce al tempo della fase 1 dell'emergenza innescata dal diffondersi del virus COVID-19, quindi dalla prima decade di marzo 2020 a maggio 2020. Il campione degli assistenti sociali è stato definito garantendo una rappresentanza di almeno un assistente sociale per:

- ciascun ambito professionale: servizi socio-assistenziali, socio-sanitari, enti locali, terzo settore;
- rappresentanza geografica di tutte le province della regione Lazio.

In totale, hanno partecipato all'indagine qualitativa 25 professionisti.

3.2 Metodologia e strumenti dell'indagine qualitativa.

La metodologia utilizzata per l'indagine si è caratterizzata da un approccio di tipo qualitativo che ha permesso di esplorare le azioni professionali degli assistenti sociali a favore della popolazione migrante durante la fase 1 dell'emergenza innescata dal diffondersi del virus COVID-19.

Lo strumento utilizzato per raccogliere i dati dell'indagine qualitativa è stato l'intervista semi-strutturata composta da sei domande focalizzate ad esplorare l'obiettivo dell'indagine qualitativa. Le interviste sono state realizzate attraverso il supporto della piattaforma Google Meet e sono state registrate con il consenso dell'assistente sociale intervistato. Le registrazioni sono state successivamente trascritte, rese anonime e raccolte in una cartella creata in Google Drive per una più semplice gestione di accesso ai dati.

3.3 Rilevazione dei dati e analisi.

L'analisi dei dati è stata organizzata seguendo la traccia dell'analisi tematica (Braun & Clarke, 2012, p.5). Le trascrizioni delle registrazioni delle interviste sono state lette ripetutamente in maniera tale da individuare i possibili significati delle parole ricorrenti tra i contenuti emersi. Ciascuna intervista trascritta è stata codificata e sintetizzata in concetti chiave per identificare i possibili temi.

Analizzando i dati raccolti nelle modalità di cui sopra, è stata possibile la ricostruzione dei significati attraverso l'associazione dei concetti chiave. Una volta fatta l'associazione i concetti chiave sono stati organizzati in gruppi in base alla similarità.

3.4 Presentazione dei risultati.

L'utilizzo dell'analisi tematica, come strumento di elaborazione dei dati, ha portato all'identificazione di macro temi quali il contesto organizzativo e quello professionale degli assistenti sociali nella fase 1 e in relazione agli interventi realizzati per la popolazione migrante. Di seguito si presentano i contenuti espressi, attraverso le interviste, dagli assistenti sociali che hanno partecipato all'indagine qualitativa.

c. Contesto organizzativo

Per quanto riguarda il contesto organizzativo, dalle risposte degli assistenti sociali, sono emerse due tematiche che possono essere così riassunte:

- Difficoltà linguistiche: nonostante tutte le criticità emerse dall'arrivo della pandemia, gli assistenti sociali hanno garantito alla popolazione migrante, il sostegno ai diritti superando anche le problematiche della comunicazione linguistica e affidandosi, come emerso da alcune interviste, alle conversazioni telefoniche con l'ausilio di mediatori linguistici che hanno favorito la comunicazione.

Da alcune interviste è emerso che le conversazioni, laddove era presente il mediatore, avvenivano in tre persone, quindi persona migrante, assistente sociale e mediatore. In alcuni casi, come riportato in alcune interviste, i partecipanti sono stati più di tre nello specifico quando venivano effettuate comunicazioni a più persone che parlavano la stessa lingua. Le conversazioni telefoniche si sono svolte su whatsapp utilizzando la funzione chiamata di gruppo. Le differenze linguistiche, come emerso dalla maggior parte delle interviste, hanno complicato la comunicazione e la comprensione reciproca.

L'assistente sociale ha avuto il compito di facilitare l'accesso ai servizi di welfare per superare le specifiche vulnerabilità legate alla popolazione migrante. Le barriere linguistiche hanno rappresentato una sfida significativa nelle interazioni tra popolazione migrante e assistenti sociali nella pandemia. In questo contesto è risultato essere essenziale poter contare su un efficace supporto di mediazione linguistico per facilitare la comunicazione nelle telefonate oppure l'utilizzo dei traduttori sui cellulari.

Per quanto riguarda l'accesso alle informazioni nei servizi di accoglienza e di integrazione presenti sul territorio, le informazioni sono state veicolate dagli operatori e dall'utilizzo di materiale informativo, nello specifico volantini in tutte le lingue di riferimento dei beneficiari per favorire una consapevolezza sui rischi del contagio e sui comportamenti da tenere per favorire il contenimento della pandemia. I servizi di accoglienza e di integrazione si sono dovuti riorganizzare, come tutti i servizi territoriali, rispettando le norme di distanziamento per preservare la salute dei beneficiari e degli operatori. La riorganizzazione dei servizi di accoglienza ha permesso di svolgere molti interventi da remoto quali le attività di supporto sociale, le verifiche sui percorsi individualizzati, i colloqui di orientamento e quelli psicologici.

Nel corso dei mesi della pandemia si è assistito ad un graduale assestamento dei rapporti sociali tra migranti e operatori (videochiamate, telefonate e scambi di messaggi). Queste modalità hanno creato dei ponti digitali di relazioni sociali attraverso la comunicazione verbale. La comunicazione verbale tra l'assistente sociale e beneficiari non è avvenuta in presenza, ma attraverso l'ascolto attivo e l'utilizzo della voce che hanno avuto un ruolo importante nella gestione e nelle relazioni a distanza. L'ascolto attivo è quello che rende possibile la comunicazione poiché coinvolge una serie di abilità che hanno lo scopo di creare empatia con la persona che ci sta parlando. Infatti, esso richiede non solo la profonda comprensione di ciò che l'altro dice, ma anche una rielaborazione e una riformulazione di ciò che esprime allo scopo di percepirne le emozioni e trasmettergli vicinanza, contribuendo pienamente ad ogni momento della comunicazione. Queste buone pratiche sono state realizzate grazie alle sinergie e alle collaborazioni che ciascun professionista è riuscito a creare nel quotidiano e nel tempo.

- Pregiudizio sulla persona migrante: dalla maggior parte delle interviste è emerso che, nelle conversazioni telefoniche con la popolazione autoctona, il ricorso alla simbolizzazione e l'identificazione della responsabilità del contagio nei confronti della popolazione migrante sono stati elementi ricorrenti. Elementi con i quali l'assistente sociale, attraverso l'azione professionale, ha dovuto interagire cercando di scardinare il pensiero della persona autoctona sul pregiudizio generato e sulla errata simbolizzazione.

La professione dell'assistente sociale si fonda sul "rispetto della persona, un principio molto generale che comporta l'accettazione e il non giudizio. Accettare la persona così com'è significa acquisire ed esercitare la capacità di considerare e trattare il diverso in quanto persona e non in quanto diverso" (Nuovo dizionario di Servizio sociale, 2022, p. 473), questo è uno dei principi cardine. Migliorare le condizioni di vita della popolazione migrante, attraverso il processo del riconoscimento della cultura dell'altro, in relazione alla popolazione autoctona è il punto di partenza per realizzare l'universalità dei valori uguali per tutti i popoli e gli assistenti sociali, "riconoscendo le tradizioni culturali, operano come intermediari culturali per consentire la costruzione di un consenso, al fine di trovare un giusto equilibrio tra diritti umani concorrenti e difendere i diritti di individui e gruppi di persone emarginati, stigmatizzati, esclusi, sfruttati e oppressi" (Global Social Work Statement of Ethical Principle, 2018, p. 4).

Sicuramente l'esperienza professionale generata dalla pandemia è stata vissuta anche come "un'opportunità di crescita per il lavoro sociale, per operare con maggiore flessibilità e maggiore efficacia nel processo di aiuto e per fornire un servizio sociale autentico, che punti a costruire una reale integrazione, fondata sull'inclusione e su un'idea di cittadinanza sociale condivisa tra tutti i cittadini" (Pattaro, 2018, p. 273) che ha permesso di divulgare il rispetto delle diversità culturali e sull'universalità dei valori.

d. Contesto professionale

Nel contesto professionale, sono state identificate due tematiche che riguardano:

- Competenze: da tutte le interviste è emerso che, anche nell'emergenza, la professione si è caratterizzata nell'attitudine del professionista a Sapere, Saper Fare, Saper Essere: nello specifico, i Servizi Sociali hanno messo in campo le competenze (Sapere) che hanno consentito di agire attraverso i metodi e le tecniche della professione (Saper fare) e hanno sostenuto la capacità di relazione con la popolazione migrante nella fragilità generata dalla pandemia (Saper essere). Nel Saper Essere l'assistente sociale, pur rimanendo fisicamente distante dalle persone migranti, è rimasta connessa nella relazione attraverso forme di vicinanza alternative perché la distanza fisica non è stata la distanza sociale. È emerso, inoltre, che gli assistenti sociali hanno garantito una buona capacità di ascolto, di analisi del problema e di operatività senza perdere mai di vista la fragilità della popolazione migrante.

- Buone pratiche: dalle interviste sono emerse le pratiche utilizzate dagli assistenti sociali che si delineano nell'utilizzo di

3. Strumenti di orientamento: in 23 interviste è stato riportato, dagli assistenti sociali, che sono state realizzate guide cartacee e digitali, per la popolazione migrante, tradotte in più lingue per spiegare le misure urgenti relative all'emergenza. In alcuni contesti organizzativi, il problem solving che caratterizza la professione degli assistenti sociali e il ricorso a prassi realizzate per l'emergenza hanno permesso di fronteggiare le situazioni di fragilità della popolazione migrante che si sono presentate nei servizi. In un ente pubblico, ad esempio, sono stati realizzati dei file digitali, caricati poi sulla pagina istituzionale, per informare la popolazione migrante. Per quanto riguarda le buone pratiche, l'utilizzo di strumenti digitali con la popolazione migrante accolta nei progetti di accoglienza, presenti nei territori degli assistenti sociali intervistati, è stato fondamentale. Infatti, come emerso dalla maggior parte delle interviste, sono stati creati dei gruppi whatsapp dove venivano condivise tutte le informazioni, tradotte in più lingue, permettendo così una più veloce comunicazione e un passaggio maggiore di informazioni. In alcuni casi, le traduzioni sono state effettuate dal mediatore direttamente nei gruppi whatsapp.
4. Lavoro di rete: la rete si è realizzata attraverso la creazione di sinergie integrate dei servizi con le comunità multietniche presenti nei territori. Questo ha permesso una maggiore prossimità nei confronti della popolazione migrante e ha garantito, alla medesima, l'utilizzo di risorse nell'emergenza. Il ruolo degli assistenti sociali è stato decisivo nell'attivazione di iniziative e di connessioni con altri servizi. Dalle interviste è emerso che la costruzione della rete territoriale strutturata/organizzata per l'emergenza ha permesso di garantire l'efficacia della distribuzione degli interventi in favore della popolazione migrante. La rete è stata organizzata attraverso l'utilizzo di risorse formali e informali. Le risorse formali, identificate nelle organizzazioni di volontariato, sono state le protagoniste indiscusse del sostegno concreto sul campo, attraverso la distribuzione fisica delle risorse alla popolazione migrante non presente nei progetti di accoglienza, a partire dalla consegna dei beni alimentari ai farmaci. In alcuni casi, le organizzazioni autonomamente si sono dotate di un mediatore linguistico. Nella fase 1 sono state utilizzate anche risorse informali come il sostegno da parte dei negozianti di fiducia delle persone migranti che si sono attivati per poter fornire gli alimenti primari attraverso la distribuzione da parte delle organizzazioni di volontariato. La condivisione delle risorse, in maniera più organizzata, ha permesso una gestione migliore dell'azione professionale della rete.

Conclusioni

Il servizio sociale si pone come pilastro fondamentale per la costruzione di una società dove la diversità, non solo è riconosciuta, ma anche sostenuta attivamente attraverso la creazione di processi volti al benessere collettivo e alla promozione di una cultura di convivenza. Dall'indagine qualitativa è emerso che la pandemia ha aumentato la disuguaglianza sociale tra la popolazione migrante e quella autoctona in quanto il pregiudizio ha fatto emergere delle criticità fondate sulla diversità culturale.

Per quanto riguarda gli assistenti sociali, da subito, hanno individuato strategie che hanno fatto emergere la criticità della lingua che inevitabilmente ha reso, nel contesto pandemico, la popolazione migrante ulteriormente più fragile.

Durante la fase 1, gli assistenti sociali hanno avuto una reazione professionale rapida, attraverso la messa in campo di strategie professionali e hanno dimostrato di saper reagire all'emergenza attraverso la capacità di adattamento evitando così di provocare la discontinuità dell'erogazione delle prestazioni. Sono stati promotori del mantenimento dei diritti sociali e umani della popolazione migrante attraverso le strategie professionali utilizzate per fronteggiare l'emergenza innescata dal diffondersi del virus COVID-19.

Prima di fronteggiare le emergenze collettive, come quella generata dalla pandemia, che si potrebbero verificare nel tempo, si dovrebbe realizzare la coesione sociale con la capacità di riconoscere le differenze, in una visione di cittadinanza multiculturale, sulla quale si dovrebbero poggiare le basi per costruire dei valori universali. Gli assistenti sociali ne sono i promotori poichè "riconoscono che i diritti umani devono coesistere accanto ad una responsabilità collettiva, comprendendo come i diritti umani individuali possano essere rispettati quotidianamente solo se le persone si assumono una responsabilità gli uni verso gli altri e verso l'ambiente e se operano per la creazione di relazioni di reciprocità all'interno delle comunità"(Global Social Work Statement of Ethical Principle, 2018, p. 4).

"I valori e i diritti devono essere riconosciuti indistintamente a tutti gli esseri umani. La convinzione dell'unicità di ciascuno e la constatazione delle molteplici differenze che caratterizzano gli esseri umani a spingere il servizio sociale verso azioni che contrastano la traduzione delle differenza in disuguaglianze" (Nuovo dizionario di Servizio sociale, 2022, p.475).

La diversità culturale della popolazione migrante dovrebbe essere vissuta come paradigma dell'identità stessa del pluralismo per aprire la società a tutte le differenze. Gli assistenti sociali, portavoci della diversità culturale, ne riconoscono le differenze che valorizzano indipendentemente dalla propria origine come riportato negli artt. 5 e 6 del Codice deontologico dell'assistente sociale infatti "l'assistente sociale riconosce il valore, la dignità intrinseca e l'unicità di tutte le persone e ne promuove i diritti civili, politici, economici, sociali, culturali e ambientali così come previsti nelle disposizioni e nelle Convenzioni internazionali e afferma i principi della difesa del bene comune, della giustizia e dell'equità sociale e, nel promuovere la cultura della sussidiarietà, della prevenzione e della salute, opera affinché le persone creino relazioni di reciprocità all'interno delle comunità alle quali appartengono" (Codice deontologico dell'assistente sociale, 2020, p. 10).

Attraverso le relazioni di reciprocità, la giustizia e l'equità sociale, la difesa del bene comune e per delineare i confini del pregiudizio si dovrebbe concretizzare un pensiero collettivo individuando, nel tempo, percorsi e strategie con l'obiettivo di realizzare una comunità coesa e transculturale. Poter convivere insieme nell'accoglienza e nel rispetto delle culture potrebbe far immaginare uno scenario meno utopico in un futuro migliore con elementi culturali comuni.

In primo luogo si dovrebbe affrontare la questione macchinosa della convivenza multiculturale che non preclude necessariamente un'interazione tra i gruppi culturali che possono anche coesistere senza avere scambi reciproci di contenuti delle culture di origine. Bisognerebbe "avviare pratiche finalizzate a instaurare forme di dialogo e di apertura all'altro capaci di garantire scambi reciproci dove le persone di culture diverse interagiscono tra loro scambiando i contenuti delle loro culture di origine" (Nuovo dizionario di Servizio sociale, 2022, pp. 312-313).

Sarebbe necessario creare le condizioni perché l'interculturalità diventi la quotidianità decentrando le persone dal proprio abituale atteggiamento etnocentrico.

Bibliografia

Allport, G.W. (1973). *La natura del pregiudizio*, La Nuova Italia.

Bauman, Z. (2014). *La solitudine del cittadino globale*, Gangiacomo Feltrinelli Editore.

Braun V., Clarke V. (2012). *Thematic analysis*, APA handbook of research methods in psychology, Vol. 2: Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological, Publisher: American Psychological Association, https://www.researchgate.net/publication/269930410_Thematic_analysis.

Codice deontologico dell'assistente sociale, 2020. https://cnoas.org/wp-content/uploads/2020/03/Il-nuovo-codice-deontologico-dellassistente-sociale.pdf

Di Luzio, G. (2011). *Brutti, sporchi e cattivi. L'inganno mediatico sull'immigrazione*, Ediesse.

Donati, P., Maspero, G. (2021). *Dopo la pandemia. Rigenerare la società con le relazioni*, Città Nuova.

Geertz, C. (1998). *Interpretazioni di culture*. Il Mulino.

Global Social Work Statement of Ethical Principle, 2018, https://www.iassw-aiets.org/wp-content/uploads/2019/03/Italian-version-of-Ethical-principles-in-Global-SW-2018.pdf

Jung, C. G. (2007). *Gli archetipi dell'inconscio collettivo*, Bollati Boringhieri.

Mantovani, G. (2008). *Intercultura e mediazione, teorie ed esperienze*, Carocci Editore.

Ministri degli Affari Esteri del Consiglio D'Europa, *Libro bianco sul dialogo interculturale, Vivere insieme in pari dignità*, https://www.coe.int/t/dg4/intercultural/source/pub_white_paper/

whitepaper_id_italianversion.pdf

Nano, D. (2020). *Exilium, dal folle allo straniero, antropologia dell'esclusione*, Aracne editrice.

Nuovo dizionario di Servizio sociale (2022). Carocci editore.

Parolari, P. (2016). *Culture, Diritto, Diritti diversità culturale e diritti fondamentali negli stati costituzionali di diritto,* G.Giappichelli Editore.

Wieviorka, M. (2008). *L'inquietudine delle differenze*, Bruno Mondadori.

Pattaro C. (2018). *Le sfide dell'aiuto. Proposte operative e fabbisogni formativi*. Le sfide dell'aiuto, assistenti sociali nel quotidiano dell'immigrazione, Franco Angeli Open Access.

MENORES ESTRANGEIROS DESACOMPANHADOS E ACOLHIMENTO FAMILIAR NA FAMÍLIA:
A narração de uma história nascida do relacionamento entre o Serviço Social do Município de Macerata e toda a comunidade

Marika Di Prodi[23]
Franca Veneziano[24]
Andrea Braconi[25]

Resumo:

O Município de Macerata desenvolveu um modelo eficaz de acolhimento e inclusão de menores estrangeiros desacompanhados (UAMs), favorecendo o acolhimento familiar em detrimento da colocação na comunidade. Através de projetos financiados a nível nacional e comunitário, como FAMI.glie a colori, Mai soli e EPIC, o Município tem reforçado as atividades de sensibilização, seleção e apoio às famílias de acolhimento, bem como os percursos de integração social e laboral para menores não acompanhados. O papel central é desempenhado pelo assistente social, que acompanha os menores desacompanhados em todas as fases, desde a colocação inicial na comunidade ou numa família de acolhimento, passando pela definição do projeto educativo personalizado, até à conquista da autonomia habitacional e laboral. Também é fundamental o apoio da psicóloga, que acompanha os menores desacompanhados no desenvolvimento de seu projeto de migração e na gestão das relações com a família adotiva. Por fim, a operadora lida com atividades esportivas, oficinas de língua e cultura italiana e promove a inclusão social e o conhecimento do território. Graças a este modelo, o Município de Macerata conseguiu garantir um alto nível de integração de menores desacompanhados, como evidencia a comovente carta de agradecimento de Alieu, agora com 17 anos, que encontrou uma nova família e novas oportunidades.

Palavras-chave: Menores estrangeiros desacompanhados, Family Trust, Projeto de Migração.

Abstract:

The Municipality of Macerata has developed an effective model of reception and inclusion for unaccompanied foreign minors (UAMs), favoring family foster care over placement in the community. Through projects funded at national and EU level, such as FAMI.glie a colori, Mai soli and EPIC, the Municipality has strengthened awareness-raising, selection and support activities for foster families, as well as social and work integration paths for unaccompanied minors. The central role is played by the social worker, who follows the unaccompanied minors in all phases, from the initial placement in the community or in a foster family, to the definition of the personalized educational project, up to the achievement of housing and work autonomy. The support of the psychologist is also fundamental, who accompanies the unaccompanied minors in the development of their migration project and in the management of relations with the foster family. Finally, the operator deals with sports activities, Italian language and culture workshops, and promotes social inclusion and knowledge of the territory. Thanks to this model, the Municipality of Macerata has managed to guarantee a high level of integration of unaccompanied minors, as evidenced by the moving letter of thanks from Alieu, now 17 years old, who has found a new family and new opportunities.

[23] Assistente sociale referente Area Famiglia Infanzia Adolescenza. E-mail: marika.diprodi@comune.macerata.it
[24] Assistente sociale referente MSNA. E-mail: franca.veneziano@comune.macerata.it
[25] Operatore. E-mail: servizieducativi@comune.macerata.it

Keywords: Unaccompanied foreign minors, Family Trust, Migration Project.

INTRODUÇÃO

O acolhimento familiar é a forma preferida de acolhimento de menores estrangeiros desacompanhados (UAMs) experimentada pelo Município de Macerata a partir de 2016. O Departamento de Políticas Sociais, de fato, desenvolveu um modelo operacional eficaz, que permitiu alcançar um alto nível de inclusão, tanto em termos sociais quanto de emprego, de menores estrangeiros desacompanhados.

Diante de um crescente fenômeno migratório cada vez mais caracterizado pela presença de menores estrangeiros, de fato, a administração municipal optou por investir recursos e pessoal qualificado, ampliando sua equipe com figuras externas adicionais e trabalhando de forma interdisciplinar com instituições públicas, associações do Terceiro Setor e entidades privadas.

Este projeto é realizado pelos Serviços Sociais do Município de Macerata nas pessoas de:

- Francesca D'Alessandro (Vice-Prefeita e Conselheira de Políticas Sociais)
- Simone Ciattaglia (Diretora do Serviço de Bem-Estar, Cultura e Recursos Humanos)
- Marika Di Prodi (Assistente Social responsável pela Área de Família, Infância e Adolescência)
- Franca Veneziano (Assistente Social responsável por menores desacompanhados)
- Milena Foglia (Psicóloga)
- Andrea Braconi (Cinegrafista)
- Diego De Carolis (cinegrafista)

Eles são acompanhados diariamente por outros assistentes sociais e funcionários administrativos do Serviço Social.

Dentro desse sistema de acolhimento, a rede territorial consolidada de parceiros, tanto institucionais quanto do Terceiro Setor, é fundamental.

No que diz respeito aos menores não acompanhados atendidos pelo Município de Macerata, em um período inferior a 10 anos a partir de uma colocação prevalente na Comunidade ou CAS (centros de acolhimento extraordinário) houve uma prevalência significativa da instituição de acolhimento familiar, como local de crescimento do menor estrangeiro e seu potencial de inclusão no tecido social da cidade e do território.

NAZIONALITÀ PREVALENTI
Gambia
Senegal
Tunisia

ETÀ
15-17 anni

SESSO
99% maschi
1% femmine

Fundos, projetos e prêmios

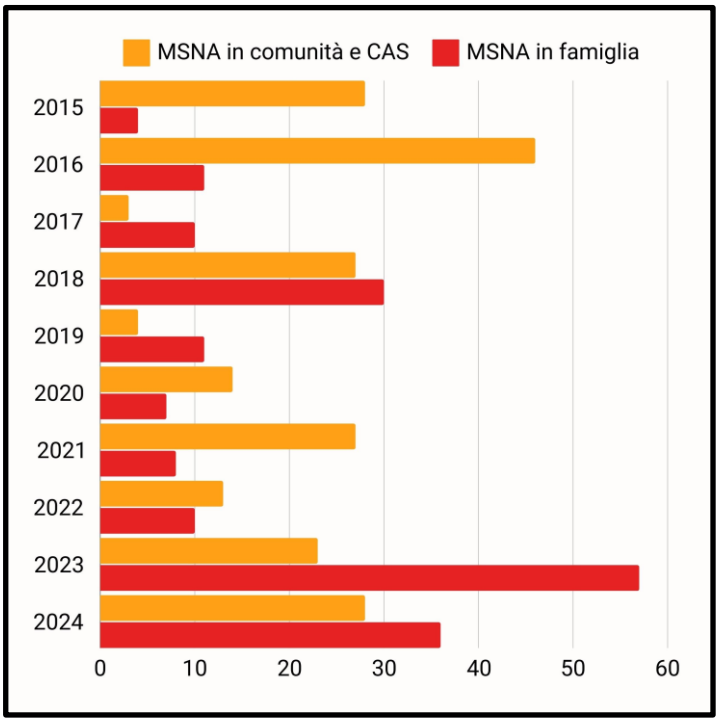
O caminho percorrido pelo Município de Macerata tem sido marcado pela participação em numerosos concursos nacionais, a começar pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), um instrumento financeiro criado pelo Regulamento da UE n.º 516/2014 com o objetivo de promover uma gestão integrada dos fluxos migratórios, apoiando todos os aspetos do fenómeno.

Através dos projetos "FAMI.glie a colori" e "Mai soli", o Município de Macerata (ambos no papel de líder e parceiro do projeto) obteve um financiamento importante para fortalecer suas atividades, iniciar novas e desenvolver um compartilhamento de boas práticas com órgãos e associações locais e nacionais.

A isto juntam-se as parcerias a nível da UE (com o projeto Práticas Europeias para a Integração e os Cuidados) e os prémios a nível nacional (incluindo o Prémio Pessoa e Comunidade de Turim).

1. FAMÍLIAS DE CORES

No papel de líder, com o objetivo de relançar a instituição de acolhimento familiar no



território como uma ferramenta eficaz para repensar o acolhimento de migrantes, o Município de Macerata envolveu como parceiros do projeto Aconselhamento Familiar Il Portale, Centro de Escuta e Primeiro Acolhimento Odv, Associação Piombini Sensini Onlus e Associação La Goccia Onlus, enquanto ANOLF (Associação Nacional Além das Fronteiras), Área Social Territorial 15, Município de Ancona, Município de Fano, Centro de Emprego Macerata e Fiador Regional da Infância.

As atividades, para além da gestão e acompanhamento do projeto, centraram-se na promoção e sensibilização para a problemática do acolhimento familiar de menores estrangeiros não acompanhados através de:

- Reuniões com famílias potencialmente já interessadas e "próximas" da questão do acolhimento e integração;
- Reuniões territoriais abertas aos cidadãos;
- Reuniões em escolas e paróquias;
- Formação dedicada a jornalistas e assistentes sociais;
- Comunicação social.

2. Nunca sozinho

No âmbito de um edital para a apresentação de projetos a financiar pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração 2021-2027, o Município de Macerata (com foco na revisão e teste do seu modelo numa seleção de casos, contribuição para a transferência do modelo, apoio à organização e participação em reuniões multiatores) participou no projeto "Mai soli" numa parceria de três anos (2024-2026) envolvendo a Fundação Nacional Assistentes Sociais (Líder), Instituto Psicanalítico de Pesquisa Social (treinamento, acompanhamento metodológico e supervisão), Município de Palermo, Município de Marsala e Município de Brugherio (modelo de transferência de co-construção, participação em treinamento, experimentação do modelo em uma seleção de casos, apoio à organização e participação em reuniões multi-atores).

3. EPIC (Práticas Europeias de Integração e Cuidados)

Melhorar as formas alternativas de acolhimento das crianças migrantes não acompanhadas

Trata-se de um projeto comunitário coordenado no período 2020-2022 pela Fundação L'Albero della Vita Onlus de Milão, com o objetivo de promover melhores sistemas alternativos de acolhimento para menores não acompanhados, incentivando o intercâmbio de boas práticas e metodologias, potencializando atores-chave com competências e informações para a expansão do serviço de acolhimento e atendimento.

Além do Município de Macerata, o projeto contou com a participação dos seguintes parceiros:

- Município de Palermo;
- ACCEM de Madrid (Espanha);
- Organização pro Pomoc Uprchlikum Zs (OPU) em Praga (República Tcheca);
- Fundação Reach for Change em Estocolmo (Suécia);
- Fundação Caritas Ambrosiana (FCA) de Milão;
- Farsi Prossimo Onlus Società Cooperativa Sociale di Milano;
- Centro Informazione Documentazione e Iniziativa per lo Sviluppo Onlus (CIDIS) de Perugia.

Dentro do EPIC, o Município de Macerata produziu publicações como o Glossário (com um guia das palavras usadas nas práticas dos Serviços Sociais), "Quem sou e quem serei" (um diário de viagem a ser preenchido pelos menores desacompanhados confiados aos Serviços Sociais) e "Eu caminhei" (um livro ilustrado com 10 histórias sobre as viagens realizadas por outros tantos menores desacompanhados de seus países de origem para a Itália).

4. Prêmios "Pessoa e Comunidade"

Em 2018 e 2024, o Departamento de Políticas Sociais do Município de Macerata foi premiado em Turim por ocasião do Prêmio Pessoa e Comunidade, promovido pelo Centro de Estudos de Cultura e Sociedade, pela atenção aos diferentes caminhos de inclusão ativados no que diz respeito à fragilidade de diferentes setores de sua comunidade, incluindo a de menores estrangeiros desacompanhados confiados a famílias selecionadas pelos Serviços Sociais.

PROJETOS RELACIONADOS

O sistema de acolhimento familiar para menores estrangeiros não acompanhados do Município de Macerata inclui várias etapas do projeto.

PIM (Assistência Emergencial para Menores)

O sistema de plantão 24 horas, ativado pela Área Social Territorial 15 que vê o Município de Macerata como líder e a presença de outras 8 administrações municipais no território provincial, intervém em situações em que é necessária uma avaliação por parte do Serviço Social Profissional, como organismo de proteção de menores, em casos de menores em situações de emergência, abandonados ou maltratados que necessitem de proteção imediata através da colocação em local seguro (nos termos do art. 403.º do Código Civil italiano).

A equipe, composta por 6 assistentes sociais e 2 operadores, recebe denúncias da Polícia Estadual, Carabinieri, Polícia Local, Centro Antiviolência ou Primeiros Socorros por

meio de um número de telefone específico, acionando consequentemente um procedimento que prevê:

● Avaliação de casos;

● Possível colocação em local seguro (família, comunidade de pronto acolhimento, comunidade protegida).

Recepção imediata

A Pronta Recepção, a ser implementada por portaria urgente nos termos do art. nos termos do artigo 403.º do Código Civil italiano, ocorre na família ou numa comunidade de pronto acolhimento de menores, neste caso por acordo.

Para a rede de famílias de acolhimento, são fornecidos:

● Cursos de sensibilização dirigidos aos cidadãos sobre a questão do acolhimento familiar;

● Avaliação e seleção de potenciais famílias de acolhimento que acolham menores não acompanhados com a ajuda de uma equipa multidisciplinar dedicada;

● Acompanhamento e percursos de apoio voltados para a rede de famílias de acolhimento através de encontros mensais de grupo realizados pela equipe de profissionais (assistente social, psicóloga e operadora).

Projeto educacional

A tomada a cargo do menor não acompanhado, com a simultânea entrega do menor ao Serviço Social ordenada pelo Juizado de Menores, implica a realização no prazo de 30 dias por obrigação legal das seguintes práticas:

● Entrevista social cognitiva com menores desacompanhados na presença de um mediador cultural (subsidiado com o Fundo Municipal);

● Entrevista psicológica sempre na presença de um mediador cultural;

● Registo na plataforma SIM (Sistema de Informação de Menores) do Ministério do Trabalho e das Políticas Sociais que permite monitorizar a presença de menores estrangeiros não acompanhados, acompanhar os seus movimentos em território nacional e gerir os dados relativos aos seus dados pessoais, estado e colocação;

● Solicitação de nomeação de tutor em favor do menor estrangeiro desacompanhado;

● Evasão de investigação socioambiental solicitada pelo Ministério Público ou pela Vara da Infância e da Juventude;

● Abertura de processo tutelar do Juizado de Menores e posterior atualização dos relatórios, que devem ser enviados trimestralmente ou de forma diversa quando expressamente previsto pela Autoridade Judiciária;

● Elaboração do projeto educativo individualizado do menor não acompanhado, assinado pela assistente social de referência, pelo menor, pelo tutor, pela família/comunidade de acolhimento;

● Realização de entrevistas psicossociais com o objetivo de desenhar o caminho de proteção, monitoramento e definição do projeto de autonomia dos menores desacompanhados a ser implementado por toda a duração do menor.

Caminhos de inclusão

Este tipo de intervenção é realizado através de:

● Ativação de cursos de formação, colocação profissional e procedimento de regularização dos documentos necessários para efeitos de permanência em Itália (como autorização de residência, código fiscal, passaporte);

● Ativação de caminhos de inclusão social através da valorização da alfabetização e, em particular, com a participação de uma oficina de cultura italiana;

● Prática de desportos, como treino de futebol nos Salesianos e curso de natação na piscina municipal, preparatório para obtenção da licença de ajudante de nadador-salvador;

● Conhecimento da área através de saídas mensais em grupo entre menores não acompanhados, famílias e comunidades;

De acordo com a ATI, a associação temporária de empresas procurada pela administração municipal, também são fornecidas ferramentas adicionais, como:

● Apoio psicológico através do Listening Desk para adolescentes e participação em oficinas sobre emoções;

● Possibilidade de inclusão em atividades de integração social na área, como Campos de Férias 7x7, Tardes no Bairro 7x7 e Tempo Extra;

● Acompanhamento através de tutores de integração social que atuam como elo entre os menores estrangeiros desacompanhados e os diferentes caminhos possíveis.

Caminhos de autonomia

● Trabalho: por meio da ativação de TIS (Estágios de Inclusão Social), inscrição no CIOF (Centros de Emprego) e cursos de conscientização voltados para empresas da área;

● Habitação: através de uma fase inicial de continuação do projeto de hospitalidade familiar, inclusão em habitação social municipal ou projetos de acompanhamento fora do território.

● Econômico: previsto para menores desacompanhados acolhidos na família por meio de dote específico que é garantido ao menor até os dezoito anos, guardado pela família adotiva e devolvido à criança na maioridade. Para os menores desacompanhados acolhidos na

comunidade educativa, por outro lado, o caminho para a autonomia econômica se dá por meio da preservação da mesada semanal ou dos reembolsos de estágios pela comunidade, que é devolvido à criança na maioridade.

OS PAPÉIS

Dentro desse sistema de acolhimento, o papel do assistente social é central, apoiado por figuras igualmente significativas, como o psicólogo e o operador.

1. O assistente social

O assistente social que trabalha dentro de uma autoridade local, com base no art. 403 do Código Civil, tem o dever de colocar em local seguro o menor que se encontre em estado de abandono moral e/ou material. A condição dos menores não acompanhados segue perfeitamente esta meta, uma vez que não têm pais nem exercem a responsabilidade parental no território em que se encontram. No caso do percurso de acolhimento familiar dos menores não acompanhados, é precisamente a família que pode ser identificada como o melhor local seguro, conforme também regulado pela Lei n.º 47/2017 mais conhecida como "Lei Zampa" que identifica expressamente a família como o local preferencial para a colocação dos menores não acompanhados.

Especificamente, o assistente social atua em três níveis de ação e especialmente no nível interpessoal, pois atua como ponto de referência institucional para o compartilhamento e implementação do projeto de proteção e acolhimento dos menores desacompanhados, em nível organizacional na criação e apoio de uma rede primária e secundária, formal e informal de parceiros e sujeitos que trabalham para a tomada de direção e implementação das atividades destinadas à realização do projeto do menino; Por fim, no plano político para a implementação de políticas sociais destinadas a sensibilizar para a integração funcional dos menores na realidade territorial de referência, também a partir de uma perspectiva inovadora.

● Na primeira fase da emergência, em que o migrante é fotografado na Sede da Polícia como menor em estado de abandono, o menino, ouvido pela Polícia por meio de um mediador linguístico que facilita a comunicação e o tranquiliza, a assistente social providencia a colocação em uma instalação de acolhimento imediato para menores localizada na área municipal.

Para evitar mais esforços logísticos e tempos de espera excessivamente longos, o assistente social conta com a colaboração de uma associação que lida com a proteção da criança há anos e que garante um acolhimento imediato e imediato.

● Um outro passo que o assistente social se vê cuidando em conjunto com o psicólogo

é acolher as expectativas da criança e formular junto com ela, com a ajuda de um mediador cultural, o caminho de acolhimento. Nesta fase, portanto, decide-se iniciar o caminho na Comunidade Educativa ou no projeto de acolhimento familiar. Para muitos jovens, de fato, ir morar com uma família representa um obstáculo ao vínculo de lealdade com a família de origem e, portanto, um passo a ser dado é justamente entrar em contato com a família de origem para explicar operacionalmente a natureza e a essência do projeto de acolhimento familiar. A relação entre o serviço e a família de origem, quando presente, é essencial para manter um equilíbrio entre a família de origem e a confiança na nova família acolhedora.

● Caso a criança opte por continuar seu processo de acolhimento na Comunidade, a escolha da realidade educativa recai sobre o assistente social, que avalia a estrutura que melhor a atende com base em suas características e necessidades. O jovem é acompanhado pelo operador profissional para se abrir ao grupo de pares que compartilha essa experiência comunitária com ele e aprender a confiar nos operadores da estrutura. Dentro do caminho da comunidade, é elaborado um projeto educativo personalizado compartilhado e assinado pela própria criança, pelo gestor da comunidade e por seu responsável. O projeto personalizado contém os aspectos formativos, educacionais e recreativos também voltados para a integração e a realização da autonomia pessoal. As entrevistas de acompanhamento e apoio serão realizadas tanto em equipe quanto individualmente pelo assistente social, a fim de modificar os objetivos em andamento, se necessário.

Um aspecto particularmente cuidado pelo assistente social é a organização de entrevistas psicológicas, tanto na fase inicial quanto durante o próprio processo, a fim de permitir que o menor expresse suas emoções para dar-lhes um nome e uma forma contextual.

● Se, por outro lado, a criança, de acordo com o tutor, deseja buscar um acolhimento familiar, o assistente social toma medidas para selecionar a família que melhor responde às características e inclinações da criança por meio de uma equipe dedicada, composta pelo assistente social e pelo psicólogo. A seleção das famílias é precedida por uma fase de avaliação social, habitacional e motivacional da família por meio de entrevistas individuais e familiares incluindo as crianças, se presentes, e uma visita domiciliar para verificar as condições do ambiente domiciliar.

A transição para a família é uma fase muito delicada, que não se dá de forma improvisada, mas deixa-se tempo e espaço para o conhecimento mútuo através da organização de dias ou fins-de-semana em que a criança pode vivenciar a realidade familiar, sempre com o acompanhamento e apoio de profissionais educadores.

Obviamente, a instituição do acolhimento familiar deve ser ratificada pela autoridade

judiciária competente.

O processo de acolhimento familiar envolve a implementação de um projeto educativo personalizado da mesma forma que o menor na Comunidade.

Paralelamente à supervisão e apoio à criança, o Serviço Social ativa reuniões de acompanhamento e apoio à rede de famílias de acolhimento conduzidas em conjunto pelo psicólogo e pelo assistente social.

● A última fase do caminho de acolhimento e inclusão da criança migrante, mas também uma das mais importantes e delicadas para alcançar um acolhimento real no território, é a definida como "a última milha".

Nesta fase, o objetivo é apoiar as crianças, sobretudo através da figura fundamental do operador, na concretização da plena habitação, trabalho e autonomia social. No que diz respeito ao caminho da autonomia habitacional, um dos grandes problemas encontrados sempre foi o da residência de crianças que não podem solicitá-la dentro das comunidades educativas, enquanto às vezes as famílias se disponibilizaram para concedê-la. No entanto, continua a existir uma questão crucial, a da residência, que permitiria à criança aceder aos benefícios e facilidades do Estado previstos na legislação em vigor. Este problema foi resolvido graças a um projeto em que os meninos, após a maioridade, foram acolhidos em um apartamento semiautônomo até o tempo necessário para alcançar uma autonomia econômica real. Obviamente, esse sistema difere de um projeto totalmente assistencialista, pois o menino em primeira instância, onde tinha condições econômicas, contribuía minimamente para as despesas domésticas.

O caminho para a autonomia laboral tem assistido ao envolvimento de uma rede de empresas e/ou associações da área, sensibilizadas pelo operador, na ativação de estágios de formação ou colocação profissional, em colaboração com o Centro de Emprego, que têm levado a várias contratações para os jovens. A promoção do projeto e o acompanhamento do operador ao mundo do trabalho é essencial para obter a confiança do empresário que, de outra forma, o jovem de forma independente, sem intermediação, não teria conseguido obter.

2. O papel do psicólogo

No que diz respeito aos menores desacompanhados, o significado último desta figura se desdobra ao longo de um período de duração indeterminada, passando das estruturas de primeira chegada aos segundos centros de acolhimento, e pode ser resumido na necessidade de acompanhar e apoiar a identificação, reelaboração e desenvolvimento de um projeto de migração realista que possa ser transformado em um projeto de vida.

Para oferecer apoio psicológico, as ferramentas que o psicólogo coloca em prática são:

● A primeira entrevista

O psicólogo tem como objetivo conhecê-lo e estabelecer uma relação de confiança com ele. Depois de se apresentar em suas funções fundamentais, fornecerá o espaço certo para permitir que ele se familiarize com o novo ambiente de trabalho. Após uma fase inicial de conhecimento, apresentará atividades para investigar o funcionamento cognitivo, comportamental e emocional da criança, explorando fatores de risco e proteção. É necessário usar uma linguagem simples, ser clara e honesta para estabelecer um clima colaborativo e participativo. Para atingir esse objetivo, pode ser necessária a presença de um mediador cultural.

Durante a primeira entrevista, o aluno pode receber um diário onde pode transcrever as características salientes da experiência e as expectativas relacionadas ao seu projeto de migração. Para isso, é necessário que a criança tenha entre seus pontos fortes as habilidades cognitivas e emocionais necessárias para usar a ferramenta que, caso contrário, ela pode colocar em uma gaveta e reutilizar quando tiver as habilidades.

● A entrevista do projeto

A entrevista do projeto aborda o objetivo fundamental da consulta psicológica de menores não acompanhados, ou seja, o projeto de migração. Várias entrevistas podem ser necessárias para realizar esta fase. Em primeiro lugar, é necessário, graças ao diário, compreender o objetivo do projeto de migração do menor.

Com demasiada frequência, os projetos de migração baseiam-se em expectativas irrealistas sobre objetivos ou modalidades. O papel do psicólogo é destacar quaisquer questões críticas que possam estar presentes e propor caminhos alternativos ao projeto apresentado. É claro que, antes de tentar mudar o projeto de migração do menor, é necessário ter conquistado sua confiança por meio da escuta e de uma compreensão profunda do mesmo.

● Acompanhamento de Projetos

Após entrevistas psicológicas e reuniões da equipe multidisciplinar, é estruturado um caminho individualizado para os menores desacompanhados. Este percurso está sujeito a supervisão psicológica periódica para auxiliar a gestão emocional das crianças no que diz respeito às dificuldades na implementação do projeto de migração. Esse projeto muitas vezes se transforma em desilusão em relação às expectativas trazidas pelo migrante, devido ao embate com uma realidade sociocultural que não adere às expectativas. Nesse caso, o psicólogo fornecerá o apoio psicológico necessário para garantir o melhor caminho possível para a criança.

● Apoio psicológico

Nos casos em que ocorram problemas relacionais ou sintomas de sofrimento

emocional, os menores desacompanhados podem recorrer ao apoio do psicólogo que os acompanhará na gestão de questões críticas e proporcionará o espaço adequado para se expressarem.

Além disso, os menores desacompanhados podem ter vivenciado uma experiência difícil ou conflituosa que pode ter deixado traumas que devem ser tratados, pelo menos inicialmente, com um terapeuta de apoio que possa facilitar seu manejo imediato.

● Avaliação de famílias adotivas

Quando os menores desacompanhados são colocados em uma família de acolhimento, inicia-se o acompanhamento, com o objetivo de observar o processo de inclusão da criança na nova unidade familiar. Cada família de acolhimento é portadora de sua própria cultura, dinâmica interna e relações com o meio ambiente que deverão ser gerenciadas para garantir que a criança possa se integrar à nova situação. As relações nascentes com os membros da família de acolhimento e as dinâmicas relacionais a criar e gerir podem ser uma oportunidade para o aparecimento de desconfortos que podem desestabilizar o ambiente familiar e comprometer o sucesso do projeto, uma vez que a família de acolhimento é um pilar do sistema de acolhimento. Para superar esse problema, também serão utilizadas entrevistas com o psicólogo que facilitará as relações interpessoais tanto do ponto de vista da integração da criança na família quanto do ponto de vista da aceitação do novo membro pela unidade familiar.

● Acompanhamento na fase de integração na família ou comunidade

Durante a evolução do projeto de migração, deve ser prestado apoio psicológico tanto aos menores não acompanhados como à família de acolhimento. Por um lado, o menor se vê inserido em um novo ambiente que traz consigo valores, cultura e relações bem enraizadas, que são desestabilizadas pelo enxerto de um novo componente que muda os equilíbrios criados ao longo do tempo. Por outro lado, a família ou a comunidade deve aprender e gerir a integração do menor não acompanhado, fazendo-o sentir-se parte de um grupo e cuidando das suas necessidades e exigências. Para ambas as figuras, a equipe multidisciplinar está empenhada em fornecer monitoramento e apoio durante toda a fase de evolução do projeto, por meio de entrevistas individuais e coletivas, atividades que promovam a inclusão, planejamento de objetivos e ações voltadas para a escolarização e autonomia dos menores desacompanhados.

● Apoio ao grupo de famílias de acolhimento

As famílias de acolhimento que estão incluídas no projeto, além do apoio individualizado, precisam conhecer outras famílias de acolhimento para poder comparar e compartilhar suas respectivas experiências. Para isso, são organizados encontros entre famílias, solidários entre si e encontrando um recurso informal adicional para somar àqueles que são

fontes de apoio institucional.

● Acompanhamento e supervisão da equipe multidisciplinar

Para os menores desacompanhados, os percursos são estruturados à medida das necessidades e aspirações individuais, tentando, por um lado, interceptar as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho e formação presente na área; por outro, aderir às expectativas e inclinações dos jovens que trazem seu próprio projeto de migração como dote. Para conseguir estruturar esses caminhos, são necessários diferentes profissionais que, trabalhando em equipe, consigam conciliar as diversas necessidades. As etapas de monitoramento são necessárias para recalibrar o caminho em seu devir, atendendo às mudanças nas condições ambientais e nas necessidades do menor estrangeiro desacompanhado.

As dificuldades que os menores desacompanhados encontrarão durante o andamento de seu projeto migratório deverão ser gerenciadas não apenas do ponto de vista psicológico, mas também operacional, ajustando e integrando o caminho de acordo com as novas contingências.

3. O papel do operador

A operadora que apoia os menores desacompanhados desenvolve suas ações em três linhas:

1. Atividades de inclusão através do desporto;

2. Laboratório de cultura italiana;

3. Oficina de inclusão por meio do conhecimento da cidade, do território e das atividades agregadoras.

● Atividades de inclusão por meio do futebol

A atividade esportiva, realizada principalmente nos campos do Oratório Salesiano de Macerata, é sempre dividida em pelo menos dois turnos de uma hora cada, considerando tanto a forte demanda dos meninos, seu número crescente quanto a disponibilidade em termos de horas pelas instalações anfitriãs.

Em média, cerca de 20 crianças participam de cada grupo.

As sessões, além de aprender as regras do jogo e melhorar as habilidades técnicas dos indivíduos, vêem, por um lado, um trabalho constante sobre o conceito de grupo, por outro, uma atenção particular à relação com as outras crianças que frequentam o Oratório, graças também à preciosa colaboração dos gestores da estrutura que diariamente confrontam as crianças, fazendo-lhes perguntas e fornecendo conselhos úteis para uma maior inclusão no tecido social da cidade e do território.

Nesta última frente, amistosos e torneios organizados com o apoio da Polícia Estadual se mostram fundamentais, criando assim momentos de conhecimento mútuo e abertura para um maior diálogo.

● **Atividades de inclusão através da natação**

Com o Centro de Natação Macerata, que nos seus 10 anos de vida se caracterizou por uma forte vocação social e desportiva, foi ativada uma colaboração dentro da piscina municipal para um curso de natação destinado à obtenção da licença de nadador-salvador.

Dos cerca de 15 jovens participantes na seleção, 12 foram considerados aptos para enfrentar a atividade de formação, iniciada no início de 2024 após o preenchimento de toda a documentação necessária, incluindo exames médicos para o certificado de atividade desportiva não competitiva.

No final do curso, em junho de 2024, todos os meninos participantes receberam um certificado da Federação Italiana de Natação em reconhecimento às habilidades e competências adquiridas.

● **Oficina de cultura italiana**

As atividades desenvolvidas no âmbito da oficina de cultura italiana organizada pelo Departamento de Políticas Sociais do Município de Macerata também sofreram mudanças e variações de acordo com o crescente número de menores desacompanhados confiados aos Serviços Sociais e Comunidades.

Isto levou a uma constante redefinição de um modelo que já incluía 2 encontros semanais de cerca de 1 hora e meia mas que, precisamente pela quantidade inicial e reduzida de participantes (cerca de 6 por encontro) permitia um modo mais dinâmico com passeios na cidade e visitas aos principais contentores culturais.

Uma vez que os números estavam na ordem de 60 unidades, a escolha recaiu sobre um novo formato estruturado em 3 grupos denominados A, B e C: os dois primeiros pela manhã, o terceiro à tarde e dedicado principalmente às crianças que frequentam o ensino fundamental e/ou médio.

Uma estrutura que, graças à preciosa colaboração de voluntários do Serviço Civil Universal, permitiu distribuir as crianças da melhor maneira possível, também no que diz respeito ao seu grau de conhecimento da língua italiana.

Durante as reuniões, foram abordados temas como os seguintes, tanto do ponto de vista linguístico como do conteúdo:

- princípios essenciais da Constituição italiana;
- feriados nacionais e seu significado;

● sinalização rodoviária (com experiência direta no centro de Macerata);

● transporte público (com experiência direta na estação ferroviária de Macerata);

● saúde e bem-estar;

● trabalho e treinamento;

● alimentação e nutrição;

● roupas;

● espaços de convivência;

● esportes (especificamente futebol e vôlei);

● Teatro e música.

A atenção do ponto de vista gramatical foi significativamente apoiada (também com recurso a suportes multimédia) por um trabalho sobre as chamadas "palavras úteis", que as crianças encontram no seu percurso diário.

Recentemente, a atividade laboratorial tem sido integrada com a utilização de aplicações e plataformas digitais, tais como:

● Google Drive: aquisição de habilidades básicas sobre o uso de pacotes do Google para salvar e compartilhar arquivos;

● Sala de aula: criação de uma sala de aula virtual para compartilhamento de material didático, utilizável em horário extraescolar;

● Study Smarter e Kahoot: para a criação de flashcards, questionários de múltipla escolha e abertos utilizando inteligência artificial, a fim de verificar os conhecimentos aprendidos durante o curso;

● Canva e Edpuzzle: criação de conteúdo multimídia (por exemplo, Power Point animado) e vídeos educacionais, para serem usados para colocar em prática uma Sala de Aula Invertida;

● Duolingo: aplicativo para aquisição de habilidades linguísticas por meio de exercícios repetitivos, que podem ser usados em casa.

● **Oficina de inclusão por meio do conhecimento da cidade e do território e atividades agregadoras**

O conhecimento da cidade anfitriã e do território é uma pedra angular da ação realizada a partir de 2023.

A partir de um número limitado de menores desacompanhados que participam do projeto, os passeios foram inicialmente ativados no nível da cidade, a partir dos mais prestigiados museus e equipamentos culturais. Graças às visitas guiadas, os alunos puderam aprofundar aspectos relacionados com a história e o quotidiano do Município de Macerata,

estimulando o operador a organizar passeios periódicos.

A rede de relações construída ao longo do tempo - ampliada para associações e cooperativas do Terceiro Setor, Agências de Aplicação da Lei, clubes esportivos e outras realidades - tem se mostrado uma ferramenta essencial para o crescimento de menores desacompanhados, tanto como indivíduos conscientes de sua trajetória de vida, quanto no relacionamento com os cidadãos, fomentando vínculos e, sempre que possível, também relações colaborativas.

Entre as atividades realizadas, visitas à Biblioteca Municipal e outros contentores culturais da cidade, participação em eventos desportivos de voleibol e futebol profissional, saídas a áreas protegidas e locais de atração naturalista, participação em festivais de música e eventos culturais e sociais na cidade e território.

● Curso de legalidade e redução de acidentes rodoviários

Realizado em colaboração com a Polícia Local do Município de Macerata no âmbito do projeto #LIFEADDCITED, que teve como parceira a Universidade de Macerata, este curso destinava-se a cerca de 30 menores não acompanhados.

O objetivo foi sensibilizar os jovens para comportamentos saudáveis e legalidade, oferecendo-lhes temas como:

- Relação entre Estado, Instituições e cidadão estrangeiro;

-Educação para a segurança rodoviária;

- Direção segura e os efeitos do uso de álcool e substâncias durante a condução;

- Atualizações no código da estrada.

Realizada entre abril e maio de 2024, a iniciativa (integrada num projeto financiado pela Presidência do Conselho de Ministros – Departamento Nacional de Políticas Antidrogas) teve como momento final um evento por ocasião do qual os jovens participaram nas atividades promovidas pela Polícia Local com jogos educativos focados na segurança rodoviária e percursos com simuladores de óculos de condução em estado alterado.

● Curso de Primeiros Socorros

Em colaboração com a Cruz Verde de Macerata, foi lançado um curso gratuito de Primeiros Socorros, destinado a mais de 20 menores desacompanhados, realizado na sede da mesma Assistência Pública no período de abril a maio de 2024.

Entre a parte teórica e a parte prática, o curso foi focado em:

- N.U.E. (número único de emergência) e gerenciamento de chamadas

-Sinais

- BLS (suporte básico de vida - desfibrilação precoce)

No final, os menores desacompanhados receberam certificados de participação e atualmente 2 deles realizam atividades de voluntariado e estágio com a Cruz Verde.

● Workshop sobre emoções

No âmbito do Psychological Listening Desk, foi incluída uma oficina sobre o tema "Uma viagem pelas emoções dos adolescentes", conduzida por uma psicóloga apoiada por uma operadora.

Doze menores desacompanhados participaram da iniciativa e que entre abril e maio de 2024 através da exibição de um filme elaboraram e refletiram sobre os significados das emoções, potencializando a história de si mesmos e as expectativas pessoais.

● Workshop de Fotografia

Com o título "História fotográfica da selfie ao retrato emocional-criativo", o Departamento de Políticas Sociais do Município de Macerata ativou uma oficina voltada para menores desacompanhados em julho de 2024.

Graças ao apoio da fotógrafa Monia Marchionni, cerca de 12 jovens participaram de um curso sobre o uso de smartphones, com o objetivo de criar seu próprio retrato emocional e criativo.

Desta forma, eles puderam entender como é possível fazer arte por qualquer meio, especialmente tecnológico, contando uma história ligada a um objeto que é importante para eles, uma qualidade predominante de seu caráter e, acima de tudo, sonhos e expectativas para o futuro. Num ambiente construtivo e estimulante, que contou também com a participação do operador, o grupo conseguiu dar forma a retratos de grande impacto visual.

● Curso de digitalização

Como parte do Projeto Bússola Digital da Região de Marche, um curso gratuito de digitalização para menores estrangeiros desacompanhados foi organizado na Biblioteca Mozzi Borgetti em Macerata.

Entre os temas abordados:

- Os segredos do smartphone: como usá-lo da melhor maneira possível;
- Há e-mail para você: tudo o que você precisa saber sobre e-mail;
- SPID e CIE, as novas identidades digitais;
- Navegue na web com total segurança.

● Atividades de programação e documentação

Um último e importante espaço de reflexão é o relativo ao planejamento das atividades, sempre compartilhado com todos os sujeitos institucionais e associativos envolvidos.

Através de canais tradicionais como e-mail e chamadas telefónicas, bem como de ferramentas de mensagens como o WhatsApp, o operador atualiza os vários contactos e operadores sobre propostas, agendamentos, alterações de horários e locais, passeios na área (quando possível com a devida antecedência) e, claro, sobre ausências relacionadas com problemas pessoais ou de saúde.

O feedback recebido permite que você execute com eficácia as ações planejadas e corrija possíveis elementos que conflitam com suas necessidades.

Todas as atividades são documentadas por meio de fotos e bobinas, veiculadas nos canais sociais do Departamento de Políticas Sociais do Município de Macerata:

- @servizisocialimacerata do Facebook
- @maceratasocial_e do Instagram
- @maceratasocial_e do YouTube

AUTONOMIA DE TRABALHO

O caminho para a autonomia do trabalho passa pelo envolvimento de uma rede de empresas e/ou associações da área, sensibilizadas pelo operador, na ativação de estágios de formação ou colocação profissional, em colaboração com o Centro de Emprego, com recurso a fundos próprios e derivados de projetos nacionais ou europeus, que têm levado a várias contratações para os jovens.

A promoção do projeto e o acompanhamento do operador ao mundo do trabalho é essencial para obter a confiança do empresário, que de outra forma o jovem de forma independente, sem a intermediação de um operador, não teria conseguido obter.

Em particular, no segundo semestre de 2023, o Município de Macerata ativou 14 Estágios de Inclusão Social (com fundos da Área Social Territorial 15, da qual desempenha o papel de Líder) no que diz respeito à inclusão de menores não acompanhados próximos da maioridade ou crianças já maiores de idade, com uma duração de 6 meses que pode ser prorrogada por mais 6 meses.

Entre as principais ocupações realizadas pelos menores desacompanhados incluídos estão o voluntariado social (Cruz Vermelha e Cruz Verde), lavanderia, mecânica, setor de creche, agricultura, restauração e carpintaria.

UMA CASA PARA INCLUSÃO

Após a maioridade, as crianças são acolhidas numa habitação social propriedade da Câmara Municipal de Macerata, que representa um apartamento semi-autónomo até ao tempo

necessário para alcançar uma verdadeira autonomia económica. Obviamente, esse sistema difere de um projeto totalmente assistencialista, pois a criança em primeira instância, onde tem condições econômicas, contribui minimamente para as despesas domésticas.

Juntamente com uma cooperativa social, o Município de Macerata desenhou um programa de apoio à habitação social, bem como percursos de inclusão sociohabitacional que garantem aos beneficiários do projeto apoio e apoio, que entre os beneficiários também vê os ex-menores desacompanhados encarregados dos Serviços Sociais.

A duração do projeto de colocação de habitação individual para cada beneficiário é de 6 meses, podendo ser prorrogada por mais 6 meses, sujeita à avaliação do assistente social competente.

Estes são os objetivos:

● Providenciar habitação segura, ainda que temporária, em situações de emergência que envolvam adultos residentes ou residentes no Município de Macerata;

● Apoiar aqueles que ingressaram com sucesso no nível socioeconômico, mas lutam para encontrar acomodação perto do local de trabalho, apesar de terem um contrato de trabalho regular;

● Facilitar a identificação de empregos estáveis que possam promover a conquista da plena autonomia econômica;

● Garantir apoio socioeducativo e coaching;

● Promover a integração e a inclusão social;

● Prevenir e reduzir a exclusão e a discriminação;

● Ativar a rede de operadores de cooperativas sociais que são responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, em partilha com os operadores do Serviço Social profissional do Município, dos vários projetos dos beneficiários bem como dos meios de acolhimento;

● Facilitar uma boa convivência entre os hóspedes por parte dos operadores da cooperativa social, garantindo a supervisão operacional em conformidade com o regulamento interno do alojamento e o projeto individualizado de cada hóspede.

O assistente social responsável pelo projeto é responsável por convocar periodicamente, de comum acordo com a pessoa de contacto da cooperativa social e quaisquer outras partes envolvidas, a equipa transversal para a discussão e partilha dos objetivos, finalidades, tempo de permanência no alojamento, acompanhamento, presença de outras figuras possivelmente envolvidas (e.g. assistente domiciliário, operador, tutor e outros serviços especializados), uma vez que esta informação é essencial para a a elaboração do projeto personalizado.

CONCLUSÃO

Papéis, metodologias, números, atividades e programação. Mas dentro desse planejamento dinâmico e estruturado também há vozes. Como o de Alieu, agora com 17 anos, que poucos meses depois de sua chegada a Macerata quis compartilhar um agradecimento com toda a equipe e com os escritórios do Serviço Social.

A melhor forma de fechar essa história capaz de ir além do papel.

> Meu nome é Alieu e quero aproveitar esta oportunidade para agradecer a Deus (Allah) e a todos aqueles que me ajudaram a superar os desafios do ano passado. Desejo a todos um feliz 2024, que possamos realizar nossos sonhos e que possa ser o melhor ano de nossa jornada. Um agradecimento especial vai para o povo de Macerata e especialmente para aqueles que trabalham no Município de Macerata por me acolherem, apesar da cor da minha pele, da minha raça e da minha origem. Ainda me lembro vividamente de 5 de maio de 2023, que foi uma sexta-feira de oração. Para muitas pessoas foi um dia normal, quando todos estavam com pressa para sair do trabalho e passar um lindo fim de semana com seus entes queridos. Mas para o pequeno Alieu foi um dos melhores dias de sua vida porque era seu décimo sexto aniversário; Então, como todos os meus aniversários anteriores, eu não esperava nada de especial, nenhum desejo de feliz aniversário, nenhum bolo, nenhuma rosa. Mas, em vez disso, algo diferente aconteceu: Deus enviou um presente de aniversário chamado "Franka" para mim, um anjo em forma humana, me deu uma linda família, muitos amigos e esperança. Então, obrigado "Franka" por fazer desse aniversário o dia mais memorável da minha vida. Então conheci pessoas do calibre de Andrea, Marika, Veronica, Lucia, Silvia, Victoria, Ikram e outras que contribuíram imensamente para minha vida. Quero agradecer a todos. E não posso concluir sem agradecer à Família Ndione que me acolheu em sua casa, mostrando-me amor, carinho e apoio nos momentos mais difíceis da minha vida. Gostaria de transformar meus sonhos em realidade e fazer algo para servir e agradecer a este país e a essas pessoas que salvaram minha vida.

Riferimenti

Sito web del Comune di Macerata: Disponibile: <https://www.comune.macerata.it/ >. Acesso in: 27 dez 2024. Qui si possono trovare informazioni sulla struttura organizzativa del Comune e sulle politiche sociali messe in atto.

Sito web del Fondo Asilo, Migrazione e Integrazione (FAMI): Disponibile: <https://www.fami.interno.gov.it/>. Acesso in: 27 dez 2024. Informazioni sui progetti finanziati dal FAMI, tra cui quelli citati nell'articolo come "FAMI.glie a colori" e "Mai soli".

Sito web del progetto EPIC (European Practices for Integration and Care): Disponibile: <https://www.epicproject.eu/>. Acesso in: 27 dez 2024. Dettagli sul progetto europeo di cui il Comune di Macerata è partner.

Sito web del Premio Persona e Comunità: Disponibile: <https://www.premiopersonaecomunita.it/>.

Acesso in: 27 dez 2024. Informazioni sul riconoscimento assegnato al Comune di Macerata per il lavoro sui MSNA.

Sito web della Fondazione Nazionale Assistenti Sociali: Disponibile: <https://www.fondnazioneas.it/>. Acesso in: 27 dez 2024. Poiché la Fondazione è capofila del progetto "Mai soli", qui si possono trovare approfondimenti.

Sito web dell'Istituto Psicoanalitico per le Ricerche Sociali: Disponibile: <https://www.iprs.it/>. Acesso in: 27 dez 2024. Altra organizzazione partner del progetto "Mai soli".

MINORI STRANIERI NON ACCOMPAGNATI E AFFIDO IN FAMIGLIA: Il racconto di una storia nata dal rapporto tra il Servizio Sociale del Comune di Macerata e l'intera comunità

Marika Di Prodi[26]
Franca Veneziano[27]
Andrea Braconi[28]

Riassunto:

Il Comune di Macerata ha sviluppato un modello efficace di accoglienza e inclusione per i minori stranieri non accompagnati (MSNA), privilegiando l'affidamento familiare rispetto alla collocazione in comunità. Attraverso progetti finanziati a livello nazionale e comunitario, come FAMI.glie a colori, Mai soli ed EPIC, il Comune ha potenziato le attività di sensibilizzazione, selezione e supporto delle famiglie affidatarie, oltre a percorsi di integrazione socio-lavorativa per i MSNA. Il ruolo centrale è svolto dall'assistente sociale, che segue il MSNA in tutte le fasi, dal collocamento iniziale in comunità o in famiglia affidataria, alla definizione del progetto educativo personalizzato, fino al raggiungimento dell'autonomia abitativa e lavorativa. Fondamentale è anche il supporto della psicologa, che accompagna il MSNA nell'elaborazione del suo progetto migratorio e nella gestione delle relazioni con la famiglia affidataria. L'operatore, infine, si occupa di attività sportive, laboratori di lingua e cultura italiana, e di favorire l'inclusione sociale e la conoscenza del territorio. Grazie a questo modello, il Comune di Macerata è riuscito a garantire un alto livello di integrazione dei MSNA, come testimonia la commovente lettera di ringraziamento di Alieu, oggi 17enne, che ha trovato una nuova famiglia e nuove opportunità.

Parole chiavi: Minori stranieri non acompagnati, Afidamento Familiare, Progetto Migratorio.

Abstract:

The Municipality of Macerata has developed an effective model of reception and inclusion for unaccompanied foreign minors (UAMs), favoring family foster care over placement in the community. Through projects funded at national and EU level, such as FAMI.glie a colori, Mai

---

[26] Assistente sociale referente Area Famiglia Infanzia Adolescenza. E-mail: marika.diprodi@comune.macerata.it
[26] Assistente sociale referente MSNA. E-mail: franca.veneziano@comune.macerata.it
[26] Operatore. E-mail: servizieducativi@comune.macerata.it

soli and EPIC, the Municipality has strengthened awareness-raising, selection and support activities for foster families, as well as social and work integration paths for unaccompanied minors. The central role is played by the social worker, who follows the unaccompanied minors in all phases, from the initial placement in the community or in a foster family, to the definition of the personalized educational project, up to the achievement of housing and work autonomy. The support of the psychologist is also fundamental, who accompanies the unaccompanied minors in the development of their migration project and in the management of relations with the foster family. Finally, the operator deals with sports activities, Italian language and culture workshops, and promotes social inclusion and knowledge of the territory. Thanks to this model, the Municipality of Macerata has managed to guarantee a high level of integration of unaccompanied minors, as evidenced by the moving letter of thanks from Alieu, now 17 years old, who has found a new family and new opportunities.

Keywords: Unaccompanied foreign minors, Family Trust, Migration Project.

INTRODUZIONE

L’affidamento familiare è la forma di accoglienza privilegiata per i minori stranieri non accompagnati (MSNA) sperimentata dal Comune di Macerata a partire dall'anno 2016. L'Assessorato alle Politiche Sociali, infatti, ha sviluppato un efficace modello operativo, che ha permesso di raggiungere un elevato livello di inclusione, sia in termini sociali che occupazionali, dei minori stranieri non accompagnati.

Di fronte ad un fenomeno migratorio crescente e sempre più connotatosi per la presenza di minori stranieri, infatti, l'Amministrazione comunale ha scelto di investire risorse e personale qualificato, allargando la propria equipe con ulteriori figure esterne e lavorando in maniera interdisciplinare con istituzioni pubbliche, associazioni del Terzo Settore e soggetti privati.

Questa progettualità viene portata avanti dai Servizi Sociali del Comune di Macerata nelle persone di:

- Francesca D'Alessandro (Vice Sindaco ed Assessore alle Politiche Sociali)
- Simone Ciattaglia (Dirigente del Servizio Welfare Cultura e Risorse Umane)
- Marika Di Prodi (Assistente sociale referente Area Famiglia Infanzia Adolescenza)
- Franca Veneziano (Assistente sociale referente MSNA)
- Milena Foglia (Psicologa)
- Andrea Braconi (Operatore)
- Diego De Carolis (Operatore)

A loro si affiancano quotidianamente altre assistenti sociali e personale amministrativo del Servizio Sociale.

All'interno di questo sistema di accoglienza risulta fondamentale la consolidata rete

territoriale di partner, sia istituzionali che del Terzo Settore.

Per quanto riguarda i MSNA presi in carico dal Comune di Macerata, in un arco temporale inferiore ai 10 anni da una prevalente collocazione in Comunità o CAS (centri di accoglienza straordinaria) si è passati ad una significativa prevalenza dell'istituto dell'affido familiare, come luogo per la crescita del minore straniero e delle sue potenzialità di inclusione nel tessuto sociale cittadino e territoriale.

NAZIONALITÀ PREVALENTI
Gambia
Senegal
Tunisia

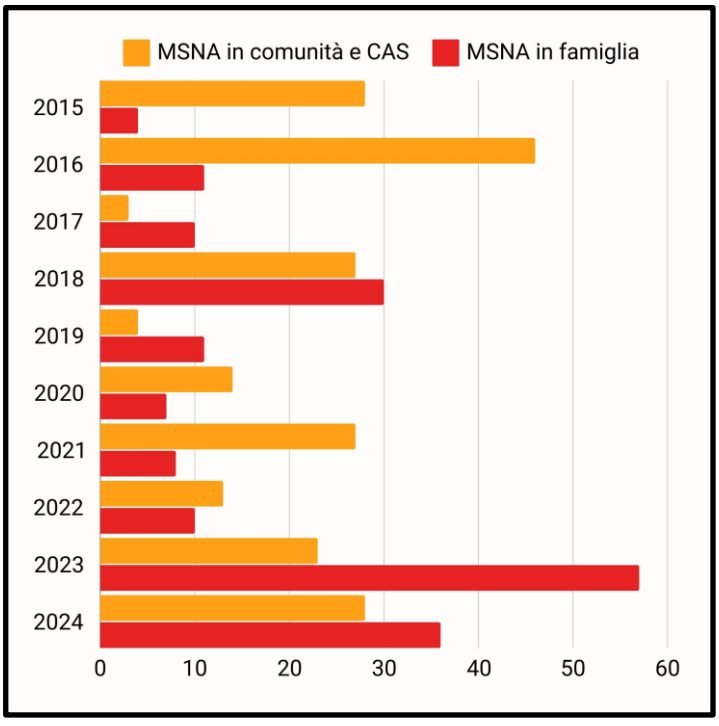
ETÀ
15-17 anni

SESSO
99% maschi
1% femmine

Fondi, progetti e riconoscimenti

Il percorso intrapreso dal Comune di Macerata ha visto la partecipazione a numerosi bandi nazionali, a partire dal Fondo asilo migrazione e integrazione (FAMI), uno strumento finanziario istituito con Regolamento UE n. 516/2014 con l'obiettivo di promuovere una gestione integrata dei flussi migratori sostenendo tutti gli aspetti del fenomeno.

Attraverso i progetti "FAMI.glie a colori" e "Mai soli", il Comune di Macerata (sia nel



ruolo di capofila che di partner progettuale) ha ottenuto importanti finanziamenti per potenziare le proprie attività, per avviarne di nuove e per sviluppare una condivisione delle buone prassi con enti ed associazioni locali e nazionali.

A questo si sommano partenariati in ambito comunitario (con il progetto European Practices for Integration and Care) e riconoscimenti a livello nazionale (tra i quali il Premio Persona e Comunità di Torino).

1. FAMI.glie a colori

Nel ruolo di capofila, con l'obiettivo di rilanciare nel territorio l'istituto dell'affido familiare come strumento efficace da cui partire per ripensare l'accoglienza dei migranti, il Comune di Macerata ha coinvolto come partner di progetto Consultorio familiare Il Portale, Centro di Ascolto e di Prima Accoglienza Odv, Associazione Piombini Sensini Onlus ed Associazione La Goccia Onlus, mentre come soggetti aderenti hanno partecipato ANOLF (Associazione Nazionale Oltre Le Frontiere), Ambito Territoriale Sociale 15, Comune di Ancona, Comune di Fano, Centro per l'Impiego di Macerata e Garante Regionale per l'Infanzia.

Le attività, oltre alla gestione ed al monitoraggio del progetto, sono state incentrate sulla promozione e la sensibilizzazione sul tema dell'affido familiare dei minori stranieri non accompagnati attraverso:

- Incontri con famiglie potenzialmente già interessate e “vicine” al tema dell'affido e dell'integrazione;
- Incontri territoriali aperti alla cittadinanza;
- Incontri presso scuole e parrocchie;
- Formazione dedicata a giornalisti ed assistenti sociali;
- Comunicazione social.

2. Mai soli

Nell'ambito di un avviso pubblico per la presentazione di progetti da finanziare a valere sul Fondo Asilo, Migrazione e Integrazione 2021-2027, il Comune di Macerata (con un focus su revisione e sperimentazione del proprio modello su una selezione di casi, contributo al trasferimento del modello, sostegno all’organizzazione e partecipazione agli incontri multiattore) ha preso parte al progetto “Mai soli” in un partenariato di durata triennale (2024-2026) che vede coinvolti Fondazione Nazionale Assistenti Sociali (Capofila), Istituto Psicoanalitico per le Ricerche Sociali (formazione, accompagnamento metodologico e supervisione), Comune di Palermo, Comune di Marsala e Comune di Brugherio (co-costruzione

trasferimento modello, partecipazione alla formazione, sperimentazione del modello su una selezione di casi, sostegno all'organizzazione e partecipazione agli incontri multiattore).

3. EPIC (European Practices for Integration and Care)

Improving alternative forms of care for Unaccompanied Migrant Children

Si tratta di un progetto comunitario coordinato nel periodo 2020-2022 dalla Fondazione L'Albero della Vita Onlus di Milano, con l'obiettivo di promuovere migliori sistemi di accoglienza alternativa per i MSNA, incoraggiare lo scambio di buone pratiche e metodologie, valorizzare gli attori chiave con competenze ed informazioni per l'espansione del servizio di accoglienza e di cura.

Oltre al Comune di Macerata, il progetto ha visto la partecipazione dei seguenti partner:

- Comune di Palermo;
- ACCEM di Madrid (Spagna);
- Organizace pro Pomoc Uprchlikum Zs (OPU) di Praga (Repubblica Ceca);
- Reach for Change Foundation di Stoccolma (Svezia);
- Fondazione Caritas Ambrosiana (FCA) di Milano;
- Farsi Prossimo Onlus Società Cooperativa Sociale di Milano;
- Centro Informazione Documentazione e Iniziativa per lo Sviluppo Onlus (CIDIS) di Perugia.

All'interno di EPIC il Comune di Macerata ha realizzato pubblicazioni come il Glossario (con una guida alle parole utilizzate nelle pratiche dei Servizi Sociali), "Chi sono e chi sarò" (un diario di viaggio da far compilare ai MSNA affidati ai Servizi Sociali) e "Io camminavo" (un libro illustrato con 10 racconti sui viaggi intrapresi da altrettanti MSNA dai loro Paesi d'origine all'Italia).

4. Premi "Persona e Comunità"

Nel 2018 e nel 2024 l'Assessorato alle Politiche Sociali del Comune di Macerata è stato premiato a Torino in occasione del Premio Persona e Comunità, promosso dal Centro Studi Cultura e Società, per l'attenzione ai diversi percorsi di inclusione attivati rispetto alle fragilità di diverse fasce della propria comunità, tra cui quella dei minori stranieri non accompagnati affidati alle famiglie selezionate dai Servizi Sociali.

I PROGETTI CORRELATI

Il sistema di accoglienza familiare per i minori stranieri non accompagnati del Comune

di Macerata prevede diversi step progettuali.

PIM (Pronto Intervento Minori)

Il sistema di reperibilità attivo h24, attivato dall'Ambito Territoriale Sociale 15 che vede il Comune di Macerata capofila e la presenza di altre 8 Amministrazioni comunali del territorio provinciale, interviene nelle situazioni in cui è necessaria una valutazione da parte del Servizio Sociale Professionale, quale Organo di protezione dell'infanzia, nei casi di minori in situazioni di emergenza, abbandonati o maltrattati che necessitino di protezione immediata tramite il collocamento in luogo sicuro (ex. Art. 403 c.c.).

L'equipe, composta da 6 assistenti sociali e 2 operatori, riceve tramite uno specifico numero telefonico di reperibilità segnalazioni da Polizia di Stato, Carabinieri, Polizia Locale, Centro Antiviolenza o Pronto Soccorso, attivando di conseguenza una procedura che prevede:

- Valutazione del caso;
- Eventuale collocamento in luogo sicuro (famiglia, comunità di pronta accoglienza, comunità protetta).

Pronta accoglienza

La Pronta Accoglienza, da attuarsi tramite ordinanza urgente ai sensi dell'art. ex 403 c. c., avviene in famiglia o in comunità di pronta accoglienza per minori, in questo caso mediante convenzione.

Per la rete delle famiglie affidatarie sono previsti:

- Percorsi di sensibilizzazione rivolti alla cittadinanza sul tema dell'affido familiare;
- Percorsi di valutazione e selezione delle potenziali famiglie affidatarie che accolgono MSNA con l'ausilio di un'equipe multidisciplinare dedicata;
- Percorsi di monitoraggio e sostegno rivolti alla rete di famiglie affidatarie attraverso incontri mensili di gruppo tenuti dall'equipe di professionisti (assistente sociale, psicologa ed operatore).

Progetto educativo

La presa in carico del MSNA, con contestuale affidamento del minore al Servizio Sociale disposto dal Tribunale per i Minorenni, comporta l'espletamento entro 30 giorni per obbligo di legge delle seguenti prassi:

- Colloquio sociale conoscitivo MSNA alla presenza di un mediatore culturale (sovvenzionato con Fondo comunale);
- Colloquio psicologico sempre alla presenza di un mediatore culturale;
- Iscrizione sulla piattaforma SIM (Sistema Informativo Minori) del Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali che consente di monitorare la presenza dei minori stranieri non

accompagnati, di tracciarne gli spostamenti sul territorio nazionale e di gestire i dati relativi all'anagrafica, allo status e al loro collocamento;

● Richiesta di nomina di un tutore in favore il minore straniero non accompagnato;

● Evasione di inchiesta socio-ambientale richiesta dalla Procura o dal Tribunale per i Minorenni;

● Apertura di un fascicolo di tutela dal Tribunale per i Minorenni e seguenti relazioni di aggiornamento, che dovranno essere inviate con cadenza trimestrale o diversa laddove prevista espressamente dall'Autorità Giudiziaria;

● Stesura del progetto educativo individualizzato del MSNA, sottoscritto dall'assistente sociale referente, dal minore, dal tutore, dalla famiglia/comunità ospitante;

● Svolgimento di colloqui psico-sociali finalizzati alla progettazione del percorso di tutela, monitoraggio e definizione del progetto di autonomia del MSNA da mettere in atto per tutta la durata della minore età.

Percorsi di inclusione

Questa tipologia di interventi si realizza attraverso:

● Attivazione di percorsi formativi, di inserimento lavorativo ed una procedura di regolarizzazione dei documenti necessari ai fini della permanenza in Italia (come ad esempio permesso di soggiorno, codice fiscale, passaporto);

● Attivazione di percorsi di inclusione sociale attraverso il potenziamento dell'alfabetizzazione ed in particolare con la frequenza di un laboratorio di cultura italiana;

● Pratica dello sport, come allenamenti di calcio presso i Salesiani e un corso di nuoto presso la piscina comunale, propedeutico all'ottenimento del brevetto per assistente bagnino;

● Conoscenza del territorio tramite uscite di gruppo mensili tra MSNA, famiglie e comunità;

In convenzione con l'ATI, l'associazione temporanea di imprese voluta dall'Amministrazione comunale, sono inoltre previsti ulteriori strumenti quali:

● Supporto psicologico tramite lo Sportello di ascolto per adolescenti e partecipazione a laboratori sulle emozioni;

● Possibilità di inserimento presso attività di integrazione sociale del territorio, come Centri estivi 7x7, Pomeriggi in Quartiere 7x7 e Tempi Supplementari;

● Accompagnamento tramite dei tutor di integrazione sociale che fanno da collegamento tra i minori stranieri non accompagnati e i diversi percorsi possibili.

Percorsi di autonomia

● Lavorativa: tramite attivazione di TIS (Tirocini di Inclusione Sociale), iscrizione al

CIOF (Centri per l'Impiego) e percorsi di sensibilizzazione rivolti alle aziende sul territorio;

● Abitativa: attraverso una fase iniziale di prosecuzione del progetto di ospitalità in famiglia, di inserimento in alloggi sociali comunali o di progetti di accompagnamento fuori dal territorio.

● Economica: prevista per i MSNA accolti in famiglia attraverso una specifica dote che viene garantita al minore fino al compimento del diciottesimo anno custodita dalla famiglia affidataria e restituita al ragazzo alla maggiore età. Per i msna accolti in comunità educativa invece il percorso di autonomia economica avviene attraverso la conservazione della paghetta settimanale o dei rimborsi provenienti da tirocini da parte della comunità che viene restituita al ragazzo alla maggiore età.

I RUOLI

All'interno di questo sistema di accoglienza, risulta centrale il ruolo dell'assistente sociale, affiancato da figure altrettanto significative come la psicologa e l'operatore.

1. L'assistente sociale

L’assistente sociale che opera all’interno di un ente locale, sulla base dell’art. 403 del Codice Civile, ha il dovere di collocare in luogo sicuro un minore che si trovi in stato di abbandono morale e/o materiale. La condizione del MSNA ricalca perfettamente tale target, in quanto sprovvisto di genitori o esercenti la responsabilità genitoriale nel territorio nel quale si trova. Nel caso del percorso di accoglienza in famiglia del MSNA è proprio la famiglia che può essere identificata come il miglior luogo sicuro, come normato anche dalla Legge n. 47/2017 meglio conosciuta come “Legge Zampa” che espressamente identifica nella famiglia il luogo da prediligere per il collocamento del MSNA.

Nello specifico, l’assistente sociale opera su tre livelli di azione e in particolar modo a livello interpersonale, in quanto funge da punto di riferimento istituzionale per la condivisione e la realizzazione del progetto di tutela e di accoglienza del MSNA, a livello organizzativo nel creare e supportare una rete primaria e secondaria, formale ed informale di partner e soggetti che lavorano per la presa in carico e realizzazione delle attività finalizzate al raggiungimento del progetto del ragazzo; infine, a livello politico per la realizzazione di politiche sociali volte a sensibilizzare un’integrazione funzionale dei minori all’interno della realtà territoriale di riferimento, anche in un’ottica innovativa.

● Nella prima fase di emergenza, che vede il migrante fotosegnalato in Questura come minore in stato di abbandono, il ragazzo, ascoltato dalle Forze dell'Ordine attraverso un mediatore linguistico che facilita la comunicazione e lo rassicura, l'assistente sociale predispone il collocamento presso una struttura di pronta accoglienza per minori sita sul territorio comunale.

Per evitare ulteriori fatiche logistiche e tempi troppo lunghi di attesa, l'assistente sociale si avvale della collaborazione di un'associazione che si occupa da anni di tutela minori e che garantisce la pronta accoglienza immediata.

● Un ulteriore passaggio che l'assistente sociale si trova a curare congiuntamente con la psicologa sta nell'accogliere le aspettative del ragazzo e di formulare insieme a lui, con l'ausilio di un mediatore culturale, il percorso di accoglienza. In tale fase, pertanto, si decide se avviare il percorso in Comunità educativa oppure il progetto dell'affidamento familiare. Per molti ragazzi, infatti, andare a vivere in famiglia rappresenta un ostacolo al legame di lealtà con la famiglia di origine e, quindi, un ulteriore passaggio da realizzare è proprio quello di contattare la famiglia di origine per spiegare operativamente la natura e l'essenza del progetto di accoglienza in famiglia. La relazione tra il servizio e la famiglia di origine, laddove presente, è indispensabile per mantenere in equilibrio il legame tra la famiglia di origine e la fiducia verso la nuova famiglia accogliente.

● Nel caso in cui il ragazzo scelga di proseguire il proprio percorso di accoglienza in Comunità, la scelta della realtà educativa ricade sull'assistente sociale, che valuta in base alle sue caratteristiche ed esigenze la struttura meglio rispondente alle stesse. Il ragazzo viene accompagnato dall'operatore professionale ad aprirsi al gruppo dei pari che condivide con lui questa esperienza comunitaria e ad imparare a fidarsi degli operatori della struttura. All'interno del percorso comunitario viene stilato un progetto educativo personalizzato condiviso e sottoscritto dal ragazzo stesso, dal responsabile della comunità e dal suo tutore. Il progetto personalizzato contiene gli aspetti formativi, educativi e ludico ricreativi anche finalizzati ad un'integrazione e alla realizzazione dell'autonomia personale. I colloqui di monitoraggio e di sostegno verranno realizzati sia in equipe che singolarmente dall'assistente sociale, al fine di modificare gli obiettivi in itinere se necessario.

Un aspetto particolarmente curato dall'assistente sociale è l'organizzazione dei colloqui psicologici, sia nella fase iniziale sia durante il percorso stesso al fine di consentire al minore di esprimere le proprie emozioni per darne un nome e una forma contestuale.

● Nel caso in cui invece il ragazzo, in accordo con il tutore, volesse percorrere l'affidamento familiare, l'assistente sociale si attiva per selezionare la famiglia maggiormente rispondente alle caratteristiche e alle inclinazioni del ragazzo attraverso un'equipe dedicata, formata dall'assistente sociale e dalla psicologa. La selezione delle famiglie è preceduta da una fase di valutazione sociale, abitativa e motivazionale della famiglia attraverso colloqui singoli e familiari compresi i bambini se presenti, ed una visita domiciliare per verificare le condizioni dell'ambiente domestico.

Il passaggio in famiglia è una fase molto delicata, che non avviene in modo improvvisato, ma viene lasciato tempo e spazio di conoscenza reciproca attraverso l'organizzazione di giornate o weekend in cui il ragazzo può vivere la realtà familiare, sempre con il monitoraggio ed il sostegno degli educatori professionali.

Ovviamente, l'istituto dell'affido familiare deve essere ratificato dall'Autorità Giudiziaria competente in materia.

Il percorso di accoglienza in famiglia prevede la realizzazione di un progetto educativo personalizzato alla stessa stregua del minore in Comunità.

Parallelamente alla supervisione e al supporto al ragazzo, il Servizio Sociale attiva incontri di monitoraggio e di supporto alla rete delle famiglie affidatarie condotti sia dalla psicologa che dall'assistente sociale in maniera congiunta.

● L'ultima fase del percorso di accoglienza e di inclusione del ragazzo migrante, ma anche una delle più importanti e delicate per raggiungere una vera e propria accoglienza nel territorio, è quella definita "dell'ultimo miglio".

In questa fase l'obiettivo è quello di supportare i ragazzi, soprattutto attraverso la figura fondamentale dell'operatore, nella realizzazione delle piena autonomia abitativa, lavorativa e sociale. Rispetto al percorso di autonomia abitativa, uno dei maggiori problemi riscontrati è sempre stato quello della residenza dei ragazzi che all'interno delle comunità educative non possono richiedere, mentre a volte le famiglie si sono rese disponibili a concederla. Resta comunque un nodo cruciale quello della residenza che consentirebbe al ragazzo di accedere ai benefici statali e alle agevolazioni previste dalla normativa vigente. Tale problematica è stata affrontata grazie ad una progettualità in cui i ragazzi, a seguito del raggiungimento della maggiore età, sono stati accolti presso un appartamento di sgancio in semi autonomia fino al tempo necessario per il raggiungimento di una reale autonomia economica. Ovviamente, tale sistema differisce da una progettualità totalmente assistenziale in quanto il

ragazzo in prima battuta, laddove ne aveva le condizioni economiche, contribuiva anche in minima parte alle spese domestiche.

Il percorso di autonomia lavorativa ha visto il coinvolgimento di una rete di aziende e/o associazioni del territorio, sensibilizzate dall'operatore, nell'attivazione di tirocini formativi o di inserimento lavorativo, in collaborazione con il Centro per l'Impiego, che hanno portato diverse assunzioni per i ragazzi. L'attività di promozione del progetto e l'accompagnamento da parte dell'operatore al mondo del lavoro risulta indispensabile per poter ottenere la fiducia dell'imprenditore a cui altrimenti il ragazzo in autonomia, senza una intermediazione, non sarebbe riuscito ad ottenere.

2. Il ruolo della psicologa

Per quanto concerne i MSNA, il senso ultimo di questa figura si snoda in un arco temporale di durata indeterminata, passando dalle strutture di primo arrivo sino ai centri di seconda accoglienza, e può essere riassunto nella necessità di accompagnare e sostenere l'identificazione, la rielaborazione, la messa a punto di un progetto migratorio realistico e che possa trasformarsi in un progetto di vita.

Per offrire un sostegno psicologico, gli strumenti che la psicologa mette in campo sono:

- **Il primo colloquio**

La psicologa ha l'obiettivo di conoscerlo e di instaurare una relazione di fiducia con lui. Dopo essersi presentata nelle sue funzioni fondamentali, fornirà il giusto spazio per permettergli di familiarizzare con il nuovo ambiente di lavoro. Dopo una fase di conoscenza iniziale, presenterà delle attività per indagare il funzionamento cognitivo, comportamentale ed emotivo del ragazzo, esplorando i fattori di rischio e quelli di protezione. È necessario utilizzare un linguaggio semplice, essere chiari e onesti al fine di instaurare un clima collaborativo e partecipativo. Per ottenere questo obiettivo può essere necessaria la presenza di un mediatore culturale.

Durante il primo colloquio può essere consegnato al ragazzo il diario dove trascrivere i tratti salienti del vissuto e delle aspettative legate al proprio progetto migratorio. Per fare questo è necessario che il ragazzo abbia tra i suoi punti di forza le capacità cognitive ed emotive necessarie ad utilizzare lo strumento che, altrimenti, potrà mettere in un cassetto e riutilizzare quando ne avrà le competenze.

● Il colloquio progettuale

Nel colloquio progettuale si affronta l'obiettivo fondamentale della consultazione psicologica dei MSNA, vale a dire il progetto migratorio. Per svolgere questa fase possono essere necessari più colloqui. Per prima cosa è necessario, grazie eventualmente anche al diario, comprendere l'obiettivo del progetto migratorio del minore.

Troppo spesso i progetti migratori hanno alla base aspettative irrealistiche circa gli obiettivi o le modalità. Il ruolo della psicologa è quello di mettere in risalto le criticità eventualmente presenti e proporre modalità alternative al progetto presentato. Naturalmente, prima di cercare di modificare il progetto migratorio del minore è necessario aver guadagnato la sua fiducia attraverso un ascolto ed una comprensione profonda dello stesso.

● Monitoraggio del progetto

In seguito ai colloqui psicologici e alle riunioni dell'equipe multidisciplinare, viene strutturato un percorso individualizzato per il MSNA. Tale percorso è soggetto ad una supervisione psicologica periodica per aiutare la gestione emotiva dei ragazzi rispetto alle difficoltà nell'attuazione del progetto migratorio. Tale progetto si tramuta spesso in disillusione rispetto alle aspettative portate dal migrante, a causa dello scontro con una realtà socio-culturale non aderente alle aspettative. In questo caso, la psicologa fornirà il sostegno psicologico necessario a garantire il miglior percorso possibile per il ragazzo.

● Supporto psicologico

Nei casi in cui si manifestano problematiche relazionali o sintomi di disagio emotivo, il MSNA può ricorrere al supporto della psicologa che lo accompagnerà nella gestione delle criticità e fornirà lo spazio adeguato nel quale esprimersi.

Inoltre, i MSNA potrebbero aver avuto esperienza di un vissuto difficile o conflittuale che potrebbe aver lasciato traumi che vanno affrontati, almeno inizialmente, con un terapista di supporto che ne può facilitare la gestione nell'immediato.

● Valutazione famiglie affidatarie

Nel momento in cui il MSNA viene inserito in una famiglia affidataria parte il monitoraggio, volto ad osservare il processo di inclusione del ragazzo nel nuovo nucleo familiare. Ogni famiglia affidataria è portatrice di una propria cultura, dinamiche interne e rapporti con l'ambiente che dovranno essere gestiti per far sì che il minore possa integrarsi nella nuova situazione. I nascenti rapporti con i membri della famiglia affidataria e le dinamiche relazionali da creare e gestire possono essere occasione per la comparsa di disagi che potrebbero destabilizzare l'ambiente familiare e minare il successo del progetto, in quanto la famiglia affidataria è un pilastro del sistema di accoglienza. Per ovviare a questa problematica, si

ricorrerà anche a colloqui con la psicologa che si farà facilitatrice nei rapporti interpersonali sia dal punto di vista dell'inserimento del ragazzo in famiglia sia dal punto di vista dell'accettazione del nuovo componente da parte del nucleo familiare.

● **Monitoraggio nella fase di inserimento in famiglia o comunità**

Durante l'evoluzione del progetto migratorio, il supporto psicologico va fornito sia al MSNA che alla famiglia affidataria. Da una parte il minore si trova ad essere inserito in un ambiente nuovo che porta con sé valori, cultura e rapporti ben saldi e radicati, che vengono destabilizzati dall'innesto di un nuovo componente che sposta gli equilibri creati col tempo. Dall'altra la famiglia o la Comunità deve imparare e gestire l'inserimento del MSNA, facendolo sentire parte di un gruppo e prendendosi cura delle sue esigenze e bisogni. Per entrambe le figure, l'equipe multidisciplinare si impegna a fornire monitoraggio e supporto durante tutta la fase di evoluzione del progetto, attraverso colloqui sia individuali che collettivi, attività che promuovono l'inclusione, pianificazione di obiettivi ed azioni finalizzati alla scolarizzazione ed autonomia del MSNA.

● **Supporto al gruppo di famiglie affidatarie**

Le famiglie affidatarie che sono inserite nel progetto, oltre che di un supporto individualizzato, hanno la necessità di incontrare altre famiglie affidatarie per potersi confrontare e condividere le rispettive esperienze. Gli incontri tra le famiglie vengono organizzati a questo scopo, solidarizzando tra loro e trovando un'ulteriore risorsa informale da aggiungere a quelle che sono le fonti di supporto istituzionali.

● **Monitoraggio e supervisione dell'equipe multidisciplinare**

Per i MSNA vengono strutturati percorsi cuciti addosso alle esigenze ed aspirazioni individuali cercando, da un lato, di intercettare le opportunità offerte dal mercato del lavoro e della formazione presenti nel territorio; dall'altro, di aderire alle aspettative e inclinazioni dei ragazzi che portano in dote il proprio progetto migratorio. Per poter strutturare tali percorsi sono necessarie diverse professionalità che, lavorando in team, possano conciliare le varie esigenze. Le tappe di monitoraggio si rendono necessarie per poter ricalibrare il percorso nel suo divenire, andando incontro alle mutate condizioni ambientali ed esigenze del minore straniero non accompagnato.

Le difficoltà che il MSNA incontrerà durante l'avanzare del proprio progetto migratorio dovranno essere gestite non soltanto dal punto di vista psicologico, ma anche da quello operativo, aggiustando ed integrando il percorso in base alle nuove contingenze.

3. Il ruolo dell'operatore

L'operatore che affianca i MSNA sviluppa le proprie azioni lungo tre direttrici:

1. Attività di inclusione attraverso lo sport;

2. Laboratorio di cultura italiana;

3. Laboratorio di inclusione attraverso la conoscenza della città, del territorio ed attività aggregative.

● Attività di inclusione attraverso il calcio

L'attività sportiva, svolta prevalentemente sui campi dell'Oratorio Salesiano di Macerata, è sempre suddivisa in almeno due turni di un'ora ciascuno, considerando sia la forte richiesta da parte dei ragazzi, il loro crescente numero e le disponibilità in termini di orario da parte delle strutture ospitanti.

Mediamente, a ciascun gruppo prendono parte circa 20 ragazzi.

Le sessioni, oltre che all'apprendimento delle regole del gioco e ad un miglioramento delle capacità tecniche dei singoli, vedono da un lato un lavoro costante sul concetto di gruppo, dall'altro un'attenzione particolare al rapporto con gli altri ragazzi frequentanti l'Oratorio, grazie anche alla preziosa collaborazione dei responsabili della struttura che quotidianamente si confrontano con i ragazzi, facendo loro domande e fornendo consigli utili per una maggiore inclusione nel tessuto sociale cittadino e territoriale.

Su quest'ultimo fronte, fondamentali si rivelano amichevoli e tornei organizzati anche con il supporto della Polizia di Stato, creando così momenti di conoscenza reciproca e di apertura ad un maggiore dialogo.

● Attività di inclusione attraverso il nuoto

Con il Centro Nuoto Macerata, che nei suoi 10 anni di vita si è connotato per una forte vocazione sociale oltre che sportiva, è stata attivata una collaborazione all'interno della piscina comunale per un corso di nuoto finalizzato all'ottenimento del brevetto di assistenti bagnanti.

Dei circa 15 ragazzi partecipanti alla selezione, 12 sono stati ritenuti idonei ad affrontare l'attività formativa, che ha preso il via ad inizio 2024 successivamente all'espletamento di tutte le pratiche necessarie, comprese le visite mediche per il certificato di attività sportiva non agonistica.

Al termine del percorso, nel giugno 2024 a tutti i ragazzi partecipanti è stato consegnato un attestato della Federazione Italiana Nuoto a riconoscimento delle capacità e delle competenze acquisite.

● Laboratorio di cultura italiana

Anche le attività sviluppate all'interno del laboratorio di cultura italiana organizzato dall'Assessorato alle Politiche Sociali del Comune di Macerata hanno subito modifiche e variazioni in funzione del numero crescente di MSNA affidati ai Servizi Sociali ed alle

Comunità.

Questo ha portato ad una costante ridefinizione di un modello che prevedeva già 2 incontri settimanali di circa 1 ora e mezza ma che, proprio per l'iniziale ed esigua quantità di partecipanti (circa 6 ad incontro) permetteva una modalità più dinamica con uscite in città e visite ai principali contenitori culturali.

Una volta che i numeri si sono attestati nell'ordine delle 60 unità, la scelta è caduta su un nuovo format strutturato in 3 gruppi denominati A, B e C: i primi due al mattino, il terzo al pomeriggio e dedicato principalmente a ragazzi frequentanti la scuola Media e/o Superiore.

Un assetto che, grazie alla preziosa collaborazione di volontarie del Servizio Civile Universale, ha permesso di distribuire al meglio i ragazzi, anche rispetto al loro grado di conoscenza della lingua italiana.

Nel corso degli incontri sono stati affrontati da un punto vista sia linguistico che di contenuti argomenti come:

- principi essenziali della Costituzione italiana;
- festività nazionali e loro significato;
- segnaletica stradale (con esperienza diretta nel centro di Macerata);
- trasporto pubblico (con esperienza diretta alla Stazione ferroviaria di Macerata);
- salute e benessere;
- lavoro e formazione;
- cibo e alimentazione;
- abbigliamento;
- spazi abitativi;
- sport (nello specifico calcio e volley);
- teatro e musica.

L'attenzione da un punto di vista grammaticale è stata supportata in maniera significativa (anche utilizzando supporti multimediali) da un lavoro sulle cosiddette “parole utili”, che i ragazzi incontrano nel loro percorso quotidiano.

Recentemente, l'attività laboratoriale è stata integrata con l’utilizzo di applicazioni e piattaforme digitali, quali:

- Google Drive: acquisizione competenze base sull’utilizzo di pacchetti Google per salvare e condividere file;
- Classroom: creazione di una classe virtuale per condividere materiale didattico, fruibile nell’orario extra-scolastico;
- Study Smarter e Kahoot: per la realizzazione di flashcard, quiz a risposta multipla e

aperta tramite intelligenza artificiale, allo scopo di verificare conoscenze apprese durante il corso;

● Canva e Edpuzzle: creazione di contenuti multimediali (es. Power Point animati) e video educativi, da utilizzare per mettere in pratica una Flipped Classroom;

● Duolingo: applicazione per l'acquisizione di conoscenze linguistiche tramite esercizi ripetitivi, da poter utilizzare a casa.

● Laboratorio di inclusione attraverso la conoscenza della città e del territorio e attività aggregative

La conoscenza della città e del territorio ospitanti rappresenta un punto cardine dell'azione portata avanti a partire dal 2023.

Partendo da un numero circoscritto di MSNA partecipanti al progetto, sono state inizialmente attivate uscite a livello cittadino, a partire dalle strutture museali e culturali di maggior prestigio. Grazie a visite guidate, i ragazzi hanno potuto approfondire aspetti inerenti la storia e la quotidianità del Comune di Macerata, stimolando l'operatore ad organizzare uscite periodiche.

La rete di relazioni costruita nel tempo - allargatasi ulteriormente ad associazioni e cooperative del Terzo Settore, Forze dell'Ordine, società sportive ed altre realtà - si è rivelata uno strumento imprescindibile per la crescita dei MSNA, sia come individui consapevoli del proprio percorso di vita, sia nel rapporto con la cittadinanza, favorendo legami e, dove possibile, anche rapporti di collaborazione.

Tra le attività svolte, le visite alla Biblioteca comunale ed altri altri contenitori culturali cittadini, la partecipazione ad eventi sportivi di volley e calcio professionistico, le uscite presso aree protette e luoghi di attrazione naturalistica, la partecipazione a rassegne musicali ed eventi culturali e sociali cittadini e territoriali.

● Corso su legalità e riduzione dell'incidentalità stradale

Realizzato in collaborazione con la Polizia Locale del Comune di Macerata nell'ambito del progetto #LIFEADDCITED, che ha visto come partner l'Università degli Studi di Macerata, questo corso è stato destinato a circa 30 MSNA.

L'obiettivo è stato quello di sensibilizzare i giovani sui comportamenti sani e sulla legalità, proponendo loro argomenti come:

- Rapporto tra Stato, Istituzioni e cittadino straniero;
- Educazione stradale;
- Guida sicura ed effetti dell'uso di alcol e sostanze durante la guida;
- Aggiornamenti sul codice della strada.

Svoltasi tra aprile e maggio 2024, l'iniziativa (inserita all'interno di un progetto finanziato dalla Presidenza del Consiglio dei Ministri - Dipartimento Nazionale Politiche Antidroga) ha avuto come momento conclusivo un evento in occasione del quale i giovani hanno partecipato alle attività promosse dalla Polizia Locale con giochi didattici incentrati sulla sicurezza stradale e percorsi con occhiali simulatori della guida in stato alterato.

● Corso di Primo Soccorso

In collaborazione con la Croce Verde di Macerata è stato avviato un corso gratuito di Primo Soccorso, destinato ad oltre 20 MSNA, svoltosi presso la sede della stessa Pubblica Assistenza nel periodo aprile-maggio 2024.

Tra parte teorica e parte pratica, il corso è stato incentrato su:

- N.U.E. (numero unico per l'emergenza) e gestione della chiamata
- Parametri vitali
- BLS (basic life support - early defibrillation / supporto di base delle funzioni vitali e defibrillazione precoce)

Al termine agli MSNA sono stati consegnati degli attestati di partecipazione ed attualmente 2 di loro svolgono attività di volontariato e di tirocinio con la Croce Verde.

● Laboratorio sulle emozioni

Nell'ambito dello Sportello di Ascolto Psicologico, è stato inserito un laboratorio sul tema "Un viaggio tra le emozioni degli adolescenti", condotto da una psicologa affiancata da un operatore.

Dodici gli MSNA che hanno partecipato all'iniziativa e che tra aprile e maggio 2024 attraverso la visione di un film hanno elaborato e riflettuto sui significati delle emozioni, valorizzando il racconto di sé e le aspettative personali.

● Laboratorio di fotografia

Con il titolo "Racconto fotografico dal selfie al ritratto emotivo-creativo", l'Assessorato alle Politiche Sociali del Comune di Macerata ha attivato nel luglio 2024 un workshop rivolto ai MSNA.

Grazie al supporto della fotografa Monia Marchionni, circa 12 ragazzi hanno frequentato un corso sull'utilizzo dello smartphone, con l'obiettivo di realizzare un proprio ritratto emotivo e creativo.

In questo modo hanno potuto comprendere come sia possibile fare arte con ogni mezzo, soprattutto tecnologico, raccontando una storia legata ad un oggetto per loro importante, una qualità predominante del proprio carattere e, soprattutto, sogni ed aspettative per il futuro. In un clima costruttivo e stimolante, che ha visto anche la partecipazione dell'operatore, il

gruppo ha saputo dare forma a ritratti di grande impatto visivo.

● **Corso di digitalizzazione**

Nell'ambito del Progetto Bussola Digitale della Regione Marche, è stato organizzato all'interno della Biblioteca Mozzi Borgetti di Macerata un corso gratuito di digitalizzazione per minori stranieri non accompagnati.

Tra gli argomenti affrontati:

- I segreti dello smartphone: come utilizzarlo al meglio;
- C'è posta per te: tutto quello che c'è da sapere sulla posta elettronica;
- SPID e CIE, le nuove identità digitali;
- Navigare in rete in totale sicurezza.

● **Attività di programmazione e documentazione**

Un ultimo ed importante spazio di riflessione è quello relativo alla programmazione delle attività, sempre condivisa con tutti i soggetti istituzionali ed associativi coinvolti.

Attraverso canali tradizionali come email e telefonate, oltre che con strumenti di messaggistica come WhatsApp, l'operatore aggiorna i vari referenti ed operatori sulle proposte, sulla calendarizzazione, su modifiche ad orari e luoghi, sulle uscite nel territorio (quando possibile con congruo preavviso) e, naturalmente, su assenze legate a problemi di natura personale o di salute.

I riscontri ricevuti permettono di portare avanti con efficacia le azioni pianificate e di correggere possibili elementi discordanti rispetto alle rispettive esigenze.

Tutte le attività vengono documentate attraverso foto e reel, veicolati sui canali social dell'Assessorato alle Politiche Sociali del Comune di Macerata:

- Facebook @servizisocialimacerata
- Instagram @maceratasocial_e
- YouTube @maceratasocial_e

AUTONOMIA LAVORATIVA

Il percorso di autonomia lavorativa vede il coinvolgimento di una rete di aziende e/o associazioni del territorio, sensibilizzate dall'operatore, nell'attivazione di tirocini formativi o di inserimento lavorativo, in collaborazione con il Centro per l'Impiego, utilizzando fondi propri e derivati da progettualità nazionali o europee, che hanno portato diverse assunzioni per i ragazzi.

L'attività di promozione del progetto e l'accompagnamento da parte dell'operatore al mondo del lavoro risulta indispensabile per poter ottenere la fiducia dell'imprenditore, a cui altrimenti il ragazzo in autonomia, senza una intermediazione di un operatore, non sarebbe

riuscito ad ottenere.

In particolare, nella seconda metà del 2023 il Comune di Macerata ha attivato 14 Tirocini di Inclusione Sociale (con fondi dell'Ambito Territoriale Sociale 15, del quale riveste il ruolo di Capofila) rispetto all'inserimento degli MSNA prossimi alla maggiore età o di ragazzi già maggiorenni, con durata di 6 mesi prorogabili per ulteriori 6 mesi.

Tra le occupazioni prevalenti svolte dai MSNA inseriti risultano volontariato sociale (Croce Rossa e Croce Verde), lavanderia, meccanico, settore vivaistico, agricoltura, ristorazione e falegnameria.

UNA CASA PER L'INCLUSIONE

A seguito del raggiungimento della maggiore età, i ragazzi vengono accolti presso un alloggio sociale di proprietà del Comune di Macerata, che rappresenta un appartamento di sgancio in semi autonomia fino al tempo necessario al raggiungimento di una reale autonomia economica. Ovviamente, tale sistema differisce da una progettualità totalmente assistenziale in quanto il ragazzo in prima battuta, laddove ne ha le condizioni economiche, contribuisce anche in minima parte alle spese domestiche.

Insieme ad una cooperativa sociale, il Comune di Macerata ha progettato un programma di supporto di alloggio sociale, oltre che percorsi di inclusione socio-abitativa che garantiscano ai beneficiari del progetto supporto e sostegno, che tra i destinatari vede anche gli ex MSNA in carico ai Servizi Sociali.

La durata del progetto individuale di inserimento nell'alloggio per ciascun beneficiario è pari a 6 mesi, eventualmente prorogabili ad ulteriori 6 mesi, dietro valutazione dell'assistente sociale referente del caso.

Questi gli obiettivi:

- Provvedere a dare una sistemazione abitativa sicura, seppur temporanea, a situazioni emergenziali che riguardano persone adulte residenti o dimoranti nel Comune di Macerata;
- Supportare quanti si sono inseriti con successo a livello socioeconomico, ma stentano a trovare un alloggio in prossimità del luogo di lavoro, pur disponendo di un regolare contratto di assunzione;
- Facilitare l'individuazione di un'occupazione stabile che possa favorire il raggiungimento di una piena autonomia economica;
- Garantire supporto e affiancamento socio educativo;
- Favorire l'integrazione e l'inclusione sociale;
- Prevenire e ridurre l'esclusione e la discriminazione;
- Attivare la rete degli operatori della cooperativa sociale che si occupano di

monitorare e supervisionare, in condivisione con gli operatori del Servizio Sociale professionale del Comune, le varie progettualità dei beneficiari nonché le strutture per l'accoglienza;

- Agevolare una buona convivenza tra gli ospiti da parte degli operatori della cooperativa sociale, garantendo supervisione operativa nel rispetto del regolamento interno dell'alloggio e del progetto individualizzato di ogni ospite.

L'assistente sociale referente del progetto è incaricata di convocare periodicamente, in accordo con la referente della cooperativa sociale ed altri eventuali soggetti coinvolti, l'Equipe trasversale per la discussione e condivisione degli obiettivi, finalità, tempi di permanenza nell'alloggio, monitoraggio, presenza di altre figure eventualmente coinvolte (ad esempio assistente domiciliare, operatore, tutore ed altri servizi specialistici), in quanto tali informazioni risultano fondamentali per la redazione del progetto personalizzato.

CONCLUSIONE

Ruoli, metodologie, numeri, attività e programmazione. Ma dentro questa progettualità dinamica e strutturata ci sono anche voci. Come quella di Alieu, oggi 17enne, che pochi mesi dopo il suo arrivo a Macerata ha voluto condividere con tutta l'equipe e gli uffici del Servizio Sociale un ringraziamento.

Il modo migliore per chiudere questo racconto capace di andare oltre la carta.

> Mi chiamo Alieu e voglio cogliere questa opportunità per ringraziare Dio (Allah) e tutti coloro che mi hanno aiutato a superare le sfide dello scorso anno. Auguro un felice 2024 a tutti, che possiamo realizzare i nostri sogni e che possa essere l'anno migliore del nostro cammino. Un ringraziamento speciale vai ai maceratesi e soprattutto a quelli che lavorano nel Comune di Macerata per avermi accolto, nonostante il colore della mia pelle, la mia razza e la mia origine. Ricordo ancora vividamente che il 5 maggio 2023 che era un venerdì di preghiera. Per molte persone era un giorno normale, in cui tutte avevano fretta di chiudere dal lavoro ed andare a trascorrere un bellissimo fine settimana con i propri cari. Ma per il piccolo Alieu è stato uno dei giorni più belli della sua vita perché era il sedicesimo compleanno; quindi, come tutti i miei compleanni passati, non mi aspettavo niente di speciale, niente auguri di buon compleanno, niente torta, niente rose. Ma invece è successo qualcosa di diverso: Dio ha mandato un regalo di compleanno di nome "Franka" per me, un angelo in forma umana, mi ha dato una bellissima famiglia, tanti amici ed una speranza. Quindi, grazie "Franka" per aver reso quel compleanno il giorno più memorabile della mia vita. Poi ho incontrato persone del calibro di Andrea, Marika, Veronica, Lucia, Silvia, Victoria, Ikram ed altre che hanno contribuito immensamente alla mia vita. Voglio dire grazie a tutti. E non posso concludere senza ringraziare la Famiglia Ndione che mi ha accolto nella sua casa, dimostrandomi amore, cura e sostegno nei momenti più difficili della mia vita. Mi piacerebbe trasformare i miei sogni in realtà e fare qualcosa per servire e ringraziare questo Paese e queste persone che hanno salvato la mia vita.

Riferimenti

Sito web del Comune di Macerata: Disponibile: <https://www.comune.macerata.it/ >. Acesso in: 27 dez 2024. Qui si possono trovare informazioni sulla struttura organizzativa del Comune e sulle politiche sociali messe in atto.

Sito web del Fondo Asilo, Migrazione e Integrazione (FAMI): Disponibile: <https://www.fami.interno.gov.it/>. Acesso in: 27 dez 2024. Informazioni sui progetti finanziati dal FAMI, tra cui quelli citati nell'articolo come "FAMI.glie a colori" e "Mai soli".

Sito web del progetto EPIC (European Practices for Integration and Care): Disponibile: <https://www.epicproject.eu/>. Acesso in: 27 dez 2024. Dettagli sul progetto europeo di cui il Comune di Macerata è partner.

Sito web del Premio Persona e Comunità: Disponibile: <https://www.premiopersonaecomunita.it/>. Acesso in: 27 dez 2024. Informazioni sul riconoscimento assegnato al Comune di Macerata per il lavoro sui MSNA.

Sito web della Fondazione Nazionale Assistenti Sociali: Disponibile: <https://www.fondnazioneas.it/>. Acesso in: 27 dez 2024. Poiché la Fondazione è capofila del progetto "Mai soli", qui si possono trovare approfondimenti.

Sito web dell'Istituto Psicoanalitico per le Ricerche Sociali: Disponibile: <https://www.iprs.it/>. Acesso in: 27 dez 2024. Altra organizzazione partner del progetto "Mai soli".

CÓDIGO DE ÉTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO:
Direitos Humanos e Nova Ordem Societária

Alexandra Mustafá[29]
Gisele Caroline Ribeiro Anselmo[30]
Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira[31]
Salyanna de Souza Silva[32]

Resumo

Este artigo analisa princípios fundantes do Código de Ética do Serviço Social de 1993, num contexto de internacionalização e indispensável defesa dos direitos humanos, destacando sua relevância na prática e formação profissional. Explora os desafios éticos ante o avanço da extrema direita, reafirmando o Código como guia essencial para uma nova ordem societária.

Palavras-chave: Serviço Social, Código de Ética, Internacionalização, Direitos Humanos, Nova Ordem Societária.

Abstract

This article examines the principles of the 1993 Social Work Code of Ethics regarding in the contest of internationalization and defense of human rights, emphasizing its relevance in professional practice and education. It explores ethical challenges in the face of the far-right's rise, reaffirming the Code as an essential guide to a new societal order.

Keywords: Social Work, Code of Ethics, Internationalization, Human Rights, New Societal Order.

[29] Professora de Serviço Social na UFPE, coordenadora dos Cadernos GEPE. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9011-6597. E-mail: ethisophias@gmail.com

[30] Assistente social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/UFPB). Pós-Doutora pelo Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Serviço Social pela Università degli Studi Roma TRE (Roma/Itália). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). ORCID: 0000-0003-4130-1152 E-mail: gribeiroanselmo@gmail.com.

[31] Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira. Assistente Social, Pós-doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutora em Serviço Social. Contato: marina.g.gondim@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-7347-7084.

[32] Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós- Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Serviço Social pela Università degli Studi Roma TRE (Roma/Itália). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: 0000-0002-3329-4856. E-mail: salyanna.silva@ufes.br

INTRODUÇÃO

O Código de Ética de 1993 emerge no período pós-Constituição de 1988, numa conjuntura de afirmação legal dos direitos sociais e elaboração de políticas sociais, espaço privilegiado de atuação dos/as assistentes sociais. Todavia, a conjuntura internacional expressava os indícios do fim dos regimes socialistas e de adesão de todos os países do mundo à lógica capitalista, ao receituário neoliberal, com a perspectiva de "perpetuação do capital".

Os impactos dessa onda conservadora se fizeram sentir nos primeiros governos que se sucederam na década de 90, no Brasil. Apesar disso, as políticas sociais foram se delineando e a profissão, sob os influxos emancipatórios do Movimento de Reconceituação e do Congresso da Virada, que geraram o Código de 1986, identificou, nas demandas emergentes e na maturação intelectual da perspectiva marxiana, a necessidade de reformulação do Código de Ética, visando atualizá-lo e torná-lo mais condizente com o novo perfil profissional e com as inovações da realidade brasileira.

No ano de 2023, a categoria profissional comemorou os trinta anos do Código de Ética e, na conjuntura nacional e mundial, muitos retrocessos e avanços podem ser contabilizados neste período. O lastro neoliberal se acirrou, configurando-se hoje como ultraneoliberal e as conquistas sociais alcançadas nos governos progressistas, no país, sofreram grandes impactos negativos com o avanço da extrema direita, em nível nacional e mundial, repercutindo na sociedade brasileira, a partir do golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016[33] e da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Tudo isso faz parte de um Movimento Internacional da extrema direita que reatualiza o discurso e a prática neonazista e neofascista em todos os continentes, impactando radicalmente e negativamente na proposta de uma nova ordem societária e incidindo uma luta feroz contra os direitos humanos e sociais.

É por esta razão, por entendermos os riscos da ameaça desse Movimento Internacional da extrema direita no mundo, que elegemos como tema deste artigo, os princípios fundantes do Código de Ética de 1993: a defesa intransigente dos direitos humanos e de uma nova ordem societária, relacionando-os com o desafio da internacionalização do Serviço Social, pois entendemos que, diante de uma ameaça mundial, a resposta da profissão só pode e deve ser aquela de uma articulação internacional, no campo da formação e do exercício profissional.

---

[33] Cfr. a tal respeito, Behring.

A escolha deste tema se justifica pela importância que o Código de Ética assume na direção da atuação e formação profissional. Além disso, trazemos como pontos para a reflexão, a análise das relações entre o Código de Ética, os padrões éticos globais, elaborados pelas entidades representativas da categoria profissional, a saber a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social - IASSW/AIETS e a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais - FITS, para elucidar o seu significado no processo de formação profissional, o que contribuirá para o entendimento de que há bases éticas comuns no Serviço Social Mundial, como a defesa dos direitos humanos (pois a nossa atuação se dá em um mundo que, embora mais interconectado, é marcado por relações fundadas em desvalores e carente de princípios éticos), mas há lacunas quanto à perspectiva de superação da ordem do capital.

Ao analisar estes princípios, nos reportamos ao processo de internacionalização da profissão, como reflexão teórica que emerge da nossa pesquisa sobre a *História do Serviço Social Mundial*[34]. Com a presente pesquisa, visamos promover uma tomada de consciência sobre a necessidade de uma maior articulação entre as escolas, os profissionais e intelectuais do Serviço Social, através das entidades representativas da categoria, dos Encontros Mundiais e dos Intercâmbios existentes nas universidades.

Empregando uma abordagem metodológica qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e análise documental, foram consultadas fontes primárias, como o próprio Código de Ética de 1993, bem como fontes secundárias, como artigos científicos, livros e relatórios relacionados ao tema. A análise foi pautada em uma perspectiva materialista histórico-dialética, amparada nos estudos de obras originais de Marx, com o intuito de elucidar as relações entre ética, direitos humanos, formação profissional e internacionalização do Serviço Social.

O presente trabalho encontra sua estruturação em uma sequência lógico-discursiva e crítica estruturada em 4 tópicos de desenvolvimento que englobam uma análise dos princípios basilares presentes no Código de Ética profissional, destacando inicialmente a defesa intransigente dos direitos humanos e a proposição de uma nova ordem societária. A análise, então, se expande para a relação entre o Código de Ética e as Entidades Representativas da Categoria Profissional no mundo, e posteriormente a realização de uma análise dos Desafios Éticos na Internacionalização do Serviço Social diante da Expansão da Extrema Direita. Em seguida, apresentaremos as contribuições do Código de Ética para a Internacionalização do Serviço Social. O desenrolar do trabalho culmina nas considerações finais, que reafirmam a

[34] Pesquisa internacional, em andamento, aprovada pelo CNPq.

importância da ética como força unificadora na concretização dos princípios fundantes, ressaltando a necessidade de união global da categoria profissional diante dos desafios atuais.

1. Princípios Fundantes do Código de Ética de 1993: A defesa intransigente dos direitos humanos e a proposta de uma nova ordem societária

O atual Código de Ética Profissional é fruto de um longo processo de construção coletiva da categoria profissional. Imprime em seu conteúdo ético-político a ruptura com a concepção conservadora da profissão e a decisão coletiva pela construção de um projeto profissional vinculado a um projeto societário que tem uma direção ético-política em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Seus onze princípios asseguram a direção social da categoria profissional em acordo com o nosso Projeto Ético-Político, orientando o trabalho dos/as assistentes sociais. Neste artigo, iremos concentrar nossas análises em dois princípios do nosso código de ética: a defesa intransigente dos direitos humanos e a proposta de uma nova ordem societária. A escolha foi orientada tendo em vista a sua centralidade no que concerne aos objetivos deste trabalho, já que, compreendemos que tais princípios são articulados entre si e reclamam uma crítica radical à ordem do capital.

A defesa intransigente dos direitos humanos, nos remete ao documento, mundialmente estabelecido como ponto de referência para as Nações, que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que trata da proteção dos direitos da pessoa humana, independentemente da sua nacionalidade, gênero, idade, orientação política, sexual ou religiosa. Isto porque a sua legitimidade, em princípio, deveria assegurar um respeito intransigente aos direitos humanos, mas a realidade nos revela que tais direitos são constantemente violados e que a própria concepção de direitos humanos não é unívoca.

Em consonância com Ruiz (2013), entendemos que os direitos são definidos das relações entre os seres humanos e implicam o reconhecimento das necessidades humanas em processos históricos integrantes da luta de classes. Assim, ao analisar os direitos humanos a partir dos princípios do nosso código, estamos também apontando a direção teleológica, ética e política da necessidade de uma sociedade anticapitalista.

> Se os direitos humanos que o código de ética de assistentes sociais brasileiros defende propugnam uma sociedade igualitária e libertária, não estamos falando de direitos concebidos em perspectiva liberal. Nossa referência são as necessidades humanas que, por razões históricas e conjunturais, inúmeras vezes não são satisfeitas no modo de produção então vigente. Ou seja, além de serem superiores ao Estado e às previsões legais, direitos humanos estão, também, acima de cada modo de produção. Expressam necessidades humanas, criadas e

> geradas a partir do que Marx denomina trabalho, do pleno desenvolvimento das potencialidades dos seres sociais – que, conforme vimos em Marx e Engels, só se dará plenamente em uma sociedade sem classes. (RUIZ, 2013, p 35)

Para Barroco e Terra (2012, p. 63) a compreensão dos direitos humanos no nosso código de ética demanda a compreensão histórica desses direitos, levando em consideração os limites e as possibilidades na sociedade capitalista, no confronto da luta de classes e dos sujeitos políticos na oposição às formas de dominação e discriminação existentes. Ainda segundo as autoras, no nosso código de ética, "os direitos humanos recebem um tratamento em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social." (BARROCO; TERRA, 2012, p. 124).

Assim, ao analisar os princípios aqui estudados de forma articulada aos demais princípios do Código de Ética, percebe-se a intrínseca articulação entre o nosso projeto ético-político profissional, e o processo de construção de uma nova ordem societária.

Para José Paulo Netto (2008), o atual projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro tem sua hegemonia a partir da década de 1990. É um projeto profissional vinculado a um projeto societário anticapitalista em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

> [...] este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 2008, p. 15-16)

Para o autor, esse projeto só foi possível a partir da forte organização política da categoria profissional (através das suas entidades representativas, sindicatos, profissionais, pesquisadores etc.). Netto afirma também, que os projetos profissionais são estruturas dinâmicas que respondem às necessidades sociais e às transformações históricas e culturais, modificando-se. Assim, a hegemonia do posicionamento ético-político do nosso projeto profissional na defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, na atual conjuntura, encontra-se em constante ameaça.

Nesse contexto, a atuação do profissional transcende fronteiras, ganhando uma dimensão global. Essa abordagem reforça a ideia central do artigo, enfatizando a vital importância da unificação da categoria em escala mundial, tal como propunha Marx e Engels ao articularem as Internacionais Comunistas. A proposta dessa união/articulação se objetiva a desafiar os assistentes sociais a construírem análises e alternativas coletivas que possam

responder a desafios que hoje são entendidos como mundiais, dado o processo de mundialização do capital e todas as suas consequências devastadoras para a classe trabalhadora.

2. Relação entre o Código de Ética e as Entidades Representativas da Categoria Profissional no mundo: Os Padrões éticos globais para o Serviço Social

O Código de Ética do Serviço Social brasileiro, fruto do movimento de reconceituação da profissão em toda a América Latina, bem como da aproximação às lutas sociais pela redemocratização e socialização e ampliação dos direitos sociais, incorporou os elementos da teoria social marxista e marxiana. Tal direção social, política e filosófica, entendida como hegemônica, expressa um "dever ser" da categoria, sinalizando valores e princípios fundamentais para o agir profissional, revelando assim uma filosofia ou teoria social que sustenta e orienta o agir profissional, o que revela a forma como a/o profissional lê o mundo com o qual se depara no cotidiano, fundamenta o intervir, a partir dos valores éticos e morais.

Destarte, ao pensarmos sobre o Serviço Social no contexto mundializado teremos uma multiplicidade tanto de formas de compreensão do próprio conceito de profissão quanto sua manifestação nas diferentes realidades sociais. Tal característica se deve ao movimento histórico e particularizado da formação social, econômica e política de cada país, do desenvolvimento capitalista, o que por sua vez reverbera em uma diversidade de expressões das refrações da questão social, das políticas sociais e lutas sociais da classe trabalhadora.

Partindo da definição Global de Serviço Social apresentada pela IASSW/AIETS e pela FITS, entendemos que podemos extrair convergências em nome de uma articulação internacional do Serviço Social:

> O serviço social é uma profissão baseada na prática e uma disciplina acadêmica que facilita mudança e desenvolvimento social, coesão social e capacitação e libertação das pessoas. Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e o respeito pelas diversidades é fundamental para o serviço social. Apoiado em teorias de serviço social, ciências sociais, humanidades e conhecimentos indígenas, o serviço social envolve pessoas e estruturas para enfrentar os desafios da vida e melhorar o bem-estar (IASSW, 2014, p. 02)

Tal definição entende que o Serviço Social apresenta divergências teóricas com o Serviço Social brasileiro, mas elucida valores e princípios comuns, tais como "justiça social e direitos humanos" e ratifica a necessidade de o Serviço Social se afirmar, no mundo, como disciplina acadêmica, o que nos dá margem para reivindicar o estatuto de ciência social aplicada, especialmente nos países em que ele não tem ainda uma autonomia científica legitimada.

No documento *Declaração Global de Princípios éticos do Serviço Social,* elaborado pelas mesmas entidades, são elencados 09 princípios para o Serviço Social global. Segue abaixo uma síntese[35]:

1) Reconhecimento da Dignidade Intrínseca ao Ser Humano: Reconhecendo a dignidade inerente a todos os seres humanos, os assistentes sociais trabalham para promover relações empáticas e porque o ser para o Outro;

2) Promoção dos direitos humanos: Os assistentes sociais adotam e promovem os direitos fundamentais e inalienáveis de todos os seres humanos, como refletido nos instrumentos e convenções de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança;

3) Promoção da justiça social: Os assistentes sociais promovem a justiça social, em relação à sociedade em geral e em relação às pessoas com quem trabalham

4) Promoção do direito à autodeterminação: Os assistentes sociais reconhecem as pessoas como capazes e autodeterminadas

5) Promoção do direito à participação: Os assistentes sociais trabalham para construir a auto-estima e as capacidades das pessoas, fornecendo instrumentos às pessoas para participar plenamente de suas sociedades e promovendo seu pleno envolvimento e participação em decisões e ações que afetam suas vidas.

6) Respeito pela confidencialidade e privacidade: Os assistentes sociais respeitam e trabalham de acordo com os direitos das pessoas à confidencialidade e privacidade

7) Tratar pessoas como pessoas inteiras: Os assistentes sociais reconhecem os aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e dimensões espirituais da vida das pessoas, e devem entender e tratar todas as pessoas na sua inteireza. Esse reconhecimento é usado para formular avaliações holísticas e intervenções, com a plena participação de pessoas, organizações e comunidades nas quais os assistentes sociais se envolvem.

8) Uso Ético da Tecnologia e Mídias Sociais: Os princípios éticos elucidados nesta Declaração se aplicam a todos os contextos da prática, ensino e pesquisa em Serviço Social, independentemente de envolver contato direto face a face ou uso de tecnologia digital e mídia social

---

[35] Vide o site: https://www.iassw-aiets.org/wp-content/uploads/2021/09/Declaracao-Global-de-Servico-Social-de-Principios-Eticos.pdf.

9) Integridade profissional: É responsabilidade das associações e organizações nacionais desenvolver e atualizar regularmente seus próprios códigos de ética ou diretrizes éticas, para ser coerente com esta Declaração, considerando situações locais.

Nos princípios 2), 3), 4) e 5) evidenciamos o reconhecimento dos direitos humanos, justiça social, autodeterminação e participação como basilares para atuação profissional. Vemos aqui a fundamental importância de reconhecimento de tais parâmetros pelos organismos internacionais e sua disseminação e incorporação pelas profissões nos variados contextos.

Já nos princípios 6) e 9) entendemos que estes estão no campo do resguardo dos direitos éticos profissionais, como por exemplo o sigilo e a integridade profissional. Enquanto pertencente à classe trabalhadora, as/os assistentes sociais são profissionais dotados de direitos que envolvem o seu fazer profissional. O sigilo, por exemplo, se apresenta seja como um direito que com uma obrigação (Terra, 2012), sua garantia vai além da mera vontade individual, mas envolve condições e estrutura do ambiente de trabalho (sala para atendimento individual e coletivo, arquivamento de documentos etc.).

Enquanto nos princípios 1) e 7) notamos a forte presença da corrente filosófica do personalismo, este se apresenta bastante recorrente em diversos códigos profissionais como o italiano (Silva, 2020) e o francês de 1977 (Barroco, 2003). Para Lúcia Barroco (2003) o personalismo tem por finalidade ser um "movimento de ideias que se propõe à humanização da existência, ou seja, a uma ação ética valorizadora da pessoa humana" (p. 132), não se caracterizando a priori como conservador. Comumente nos códigos de ética profissionais em que tal vertente se apresenta evidenciamos a vinculação do personalismo ao pensamento católico.

No âmbito da relação entre o Código de Ética e as Entidades Representativas da Categoria Profissional, torna-se evidente que a convergência entre os princípios éticos delineados no Código e os padrões éticos globais estabelecidos por organizações internacionais como a IASSW/AIETS e a FITS transcende a mera uniformidade regulatória. Essa interseção implica em uma dinâmica dialógica e adaptativa, em que valores universalmente reconhecidos são interpretados e contextualizados em diferentes realidades socioculturais.

A definição global de Serviço Social apresentada por essas entidades é reveladora não apenas pela amplitude com que abrange a profissão, mas também pelo destaque dado aos princípios éticos como fundamentais para o exercício profissional. A justiça social, os direitos humanos, a responsabilidade coletiva e o respeito pela diversidade emergem como alicerces indispensáveis. Nota-se que a abordagem transcende as fronteiras do mero assistencialismo, abraçando a formação, emancipação e transformação das pessoas e comunidades atendidas.

Os princípios elencados, sobretudo os relacionados aos direitos humanos, à justiça social, à autodeterminação e à participação, revelam o alinhamento fundamental entre esses padrões globais e os valores embutidos no Código de Ética de 1993. A ênfase na dignidade intrínseca do ser humano, a promoção da autodeterminação e a consideração das múltiplas dimensões da vida das pessoas refletem a influência da filosofia do personalismo, que permeia tanto o Código quanto muitos códigos éticos profissionais em diferentes contextos.

No entanto, a intersecção entre o Código de Ética e os padrões éticos globais também suscita reflexões sobre os desafios éticos emergentes. À medida que esses princípios são globalizados, surgem desafios decorrentes das diferenças contextuais. A maneira como cada sociedade lida com questões de privacidade, confidencialidade e participação pode variar significativamente. Portanto, é crucial examinar como a adaptação dos princípios éticos a contextos específicos não resulta na diluição de sua essência, mas sim na criação de diretrizes que permanecem sensíveis às realidades locais.

Em suma, a análise da interação entre o Código de Ética do Serviço Social e os padrões éticos globais propostos pelas Entidades Representativas revela uma complexa rede de influências mútuas. Essa relação transcende a aderência superficial a normas e diretrizes, envolvendo um diálogo constante entre princípios universais e particularidades culturais. Ao incorporar esses padrões globais em sua formação e prática, o Serviço Social reforça sua natureza transnacional, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e igualitário. Nesse sentido, a ética emerge como uma força unificadora, capaz de impulsionar a profissão em direção à concretização dos princípios fundantes delineados no Código de Ética de 1993.

3. Análise dos Desafios Éticos na Internacionalização do Serviço Social diante da Expansão da Extrema Direita

Neste segmento do artigo, discutiremos os desafios éticos emergentes no atual contexto em que os movimentos de extrema direita ganham influência considerável em nível global e enfrentamos desafios sem precedentes, que reverberam de forma avassaladora, transcendendo fronteiras nacionais.

Nesse sentido, a conjuntura global contemporânea é caracterizada pelo fortalecimento de movimentos neoconservadores e neofascistas em várias partes do mundo, criando um contexto complexo e adverso para a aplicação dos princípios delineados no Código de Ética do Serviço Social de 1993.

A análise das bandeiras da extrema direita internacional em contraponto aos princípios estabelecidos pelo Código de Ética do Assistente Social, no Brasil, revela uma notável dicotomia entre os princípios e os valores representados por esses elementos distintos. Enquanto

as bandeiras da extrema direita frequentemente se apropriam de símbolos associados ao nacionalismo, racismo, xenofobia e intolerância (Braz, 2021), os preceitos éticos norteadores do Serviço Social enfatizam a liberdade, a defesa dos direitos humanos, a cidadania participativa, a democracia, a equidade, o respeito à diversidade e a erradicação do preconceito. (CFESS,1993)

Os princípios consagrados no Código de Ética de 1993 estipulam um fundamento operacional que fomenta a autonomia, emancipação e plenitude dos indivíduos no contexto social, contrastando com a ideia de supremacia e exclusão propugnada pela extrema direita. A defesa inflexível dos direitos humanos e a rejeição do autoritarismo colidem diretamente com as agendas discriminatórias e opressivas fomentadas por grupos extremistas. A ampliação da cidadania e a garantia dos direitos civis e sociais das classes trabalhadoras contradizem a postura de exclusividade e segregação endossada por esses grupos.

A promoção do aprofundamento da democracia, aliada ao comprometimento com a equidade e justiça social, confronta as políticas de discriminação e desigualdade endossadas pela extrema direita. A eliminação de todas as formas de preconceito e o estímulo à diversidade antiteticamente contrastam com os valores de intolerância propagados por tais grupos extremistas. A garantia do pluralismo e a adoção de um projeto profissional associado à construção de uma nova ordem societária refletem uma abordagem inclusiva e coletiva, em oposição à dominação e exploração baseadas em classe, etnia e gênero.

Diante da dicotomia entre os princípios do Serviço Social e a ideologia da extrema direita, a prática e a formação em Serviço Social enfrentam desafios significativos. Na prática, profissionais se deparam com a necessidade de equilibrar o compromisso ético de defender os direitos humanos, a justiça social e a diversidade com a possível pressão de atuar em ambientes que endossam valores contraditórios da extrema direita. Isso demanda a habilidade de articular princípios éticos com ações concretas e enfrentar conflitos éticos complexos, mantendo a integridade da profissão.

Na formação, instituições de ensino devem desenvolver currículos que preparem as/os futuras(os) assistentes sociais para lidar com a tensão entre a prática ética e as forças ideológicas da extrema direita. Isso requer o aprofundamento das discussões sobre ética, direitos humanos e diversidade, bem como a promoção do pensamento crítico e da capacidade de resistir a pressões contrárias aos princípios fundamentais da profissão. Em última análise, tanto a prática quanto a formação em Serviço Social necessitam abordar de maneira proativa essa dicotomia, visando preservar os valores éticos e a identidade da profissão em face dos desafios impostos pela expansão da extrema direita.

Neste contexto de internacionalização do Serviço Social e dos desafios derivados das ideologias extremistas, as entidades representativas do campo, notadamente a (IASSW/AIETS) e a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS), desempenham um papel crucial na salvaguarda dos princípios éticos e valores fundamentais da profissão. Suas ações podem abranger a emissão de diretrizes éticas claras, o desenvolvimento de orientações para a prática em ambientes ideologicamente conflituosos, a promoção da capacitação profissional, a advocacia em prol dos direitos humanos e justiça social, a colaboração no aprimoramento curricular e a promoção de pesquisas sobre os impactos das ideologias extremistas na prática e formação em serviço social. Essas medidas coletivas podem concretamente equilibrar as exigências éticas da profissão com as pressões provenientes de ideologias extremistas, bem como preservar a integridade e identidade do serviço social em um contexto mundial desafiante.[36]

Nesse sentido, no atual cenário mundial, marcado pela ascensão da extrema direita e pelos desafios éticos que essa tendência impõe, o Serviço Social emerge como um protagonista crucial na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da equidade. A expansão das bandeiras de luta da extrema direita deve servir como um lembrete vívido das ameaças que pairam sobre a dignidade humana e a coexistência pacífica. Diante dessa realidade, a união da categoria de Assistentes Sociais em nível internacional torna-se mais do que uma aspiração; é uma necessidade premente.

O chamado "Assistentes Sociais do mundo, uni-vos!" ecoa com urgência diante do desafio representado pela extrema direita. A necessidade de solidariedade transcende fronteiras geográficas e culturais, pois os princípios éticos do Serviço Social se alinham a valores universais. Unir forças em escala global fortalece a capacidade da profissão de resistir a ideologias discriminatórias, autoritárias e antagônicas aos valores da justiça social.

Assim, a ética emerge como a base que orienta a atuação dos/as assistentes sociais em um mundo interconectado. A formação deve fornecer as ferramentas necessárias para compreender e enfrentar os desafios éticos emergentes na internacionalização, e a união da categoria em nível internacional é a manifestação concreta desse compromisso ético coletivo. Em um cenário em que a ascensão da extrema direita ameaça valores fundamentais, os assistentes sociais têm a responsabilidade de defender os princípios e valores éticos que sustentam sua profissão.

---

[36] Cf. IFSW (International Federation of Social Workers) disponível em https://www.ifsw.org e da IASSW (International Association of Schools of Social Work) disponível em https://www.iassw-aiets.org .

Portanto, a união internacional das/dos assistentes sociais, que compartilham uma visão comum de justiça social, solidariedade e defesa dos direitos humanos, é uma resposta vital a esses desafios. Ao fortalecer essa união, as/os assistentes sociais contribuem não apenas para o desenvolvimento da profissão, mas também para a construção de um mundo justo e humano.

4. Ética e Internacionalização: Contribuições do Código de Ética

A dimensão ética é basilar e indispensável no processo de internacionalização do Serviço Social e das/dos Assistentes Sociais, pois é ela a responsável pela construção e disseminação de uma visão de homem e de mundo capaz de superar todos os colonialismos, todos os preconceitos e criar um ambiente favorável ao diálogo e à mútua compreensão para a busca de um *télos* comum e mundialmente aceito. Além disso, só para pontuar, convém, aqui, lançar luz para o fato que a própria feitura do Código de Ética de 1993 denota uma ação estratégica à já então previsível ingerência do neoliberalismo no país. Ele é adaptado para servir como campo de força da profissão contra as campanhas de privatização e dos ataques aos programas sociais, ou seja, a dimensão de internacionalização está duplamente imbricada no Código de Ética do Serviço Social Brasileiro e no seu Projeto Ético-político.

Partimos do pressuposto de que os princípios da defesa intransigente dos direitos humanos e da proposta de uma nova ordem societária são indissociáveis e organicamente complementares, isto porque a ordem capitalista, que visa se perpetuar, com o avanço evidente da extrema direita no mundo, é radicalmente oposta à realização plena do ser humano, naquilo que ele tem de mais precioso e insubstituível, que é a sua humanidade. Isto acontece por conta do processo de alienação que lhe é peculiar.

A esse respeito, podemos nos referenciar nas palavras de Marx, quando afirma que

> o trabalho alienado transforma: 1. A vida genérica do homem, [...] em ser estranho [...]. Aliena do homem o próprio corpo, assim como a característica externa, a sua vida intelectual, a sua vida humana. Uma implicação imediata da alienação do homem a respeito do produto do seu trabalho, da sua vida genérica, é a alienação do homem em relação ao homem. [...] (Marx, 2011, p. 117-118.).

Ao propor como alternativa da nova ordem societária o comunismo, Marx resolve esse dilema, ao afirmar que:

> o comunismo é a eliminação positiva da propriedade privada como auto-alienação humana e, desta forma, a real apropriação da essência humana pelo e para o homem. E deste modo, o retorno do homem a si mesmo como ser social, ou melhor, verdadeiramente humano, retorno esse integral, consciente, que assimila toda a riqueza do desenvolvimento anterior. O comunismo como naturalismo inteiramente evoluído + humanismo, como humanismo inteiramente

> desenvolvido = naturalismo, estabelece a resolução autêntica do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem. É a verdadeira solução do conflito entre a existência e a essência, entre a objetivação e a auto-afirmação, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie. É o decifrar do enigma da História e está consciente de ele próprio ser essa solução. (Marx, 2011, p. 138.)

Assim, toda forma de violação dos direitos humanos é uma expressão da alienação, é uma negação da condição humana do próprio ser humano. É por esta razão que a defesa dos direitos humanos se constitui como elo aglutinador das/dos Assistentes Sociais em todo o mundo. Ela expressa a capacidade de reconhecimento e da identidade profissional, no sentido que une a categoria profissional na afirmação dos valores essenciais para superação de toda ordem que os viole ou os desrespeite. A IASSW/AIETS tem, na sua estrutura, um Comitê especial voltado para a investigação, pesquisa, denúncia e proposição de alternativas a toda forma de violação de direitos humanos em todo o mundo.

No Relatório da Comissão, apresentado para a reunião do board da IASSW/AIETS em junho de 2023, foram destacadas situações que refletem a violação de direitos humanos, a partir de elementos que dizem respeito prioritariamente às consequências da crise sanitária e socioeconômica ocasionada pela Pandemia de Covid-19; as determinações políticas, econômicas e religiosas que induzem à migração, como os conflitos e guerras entre países tais como a Ucrânia, o Sudão, a República Democrática do Congo, Regiões do Sul da Ásia etc.; a violência de gênero, idade, status cultural e socioeconômica; desastres naturais e a crise climática que ameaça a sobrevida do Planeta, tal como descrito a seguir:

> a crise global continua a ter um impacto significativo na vida de todos os cidadãos [...]. Em 2023, 339 milhões de pessoas precisarão de assistência humanitária e proteção como resultado de desastres naturais, conflitos, violência e outras violações dos direitos humanos. [...] Pessoas de diferentes gêneros, idades, status cultural e socioeconômico e outras vulnerabilidades enfrentam diferentes riscos e são afetadas de forma diferente pelas crises. (Walker, Janet, 2023)

A partir dessa leitura da realidade, o Relatório aponta para os desafios para a profissão de Serviço Social, especialmente no âmbito da formação, e reconhece que tais demandas têm um caráter global e requerem aprofundamento teórico, num esforço coletivo da categoria em produzir conhecimento a respeito da temática, para que se tenha elementos mais bem fundamentados tanto para a sua prática, quanto para tornar público aos intelectuais e à sociedade como um todo, a gravidade desta situação que, em última instância, podemos dizer, revela a insustentabilidade da ordem capitalista e anuncia o esgotamento desta ordem naquilo que ela tem de mais perverso e desumano. As palavras expressas no Relatório, apesar de não

alcançarem tais conclusões, são bastante enfáticas ao revelarem a gravidade do desafio para assistentes sociais, em nível mundial:

> há uma necessidade contínua de fortalecer a força de trabalho do serviço social para apoiar e aumentar o trabalho com indivíduos, famílias, comunidades e cidadãos [...], promover os direitos humanos, justiça social, reduzir a discriminação e prevenir e responder à violência, abuso, negligência e exploração. [...] há um reconhecimento contínuo da necessidade de reforçar diferentes aspectos dos direitos humanos e questões de justiça social e violações no currículo de serviço social e por meio do desenvolvimento profissional contínuo. (idem).

Os desafios são muitos para os profissionais e há uma tendência mundial à precarização do trabalho de assistentes sociais e esvaziamento das fontes de recursos para políticas e programas sociais, voltados para a defesa dos direitos sociais e humanos. Isso nos parece mais um sinal da vertiginosa ascendência da extrema direita e da ideologia neoliberal que impacta negativamente e tenta reduzir, senão extinguir, qualquer tipo de ação que possa estar vinculada ao social e à assistência. Nos termos do Relatório acima citado, encontramos que: "os países estão relatando desafios de uma crescente crise de força de trabalho com problemas de recrutamento e retenção tanto no trabalho quanto nos cursos de educação em serviço social". (idem).

Diante deste contexto, as alternativas propostas incluem publicações de artigos, nas revistas da entidade, tal como a Social Dialogue[37], para criar uma plataforma de discussão sobre desastres humanos e atrocidades no mundo e, assim, garantir que várias vozes sejam ouvidas e denúncias sejam feitas. Outra alternativa proposta é o trabalho junto às Nações Unidas, tendo em vista que a ONU é o organismo que tem um papel fundamental junto aos governos de discutir propostas de paz e de respeito aos direitos humanos e com as entidades regionais ou continentais representativas da categoria profissional.

Essas reflexões nos fazem perceber que a consciência da centralidade da defesa dos direitos humanos está muito presente nas entidades representativas da categoria profissional em nível mundial, mas que talvez ainda seja frágil a percepção quanto às determinações sociopolíticas e econômicas deste estado de coisas. Assim, o debate sobre a proposta de uma nova ordem societária precisa ser fortalecido e difundido; merece receber atenção prioritária, pois, em síntese, é o que explica e aponta para uma saída coletiva futura.

---

[37] A exemplo disso, cfr. Mustafá, 2023.

Eis porque a internacionalização se transforma numa exigência atual e imperativa: o socialismo e o comunismo, nas palavras de Marx, e a partir das experiências vivenciadas no Século XX, não se sustentará num único país. É urgente que alicercemos nossas bases teóricas nos fundamentos e objetivos éticos da profissão, sob pena de revivermos a fase do "Serviço Social sem Marx" na qual a influência mecanicista e anti-humanista de Althusser deixou sequelas terríveis, seja para o conhecimento, seja para o exercício profissional. Esta influência negativa deixou rastros também nas experiências do socialismo real. A necessidade peremptória de um retorno a Marx, se faz urgente, pois como afirma Mészáros,

> Dadas as interpretações positivistas da ciência atribuídas a Marx pela escola althusseriana, será necessário retornar resumidamente a alguns desses problemas. O que deve ser sublinhado neste momento é que não foi por acidente que a leitura positivista de Althusser da obra de Marx (e não apenas de O Capital), realizada para extrair desta uma ciência ficticiamente 'antiideológica', esteve associada a uma cruzada contra o 'conceito ideológico' da alienação, baseada na afirmação totalmente infundada (refutada pelo texto citado dos Grundrisse, assim como por inúmeras outras passagens da mesma obra e de O Capital, et.) de que aquele conceito "desaparecera" do "Marx maduro". (Mészáros, 2014, p. 248).

Daí se conclui que a "leitura positivista de Althusser da obra de Marx" precisa ser superada em todas as suas dimensões: teórica e prática e que superando-a, teremos condições de propor para o Serviço Social Mundial um objetivo ético com repercussões imensuráveis em torno de Projeto Profissional e Projeto Societário: uma nova ordem societária.

5. Considerações Finais

Este artigo trata da forte relação entre os princípios éticos, a internacionalização e a busca por uma nova ordem societária. O Código de Ética não é apenas um conjunto de regras, mas uma força motriz que orienta o Serviço Social em sua ação social e cotidiana. Diante dos desafios globais complexos que se delineiam no horizonte, os e as assistentes sociais têm o dever de permanecerem firmes em sua dimensão ética, alinhando-se aos princípios fundantes e construindo um futuro de esperança e igualdade. "Assistentes sociais do mundo, uni-vos!"

Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos**. 2a. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

_____. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. Revista Katálysis, 18(2), 216-225, 2015.

BRAZ, Marcelo. **O Brasil atual e tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político**. In: Conselho Federal de Serviço Social (Org.). Caderno 2 Diálogos do Cotidiano - Assistente Social. Brasília: CFESS, 2021. p. 9-11.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília**, 1993.

IASSW/AIETS. (2023). International Association of Schools of Social Work. Disponível em: https://www.iassw-aiets.org/. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

IFSW - International Federation of Social Workers. (2023). Official Website. Disponível em: https://www.ifsw.org . Acesso em: 26 de agosto de 2023.

MARX, Karl. **Manoscritti economici-filosofici del 1844**. In: Marx: Le opere che hanno cambiato Il mondo. Roma: Grandi Tascabili Economici, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MUSTAFÁ, M. Alexandra. **Código de Ética do/a Assistente Social Brasileiro/a - 25 anos: Desafios do Trabalho Profissional**. In: Etica nel Servizio Sociale Brasiliano/Ética no Serviço Social Brasileiro. Recife: Ed. UFPE, 2020, p. 208-250.

MUSTAFÁ, M. Alexandra. **The Amazon and the indigenous question in Brazil: a problem of Brazilians or a problem that interests all humanity?** In: Social Dialogue, n. 27, p. 5-10, 2023. Disponível em https://socialdialogue.online/sd27/02_article.html. Acesso em 29 ago. 2023.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do serviço social.** In: MOTA, A. E. M. et al. (Org.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2008. p. 141-160.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo**. In: Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

SILVA, Salyanna de Souza. **Fundamentos éticos e projetos profissionais do Serviço Social brasileiro e italiano.** Revista Serviço Social & Sociedade, Nº 138, p. 283 a 301 (mai/ago). São Paulo: Cortez, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DjM65VBLQdcVQQHZntCQBzq/?lang=pt# . Acesso em 02 de junho de 2021.

TERRA, Sylvia Helena. **Parte II – Código de Ética do(a) Assistente Social: comentários a partir de uma perspectiva jurídico-normativa crítica.** In: BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a assistente social comentado. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

WALKER, Janet. **Report of Committee Human Rights and Social Justice**. IASSW/AIETS, 2023.

CODICE ETICO E INTERNAZIONALIZZAZIONE:
Diritti Umani e Nuovo Ordine Societario

Alexandra Mustafá[38]
Gisele Caroline Ribeiro Anselmo[39]
Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira[40]
Salyanna de Souza Silva[41]

Riassunto

Questo articolo analizza i principi fondanti del Codice Deontologico del Servizio Sociale del 1993, in un contesto di internazionalizzazione e di indispensabile difesa dei diritti umani, evidenziandone la rilevanza nella prassi e nella formazione professionale. Esplora le sfide etiche di fronte all'avanzata dell'estrema destra, riaffermando il Codice come guida essenziale per un nuovo ordine sociale.

Parole chiavi: Servizio sociale, Codice Etico, Internazionalizzazione, Diritti Umani, Nuovo Ordine Societario.

Abstract

This article examines the principles of the 1993 Social Work Code of Ethics regarding in the contest of internationalization and defense of human rights, emphasizing its relevance in professional practice and education. It explores ethical challenges in the face of the far-right's rise, reaffirming the Code as an essential guide to a new societal order.

Keywords: Social Work, Code of Ethics, Internationalization, Human Rights, New Societal Order.

---

[38] Professora de Serviço Social na UFPE, coordenadora dos Cadernos GEPE. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9011-6597. E-mail: ethisophias@gmail.com

[39] Assistente social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/UFPB). Pós-Doutora pelo Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Serviço Social pela Università degli Studi Roma TRE (Roma/Itália). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). ORCID: 0000-0003-4130-1152 E-mail: gribeiroanselmo@gmail.com.

[40] Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira. Assistente Social, Pós-doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutora em Serviço Social. Contato: marina.g.gondim@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-7347-7084.

[41] Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós- Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Serviço Social pela Università degli Studi Roma TRE (Roma/Itália). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: 0000-0002-3329-4856. E-mail: salyanna.silva@ufes.br

INTRODUZIONE

Il Codice Etico del 1993 è emerso nel periodo successivo alla Costituzione del 1988, in un contesto di affermazione giuridica dei diritti sociali e di elaborazione delle politiche sociali, uno spazio privilegiato di azione per gli operatori sociali. Tuttavia, la congiuntura internazionale ha espresso i segni della fine dei regimi socialisti e dell'adesione di tutti i paesi del mondo alla logica capitalista, alla ricetta neoliberista, con la prospettiva della "perpetuazione del capitale".

Gli impatti di questa ondata conservatrice si sono fatti sentire nei primi governi successivi negli anni '90 in Brasile. Nonostante ciò, si delinearono le politiche sociali e la professione, sotto l'influenza emancipatrice del Movimento di Riconcettualizzazione e del Congresso di Virada, che generò il Codice del 1986, identificò, nelle esigenze emergenti e nella maturazione intellettuale della prospettiva marxiana, la necessità di riformulare il Codice Etico, con l'obiettivo di aggiornarlo e renderlo più coerente con il nuovo profilo professionale e con le innovazioni della realtà brasiliana.

Nel 2023 la categoria professionale ha festeggiato i trent'anni del Codice Etico e, nel contesto nazionale e globale, in questo periodo si possono mettere in conto molte battute d'arresto e progressi. La zavorra neoliberista si è intensificata, configurandosi oggi come ultra-neoliberista e le conquiste sociali raggiunte nei governi progressisti del paese hanno subito grandi impatti negativi con l'avanzata dell'estrema destra, a livello nazionale e globale, con ripercussioni nella società brasiliana, dal colpo di stato parlamentare, legale e mediatico del 2016[42] e dall'elezione di Jair Bolsonaro, nel 2018. Tutto questo fa parte di un movimento internazionale di estrema destra che riaggiorna il discorso e la pratica neonazista e neofascista in tutti i continenti, influenzando radicalmente e negativamente la proposta di un nuovo ordine sociale e incitando una feroce lotta contro i diritti umani e sociali.

È per questo motivo, poiché comprendiamo i rischi della minaccia di questo Movimento Internazionale di estrema destra nel mondo, che abbiamo scelto come tema di questo articolo, i principi fondanti del Codice Etico del 1993: la difesa intransigente dei diritti umani e di un nuovo ordine sociale, mettendoli in relazione con la sfida dell'internazionalizzazione del Servizio Sociale, perché comprendiamo che, Di fronte a una minaccia globale, la risposta della

[42] Cfr. a questo proposito, Behring.

professione non può e deve essere che quella di un'articolazione internazionale, nel campo della formazione e della pratica professionale.

La scelta di questo tema è giustificata dall'importanza che il Codice Etico assume nella direzione della performance e della formazione professionale. Inoltre, portiamo come spunti di riflessione, l'analisi delle relazioni tra il Codice Etico, gli standard etici globali, elaborati dagli enti rappresentativi della categoria professionale, ovvero l'Associazione Internazionale delle Scuole di Servizio Sociale - IASSW/AIETS e la Federazione Internazionale dei Lavoratori Sociali - FITS, per chiarirne il significato nel processo di formazione professionale, che contribuiranno alla comprensione che ci sono basi etiche comuni nel World Social Work, come la difesa dei diritti umani (perché il nostro lavoro si svolge in un mondo che, seppur più interconnesso, è segnato da relazioni basate sulla svalutazione e prive di principi etici), ma ci sono lacune nella prospettiva del superamento dell'ordine del capitale.

Analizzando questi principi, ci riferiamo al processo di internazionalizzazione della professione, come riflessione teorica che emerge dalla nostra ricerca sulla *Storia del Servizio Sociale Mondiale*[43]. Con questa ricerca, ci proponiamo di promuovere la consapevolezza della necessità di una maggiore articolazione tra scuole, professionisti e intellettuali del Servizio Sociale, attraverso le realtà rappresentative della categoria, gli Incontri Mondiali e gli Scambi esistenti nelle università.

Utilizzando un approccio metodologico qualitativo, attraverso la revisione bibliografica e l'analisi documentaria, sono state consultate fonti primarie, come il Codice Etico del 1993, e fonti secondarie, come articoli scientifici, libri e rapporti relativi al tema. L'analisi si è basata su una prospettiva materialista storico-dialettica, supportata dagli studi delle opere originali di Marx, con l'obiettivo di chiarire i rapporti tra etica, diritti umani, formazione professionale e internazionalizzazione del Servizio Sociale.

Il presente lavoro trova la sua strutturazione in una sequenza logico-discorsiva e critica strutturata in 4 temi di sviluppo che comprendono un'analisi dei principi base presenti nel Codice di Deontologia Professionale, evidenziando inizialmente la difesa intransigente dei diritti umani e la proposizione di un nuovo ordine sociale. L'analisi, poi, si allarga al rapporto tra il Codice Etico e gli Enti Rappresentativi della Categoria Professionale nel mondo, e successivamente alla realizzazione di un'analisi delle Sfide Etiche nell'Internazionalizzazione del Servizio Sociale di fronte all'Espansione dell'Estrema Destra. Successivamente,

[43] Ricerca internazionale, in corso, approvata dal CNPq.

presenteremo i contributi del Codice Deontologico per l'Internazionalizzazione del Servizio Sociale. Lo sviluppo del lavoro culmina nelle considerazioni finali, che ribadiscono l'importanza dell'etica come forza unificante nella realizzazione dei principi fondanti, sottolineando la necessità di un'unione globale della categoria professionale di fronte alle sfide attuali.

6. Principi fondanti del Codice Etico del 1993: la difesa intransigente dei diritti umani e la proposta di un nuovo ordine sociale

Il presente Codice Deontologico è il risultato di un lungo processo di costruzione collettiva della categoria professionale. Essa imprime nel suo contenuto etico-politico la rottura con la concezione conservatrice della professione e la decisione collettiva di costruire un progetto professionale legato a un progetto sociale che abbia una direzione etico-politica in difesa degli interessi della classe operaia.

I suoi undici principi assicurano la direzione sociale della categoria professionale in conformità con il nostro Progetto Etico-Politico, guidando il lavoro degli assistenti sociali. In questo articolo, focalizzeremo la nostra analisi su due principi del nostro codice etico: la difesa intransigente dei diritti umani e la proposta di un nuovo ordine sociale. La scelta è stata orientata in vista della sua centralità rispetto agli obiettivi di questo lavoro, dal momento che comprendiamo che tali principi si articolano tra loro e richiedono una critica radicale dell'ordine del capitale.

La difesa senza compromessi dei diritti umani ci riporta al documento, stabilito a livello mondiale come punto di riferimento per le Nazioni, che è la Dichiarazione Universale dei Diritti dell'Uomo (1948), che si occupa della tutela dei diritti della persona umana, indipendentemente dalla sua nazionalità, genere, età, orientamento politico, sessuale o religioso. Questo perché la loro legittimità, in linea di principio, dovrebbe garantire il rispetto incondizionato dei diritti umani, ma la realtà ci dimostra che questi diritti sono costantemente violati e che il concetto stesso di diritti umani non è univoco.

In linea con Ruiz (2013), comprendiamo che i diritti sono definiti nelle relazioni tra gli esseri umani e implicano il riconoscimento dei bisogni umani nei processi storici che fanno parte della lotta di classe. Così, analizzando i diritti umani a partire dai principi del nostro codice, stiamo anche indicando la direzione teleologica, etica e politica della necessità di una società anticapitalista.

> Se i diritti umani che il codice etico degli assistenti sociali brasiliani difende sostengono una società egualitaria e libertaria, non stiamo parlando di diritti concepiti in una prospettiva liberale. Il nostro riferimento sono i bisogni umani che, per ragioni storiche e

> congiunturali, spesso non vengono soddisfatti nel modo di produzione allora vigente. In altre parole, oltre ad essere superiori allo Stato e alle disposizioni legali, i diritti umani sono anche al di sopra di ogni modo di produzione. Esse esprimono i bisogni umani, creati e generati da ciò che Marx chiama lavoro, dal pieno sviluppo delle potenzialità degli esseri sociali – che, come abbiamo visto in Marx ed Engels, si verificherà pienamente solo in una società senza classi. (RUIZ, 2013, p 35)

Per Barroco e Terra (2012, p. 63) la comprensione dei diritti umani nel nostro codice etico richiede una comprensione storica di questi diritti, tenendo conto dei limiti e delle possibilità nella società capitalista, nel confronto tra la lotta di classe e i soggetti politici in opposizione alle forme esistenti di dominio e discriminazione. Sempre secondo gli autori, nel nostro codice etico, "i diritti umani sono trattati in linea con il progetto etico-politico del Servizio Sociale". (BAROCCO; TERRA, 2012, p. 124).

Così, analizzando i principi qui studiati in modo articolato con gli altri principi del Codice Etico, si percepisce l'articolazione intrinseca tra il nostro progetto etico-politico professionale e il processo di costruzione di un nuovo ordine sociale.

Per José Paulo Netto (2008), l'attuale progetto etico-politico professionale del Servizio Sociale brasiliano ha la sua egemonia dagli anni '90. Si tratta di un progetto professionale legato a un progetto sociale anticapitalista in difesa degli interessi della classe operaia.

> [...] Questo progetto professionale è legato a un progetto sociale che propone la costruzione di un nuovo ordine sociale, senza sfruttamento/dominazione di classe, etnia e genere. Sulla base di queste opzioni che lo sostengono, questo progetto afferma la difesa intransigente dei diritti umani e il ripudio dell'arbitrarietà e del pregiudizio, contemplando positivamente il pluralismo, sia nella società che nella pratica professionale. (NETTO, 2008, p. 15-16)

Per l'autore, questo progetto è stato possibile solo grazie alla forte organizzazione politica della categoria professionale (attraverso le sue entità rappresentative, sindacati, professionisti, ricercatori, ecc.). Netto afferma inoltre che i progetti professionali sono strutture dinamiche che rispondono ai bisogni sociali e alle trasformazioni storiche e culturali, modificandosi. Così, l'egemonia della posizione etico-politica del nostro progetto professionale nella difesa intransigente degli interessi della classe operaia, nell'attuale congiuntura, è sotto costante minaccia.

In questo contesto, la performance del professionista supera i confini, acquisendo una dimensione globale. Questo approccio rafforza l'idea centrale dell'articolo, sottolineando l'importanza vitale dell'unificazione della categoria su scala mondiale, come proposto da Marx

ed Engels quando hanno articolato le Internazionali comuniste. Lo scopo di questo sindacato/articolazione è quello di sfidare gli assistenti sociali a costruire analisi collettive e alternative che possano rispondere a sfide che sono ormai intese come globali, dato il processo di globalizzazione del capitale e tutte le sue conseguenze devastanti per la classe operaia.

7. Rapporto tra il Codice Etico e gli Enti Rappresentativi della Categoria Professionale nel mondo: gli Standard Etici Globali per il Servizio Sociale

Il Codice Etico Brasiliano del Servizio Sociale, il risultato del movimento per riconcettualizzare la professione in tutta l'America Latina, così come l'approccio alle lotte sociali per la ridemocratizzazione e la socializzazione e l'espansione dei diritti sociali, incorporava gli elementi della teoria sociale marxista e marxiana. Tale direzione sociale, politica e filosofica, intesa come egemonica, esprime un "must be" della categoria, segnalando valori e principi fondamentali per l'agire professionale, rivelando così una filosofia o teoria sociale che sostiene e guida l'azione professionale, che rivela il modo in cui il professionista legge il mondo che affronta nella sua vita quotidiana, È la base per intervenire, basata su valori etici e morali.

Così, quando pensiamo al Servizio Sociale nel contesto globalizzato, avremo una molteplicità di modi di comprendere il concetto stesso di professione e la sua manifestazione nelle diverse realtà sociali. Questa caratteristica è dovuta al movimento storico e particolareggiato della formazione sociale, economica e politica di ogni paese, dello sviluppo capitalistico, che a sua volta si riverbera in una diversità di espressioni delle rifrazioni della questione sociale, delle politiche sociali e delle lotte sociali della classe operaia.

Sulla base della definizione globale di Servizio Sociale presentata da IASSW/AIETS e FITS, comprendiamo che possiamo estrarre convergenze in nome di un'articolazione internazionale del Servizio Sociale:

> Il servizio sociale è una professione basata sulla pratica e una disciplina accademica che facilita il cambiamento e lo sviluppo sociale, la coesione sociale, l'empowerment e la liberazione delle persone. I principi di giustizia sociale, diritti umani, responsabilità collettiva e rispetto per la diversità sono fondamentali per il servizio sociale. Supportato dalle teorie del servizio sociale, delle scienze sociali, delle scienze umane e della conoscenza indigena, il servizio sociale coinvolge le persone e le strutture per affrontare le sfide della vita e migliorare il benessere (IASSW, 2014, p. 02)

Questa definizione comprende che il servizio sociale presenta divergenze teoriche con il servizio sociale brasiliano, ma chiarisce valori e principi comuni, come "giustizia sociale e diritti umani" e sancisce la necessità che il servizio sociale si affermi nel mondo come disciplina

accademica, il che ci dà spazio per rivendicare lo status di scienza sociale applicata. soprattutto nei Paesi dove non ha ancora legittimato l'autonomia scientifica.

Nel documento *Dichiarazione Globale dei Principi Etici del Servizio Sociale,* redatto dalle stesse entità, sono elencati 09 principi per il Servizio Sociale globale. Di seguito un riassunto[44]:

1) Riconoscimento della dignità intrinseca dell'essere umano: riconoscendo la dignità intrinseca di tutti gli esseri umani, gli assistenti sociali lavorano per promuovere relazioni empatiche e perché l'essere per l'Altro;

2) Promozione dei diritti umani: gli assistenti sociali adottano e promuovono i diritti fondamentali e inalienabili di tutti gli esseri umani, come si riflettono negli strumenti e nelle convenzioni sui diritti umani, come la Dichiarazione Universale dei Diritti Umani; Convenzione sui diritti del fanciullo;

3) Promozione della giustizia sociale: gli assistenti sociali promuovono la giustizia sociale, in relazione alla società in generale e in relazione alle persone con cui lavorano

4) Promozione del diritto all'autodeterminazione: gli assistenti sociali riconoscono le persone come capaci e autodeterminate

5) Promozione del diritto alla partecipazione: gli assistenti sociali lavorano per costruire l'autostima e le capacità delle persone fornendo loro gli strumenti per partecipare pienamente alle loro società e promuovendo il loro pieno coinvolgimento e partecipazione alle decisioni e alle azioni che influenzano la loro vita.

6) Rispetto della riservatezza e della privacy: gli assistenti sociali rispettano e lavorano in conformità con i diritti delle persone alla riservatezza e alla privacy

7) Trattare le persone come persone complete: gli assistenti sociali riconoscono le dimensioni biologiche, psicologiche, sociali, culturali e spirituali della vita delle persone e devono comprendere e trattare tutte le persone nella loro interezza. Questo riconoscimento viene utilizzato per formulare valutazioni e interventi olistici, con la piena partecipazione delle persone, delle organizzazioni e delle comunità in cui gli assistenti sociali sono impegnati.

8) Uso etico della tecnologia e dei social media: i principi etici illustrati in questa Dichiarazione si applicano a tutti i contesti di pratica, insegnamento e ricerca nel servizio sociale, indipendentemente dal fatto che implichi il contatto diretto faccia a faccia o l'uso della tecnologia digitale e dei social media

---

[44] Vedi il sito web: https://www.iassw-aiets.org/wp-content/uploads/2021/09/Declaracao-Global-de-Servico-Social-de-Principios-Eticos.pdf.

9) Integrità professionale: è responsabilità delle associazioni e delle organizzazioni nazionali sviluppare e aggiornare regolarmente i propri codici etici o linee guida etiche, per essere coerenti con la presente Dichiarazione, tenendo conto delle situazioni locali.

Nei principi 2), 3), 4) e 5) si evidenzia il riconoscimento dei diritti umani, la giustizia sociale, l'autodeterminazione e la partecipazione come elementi fondamentali per la prestazione professionale. Vediamo qui l'importanza fondamentale del riconoscimento di tali parametri da parte delle organizzazioni internazionali e della loro diffusione e incorporazione da parte delle professioni in vari contesti.

Nei principi 6) e 9) comprendiamo che questi riguardano la salvaguardia dei diritti etici professionali, come il segreto professionale e l'integrità. In quanto appartenenti alla classe operaia, gli assistenti sociali sono professionisti dotati di diritti che coinvolgono il loro lavoro professionale. La segretezza, ad esempio, si presenta sia come diritto che come obbligo (Terra, 2012), la sua garanzia va oltre la mera volontà individuale, ma coinvolge condizioni e struttura dell'ambiente di lavoro (spazio per la cura individuale e collettiva, archiviazione dei documenti, ecc.).

Mentre nei principi 1) e 7) si nota la forte presenza della corrente filosofica del personalismo, essa è piuttosto ricorrente in diversi codici professionali come quello italiano (Silva, 2020) e quello francese del 1977 (Barroco, 2003). Per Lúcia Barroco (2003), il personalismo mira ad essere un "movimento di idee che propone l'umanizzazione dell'esistenza, cioè un'azione etica che valorizza la persona umana" (p. 132), non essendo caratterizzato a priori come conservatore. Comunemente, nei codici deontologici professionali in cui viene presentato questo filone, si evidenzia il legame tra personalismo e pensiero cattolico.

Nell'ambito del rapporto tra il Codice Etico e gli Enti Rappresentativi della Categoria Professionale, risulta evidente che la convergenza tra i principi etici delineati nel Codice e gli standard etici globali stabiliti da organizzazioni internazionali quali IASSW/AIETS e FITS trascende la mera uniformità normativa. Questa intersezione implica una dinamica dialogica e adattiva, in cui valori universalmente riconosciuti vengono interpretati e contestualizzati in diverse realtà socioculturali.

La definizione globale di Servizio Sociale presentata da queste entità è rivelatrice non solo per l'ampiezza con cui copre la professione, ma anche per l'enfasi data ai principi etici come fondamentali per la pratica professionale. La giustizia sociale, i diritti umani, la responsabilità collettiva e il rispetto della diversità emergono come fondamenti indispensabili. Si noti che l'approccio trascende i confini del mero benessere, abbracciando la formazione, l'emancipazione e la trasformazione delle persone e delle comunità servite.

I principi elencati, in particolare quelli relativi ai diritti umani, alla giustizia sociale, all'autodeterminazione e alla partecipazione, rivelano l'allineamento fondamentale tra questi standard globali e i valori incorporati nel Codice Etico del 1993. L'enfasi sulla dignità intrinseca dell'essere umano, la promozione dell'autodeterminazione e la considerazione delle molteplici dimensioni della vita delle persone riflettono l'influenza della filosofia del personalismo, che permea sia il Codice che molti codici etici professionali in diversi contesti.

Tuttavia, l'intersezione tra il Codice Etico e gli standard etici globali spinge anche a riflettere sulle sfide etiche emergenti. Poiché questi principi sono globalizzati, sorgono sfide derivanti da differenze contestuali. Il modo in cui ogni società affronta i problemi di privacy, riservatezza e partecipazione può variare in modo significativo. È quindi cruciale esaminare come l'adattamento dei principi etici a contesti specifici non porti alla diluizione della loro essenza, ma piuttosto alla creazione di linee guida che rimangano sensibili alle realtà locali.

In sintesi, l'analisi dell'interazione tra il Codice Etico del Servizio Sociale e gli standard etici globali proposti dagli Enti di Rappresentanza rivela una complessa rete di influenze reciproche. Questo rapporto trascende l'adesione superficiale a norme e linee guida, implicando un dialogo costante tra principi universali e particolarità culturali. Incorporando questi standard globali nella sua formazione e nella sua pratica, il Servizio Sociale rafforza la sua natura transnazionale, contribuendo alla costruzione di un mondo più giusto ed egualitario. In questo senso, l'etica emerge come forza unificante, capace di spingere la professione verso la realizzazione dei principi fondanti delineati nel Codice Etico del 1993.

8. Analisi delle sfide etiche nell'internazionalizzazione del servizio sociale di fronte all'espansione dell'estrema destra

In questa parte dell'articolo, discuteremo le sfide etiche emergenti nel contesto attuale in cui i movimenti di estrema destra acquisiscono una notevole influenza a livello globale e ci troviamo di fronte a sfide senza precedenti, che si riverberano in modo schiacciante, trascendendo i confini nazionali.

In questo senso, la congiuntura globale contemporanea è caratterizzata dal rafforzamento dei movimenti neoconservatori e neofascisti in varie parti del mondo, creando un contesto complesso e avverso per l'applicazione dei principi delineati nel Codice Etico del Servizio Sociale del 1993.

L'analisi delle bandiere dell'estrema destra internazionale in contrappunto ai principi stabiliti dal Codice Etico dell'Assistente Sociale, in Brasile, rivela una notevole dicotomia tra i principi e i valori rappresentati da questi elementi distinti. Mentre le bandiere dell'estrema destra spesso si appropriano di simboli associati al nazionalismo, al razzismo, alla xenofobia e

all'intolleranza (Braz, 2021), i precetti etici guida del servizio sociale sottolineano la libertà, la difesa dei diritti umani, la cittadinanza partecipativa, la democrazia, l'equità, il rispetto per la diversità e lo sradicamento del pregiudizio. (CFESS, 1993)

I principi sanciti dal Codice Etico del 1993 stabiliscono un fondamento operativo che favorisce l'autonomia, l'emancipazione e la pienezza degli individui nel contesto sociale, in contrasto con l'idea di supremazia ed esclusione propugnata dall'estrema destra. La difesa intransigente dei diritti umani e il rifiuto dell'autoritarismo si scontrano direttamente con le agende discriminatorie e oppressive promosse dai gruppi estremisti. L'espansione della cittadinanza e la garanzia dei diritti civili e sociali delle classi lavoratrici contraddicono l'atteggiamento di esclusività e segregazione approvato da questi gruppi.

La promozione dell'approfondimento della democrazia, combinata con l'impegno per l'equità e la giustizia sociale, si confronta con le politiche di discriminazione e disuguaglianza approvate dall'estrema destra. L'eliminazione di tutte le forme di pregiudizio e l'incoraggiamento della diversità contrastano antiteticamente con i valori di intolleranza propagati da tali gruppi estremisti. La garanzia del pluralismo e l'adozione di un progetto professionale associato alla costruzione di un nuovo ordine sociale riflettono un approccio inclusivo e collettivo, in opposizione alla dominazione e allo sfruttamento basati su classe, etnia e genere.

Di fronte alla dicotomia tra i principi del Servizio Sociale e l'ideologia dell'estrema destra, la pratica e la formazione nel Servizio Sociale si trovano di fronte a sfide significative. In pratica, i professionisti si trovano di fronte alla necessità di bilanciare l'impegno etico per la difesa dei diritti umani, della giustizia sociale e della diversità con la possibile pressione di agire in ambienti che avallano valori contraddittori dell'estrema destra. Ciò richiede la capacità di articolare principi etici con azioni concrete e di affrontare conflitti etici complessi, mantenendo l'integrità della professione.

Nella formazione, le istituzioni educative dovrebbero sviluppare programmi di studio che preparino i futuri assistenti sociali ad affrontare la tensione tra la pratica etica e le forze ideologiche dell'estrema destra. Ciò richiede l'approfondimento delle discussioni sull'etica, i diritti umani e la diversità, nonché la promozione del pensiero critico e della capacità di resistere alle pressioni contrarie ai principi fondamentali della professione. In definitiva, sia la pratica che la formazione nel Servizio Sociale devono affrontare in modo proattivo questa dicotomia, con l'obiettivo di preservare i valori etici e l'identità della professione di fronte alle sfide poste dall'espansione dell'estrema destra.

In questo contesto di internazionalizzazione del Servizio Sociale e delle sfide derivanti dalle ideologie estremiste, le entità rappresentative del settore, in particolare la IASSW/AIETS e la Federazione Internazionale dei Lavoratori Sociali (FITS), svolgono un ruolo cruciale nella salvaguardia dei principi etici e dei valori fondamentali della professione. Le loro azioni possono includere l'emissione di chiare linee guida etiche, lo sviluppo di linee guida per la pratica in ambienti ideologicamente conflittuali, la promozione della formazione professionale, la difesa dei diritti umani e della giustizia sociale, la collaborazione al miglioramento dei programmi di studio e la promozione della ricerca sull'impatto delle ideologie estremiste sulla pratica e sulla formazione del servizio sociale. Tali misure collettive possono concretamente bilanciare le esigenze etiche della professione con le pressioni provenienti da ideologie estremiste, nonché preservare l'integrità e l'identità del servizio sociale in un contesto globale sfidante.[45]

In questo senso, nell'attuale scenario mondiale, segnato dall'ascesa dell'estrema destra e dalle sfide etiche che questa tendenza impone, il Servizio Sociale emerge come un protagonista cruciale nella difesa dei diritti umani, della giustizia sociale e dell'equità. L'espansione delle bandiere di lotta dell'estrema destra dovrebbe servire come un vivido promemoria delle minacce che incombono sulla dignità umana e sulla coesistenza pacifica. Di fronte a questa realtà, l'unione della categoria degli Assistenti Sociali a livello internazionale diventa più di un'aspirazione; È un'esigenza impellente.

L'appello "Operatori sociali del mondo, unitevi!" risuona con urgenza di fronte alla sfida posta dall'estrema destra. Il bisogno di solidarietà trascende i confini geografici e culturali, poiché i principi etici del servizio sociale sono allineati con i valori universali. L'unione delle forze su scala globale rafforza la capacità della professione di resistere a ideologie discriminatorie e autoritarie che sono antagoniste ai valori della giustizia sociale.

Così, l'etica emerge come la base che guida il lavoro degli assistenti sociali in un mondo interconnesso. La formazione deve fornire gli strumenti necessari per comprendere e affrontare le sfide etiche emergenti nell'internazionalizzazione, e l'unione della categoria a livello internazionale è la manifestazione concreta di questo impegno etico collettivo. In uno scenario in cui l'ascesa dell'estrema destra minaccia i valori fondamentali, gli assistenti sociali hanno la responsabilità di sostenere i principi etici e i valori che sono alla base della loro professione.

---

[45] Cfr. IFSW (International Federation of Social Workers) disponibile presso https://www.ifsw.org e IASSW (International Association of Schools of Social Work) disponibile presso https://www.iassw-aiets.org .

Pertanto, il sindacato internazionale degli assistenti sociali, che condividono una visione comune della giustizia sociale, della solidarietà e della difesa dei diritti umani, è una risposta vitale a queste sfide. Rafforzando questo sindacato, gli assistenti sociali contribuiscono non solo allo sviluppo della professione, ma anche alla costruzione di un mondo giusto e umano.

9. Etica e internazionalizzazione: i contributi del Codice Etico

La dimensione etica è fondamentale e imprescindibile nel processo di internazionalizzazione del Servizio Sociale e degli Assistenti Sociali, in quanto è responsabile della costruzione e della diffusione di una visione dell'uomo e del mondo capace di superare tutti i colonialismi, tutti i pregiudizi e di creare un ambiente favorevole al dialogo e alla comprensione reciproca per la ricerca di un *télos* comune e globalmente accettato. Inoltre, giusto per sottolineare, è opportuno qui far luce sul fatto che la stessa realizzazione del Codice Etico del 1993 denota un'azione strategica contro la già prevedibile ingerenza del neoliberismo nel paese. Si adatta a servire come campo di forza della professione contro le campagne di privatizzazione e gli attacchi ai programmi sociali, cioè la dimensione dell'internazionalizzazione è doppiamente incorporata nel Codice Etico del Servizio Sociale Brasiliano e nel suo Progetto Etico-Politico.

Partiamo dal presupposto che i principi della difesa intransigente dei diritti umani e la proposta di un nuovo ordine sociale sono inscindibili e organicamente complementari, perché l'ordine capitalistico, che mira a perpetuarsi, con l'evidente avanzata dell'estrema destra nel mondo, si oppone radicalmente alla piena realizzazione dell'essere umano, in ciò che è di più prezioso e insostituibile, che è la sua umanità. Questo accade a causa del processo di alienazione che gli è peculiare.

A questo proposito, possiamo fare riferimento alle parole di Marx, quando afferma che

> il lavoro alienato trasforma: 1. La vita generica dell'uomo, [...] in un essere strano [...]. Aliena il corpo stesso dell'uomo, così come la caratteristica esterna, la sua vita intellettuale, la sua vita umana. Un'implicazione immediata dell'alienazione dell'uomo dal prodotto del suo lavoro, dalla sua vita generica, è l'alienazione dell'uomo dall'uomo. [...] (Marx, 2011, p. 117-118.).

Proponendo il comunismo come alternativa al nuovo ordine sociale, Marx risolve questo dilemma affermando che:

> Il comunismo è l'eliminazione positiva della proprietà privata come autoalienazione umana e, in questo modo, l'appropriazione reale dell'essenza umana da parte e per l'uomo. E in questo modo, il ritorno dell'uomo a se stesso come essere sociale, o meglio, come essere veramente umano, un ritorno integrale, cosciente, che assimila tutta la ricchezza dello sviluppo precedente. Il comunismo come naturalismo

> pienamente evoluto + umanesimo, come umanesimo pienamente sviluppato = naturalismo, stabilisce l'autentica risoluzione dell'antagonismo tra uomo e natura, tra uomo e uomo. È la vera soluzione del conflitto tra esistenza ed essenza, tra oggettivazione e autoaffermazione, tra libertà e necessità, tra individuo e specie. È la decifrazione dell'enigma della storia ed è consapevole che è essa stessa quella soluzione. (Marx, 2011, p. 138.)

Così, ogni forma di violazione dei diritti umani è un'espressione di alienazione, è una negazione della condizione umana dell'essere umano stesso. È per questo motivo che la difesa dei diritti umani costituisce un anello unificante per gli Assistenti Sociali di tutto il mondo. Esprime la capacità di riconoscimento e di identità professionale, nel senso che unisce la categoria professionale nell'affermazione di valori essenziali per superare ogni ordine che li violi o li manchi di rispetto. La IASSW/AIETS ha, nella sua struttura, un Comitato speciale focalizzato sulle indagini, la ricerca, la segnalazione e la proposta di alternative a tutte le forme di violazione dei diritti umani in tutto il mondo.

Nella Relazione della Commissione, presentata alla riunione del consiglio di amministrazione IASSW/AIETS nel giugno 2023, sono state evidenziate situazioni che riflettono violazioni dei diritti umani, sulla base di elementi che riguardano principalmente le conseguenze della crisi sanitaria e socioeconomica causata dalla Pandemia di Covid-19; le determinazioni politiche, economiche e religiose che inducono le migrazioni, come i conflitti e le guerre tra Paesi come l'Ucraina, il Sudan, la Repubblica Democratica del Congo, le regioni dell'Asia meridionale, ecc.; violenza di genere, età, stato culturale e socioeconomico; i disastri naturali e la crisi climatica che minaccia la sopravvivenza del Pianeta, come di seguito descritto:

> La crisi globale continua ad avere un impatto significativo sulla vita di tutti i cittadini [...]. Nel 2023, 339 milioni di persone avranno bisogno di assistenza umanitaria e protezione a causa di disastri naturali, conflitti, violenze e altre violazioni dei diritti umani. [...] Persone di genere, età, status culturale e socioeconomico diverso e altre vulnerabilità affrontano rischi diversi e sono colpite in modo diverso dalle crisi. (Walker, Janet, 2023)

A partire da questa lettura della realtà, il Rapporto indica le sfide per la professione del Servizio Sociale, soprattutto nel contesto della formazione, e riconosce che tali esigenze hanno un carattere globale e richiedono un approfondimento teorico, in uno sforzo collettivo della categoria per produrre conoscenza sul tema, in modo che ci siano elementi meglio fondati sia per la sua pratica, sia per la sua pratica, così come per rendere pubblica agli intellettuali e alla società nel suo insieme, la gravità di questa situazione, che, in definitiva, possiamo dire, rivela

l'insostenibilità dell'ordine capitalistico e annuncia l'esaurimento di questo ordine in ciò che c'è di più perverso e disumano in esso. Le parole espresse nel Rapporto, sebbene non raggiungano tali conclusioni, sono piuttosto enfatiche nel rivelare la gravità della sfida per gli operatori sociali di tutto il mondo:

> C'è un costante bisogno di rafforzare la forza servizio sociale per sostenere e aumentare il lavoro con gli individui, le famiglie, le comunità e i cittadini [...], per promuovere i diritti umani, la giustizia sociale, per ridurre la discriminazione e per prevenire e rispondere alla violenza, all'abuso, all'abbandono e allo sfruttamento. [...] C'è un continuo riconoscimento della necessità di rafforzare diversi aspetti dei diritti umani e delle questioni e delle violazioni dei diritti umani e della giustizia sociale nel curriculum di servizio sociale e attraverso lo sviluppo professionale continuo. (idem).

Le sfide sono molte per i professionisti e c'è una tendenza mondiale verso la precarietà del lavoro degli assistenti sociali e lo svuotamento delle fonti di fondi per le politiche e i programmi sociali, volti alla difesa dei diritti sociali e umani. Questo ci sembra un altro segno dell'ascesa vertiginosa dell'estrema destra e dell'ideologia neoliberista che impatta negativamente e cerca di ridurre, se non estinguere, qualsiasi tipo di azione che possa essere legata al sociale e all'assistenza. Secondo il rapporto sopra citato, scopriamo che: "i paesi stanno segnalando le sfide di una crescente crisi della forza lavoro con problemi di reclutamento e fidelizzazione sia nei corsi di formazione sul lavoro che in quelli di assistenza sociale". (idem).

In questo contesto, le alternative proposte includono la pubblicazione di articoli sulle riviste dell'entità, come Social Dialogue[46], per creare una piattaforma di discussione sulle catastrofi e le atrocità umane nel mondo, garantendo così che siano ascoltate più voci e siano presentate denunce. Un'altra alternativa proposta è quella di lavorare con le Nazioni Unite, considerando che l'ONU è l'organismo che ha un ruolo fondamentale con i governi nella discussione delle proposte per la pace e il rispetto dei diritti umani e con le entità regionali o continentali che rappresentano la categoria professionale.

Queste riflessioni ci fanno capire che la consapevolezza della centralità della difesa dei diritti umani è molto presente nelle entità rappresentative della categoria professionale a livello mondiale, ma che forse la percezione riguardo alle determinazioni sociopolitiche ed economiche di questo stato di cose è ancora fragile. Pertanto, il dibattito sulla proposta di un nuovo ordine sociale deve essere rafforzato e diffuso; Merita un'attenzione prioritaria, perché, in sintesi, è ciò che spiega e indica una futura soluzione collettiva.

---

[46] Ad esempio, cfr. Mustafa, 2023.

Ecco perché l'internazionalizzazione è diventata un'esigenza attuale e imperativa: il socialismo e il comunismo, nelle parole di Marx, e sulla base delle esperienze vissute nel XX secolo, non saranno sostenuti in un solo paese. È urgente che basiamo le nostre basi teoriche sui fondamenti etici e sugli obiettivi della professione, altrimenti rivivremo la fase del "Servizio sociale senza Marx" in cui l'influenza meccanicistica e anti-umanista di Althusser ha lasciato conseguenze terribili, sia per la conoscenza che per la pratica professionale. Questa influenza negativa ha lasciato tracce anche nelle esperienze del socialismo reale. La necessità perentoria di un ritorno a Marx è urgente, perché, come afferma Mészáros,

> Date le interpretazioni positivistiche della scienza attribuite a Marx dalla scuola althusseriana, sarà necessario tornare brevemente su alcuni di questi problemi. Ciò che va sottolineato a questo punto è che non è stato un caso che la lettura positivista di Althusser dell'opera di Marx (e non solo del Capitale), effettuata per estrarne una scienza fittiziamente 'anti-ideologica', sia stata associata ad una crociata contro il 'concetto ideologico' dell'alienazione, basata sull'affermazione del tutto infondata (confutata dal citato testo dei Grundrisse, così come da innumerevoli altri passi nella stessa opera e nel Capitale, et.) che questo concetto era "scomparso" dal "Marx maturo". (Mészáros, 2014, p. 248).

Da ciò si può concludere che la "lettura positivista dell'opera di Marx" di Althusser deve essere superata in tutte le sue dimensioni: teoriche e pratiche, e che superandola saremo in grado di proporre per il World Social Work un obiettivo etico con ripercussioni incommensurabili intorno al Progetto Professionale e al Progetto Sociale: un nuovo ordine sociale.

Considerazioni finali

Questo articolo affronta la forte relazione tra i principi etici, l'internazionalizzazione e la ricerca di un nuovo ordine sociale. Il Codice Etico non è solo un insieme di regole, ma una forza motrice che guida il Servizio Sociale nella sua azione sociale e quotidiana. Di fronte alle complesse sfide globali che si profilano all'orizzonte, gli operatori sociali hanno il dovere di rimanere saldi nella loro dimensione etica, allineandosi ai principi fondanti e costruendo un futuro di speranza e uguaglianza. "Assistenti sociali di tutto il mondo, unitevi!"

Riferimenti

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos**. 2a. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

_____. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. Revista Katálysis, 18(2), 216-225, 2015.

BRAZ, Marcelo. **O Brasil atual e tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político**. In: Conselho Federal de Serviço Social (Org.). Caderno 2 Diálogos do Cotidiano - Assistente Social. Brasília: CFESS, 2021. p. 9-11.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília**, 1993.

IASSW/AIETS. (2023). International Association of Schools of Social Work. Disponível em: https://www.iassw-aiets.org/. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

IFSW - International Federation of Social Workers. (2023). Official Website. Disponível em: https://www.ifsw.org . Acesso em: 26 de agosto de 2023.

MARX, Karl. **Manoscritti economici-filosofici del 1844**. In: Marx: Le opere che hanno cambiato Il mondo. Roma: Grandi Tascabili Economici, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MUSTAFÁ, M. Alexandra. **Código de Ética do/a Assistente Social Brasileiro/a - 25 anos: Desafios do Trabalho Profissional**. In: Etica nel Servizio Sociale Brasiliano/Ética no Serviço Social Brasileiro. Recife: Ed. UFPE, 2020, p. 208-250.

MUSTAFÁ, M. Alexandra. **The Amazon and the indigenous question in Brazil: a problem of Brazilians or a problem that interests all humanity?** In: Social Dialogue, n. 27, p. 5-10, 2023. Disponível em https://socialdialogue.online/sd27/02_article.html. Acesso em 29 ago. 2023.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do serviço social.** In: MOTA, A. E. M. et al. (Org.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2008. p. 141-160.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo**. In: Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

SILVA, Salyanna de Souza. **Fundamentos éticos e projetos profissionais do Serviço Social brasileiro e italiano.** Revista Serviço Social & Sociedade, Nº 138, p. 283 a 301 (mai/ago). São Paulo: Cortez, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DjM65VBLQdcVQQHZntCQBzq/?lang=pt# . Acesso em 02 de junho de 2021.

TERRA, Sylvia Helena. **Parte II – Código de Ética do(a) Assistente Social: comentários a partir de uma perspectiva jurídico-normativa crítica.** In: BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a assistente social comentado. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

WALKER, Janet. **Report of Committee Human Rights and Social Justice**. IASSW/AIETS, 2023.

UBUNTU E TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NA EVOLUÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE PRINCÍPIOS ÉTICOS DA IFSW

Richard Ramsay[47]
Sherry Choma[48]

Resumo:

Este artigo explora a necessidade de mudanças transformacionais nos princípios éticos da profissão de assistente social, particularmente à luz da influência emergente da filosofia africana Ubuntu. Os autores argumentam que os princípios éticos atuais da Federação Internacional de Assistentes Sociais (IFSW) e da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW) ainda são amplamente fundamentados na visão de mundo pré-século XX da ciência ocidental, que prioriza o individualismo e uma visão dividida da realidade. Os autores propõem que o serviço social deve adotar uma abordagem mais holística, interconectada e centrada no relacionamento, conforme refletido no Ubuntu e em outras filosofias indígenas. O artigo descreve áreas específicas onde os princípios éticos devem ser atualizados, incluindo o reconhecimento dos direitos humanos e responsabilidades, o direito à co-determinação, à promoção do empoderamento participativo e a ênfase na justiça social e econômica. Os autores também sugerem que o serviço social deve se alinhar mais de perto com a Carta da Terra e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que adota uma abordagem regenerativa e restaurativa para o desenvolvimento. As mudanças propostas visam transformar o trabalho social em uma profissão verdadeiramente global, mais bem equipada para lidar com os desafios complexos do século XXI.

Palavras-chave: Ubuntu, Princípios Éticos do Serviço Social, FITS.

Abstract:

This article explores the need for transformational changes in the ethical principles of the social work profession, particularly in light of the emerging influence of the African philosophy of Ubuntu. The authors argue that the current ethical principles of the International Federation of Social Workers (IFSW) and the International Association of Schools of Social Work (IASSW) are still largely grounded in the pre-20th century worldview of Western science, which prioritizes individualism and a divided view of reality. The authors propose that social work should embrace a more holistic, interconnected, and relationship-centered approach, as reflected in Ubuntu and other Indigenous philosophies. The article outlines specific areas where the ethical principles should be updated, including the recognition of human rights and responsibilities, the right to co-determination, the promotion of participatory empowerment, and the emphasis on social and economic justice. The authors also suggest that social work should align itself more closely with the Earth Charter and the United Nations' Sustainable Development Goals, while embracing a regenerative and restorative approach to development.

[47] E-mail: *ramsay1@telusplanet.net*

[48] E-mail: *sherry.choma@gmail.com*

The proposed changes aim to transform social work into a truly global profession that is better equipped to address the complex challenges of the 21st century.

Keywords: Ubuntu, Ethical Principles of Social Work, IFSW

Introdução

Este artigo representa o trabalho colaborativo entre um professor aposentado de serviço social e um ex-aluno quase 30 anos após seus dias de professor-aluno. Nossa reunião como colegas culminou em uma apresentação de incentivo ao diálogo para a Cúpula Global dos Povos Co-Construindo um Novo Mundo Ecossocial: Não Deixando Ninguém para Trás, co-facilitada pela IFSW (Ramsay e Choma, 2022). A necessidade de considerar mudanças de paradigma transformacional no serviço social foi abordada na edição especial de 1999 do Indian Journal of Social Work (Ramsay, 1999). Do ponto de vista do aluno, a necessidade de mudança transformacional foi reconhecida já em 1996, durante a experiência prática de um estudante canadense de serviço social testando aplicações práticas da teoria do caos e coletivos agrícolas indígenas em Kerala, Índia (Choma, 1996). Mudanças transformacionais no serviço social, semelhantes às necessárias em outras disciplinas, não são isentas de resistência. A necessidade de transformar as perspectivas da ciência ocidental, especialmente pré-século XX, no serviço social é abordada por meio das visões de Thomas Kuhn em Revolução Científica (1970) e suas advertências de que, à medida que qualquer paradigma dominante atinge seus limites, sua substituição (ou encolhimento necessário para abrir espaço para a existência de outros) provavelmente ocorrerá apenas por meio de um processo "revolucionário". Embora desejado ou esperado, não haveria garantia de uma transição evolutiva suave e ordenada para uma nova.

Se as mudanças transformacionais necessárias não ocorressem, nossa preocupação com o serviço social no final do século 20 era o risco de que a disciplina pudesse se tornar o que um dos ex-presidentes da IFSW, Gayle Gilchrist James, se preocupou já em 1980 ao perguntar "Você quer que a profissão continue ou você quer que ela seja conhecida como uma estranheza cultural intrigante que surgiu no início do século 20, floresceu e morreu de causas desconhecidas na última década do mesmo século?" (Tiago, 1980). Nossas preocupações com a mudança transformacional são baseadas em sua pergunta e continuam até hoje.

Em 2003, Ramsay escreveu em *Pesquisa e Prática de Serviço Social* sobre mudanças específicas de visão de mundo ontológica que exigiam o diálogo do serviço social em escala global. Ele repetiu o apelo ao diálogo em nível global na recuperação do foco da sociedade civil no Congresso de 2004 da IFSW na Austrália, observando o provável impacto e anecessidade

de mais mudanças transformacionais na recém-atualizada Declaração de *Princípios Éticos*. Um apelo semelhante foi feito na Cúpula Global dos Povos co-facilitada pela IFSW em 2022 (Ramsay e Choma, 2022). Sua apresentação se concentrou nas transformações dos princípios éticos que a FITS e a IASSW-AIETS perderam ao aprovar sua nova *Declaração Global de Princípios Éticos do Serviço Social* em 2018. Estamos agora quase na marca de um quarto de século do século 21. Os impactos negativos do colonialismo e da ciência ocidental pré-século 20 e a ascensão das visões de mundo indígenas estão agora na vanguarda do trabalho social se tornando uma profissão global. No entanto, o diálogo baseado em ontologias que foi solicitado já em 2003 ainda não se materializou em escala global. A visão de mundo e os princípios éticos contínuos, as mudanças transformacionais necessárias para manifestar a realidade do *Serviço Social Global* ainda são principalmente resistidas e/ou retóricas em expressão.

A única diferença é que outros, especialmente o IFSW, estão agora pedindo mudanças transformacionais significativas motivadas pelo recente apoio esmagador à sabedoria e filosofia antigas do Ubuntu africano como uma base reconhecida para os avanços no trabalho social internacional. No entanto, essa sugestão da organização internacional do serviço social ainda é apenas o começo. O processo de mudança transformacional está esperando para ser acionado de forma revolucionária para que os assistentes sociais participem plenamente dos processos de recuperação da sociedade civil, colaborando com e além dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e promovendo a liderança global que o IFSW teve como um dos principais parceiros na *Cúpula Global dos Povos de* 2022.

Desde que a IFSW transformou seu Código de Ética global de 1976 para sua nova *Declaração de Princípios Éticos* em 1994, ela foi atualizada em 2004, atualizada e aprovada em conjunto pela IFSW e IASSW como uma nova *Declaração de Princípios Éticos do Serviço Social Global* em 2018. Essas declarações serão usadas para destacar as mudanças propostas que precisam de diálogo urgente e mais mudanças transformacionais para fortalecer o processo de se tornar uma profissão de Serviço Social Global. As mudanças propostas e facilitadas pelo diálogo têm como premissa os avanços do século 20 e início do século 21 na ciência quântica e o ressurgimento de formas indígenas significativas de conhecimento (ciência) de diversas regiões e culturas antigas ao redor do mundo. Esses avanços e ressurgimentos promovem uma compreensão mais profunda dos limites inerentes à visão linear, precisamente previsível e quantitativa da realidade que definiu e legitimou o dossel dominante colonizador e explorador da ciência ocidental (pré-século 20) por vários séculos.

O artigo de 1999 terminou com advertências de um importante teórico do caos do século 20 de que o apoio contínuo, explícita ou implicitamente, à visão da realidade da metáfora da máquina da ciência ocidental impedirá o tipo de mudanças transformacionais necessárias para abraçar o caótico, a robustez e a diversidade de sistemas complexos (Kellert, 1993). Nossos sistemas econômicos, políticos e sociais poderão continuar acreditando que "presume-se que os homens sejam mais racionais do que as mulheres, portanto, as mulheres podem ser subordinadas" (p.157). Aqueles no poder e em outras posições de influência continuarão a acreditar que "os humanos são intencionais, enquanto os processos naturais presumivelmente não são, portanto, a natureza pode ser subordinada" (p.157), permitindo que a subjugação e destruição de nosso ambiente natural ocorra sem levar em conta a profunda interconexão ecológica entre todos os organismos vivos. E, como Kellert apontou, "a dominação da natureza tem muito em comum com uma análise da dominação das mulheres e dos povos colonizados" (p. 157). Do ponto de vista da história do serviço social, a crença de que o serviço social é exclusivamente uma disciplina centrada no relacionamento continuará a ser amplamente baseada na retórica, em vez de na prática. Em vez de continuar emergindo no século 21 como uma profissão de ponta, o serviço social começará a desaparecer como um contribuinte cada vez mais irrelevante e desatualizado para o bem-estar humano não discriminatório, a coexistência pacífica entre pessoas e nações e a busca de justiça econômica e social para todos.

As mudanças nos Princípios Éticos em 2004 foram apoiadas pelo significado da Sociedade Civil em um contexto global e mudanças de valor fundamentais que foram descritas na Carta da Terra iniciada pela ONU, incluindo recomendações do Painel das Nações Unidas sobre as relações ONU-Sociedade Civil. Eles foram baseados principalmente nos avanços do século 20 nas visões de mundo científicas. Nosso apelo ao diálogo urgente relacionado às declarações de 2004 e 2018 é influenciado pelo apelo de Wahl de 2017 para ir além dos ODS em direção às metas de desenvolvimento regenerativo, o artigo do IFSW sobre o impacto potencial do Ubuntu nas perspectivas do serviço social (Mayaka e Truell, 2021) e os impactos corolários de várias formas antigas de conhecimento e ciências indígenas discutidas na Quaresma, *Instintos de padronização* (2017) e *Web of Meaning* (2021).

Em 2004, uma das visões da sociedade civil era um "conjunto de instituições, organizações e comportamentos situados entre o Estado, o mundo dos negócios e a família" (London School of Economics, 2004). As transformações dos Princípios Éticos se concentraram nessa visão e em suas muitas formas de participação social organizacional, incluindo organizações de trabalho social, como membros e defensores da participação da sociedade civil

no bem-estar global. A influência da Carta da *Terra* emergiu da Cúpula da Terra da ONU no Rio de 1992 e do trabalho subsequente da Comissão da Carta da Terra com representantes das cinco regiões do mundo (Comissão da Carta da Terra, 2000). Foi fundada com o objetivo de promover uma rede globalmente interconectada de "respeito pela natureza, direitos humanos universais, justiça econômica e social e uma cultura de paz". A Carta reconheceu especificamente o papel da Sociedade Civil em um processo urgentemente necessário para encontrar um terreno comum em meio à diversidade global. Ele exigia mudanças de valor fundamentais que fundamentariam os humanos a uma responsabilidade universal uns para com os outros, a comunidade maior da vida e para com as gerações futuras. O texto integral da Carta e as informações conexas estão disponíveis em http://www.earthcharter.org/. Em 2002, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, convocou um painel globalmente representativo como parte de uma prioridade para reformar as relações entre a ONU e a sociedade civil. O relatório do painel pediu grandes mudanças de paradigma (transformacionais) na forma como a ONU dialoga com as organizações da sociedade civil e facilita uma rede de diálogo entre essas organizações, o mundo corporativo, os governos locais e centrais (Cardoso, 2004). Para que a ONU se tornasse mais uma "ONU em rede", quatro mudanças transformacionais foram especificadas para que ela se tornasse voltada para o exterior (envolver-se com redes de múltiplos constituintes e colocar mais ênfase em convocar e facilitar partes muitas vezes conflitantes para resolver problemas e colocar questões, não instituições, no centro); reconhecer uma pluralidade de constituintes (mais do que os governos precisam estar em diálogo); conectar o local com o global (promover conexões bidirecionais para que o local ajude com o global e o global ajude com o local); fortalecer a democracia para incluir uma responsabilidade mais profunda das instituições perante o público global. Neste artigo, incluímos o documento de política da IFSW sobre os ODS, sua publicação no Ubuntu e o apelo de Daniel Wahl para ir além do desenvolvimento sustentável em direção ao desenvolvimento restaurador e regenerativo.

Contexto do Serviço Social e dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU

O relatório de destaque da Global Civic Society de 2019 demonstrou que, apesar das grandes esperanças no poder transformacional dos ODS da ONU, cinco anos após a adoção, a maioria dos países ainda está fora do caminho para alcançar suas metas estabelecidas. O documento de política da IFSW afirmou e continua a apoiar os ODS da ONU, reconhecendo

seu impulso e as oportunidades que eles criam para promover mudanças transformacionais sociais, econômicas e ecológicas globalmente. A política do IFSW elaborou seu apoio:

Sustentabilidade - Os assistentes sociais entendem a sustentabilidade como padrões e políticas que estabelecem soluções de longo prazo para o bem-estar de todo o ecossistema, incluindo humanos e natureza, para as gerações atuais e futuras. Em seu documento de política sobre Globalização e Meio Ambiente, o IFSW chama "[...] desenvolver a responsabilidade ambiental e o cuidado com o meio ambiente na prática e gestão do serviço social hoje e para as gerações futuras, trabalhar com outros profissionais ... desenvolver habilidades e estratégias de defesa para trabalhar em prol de um ambiente mais saudável e garantir que as questões ambientais ganhem maior presença na educação em serviço social."

Desenvolvimento - O lucro para uma pequena quantidade de pessoas no ombro da maioria das pessoas é um sinal negativo de desenvolvimento impulsionado apenas pela economia. A IFSW apoia o desenvolvimento como um processo dinâmico de mudança inclusivo, dentro de uma pessoa, grupos ou sociedade que busca / busca o bem-estar para as pessoas e o planeta. Afirma que as ações dos assistentes sociais são impulsionadas por princípios de justiça social, direitos humanos e desenvolvimento holístico e sustentável para alcançar a liberdade e o bem-estar. As palavras "desenvolvimento" e "transformação" estão intimamente ligadas; Embora o desenvolvimento seja orientado para o processo, o objetivo da transformação é uma mudança completa para uma situação/circunstância sem precedentes. As abordagens do serviço social criam principalmente metas de maneira participativa de baixo para cima (comunitárias e orientadas para as pessoas), incluindo o conhecimento e as necessidades das pessoas (não deixar ninguém para trás).

De baixo para cima e de cima para baixo - Os assistentes sociais entendem que a combinação de sua abordagem de baixo para cima com a abordagem mais de cima para baixo dos ODS da ONU representa o grande potencial para preencher as lacunas entre os esforços regulatórios governamentais (ou seja, documentos de políticas, agendas globais) e a prática (ou seja, trabalho diário com pessoas e sociedades civis, implementação operacional).

Resumindo - os objetivos do IFSW devem estar alinhados com os ODS da ONU devido ao seu valor para uma transformação global para um mundo justo e justo com a visão de 'não deixar ninguém para trás'. Os assistentes sociais facilitam e promovem parcerias dentro das comunidades e entre vários parceiros, em nível local, nacional e internacional, para traduzir os

ODS da ONU de várias maneiras (social, econômica e ecológica) e projetar juntos um novo conhecimento de soluções sustentáveis para a ação de implementação.

Além do Serviço Social e dos ODS da ONU

Wahl argumenta que a sustentabilidade não é suficiente: precisamos de culturas regenerativas. Ele afirma que a palavra "sustentabilidade" é inadequada, pois não nos diz o que estamos realmente tentando sustentar. … o padrão subjacente de saúde, resiliência e adaptabilidade que mantém este planeta em uma condição em que a vida como um todo pode florescer. … Uma cultura humana regenerativa é saudável, resiliente e adaptável; … O conceito de resiliência está intimamente relacionado à saúde, pois descreve a capacidade de recuperar funções vitais básicas e se recuperar ... Quando buscamos a sustentabilidade de uma perspectiva sistêmica, estamos tentando sustentar o padrão que conecta e fortalece todo o sistema. … A ciência da complexidade pode nos ensinar que, como participantes de um sistema eco-psico-social-espiritual dinâmico complexo que está sujeito a certos limites biofísicos, nosso objetivo deve ser a participação apropriada, não a previsão e o controle ... A melhor maneira de aprender a participar adequadamente é prestar mais atenção às relações e interações sistêmicas, com o objetivo de apoiar a resiliência e a saúde de todo o sistema, ... O objetivo de projetar para a saúde sistêmica pode não nos salvar de efeitos colaterais inesperados e incertezas, mas oferece um caminho de tentativa e erro em direção a uma cultura regenerativa. Precisamos urgentemente de um Juramento de Hipócrates para design, tecnologia e planejamento: não faça mal! … Dessa forma, podemos passar mais rapidamente do insustentável 'business as usual' para inovações restauradoras e regenerativas que apoiarão a transição para uma cultura regenerativa. …

Além das mudanças e argumentos transformacionais exigidos por Wahl e outros, há evidências de apoio de formas contemporâneas e antigas de conhecimento. Ubuntu africano, ciência quântica, ciência indígena / formas de conhecimento, Vedanta indiano, Qi chinês estão emergindo e convergindo para a consciência just-in-time de que o dossel dominante da ciência ocidental (pré-20) precisa diminuir de tamanho para permitir uma presença colaborativa e coexistência com outras formas de conhecimento emergentes e ressurgidas. São essas perspectivas que exigem um diálogo em nível global e a necessidade de promover ainda mais as mudanças transformacionais na Declaração de Princípios Éticos do Serviço Social Global de 2018.O apelo a um diálogo ontológico mais profundo sobre visões de mundo é descrito abaixo:

O diálogo sobre mudanças transformacionais é necessário para ir além dos ODS para metas restaurativas e regenerativas

Visões de mundo: A maioria das mudanças transformacionais necessárias na ontologia do serviço social e suas práticas chamam a profissão a encolher o dossel e, na maioria dos casos, deixar de lado as visões dominantes contidas na ciência ocidental (pré-século 20) que orientou o surgimento do serviço social no início do século 20 em grande parte na Europa e na América do Norte. A ciência ocidental, na época, era dominada por uma visão de mundo "todo dividido" que sustentava que todas as coisas existem como entidades separadas, independentes no espaço e no tempo. A partir de seu trabalho sobre a totalidade, David Bohm, um físico do século 20 muito respeitado, mas menos conhecido, documentou a difusão da visão dividida do todo, que emergiu em todo o mundo ocidental ao longo de vários séculos, para significar que "toda a realidade é realmente constituída de nada além de 'blocos de construção atômicos', todos trabalhando juntos mais ou menos mecanicamente" (Bohm, 1983, p. 8). O legado dessa visão prevaleceu ao longo do século 20 e continua pelo menos até o primeiro quarto deste século, apesar dos novos desenvolvimentos e avanços nas ciências que limitam muito a visão da realidade da ciência ocidental pré-século 20. No entanto, grande parte do mundo continua preocupada com a separação, opostos / dualidades binárias e a necessidade de classificações excludentes de pessoas (raça, nacionalidade, família, profissões e assim por diante), o que impede que os membros desses diferentes grupos trabalhem juntos para o bem comum. O artigo da IFSW sobre o Ubuntu ressalta isso como "Ubuntu e outras filosofias africanas, orientais e indígenas não foram reconhecidas ou julgadas negativamente pelas sociedades ocidentais e ativamente suprimidas (Nwosimiri, 2017). Immanuel Kant, que foi um dos principais e mais influentes filósofos do período do Iluminismo, concluiu por meio de sua análise científica e filosófica que os africanos eram incapazes de desenvolver filosofia por causa de sua inferioridade em relação aos brancos (McCormick, 2019). Hume e Hegel tinham visões semelhantes (Nwosimiri, 2017). Tais visões racistas genocidas culturais estão, portanto, agora escritas em muitas das camadas básicas do pensamento ocidental que nós, como assistentes sociais, somos obrigados a desafiar (IFSW, 2018; Staffen e Arhakyan, 2017). Ubuntu que significa *"Eu sou porque nós somos"* é uma expressão africana antiga e elegante da coexistência de Buckminster Fuller ou presença côncavo-convexa do Eu e do Outro. Não pode ter um sem o outro. Para que o Eu seja, deve haver Consciência. Para que a consciência exista, deve haver alteridade. Sem alteridade, sem consciência, sem eu (Fuller, 1975).

Com base em seu próprio trabalho e no de outros, a compreensão de Bohm de "totalidade indivisa" reflete uma visão de mundo de que todas as "entidades" são relacionais. Esta é uma visão que é muito mais adequada ao trabalho social do que uma visão de mundo dividida inteira. A IFSW recebeu evidências de apoio de "mais de 300 eventos de trabalho social promovendo o Ubuntu de todo o mundo. A ampla adoção do Ubuntu pelo trabalho social global reflete claramente o interesse da profissão em enriquecer seus próprios princípios com os valores indígenas centrados na interconexão e reciprocidade.

O desafio à frente do serviço social é fazer essas transformações de visão de mundo para movê-lo além de seus laços históricos, muitas vezes involuntários, com metáforas mecanicistas e o alto valor social atribuído à independência. Fazer esse tipo de transformação ajudaria a profissão a reforçar seu compromisso com o totalismo, perspectivas multidimensionais e uma compreensão correspondente da sinergia: "os comportamentos de sistemas inteiros são imprevisíveis pelo comportamento de suas partes tomadas separadamente [e o comportamento das partes **Valor individual-coletivo:** A base de valor do serviço social de que o indivíduo é a principal preocupação de todas as sociedades está ligada à visão da totalidade dividida. Isso implica que o trabalho social global é principalmente centrado no indivíduo. O artigo do Ubuntu reforça essa visão ao apontar que "a supressão das filosofias africanas, orientais e a maioria das indígenas resultou na presunção global que reconhece o 'mérito individual', em vez de estruturas que usam uma perspectiva holística ..." Embora a interdependência, inerente a uma visão indivisa, seja compreendida, há pouca defesa da interdependência individual como uma preocupação igualmente importante da sociedade que fundamentaria o trabalho social a um valor centrado na interdependência que corresponda à relação entidade-e às estruturas de tensegridade (compressão-tensão) correspondentes de sistemas inteiros físicos e anatômicos. A transformação nessa direção permitiria descobertas do século 20 da interconexão profunda e recíproca entre "liberdade individual e necessidade coletiva" (Briggs e Peat, 1989, p. 165) para informar uma mudança transformacional na base de valores da profissão. A individualidade em suas raízes seria entendida como "um empreendimento cooperativo", permitindo que o indivíduo-coletivo se tornasse a principal preocupação de todas as sociedades. Não fazer esse tipo de mudança ou não reconhecer os valores Ubuntu de longa data nos princípios éticos do serviço social continuará a negar o diálogo aberto sobre os limites da ciência ocidental pré-século 20 que influenciou amplamente a profissão emergente de serviço social no final do século 19. Trazer os conceitos Ubuntu para a proeminência do serviço social pode "expandir nossa compreensão dos princípios da profissão, focando-os nas relações humanas (centradas no relacionamento), tornando-as mais holísticas, não apenas para o indivíduo, mas também para o

que cada indivíduo precisa: uma comunidade que cuida deles. " O mesmo pode acontecer com a filosofia holística do Vedanta, que foi formulada na Índia há quase 3000 anos. Um grande tema do Vedanta foi a "unidade de tudo" (Jitatmandanda, 1993, p. 65) e a crença de que a separação era a raiz de toda a miséria. No espírito dessa unidade, Jitatmandanda mostrou como o paradigma quântico da ciência pós-século 19 está "apontando cada vez mais para um universo holístico onde matéria, energia e consciência estão conectadas em um fundo inseparável". A China antiga também sustentava que "a existência era uma força de energia onipresente que eles chamavam *de qi* (pronuncia-se "chee")", na qual a "palavra era usada para se referir à respiração, à força vital de uma criatura e à energia subjacente que anima o mundo inteiro" (Lent, 2017, p. 180). E, na América do Sul, o conceito de *Sumac Kawsay* ou *Buen Vivir*, seu nome em espanhol, está enraizado na cosmovisão (visão de mundo) que descreve uma maneira de fazer as coisas que é centrada na comunidade, ecologicamente equilibrada e culturalmente sensível (Gudynas, 2013). Em inglês, Buen Vivir traduz livremente "boa vida" ou "bem viver", mas não para as noções ocidentais de bem-estar ou bem-estar individual. O Bem Viver não é sobre o indivíduo, mas sobre o indivíduo no contexto social de sua comunidade, trabalhando junto para alcançar algo que nenhuma delas poderia alcançar por conta própria]" (Fuller, 1975, p. 13). Nesse contexto, o conceito de empoderamento dos outros seria entendido como um benefício bidirecional e melhor descrito como uma troca de co-empoderamento.

Co-determinação: O valor fortemente sustentado da autodeterminação no serviço social flui de uma visão dividida de que todas as coisas/indivíduos existem independentemente no espaço e no tempo. Isso apóia a interpretação literal dos direitos de um indivíduo de fazer escolhas e decisões independentes do impacto (positivo ou negativo) que esse direito pode ter sobre os outros. No entanto, a interpretação literal desse valor não é sustentada no serviço social; Geralmente, há uma ressalva de responsabilidade que não permite que esse direito infrinja os direitos de terceiros. Essa ressalva abre a porta para que a co-determinação se torne o novo valor fortemente arraigado do serviço social que flui de uma visão de mundo inteira e indivisa. Essa transformação significativa é reconhecida na posição do Ubuntu e da IFSW de que uma "mudança de paradigma global é necessária para reconhecer a sinergia da autodeterminação das pessoas juntas ... e reflexão sobre os conceitos do Ubuntu que termos como 'Co e 'Autodeterminação' que avançam seu potencial substituto para 'autodeterminação'".

Rede de Pessoa no Ambiente: A pessoa no ambiente é amplamente entendida na profissão como o descritor de seu domínio/área de atuação. Embora o foco central do serviço social seja identificado como a interação entre situações pessoa-ambiente, a estrutura entidade-

relacionamento necessária para esse foco não está claramente ligada à primazia individual-coletiva de uma visão de mundo inteira indivisa. Assim como o painel ONU-Sociedade Civil vê a importância das mudanças de paradigma para uma "ONU em rede" e as sugestões dos autores de uma possível mudança de nome para Rede das Nações Unidas (UNN), o serviço social precisa considerar a importância de um "PIE em rede" para refletir a profunda complexidade do domínio da pessoa no ambiente como uma estrutura de sistema inteira e possível mudança de nome para Rede Pessoa-Ambiente (PEN).

A Declaração Global de Princípios Éticos do Serviço Social de *2018 da IFSW* precisa de mais diálogo e atualização em nível global para que as perspectivas do Ubuntu e do serviço social sejam totalmente compatíveis em conjunto com um encolhimento deliberado das visões de mundo da ciência ocidental pré-século 20 e permissão para um maior surgimento de influências científicas do século 20 em co-parcerias. As mudanças ajudariam o serviço social a remover os perigos das advertências de Kellert prevalecendo por mais um século inteiro, permitindo que a profissão avançasse além da influência dominante de toda a visão de mundo dividida e fizesse as mudanças de valor transformacionais necessárias em seus princípios éticos. Ao fazer isso, o serviço social estaria mais alinhado com os da Carta da *Terra* e forneceria uma base mais sólida para que seus membros profissionais locais e globais assumissem papéis de liderança em uma nova rede ONU-Sociedade Civil e para sua transformação em uma profissão de Serviço Social Global e / ou conhecida como uma profissão de ciência do design (Ramsay, 1990). As seguintes mudanças nos princípios éticos são propostas para trazer as perspectivas do Ubuntu e do serviço social para o alinhamento do século 21:

Ubuntu apoiou mudanças transformacionais aplicadas aos princípios éticos da IFSW (2004, 2018)

A Declaração de Princípios Éticos do Serviço Social Global é um exemplo de uma política atual que, apesar de seus avanços recentes, continua a ser fundamentada em grande parte na visão de mundo da ciência ocidental anterior ao século 20. Aprovado em conjunto pela IFSW e IASSW, deveria ser usado globalmente como o sistema de navegação para todas as políticas, ensino e prática de serviço social. No entanto, o Ubuntu como tema da *Agenda Global* agora avança a oportunidade para a profissão atualizar urgentemente a declaração de 2018 para acomodar claramente outras filosofias globais que ampliam nossa compreensão da visão de mundo ontológica e dos princípios éticos do serviço social.

Nota: Sublinhado = alterações de revisão aos textos atualizados de 2004 ou aprovados conjuntamente em 2018.

Azul = reafirmou as alterações que poderiam ter sido feitas na atualização de 2004 e propôs alterações conforme necessário na declaração de 2018.

Adicionado = propostas de mudanças adicionais de acordo com a Carta da Terra e a Comissão da Carta da Terra

IFSW	Princípios Éticos da IFSW (2004)	Princípios Éticos IFSW/IASSW (2018)
Atualizado/Novo	**Direitos Humanos e Dignidade Humana** O trabalho social é baseado no respeito pelo valor e dignidade inerentes a todas as pessoas e pelos direitos que daí decorrem. Os assistentes sociais devem defender e defender a integridade e o bem-estar físico, psicológico, emocional e espiritual de cada pessoa.	**Reconhecimento da dignidade inerente à humanidade** Os assistentes sociais reconhecem e respeitam a dignidade e o valor inerentes a todos os seres humanos em atitude, palavra e ação. Respeitamos todas as pessoas, mas desafiamos as crenças e ações daquelas pessoas que desvalorizam ou estigmatizam a si mesmas ou a outras pessoas. **Promoção dos direitos humanos** Os assistentes sociais abraçam e promovem os direitos fundamentais e inalienáveis de todos os seres humanos. O serviço social é baseado no respeito pelo valor inerente, dignidade de todas as pessoas e os direitos individuais e sociais / civis que daí decorrem. Os assistentes sociais geralmente trabalham com as pessoas para encontrar um equilíbrio adequado entre os direitos humanos concorrentes.
Problema	Concentre-se na individualidade dividida como um todo; falta da coexistência e complementaridade de direitos e responsabilidades; não reflete uma mudança fundamental em relação aos valores centrados no indivíduo	Ainda focado na individualidade inteira dividida; falta da coexistência e complementaridade de direitos e responsabilidades; não reflete explicitamente uma mudança fundamental dos valores centrados no indivíduo em favor do Ubuntu e de outros corpos de pensamento indígenas que reconhecem a responsabilidade de cada ser humano de agir pelos direitos de todos os outros. Os valores chineses antigos e tradicionais tinham a mesma palavra para "cuidar" e "governar" e viam os direitos e responsabilidades do poder [como] tão inextricavelmente ligados que eram / são uma e a mesma coisa.
Revisões	Direitos Humanos e Responsabilidades Humanas O trabalho social é baseado no respeito pelos direitos e responsabilidades inerentes de todas as pessoas, umas às outras, à comunidade maior da vida e às gerações futuras	Promovendo Direitos Holísticos e Responsabilidades Humanas Os assistentes sociais abraçam e promovem os direitos e responsabilidades fundamentais e inalienáveis de todos os seres humanos. O serviço social é baseado no respeito pelo valor inerente, dignidade de todas as pessoas e os direitos individuais e sociais / civis que daí decorrem. Os assistentes sociais geralmente trabalham com as pessoas para encontrar um equilíbrio robusto e apropriado entre os direitos humanos concorrentes e as responsabilidades de todas as pessoas, umas

		com as outras, com a comunidade da vida e com as gerações futuras.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudança	Concentre-se na interdependência total e indivisa; incorpora a complementaridade de direitos e responsabilidades; defesa da integridade humana centrada no relacionamento entre entidades e regeneração para o futuro; reflete uma mudança fundamental para incluir valores centrados na rede	Concentre-se na interdependência total e indivisa; incorpora a complementaridade de direitos e responsabilidades; defesa da integridade humana centrada no relacionamento entre entidades e regeneração para o futuro; reflete uma mudança fundamental para incluir valores centrados na rede e integração das sabedorias indígenas e da ciência dos direitos e responsabilidades coexistentes. Suporte ao Ubuntu: O Ubuntu como filosofia é baseado em valores genéricos de vida de justiça, responsabilidade, igualdade, coletividade, relacionamento, reciprocidade, amor, respeito, utilidade, comunidade, cuidado, confiabilidade, compartilhamento, confiança, integridade, altruísmo e mudança social. Ele enfatiza que as identidades das pessoas estão se desenvolvendo continuamente no contexto de seus relacionamentos recíprocos com os outros e, assim, por meio do apoio e nutrição dos outros, a própria identidade e qualidade de vida são aprimoradas. Os direitos humanos são frequentemente considerados uma ferramenta no trabalho social para enfatizar o direito de cada indivíduo a uma vida segura. Este conceito não é necessariamente problemático dentro do Ubuntu, mas não representa uma estrutura completa de compreensão de como os direitos são aplicados no contexto social, nem uma visão ocidental dos direitos humanos enfatiza as responsabilidades de todos os membros da comunidade uns com os outros como um mecanismo para realizar os direitos humanos de cada pessoa.
	Isso significa:	
Atualizado/Novo	**Direito à autodeterminação** Os assistentes sociais devem respeitar e promover os direitos das pessoas de fazerem suas próprias escolhas e decisões, independentemente de seus valores e escolhas de vida, desde que isso não ameace os direitos e interesses legítimos de terceiros.	**Promovendo o direito à autodeterminação** Os assistentes sociais respeitam e promovem os direitos das pessoas de fazerem suas próprias escolhas e decisões, desde que isso não ameace os direitos e interesses legítimos de terceiros.
Problema	Foco principal na independência total dividida; foco secundário em responsabilidades interdependentes.	O foco principal ainda está na independência total dividida; foco secundário em responsabilidades interdependentes.
Revisões	**Direito à co-gestão** Os assistentes sociais devem respeitar e promover os direitos das pessoas de fazer suas próprias escolhas e decisões, desde que haja uma afirmação reconhecida de que esses direitos aumentam suas responsabilidades de promover o	**Promover o direito à co-determinação** Os assistentes sociais respeitam e promovem os direitos das pessoas a fazerem as suas próprias escolhas e decisões, desde que se reconheça que estes direitos aumentam as suas responsabilidades de promover o bem comum e não prejudicam os direitos e interesses legítimos dos outros.

	bem comum e não prejudicam os direitos dos outros.	
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudança	Foco principal na interdependência total e indivisa de direitos e responsabilidades; reconhece a interconexão profunda e recíproca entre "liberdade individual e necessidade coletiva".	Foco principal na interdependência total e indivisa de direitos e responsabilidades; reconhece a interconexão profunda e recíproca entre "liberdade individual e necessidade coletiva". Suporte ao Ubuntu: Em uma perspectiva ocidental, pode ser interpretado como o direito do indivíduo à autodeterminação, mas em um contexto de indigeneidade, pode ser entendido como o direito da nação de autodeterminar seu futuro. Dentro do tema da Agenda Ubuntu, é necessária uma mudança de paradigma global para reconhecer a sinergia das pessoas que se autodeterminam juntas.
Atualizado/Novo	**Direito à participação** Os assistentes sociais devem promover o pleno envolvimento e participação das pessoas que usam seus serviços de forma a permitir que elas sejam capacitadas em todos os aspectos das decisões e ações que afetam suas vidas.	**Promoção do direito à participação** Os assistentes sociais trabalham para construir a autoestima e as capacidades das pessoas, promovendo seu total envolvimento e participação em todos os aspectos das decisões e ações que afetam suas vidas.
Problema	Não reconhece abertamente a importância dessa capacitação para a sociedade civil e a democracia participativa	Não reconhece abertamente a importância da sociedade civil e da democracia participativa desse empoderamento. Reconhece apenas o lado da autoestima (desempenho) da autoestima. Sente falta da coexistência de S-E com auto-aceitação (S-A) na auto-estima holística (S-W)
Revisões	**Direito à participação** Os assistentes sociais devem promover o pleno envolvimento e participação das pessoas que usam seus serviços e os serviços de outras pessoas de forma a permitir o empoderamento participativo em todos os aspectos das decisões e ações que afetam sua situação de vida.	**Promoção do direito à participação** Os assistentes sociais trabalham para construir as capacidades coexistentes de autoaceitação e autoestima das pessoas, promovendo seu total envolvimento e participação usando seus serviços e os serviços de outras pessoas de forma a permitir o empoderamento participativo em todos os aspectos das decisões e ações que afetam suas vidas.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudar	Reconhece abertamente o princípio da democracia participativa por uma profissão que se considera alinhada e parte das sociedades civis locais, regionais, nacionais e globais.	Reconhece abertamente o princípio da democracia participativa e a coexistência de autoaceitação e autoestima por uma profissão que se considera alinhada e parte das sociedades civis locais, regionais, nacionais e globais. Suporte ao Ubuntu: Os direitos, no entanto, não são entendidos como o foco central como em alguns contextos ocidentais. Na prática do Ubuntu, a ênfase está na responsabilidade de garantir o bem-estar dos outros. Por exemplo, o Ubuntu nos transmite que vemos o filho do nosso vizinho como nosso, e o sucesso deles também é o nosso sucesso.
Atualizado/Novo	**Tratando cada pessoa como um todo** Os assistentes sociais devem se preocupar com a pessoa como um todo, dentro da família, comunidade e ambientes sociais e naturais, e devem procurar	**Tratando as pessoas como pessoas inteiras** Os assistentes sociais reconhecem as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e espirituais da vida das pessoas e entendem e tratam todas as pessoas como pessoas inteiras. Esse reconhecimento é usado para formular avaliações e intervenções holísticas com a plena participação de

	reconhecer todos os aspectos da vida de uma pessoa.	pessoas, organizações e comunidades com as quais os assistentes sociais se envolvem.
Problema	Foco na totalidade centrada na entidade em contextos ambientais; entidades inteiras divididas conectadas a outras entidades inteiras.	Concentre-se na totalidade centrada na entidade, não na totalidade centrada no relacionamento dentro dos contextos ambientais; entidades inteiras divididas conectadas a outras entidades inteiras.
Revisões	**Tratando cada pessoa no contexto da totalidade** Os assistentes sociais devem se preocupar com sistemas vivos inteiros - indivíduos em relacionamentos com a família, comunidade, sociedade e ambientes naturais - e devem procurar reconhecer todos os aspectos desses sistemas interconectados.	**Tratando as pessoas como pessoas inteiras no contexto de sistemas vivos inteiros** Os assistentes sociais reconhecem as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e espirituais da vida das pessoas e entendem e tratam todas as pessoas como pessoas inteiras em ambientes de sistemas vivos inteiros. Esse reconhecimento é usado para formular avaliações e intervenções holísticas com a plena participação de pessoas, organizações, comunidades, seus validadores de influência e ambientes naturais com os quais os assistentes sociais se envolvem.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudança	Foco na integridade centrada no relacionamento da pessoa e das entidades ambientais; redes inteiras indivisas de entidades e interconexões de pessoa no ambiente; visualizado através de estruturas mínimas de entidade inteira (4) -relacionamento (6).	Foco na integridade centrada no relacionamento da pessoa e das entidades ambientais; redes inteiras indivisas de entidades e interconexões de pessoa no ambiente; visualizado através de estruturas mínimas de entidade inteira (4) -relacionamento (6). Suporte Ubuntu: O conceito de justiça ambiental está entrelaçado na prática Ubuntu, pois cada pessoa é considerada responsável pelas inter-relações recíprocas que tem com o ambiente ao seu redor. … No Ubuntu, o costume é que cada pessoa e comunidade deixe um lugar em melhores condições do que o encontrou.
Atualizado/Novo	Identificando e desenvolvendo pontos fortes Os assistentes sociais devem se concentrar nos pontos fortes de todos os indivíduos, grupos e comunidades e, assim, promover seu empoderamento.	Não incluído na declaração de 2018
Problema	Foco no empoderamento centrado na entidade.	O foco do empoderamento está ausente
Revisões/Adições	Identificando e desenvolvendo forças regenerativas Os assistentes sociais devem se concentrar nos pontos fortes interconectados de indivíduos, grupos e comunidades e, assim, promover seu co-empoderamento de redes renováveis e de apoio.	Identificando e desenvolvendo 'Empoderamento Mútuo ou Combinado e Auto-Empoderamento. Os assistentes sociais devem se concentrar nos pontos fortes interconectados de indivíduos, grupos e comunidades e, assim, promover seu co-empoderamento de redes renováveis e de apoio.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudança	Foco no empoderamento centrado no relacionamento; reconhece a sinergia e a natureza recíproca dos relacionamentos que levam a resultados de co-capacitação.	Foco no empoderamento centrado no relacionamento; reconhece a sinergia e a natureza recíproca das relações que conduzem a resultados de co-capacitação; e as relações multidirecionais necessárias para permitir que as pessoas deixem de se sentir impotentes e passem a ter influência em suas vidas. Suporte ao Ubuntu: A palavra 'empoderamento' foi amplamente rejeitada, o que enfatiza explicitamente que uma pessoa não pode capacitar outra ... Para

		expandir mais plenamente os aprendizados do Ubuntu e de outros corpos de pensamento indígenas, uma maneira de promover esse entendimento poderia ser falar de 'Empoderamento Mútuo' ou 'Combinado e Auto-Empoderamento'. A supressão das filosofias africanas, orientais e da maioria das indígenas resultou na presunção global que reconhece o "mérito individual", em vez de estruturas que usam uma perspectiva holística, como o Ubuntu. Quando uma assistente social praticante do Ubuntu é confrontada com um problema, ela não procura analisá-lo em componentes ou partes, mas sim perguntar em que contexto mais amplo o problema reside. A identidade individual e as contribuições não são negadas, mas são vistas como parte do todo. Um indivíduo bem-sucedido é definido como alguém comprometido em apoiar os outros com integridade.
Atualizado/Novo	**Justiça Social** Os assistentes sociais têm a responsabilidade de promover a justiça social, em relação à sociedade em geral e em relação às pessoas com quem trabalham.	**Promovendo a justiça social** Os assistentes sociais têm a responsabilidade de envolver as pessoas na conquista da justiça social, em relação à sociedade em geral e em relação às pessoas com quem trabalham. Isso significa:
Problema	Foco na justiça social como uma entidade independente	O foco ainda está na justiça social como uma entidade independente
Revisões	**Justiça Social e Econômica** Os assistentes sociais têm a responsabilidade de promover a justiça social e econômica , em relação à sociedade em geral e àqueles a quem servem especificamente.	**Promover a justiça social e económica** Os assistentes sociais têm a responsabilidade de envolver as pessoas na obtenção de justiça social e econômica, em relação à sociedade em geral e em relação às pessoas que atendem especificamente. Ao fazer isso, eles se alinham com os modelos indígenas de justiça restaurativa que ajudam a reparar a dignidade e a humanidade de todos os envolvidos.
Transformação suportada pelo Ubuntu **Mudar**	**Reconhece-se a coexistência e a complementaridade da interdependência da justiça social e econômica**	**A coexistência e a complementaridade da interdependência da justiça social e econômica são reconhecidas.** Suporte Ubuntu: O Ubuntu, conforme é promovido pelos assistentes sociais, considera a proteção social como uma plataforma participativa viva na qual a própria comunidade é a principal forma que fornece cuidados e promove o desenvolvimento. Com base em aprendizados tradicionais passados, a progressão do conhecimento inclui avaliação comunitária contínua das preocupações sociais atuais, análise de risco de futuras crises sociais e que todos os membros das comunidades são atores essenciais na prevenção de danos. A justiça social pode ser considerada à luz do Ubuntu. A ênfase no "nós" e na conciliação é fundamental no contexto tradicional africano, e não na noção ocidental que pode enfatizar "nós e eles", bem como a punição por transgressões. … Nenhum sistema é perfeito, mas a abordagem Ubuntu cria a oportunidade de reflexão em muitas situações na prática do serviço social. Podemos perguntar: a

		prisão de um infrator faz com que a pessoa que sofreu perda ou indignidade sinta que alcançou um senso de justiça social? Em nossa experiência, muitas vezes descobrimos que a resposta é não. Os modelos indígenas de justiça restaurativa, no entanto, permitiram que uma injustiça fosse traduzida na reparação da dignidade e da humanidade de todos os envolvidos.
	Isso significa:	Isso significa:
Atualizado/Novo	**Desafiando a discriminação negativa** Os assistentes sociais têm a responsabilidade de desafiar a discriminação negativa com base em características como habilidade, idade, cultura, gênero ou sexo, estado civil, status socioeconômico, opiniões políticas, cor da pele ou outras características físicas, orientação sexual ou crenças espirituais	**Desafiando a discriminação e a opressão institucional** Os assistentes sociais desafiam a discriminação, que inclui, entre outros, idade, capacidade, estado civil, classe, cultura, etnia, gênero, identidade de gênero, idioma, nacionalidade (ou falta dela), opiniões, outras características físicas, habilidades físicas ou mentais, crenças políticas, pobreza, raça, status de relacionamento, religião, sexo, orientação sexual, status socioeconômico, crenças espirituais ou estrutura familiar.
Problema	N/A	N/A
Revisões	**Desafiando a discriminação negativa** Os assistentes sociais têm a responsabilidade de desafiar a discriminação negativa com base nas características ou classificações da diversidade humana gênero, sexo, ou características como habilidade, idade, cultura, gênero, sexo, estado civil, status socioeconômico, opiniões políticas, cor da pele ou outras características físicas, orientação sexual ou crenças espirituais	**Desafiando a discriminação e a opressão institucional** Os assistentes sociais desafiam a discriminação com base nas características/classificações da diversidade humana ou subjugação, que inclui, entre outras, idade, capacidade, estado civil, classe, cultura, etnia, gênero, identidade de gênero, idioma, nacionalidade (ou falta dela), opiniões, outras características físicas, habilidades físicas ou mentais, crenças políticas, pobreza, raça, cor da pele, status de relacionamento, religião, sexo, orientação sexual, status socioeconômico, crenças espirituais ou estrutura familiar.
Adicionado em 2004 e 2018	Promover o bem-estar - Os assistentes sociais têm a responsabilidade de promover o direito de todos, sem discriminação, a um ambiente natural e social que apoie a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com atenção especial aos direitos das minorias e aos direitos dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimento, terras e recursos.	Promover o bem-estar - Os assistentes sociais têm a responsabilidade de promover o direito de todos, sem discriminação, a um ambiente natural e social que apoie a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com atenção especial aos direitos das minorias e aos direitos dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimento, terras e recursos.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudança	**Inclui a complementaridade de desafio e promoção**	**Inclui a complementaridade de desafio e promoção**
Atualizado/Novo	**Reconhecendo a diversidade** Os assistentes sociais devem reconhecer e respeitar a diversidade étnica e cultural das sociedades em que atuam, levando em	**Respeito à diversidade** Os assistentes sociais trabalham para fortalecer comunidades inclusivas que respeitem a diversidade étnica e cultural das sociedades, levando em

	consideração as diferenças individuais, familiares, grupais e comunitárias.	consideração as diferenças individuais, familiares, grupais e comunitárias.
Problema	**Concentre-se na força centrada na entidade de suas diferenças**	**O foco ainda está na força centrada na entidade de suas diferenças**
Revisões	Reconhecendo a diversidade Os assistentes sociais devem reconhecer e respeitar a diversidade étnica e cultural das sociedades em que atuam, levando em consideração os pontos fortes interconectivos das diferenças individuais, familiares, grupais e comunitárias	Respeito à diversidade Os assistentes sociais trabalham para fortalecer comunidades inclusivas que respeitem a diversidade étnica e cultural das sociedades, levando em consideração os pontos fortes interconectivos das diferenças individuais, familiares, grupais e comunitárias.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudar	**Inclui o valor da entidade e do relacionamento de reconhecer a diversidade**	**Inclui o valor da entidade e do relacionamento de reconhecer a diversidade.** Suporte ao Ubuntu 'Eu cresci com o Ubuntu, mas na minha educação em serviço social o foco estava nos modelos ocidentais de individualização, então minha prática do Ubuntu como assistente social foi secreta e não achei que interessasse à profissão.' Este é um comentário típico feito por assistentes sociais em toda a região africana.
Atualizado/Novo	**Distribuição equitativa de recursos** Os assistentes sociais devem garantir que os recursos à sua disposição sejam distribuídos de forma justa, de acordo com a necessidade.	**Acesso a recursos equitativos** Os assistentes sociais defendem e trabalham para o acesso e a distribuição equitativa de recursos e riqueza.
Problema	**Reconhece a prestação de serviços, mas não as responsabilidades de defesa**	**O problema foi removido com o reconhecimento da prestação de serviços e das responsabilidades de defesa**
Revisões	Distribuição equitativa de recursos Os assistentes sociais devem garantir que os recursos à sua disposição sejam distribuídos de forma justa, de acordo com a necessidade, e defender que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de maneira equitativa e sustentável.	Acesso a recursos equitativos Os assistentes sociais defendem e trabalham para o acesso e a distribuição equitativa de recursos e riqueza para uma vida sustentável e regenerativa para toda a humanidade e seus ambientes, sem danos ou desvantagens para ninguém.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudar	**Inclui responsabilidades de defesa**	**Ausente antes, agora inclui responsabilidades de defesa e regeneração**
Atualizado/Novo	**Desafiando políticas e práticas injustas** Os assistentes sociais têm o dever de chamar a atenção de seus empregadores, formuladores de políticas, políticos e do público em geral para situações em que as pessoas vivem na pobreza, onde os recursos são inadequados ou onde a	**Desafiando políticas e práticas injustas** Os assistentes sociais trabalham para chamar a atenção de seus empregadores, formuladores de políticas, políticos e do público situações em que as políticas e recursos são inadequados ou em que as políticas e práticas são opressivas, injustas ou

	distribuição de recursos, políticas e práticas são opressivas, injustas ou prejudiciais.	prejudiciais. Ao fazer isso, os assistentes sociais não devem ser penalizados. Os assistentes sociais devem estar cientes de situações que possam ameaçar sua própria segurança e devem fazer escolhas criteriosas em tais circunstâncias. Os assistentes sociais não são obrigados a agir quando isso os colocaria em risco.
Problema	**Reconhece responsabilidades centradas no indivíduo**	
Revisões	**Desafiando políticas e práticas injustas** Os assistentes sociais têm o dever de informar os seus empregadores, decisores políticos, políticos e o público em geral sobre situações específicas em que as pessoas vivem na pobreza, onde os recursos são inadequados ou onde a distribuição de recursos, políticas e práticas são opressivas, injustas ou prejudiciais, e ser defensores da igualdade e equidade de género, do acesso universal à educação, dos cuidados de saúde, e oportunidades económicas, e a erradicação da pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.	**Desafiando políticas e práticas injustas** Os assistentes sociais trabalham para informar e chamar a atenção de seus empregadores, formuladores de políticas, políticos e do público para situações em que políticas e recursos específicos são inadequados ou em que políticas e práticas são opressivas, injustas ou prejudiciais, e são defensores da igualdade e equidade de gênero, acesso universal à educação, saúde e oportunidades econômicas, e a erradicação da pobreza como um papel ético, imperativo social e ambiental. Ao fazer isso, os assistentes sociais não devem ser penalizados. Os assistentes sociais devem estar cientes de situações que possam ameaçar sua própria segurança e devem fazer escolhas criteriosas em tais circunstâncias. Os assistentes sociais não são obrigados a agir quando isso os colocaria em risco.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudar	**Inclui responsabilidades individuais e coletivas**	**Inclui responsabilidades individuais e coletivas**
Novo	**Trabalhar em solidariedade** Os assistentes sociais têm a obrigação de desafiar as condições sociais que contribuem para a exclusão social, estigmatização ou subjugação e trabalhar para uma sociedade inclusiva.	**Construindo solidariedade** Os assistentes sociais trabalham ativamente nas comunidades e com seus colegas, dentro e fora da profissão, para construir redes de solidariedade para trabalhar em prol de mudanças transformacionais e sociedades inclusivas e responsáveis.
Problema	Vinculado a suposições do centro da entidade de força do 'bloco de construção'	Ainda ligado à força do 'bloco de construção'
Revisões	**Trabalhando em redes** Os assistentes sociais têm a obrigação de desafiar as condições sociais e econômicas que contribuem para a exclusão social, estigmatização ou subjugação, e trabalhar para a inclusão participativa dentro de uma Rede das Nações Unidas de parcerias civis, empresariais e estatais.	**Co-criando a união em rede** Os assistentes sociais trabalham ativamente nas comunidades e com seus colegas, dentro e fora da profissão, para co-criar redes de força tensional para trabalhar em direção à mudança transformacional e à inclusão participativa dentro de uma Rede das Nações Unidas de sociedades civis, empresariais e de parceria estatal.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudar	**Vinculado ao conhecimento entidade-relacionamento da força da rede**	**Vinculado ao conhecimento entidade-relacionamento dos princípios da tensegridade da força tensional**

Adicionado	*Democracia, Não-Violência e Paz* Os assistentes sociais têm a responsabilidade de promover instituições democráticas, práticas não violentas e paz.	*Democracia, Não-Violência e Paz* Os assistentes sociais têm a responsabilidade de promover instituições democráticas, práticas não violentas e paz.
	Isso significa:	Isso significa:
	Apoio à sociedade civil Os assistentes sociais têm a obrigação de se envolver em ações da sociedade civil nos níveis local, regional e global e promover a participação de todos os indivíduos e organizações interessados na tomada de decisões.	**Apoio à sociedade civil** Os assistentes sociais têm a obrigação de se envolver em ações da sociedade civil nos níveis local, regional e global e promover a participação de todos os indivíduos e organizações interessados na tomada de decisões.
	Direitos à liberdade Os assistentes sociais têm a obrigação de apoiar a proteção dos direitos à liberdade de expressão, reunião pacífica, associação e dissidência.	**Direitos à liberdade** Os assistentes sociais têm a obrigação de apoiar a proteção dos direitos à liberdade de expressão, reunião pacífica, associação e dissidência.
	Compreensão mútua Os assistentes sociais têm a obrigação de promover a compreensão mútua, a rede diversificada e a cooperação pacífica entre todos os povos.	**Compreensão mútua** Os assistentes sociais têm a obrigação de promover a compreensão mútua, a rede diversificada e a cooperação pacífica entre todos os povos.
Transformação suportada pelo Ubuntu Mudança	Ligado à regeneração da totalidade indivisa e do indivíduo-coletivo como a principal preocupação de todas as sociedades.	Ligado à regeneração da totalidade indivisa e do indivíduo-coletivo como a principal preocupação de todas as sociedades.

Referências

Briggs, J, & Peat, D (1989). **Turbulent Mirror:** An Illustrated Guide to Chaos Theory and the Science of Wholeness. Harper and Row.

Bohm, D. (1983). **Wholeness and the Implicate Order**. Ark Paperbacks.

Cardoso, F. (2004). **Report of the Secretary-General's Panel of Eminent Persons on Civil Society and UN relations**. United Nations.

Choma (nee Horvath), S. (1996). **The Application of Chaos Theory to the Self-Help Process:** Kerala Horticultural Development Programme, A case study. Unpublished social work practicum paper. University of Calgary.

Earth Charter Commission. (2004). **The Earth Charter: Values and principles for a sustainable future. Paris: Earth Charter Commission**. Available: <http://www.earthcharter.org/>. Access: 28 dec 2024.

Fuller, R. B. in collaboration with E.J. Applewhite (1975). **Synergetics:** *Explorations in the Geometry of Thinking*. Collier Books.

Gudynas, E. (2013). **Buen vivir:** the social philosophy inspiring movements in South America. **The Guardian:** a leading scholar talks about the limits of capitalism, consuming less and developing a sense of the collective. Available: <https://www.theguardian.com/sustainable-business/blog/buen-vivir-philosophy-south-america-eduardo-gudynas>. Access: 28 dec 2024.

IFSW (2004). **Ethics in Social Work, Statement of Principles:** Final Proposal. Berne, Switzerland, IFSW.

International Federation of Social Workers (IFSW) & International Association of Schools of Social Work (IASSW) (2018). **Global Social Work Statement of Ethical Principles**. Available: <https://www.iassw-aiets.org/wp-content/uploads/2018/04/Global-Social-Work-Statement-of-Ethical-Principles-IASSW-27-April-2018-1.pdf > Access: 28 dec 2024.

International Federation of Social Workers (IFSW). (2021). **New Policy Paper: Social Work and the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs)**. Available: <*https://www.ifsw.org/new-policy-paper-social-work-and-the-united-nations-sustainable-development-goals-sdgs/?utm_source=News+signup&utm_campaign=dfdbea180c-RSS_EMAIL_NEWS&utm_medium=email&utm_term=0_f1659bc18d-dfdbea180c-81736521*>. Access: 28 dec 2024.

Mayaka, B. & Truell, R. (2021). **Ubuntu and its potential impact on the international social work profession.** *International Social Work*, 64(5), 649–662. Available: <https://doi.org/10.1177/00208728211022787>. Access: 28 dec 2024.

James, G-G. (1980). **Commentary on a Decade:** One Social Workers Opinion. *The Social Worker/LeTravailleur Social*, Spring/Printemps: 5-7.

Kellert, S. (1993). **In the Wake of Chaos:** Unpredictable Order in Dynamical Systems. The University of Chicago Press.

Kuhn, T. (1970). **The Structure of Scientific Revolutions** (2nd ed., enlarged). University of Chicago Press.

Lent, J. (2017). **The Patterning Instinct:** A Cultural History of Humanity's Search for Meaning. Prometheus Books.

Lent, J. (2021). **The Web of Meaning:** Integrating Science and Traditional Wisdom to Find Our Place in the Universe. New Society Publishers.

London School of Economics. (2004). ***Definition of Civil Society*.** London: London School of Economics. Available: <http://www.lse.ac.uk/collections/CCS/introduction.htm>. Access: 28 dec 2024.

McCormick, M. (2019). **Kant Metaphysics**, *Internet Encyclopaedia of Philosophy* (A Peer Reviewed Academic Resource)'. Available: <https://www.iep.utm.edu/kantmeta/>. Access: 29 March 2021.

Nwosimiri, O. (2017). **Do the Works of the Nationalist**: Ideological Philosophers Undermine Hume's and Kant's Ideas About Race? *SAGE Open* 7(1): 215824401770067.

Ramsay, R. and Choma, S. (2022). **Transformational Changes in Social Work Principles:** Becoming Genuine Partners in a World that Leaves No One Behind**.** Presentation to *Co-building a New Eco-social World: Leaving No One Behind*, Global Online Summit, co-facilitated by IFSW, June 29-July 2, 2022.

Ramsay, R. (2003). **Transforming the Working Definition of social work into the 21st century**. *Research on Social Work Practice,* 13(3): 324-338.

Ramsay, R. (1999). **Toward a common paradigmatic home:** Social work in the 21st century. Special Issue Social Work in the Next Millennium, Brij Mohan, editor. *Indian Journal of Social Work*. 60 (1): 69-86.

Ramsay, R. and Van Soest, D. (1990). **Global Commitment and Clinical Social Work:** A Time to Realign Social Work's Traditional Value and Practice Foundations with Societal Models of

Peace and Nonviolence. Pre-conference institute, *NASW Social Work '90*, Boston, Nov 14, 1990.

Staffen, M.R., Arshakyan, M. (2017) **About the Principle of Dignity:** Philosophical Foundations and Legal Aspects', *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos* 38(75): 43.

Wahl, D. C. (2016). **Designing Regenerative Cultures.** Triarchy Press. 287 pages

Available: <https://designforsustainability.medium.com/sustainability-is-not-enough-we-need-regenerative-cultures-4abb3c78e68b>. Access: 28 dec 2024.

UBUNTU AND NEEDED TRANSFORMATIONS IN THE EVOLUTION OF IFSW'S ETHICAL PRINCIPLES STATEMENTS

Richard Ramsay[49]
Sherry Choma[50]

Abstract:

This article explores the need for transformational changes in the ethical principles of the social work profession, particularly in light of the emerging influence of the African philosophy of Ubuntu. The authors argue that the current ethical principles of the International Federation of Social Workers (IFSW) and the International Association of Schools of Social Work (IASSW) are still largely grounded in the pre-20th century worldview of Western science, which prioritizes individualism and a divided view of reality. The authors propose that social work should embrace a more holistic, interconnected, and relationship-centered approach, as reflected in Ubuntu and other Indigenous philosophies. The article outlines specific areas where the ethical principles should be updated, including the recognition of human rights and responsibilities, the right to co-determination, the promotion of participatory empowerment, and the emphasis on social and economic justice. The authors also suggest that social work should align itself more closely with the Earth Charter and the United Nations' Sustainable Development Goals, while embracing a regenerative and restorative approach to development. The proposed changes aim to transform social work into a truly global profession that is better equipped to address the complex challenges of the 21st century.

Introduction

This article represents the collaborative work between a retired social work professor and a former student almost 30 years after their professor-student days. Our reunion as colleagues culminated in a dialogue-encouragement presentation to IFSW's co-facilitated Co-building a New Eco-social World: Leaving No One Behind, Global People's Summit (Ramsay and Choma, 2022). The need to consider transformational paradigm changes in social work was addressed in the 1999 Special Edition of the Indian Journal of Social Work (Ramsay, 1999). From a student perspective, the need for transformational change was recognized as early as 1996 during a Canadian social work student's practicum experience testing practical applications of chaos theory and indigenous farming collectives in Kerala, India (Choma, 1996). Transformational changes in social work, similar to those needed in other disciplines,

[49] E-mail: *ramsay1@telusplanet.net*

[50] E-mail: *sherry.choma@gmail.com*

are not without push back resistance. The need to transform Western science, especially pre-20th century, perspectives in social work are addressed through the views of Thomas Kuhn in Scientific Revolution (1970) and his warnings that as any dominant paradigm reaches its limits, its replacement (or needed shrinkage to make room for others to exist) will likely occur only through a "revolutionary" process. Although desired or hoped for, there would be no guarantee of a smooth and orderly evolutionary transition to a new one.

If needed transformational changes did not occur, our concern for social work at the end of the 20th century was the risk that the discipline could become what one of IFSW's past presidents, Gayle Gilchrist James, worried about as long ago as 1980 in asking "Do you want the profession to continue or do you want it to be known as an intriguing cultural oddity that arose early in the 20th Century, flourished, and died of causes unknown in the last decade of that same century?" (James, 1980). Our transformational change concerns are founded on her question and continue to this day.

In 2003, Ramsay wrote in *Research and Social Work Practice* about specific ontological worldview changes that called for social work dialogue on a global scale. He repeated the call for global-level dialogue at the reclaiming civil society focus of IFSW's 2004 Congress in Australia, noting the likely impact and need for further transformational changes to the newly updated *Ethical Principles Statement*. A similar call was made at IFSW's co-facilitated *Global People's Summit* in 2022 (Ramsay and Choma, 2022). Their presentation focused on ethical principles transformations that IFSW and IASSW had missed in approving their new *Global Social Work Statement of Ethical Principles* in 2018. We are now almost at the quarter century mark of the 21st century. The negative impacts of colonialism and pre-20th century Western science, and the rise of Indigenous worldviews are now in the forefront of social work becoming a global profession. However, the ontology-based dialogue that was called for as early as 2003 has yet to materialize on a global scale. The worldview and continued ethical principles transformational changes needed to manifest the reality of *Global Social Work* are still mostly resisted and/or rhetorical in expression.

The one difference is that others, especially IFSW, are now calling for significant transformational changes prompted by the recent overwhelming support for African's Ubuntu ancient wisdom and philosophy as a recognized foundation for advances in international social work. Yet, this prompting from social work's international organization is still just a beginning. The transformational change process is waiting to be actioned in a revolutionary way for social

workers to fully participate in the processes of reclaiming civil society, collaborating with and beyond the UN's Sustainable Development Goals (SDGs), and advancing the global leadership that IFSW had as a major partner in the 2022 *Global People's Summit*.

Since IFSW transformed from its 1976 global *Code of Ethics* to its new *Ethical Principles Statement* in 1994, it was updated in 2004, further updated and jointly approved by IFSW and IASSW as a new *Global Social Work Ethical Principles Statement* in 2018. These statements will be used to highlight proposed changes that need urgent dialogue, and further transformational change to strengthen the process of becoming a Global Social Work profession. The proposed, and dialogue-facilitated, changes are premised on 20th century and early 21st century breakthroughs in quantum science and the re-emergence of significant Indigenous ways of knowing (science) from diverse regions and ancient cultures around the world. These breakthroughs and re-emergences foster a deeper understanding of the limits inherent in the linear, precisely predictable and quantitative view of reality that has defined and legitimized the colonizing and exploitive dominant canopy of Western (pre-20th century) science for several centuries.

The 1999 article closed with warnings from a leading 20th century chaos theorist that continued support, explicitly or implicitly, for Western science's machine metaphor view of reality will preclude the kind of transformational changes needed to embrace the chaotic, robustness and diversity of complex systems (Kellert, 1993). Our economic, political and social systems will be allowed to continue believing "men are presumed to be more rational than women, therefore women may be subordinated" (p.157). Those in power and other positions of influence will continue to believe "humans are purposive while natural processes are presumably not, therefore nature may be subordinated" (p.157) allowing the subjugation and destruction of our natural environment to occur without regard for the deep ecological interconnectedness between all living organisms. And, as Kellert pointed out "the domination of nature shares much in common with an analysis of the domination of women and colonized peoples" (p. 157). From a history of social work perspective, the belief that social work is uniquely a relationship-centeredness discipline will continue to be largely rhetoric-based instead of practice-based. Instead of continuing emergence in the 21st century as a leading-edge profession, social work will begin to slip away as an increasingly irrelevant and outdated contributor toward non-discriminatory human well-being, peaceful co-existence among people and nations, and the pursuit of economic and social justice for all.

The Ethical Principles changes in 2004 were supported by the meaning of Civil Society in a global context and fundamental value changes that were outlined in the UN-initiated *Earth Charter*, including recommendations from the UN Panel on UN-Civil Society relations. They were primarily based on 20th century advances in scientific worldviews. Our call for urgent dialogue relating to both the 2004 and the 2018 statements is influenced by Wahl's 2017 call to go beyond SDGs toward regenerative development goals, IFSW's article on the potential impact of Ubuntu on social work perspectives (Mayaka and Truell, 2021) and the corollary impacts of several ancient ways of knowing and Indigenous sciences discussed in Lent's, *Patterning Instincts* (2017) and *Web of Meaning* (2021).

In 2004, one of the Civil society views was a "set of institutions, organizations and behavior situated between the state, the business world, and the family" (London School of Economics, 2004). The Ethical Principles transformations focused on this view and its many forms of organizational social participation, including social work organizations, as both members of and advocates for civil society participation in global well-being. The influence of the *Earth Charter* emerged out of the 1992 UN Rio Earth Summit and subsequent work by the Earth Charter Commission with representatives from the five regions of the world (Earth Charter Commission, 2000). It was founded on the goal of fostering a globally interconnected network of "respect for nature, universal human rights, economic and social justice, and a culture of peace". The Charter specifically recognized the role of Civil Society in an urgently needed process to find common ground in the midst of global diversity. It called for fundamental value changes that would ground humans to a universal responsibility to one another, the greater community of life, and to future generations. The full text of the Charter and related information is available at http://www.earthcharter.org/. In 2002, the UN Secretary General, Kofi Annan, convened a globally representative panel as part of a priority to reform UN-Civil Society relations. The panel report called for major paradigm (transformational) shifts in how the UN dialogues with Civil Society organizations and facilitates a network of dialogue between these organizations, the corporate world, local and central governments (Cardoso, 2004). For the UN to become more of "networked-UN", four transformational shifts were specified for it to become outward-looking (engage with multiple constituencies networks and put more emphasis on convening and facilitating often conflicting parties to tackle problems, and to put issues, not institutions, at the centre); recognize a plurality of constituencies (more than governments need to be in dialogue); connect the local with the global (foster two-way connections so local helps with global and global helps with local); strengthen democracy to include deeper accountability

of institutions to the global public. In this article, we include IFSW's policy paper on SDGs, its Ubuntu publication, and Daniel Wahl's call to go beyond sustainable development toward restorative and regenerative development.

Social Work and UN SDGs (Sustainable Development Goals) Context

The Global Civic Society spotlight report of 2019 demonstrated that, despite the great hopes for the UN SDGs' transformational power, five years after the adoption most countries are still off-track with the achievement of their set goals. IFSW's policy paper affirmed and continues to support the UN SDGs, recognizing their momentum and the opportunities they create to foster social, economic and ecological transformational change globally. The IFSW policy elaborated their support:

Sustainability - Social workers understand sustainability as patterns and policies that establish long-term solutions for the wellbeing of the entire ecosystem, including humans and Nature, for current and future generations. In its policy paper on *Globalization and the Environment*, IFSW calls *"[…] to develop environmental responsibility and care for the environment in social work practice and management today and for future generations, to work with other professionals … to develop advocacy skills and strategies to work towards a healthier environment and to ensure that environmental issues gain increased presence in social work education."*

Development - Profit for a minor amount of people on the shoulder of the majority of people, is a negative sign of economic-only driven development. IFSW supports development as a dynamic all-inclusive process of change, within a person, groups or society pursuing/seeking wellbeing for both people and planet. It asserts that social workers' actions are driven by principles of social justice, human rights and holistic and sustainable development to reach freedom and wellbeing. The words 'development' and 'transformation' are closely linked; while development is process-oriented, the aim of transformation is a complete change to an unprecedented situation/circumstance. Social work approaches primarily create goals in a participatory manner from the bottom-up (community and people-driven) including the knowledge and needs from people (leave no one behind).

Bottom-up and top down - Social workers understand that the combination of their bottom-up approach along with the UN SDGs more top-down approach represents the great potential to bridge the gaps between governmental regulatory efforts (i.e. policy papers, global

agendas) and practice (i.e. daily work with people and civil societies, operational implementation).

To sum up - IFSW's goals should be aligned with the UN SDGs because of their value for a global transformation to a just and fair world with the vision of 'leaving no one behind'. Social workers facilitate and foster partnerships within communities and between various partners, at local, national and international levels, to translate UN SDGs in various ways (social, economic and ecological) and designing together a new knowledge of sustainable solutions for the implementation action.

Beyond Social Work and the UN SDGs

Wahl makes the argument that sustainability is not enough: we need regenerative cultures. He claims the word "sustainability" is inadequate, as it does not tell us what we are actually trying to sustain. … the underlying pattern of health, resilience and adaptability that maintain this planet in a condition where life as a whole can flourish. … A regenerative human culture is healthy, resilient and adaptable; … The concept of resilience is closely related to health, as it describes the ability to recover basic vital functions and bounce back … When we aim for sustainability from a systemic perspective, we are trying to sustain the pattern that connects and strengthens the whole system. … Complexity science can teach us that as participants in a complex dynamic eco-psycho-social-spiritual system that is subject to certain biophysical limits, our goal has to be appropriate participation, not prediction and control … The best way to learn how to participate appropriately is to pay more attention to systemic relationships and interactions, to aim to support the resilience and health of the whole system, … Aiming to design for systemic health may not save us from unexpected side-effects and uncertainty, but it offers a trial-and-error path towards a regenerative culture. We urgently need a Hippocratic Oath for design, technology and planning: do no harm! … This way we can move more swiftly from the unsustainable 'business as usual' to restorative and regenerative innovations that will support the transition towards a regenerative culture. …

In addition to the called for transformational changes and arguments of Wahl and others, there is supportive evidence from contemporary and ancient ways of knowing. African Ubuntu, Quantum science, Indigenous science/ways of knowing, Indian Vedanta, Chinese Qi are emerging and converging to just-in-time awareness that the dominant canopy of Western (pre-20th) science needs to shrink in size to allow a collaborative and co-existence presence with other surfacing and resurfacing ways of knowing. It is these perspectives that call for global-

level dialogue and the need to further advance transformational changes in the 2018 *Global Social Work Ethical Principles Statement.* The call for a deeper ontological worldviews dialogue is outlined below:

Transformational Change Dialogue Needed to Go Beyond SDGs to Restorative and Regenerative Goals

Worldviews: Most of the transformational changes that are needed in the ontology of social work and its practices call the profession to shrink the canopy and, in most cases, let go of the dominant views contained in Western (pre-20th century) science that guided the early 20th century emergence of social work largely in Europe and North America. Western science, at the time, was dominated by a "divided whole" worldview that held that all things exist as separate entities, independent in space and time. From his work on wholeness, David Bohm, a well-respected but less well-known 20th century physicist, documented the pervasiveness of the divided whole view, which had emerged throughout the Western world over several centuries, to mean that the "the whole of reality is actually constituted of nothing but 'atomic building blocks', all working together more or less mechanically" (Bohm, 1983, p. 8). The legacy of this view prevailed throughout the 20th century and continues at least into the first quarter of this century despite new developments and advances in the sciences that greatly limit Western science's pre-20th century view of reality. Nonetheless, much of the world remains preoccupied with separateness, binary opposites/dualities and the need for exclusionary classifications of people (race, nationality, family, professions, and so on), which precludes members in these different groups from working together for the common good. IFSW's article on Ubuntu underscores this as "Ubuntu and other African, Eastern and Indigenous philosophies were either not recognised or negatively judged by Western societies and actively suppressed (Nwosimiri, 2017). Immanuel Kant, who was one of the leading and most influential philosophers of the Enlightenment period, concluded through his scientific and philosophical analysis that African people were incapable of developing philosophy because of their inferiority to White people (McCormick, 2019). Hume and Hegel held similar views (Nwosimiri, 2017). Such cultural-genocidal racist views are, therefore, now written into many of the baseline layers of Western thought which we as social workers are now obligated to challenge (IFSW, 2018; Staffen and Arhakyan, 2017). Ubuntu meaning *"I am because we are"* is an ancient and elegant African expression of Buckminster Fuller's co-existence or concave-convex presence of Self and Other. Can't have one without the other. For Self to be, there must be Awareness. For awareness to be, there must be Otherness. No Otherness, no Awareness, no Self (Fuller, 1975).

Building on his own work and that of others, Bohm's understanding of "undivided wholeness" reflects a worldview that all 'entities' are relational. This is a view that is much more suited to social work than a divided whole worldview. IFSW received supporting evidence from "more than 300 social work events promoting Ubuntu from across the world. The wide embrace of Ubuntu by global social work clearly reflects the profession's interest in enriching its own principles with the Indigenous values centred on interconnection and reciprocity."

The challenge ahead for social work is to make these worldview transformations in order to move it beyond its historical, often unwitting, ties to mechanist metaphors and the high social value placed on independence. Making this kind of transformation would help the profession reinforce its commitment to wholism, multidimensional perspectives, and a corresponding understanding of synergy: "the behaviors of whole systems are unpredicted by the behavior of their parts taken separately [and the behavior of parts working together to achieve something neither could achieve on their own]" (Fuller, 1975, p. 13). In this context, the concept of empowering others would be understood as a two-way benefit and better described as a co-empowering exchange.

Individual-collective value: Social work's value foundation that the individual is the primary concern of all societies is linked to the divided wholeness view. This implies that global social work is primarily individual-centred. The Ubuntu article reinforces this view in pointing out that "the suppression of African, Eastern and most Indigenous philosophies has resulted in the global presumption that recognises 'individual merit', rather than frameworks that use a holistic perspective …" Although interdependence, inherent in an undivided whole view, is understood, there is little advocacy for individual interdependence as an equally important concern of society that would ground social work to an interdependent-centred value that corresponds to the entity-relationship and corresponding tensegrity (compression-tension) structures of physical and anatomical whole systems. Transformation in this direction would allow 20th century discoveries of the deep and reciprocal interconnectedness between "individual freedom and collective need" (Briggs and Peat, 1989, p. 165) to inform a transformational change to the profession's value base. Individuality at its roots would be understood to be "a cooperative venture", allowing the individual-collective to become the primary concern of all societies. Not doing this kind of change or not recognizing the long-held Ubuntu values in social work's ethical principles will continue to deny open dialogue on the limits of the pre-20th century Western science that largely influenced the emerging profession of social work in the late 19th century. Bringing Ubuntu concepts into social work prominence

can “expand our understanding of the profession’s principles, focusing them on human relationships (relationship-centered), making them more wholistic, not just to the individual but also to what every individual needs: A community that cares for them.” So too can the holistic philosophy of the Vedanta, which was formulated in India nearly 3000 years ago. A great theme of the Vedanta was the “oneness of everything” (Jitatmandanda, 1993, p. 65) and the belief that separation was the root of all misery. In the spirit of this oneness, Jitatmandanda showed how the post-19th century science quantum paradigm is “pointing more and more to a holistic universe where matter, energy and consciousness are connected together in one inseparable background.” Ancient China too held that “existence was an all-pervasive energy force they called *qi* (pronounced “chee”)”, in which the “one word was used to refer to breath, a creature’s life force and the underlying energy animating the entire world” (Lent, 2017, p. 180). And, in South America the concept of *Sumac Kawsay* or *Buen Vivir*, its Spanish name, is rooted in the cosmovision (worldview) that describes a way of doing things that is community-centric, ecologically-balanced and culturally-sensitive (Gudynas, 2013). In English, Buen Vivir loosely translates "good living" or "well living", but not to the western notions of individual wellbeing or welfare. Buen Vivir is not about the individual, but the individual in the social context of their community.

Co-determination: The strongly held value of self-determination in social work flows from a divided whole view that all things/individuals exist independently in space and time. This supports the literal interpretation of an individual’s rights to make choices and decisions independent of the impact (positive or negative) that this right may have on others. However, the literal interpretation of this value is not supported in social work; there is usually a responsibility caveat that does not allow this right to infringe on the rights of others. This caveat opens the door for co-determination to become social work’s new strongly held value that flows out of an undivided whole worldview. This significant transformation is recognized in Ubuntu and IFSW’s position that a “global paradigm shift is required to recognise the synergy of people’s self-determining together … and reflection on Ubuntu concepts that terms such as ‘Co and ‘Self Determination’ that advance their potential replacement for ‘self-determination’”.

Person-in-Environment Network: Person-in-environment is widely understood within the profession as the descriptor for its domain/area of practice. Although the central focus of social work is identified as the interaction between person-environment situations, the entity-relationship structure required for this focus is not clearly linked to the individual-collective primacy of an undivided whole worldview. Just as the UN-Civil Society panel sees the

importance of paradigm shifts to a "networked-UN" and the authors' suggestions of a possible name change to United Nations Network (UNN), social work needs to consider the importance of a "networked-PIE" to reflect the deep complexity of the person-in-environment domain as a whole system structure and possible name change to Person-Environment Network (PEN).

IFSW's 2018 *Global Social Work Statement of Ethical Principles* needs further, global-level dialogue and updating for Ubuntu and social work perspectives to be fully compatible in concert with a deliberate canopy shrinking of Western science's pre-20th century worldviews and allowance for greater emergence of 20th century science influences in co-partnerships. The changes would help social work remove the dangers of Kellert's warnings prevailing for another entire century, enable the profession to advance beyond the dominant influence of the divided whole worldview, and make needed transformational value changes to its ethical principles. In doing so, social work would be more closely aligned with those in the *Earth Charter* and provide a stronger foundation for its local and global-minded practitioner members to take up leadership roles in a new UN-Civil Society network, and for its transformation to being a Global Social Work profession and or known as a design science-profession (Ramsay, 1990). The following ethical principles changes are proposed to bring Ubuntu and social work perspectives into 21st century alignment:

Ubuntu Supported Transformational Changes Applied to IFSW's Ethical Principles (2004, 2018)

The Global Social Work Ethical Principles Statement of is one example of a current policy that despite its recent advances continues to be grounded in a large part to Western science's pre-20th century worldview. Jointly approved by IFSW and IASSW it was to be used globally as the navigational system for all social work policy, teaching and practice. However, Ubuntu as a *Global Agenda* theme now advances the opportunity for the profession to urgently update the 2018 statement to clearly accommodate other global philosophies that extend our understanding of social work's ontological worldview and ethical principles.

Note: Underlined = revision changes to the 2004 updated or the 2018 jointly approved texts.

Blue = restated changes that could have been made in the 2004 update and proposed as needed changes in the 2018 statement.

Added = proposed additional changes in keeping with Earth Charter and the Earth Charter Commission

IFSW	IFSW Ethical Principles (2004)	IFSW/IASSW Ethical Principles (2018)
Updated/New	**Human Rights and Human Dignity** Social work is based on respect for the inherent worth and dignity of all people and the rights that follow from this. Social workers should uphold and defend each person's physical, psychological, emotional and spiritual integrity and well-being.	**Recognition of the Inherent Dignity of Humanity** Social workers recognize and respect the inherent dignity and worth of all human beings in attitude, word, and deed. We respect all persons, but we challenge beliefs and actions of those persons who devalue or stigmatize themselves or other persons. **Promoting Human Rights** Social workers embrace and promote the fundamental and inalienable rights of all human beings. Social work is based on respect for the inherent worth, dignity of all people and the individual and social /civil rights that follow from this. Social workers often work with people to find an appropriate balance between competing human rights.
Problem	Focus on divided whole individuality; missing the co-existence and complementarity of rights and responsibilities; does not reflect a fundamental change away from individual-centred values	Still focused on divided whole individuality; missing the co-existence and complementarity of rights and responsibilities; does not explicitly reflect a fundamental change away from individual-centred values in favor of Ubuntu and other Indigenous bodies of thought that recognises the responsibility of each human to act for the rights of all others. Ancient and traditional Chinese values had the same word for "to care for" and "to govern" and saw the rights and responsibilities of power [as so] inextricably linked that they were/are one and the same thing.
Revisions	Human Rights and Human Responsibilities Social work is based on respect for the inherent rights and responsibilities of all people one to the other, to the greater community of life and to future generations	Promoting Wholistic Rights and Human Responsibilities Social workers embrace and promote the fundamental and inalienable rights and responsibilities of all human beings. Social work is based on respect for the inherent worth, dignity of all people and the individual and social /civil rights that follow from this. Social workers often work with people to find an appropriate robust equilibrium between competing human rights and responsibilities of all people one to the other, to the greater community of life and to future generations.
Ubuntu supported transformation Change	Focus on undivided whole interdependence; incorporates the complementarity of rights and responsibilities; entity-relationship centred defense of human integrity and regeneration for the future;	Focus on undivided whole interdependence; incorporates the complementarity of rights and responsibilities; entity-relationship centred defense of human integrity and regeneration for the future; reflects fundamental change to include network-centred values and integration of Indigenous

	reflects fundamental change to include network-centred values	wisdoms and science of co-existing rights and responsibilities. Ubuntu support: Ubuntu as a philosophy is based on generic life values of justice, responsibility, equality, collectiveness, relatedness, reciprocity, love, respect, helpfulness, community, caring, dependability, sharing, trust, integrity, unselfishness and social change. It emphasises that people's identities are continuously developing in the context of their reciprocal relationships with others, and thereby, through supporting and nurturing others, one's own identity and life quality are enhanced. Human rights are often thought of as a tool in social work to emphasise each individual's right to a secure life. This concept is not necessarily problematic within Ubuntu but does not represent a full framework of understanding how rights are applied in the social context nor does a Western view of human rights emphasise the responsibilities of all community members to one another as a mechanism for realising each person's human rights.
	This means:	
Updated/ New	**Right to self-determination** Social workers should respect and promote people's rights to make their own choices and decisions, irrespective of their values and life choices, provided this does not threaten the rights and legitimate interests of others.	**Promoting the Right to Self-Determination** Social workers respect and promote people's rights to make their own choices and decisions, provided this does not threaten the rights and legitimate interests of others.
Problem	Primary focus on divided whole independence; secondary focus on interdependent responsibilities.	Primary focus is still on divided whole independence; secondary focus on interdependent responsibilities.
Revisions	**Right to co-determination** Social workers should respect and promote people's rights to make their own choices and decisions provided there is acknowledged affirmation that these rights increase their responsibilities to promote the common good and do no harm to the rights of others.	**Promoting the Right to Co-Determination** Social workers respect and promote people's rights to make their own choices and decisions, provided there is acknowledged affirmation that these rights increase their responsibilities to promote the common good and do no harm to the rights and legitimate interests of others.
Ubuntu supported transformation Change	Primary focus on undivided whole interdependence of rights and responsibilities; acknowledges the deep and reciprocal interconnectedness between "individual freedom and collective need."	Primary focus on undivided whole interdependence of rights and responsibilities; acknowledges the deep and reciprocal interconnectedness between "individual freedom and collective need." Ubuntu support: In a Western perspective, it may be interpreted as the individual's right to self-determination but in a context of indigeneity, it may be understood as the right of the nation to self-determine its future. Within the Agenda theme Ubuntu, a global paradigm shift is required to recognise the synergy of people self-determining together.
Updated/ New	**Right to participation**	**Promoting the Right to Participation**

	Social workers should promote the full involvement and participation of people using their services in ways that enable them to be empowered in all aspects of decisions and actions affecting their lives.	Social workers work toward building the self-esteem and capabilities of people, promoting their full involvement and participation in all aspects of decisions and actions that affect their lives.
Problem	Does not openly acknowledge the civil society and participatory democracy significance of this empowerment	Does not openly acknowledge the civil society and participatory democracy significance of this empowerment. Only acknowledges the self-esteem (performance) side of self-worth. Misses the co-existence of S-E with self-acceptance (S-A) in holistic self-worth (S-W)
Revisions	**Right to participation** Social workers should promote the full involvement and participation of people using their services and the services of others in ways that enable participatory empowerment in all aspects of decisions and actions affecting their living situation.	**Promoting the Right to Participation** Social workers work toward building the co-existent self-acceptance and self-esteem capabilities of people, promoting their full involvement and participation using their service and the services of others in ways that enable participatory empowerment in all aspects of decisions and actions affecting their lives.
Ubuntu supported transformation Change	Openly acknowledges the principle of participatory democracy by a profession that considers itself aligned with and part of local, regional, national and global civil societies.	Openly acknowledges the principle of participatory democracy and co-existence of self-acceptance and self-esteem by a profession that considers itself aligned with and part of local, regional, national and global civil societies. Ubuntu support: Rights, however, are not understood as the central focus as they are in some Western contexts. In Ubuntu practice, the emphasis is on one's responsibility to ensuring the wellbeing of others. For example, Ubuntu imparts to us that we see our neighbour's child as our own, and their success is our success too.
Updated/ New	**Treating each person as a whole** Social workers should be concerned with the whole person, within the family, community and societal and natural environments, and should seek to recognize all aspects of a person's life.	**Treating People as Whole Persons** Social workers recognize the biological, psychological, social, and spiritual dimensions of people's lives and understand and treat all people as whole persons. Such recognition is used to formulate wholistic assessments and interventions with the full participation of people, organizations, and communities with whom social workers engage.
Problem	Focus on entity-centred wholeness within environmental contexts; divided whole entities connected to other whole entities.	Focus on entity-centred wholeness, not on relationship-centred wholeness within environmental contexts; divided whole entities connected to other whole entities.
Revisions	**Treating each person in the context of wholeness** Social workers should be concerned with whole living systems – individuals in relationships with family, community, society and natural environments – and should seek to recognize all aspects of these interconnected systems.	**Treating People as Whole Persons in the context of whole living systems** Social workers recognize the biological, psychological, social, and spiritual interrelationship dimensions of people's lives and understand and treat all people as whole persons in whole living system environments. Such recognition is used to formulate wholistic assessments and interventions with the full participation of people, organizations, communities, their influencing validators, and

		natural environments with whom social workers engage.
Ubuntu supported transformation Change	Focus on relationship-centred wholeness of person and environment entities; undivided whole networks of person-in-environment entities and interconnections; visualized through minimum whole entity (4) -relationship (6) structures.	Focus on relationship-centred wholeness of person and environment entities; undivided whole networks of person-in-environment entities and interconnections; visualized through minimum whole entity (4) -relationship (6) structures. Ubuntu support: The concept of environmental justice is interwoven into Ubuntu practice as each person is regarded as being responsible for the reciprocal interrelationships they have with the environment around them. … In Ubuntu, the custom is that each person and community will leave a place in a better condition than they found it.
Updated/ New	Identifying and developing strengths Social workers should focus on the strengths of all individuals, groups and communities and thus promote their empowerment.	Not included in 2018 statement
Problem	Focus on entity-centred empowerment.	Empowerment focus is absent
Revisions/Additions	Identifying and developing regenerative strengths Social workers should focus on the interconnected strengths of individuals, groups and communities and thus promote their co-empowerment of renewable and supportive networks.	Identifying and developing 'Mutual Empowerment or Combined and Self-Empowerment. Social workers should focus on the interconnected strengths of individuals, groups and communities and thus promote their co-empowerment of renewable and supportive networks.
Ubuntu supported transformation Change	Focus on relationship-centred empowerment; acknowledges the synergy and reciprocal nature of relationships that lead to co-empowering outcomes.	Focus on relationship-centred empowerment; acknowledges the synergy and reciprocal nature of relationships that lead to co-empowering outcomes; and the multidirectional relationships which are required that enable people to move from feeling powerless to having influence in their lives. Ubuntu support: The word 'empowerment' has been broadly rejected, which explicitly emphasises that one person cannot empower another …To expand more fully the learnings from Ubuntu and other Indigenous bodies of thought, a way of advancing this understanding could be to talk of 'Mutual Empowerment' or 'Combined and Self-Empowerment'. The suppression of African, Eastern and most Indigenous philosophies has resulted in the global presumption that recognises 'individual merit', rather than frameworks that use a holistic perspective, such as Ubuntu. When an Ubuntu practising social worker is confronted with a problem, she does not seek to analyse it into components or parts, but rather she will ask in what larger context the problem resides. Individual identity and contributions are not denied but are seen as part of the whole. A successful

		individual is defined as someone that is committed to supporting others with integrity.
Updated/New	**Social Justice** Social workers have a responsibility to promote social justice, in relation to society generally, and in relation to the people with whom they work.	**Promoting Social Justice** Social workers have a responsibility to engage people in achieving social justice, in relation to society generally, and in relation to the people with whom they work. This means:
Problem	Focus on social justice as an independent entity	Focus is still on social justice as an independent entity
Revisions	**Social and Economic Justice** Social workers have a responsibility to promote social and economic justice, in relation to society generally and to those they serve specifically.	**Promoting Social and Economic Justice** Social workers have a responsibility to engage people in achieving social and economic justice, in relation to society generally, and in relation to the people they serve specifically. In doing so, they align with Indigenous models of restorative justice that help repair the dignity and humanity of all involved.
Ubuntu supported transformation Change	**Co-existence and complementarity of social and economic justice interdependence is recognized**	**Co-existence and complementarity of social and economic justice interdependence is recognized.** Ubuntu support: Ubuntu as it is advanced by social workers considers social protection as a living participatory platform in which the community itself is the primary form that provides care and advances development. Based on past traditional learnings, the progression of knowledge includes ongoing communal evaluation of current social concerns, risk analysis of future social crises and that all members of the communities are essential actors in the prevention of harm. Social justice can be considered in the light of Ubuntu. The stressing of 'we' and conciliation is fundamental in the traditional African context rather than the Western notion that can emphasise 'us and them' as well as punishment for wrongdoing. … No system is perfect, but the Ubuntu approach creates the opportunity for reflection in many situations in social work practice. We can ask, does the imprisonment of an offender cause the person who has suffered loss or indignity to feel that she or he has achieved a sense of social justice? In our experience, we often find the answer to be no. Indigenous models of restorative justice however have enabled an injustice to be translated into repairing the dignity and humanity of all involved.
	This means:	This means:
Updated/ New	**Challenging negative discrimination** Social workers have a responsibility to challenge negative discrimination on the basis of characteristics such as ability, age, culture, gender or sex, marital status, socio-economic status, political opinions, skin color or other physical characteristics, sexual orientation, or spiritual beliefs	**Challenging Discrimination and Institutional Oppression** Social workers challenge discrimination, which includes but is not limited to age, capacity, civil status, class, culture, ethnicity, gender, gender identity, language, nationality (or lack thereof), opinions, other physical characteristics, physical or mental abilities, political beliefs, poverty, race, relationship status, religion, sex, sexual orientation, socioeconomic status, spiritual beliefs, or family structure.
Problem	N/A	N/A

Revisions	**Challenging negative discrimination** Social workers have a responsibility to challenge negative discrimination on the basis of human diversity characteristics or classifications gender, sex, of characteristics such as ability, age, culture, gender, sex, marital status, socio-economic status, political opinions, skin color or other physical characteristics, sexual orientation, or spiritual beliefs	**Challenging Discrimination and Institutional Oppression** Social workers challenge discrimination on the basis of human diversity characteristics/ classifications or subjugation, which includes but is not limited to age, capacity, civil status, class, culture, ethnicity, gender, gender identity, language, nationality (or lack thereof), opinions, other physical characteristics, physical or mental abilities, political beliefs, poverty, race, skin color, relationship status, religion, sex, sexual orientation, socioeconomic status, spiritual beliefs, or family structure.
Added 2004 and 2018	Promoting well-being- Social workers have a responsibility to promote the right of all, without discrimination, to a natural and social environment supportive of human dignity, bodily health, and spiritual well-being, with special attention to the rights of minorities and the rights of indigenous peoples to their spirituality, knowledge, lands and resources.	Promoting well-being- Social workers have a responsibility to promote the right of all, without discrimination, to a natural and social environment supportive of human dignity, bodily health, and spiritual well-being, with special attention to the rights of minorities and the rights of indigenous peoples to their spirituality, knowledge, lands and resources.
Ubuntu supported transformation Change	**Includes the complementarity of challenge and promotion**	**Includes the complementarity of challenge and promotion**
Updated/New	**Recognizing diversity** Social workers should recognize and respect the ethnic and cultural diversity of societies in which they practice, taking account of individual, family, group and community differences.	**Respect for Diversity** Social workers work toward strengthening inclusive communities that respect the ethnic and cultural diversity of societies, taking account of individual, family, group, and community differences.
Problem	**Focus on entity-centered strength of their differences**	**Focus is still on entity-centered strength of their differences**
Revisions	Recognizing diversity Social workers should recognize and respect the ethnic and cultural diversity of societies in which they practice, taking into account the inter-connective strengths of individual, family, group and community differences	Respect for Diversity Social workers work toward strengthening inclusive communities that respect the ethnic and cultural diversity of societies, taking into account the inter-connective strengths of individual, family, group, and community differences.
Ubuntu supported transformation Change	**Includes entity and relationship value of recognizing diversity**	**Includes entity and relationship value of recognizing diversity.** Ubuntu support 'I grow-up with Ubuntu, but in my social work education the focus was on Western models of individualization, so my practice of Ubuntu as a social worker has been covert, and I thought not of interest to the profession.' This is a typical comment made by social workers across the African region.
Updated/New	**Distributing resources equitably** Social workers should ensure that resources at their disposal are	**Access to Equitable Resources**

	distributed fairly, according to need.	Social workers advocate and work toward access and the equitable distribution of resources and wealth.
Problem	**Acknowledges service delivery, but not advocacy responsibilities**	**Problem has been removed by acknowledging service delivery and advocacy responsibilities**
Revisions	Distributing resources equitably Social workers should ensure that resources at their disposal are distributed fairly, according to need, and advocate that economic activities and institutions at all levels should promote human development in an equitable and sustainable manner.	Access to Equitable Resources Social workers advocate and work toward access and the equitable distribution of resources and wealth toward sustainable and regenerative living for all humanity and their environments without harm or disadvantage to anyone.
Ubuntu supported transformation Change	**Includes advocacy responsibilities**	**Absent before, now includes advocacy and regenerative responsibilities**
Updated/New	**Challenging unjust policies and practices** Social workers have a duty to bring to the attention of their employers, policy makers, politicians and the general public situations where people are living in poverty, where resources are inadequate or where distribution of resources, policies and practices are oppressive, unfair or harmful.	**Challenging Unjust Policies and Practices** Social workers work to bring to the attention of their employers, policymakers, politicians, and the public situations in which policies and resources are inadequate or in which policies and practices are oppressive, unfair, or harmful. In doing so, social workers must not be penalized. Social workers must be aware of situations that might threaten their own safety and security, and they must make judicious choices in such circumstances. Social workers are not compelled to act when it would put themselves at risk.
Problem	**Acknowledges individual-centred responsibilities**	
Revisions	**Challenging unjust policies and practices** Social workers have a duty to inform their employers, policy makers, politicians and the general public of specific situations where people are living in poverty, where resources are inadequate or where distribution of resources, policies and practices are oppressive, unfair or harmful, and be advocates for gender equality and equity, universal access to education, health care, and economic opportunity, and the eradication of poverty as an ethical, social and environmental imperative.	**Challenging Unjust Policies and Practices** Social workers work to inform and bring to the attention of their employers, policymakers, politicians, and the public situations in which specific policies and resources are inadequate or in which policies and practices are oppressive, unfair, or harmful, and be advocates for gender equality and equity, universal access to education, health care, and economic opportunity, and the eradication of poverty as an ethical, social and environmental imperative. In doing so, social workers must not be penalized. Social workers must be aware of situations that might threaten their own safety and security, and they must make judicious choices in such circumstances. Social workers are not compelled to act when it would put themselves at risk.
Ubuntu supported transformation Change	**Includes individual and collective responsibilities**	**Includes individual and collective responsibilities**

New	**Working in solidarity** Social workers have an obligation to challenge social conditions that contribute to social exclusion, stigmatization or subjugation, and to work towards an inclusive society.	**Building Solidarity** Social workers actively work in communities and with their colleagues, within and outside of the profession, to build networks of solidarity to work toward transformational change and inclusive and responsible societies.
Problem	Tied to entity-center assumptions of 'building block' strength	Still tied to 'building block' strength
Revisions	**Working in networks** Social workers have an obligation to challenge social and economic conditions that contribute to social exclusion, stigmatization or subjugation, and to work towards participatory inclusivity within an United Nations Network of civil, business and state partnerships.	**Co-creating Networked Togetherness** Social workers actively work in communities and with their colleagues, within and outside of the profession, to co-create tensional strength networks to work toward transformational change and participatory inclusivity within an United Nations Network of civil, business and state partnership societies.
Ubuntu supported transformation Change	**Tied to entity-relationship knowledge of network strength**	**Tied to entity-relationship knowledge of tensegrity principles of tensional strength**
Added	*Democracy, Nonviolence, and Peace* Social workers have a responsibility to promote democratic institutions, nonviolent practices and peace.	*Democracy, Nonviolence, and Peace* Social workers have a responsibility to promote democratic institutions, nonviolent practices and peace.
	This means:	This means:
	Supporting civil society Social workers have an obligation to engage in civil society actions at local, regional and global levels, and to promote participation of all interested individuals and organizations in decision making.	**Supporting civil society** Social workers have an obligation to engage in civil society actions at local, regional and global levels, and to promote participation of all interested individuals and organizations in decision making.
	Rights to freedom Social workers have an obligation to support the protection of rights to freedom of expression, peaceful assembly, association, and dissent.	**Rights to freedom** Social workers have an obligation to support the protection of rights to freedom of expression, peaceful assembly, association, and dissent.
	Mutual understanding Social workers have an obligation to promote mutual understanding, diverse networking and peaceful cooperation among all peoples.	**Mutual understanding** Social workers have an obligation to promote mutual understanding, diverse networking and peaceful cooperation among all peoples.
Ubuntu supported transformation Change	Tied to the regeneration of undivided wholeness and the individual-collective as the primary concern of all societies.	Tied to the regeneration of undivided wholeness and the individual-collective as the primary concern of all societies.

References

Briggs, J, & Peat, D (1989). **Turbulent Mirror:** An Illustrated Guide to Chaos Theory and the Science of Wholeness. Harper and Row.

Bohm, D. (1983). **Wholeness and the Implicate Order**. Ark Paperbacks.

Cardoso, F. (2004). **Report of the Secretary-General's Panel of Eminent Persons on Civil Society and UN relations**. United Nations.

Choma (nee Horvath), S. (1996). **The Application of Chaos Theory to the Self-Help Process:** Kerala Horticultural Development Programme, A case study. Unpublished social work practicum paper. University of Calgary.

Earth Charter Commission. (2004). **The Earth Charter: Values and principles for a sustainable future. Paris: Earth Charter Commission**. Available: <http://www.earthcharter.org/>. Access: 28 dec 2024.

Fuller, R. B. in collaboration with E.J. Applewhite (1975). **Synergetics***: Explorations in the Geometry of Thinking*. Collier Books.

Gudynas, E. (2013). **Buen vivir:** the social philosophy inspiring movements in South America. **The Guardian:** a leading scholar talks about the limits of capitalism, consuming less and developing a sense of the collective. Available: <https://www.theguardian.com/sustainable-business/blog/buen-vivir-philosophy-south-america-eduardo-gudynas>. Access: 28 dec 2024.

IFSW (2004). **Ethics in Social Work, Statement of Principles:** Final Proposal. Berne, Switzerland, IFSW.

International Federation of Social Workers (IFSW) & International Association of Schools of Social Work (IASSW) (2018). **Global Social Work Statement of Ethical Principles**. Available: <https://www.iassw-aiets.org/wp-content/uploads/2018/04/Global-Social-Work-Statement-of-Ethical-Principles-IASSW-27-April-2018-1.pdf > Access: 28 dec 2024.

International Federation of Social Workers (IFSW). (2021). **New Policy Paper: Social Work and the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs)**. Available: <*https://www.ifsw.org/new-policy-paper-social-work-and-the-united-nations-sustainable-development-goals-sdgs/?utm_source=News+signup&utm_campaign=dfdbea180c-RSS_EMAIL_NEWS&utm_medium=email&utm_term=0_f1659bc18d-dfdbea180c-81736521*>. Access: 28 dec 2024.

Mayaka, B. & Truell, R. (2021). **Ubuntu and its potential impact on the international social work profession.** *International Social Work*, 64(5), 649–662. Available: <https://doi.org/10.1177/00208728211022787>. Access: 28 dec 2024.

James, G-G. (1980). **Commentary on a Decade:** One Social Workers Opinion. *The Social Worker/LeTravailleur Social*, Spring/Printemps: 5-7.

Kellert, S. (1993). **In the Wake of Chaos:** Unpredictable Order in Dynamical Systems. The University of Chicago Press.

Kuhn, T. (1970). **The Structure of Scientific Revolutions** (2nd ed., enlarged). University of Chicago Press.

Lent, J. (2017). **The Patterning Instinct:** A Cultural History of Humanity's Search for Meaning. Prometheus Books.

Lent, J. (2021). **The Web of Meaning:** Integrating Science and Traditional Wisdom to Find Our Place in the Universe. New Society Publishers.

London School of Economics. (2004). ***Definition of Civil Society*.** London: London School of Economics. Available: <http://www.lse.ac.uk/collections/CCS/introduction.htm>. Access: 28 dec 2024.

McCormick, M. (2019). **Kant Metaphysics**, *Internet Encyclopaedia of Philosophy* (A Peer Reviewed Academic Resource)'. Available: <https://www.iep.utm.edu/kantmeta/>. Access: 29 March 2021.

Nwosimiri, O. (2017). **Do the Works of the Nationalist**: Ideological Philosophers Undermine Hume's and Kant's Ideas About Race? *SAGE Open* 7(1): 215824401770067.

Ramsay, R. and Choma, S. (2022). **Transformational Changes in Social Work Principles:** Becoming Genuine Partners in a World that Leaves No One Behind**.** Presentation to *Co-building a New Eco-social World: Leaving No One Behind*, Global Online Summit, co-facilitated by IFSW, June 29-July 2, 2022.

Ramsay, R. (2003). **Transforming the Working Definition of social work into the 21st century**. *Research on Social Work Practice,* 13(3): 324-338.

Ramsay, R. (1999). **Toward a common paradigmatic home:** Social work in the 21st century. Special Issue Social Work in the Next Millennium, Brij Mohan, editor. *Indian Journal of Social Work*. 60 (1): 69-86.

Ramsay, R. and Van Soest, D. (1990). **Global Commitment and Clinical Social Work:** A Time to Realign Social Work's Traditional Value and Practice Foundations with Societal Models of Peace and Nonviolence. Pre-conference institute, *NASW Social Work '90*, Boston, Nov 14, 1990.

Staffen, M.R., Arshakyan, M. (2017) **About the Principle of Dignity:** Philosophical Foundations and Legal Aspects', *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos* 38(75): 43.

Wahl, D. C. (2016). **Designing Regenerative Cultures.** Triarchy Press. 287 pages

Available: <https://designforsustainability.medium.com/sustainability-is-not-enough-we-need-regenerative-cultures-4abb3c78e68b>. Access: 28 dec 2024.

EXTREMA DIREITA E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: Tendências na Produção Científica e Implicações Ético-Políticas

Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira[51]

Resumo

Este artigo analisa as principais tendências na produção científica sobre a extrema direita no Serviço Social no Brasil, considerando o impacto dessas ideologias na prática profissional e nas políticas sociais. Por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, realizada em bases como SciELO e Google Acadêmico, identificaram-se temas centrais como neofascismo, políticas ultraneoliberais e estratégias de resistência. Os resultados destacam um crescente interesse acadêmico pela análise crítica das dinâmicas conservadoras, especialmente após 2018, revelando lacunas na pesquisa, como a necessidade de estudos regionais e comparações internacionais. A análise evidencia como as políticas de extrema direita ameaçam conquistas sociais e reforçam desigualdades, demandando uma postura ética e crítica dos assistentes sociais. As conclusões apontam para a urgência de fortalecer estratégias de resistência e práticas emancipatórias, reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social diante de desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Extrema direita. Serviço Social. Neoliberalismo. Conservadorismo. Políticas sociais.

Abstract

This article analyzes the main trends in scientific production on the far right in Social Work in Brazil, considering the impact of these ideologies on professional practice and social policies. Through a systematic literature review conducted on platforms such as SciELO and Google Scholar, central themes were identified, including neofascism, ultraneoliberal policies, and resistance strategies. The results highlight a growing academic interest in critically analyzing conservative dynamics, especially after 2018, revealing research gaps such as the need for regional studies and international comparisons. The analysis shows how far-right policies threaten social achievements and deepen inequalities, demanding an ethical and critical stance from social workers. The conclusions underscore the urgency of strengthening resistance strategies and emancipatory practices, reaffirming Social Work's ethical-political commitment in the face of contemporary challenges.

Keywords: Far right. Social Work. Neoliberalism. Conservatism. Social policies.

[51] Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira. Assistente Social, Pós-doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutora em Serviço Social. Contato: marina.g.gondim@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-7347-7084.

1. Introdução

Este artigo explora as principais tendências na produção científica sobre a extrema-direita no campo do Serviço Social no Brasil nos últimos dez anos. Com o avanço das ideologias ultraneoliberais e conservadoras no cenário político brasileiro, especialmente a partir de 2016, torna-se imperativo compreender como essas ideologias têm influenciado a prática profissional e as políticas sociais que sustentam o Serviço Social.

A relevância deste estudo reside na necessidade de entender as novas configurações políticas e sociais que emergem nesse contexto, permitindo que os profissionais de Serviço Social ajustem suas práticas e fortaleçam seu compromisso ético-político em defesa dos direitos humanos e sociais. A literatura recente destaca que a ascensão da extrema-direita no Brasil não apenas promoveu uma agenda de desmantelamento dos direitos sociais, mas também reforçou uma moralização conservadora que impacta diretamente a atuação dos profissionais de Serviço Social.

Michael Löwy observa que, enquanto na Europa há uma continuidade política e ideológica entre os movimentos neofascistas contemporâneos e o fascismo clássico dos anos 1930, essa ligação não se manifesta da mesma forma no Brasil. O integralismo, que representou o fascismo brasileiro nos anos 1930, teve uma influência significativa, especialmente durante o Estado Novo. No entanto, a atual extrema-direita brasileira tem pouca conexão com essa matriz histórica. Em vez disso, ela se reinventa, não se baseando nas raízes fascistas do passado, mas focando em agendas contemporâneas que combinam conservadorismo moral, apelo militarista e neoliberalismo econômico. Essa diferenciação é crucial para compreender como a extrema-direita no Brasil, embora influenciada por ideologias globais, se manifesta de maneira distinta no cenário nacional, desvinculada dos modelos históricos europeus.

Essa especificidade brasileira exige uma análise aprofundada para compreender as dinâmicas locais que influenciam a prática do Serviço Social em um contexto de crescente influência da extrema-direita. O campo do Serviço Social, historicamente comprometido com a defesa dos direitos humanos e sociais, encontra-se agora confrontado com desafios que emergem dessa nova configuração política, onde antigas estratégias de resistência precisam ser reavaliadas e adaptadas. Compreender essas nuances é fundamental não apenas para a prática profissional, mas também para o desenvolvimento de políticas públicas que enfrentem os impactos negativos dessas ideologias sobre a sociedade brasileira e sobre o próprio Serviço Social, constantemente pressionado a se adequar a essas novas realidades, sem perder de vista seu compromisso ético-político na luta contínua pela emancipação humana.

Este estudo se insere em um contexto mais amplo de debates sobre a resposta do Serviço Social às pressões políticas que buscam desmantelar direitos sociais historicamente conquistados. A abordagem crítica predominante nas publicações acadêmicas revela como as políticas de extrema-direita, alinhadas com o ultraneoliberalismo, têm conduzido à erosão do Estado de bem-estar social e ao enfraquecimento das redes de proteção social. Além disso, autores como E. R. Behring e J. M. A. Souza têm contribuído significativamente para a compreensão crítica dessas dinâmicas, evidenciando o impacto dessas ideologias sobre as práticas profissionais.

O objetivo geral deste estudo é investigar as tendências na produção acadêmica sobre a extrema-direita no Serviço Social, examinando suas implicações para a prática profissional e para a formação acadêmica na área. Os objetivos específicos incluem: (1) identificar os principais temas abordados na literatura acadêmica sobre a relação entre extrema-direita e Serviço Social; (2) mapear os autores que mais têm contribuído para o debate; (3) analisar como as publicações acadêmicas abordam o debate sobre a extrema-direita, as políticas ultraneoliberais e de austeridade em relação ao Serviço Social; e (4) apontar lacunas na pesquisa que possam ser exploradas em estudos futuros.

A metodologia adotada para alcançar esses objetivos baseou-se em uma revisão bibliográfica sistemática, utilizando plataformas como SciELO e Google Acadêmico para coletar e analisar artigos sobre o tema. Esta abordagem visa fornecer uma base sólida para uma análise crítica e aprofundada das discussões acadêmicas em torno da influência da extrema-direita no Serviço Social, contribuindo para a formulação de estratégias de resistência e fortalecimento do compromisso ético-político dos profissionais da área.

2. Fundamentação Teórica

2.1 A Perspectiva Crítica Marxista

A fundamentação deste estudo baseia-se na perspectiva crítica marxista, que fornece um arcabouço teórico robusto para analisar as relações de poder, a luta de classes e as contradições sociais que emergem no contexto do capitalismo. Karl Marx e Friedrich Engels identificaram que as crises econômicas e sociais não apenas expõem as falhas estruturais do capitalismo, mas também provocam uma reconfiguração das forças políticas que buscam manter a hegemonia das classes dominantes. Essa perspectiva é particularmente relevante para entender como o conservadorismo e a extrema direita se alinham para perpetuar a exploração e a opressão em períodos de crise, como observado no Brasil.

No cenário brasileiro, Barroco (2015) destaca que o avanço do conservadorismo, especialmente em contextos de crise social, facilita a disseminação do irracionalismo e a naturalização das contradições sociais. Essas estratégias são utilizadas para desviar a atenção das causas estruturais das crises, perpetuando a dominação capitalista e impedindo a formação de uma consciência crítica entre as classes trabalhadoras. O conservadorismo, em sua aliança com o neoliberalismo, intensifica a exploração ao mesmo tempo em que promove uma agenda moralista, justificando a repressão de qualquer forma de resistência.

A adaptação do conservadorismo às novas realidades econômicas e sociais, conforme aponta Barroco (2015), não significa uma ruptura com suas raízes moralistas, mas sim uma reatualização que permite sua sobrevivência e relevância no contexto contemporâneo. Essa reatualização é evidenciada nas políticas que combinam austeridade econômica com controle social, atacando diretamente as conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores. A perspectiva crítica marxista permite, assim, uma análise aprofundada dessas dinâmicas, revelando como as forças conservadoras se reorganizam para manter o status quo em face das transformações sociais.

2.2 Conservadorismo e Extrema Direita: Interseções e Diferenças

Embora o conservadorismo e a extrema direita frequentemente se entrelacem, é crucial distinguir suas características e estratégias no contexto brasileiro. O conservadorismo busca preservar a ordem social existente, muitas vezes através da moralização das questões sociais e da repressão de comportamentos considerados desviantes. Por outro lado, a extrema direita adota uma postura mais agressiva, utilizando a violência e a repressão para manter essa ordem e os valores tradicionais que a sustentam.

Barroco (2015) explica que, ao longo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou ao incorporar princípios neoliberais, mantendo seu núcleo moralista enquanto se adaptava às novas exigências do capitalismo globalizado. Essa adaptação permitiu que o conservadorismo contemporâneo se alinhasse ao neoliberalismo, formando uma frente comum contra as forças progressistas e os movimentos sociais. Isso é particularmente evidente no Brasil, onde o conservadorismo, sob a influência do neoliberalismo, contribuiu para a erosão dos direitos sociais e a precarização das condições de trabalho.

A ascensão da "nova direita" no Brasil, conforme descrito por Cepêda (2018), marca um movimento que combina a defesa de valores conservadores com a promoção de políticas neoliberais. Esse movimento é caracterizado por uma retórica contra-hegemônica que busca redefinir o senso comum em torno de valores conservadores e neoliberais. A nova direita

brasileira coabita com uma diversidade de "famílias" políticas, desde o conservadorismo liberal até segmentos neofascistas mais radicalizados, criando uma aliança complexa que reforça tanto a repressão social quanto a exploração econômica.

No contexto do governo de Jair Bolsonaro, essa aliança resultou na intensificação de políticas que combinam autoritarismo, neoliberalismo e necropolítica. Castilho e Lemos (2021) argumentam que a necropolítica se manifesta através de políticas que determinam quem tem o direito de viver e quem é deixado para morrer, evidenciando uma estratégia deliberada de controle populacional que marginaliza ainda mais as populações vulneráveis, como negros e pobres. Essa lógica foi brutalmente evidenciada durante a pandemia de COVID-19, quando a negligência deliberada e a minimização dos riscos contribuíram para a morte de milhares de pessoas, especialmente nas periferias urbanas.

2.3 A Influência da Extrema Direita no Serviço Social: Desafios e Contradições

A influência da extrema direita no Serviço Social brasileiro impõe desafios significativos à prática profissional e à formação dos profissionais da área. Historicamente comprometido com a defesa dos direitos humanos e sociais, o Serviço Social encontra-se agora em um ambiente cada vez mais hostil, onde políticas ultraneoliberais e conservadoras buscam desmantelar as conquistas sociais e limitar o escopo de atuação dos/as assistentes sociais.

Barroco (2015) destaca que essas políticas, promovidas por governos de extrema direita, não apenas precarizam as condições de trabalho dos/as assistentes sociais, mas também minam o compromisso ético-político que orienta a profissão. A promoção de uma cultura de individualismo e meritocracia, características do neoliberalismo, contradiz os princípios coletivistas e solidários que fundamentam a prática do Serviço Social. Souza (2016) observa que o conservadorismo, ao buscar manter a ordem estabelecida, reprime qualquer iniciativa que possa levar a transformações sociais profundas, reforçando as estruturas de poder e a exclusão social.

Esse cenário é agravado pela ascensão da necropolítica, que se manifesta de forma brutal na gestão de políticas públicas sob o governo Bolsonaro. Castilho e Lemos (2021) argumentam que a necropolítica não apenas decide quem deve viver e quem deve morrer, mas também estabelece um regime de controle que marginaliza ainda mais as populações já vulneráveis. No Serviço Social, isso se traduz em um aumento da demanda por serviços em um contexto de redução de recursos, colocando os/as profissionais em uma posição de constante tensão entre suas responsabilidades éticas e as limitações impostas pelo contexto político e econômico.

3. Procedimentos Metodológicos

Este estudo investiga as tendências na produção científica sobre a extrema direita no Serviço Social no Brasil nos últimos dez anos, com foco em como essas tendências influenciam a prática profissional e a formulação de políticas sociais. A pesquisa, de caráter qualitativo, permite uma análise detalhada e contextualizada dos dados, valorizando as interpretações dos profissionais e pesquisadores do campo. Como Minayo (2010) observa, uma boa análise qualitativa deve começar com a compreensão dos fundamentos filosóficos e epistemológicos que orientam a investigação.

Caracterizado como exploratório e descritivo, o estudo mapeou um campo relativamente novo e detalhou as características das produções científicas analisadas ao longo do tempo. A investigação utilizou predominantemente a pesquisa bibliográfica, realizada por meio de um levantamento sistemático de literatura no Google Acadêmico e na base de dados SciELO, utilizando palavras-chave como "Extrema direita", "Serviço Social", "Neoliberalismo", "Conservadorismo" e "Resistência". A análise crítica de autores influentes como E. R. Behring, M. Löwy e J. M. A. Souza permitiu identificar tanto as tendências na produção científica quanto os principais autores e instituições que influenciam o debate.

O universo da pesquisa abrangeu a produção científica publicada nos últimos dez anos, captando as transformações mais recentes e as tendências emergentes, especialmente no contexto político brasileiro. O recorte amostral, intencional e não probabilístico, incluiu artigos, livros e teses que abordassem diretamente a relação entre extrema direita e Serviço Social, selecionados pela relevância das fontes para os objetivos da pesquisa.

Os dados foram coletados por meio de uma revisão bibliográfica estruturada, focada na identificação de tendências, lacunas e áreas de convergência teórica. A análise dos resultados foi orientada pelos pressupostos teóricos da perspectiva crítica marxista, identificando contradições e conflitos nas tendências da produção científica sobre extrema direita e Serviço Social. A análise de conteúdo permitiu uma compreensão profunda das implicações teóricas e práticas das tendências estudadas e auxiliou na identificação de estratégias de resistência no Serviço Social.

4. Análise dos Resultados

A pesquisa sobre as tendências na produção científica a respeito da extrema-direita no campo do Serviço Social no Brasil revela um crescente interesse acadêmico alinhado com uma preocupação profunda sobre os impactos dessas ideologias nas políticas sociais e na prática profissional. Ao analisar a produção científica dos últimos dez anos, identificam-se tendências

emergentes, lacunas significativas e implicações para o Serviço Social e para o desenvolvimento de políticas sociais no Brasil. Neste contexto, é essencial relacionar esses achados com os pressupostos teóricos da perspectiva crítica marxista e discutir as estratégias de resistência observadas.

4.1 Tendências Emergentes na Produção Científica

Uma tendência notável é o aumento significativo do interesse acadêmico pela análise crítica da extrema-direita, especialmente após 2018, com a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. Esse aumento reflete a resposta da academia às transformações políticas e sociais que impactam o Brasil, com uma proliferação de estudos focados na análise das políticas públicas e seus efeitos no Serviço Social. Termos como "social", "serviço", "política" e "Brasil" destacam-se nos títulos dos artigos, indicando um foco concentrado nos impactos dessas políticas na prática profissional.

Além disso, os termos "extrema" e "direita" aparecem frequentemente nos resumos, confirmando a centralidade dessas ideologias na produção científica, particularmente em relação às políticas de proteção social e direitos humanos. Conservadorismo, neoliberalismo e estratégias de resistência também emergem como temas recorrentes, evidenciando a preocupação da categoria com as implicações dessas ideologias para o Serviço Social.

Outro aspecto que emerge das tendências na produção científica é o crescente foco na análise das articulações entre o neofascismo e o ultraneoliberalismo no Brasil, especialmente no contexto pós-2018. Pesquisas como a de Silva e Sant'Ana (2020) destacam como esses fenômenos, embora distintos, se complementam e se reforçam mutuamente, contribuindo para a corrosão dos direitos sociais e para a intensificação das desigualdades. Esses estudos evidenciam que a extrema-direita brasileira atual, ao adotar práticas neoliberais, não apenas reestrutura as políticas sociais, mas também promove uma agenda autoritária que ameaça os princípios democráticos e os direitos humanos fundamentais.

Além disso, a produção acadêmica tem se debruçado sobre a análise crítica do conservadorismo no Serviço Social, que se manifesta de diversas maneiras, desde a reafirmação de valores tradicionais até a imposição de práticas burocráticas que desumanizam a profissão. Costa e Portes (2022) apontam que o pensamento conservador, reeditado no contexto contemporâneo, contribui para a reprodução de práticas tecnicistas e operacionais, desvinculadas de uma análise crítica das demandas sociais. Esse fenômeno reflete a influência das ideologias neoliberais que exigem do assistente social funções de controle e ajuste social, muitas vezes em detrimento de um compromisso ético-político com a transformação social.

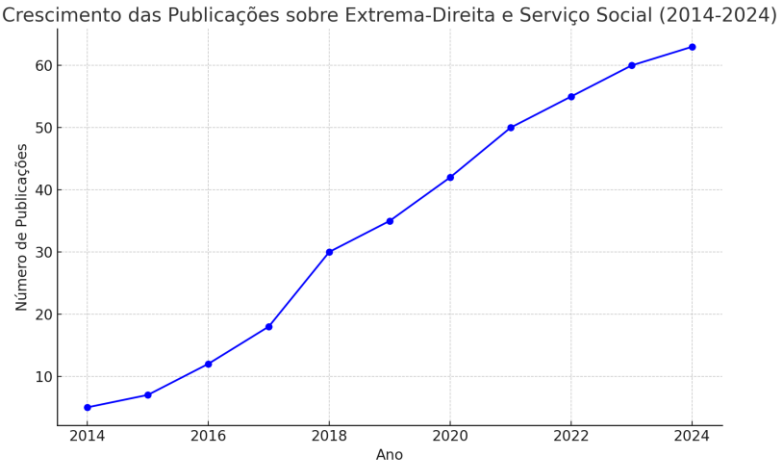
Por fim, é importante destacar que a resistência a essas tendências conservadoras e neoliberais também está presente na produção científica, que busca reafirmar a importância de um Serviço Social crítico e comprometido com a emancipação humana. Barroco (2015) enfatiza a necessidade de um enfrentamento teórico e prático do ideário conservador, que moraliza as expressões da questão social e obscurece suas determinações socioeconômicas. A produção acadêmica, nesse sentido, não apenas diagnostica as ameaças, mas também propõe caminhos de resistência e renovação do compromisso ético-político da profissão.

4.2 Autores de Maior Relevância

Entre os autores mais citados e influentes na literatura sobre extrema-direita e Serviço Social no Brasil, destacam-se figuras como E. R. Behring, M. Löwy e J. M. A. Souza. Esses pesquisadores têm contribuído significativamente para a compreensão crítica das relações entre neoliberalismo, conservadorismo e os impactos sobre as políticas sociais. Behring (2020), por exemplo, analisa como as políticas neoliberais se articulam com a ascensão da extrema-direita para desmantelar os direitos sociais, ressaltando a importância de uma postura crítica e resistente por parte dos profissionais de Serviço Social. Löwy (2019), por sua vez, oferece uma perspectiva internacional sobre as forças conservadoras e suas implicações globais, destacando a necessidade de uma solidariedade transnacional na luta contra essas tendências.

Essas tendências evidenciam que o Serviço Social no Brasil está profundamente interligado com o contexto político e que a academia tem se mobilizado para fornecer análises críticas que auxiliem na compreensão e enfrentamento dessas transformações. A proliferação de estudos desde 2018 demonstra que, diante de ameaças aos direitos sociais, a produção acadêmica intensifica seu papel de resistência e crítica social, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a atuação dos profissionais da área.

Gráfico 1: Crescimento das Publicações sobre Extrema-Direita e Serviço Social (2014-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos artigos revisados na pesquisa sobre a produção científica a respeito da extrema-direita no Serviço Social no Brasil (2014-2024).

O gráfico mostra um aumento constante nas publicações a partir de 2018, refletindo o interesse crescente em compreender o impacto das políticas de extrema-direita sobre o Serviço Social. A curva ascendente no gráfico destaca um ponto de inflexão em 2018, que coincide com a intensificação das políticas conservadoras no Brasil, reforçando a relevância e urgência desse campo de estudo.

4.3 Lacunas na Pesquisa

Apesar do aumento na produção científica, a pesquisa identifica lacunas significativas. Primeiramente, há uma falta de estudos regionais que examinem o impacto da extrema-direita em diferentes partes do Brasil. A diversidade regional implica em diferentes formas de resistência e manifestações dessas ideologias, cuja análise é crucial para uma compreensão mais completa do fenômeno. Estudos regionais específicos permitiriam uma análise mais detalhada das particularidades locais, possibilitando uma resposta mais eficaz e contextualizada às ameaças ultraconservadoras.

Outra lacuna importante é a limitada exploração das estratégias de resistência. Embora se discutam amplamente os impactos negativos das ideologias de extrema-direita, poucos estudos abordam como os profissionais de Serviço Social estão reagindo a essas pressões. Essa ausência limita a identificação de soluções práticas e estratégias de mobilização que possam ser adotadas. Explorar mais profundamente essas estratégias é essencial para fornecer aos profissionais ferramentas concretas para resistir às políticas de desmonte.

Além disso, há uma carência de comparações internacionais que poderiam enriquecer a análise. A ausência de estudos comparativos entre o Brasil e outros países impede uma visão mais ampla das dinâmicas globais de extrema-direita e suas implicações para o Serviço Social. Tais comparações poderiam oferecer contribuições sobre as estratégias de resistência utilizadas em diferentes contextos, ajudando a adaptar essas estratégias às realidades brasileiras.

Tabela 1: Lacunas Identificadas na Pesquisa sobre Extrema-Direita e Serviço Social

Lacuna	Descrição
Estudos Regionais	Falta de análise sobre o impacto da extrema-direita em diferentes regiões do Brasil.
Estratégias de Resistência	Pouca exploração de como os profissionais de Serviço Social estão respondendo às pressões políticas e sociais.
Comparações Internacionais	Ausência de estudos comparativos com outros países que poderiam enriquecer a análise das dinâmicas globais.

Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos artigos revisados na pesquisa sobre a produção científica a respeito da extrema-direita no Serviço Social no Brasil (2014-2024).

A análise das lacunas destaca a necessidade de um enfoque mais diversificado e profundo, que considere as especificidades regionais e a comparação internacional. Isso permitiria uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados pelo Serviço Social no Brasil, especialmente no contexto da ascensão da extrema-direita.

4.4 Implicações para a Prática Profissional e o Desenvolvimento de Políticas Sociais

As descobertas revelam importantes implicações para a prática profissional e o desenvolvimento de políticas sociais no Brasil. A ascensão da extrema-direita e a implementação de políticas ultraneoliberais têm precarizado as condições de trabalho dos/as assistentes sociais, conforme discutido por Soares et al. (2021) e Giovanella et al. (2021). A terceirização de serviços e a desarticulação de políticas de saúde resultam em uma menor capacidade dos profissionais de fornecer serviços de qualidade e defender os direitos dos usuários.

Essas políticas têm aprofundado as desigualdades sociais, exacerbadas durante a pandemia, em que o governo Bolsonaro adotou uma postura negacionista, contribuindo para a morte de milhares de brasileiros, particularmente os mais vulneráveis, conforme relatado por Fontes (2019) e Castilho & Lemos (2021). A necropolítica do governo, que decide quem vive e quem morre, tem acentuado a exclusão social, criando desafios substanciais para os/as assistentes sociais. A redução de recursos para políticas sociais fragiliza ainda mais as condições de vida da população, exigindo dos profissionais uma postura de resistência ativa.

No ambiente de trabalho, essas políticas criam desafios que vão além das condições materiais: impõem dilemas éticos e morais aos assistentes sociais, que se veem obrigados a defender os direitos dos usuários em um cenário adverso. Isso reforça a necessidade de uma prática profissional ancorada em princípios ético-políticos, que guie a atuação dos profissionais na resistência contra as políticas de desmonte. A precarização, conforme apontado por Soares et al. (2021), não apenas deteriora as condições materiais de trabalho, mas também compromete a capacidade dos/as assistentes sociais de realizar intervenções que avancem na luta por justiça social e pela superação das desigualdades de classe.

As tendências conservadoras, conforme discutido por Costa e Portes (2022), têm pressionado os/as assistentes sociais a atuarem de forma mais burocrática e tecnicista, restringindo a capacidade de promover intervenções críticas. A desarticulação das políticas sociais e a prevalência da lógica neoliberal intensificam os desafios éticos e políticos na profissão, exigindo uma postura de resistência fundamentada na defesa dos direitos sociais e na luta contra a precarização da vida da população.

4.5 Estratégias de Resistência Identificadas

As estratégias de resistência incluem a mobilização coletiva, a articulação com movimentos sociais e o uso de plataformas digitais para denunciar violações de direitos. A articulação com o CFESS/Cress tem sido crucial para assegurar que as demandas dos/as assistentes sociais sejam respeitadas, especialmente em um contexto de precarização e desmonte das políticas públicas. A unidade em torno dessas entidades tem permitido que os/as profissionais mantenham a organização necessária para resistir às tentativas de desmonte dos direitos sociais.

A defesa intransigente do SUS e a luta contra a privatização da saúde são vistas como centrais na resistência, especialmente em um contexto em que o governo buscou desmantelar essas conquistas. A resistência também se manifesta nas redes sociais, mobilizando a opinião pública e organizando campanhas de defesa dos direitos sociais, conforme evidenciado por Giovanella et al. (2021).

Tabela 2: Estratégias de Resistência Identificadas no Serviço Social

Estratégia	Descrição
Mobilização Coletiva	Articulação de assistentes sociais para defender direitos e resistir a pressões ultraneoliberais.
Articulação com Movimentos Sociais	Colaboração com movimentos sociais para fortalecer a luta por direitos sociais e justiça social.
Defesa do SUS	Luta contra a privatização e pela manutenção de um sistema de saúde universal e público.
Utilização de Plataformas Digitais	Uso de redes sociais e outras plataformas para denunciar violações e mobilizar a opinião pública.

Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos artigos revisados na pesquisa sobre a produção científica a respeito da extrema-direita no Serviço Social no Brasil (2014-2024).

A análise das estratégias de resistência mostra que, embora as condições sejam adversas, há uma mobilização ativa e diversificada dos/as assistentes sociais para enfrentar os desafios impostos pelas políticas ultraneoliberais e conservadoras. Essas estratégias de resistência são fundamentais não apenas para a proteção dos direitos sociais, mas também para a reafirmação do compromisso ético-político do Serviço Social com a emancipação humana.

Em conclusão, a pesquisa sobre a produção científica relacionada à extrema-direita no campo do Serviço Social no Brasil revela um cenário de desafios profundos, mas também de oportunidades para reafirmar o compromisso com a emancipação social e a luta contra as desigualdades estruturais. A articulação entre a análise crítica marxista e as estratégias de resistência identificadas oferece um caminho para enfrentar as adversidades impostas pelas políticas ultraneoliberais e conservadoras. O Serviço Social no Brasil, apesar das adversidades impostas pelo capital, permanece como um agente essencial na defesa dos direitos sociais e na luta pela superação das desigualdades estruturais. A continuidade dessas lutas, apoiada por uma análise crítica e uma mobilização ativa, é essencial para resistir às forças que buscam desmantelar as conquistas sociais e enfraquecer os direitos da classe trabalhadora.

Considerações Finais

Este estudo investigou as principais tendências na produção científica sobre a extrema direita no Serviço Social nos últimos dez anos, com o objetivo de compreender sua evolução e impactos na prática profissional e nas políticas sociais. A pesquisa evidenciou uma crescente preocupação acadêmica com os efeitos das ideologias de extrema direita, especialmente no contexto das políticas ultraneoliberais e conservadoras, que ameaçam conquistas sociais historicamente alcançadas.

A análise dos resultados indicou um aumento significativo na produção acadêmica sobre o tema, refletindo o esforço da comunidade científica em documentar e criticar essas tendências. Os temas abordados incluem austeridade, privatização, neofascismo e resistência. Os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados, com a análise das contribuições de autores como E. R. Behring, M. Löwy e J. M. A. Souza, dentre outros, que se destacam na discussão sobre a relação entre extrema direita e Serviço Social, abordando questões cruciais como a precarização do trabalho e o desmonte de políticas públicas.

Além disso, a pesquisa revelou os desafios impostos pelas políticas de extrema direita ao Serviço Social, como a precarização das condições de trabalho, o desmonte das políticas públicas e o aumento das desigualdades sociais. Esses desafios reforçam a necessidade de uma resposta crítica e articulada por parte dos profissionais da área. A literatura revisada converge na crítica às políticas conservadoras e ultraneoliberais, com consenso sobre a necessidade de fortalecer o compromisso do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos e sociais.

A pesquisa também identificou tendências emergentes e lacunas que apontam para áreas de investigação futura, como a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o impacto a longo prazo das políticas de extrema direita e de estudos comparativos internacionais. Explorar como essas ideologias influenciam o contexto social e o Serviço Social, tanto no Brasil quanto globalmente, é essencial para desenvolver estratégias eficazes de resistência.

A metodologia qualitativa adotada, baseada em uma revisão bibliográfica sistemática, mostrou-se eficaz para alcançar os resultados esperados. A revisão da literatura forneceu uma base sólida para a análise crítica das tendências observadas, permitindo uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados e facilitando a identificação das principais lacunas na produção científica, especialmente em relação às estratégias de resistência e às particularidades regionais do Brasil.

Novas questões surgiram durante a pesquisa, indicando a necessidade de continuidade das investigações. É crucial aprofundar a análise das estratégias de resistência adotadas por assistentes sociais em contextos dominados por políticas de extrema direita e investigar como essas estratégias podem ser fortalecidas e disseminadas globalmente. Estudos comparativos com outros países que enfrentam a ascensão de movimentos de extrema direita seriam valiosos para identificar boas práticas de resistência.

Por fim, é essencial que os/as profissionais de Serviço Social se engajem ativamente na defesa dos direitos sociais, utilizando a pesquisa e a produção acadêmica como ferramentas de resistência e transformação social. Em tempos de crise e retrocessos, a produção de conhecimento crítico e o fortalecimento do compromisso ético-político do Serviço Social são

fundamentais para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Este estudo contribui para esse esforço, oferecendo fundamentos teóricos e práticos para a continuidade da luta contra as ideologias excludentes e opressivas promovidas pela extrema direita.

Referências

BARROCO, M. L. Resistência e luta pela emancipação social no Serviço Social. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 2, p. 265-274, 2020. Disponível em: https://www.revistas.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1984-2988.2020v23n2p265. Acesso em: 20 ago. 2024.

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: Revista124.indb (scielo.br). Acesso em: 30 ago. 2024.

BEHRING, E. R. Crise do capital e fundo público: impactos nas políticas sociais no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

BEHRING, E. R. O neoliberalismo e as políticas sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

CASTILHO, A. M.; LEMOS, C. G. Necropolítica e gestão da pandemia no Brasil: um estudo sobre a atuação do governo federal em 2020. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 2, p. 391-407, 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/83233. Acesso em: 20 ago. 2024.

COSTA, Fernanda dos Santos da; PORTES, Melissa Ferreira. Tendências do pensamento conservador no Serviço Social: algumas aproximações. *IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS*, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Disponível em: 67 1082.pdf (ufsc.br). Acesso em: 30 ago. 2024.

GIOVANELLA, L.; et al. O desmonte da política nacional de saúde e a resistência ao Programa Médicos pelo Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 1, p. 2727-2736, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/kBwz4wvVghzdTq9V9RhMHrp/?lang=pt. Acesso em: 20 ago. 2024.

GIOVANELLA, L.; et al. O Programa Médicos pelo Brasil e a mercantilização da saúde pública no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. esp. 8, p. 1-10, dez. 2019. Disponível em: https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/2615. Acesso em: 18 ago. 2024.

IASSW-AIETS (Associação Internacional de Escolas de Serviço Social). Declaração da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social sobre os direitos humanos. 2018. Disponível em: https://www.iassw-aiets.org/declaration-on-social-work-and-human-rights. Acesso em: 20 ago. 2024.

KELLER, M. A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista. *Em Tese*, v. 29, p. 110-125, 2019. Disponível em:

https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/4085. Acesso em: 20 ago. 2024.

LACERDA, M. C. Capitalismo, Crises e Conjuntura: desafios para o Serviço Social no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Política Social*, v. 50, p. 140-160, 2023. Disponível em: https://www.revistabrasileiradereconstrucaosocial.org.br/rbrs/article/view/120. Acesso em: 20 ago. 2024.

LÖWY, M. O neofascismo e a nova direita no Brasil. In: *Sociologia do fascismo e outros estudos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 660-680.

MATOS, M. A. Desafios do Serviço Social frente ao conservadorismo e ao neoliberalismo: resistir e lutar. *Serviço Social & Sociedade*, v. 41, n. 138, p. 239-255, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kRyqCZCwTRmTbfQkvzJbxyN/?lang=pt. Acesso em: 20 ago. 2024.

MICK, J.; SILVA, I. H. de M.; DI CARLO, J. Nova direita no Brasil: matrizes teóricas, intelectuais e discursivas. *Em Tese*, v. 29, p. 15-45, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/4228. Acesso em: 20 ago. 2024.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, P. S.; GONÇALVES, R. S. Contribuições para o debate da relativa autonomia do Serviço Social. *Revista Katálysis*, v. 23, p. 60-80, 2020. Disponível em: https://www.revistas.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1984-2988.2020v23n2p60. Acesso em: 20 ago. 2024.

OLIVEIRA, F. R. O Serviço Social e a ascensão da extrema direita no Brasil: um estudo sobre as implicações políticas e sociais. *Revista de Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 209-225, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.revistapoliticaspublicas.com.br/rpp/article/view/82. Acesso em: 18 ago. 2024.

OLIVEIRA, L. S. de. Reforma Gerencial, Neodesenvolvimentismo e Ponte para o Futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras. *Revista Sociologia & Políticas Públicas*, v. 45, p. 203-220, 2019. Disponível em: https://www.revistas.unifesp.br/index.php/sociologiaspp/article/view/11148. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, A. L.; et al. A influência da extrema direita nas práticas do Serviço Social: desafios contemporâneos. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.revistas.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1984-2988.2021v26n1p30. Acesso em: 18 ago. 2024.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA, Raquel Santos. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 351-372, jul./dez. 2020. Disponível em: Recrudescimento conservador no Brasil | Libertas (ufjf.br). Acesso em: 30 ago. 2024.

SOARES, L. C.; LIMA, M. C.; SANTOS, E. L. Precarização do trabalho no Serviço Social: tendências e resistências. *Textos & Contextos*, v. 20, n. 1, p. 119-132, 2021. Disponível em:

https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/37772. Acesso em: 20 ago. 2024.

ESTREMA DESTRA E SOCIALE IN BRASILE: tendenze della produzione scientifica e implicazioni etico-politiche

Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira[52]

Sommario

Questo articolo analizza le principali tendenze della produzione scientifica di estrema destra nel servizio sociale in Brasile, considerando l'impatto di queste ideologie sulla pratica professionale e sulle politiche sociali. Attraverso una revisione sistematica della letteratura, condotta in banche dati come SciELO e Google Scholar, sono stati identificati temi centrali come il neofascismo, le politiche ultra-neoliberiste e le strategie di resistenza. I risultati evidenziano un crescente interesse accademico per l'analisi critica delle dinamiche conservatrici, soprattutto dopo il 2018, rivelando lacune nella ricerca, come la necessità di studi regionali e confronti internazionali. L'analisi mostra come le politiche di estrema destra minaccino le conquiste sociali e rafforzino le disuguaglianze, richiedendo una posizione etica e critica da parte degli assistenti sociali. Le conclusioni evidenziano l'urgenza di rafforzare le strategie di resistenza e le pratiche emancipatorie, riaffermando l'impegno etico-politico del Servizio Sociale di fronte alle sfide contemporanee.

Keywords: Estrema destra. Servizio sociale. Neoliberalismo. Conservatorismo. Politiche sociali.

Abstract

This article analyzes the main trends in scientific production on the far right in Social Work in Brazil, considering the impact of these ideologies on professional practice and social policies. Through a systematic literature review conducted on platforms such as SciELO and Google Scholar, central themes were identified, including neofascism, ultraneoliberal policies, and resistance strategies. The results highlight a growing academic interest in critically analyzing conservative dynamics, especially after 2018, revealing research gaps such as the need for regional studies and international comparisons. The analysis shows how far-right policies threaten social achievements and deepen inequalities, demanding an ethical and critical stance from social workers. The conclusions underscore the urgency of strengthening resistance strategies and emancipatory practices, reaffirming Social Work's ethical-political commitment in the face of contemporary challenges.

Keywords: Far right. Social Work. Neoliberalism. Conservatism. Social policies.

[52] Marina Guimarães Gondim Cardoso de Oliveira. Assistente sociale, borsista post-dottorato in Servizio Sociale presso l'Università Federale di Pernambuco (UFPE), dottorato di ricerca in Servizio Sociale. Contatto: marina.g.gondim@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-7347-7084.

INTRODUZIONE

Questo articolo esplora le principali tendenze della produzione scientifica dell'estrema destra nel campo del servizio sociale in Brasile negli ultimi dieci anni. Con l'avanzare delle ideologie ultra-neoliberiste e conservatrici nello scenario politico brasiliano, soprattutto dal 2016, è imperativo capire come queste ideologie abbiano influenzato la pratica professionale e le politiche sociali che sostengono il Servizio Sociale.

La rilevanza di questo studio risiede nella necessità di comprendere le nuove configurazioni politiche e sociali che emergono in questo contesto, consentendo ai professionisti del Servizio Sociale di adeguare le loro pratiche e rafforzare il loro impegno etico-politico in difesa dei diritti umani e sociali. La letteratura recente evidenzia che l'ascesa dell'estrema destra in Brasile non solo ha promosso un'agenda di smantellamento dei diritti sociali, ma ha anche rafforzato una moralizzazione conservatrice che ha un impatto diretto sul lavoro dei professionisti del servizio sociale.

Michael Löwy osserva che, mentre in Europa c'è una continuità politica e ideologica tra i movimenti neofascisti contemporanei e il fascismo classico degli anni '30, questa connessione non si manifesta allo stesso modo in Brasile. L'integralismo, che rappresentava il fascismo brasiliano negli anni '30, ebbe un'influenza significativa, soprattutto durante l'Estado Novo. Tuttavia, l'attuale estrema destra brasiliana ha pochi legami con questa matrice storica. Invece, si reinventa, non attingendo alle radici fasciste del passato, ma concentrandosi su agende contemporanee che combinano conservatorismo morale, fascino militarista e neoliberismo economico. Questa differenziazione è cruciale per capire come l'estrema destra in Brasile, pur influenzata dalle ideologie globali, si manifesti in modo diverso nello scenario nazionale, slegata dai modelli storici europei.

Questa specificità brasiliana richiede un'analisi approfondita per comprendere le dinamiche locali che influenzano la pratica del Servizio Sociale in un contesto di crescente influenza dell'estrema destra. Il campo del Servizio Sociale, storicamente impegnato nella difesa dei diritti umani e sociali, si trova ora di fronte alle sfide che emergono da questa nuova configurazione politica, dove le vecchie strategie di resistenza devono essere rivalutate e adattate. Comprendere queste sfumature è fondamentale non solo per la pratica professionale, ma anche per lo sviluppo di politiche pubbliche che affrontino gli impatti negativi di queste ideologie sulla società brasiliana e sullo stesso Servizio Sociale, costantemente sotto pressione per adattarsi a queste nuove realtà, senza perdere di vista il suo impegno etico-politico nella continua lotta per l'emancipazione umana.

Questo studio si inserisce in un contesto più ampio di dibattiti sulla risposta del Servizio Sociale alle pressioni politiche che cercano di smantellare i diritti sociali storicamente conquistati. L'approccio critico prevalente nelle pubblicazioni accademiche rivela come le politiche di estrema destra, allineate con l'ultra-neoliberismo, abbiano portato all'erosione dello stato sociale e all'indebolimento delle reti di sicurezza sociale. Inoltre, autori come E. R. Behring e J. M. A. Souza hanno contribuito in modo significativo alla comprensione critica di queste dinamiche, evidenziando l'impatto di queste ideologie sulle pratiche professionali.

L'obiettivo generale di questo studio è quello di indagare le tendenze nella produzione accademica di estrema destra nel servizio sociale, esaminando le loro implicazioni per la pratica professionale e la formazione accademica nell'area. Gli obiettivi specifici includono: (1) identificare i principali temi affrontati nella letteratura accademica sul rapporto tra estrema destra e Servizio Sociale; (2) mappare gli autori che hanno contribuito maggiormente al dibattito; (3) analizzare come le pubblicazioni accademiche affrontano il dibattito sull'estrema destra, le politiche ultra-neoliberiste e di austerità in relazione al Servizio Sociale; e (4) per evidenziare le lacune nella ricerca che possono essere esplorate in studi futuri.

La metodologia adottata per raggiungere questi obiettivi si è basata su una revisione sistematica della letteratura, utilizzando piattaforme come SciELO e Google Scholar per raccogliere e analizzare articoli sull'argomento. Questo approccio mira a fornire una solida base per un'analisi critica e approfondita delle discussioni accademiche intorno all'influenza dell'estrema destra nel Servizio Sociale, contribuendo alla formulazione di strategie di resistenza e rafforzando l'impegno etico-politico dei professionisti del settore.

3. Background teórico

a. La prospettiva critica marxista

Il fondamento di questo studio si basa sulla prospettiva critica marxista, che fornisce un solido quadro teorico per analizzare i rapporti di potere, la lotta di classe e le contraddizioni sociali che emergono nel contesto del capitalismo. Karl Marx e Friedrich Engels hanno identificato che le crisi economiche e sociali non solo espongono i difetti strutturali del capitalismo, ma provocano anche una riconfigurazione delle forze politiche che cercano di mantenere l'egemonia delle classi dominanti. Questa prospettiva è particolarmente rilevante per capire come il conservatorismo e l'estrema destra si allineino per perpetuare lo sfruttamento e l'oppressione in periodi di crisi, come osservato in Brasile.

Nello scenario brasiliano, Barroco (2015) evidenzia che l'avanzata del conservatorismo, soprattutto in contesti di crisi sociale, facilita la diffusione dell'irrazionalismo e la

naturalizzazione delle contraddizioni sociali. Queste strategie sono utilizzate per distogliere l'attenzione dalle cause strutturali delle crisi, perpetuando il dominio capitalista e impedendo la formazione di una coscienza critica tra le classi lavoratrici. Il conservatorismo, nella sua alleanza con il neoliberismo, intensifica lo sfruttamento mentre promuove un'agenda moralistica, giustificando la repressione di qualsiasi forma di resistenza.

L'adattamento del conservatorismo alle nuove realtà economiche e sociali, come sottolinea Barroco (2015), non significa una rottura con le sue radici moralistiche, ma piuttosto una riattualizzazione che ne consenta la sopravvivenza e la rilevanza nel contesto contemporaneo. Questa riattualizzazione è evidenziata nelle politiche che combinano l'austerità economica con il controllo sociale, attaccando direttamente le conquiste sociali e i diritti dei lavoratori. La prospettiva critica marxista consente quindi un'analisi approfondita di queste dinamiche, rivelando come le forze conservatrici si riorganizzino per mantenere lo status quo di fronte alle trasformazioni sociali.

b. Conservatorismo ed estrema destra: intersezioni e differenze

Sebbene il conservatorismo e l'estrema destra siano spesso intrecciati, è fondamentale distinguere le loro caratteristiche e strategie nel contesto brasiliano. Il conservatorismo cerca di preservare l'ordine sociale esistente, spesso attraverso la moralizzazione delle questioni sociali e la repressione di comportamenti considerati devianti. D'altra parte, l'estrema destra adotta una posizione più aggressiva, usando la violenza e la repressione per mantenere questo ordine e i valori tradizionali che lo sostengono.

Barroco (2015) spiega che, nel corso degli anni '70, il conservatorismo è stato riaggiornato incorporando i principi neoliberisti, mantenendo il suo nucleo moralistico e adattandosi alle nuove esigenze del capitalismo globalizzato. Questo adattamento ha permesso al conservatorismo contemporaneo di allinearsi con il neoliberismo, formando un fronte comune contro le forze progressiste e i movimenti sociali. Ciò è particolarmente evidente in Brasile, dove il conservatorismo, sotto l'influenza del neoliberismo, ha contribuito all'erosione dei diritti sociali e alla precarietà delle condizioni di lavoro.

L'ascesa della "nuova destra" in Brasile, come descritta da Cepêda (2018), segna un movimento che combina la difesa dei valori conservatori con la promozione di politiche neoliberiste. Questo movimento è caratterizzato da una retorica contro-egemonica che cerca di ridefinire il senso comune intorno ai valori conservatori e neoliberisti. La nuova destra brasiliana convive con una varietà di "famiglie" politiche, dal conservatorismo liberale ai

segmenti neofascisti più radicalizzati, creando un'alleanza complessa che rafforza sia la repressione sociale che lo sfruttamento economico.

Nel contesto del governo di Jair Bolsonaro, questa alleanza ha portato all'intensificazione delle politiche che combinano autoritarismo, neoliberismo e necropolitica. Castilho e Lemos (2021) sostengono che la necropolitica si manifesta attraverso politiche che determinano chi ha il diritto di vivere e chi è lasciato morire, evidenziando una deliberata strategia di controllo della popolazione che emargina ulteriormente le popolazioni vulnerabili, come i neri e i poveri. Questa logica è stata brutalmente evidenziata durante la pandemia di COVID-19, quando la negligenza deliberata e la minimizzazione del rischio hanno contribuito alla morte di migliaia di persone, soprattutto nelle periferie urbane.

c. L'influenza dell'estrema destra sul servizio sociale: sfide e contraddizioni

L'influenza dell'estrema destra nel servizio sociale brasiliano impone sfide significative alla pratica professionale e alla formazione dei professionisti nell'area. Storicamente impegnato nella difesa dei diritti umani e sociali, il Servizio Sociale si trova ora in un ambiente sempre più ostile, dove le politiche ultra-neoliberiste e conservatrici cercano di smantellare le conquiste sociali e limitare il campo d'azione degli assistenti sociali.

Barroco (2015) evidenzia che queste politiche, promosse da governi di estrema destra, non solo precarizzano le condizioni di lavoro degli assistenti sociali, ma minano anche l'impegno etico-politico che guida la professione. La promozione di una cultura dell'individualismo e della meritocrazia, caratteristiche del neoliberismo, contraddice i principi collettivisti e solidali che sono alla base della pratica del Servizio Sociale. Souza (2016) osserva che il conservatorismo, cercando di mantenere l'ordine costituito, reprime qualsiasi iniziativa che possa portare a profonde trasformazioni sociali, rafforzando le strutture di potere e l'esclusione sociale.

Questo scenario è aggravato dall'ascesa della necropolitica, che si manifesta in modo brutale nella gestione delle politiche pubbliche sotto il governo Bolsonaro. Castilho e Lemos (2021) sostengono che la necropolitica non solo decide chi dovrebbe vivere e chi dovrebbe morire, ma stabilisce anche un regime di controllo che emargina ulteriormente le popolazioni già vulnerabili. Nel Servizio Sociale, ciò si traduce in un aumento della domanda di servizi in un contesto di risorse ridotte, ponendo i professionisti in una posizione di costante tensione tra le loro responsabilità etiche e i limiti imposti dal contesto politico ed economico.

4. Procedure metodologiche

Questo studio indaga le tendenze della produzione scientifica di estrema destra nel servizio sociale in Brasile negli ultimi dieci anni, concentrandosi su come queste tendenze influenzano la pratica professionale e la formulazione di politiche sociali. La ricerca qualitativa permette un'analisi dettagliata e contestualizzata dei dati, valorizzando le interpretazioni di professionisti e ricercatori del settore. Come osserva Minayo (2010), una buona analisi qualitativa deve iniziare con la comprensione dei fondamenti filosofici ed epistemologici che guidano l'indagine.

Caratterizzato come esplorativo e descrittivo, lo studio ha mappato un campo relativamente nuovo e ha dettagliato le caratteristiche delle produzioni scientifiche analizzate nel tempo. L'indagine si è avvalsa prevalentemente di ricerche bibliografiche, condotte attraverso un'indagine sistematica della letteratura in Google Scholar e nel database SciELO, utilizzando parole chiave come "Estrema destra", "Servizio sociale", "Neoliberismo", "Conservatorismo" e "Resistenza". L'analisi critica di autori influenti come E. R. Behring, M. Löwy e J. M. A. Souza ha permesso di identificare sia le tendenze della produzione scientifica sia i principali autori e istituzioni che influenzano il dibattito.

L'universo della ricerca ha abbracciato la produzione scientifica pubblicata negli ultimi dieci anni, cogliendo le più recenti trasformazioni e le tendenze emergenti, soprattutto nel contesto politico brasiliano. Il taglio campione, intenzionale e non probabilistico, comprendeva articoli, libri e tesi che affrontavano direttamente il rapporto tra l'estrema destra e il Servizio Sociale, selezionati per la rilevanza delle fonti rispetto agli obiettivi della ricerca.

I dati sono stati raccolti attraverso una revisione strutturata della letteratura, focalizzata sull'identificazione di tendenze, lacune e aree di convergenza teorica. L'analisi dei risultati è stata guidata dai presupposti teorici della prospettiva critica marxista, individuando contraddizioni e conflitti nelle tendenze della produzione scientifica sull'estrema destra e sul Servizio Sociale. L'analisi dei contenuti ha permesso una profonda comprensione delle implicazioni teoriche e pratiche dei trend studiati e ha aiutato nell'identificazione di strategie di resistenza nel Servizio Sociale.

5. Analisi dei risultati

La ricerca sulle tendenze della produzione scientifica riguardante l'estrema destra nel campo del servizio sociale in Brasile rivela un crescente interesse accademico allineato con una profonda preoccupazione per l'impatto di queste ideologie sulle politiche sociali e sulla pratica professionale. Analizzando la produzione scientifica degli ultimi dieci anni, vengono

identificate le tendenze emergenti, le lacune significative e le implicazioni per il servizio sociale e per lo sviluppo delle politiche sociali in Brasile. In questo contesto, è essenziale mettere in relazione questi risultati con i presupposti teorici della prospettiva critica marxista e discutere le strategie di resistenza osservate.

a. Tendenze emergenti nella produzione scientifica

Una tendenza notevole è il significativo aumento dell'interesse accademico per l'analisi critica dell'estrema destra, soprattutto dopo il 2018, con l'ascesa al potere di Jair Bolsonaro. Questo aumento riflette la risposta del mondo accademico alle trasformazioni politiche e sociali che hanno un impatto sul Brasile, con una proliferazione di studi incentrati sull'analisi delle politiche pubbliche e dei loro effetti sul servizio sociale. Termini come "sociale", "servizio", "politica" e "Brasile" spiccano nei titoli degli articoli, indicando un'attenzione concentrata sugli impatti di queste politiche sulla pratica professionale.

Inoltre, i termini "estremo" e "destra" compaiono frequentemente in astratto, confermando la centralità di queste ideologie nella produzione scientifica, in particolare in relazione alle politiche di protezione sociale e dei diritti umani. Anche il conservatorismo, il neoliberismo e le strategie di resistenza emergono come temi ricorrenti, evidenziando la preoccupazione della categoria per le implicazioni di queste ideologie per il servizio sociale.

Un altro aspetto che emerge dalle tendenze della produzione scientifica è la crescente attenzione all'analisi delle articolazioni tra neofascismo e ultra-neoliberismo in Brasile, soprattutto nel contesto post-2018. Ricerche come quella di Silva e Sant'Ana (2020) evidenziano come questi fenomeni, seppur distinti, si completino e si rafforzino a vicenda, contribuendo alla corrosione dei diritti sociali e all'intensificazione delle disuguaglianze. Questi studi dimostrano che l'attuale estrema destra brasiliana, adottando pratiche neoliberiste, non solo ristruttura le politiche sociali, ma promuove anche un'agenda autoritaria che minaccia i principi democratici e i diritti umani fondamentali.

Inoltre, la produzione accademica si è concentrata sull'analisi critica del conservatorismo nel Servizio Sociale, che si manifesta in vari modi, dalla riaffermazione dei valori tradizionali all'imposizione di pratiche burocratiche che disumanizzano la professione. Costa e Portes (2022) sottolineano che il pensiero conservatore, rieditato nel contesto contemporaneo, contribuisce alla riproduzione di pratiche tecniche e operative, slegate da un'analisi critica delle istanze sociali. Questo fenomeno riflette l'influenza delle ideologie neoliberiste che esigono dall'assistente sociale funzioni di controllo e di aggiustamento sociale, spesso a scapito di un impegno etico-politico per la trasformazione sociale.

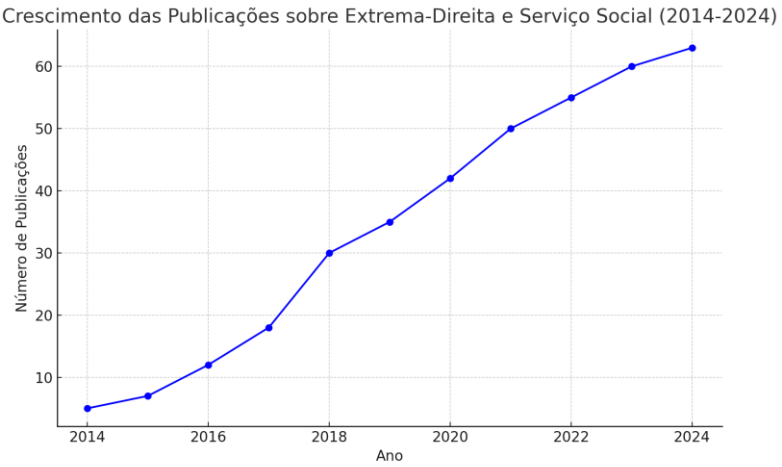
Infine, è importante sottolineare che la resistenza a queste tendenze conservatrici e neoliberiste è presente anche nella produzione scientifica, che cerca di riaffermare l'importanza di un Servizio Sociale critico impegnato per l'emancipazione umana. Barroco (2015) sottolinea la necessità di un confronto teorico e pratico con le idee conservatrici, che moralizzano le espressioni della questione sociale e ne oscurano le determinazioni socioeconomiche. La produzione accademica, in questo senso, non solo diagnostica le minacce, ma propone anche percorsi di resistenza e di rinnovamento dell'impegno etico-politico della professione.

b. Autori più rilevanti

Tra gli autori più citati e influenti della letteratura sull'estrema destra e il Servizio Sociale in Brasile spiccano figure come E. R. Behring, M. Löwy e J. M. A. Souza. Questi ricercatori hanno contribuito in modo significativo alla comprensione critica delle relazioni tra neoliberismo, conservatorismo e gli impatti sulle politiche sociali. Behring (2020), ad esempio, analizza come le politiche neoliberiste si articolano con l'ascesa dell'estrema destra per smantellare i diritti sociali, sottolineando l'importanza di una posizione critica e resistente da parte dei professionisti del servizio sociale. Löwy (2019), a sua volta, offre una prospettiva internazionale sulle forze conservatrici e le loro implicazioni globali, evidenziando la necessità di una solidarietà transnazionale nella lotta contro queste tendenze.

Queste tendenze mostrano che il servizio sociale in Brasile è profondamente interconnesso con il contesto politico e che il mondo accademico è stato mobilitato per fornire analisi critiche che aiutino a comprendere e affrontare queste trasformazioni. Il proliferare di studi a partire dal 2018 dimostra che, di fronte alle minacce ai diritti sociali, la produzione accademica intensifica il suo ruolo di resistenza e critica sociale, fornendo sussidi teorici e pratici per il lavoro dei professionisti del settore.

Figura 1: Crescita delle pubblicazioni sull'estrema destra e il servizio sociale (2014-2024)



Fonte: Preparato dagli autori sulla base dell'analisi degli articoli esaminati nella ricerca sulla produzione scientifica dell'estrema destra nel servizio sociale in Brasile (2014-2024).

Il grafico mostra un aumento costante delle pubblicazioni dal 2018 in poi, riflettendo il crescente interesse a comprendere l'impatto delle politiche di estrema destra sul Servizio Sociale. La curva ascendente nel grafico evidenzia un punto di inflessione nel 2018, che coincide con l'intensificazione delle politiche conservatrici in Brasile, rafforzando la rilevanza e l'urgenza di questo campo di studio.

c. Lacune nella ricerca

Nonostante l'aumento della produzione scientifica, la ricerca identifica lacune significative. In primo luogo, mancano studi regionali che esaminino l'impatto dell'estrema destra in diverse parti del Brasile. La diversità regionale implica diverse forme di resistenza e manifestazioni di queste ideologie, la cui analisi è cruciale per una comprensione più completa del fenomeno. Studi regionali specifici consentirebbero un'analisi più dettagliata delle particolarità locali, consentendo una risposta più efficace e contestualizzata alle minacce ultraconservative.

Un altro divario importante è l'esplorazione limitata delle strategie di resistenza. Sebbene gli impatti negativi delle ideologie di estrema destra siano ampiamente discussi, pochi studi affrontano il modo in cui i professionisti del servizio sociale stanno reagendo a queste pressioni. Questa assenza limita l'identificazione di soluzioni pratiche e strategie di mobilitazione che possono essere adottate. Esplorare queste strategie in modo più approfondito è essenziale per fornire agli operatori strumenti concreti per resistere alle politiche di smantellamento.

Inoltre, mancano confronti internazionali che potrebbero arricchire l'analisi. L'assenza di studi comparativi tra il Brasile e altri paesi impedisce una visione più ampia delle dinamiche globali dell'estrema destra e delle loro implicazioni per il Servizio Sociale. Tali confronti potrebbero offrire input sulle strategie di resistenza utilizzate in diversi contesti, aiutando ad adattare queste strategie alle realtà brasiliane.

Tabella 1: Lacune identificate nella ricerca sull'estrema destra e sul servizio sociale

Divario	Descrizione
Studi regionali	Mancanza di analisi sull'impatto dell'estrema destra in diverse regioni del Brasile.
Strategie di resistenza	Poca esplorazione di come i professionisti del servizio sociale stanno rispondendo alle pressioni politiche e sociali.
Confronti internazionali	Assenza di studi comparativi con altri paesi che possano arricchire l'analisi delle dinamiche globali.

Fonte: Preparato dagli autori sulla base dell'analisi degli articoli esaminati nella ricerca sulla produzione scientifica dell'estrema destra nel servizio sociale in Brasile (2014-2024).

L'analisi delle lacune evidenzia la necessità di un approccio più diversificato e approfondito, che tenga conto delle specificità regionali e del confronto internazionale. Ciò consentirebbe una comprensione più completa delle sfide affrontate dal servizio sociale in Brasile, soprattutto nel contesto dell'ascesa dell'estrema destra.

d. Implicazioni per la pratica professionale e lo sviluppo delle politiche sociali

I risultati rivelano importanti implicazioni per la pratica professionale e lo sviluppo delle politiche sociali in Brasile. L'ascesa dell'estrema destra e l'attuazione di politiche ultra-neoliberiste hanno reso precarie le condizioni di lavoro degli assistenti sociali, come discusso da Soares et al. (2021) e Giovanella et al. (2021). L'esternalizzazione dei servizi e la disarticolazione delle politiche sanitarie si traducono in una minore capacità dei professionisti di fornire servizi di qualità e di difendere i diritti degli utenti.

Queste politiche hanno approfondito le disuguaglianze sociali, esacerbate durante la pandemia, in cui il governo Bolsonaro ha adottato una posizione negazionista, contribuendo alla morte di migliaia di brasiliani, in particolare i più vulnerabili, come riportato da Fontes (2019) e Castilho & Lemos (2021). La necropolitica del governo, che decide chi vive e chi muore, ha accentuato l'esclusione sociale, creando sfide sostanziali per gli assistenti sociali. La riduzione delle risorse per le politiche sociali indebolisce ulteriormente le condizioni di vita della popolazione, richiedendo ai professionisti di agire come resistenza attiva.

Sul posto di lavoro, queste politiche creano sfide che vanno oltre le condizioni materiali: impongono dilemmi etici e morali agli assistenti sociali, che sono costretti a difendere i diritti degli utenti in uno scenario avverso. Ciò rafforza la necessità di una pratica professionale ancorata a principi etico-politici, che guidi le prestazioni dei professionisti nella resistenza contro le politiche di smantellamento. La precarietà, come sottolineato da Soares et al. (2021), non solo deteriora le condizioni di lavoro materiali, ma compromette anche la capacità degli assistenti sociali di realizzare interventi che facciano avanzare la lotta per la giustizia sociale e il superamento delle disuguaglianze di classe.

Le tendenze conservatrici, come discusso da Costa e Portes (2022), hanno spinto gli assistenti sociali ad agire in modo più burocratico e tecnico, limitando la capacità di promuovere interventi critici. La disarticolazione delle politiche sociali e la prevalenza della logica neoliberista intensificano le sfide etiche e politiche nella professione, richiedendo una posizione di resistenza basata sulla difesa dei diritti sociali e sulla lotta contro la precarietà della vita della popolazione.

e. Strategie di resistenza identificate

Le strategie di resistenza includono la mobilitazione collettiva, l'articolazione con i movimenti sociali e l'uso di piattaforme digitali per denunciare le violazioni dei diritti. L'articolazione con CFESS/Cress è stata fondamentale per garantire che le richieste degli assistenti sociali fossero rispettate, soprattutto in un contesto di precarietà e smantellamento delle politiche pubbliche. L'unità attorno a queste entità ha permesso ai professionisti di mantenere l'organizzazione necessaria per resistere ai tentativi di smantellare i diritti sociali.

La difesa intransigente del SUS e la lotta contro la privatizzazione della sanità sono viste come centrali per la resistenza, soprattutto in un contesto in cui il governo ha cercato di smantellare queste conquiste. La resistenza si manifesta anche sui social media, mobilitando l'opinione pubblica e organizzando campagne per difendere i diritti sociali, come evidenziato da Giovanella et al. (2021).

Tabella 2: Strategie di resistenza identificate nel servizio sociale

Strategia	Descrizione
Mobilitazione collettiva	Articolazione degli assistenti sociali per difendere i diritti e resistere alle pressioni ultra-neoliberiste.
Articolazione con i movimenti sociali	Collaborazione con i movimenti sociali per rafforzare la lotta per i diritti sociali e la giustizia sociale.
Difesa del SUS	Lotta contro la privatizzazione e per il mantenimento di un sistema sanitario universale e pubblico.
Utilizzo delle piattaforme digitali	Utilizzo dei social network e di altre piattaforme per segnalare violazioni e mobilitare l'opinione pubblica.

Fonte: Preparato dagli autori sulla base dell'analisi degli articoli esaminati nella ricerca sulla produzione scientifica dell'estrema destra nel servizio sociale in Brasile (2014-2024).

L'analisi delle strategie di resistenza mostra che, sebbene le condizioni siano avverse, c'è una mobilitazione attiva e diversificata degli assistenti sociali per affrontare le sfide imposte dalle politiche ultra-neoliberiste e conservatrici. Queste strategie di resistenza sono fondamentali non solo per la tutela dei diritti sociali, ma anche per la riaffermazione dell'impegno etico-politico del Servizio Sociale per l'emancipazione umana.

In conclusione, la ricerca sulla produzione scientifica legata all'estrema destra nel campo del Servizio Sociale in Brasile rivela uno scenario di sfide profonde, ma anche di opportunità per riaffermare l'impegno per l'emancipazione sociale e la lotta alle disuguaglianze strutturali. L'articolazione tra l'analisi critica marxista e le strategie di resistenza individuate offre un modo per affrontare le avversità imposte dalle politiche ultra-neoliberiste e conservatrici. Il servizio sociale in Brasile, nonostante le avversità imposte dal capitale, rimane un agente essenziale nella difesa dei diritti sociali e nella lotta per superare le disuguaglianze strutturali. La continuità di queste lotte, sostenuta da un'analisi critica e da una mobilitazione attiva, è essenziale per resistere alle forze che cercano di smantellare le conquiste sociali e indebolire i diritti della classe operaia.

Considerazioni finali

Questo studio ha indagato le principali tendenze della produzione scientifica di estrema destra nel Servizio Sociale negli ultimi dieci anni, con l'obiettivo di comprenderne l'evoluzione e gli impatti sulla pratica professionale e sulle politiche sociali. La ricerca ha mostrato una crescente preoccupazione accademica per gli effetti delle ideologie di estrema destra, specialmente nel contesto delle politiche ultra-neoliberiste e conservatrici, che minacciano le conquiste sociali storicamente raggiunte.

L'analisi dei risultati ha indicato un aumento significativo della produzione accademica sull'argomento, riflettendo lo sforzo della comunità scientifica di documentare e criticare queste tendenze. Gli argomenti trattati includono l'austerità, le privatizzazioni, il neofascismo e la resistenza. Gli obiettivi della ricerca sono stati pienamente raggiunti, con l'analisi dei contributi di autori come E. R. Behring, M. Löwy e J. M. A. Souza, tra gli altri, che si distinguono nella discussione sul rapporto tra estrema destra e Servizio Sociale, affrontando temi cruciali come la precarietà del lavoro e lo smantellamento delle politiche pubbliche.

Inoltre, la ricerca ha rivelato le sfide imposte dalle politiche di estrema destra sul servizio sociale, come la precarietà delle condizioni di lavoro, lo smantellamento delle politiche pubbliche e l'aumento delle disuguaglianze sociali. Queste sfide rafforzano la necessità di una risposta critica e articolata da parte dei professionisti del settore. La letteratura esaminata converge nella critica delle politiche conservatrici e ultra-neoliberiste, con consenso sulla necessità di rafforzare l'impegno del Servizio Sociale per la difesa dei diritti umani e sociali.

La ricerca ha anche identificato le tendenze emergenti e le lacune che indicano aree di indagine future, come la necessità di studi più approfonditi sull'impatto a lungo termine delle politiche di estrema destra e degli studi comparativi internazionali. Esplorare come queste ideologie influenzano il contesto sociale e il servizio sociale, sia in Brasile che a livello globale, è essenziale per sviluppare strategie efficaci di resistenza.

La metodologia qualitativa adottata, basata su una revisione sistematica della letteratura, si è dimostrata efficace nel raggiungimento dei risultati attesi. La revisione della letteratura ha fornito una solida base per l'analisi critica delle tendenze osservate, consentendo una comprensione approfondita dei fenomeni studiati e facilitando l'identificazione delle principali lacune nella produzione scientifica, soprattutto in relazione alle strategie di resistenza e alle particolarità regionali del Brasile.

Nel corso della ricerca sono emerse nuove domande, che indicavano la necessità di continuità delle indagini. È fondamentale approfondire l'analisi delle strategie di resistenza adottate dagli assistenti sociali in contesti dominati da politiche di estrema destra e indagare come queste strategie possano essere rafforzate e diffuse a livello globale. Studi comparativi con altri paesi che affrontano l'ascesa di movimenti di estrema destra sarebbero preziosi per identificare buone pratiche di resistenza.

Infine, è essenziale che i professionisti del Servizio Sociale si impegnino attivamente nella difesa dei diritti sociali, utilizzando la ricerca e la produzione accademica come strumenti di resistenza e trasformazione sociale. In tempi di crisi e di battute d'arresto, la produzione di conoscenza critica e il rafforzamento dell'impegno etico-politico del Servizio Sociale sono

fondamentali per costruire una società più giusta ed egualitaria. Questo studio contribuisce a questo sforzo, offrendo basi teoriche e pratiche per la continuità della lotta contro le ideologie escludenti e oppressive promosse dall'estrema destra.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. Resistência e luta pela emancipação social no Serviço Social. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 2, p. 265-274, 2020. Disponível em: https://www.revistas.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1984-2988.2020v23n2p265. Acesso em: 20 ago. 2024.

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: Revista124.indb (scielo.br). Acesso em: 30 ago. 2024.

BEHRING, E. R. Crise do capital e fundo público: impactos nas políticas sociais no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

BEHRING, E. R. O neoliberalismo e as políticas sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

CASTILHO, A. M.; LEMOS, C. G. Necropolítica e gestão da pandemia no Brasil: um estudo sobre a atuação do governo federal em 2020. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 2, p. 391-407, 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/83233. Acesso em: 20 ago. 2024.

COSTA, Fernanda dos Santos da; PORTES, Melissa Ferreira. Tendências do pensamento conservador no Serviço Social: algumas aproximações. *IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS*, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Disponível em: 67 1082.pdf (ufsc.br). Acesso em: 30 ago. 2024.

GIOVANELLA, L.; et al. O desmonte da política nacional de saúde e a resistência ao Programa Médicos pelo Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 1, p. 2727-2736, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/kBwz4wvVghzdTq9V9RhMHrp/?lang=pt. Acesso em: 20 ago. 2024.

GIOVANELLA, L.; et al. O Programa Médicos pelo Brasil e a mercantilização da saúde pública no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. esp. 8, p. 1-10, dez. 2019. Disponível em: https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/2615. Acesso em: 18 ago. 2024.

IASSW-AIETS (Associação Internacional de Escolas de Serviço Social). Declaração da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social sobre os direitos humanos. 2018. Disponível em: https://www.iassw-aiets.org/declaration-on-social-work-and-human-rights. Acesso em: 20 ago. 2024.

KELLER, M. A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista. *Em Tese*, v. 29, p. 110-125, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/4085. Acesso em: 20 ago. 2024.

LACERDA, M. C. Capitalismo, Crises e Conjuntura: desafios para o Serviço Social no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Política Social*, v. 50, p. 140-160, 2023. Disponível em: https://www.revistabrasileiradereconstrucaosocial.org.br/rbrs/article/view/120. Acesso em: 20 ago. 2024.

LÖWY, M. O neofascismo e a nova direita no Brasil. In: *Sociologia do fascismo e outros estudos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 660-680.

MATOS, M. A. Desafios do Serviço Social frente ao conservadorismo e ao neoliberalismo: resistir e lutar. *Serviço Social & Sociedade*, v. 41, n. 138, p. 239-255, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kRyqCZCwTRmTbfQkvzJbxyN/?lang=pt. Acesso em: 20 ago. 2024.

MICK, J.; SILVA, I. H. de M.; DI CARLO, J. Nova direita no Brasil: matrizes teóricas, intelectuais e discursivas. *Em Tese*, v. 29, p. 15-45, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/4228. Acesso em: 20 ago. 2024.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, P. S.; GONÇALVES, R. S. Contribuições para o debate da relativa autonomia do Serviço Social. *Revista Katálysis*, v. 23, p. 60-80, 2020. Disponível em: https://www.revistas.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1984-2988.2020v23n2p60. Acesso em: 20 ago. 2024.

OLIVEIRA, F. R. O Serviço Social e a ascensão da extrema direita no Brasil: um estudo sobre as implicações políticas e sociais. *Revista de Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 209-225, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.revistapoliticaspublicas.com.br/rpp/article/view/82. Acesso em: 18 ago. 2024.

OLIVEIRA, L. S. de. Reforma Gerencial, Neodesenvolvimentismo e Ponte para o Futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras. *Revista Sociologia & Políticas Públicas*, v. 45, p. 203-220, 2019. Disponível em: https://www.revistas.unifesp.br/index.php/sociologiaspp/article/view/11148. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, A. L.; et al. A influência da extrema direita nas práticas do Serviço Social: desafios contemporâneos. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.revistas.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1984-2988.2021v26n1p30. Acesso em: 18 ago. 2024.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA, Raquel Santos. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 351-372, jul./dez. 2020. Disponível em: Recrudescimento conservador no Brasil | Libertas (ufjf.br). Acesso em: 30 ago. 2024.

SOARES, L. C.; LIMA, M. C.; SANTOS, E. L. Precarização do trabalho no Serviço Social: tendências e resistências. *Textos & Contextos*, v. 20, n. 1, p. 119-132, 2021. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/37772. Acesso em: 20 ago. 2024.

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO:
A reafirmação do materialismo histórico-dialético como resistência

Danielle Fernanda de Holanda Soares[53]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apontar a importância da reafirmação do materialismo histórico-dialético na profissão em tempos de neoconservadorismo. Explica as tendências do neoconservadorismo na sociedade e as divergências quanto ao conservadorismo clássico. Problematiza a herança conservadora na gênese da profissão e atualiza alguns elementos, a partir do caráter pragmático e tecnicista presente na prática profissional. Discorre sobre a relevância do marxismo, da teoria marxiana e do materialismo histórico-dialético nas especificidades do Serviço Social brasileiro e latino-americano, compreendendo o caráter humanista de Marx como forma de resistência por uma outra sociabilidade. Aponta a superação do capitalismo como mecanismo fundamental para alcance da emancipação política e humana para a transformação social.

Palavras-chave: Serviço Social. Neoconservadorismo. Materialismo histórico-dialético.

ABSTRACT

This article has the objective to highlight the importance of reaffirming historical-dialectical materialism in the profession in times of neoconservatism. Explains the trends of neoconservatism in society and the divergences regarding classical conservatism. It problematizes the conservative heritage in the genesis of the profession and updates some elements, based on the pragmatic and technical character present in professional practice. It discusses the relevance of Marxism, Marxian theory, and historical-dialectical materialism in the specificities of Brazilian and Latin American Social Service, understanding Marx's humanist character as a form of resistance for another sociability. It points to overcoming capitalism as a fundamental mechanism for achieving political and human emancipation for social transformation.

Key-words: Social Service. Neoconservatism. Historical-dialectical materialism.

[53] Assistente Social, Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-7850. E-mail: danielle.fernanda@ufpe.br

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma discussão acerca da importância do materialismo histórico-dialético para o Serviço Social enquanto herança da tradição marxista. Sabendo da atual conjuntura política, econômica e cultural que deposita no neoconservadorismo o resgate dos valores tradicionais e a expansão das expressões de ódio, racismo, misoginia, LGBTfobia, dentre outros, é inegável problematizar quais consequências desse processo são vivenciadas na prática profissional.

Apesar dos avanços, já na década de 1980, da intenção de ruptura para criar um projeto profissional e societário atrelados aos compromissos com a classe trabalhadora, ainda nos tempos atuais o Serviço Social convive com algumas expressões do conservadorismo na profissão, especialmente no que tange ao caráter pragmático e tecnicista da prática profissional.

Nesse ensejo, retomar o debate da importância do marxismo e do método na profissão é demonstrar as resistências frente aos processos neoconservadores que assolam a cultura da sociabilidade capitalista e insiste em adentrar a prática dos assistentes sociais. O compromisso com os princípios ético-políticos se mostra fundamental nesse processo, além da compreensão do caráter humanista do legado que Marx nos deixou.

Dessa forma, este artigo é composto por Introdução, Seção II, Seção III e Considerações Finais. Na Seção II, denominada de *Tempos de neoconservadorismo no Serviço Social: a agenda conservadora se reatualiza na profissão*, a discussão gira em torno de contextualizar como o conservadorismo se atualiza na profissão e na sociedade. Entendendo as diferenças do conservadorismo clássico e do neoconservadorismo, ambos também apresentam algumas similaridades. Na profissão, a expressão mais marcante dessa influência na qual destacamos é o pragmatismo, apontando as resistências e discussões desveladas pelo III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) na busca pela transformação da prática profissional.

Na Seção III, intitulada *O marxismo como base necessária para o Serviço Social,* buscamos destacar como o marxismo se aproximou da realidade latino-americana da profissão para compreendermos como hoje se consolidou na realidade brasileira. A importância da tradição marxista para analisar, dialogar e problematizar a realidade na qual estamos inseridos é o motor necessário para a profissão. Buscamos demonstrar o caráter humanista de Marx, para explanar que não se trata apenas de uma análise da Economia Política de forma crítica, mas que a classe trabalhadora está no cerne da transformação dessa sociabilidade. Quando Marx nos conclama sobre a emancipação política e humana na qual a classe trabalhadora deve alcançar

para romper com as sucessivas alienações e explorações, compreendemos as valiosas contribuições que o seu legado nos deixou. Encerra-se a discussão com as considerações finais.

A discussão aqui pretendida não poderia ter sido realizada sem a sustentação teórica que autores como Guerra (2013), Barroco (2011), Souza (2015), Lowy (2018), Iamamoto (2018) e tantos outros poderia nos dar. O direcionamento crítico dado à discussão confirma que o materialismo histórico-dialético nos entrega bases necessárias para analisar o movimento da realidade dentro das contradições e da dialética que ela nos apresenta.

II: Tempos de Neoconservadorismo no Serviço Social: A Agenda Conservadora se Reatualiza na Profissão

As discussões acerca do conservadorismo em sua forma clássica e do neoconservadorismo em sua atualidade já vem sido debatida há certo tempo dentro do Serviço Social. Ainda assim, as contribuições e problematizações sobre a temática continuam necessárias e atuais haja vista a conjuntura política mundial. Dessa forma, esse item busca discutir como o conservadorismo esteve presente na profissão desde sua gênese e como se atualiza e/ou reatualiza com novos elementos que incidem diretamente na prática profissional.

Quando nos referimos a atualização da agenda do conservadorismo, estamos situando, na verdade, o neoconservadorismo na atualidade. Cabe aqui algumas definições e contextualizações. As contribuições de Souza (2015) nos revelam uma diferenciação entre o conservadorismo clássico do conservadorismo moderno, ou neoconservadorismo. O primeiro está diretamente confinado no passado, o segundo reconhece na temporalidade do presente a forma de ver e agir no mundo. Nas palavras de Souza (2015, p. 7):

> [...] o conservadorismo moderno acredita estar se movendo em bases "progressistas", uma vez que rejeita, equalizando, tanto as "utopias" revolucionárias, quanto reacionárias, ambas concebidas, pejorativamente, como idealizações potencialmente "totalitárias".

O que se revela diante do *modus operandi* do neoconservadorismo é a negação do seu passado – o conservadorismo clássico, mas não sob bases supostamente progressistas, a sustentação desse fenômeno enquanto um dogma vai além. Como afirma Barroco (2011), ocorre a introdução de uma racionalidade tecnocrática e sistêmica que transforma as relações sociais de trabalho, alterando os moldes de ação e reprodução da força de trabalho. São trabalhadores exaustos por realizarem atividades repetitivas e burocráticas, imprimindo o pragmatismo e impossibilitando o pensamento crítico e ético.

O resgate de valores moralistas e tradicionais, pelos neoconservadores, buscam resgatar um sentido de perfeição do ser humano. Esses valores são expressos em medidas como: resgate do conceito sobre a família tradicional; a heteronormatividade e o ódio à diversidade sexual; o racismo declarado; dentre outras. O principal grupo que dissemina a normativa do neoconservadorismo é representado pela extrema direita, ainda que outros grupos de direita também simpatizem com essas medidas.

Segundo Brown (2019, p. 10), a extrema direita exerce uma "[...] curiosa combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo". O tradicionalismo modernizado pelo neoconservadorismo conduz a sociabilidade capitalista na transformação do modo de vida no cotidiano, a tal ponto que esses valores se tornem naturalizados culturalmente.

Nessas amarras na qual se propõe a permanência do neoconservadorismo na sociedade, temos os seguintes desdobramentos:

> Politicamente, envolve o desmantelamento ou a privatização do Estado social - seguridade social, educação, parques, saúde e serviços de todos os tipos. Legalmente, envolve o manejo de reivindicações de liberdade para contestar a igualdade e o secularismo [...]. Eticamente, envolve a contestação da justiça social por meio da autoridade natural dos valores tradicionais. Culturalmente, implica numa versão do que os ordoliberais chamam de "desmassificação", escorando os indivíduos e família contra as forças do capitalismo que os ameaçam (BROWN, 2019, p. 48-49).

Chamamos a atenção ao que Brown (2019) se refere como desmassificação ordoliberal, tratando de contextualizar o processo de empreendedorização como supressão à proletarização. Transformando os trabalhadores formais em meros empreendedores, muda-se radicalmente a estrutura de organização da classe trabalhadora que, fragmentada, impossibilita a construção de uma consciência de coletividade. O individualismo impera sob quaisquer questões de ordem coletiva. Temos o esfacelamento de uma parcela enorme da população que tem em sua força de trabalho o seu maior valor.

Compreender esses fenômenos nos permite observar o movimento de enfrentamento da crise do capital pela própria sociabilidade capitalista. A retomada de poderes políticos essencialmente patriarcais e patrimonialistas inserem nesse contexto o aprofundamento da segregação de classes, pautados em discursos especialmente antidemocráticos cujo projeto burguês preconiza tanto (Silva; Oliveira, 2019).

O neoconservadorismo cria o terreno essencial para pautar uma suposta democracia mascarada pelos interesses das classes dominantes, incluindo, o rearranjo do pensamento pós-moderno como estrutura intelectual e cultural da sociedade. Como afirma Silveira Júnior (2016, p. 170), a tendência do pensamento pós-moderno "[...] irrompe com ímpeto nos domínios do saber; invade manifestações estéticas; contagia práticas e ciências políticas". Ou seja, esse movimento permite que haja a ampliação e abertura para uma construção de pensamento, que seja amplamente difundido como um campo teórico.

Do ponto de vista epistemológico, o pós-modernismo agrega à realidade um sentido racional que traz viabilidades do cotidiano quando expõe que: os fenômenos sociais devem ser encarados no campo da imediaticidade; a negação da totalidade enquanto categoria no plano filosófico e a invalidação heurística no plano teórico; a pluralidade metodológica evocando o ecletismo; o relativismo; autolimitação do presente como única realidade possível, negando a possibilidade de superar o atual estado das coisas (Silveira Júnior, 2016).

Evidentemente, as transformações ocasionadas pela proposta de reafirmação da agenda neoconservadora influenciam a vida em sociedade em todos os âmbitos. Não só do ponto de vista político, como cultural, o neoconservadorismo se propõe a romper as barreiras de tudo que não seja favorável a esse fenômeno. Dessa forma, é imprescindível identificar como essas influências afetam diretamente a categoria profissional do Serviço Social, entendendo que, apesar da agenda e compromisso ético-político com a classe trabalhadora, em tempos não tão distantes já vivenciou esse fenômeno na prática profissional.

Para além disso, o conservadorismo já tão debatido na profissão, acaba por se atualizar na proposta neoconservadora. Quais implicações reais na prática profissional do assistente social são pautadas quando há presença do neoconservadorismo nesse campo?

Um dos principais elementos que destacaram o conservadorismo clássico na profissão, especialmente nas suas protoformas, diz respeito ao pragmatismo. Ele que se apresentou como tendência e reatualização na agenda neoconservadora, nos demonstra inúmeros processos que são atribuídos a uma prática profissional conservadora, tradicional e destoante do que se propõe e foi estabelecido no Código de Ética profissional (1993), na Lei de Regulamentação da profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares (1999).

Brevemente, resgatar algumas questões que impulsionaram a insatisfação do corpo profissional com a prática pragmática é de suma importância para entender o quão atual esse fenômeno se apresenta na realidade da profissão. O tão aclamado III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 1979, revelou o impulsionamento que a categoria

profissional queria apresentar quanto às insatisfações nos campos dos fundamentos da profissão e da prática profissional.

O anseio pela construção de uma normativa, um direcionamento real para a prática profissional, significou ampliar a discussão que caminhasse para o desenvolvimento de um projeto profissional, com tensionamentos diretos a um projeto societário. Esse projeto profissional tinha como base o descontentamento das práticas tradicionalistas, moralistas e positivistas na qual a profissão estava tão habituada a reproduzir e o desenrolar para uma outra forma de fazer profissional que superasse a culpabilização dos indivíduos por suas condições de vida.

O III CBAS impulsionou o Movimento de Reconceituação, na década de 1980, com pautas relevantes que o congresso em questão já tinha apontado. Dentre elas, como destaca Iamamoto (2019), as seguintes tiveram importante relevância: recusa do assistencialismo e a benemerência, comuns aos fundamentos da profissão e associados a influência da Igreja Católica desde a década de 1930; transformação do projeto fundamentalista da profissão, de cunho positivista, que pertencia a prática profissional desde a implementação do modelo norte-americano do Social Work e a tríade – Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade; emergência quanto a criação de um projeto profissional que considerasse as especificidades latino-americanas da profissão; atribuição de um estatuto científico ao Serviço Social para romper com a visão fundamentalmente tecnicista que a profissão carregava desde então; e a sustentação aberta de que a profissão exercia um compromisso direto com "a luta dos 'oprimidos' pela 'transformação social'" (Iamamoto, 2019, p. 445).

Nesse contexto, na década de 1990, a intenção de ruptura frente aos valores conservadores de até então, resultaram na reformulação do Código de Ética, da Lei de Regulamentação da profissão – Lei n° 8.662/93 e das novas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social recomendada pela Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social[54] (ABEPSS). Nesse movimento, a categoria profissional aponta uma nova direção social do fazer profissional, na intencionalidade de transformar a prática face ao enfrentamento das expressões da questão social.

Resgatando os estudos de Guerra (2013, p. 42) acerca do pragmatismo no Serviço Social, revela-se como o "[...] responsável pelo profundo empirismo de que a profissão se nutre uma determinada maneira de conceber a relação entre teoria e prática". O contexto histórico em

[54] Na época era ainda a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), cuja atualização na nomenclatura ocorreu em 1996 (ABEPSS, 2024).

que a supervalorização da prática se desenvolveu na profissão fez com que o tecnicismo se tornasse as raízes do pragmatismo no Serviço Social. O direcionamento da prática voltado a resolução dos problemas sociais de maneira imediata fincou-se tão presente na profissão que o pragmatismo instaurou o desprezo pela visão crítica que estivesse atrelada à prática.

O pragmatismo, portanto, reforça a negação às teorias sociais e reafirma a perspectiva fragmentada dos fenômenos na roupagem do "presente é agora". Esse movimento se interpôs na fase do capitalismo chamada monopolista, aprovado enquanto uma "[...] intervenção eficiente que dê respostas às demandas apresentadas" (Brandão, 2019, p. 64).

A título de conclusão e como aponta Guerra (2013), o pragmatismo apesar de negar qualquer ideal ou conceito conclusivo, apresenta três núcleos que apontam vertentes possíveis: o antifundacionalismo, o consequencialismo e o contextualismo. Dos três, o contextualismo merece atenção haja vista a sua influência na prática profissional do assistente social.

No contextualismo, idealizado por John Dewey, a experiência é o principal campo cuja investigação deve exercer seu papel. Isso significa que as transformações e mudanças que ocorrem na vida de cada indivíduo devem ser mediadas pelo contexto na qual eles estão inseridos. Afirma, assim, que o contexto "[...] é algo inerente à vida dos sujeitos, está intrinsecamente relacionado aos modos de ser e pensar do indivíduo" (Guerra, 2013, p. 43).

O pragmatismo, na vertente do contextualismo, defende, portanto, que apreender a aparência do fenômeno tal qual ele se apresenta é mais importante do que demonstrar a essência desse fato. Nesse ensejo, torna-se o "[...] modo de ser da imediaticidade do mundo burguês" (Guerra, 2013, p. 44). Na prática profissional, o pragmatismo é refletido até hoje:

> [...] na concepção de profissão como instrumento a serviço do projeto do capital, na concepção de prática de ajuda psicossocial, no enfoque do sujeito, na sua função educativa visando adaptação e ajustamento, na sua fissura pelas técnicas e instrumentos e metodologias de ação, no profundo ecletismo, no desprezo pelos fundamentos (Guerra, 2013, p. 46).

Com as transformações na direção de um projeto profissional que buscasse superar as questões do pragmatismo na profissão, temos a aproximação da tradição marxista, importante teoria para subsidiar a compreensão da sociabilidade capitalista e o lugar do Serviço Social nessa relação. Essa temática será aprofundada no item que se segue, buscando demonstrar a importância do materialismo histórico-dialético como método que guia a profissão e o fazer profissional.

III: O Marxismo como Base Necessária para o Serviço Social

Entendendo as proporções ocorridas pós Movimento de Reconceituação, na busca pela especificidade das condições latino-americanas do Serviço Social, a profissão começa a se aproximar da tradição marxistas, ainda que de forma inicial. Iamamoto (2018) trouxe contribuições valiosas para situar esse processo.

A mesma autora também contextualiza o marxismo e sua importância, uma vez que é Marx quem "[...] apresenta uma teoria que explica e nega a sociedade burguesa" (Iamamoto, 2018, p. 205). Inclui, nesse contexto, o caráter humanista que Marx associa ao tratar do comprometimento à emancipação humana com a superação do capitalismo.

Confirma que "Marx analisa as desigualdades e antagonismo inerentes ao capital como relação social, desvendando-a em suas condições, as quais impulsionam o movimento de ultrapassagem dessa forma histórica de organização da vida social" (Iamamoto, 2018, p. 206). Daí a relevância da crítica da Economia Política para compreender as leis do desenvolvimento da sociedade burguesa, em especial a lei do valor e criação e circulação de mais valor. Nesse sentido, o método de Marx ainda é o único a desvendar a lógica de produção e reprodução do capital em sua essência, utilizando da força de trabalho para gerar mais valor.

Como o Serviço Social incorpora essa dinâmica de análise em seu projeto profissional, parte principalmente da discussão sobre a questão social. Assim como detalha Iamamoto (2018, p. 209),

> A gênese da 'questão social' encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais.

Dentro dessa análise, as aproximações do Serviço Social com o marxismo primeiramente se deram na América Latina, para posteriormente ser agregado à realidade dos assistentes sociais no Brasil. Na realidade latino-americana, o marxismo se aproximou entre as décadas de 1960 e 1970, numa processualidade que indicava ascensão e hegemonia do poder norte-americano diante da fase conhecida como "décadas de ouro do capital" (Iamamoto, 2018).

Do conteúdo relevante à aproximação do marxismo para a profissão se deu através de manuais de divulgação do marxismo-leninismo, além de contribuições do francês Althusser[55] e seu estruturalismo pela elaboração da "teoria da dependência" (Iamamoto, 2018). Dentre as transformações ocorridas nessa época, o Serviço Social latino-americano, no processo de reconceituação, preocupava-se em criar bases para reestruturar a formação profissional, de tal forma que articulasse a tríade ensino, pesquisa e prática, tendo nas unidades de ensino uma primeira aparição dessas mudanças.

Ainda do ponto de vista do conteúdo marxista explorado na realidade latino-americana, Iamamoto (2018) nos detalha que, apesar da ausência desse primeiro momento da interlocução com a categoria trabalho, com a teoria do valor e da mais-valia, ou seja, da Crítica da Economia Política propriamente, outros caminhos foram explorados.

> Tais caminhos condicionam também os condutos teóricos pelos quais se deu a aproximação ao marxismo: manuais de divulgação do 'marxismo oficial', autores descobertos na militância política (Lênin, Trostsky, Mao, Guevara) cujas produções eram seletivamente apropriadas numa ótica utilitária em função de exigências prático-imediatas (Iamamoto, 2018, p. 214).

No que se configura como uma segunda aproximação com o marxismo, ocorreu a superação do movimento de reconceituação, especialmente a partir da experiência da ditadura e dos movimentos de lutas por resistência no Brasil. A partir desse contexto, "Verifica-se um esforço de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profusão, que a passa a presidir o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista" (Iamamoto, 2018, p. 216).

Os desdobramentos possíveis frente a essa superação deram voz a crítica ao conservadorismo presente na profissão e a vulgarização da teoria marxiana, reconduzindo o legado marxiano com as suas contribuições para pensar a sociedade e as influências na profissão. O que se desenvolve a partir de então é uma base crítica de formação e prática profissional que, constantemente, necessita resistir às ameaças conservadoras e neoconservadoras que se espraiam ao longo da história.

Compreendida a importância do marxismo e do materialismo histórico-dialético, há de se destacar que, para além da crítica ao modo de produção capitalista, entendendo as

---

[55] Apesar do autor trazer essa aproximação do marxismo no Serviço Social, uma ressalva merece destaque. O reconhecimento desta influência inicial vem também com a atual consciência de aspectos problemáticos e até contraditórios da leitura marxista dele com o Serviço Social, já que ele caracterizou o velho Marx como anti-humanista, em tom depreciativo. Marx sempre demonstrou o caráter humanista em seus estudos, o que invalida o posicionamento de Althusser nesse aspecto.

contradições nas relações de produção e reprodução do capital, o humanismo é elemento presente em toda a análise de Marx.

Quem nos explica o caráter humanista é Löwy (2018). Nas palavras do autor,

> O humanismo de Marx denuncia a dominação dos homens pelas coisas no modo de produção capitalista que ele compara – sem identificá-lo – com a alienação religiosa. Mas, enquanto o humanismo pré-marxista, que aparece com o desenvolvimento da economia mercantil, é abstrato, "naturalista", individualista e burguês, o de Marx é materialista, sociológico, historicista, revolucionário, proletário (Löwy, 2018, p. 81).

O que Löwy quer nos mostrar é que, para além da análise e estudo acerca da acumulação do capital, ao analisar o processo de divisão do trabalho, da exploração da força de trabalho dos seres humanos, Marx consegue ao mesmo passo nos indicar que esse modo de produção é essencialmente destruidor e alienador da raça humana. Com isso, ele procura nos mostrar que n'O Capital, Marx já abordava o humanismo da seguinte forma:

> a. O desvendamento das relações entre os homens atrás das categorias reificadas da economia capitalista;
> b. A crítica da "desumanidade" do capitalismo;
> c. O socialismo como possibilidade objetiva de uma sociedade onde a produção é racionalmente controlada pelos homens. (Löwy, 2018, p. 81).

Para além da análise da Economia Política, conseguimos extrair do pensamento marxiano elementos essenciais para refletir acerca da exploração e degradação da vida humana, identificando que a partir desse pensamento ainda é possível construir novos caminhos. Inclusive, agregá-los às lutas e resistências sociais na qual o Serviço Social, enquanto profissão, continua exercendo.

A importância do legado de Marx, seja através da teoria marxiana, do marxismo e do materialismo histórico-dialético, carece de reconhecimento e resistência constantes em tempos cuja ordem é resgatar o que existe de mais conservador e anti-humanista. A construção de uma nova ordem social, tanto exaltada no compromisso ético-político da profissão sustenta no marxismo as bases possíveis para pensar em uma nova sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de neoconservadorismo, de resgate ao ódio, ao racismo, a LGBTfobia, a misoginia, a sociedade se depara com caminhos obscuros quanto a luta e resistência por condições de vida melhores, desempenhados especialmente através do acesso aos direitos pelas vias das políticas públicas e sociais.

Representado por governos e políticas da extrema direita, o neoconservadorismo pressupõe novidades quanto ao caráter conservador tradicional, mas acaba por se igualar aos níveis de decadência intelectual, social, político e ideológico, imprimindo uma noção de resgate aos valores tradicionais como enfrentamento ao que está posto.

Nesse ensejo, é evidente que o Serviço Social, enquanto profissão crítica e em busca de uma nova ordem societária, também sente os efeitos negativos do avanço do neoconservadorismo na sociedade e também na profissão. Na inversão de valores e conjunturas, reafirmar o materialismo histórico-dialético, as contribuições do marxismo e da teoria marxiana se mostram como resistências frente às constantes ameaças a perspectiva crítica de ver e analisar o mundo.

Não nos devemos esquecer do caráter humanista na qual Marx nos mostrou, entendendo as suas contribuições para problematizar a sociabilidade do capital e a constante e árdua exploração da força de trabalho e consequente alienação dos seres humanos como fatores que devem ser superados. O resgate humanista que fazemos ao ler Marx deve ser visto como o impulso necessário para problematizar, refletir e criar estratégias concretas para a superação do capitalismo. A partir daí, lutar e resistir em busca da emancipação humana e política na qual merecemos enquanto seres humanos e assistentes sociais.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **História**. 2024. Disponível em: https://abepss.org.br/historia/ . Acesso em: 17 de nov. 2024.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos socio-históricos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRANDÃO, Camila Silva. Considerações sobre o pragmatismo e seus rebatimentos no Serviço Social. *In:* GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **Temas**

contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo.** São Paulo: Editoria Filosófica Politeia, 2019.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Rev. Katálysis**, v. 16, p. 39–49, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-206, ago. a dez., 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Rev. Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 439–461, 2019.

LÖWY, Michael. **Marxismo contra Positivismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Bismark Oliveira da; OLIVEIRA, Maria Tereza de. O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Rev. Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 65–93, 2019.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. **Rev. Temporalis**, v. 1, n. 31, p. 167–188, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Assunção de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Rev. Serviço Social & Sociedade,** n. 122, p. 199–223, 2015.

IL SERVIZIO SOCIALE IN TEMPI DI NEOCONSERVATORISMO: La riaffermazione del materialismo storico-dialettico come resistenza

Danielle Fernanda de Holanda Soares[56]

Riassunto:
Questo articolo si propone di sottolineare l'importanza della riaffermazione del materialismo storico-dialettico nella professione in tempi di neoconservatorismo. Spiega le tendenze del neoconservatorismo nella società e le divergenze dal conservatorismo classico. Problematizza l'eredità conservatrice nella genesi della professione e aggiorna alcuni elementi, sulla base del carattere pragmatico e tecnicista presente nella pratica professionale. Discute la rilevanza del marxismo, della teoria marxiana e del materialismo storico-dialettico nelle specificità del lavoro sociale brasiliano e latinoamericano, comprendendo il carattere umanistico di Marx come forma di resistenza per un'altra socialità. Indica il superamento del capitalismo come un meccanismo fondamentale per raggiungere l'emancipazione politica e umana per la trasformazione sociale.

Keywords: Lavoro sociale. Neoconservatorismo. Materialismo storico-dialettico.

Abstract:
This article has the objective to highlight the importance of reaffirming historical-dialectical materialism in the profession in times of neoconservatism. Explains the trends of neoconservatism in society and the divergences regarding classical conservatism. It problematizes the conservative heritage in the genesis of the profession and updates some elements, based on the pragmatic and technical character present in professional practice. It discusses the relevance of Marxism, Marxian theory, and historical-dialectical materialism in the specificities of Brazilian and Latin American Social Service, understanding Marx's humanist character as a form of resistance for another sociability. It points to overcoming capitalism as a fundamental mechanism for achieving political and human emancipation for social transformation.

Key-words: Social Service. Neoconservatism. Historical-dialectical materialism.

INTRODUZIONE

Questo articolo presenta una discussione sull'importanza del materialismo storico-dialettico per il Servizio Sociale come eredità della tradizione marxista. Conoscendo l'attuale

[56] Assistente Social, Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-7850. E-mail: danielle.fernanda@ufpe.br

congiuntura politica, economica e culturale che pone nel neoconservatorismo il salvataggio dei valori tradizionali e l'espansione delle espressioni di odio, razzismo, misoginia, LGBTfobia, tra gli altri, è innegabile problematizzare quali conseguenze di questo processo si sperimentano nella pratica professionale.

Nonostante i progressi, già negli anni '80, dell'intenzione di rottura per creare un progetto professionale e sociale legato all'impegno verso la classe operaia, ancora oggi il Servizio Sociale convive con alcune espressioni di conservatorismo nella professione, soprattutto per quanto riguarda il carattere pragmatico e tecnicista della pratica professionale.

In questo contesto, riprendere il dibattito sull'importanza del marxismo e del metodo nella professione significa dimostrare la resistenza ai processi neoconservatori che affliggono la cultura della socialità capitalistica e insistono nell'entrare nella pratica degli assistenti sociali. L'impegno per i principi etico-politici è fondamentale in questo processo, oltre alla comprensione del carattere umanistico dell'eredità che Marx ci ha lasciato.

Pertanto, questo articolo è composto da Introduzione, Sezione II, Sezione III e Considerazioni finali. Nella Sezione II, intitolata *Tempi di neoconservatorismo nel servizio sociale: l'agenda conservatrice viene ri-aggiornata nella professione*, la discussione ruota attorno alla contestualizzazione di come il conservatorismo si aggiorna nella professione e nella società. Comprendendo le differenze tra conservatorismo classico e neoconservatorismo, entrambi hanno anche alcune somiglianze. Nella professione, l'espressione più eclatante di questa influenza che sottolineiamo è il pragmatismo, sottolineando le resistenze e le discussioni svelate dal III Congresso Brasiliano degli Assistenti Sociali (CBAS) nella ricerca della trasformazione della pratica professionale.

Nella Sezione III, intitolata *Il marxismo come base necessaria per il Servizio Sociale,* cerchiamo di evidenziare come il marxismo si sia avvicinato alla realtà latinoamericana della professione per capire come si sia consolidata nella realtà brasiliana di oggi. L'importanza della tradizione marxista per analizzare, dialogare e problematizzare la realtà in cui siamo inseriti è il motore necessario per la professione. Cerchiamo di dimostrare il carattere umanista di Marx, di spiegare che non si tratta solo di un'analisi critica dell'economia politica, ma che la classe operaia è al centro della trasformazione di questa socialità. Quando Marx ci chiama all'emancipazione politica e umana che la classe operaia deve raggiungere per rompere con le alienazioni e gli sfruttamenti successivi, comprendiamo i preziosi contributi che la sua eredità ci ha lasciato. La discussione si conclude con le considerazioni finali.

La discussione qui intesa non avrebbe potuto essere portata avanti senza il supporto teorico che autori come Guerra (2013), Barroco (2011), Souza (2015), Lowy (2018), Iamamoto

(2018) e molti altri potrebbero darci. L'orientamento critico dato alla discussione conferma che il materialismo storico-dialettico ci fornisce le basi necessarie per analizzare il movimento della realtà all'interno delle contraddizioni e della dialettica che essa ci presenta.

II: Tempi di neoconservatorismo nel *servizio* sociale: l'agenda conservatrice viene riaggiornata nella professione

Le discussioni sul conservatorismo nella sua forma classica e sul neoconservatorismo ai suoi giorni sono state dibattute per qualche tempo all'interno del Servizio Sociale. Ciononostante, i contributi e le problematizzazioni sul tema rimangono necessari e attuali in vista della situazione politica globale. Pertanto, questo articolo cerca di discutere come il conservatorismo sia stato presente nella professione sin dalla sua genesi e come venga aggiornato e/o riaggiornato con nuovi elementi che influenzano direttamente la pratica professionale.

Quando ci riferiamo all'aggiornamento dell'agenda del conservatorismo, in realtà stiamo situando il neoconservatorismo ai giorni nostri. Alcune definizioni e contestualizzazioni sono appropriate qui. I contributi di Souza (2015) rivelano una differenziazione tra conservatorismo classico e conservatorismo moderno, o neoconservatorismo. Il primo è direttamente confinato al passato, il secondo riconosce nella temporalità del presente il modo di vedere e di agire nel mondo. Nelle parole di Souza (2015, p. 7):

> [...] Il conservatorismo moderno crede di muoversi su basi "progressiste", dal momento che rifiuta, equalizzando, sia le "utopie" rivoluzionarie che quelle reazionarie, entrambe concepite in modo peggiorativo come idealizzazioni potenzialmente "totalitarie".

Ciò che si rivela di fronte al *modus operandi* del neoconservatorismo è la negazione del suo passato: il conservatorismo classico, ma non su basi presumibilmente progressiste, il sostegno a questo fenomeno come dogma va oltre. Come afferma Barroco (2011), c'è l'introduzione di una razionalità tecnocratica e sistemica che trasforma i rapporti sociali di lavoro, cambiando gli schemi di azione e riproduzione della forza lavoro. Sono lavoratori esausti dallo svolgimento di attività ripetitive e burocratiche, imprimendo pragmatismo e rendendo impossibile il pensiero critico ed etico.

Il salvataggio dei valori moralistici e tradizionali, da parte dei neoconservatori, cerca di salvare un senso di perfezione nell'essere umano. Questi valori si esprimono in misure quali: il salvataggio del concetto di famiglia tradizionale; eteronormatività e odio per la diversità

sessuale; razzismo aperto; tra gli altri. Il principale gruppo che diffonde le norme del neoconservatorismo è rappresentato dall'estrema destra, sebbene anche altri gruppi di destra simpatizzino con queste misure.

Secondo Brown (2019, p. 10), l'estrema destra esercita un "[...] una curiosa combinazione di libertarismo, moralismo, autoritarismo, nazionalismo, odio per lo Stato, conservatorismo cristiano e razzismo". Il tradizionalismo modernizzato dal neoconservatorismo porta la socialità capitalista nella trasformazione del modo di vivere nella vita quotidiana, al punto che questi valori si naturalizzano culturalmente.

In questi legami in cui si propone la permanenza del neoconservatorismo nella società, abbiamo i seguenti sviluppi:

> Politicamente, implica lo smantellamento o la privatizzazione dello stato sociale – sicurezza sociale, istruzione, parchi, sanità e servizi di ogni tipo. Giuridicamente, si tratta di trattare le rivendicazioni di libertà per contestare l'uguaglianza e la laicità [...]. Eticamente, implica la contestazione della giustizia sociale attraverso l'autorità naturale dei valori tradizionali. Culturalmente, implica una versione di ciò che gli ordoliberali chiamano "demassificazione", sostenendo individui e famiglie contro le forze del capitalismo che li minacciano (BROWN, 2019, p. 48-49).

Attiriamo l'attenzione su ciò che Brown (2019) definisce demassificazione ordoliberale, cercando di contestualizzare il processo di imprenditorialità come soppressione della proletarizzazione. Trasformando i lavoratori formali in semplici imprenditori, la struttura dell'organizzazione della classe operaia viene radicalmente modificata, il che, frammentato, rende impossibile costruire una coscienza collettiva. L'individualismo prevale su qualsiasi questione collettiva. Abbiamo lo smantellamento di un'enorme fetta della popolazione che ha il suo maggior valore nella sua forza lavoro.

La comprensione di questi fenomeni ci permette di osservare il movimento di affrontare la crisi del capitale attraverso la stessa socialità capitalistica. La ripresa di poteri politici essenzialmente patriarcali e patrimonialisti inserisce in questo contesto l'approfondimento della segregazione di classe, basata su discorsi particolarmente antidemocratici di cui tanto si batte il progetto borghese (Silva; Oliveira, 2019).

Il neoconservatorismo crea il terreno essenziale per guidare una presunta democrazia mascherata dagli interessi delle classi dominanti, compresa la riorganizzazione del pensiero postmoderno come struttura intellettuale e culturale della società. Come afferma Silveira Júnior (2016, p. 170), la tendenza del pensiero postmoderno "[...] irrompe con impeto nei domini della

conoscenza; invade le manifestazioni estetiche; pratiche contagiose e scienze politiche". In altre parole, questo movimento permette l'espansione e l'apertura di una costruzione del pensiero, che è ampiamente diffusa come campo teorico.

Dal punto di vista epistemologico, il postmodernismo aggiunge alla realtà un senso razionale che apporta vitalità alla vita quotidiana quando espone che: i fenomeni sociali devono essere affrontati nel campo dell'immediatezza; la negazione della totalità come categoria sul piano filosofico e l'invalidazione euristica sul piano teorico; pluralità metodologica che evoca l'eclettismo; relativismo; l'autolimitazione del presente come unica realtà possibile, negando la possibilità di superare lo stato attuale delle cose (Silveira Júnior, 2016).

Evidentemente, le trasformazioni apportate dalla proposta di riaffermare l'agenda neoconservatrice influenzano la vita nella società in tutti i settori. Non solo da un punto di vista politico, ma anche da un punto di vista culturale, il neoconservatorismo si propone di rompere le barriere di tutto ciò che non è favorevole a questo fenomeno. Pertanto, è essenziale identificare come queste influenze influenzino direttamente la categoria professionale del Servizio Sociale, comprendendo che, nonostante l'agenda etico-politica e l'impegno nei confronti della classe operaia, in tempi non così lontani ha già sperimentato questo fenomeno nella pratica professionale.

Inoltre, il conservatorismo, già così dibattuto nella professione, finisce per aggiornarsi nella proposta neoconservatrice. Quali sono le reali implicazioni nella pratica professionale degli assistenti sociali quando c'è la presenza del neoconservatorismo in questo campo?

Uno degli elementi principali che ha evidenziato il conservatorismo classico nella professione, soprattutto nelle sue protoforme, riguarda il pragmatismo. Si è presentata come una tendenza e una riattualizzazione nell'agenda neoconservatrice, ci mostra numerosi processi che vengono attribuiti ad una pratica professionale conservatrice, tradizionale, non in linea con quanto proposto e stabilito nel Codice di Deontologia Professionale (1993), nella Legge di Regolamentazione della professione (1993) e nelle Linee Guida Curriculari (1999).

In sintesi, il recupero di alcune questioni che hanno guidato l'insoddisfazione dell'organismo professionale nei confronti della pratica pragmatica è di fondamentale importanza per capire quanto questo fenomeno sia attuale nella realtà della professione. L'acclamato III Congresso Brasiliano degli Assistenti Sociali (CBAS), tenutosi nel 1979, rivelò l'impulso che la categoria professionale voleva presentare in termini di insoddisfazione nei campi dei fondamenti della professione e della pratica professionale.

Il desiderio di costruire una normativa, una vera e propria direzione per la pratica professionale, ha significato allargare il discorso che si è spostato verso lo sviluppo di un

progetto professionale, con tensioni dirette a un progetto sociale. Questo progetto professionale si basava sul malcontento delle pratiche tradizionaliste, moralistiche e positiviste in cui la professione era così abituata a riprodurla e a dispiegarla verso un altro modo di fare lavoro professionale che superasse la colpevolizzazione degli individui per le loro condizioni di vita.

Il III CBAS ha dato impulso al Movimento di Riconcettualizzazione negli anni '80, con agende pertinenti che il congresso in questione aveva già sottolineato. Tra questi, come sottolinea Iamamoto (2019), i seguenti hanno avuto un'importante rilevanza: il rifiuto del welfare e della benevolenza, comuni ai fondamenti della professione e associati all'influenza della Chiesa cattolica dagli anni '30; trasformazione del progetto fondamentalista della professione, di natura positivista, che apparteneva alla pratica professionale fin dall'implementazione del modello nordamericano di Servizio Sociale e della triade – Servizio Sociale di Caso, di Gruppo e di Comunità; emergere per quanto riguarda la creazione di un progetto professionale che considerasse le specificità latinoamericane della professione; l'attribuzione di uno statuto scientifico al Servizio Sociale per rompere con la visione fondamentalmente tecnicista che la professione aveva portato avanti da allora; e l'aperto sostegno al fatto che la professione esercitava un impegno diretto nella "lotta degli 'oppressi' per la 'trasformazione sociale'" (Iamamoto, 2019, p. 445).

In questo contesto, negli anni '90, l'intenzione di rompere con i valori conservatori dell'epoca ha portato alla riformulazione del Codice Etico, della Legge di Regolamentazione della professione – Legge n. 8.662/93 e delle nuove Linee Guida Curriculari per il corso di Servizio Sociale raccomandate dall'Associazione Brasiliana di Ricerca e Insegnamento nel Servizio Sociale[57] (ABEPSS). In questo movimento, la categoria professionale punta a una nuova direzione sociale della pratica professionale, con l'intenzione di trasformare la pratica di fronte all'affrontare le espressioni della questione sociale.

Riprendendo gli studi di Guerra (2013, p. 42) sul pragmatismo nel Servizio Sociale, si rivela che il "[...] responsabile del profondo empirismo che la professione nutre in un certo modo di concepire il rapporto tra teoria e pratica". Il contesto storico in cui si è sviluppata la sopravvalutazione della pratica nella professione ha fatto sì che il tecnicismo diventasse le radici del pragmatismo nel Servizio Sociale. La direzione della pratica volta a risolvere i problemi sociali in modo immediato era così presente nella professione che il pragmatismo stabiliva il disprezzo per la visione critica che era legata alla pratica.

---

[57] All'epoca era ancora l'Associazione brasiliana delle scuole di servizio sociale (ABESS), la cui nomenclatura è stata aggiornata nel 1996 (ABEPSS, 2024).

Il pragmatismo, quindi, rafforza la negazione delle teorie sociali e riafferma la prospettiva frammentata dei fenomeni sotto le spoglie del "presente è adesso". Questo movimento si interpose nella fase del capitalismo chiamata monopolio, approvata come "[...] intervento efficiente che risponda alle richieste presentate" (Brandão, 2019, p. 64).

A titolo di conclusione e come sottolinea Guerra (2013), il pragmatismo, nonostante neghi qualsiasi concetto ideale o conclusivo, ha tre nuclei che puntano a possibili filoni: anti-fondazionalismo, consequenzialismo e contestualismo. Dei tre, il contestualismo merita attenzione data la sua influenza sulla pratica professionale degli assistenti sociali.

Nel contestualismo, idealizzato da John Dewey, l'esperienza è il campo principale in cui l'indagine deve svolgere il suo ruolo. Ciò significa che le trasformazioni e i cambiamenti che avvengono nella vita di ogni individuo devono essere mediati dal contesto in cui sono inseriti. Così, egli afferma che il contesto "[...] è qualcosa di inerente alla vita dei soggetti, è intrinsecamente legato ai modi di essere e di pensare dell'individuo" (Guerra, 2013, p. 43).

Il pragmatismo, nel campo del contestualismo, sostiene, quindi, che comprendere l'apparenza del fenomeno così come si presenta è più importante che dimostrare l'essenza di questo fatto. In questa opportunità, diventa il "[...] modo di essere dell'immediatezza del mondo borghese" (Guerra, 2013, p. 44). Nella pratica professionale, il pragmatismo si riflette ancora oggi:

> [...] nella concezione della professione come strumento al servizio del progetto del capitale, nella concezione della pratica dell'aiuto psicosociale, nell'attenzione al soggetto, nella sua funzione educativa di adattamento e adattamento, nella sua brama di tecniche e strumenti e metodologie di azione, nell'eclettismo profondo, nel disprezzo dei fondamenti (Guerra, 2013, p. 46).

Con le trasformazioni in direzione di un progetto professionale che cercava di superare le questioni del pragmatismo nella professione, abbiamo l'approssimazione della tradizione marxista, una teoria importante per sostenere la comprensione della socialità capitalista e del ruolo del Servizio Sociale in questa relazione. Questo tema sarà approfondito nel prossimo articolo, cercando di dimostrare l'importanza del materialismo storico-dialettico come metodo che guida la professione e la pratica professionale.

III: Il marxismo come base necessaria per il servizio sociale

Comprendendo le proporzioni che si sono verificate dopo il Movimento di Riconcettualizzazione, nella ricerca della specificità delle condizioni latinoamericane del

Servizio Sociale, la professione inizia ad avvicinarsi alla tradizione marxista, anche se in modo iniziale. Iamamoto (2018) ha apportato preziosi contributi per situare questo processo.

Lo stesso autore contestualizza anche il marxismo e la sua importanza, poiché è Marx che "[...] presenta una teoria che spiega e nega la società borghese" (Iamamoto, 2018, p. 205). Include, in questo contesto, il carattere umanista che Marx associa quando affronta l'impegno per l'emancipazione umana con il superamento del capitalismo.

Conferma che "Marx analizza le disuguaglianze e gli antagonismi insiti nel capitale come relazione sociale, svelandolo nelle sue condizioni, che spingono il movimento a superare questa forma storica di organizzazione della vita sociale" (Iamamoto, 2018, p. 206). Da qui l'importanza della critica dell'economia politica per comprendere le leggi dello sviluppo della società borghese, in particolare la legge del valore e la creazione e la circolazione di più valore. In questo senso, il metodo di Marx è ancora l'unico a svelare la logica della produzione e della riproduzione del capitale nella sua essenza, utilizzando la forza lavoro per generare più valore.

Poiché il Servizio Sociale incorpora questa dinamica di analisi nel suo progetto professionale, parte principalmente dalla discussione sulla questione sociale. Come spiega Iamamoto (2018, p. 209),

> La genesi della "questione sociale" si trova nel carattere collettivo della produzione e dell'appropriazione privata del lavoro, dei suoi frutti e delle condizioni necessarie per la sua realizzazione. È, quindi, inseparabile dall'emergere del lavoratore libero, che dipende dalla vendita della sua forza lavoro per la soddisfazione dei suoi bisogni vitali.

All'interno di questa analisi, le avvicinazioni del Servizio Sociale con il Marxismo hanno avuto luogo per la prima volta in America Latina, per poi essere aggiunte alla realtà degli assistenti sociali in Brasile. Nella realtà latinoamericana, il marxismo si è avvicinato tra gli anni '60 e '70, in una processualità che indicava l'ascesa e l'egemonia del potere nordamericano di fronte alla fase nota come i "decenni d'oro del capitale" (Iamamoto, 2018).

Dai contenuti rilevanti all'approssimazione del marxismo alla professione avvenne attraverso manuali per la diffusione del marxismo-leninismo, oltre ai contributi del francese Althusser[58] e il suo strutturalismo attraverso l'elaborazione della "teoria della dipendenza"

[58] Sebbene l'autore porti questa approssimazione del marxismo nel servizio sociale, un avvertimento merita di essere evidenziato. Il riconoscimento di questa prima influenza arriva anche con l'attuale consapevolezza degli aspetti problematici e persino contraddittori della lettura marxista di lui con il Servizio Sociale, dal momento che egli caratterizzava il vecchio Marx

(Iamamoto, 2018). Tra le trasformazioni avvenute in quel periodo, il Servizio Sociale Latinoamericano, in fase di riconcettualizzazione, si è occupato di creare le basi per ristrutturare la formazione professionale, in modo tale da articolare la triade dell'insegnamento, della ricerca e della pratica, con le unità didattiche che hanno avuto la prima comparsa di questi cambiamenti.

Sempre dal punto di vista dei contenuti marxisti esplorati nella realtà latinoamericana, Iamamoto (2018) precisa che, nonostante l'assenza di questo primo momento di dialogo con la categoria del lavoro, con la teoria del valore e del plusvalore, cioè la stessa Critica dell'economia politica, sono state esplorate altre strade.

> Tali percorsi condizionano anche i canali teorici attraverso i quali è avvenuto l'approccio al marxismo: manuali per la diffusione del "marxismo ufficiale", autori scoperti nella militanza politica (Lenin, Trotsky, Mao, Guevara) le cui produzioni sono state selettivamente appropriate in una prospettiva utilitaristica in funzione di esigenze pratico-immediate (Iamamoto, 2018, p. 214).

In quella che si configura come una seconda approssimazione con il marxismo, il movimento di riconcettualizzazione è stato superato, soprattutto dall'esperienza della dittatura e dei movimenti di lotta di resistenza in Brasile. Da questo contesto, "c'è uno sforzo per articolare la storia del paese, la critica della conoscenza e della profusione, che inizia a presiedere il dibattito brasiliano all'interno della tradizione marxista" (Iamamoto, 2018, p. 216).

I possibili sviluppi di fronte a questo superamento hanno dato voce alla critica al conservatorismo presente nella professione e alla volgarizzazione della teoria marxiana, rinnovando l'eredità marxiana con i suoi contributi al pensiero della società e delle influenze sulla professione. Ciò che si sviluppa da allora in poi è una base critica di formazione e pratica professionale che ha costantemente bisogno di resistere alle minacce conservatrici e neoconservatrici che si sono diffuse nel corso della storia.

Avendo compreso l'importanza del marxismo e del materialismo storico-dialettico, va notato che, oltre alla critica del modo di produzione capitalistico, alla comprensione delle contraddizioni nei rapporti di produzione e riproduzione del capitale, l'umanesimo è un elemento presente in tutta l'analisi di Marx.

Chi spiega il carattere umanista è Löwy (2018). Nelle parole dell'autore,

---

come anti-umanista, in tono dispregiativo. Marx ha sempre dimostrato il carattere umanista nei suoi studi, il che invalida la posizione di Althusser al riguardo.

> L'umanesimo di Marx denuncia il dominio degli uomini da parte delle cose nel modo di produzione capitalistico che egli paragona – senza identificarlo – all'alienazione religiosa. Ma mentre l'umanesimo pre-marxista, che appare con lo sviluppo dell'economia mercantile, è astratto, "naturalistico", individualista e borghese, quello di Marx è materialista, sociologico, storicista, rivoluzionario, proletario (Löwy, 2018, p. 81).

Ciò che Löwy vuole mostrarci è che, oltre all'analisi e allo studio dell'accumulazione del capitale, analizzando il processo di divisione del lavoro, di sfruttamento della forza lavoro degli esseri umani, Marx riesce allo stesso tempo a indicarci che questo modo di produzione è essenzialmente distruttivo e alienante della razza umana. Con questo, cerca di mostrarci che già nel Capitale Marx si avvicinava all'umanesimo come segue:

> d. La rivelazione dei rapporti tra gli uomini dietro le categorie reificate dell'economia capitalistica;
> e. La critica della "disumanità" del capitalismo;
> f. Il socialismo come possibilità oggettiva di una società in cui la produzione è razionalmente controllata dagli uomini. (Löwy, 2018, p. 81).

Oltre all'analisi dell'Economia Politica, siamo riusciti ad estrarre dal pensiero marxiano elementi essenziali per riflettere sullo sfruttamento e il degrado della vita umana, individuando che da questo pensiero è ancora possibile costruire nuovi percorsi. Compreso, aggiungendoli alle lotte e alle resistenze sociali in cui il Servizio Sociale, come professione, continua ad esercitare.

L'importanza dell'eredità di Marx, sia attraverso la teoria marxiana, il marxismo e il materialismo storico-dialettico, manca di costante riconoscimento e resistenza in tempi il cui ordine è quello di salvare ciò che è più conservatore e anti-umanista. La costruzione di un nuovo ordine sociale, così esaltata nell'impegno etico-politico della professione, sostiene nel marxismo le possibili basi per pensare a una nuova socialità.

CONSIDERAZIONI FINALI

In tempi di neoconservatorismo, di recupero dell'odio, del razzismo, della LGBTfobia, della misoginia, la società si trova di fronte a percorsi oscuri per quanto riguarda la lotta e la resistenza per migliori condizioni di vita, attuate soprattutto attraverso l'accesso ai diritti attraverso le politiche pubbliche e sociali.

Rappresentato da governi e politiche di estrema destra, il neoconservatorismo presuppone novità in termini di tradizionale carattere conservatore, ma finisce per eguagliare i livelli di decadenza intellettuale, sociale, politica e ideologica, imprimendo una nozione di salvataggio ai valori tradizionali come confronto con ciò che si pone.

In questa occasione, è evidente che il Servizio Sociale, in quanto professione critica e alla ricerca di un nuovo ordine sociale, risente anche degli effetti negativi dell'avanzata del neoconservatorismo nella società e anche nella professione. Nell'inversione dei valori e delle congiunture, riaffermando il materialismo storico-dialettico, gli apporti del marxismo e della teoria marxiana si mostrano come resistenze di fronte alle costanti minacce alla prospettiva critica del vedere e analizzare il mondo.

Non dobbiamo dimenticare il carattere umanista che Marx ci ha mostrato, intendendo i suoi contributi per problematizzare la socialità del capitale e il costante e faticoso sfruttamento della forza lavoro e la conseguente alienazione degli esseri umani come fattori che devono essere superati. Il salvataggio umanistico che facciamo leggendo Marx dovrebbe essere visto come l'impulso necessario per problematizzare, riflettere e creare strategie concrete per superare il capitalismo. Da lì, lottare e resistere alla ricerca dell'emancipazione umana e politica che meritiamo come esseri umani e operatori sociali.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **História**. 2024. Disponível em: https://abepss.org.br/historia/ . Acesso em: 17 de nov. 2024.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos socio-históricos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRANDÃO, Camila Silva. Considerações sobre o pragmatismo e seus rebatimentos no Serviço Social. *In:* GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos.** Campinas: Papel Social, 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo.** São Paulo: Editoria Filosófica Politeia, 2019.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Rev. Katálysis**, v. 16, p. 39–49, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-206, ago. a dez., 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Rev. Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 439–461, 2019.

LÖWY, Michael. **Marxismo contra Positivismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Bismark Oliveira da; OLIVEIRA, Maria Tereza de. O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Rev. Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 65–93, 2019.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. **Rev. Temporalis**, v. 1, n. 31, p. 167–188, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Assunção de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Rev. Serviço Social & Sociedade,** n. 122, p. 199–223, 2015.

SERVIÇO SOCIAL NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL:
Gênero, Feminismo e Construções Teóricas na Prática Profissional

Lucilene Barbosa da Silva [59]

Resumo

Este artigo analisa as semelhanças e diferenças entre os contextos do Serviço Social nos Estados Unidos e no Brasil, com foco nas questões de feminismo, gênero e interseccionalidade. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, explora as bases teóricas da profissão em ambos os países, evidenciando o pragmatismo individualista norte-americano e a abordagem crítica e estrutural brasileira. O estudo também aborda a feminização da profissão e as contribuições dos movimentos feministas para a prática profissional, ressaltando como a interseccionalidade ampliou as análises sobre múltiplas opressões. Os resultados destacam as particularidades históricas, culturais e políticas que direcionaram o Serviço Social em cada contexto, além de suas contribuições para políticas públicas e práticas que promovem a equidade de gênero e justiça social. Conclui-se que o fortalecimento do debate teórico-crítico é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da profissão, especialmente no combate às desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Serviço Social, Teorias, Gênero, Feminismo, Interseccionalidade.

Abstract

This article analyzes the similarities and differences between Social Work in the United States and Brazil, focusing on feminism, gender, and intersectionality. This qualitative and descriptive study explores the theoretical foundations of the profession in both countries, highlighting the individualistic pragmatism of the United States and the critical, structural approach of Brazil. The research also addresses the feminization of the profession and the contributions of feminist movements to professional practice, emphasizing how intersectionality has expanded the analysis of multiple forms of oppression. The findings highlight the historical, cultural, and political particularities that have shaped Social Work in each context, as well as their contributions to public policies and practices that promote gender equity and social justice. It concludes that strengthening theoretical and critical debates is essential to addressing the contemporary challenges of the profession, particularly in combating structural inequalities.

Keywords: Social Work, Theories, Gender, Feminism, Intersectionality.

Introdução

[59] Assistente Social, graduada pela Universidade Federal de Pernambuco com especialização em Famílias e Intervenções Psicossociais. Atualmente, é pesquisadora independente na área de feminismo, gênero e serviço social com foco em feminismo, interseccionalidade, políticas públicas. Atua como analista judiciário. E-mail para contato lu1cy@yahoo.com. ORCID : 0009-0001-7638-1087

No Brasil, o Serviço Social tem desempenhado um papel central no enfrentamento das desigualdades de gênero, com ênfase em questões relacionadas à violência contra a mulher e aos direitos reprodutivos. Gradativamente, consolidou-se um arcabouço de conhecimento sobre gênero e feminismo, materializado pela inclusão de disciplinas obrigatórias nos cursos de graduação e pela incorporação de políticas públicas no debate profissional. A abordagem da Lei Maria da Penha no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2016 exemplifica o reconhecimento dessa temática como parte estruturante da formação acadêmica e intervenção profissional.

No contexto brasileiro, as relações de gênero também revelam assimetrias de poder entre homens e mulheres, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. A profissão de assistente social, majoritariamente feminina, está marcada pelo fenômeno da "feminização", que reflete posições subalternas, baixa remuneração e pouco prestígio social (Cisne, 2004, p. 20). Essa realidade é amplamente discutida no Serviço Social, especialmente a partir do movimento de Reconceituação, iniciado na década de 1960. A vertente crítica marxista, consolidada nesse período, permanece como base teórica importante para a formação e prática profissional até os dias atuais.

Nos Estados Unidos, o Serviço Social se consolidou como profissão durante a Era Progressista, no início do século XX, período marcado pela reforma social e pela presença expressiva de mulheres ativistas. A primeira onda feminista, focada na luta pelo direito ao voto, teve impacto direto na atuação das pioneiras do Serviço Social, como Jane Addams e Mary Richmond. Durante a segunda onda, na década de 1960, assistentes sociais e educadores feministas passaram a articular perspectivas críticas na prática profissional. Em 1975, a Associação Nacional de Assistentes Sociais (NASW) criou o Comitê Nacional de Questões Femininas, resultando no desenvolvimento do Projeto de Prática Feminista, voltado para a sistematização de teorias e modelos feministas aplicados ao Serviço Social (Bricker-Jenkins & Hooyman, 1983).

Ao longo das décadas, o Serviço Social norte-americano manteve consistência em alguns princípios fundamentais, como o empoderamento, a construção de relacionamentos, a análise contextual e a busca por mudanças sociais. A prática profissional nos Estados Unidos enfatiza a resolução de problemas, a intervenção multinível e o fortalecimento individual, características que influenciaram o modelo generalista adotado na profissão.

Este estudo propõe analisar as semelhanças e diferenças entre os contextos do Serviço Social nos Estados Unidos e no Brasil, com foco nas questões de feminismo e gênero. O objetivo é destacar a composição teórico-metodológica que sustenta a prática profissional nos

dois países, evidenciando como os Estados Unidos priorizam métodos clínicos e o fortalecimento individual, enquanto o Brasil se caracteriza por uma abordagem crítica e estrutural.

2. Revisão de Literatura

1. Teorias do Serviço Social nos Estados Unidos

No contexto do Serviço Social, a "teoria" é compreendida como um conjunto de conceitos, hipóteses e princípios que orientam a prática profissional (Heam, 1958; Siporin, 1989; Unrau, Gabor e Grinnell, 2006). Historicamente, essa construção teórica desenvolveu-se de forma simultânea em diferentes contextos, resultando em abordagens como o casework individual nos Estados Unidos e as intervenções comunitárias inspiradas pelo trabalho de Jane Addams.

A contribuição de Mary Richmond como fundadora do casework foi inovadora ao introduzir um método científico que incluía investigação social, diagnóstico e intervenção sistemática (Turner, 1986). Por outro lado, Gordon Hamilton trouxe um olhar integrador ao incorporar a psicanálise, enriquecendo a prática com uma compreensão das relações humanas e dos processos de mudança. Embora fundamentais, essas abordagens, ao priorizar o indivíduo e suas circunstâncias, frequentemente negligenciaram as dimensões sociais e estruturais dos problemas, limitando a análise crítica do Serviço Social.

Parad introduziu a psicologia do ego na prática profissional por meio de obras como *Ego Psychology and Dynamic Casework* e *Ego-Oriented Casework*, embora suas contribuições não apresentassem grandes inovações teóricas (Parad, 1958b; Parad e Muller, 1963). Essa abordagem, derivada do freudismo norte-americano, é considerada relevante para o Serviço Social, pois “advogava o fortalecimento do ego para que ele fosse capaz de dominar suas pulsões e, assim, se adaptar melhor a seu ambiente social” (Nicácio, 2008, p. 3-4).

Florence Hollis e Helen Harris Perlman, por sua vez, desenvolveram modelos próprios que ampliaram a compreensão teórica e prática do Serviço Social. Suas obras, *O Sistema do Psicossocial* e *O Processo de Resolução de Problemas*, representaram um avanço significativo na profissão (Hollis, 1964; Perlman, 1957). O conceito de sistema psicossocial aborda as necessidades sociais, emocionais e de saúde mental dos indivíduos, enfatizando o cuidado integral oferecido para atendê-las. Nesse sentido, Johnson (2007, p. s/n) afirma que “outros

profissionais de saúde podem contribuir para atender as necessidades psicossociais e melhorar a qualidade de vida, que dependem também dos processos e ambiente geral no lar da pessoa."

Nas últimas décadas, no contexto da prática de assistência social, uma tendência marcante foi a especialização e fragmentação de métodos voltados para diferentes áreas de intervenção, como atendimento individual, trabalho com grupos e intervenções familiares. No entanto, essa fragmentação revelou a necessidade de uma base teórica mais plural e integrada, capaz de responder à crescente complexidade das demandas profissionais no Serviço Social (Turner, 1986).

A evolução das teorias no Serviço Social demonstra um equilíbrio entre a busca por integração e a valorização da diversidade teórica. Durante a década de 1970, o entusiasmo pela experimentação de novas abordagens trouxe inovação à prática profissional. Nos anos 1980, a ênfase deslocou-se para uma reflexão crítica sobre a construção teórica e a validação empírica, fortalecendo, assim, a base científica da profissão (Turner, 1986). Nesse cenário, a teoria de sistemas, desenvolvida por autores como Lutz, destacou-se ao ampliar a compreensão das dinâmicas sociais e institucionais, oferecendo uma abordagem integradora (Lutz, 1956).

Na contemporaneidade, o ecletismo teórico consolidou-se como prática comum no Serviço Social, permitindo a combinação de elementos de diferentes teorias para desenvolver intervenções mais eficazes. Além disso, a abordagem baseada em evidências ganhou destaque, valorizando a prática fundamentada em resultados comprovados e experiências documentadas (Turner, 1986).

O Serviço Social nos Estados Unidos surgiu no final do século XIX, em resposta às transformações sociais provocadas pela Revolução Industrial e pela urbanização. Esse período foi marcado por desigualdades sociais e pobreza, o que impulsionou iniciativas voltadas para atender as populações mais vulneráveis. Mary Richmond, em sua obra pioneira *Social Diagnosis*, sistematizou métodos de intervenção individual, enquanto Jane Addams, fundadora da Hull House, promoveu ações comunitárias voltadas para a inclusão social. Essas iniciativas foram cruciais para a institucionalização do Serviço Social, com forte influência em países como o Brasil (Pereira, 2016).

A criação das Charities Organization Societies (C.O.S) representou um marco na assistência social norte-americana ao introduzir uma abordagem lógica e racional para o trabalho social (Vieira, 1984). Posteriormente, o Serviço Social nos Estados Unidos incorporou elementos da psicanálise, especialmente da psicologia do ego, como ferramenta para fortalecer a adaptação social dos indivíduos. Essa abordagem, amplamente adotada, priorizou a subjetividade individual como foco central de intervenção. Contudo, Jacques Lacan criticou a

psicologia do ego como uma "ideologia adaptacionista", argumentando que ela ignorava as determinações sociais e perpetuava uma visão fragmentada da subjetividade, alinhada aos interesses do capitalismo (Duarte, 2010).

A crítica marxista à concepção burguesa de subjetividade, que separa o indivíduo das relações sociais, oferece uma perspectiva mais abrangente para analisar as questões sociais (Duarte, 2010). Ao reconhecer a subjetividade como um processo social e histórico, o Serviço Social pode desenvolver práticas mais eficazes e emancipatórias. No entanto, as teorias psicossociais, embora tenham contribuído significativamente para a compreensão da subjetividade, apresentam limitações importantes que devem ser criticamente analisadas.

Uma dessas limitações é a fragmentação e individualização da subjetividade, o que pode dificultar a análise e intervenção em problemas sociais estruturais que demandam ações coletivas e transformações sociais. A ênfase excessiva no indivíduo pode conduzir à priorização de intervenções individuais, em detrimento de ações coletivas e de transformação social (Duarte, 2010). Além disso, essa fragmentação pode restringir a capacidade crítica do assistente social, impedindo-o de identificar as causas estruturais dos problemas sociais e formular respostas mais abrangentes e efetivas.

3. Feminismo e Gênero no Serviço Social

A trajetória dos movimentos feministas nos Estados Unidos pode ser dividida em três ondas principais. A primeira onda foi marcada pela luta pelo sufrágio e pela igualdade de direitos civis e políticos, culminando na conquista do direito ao voto (Pinto, 2010). Essa fase influenciou o Serviço Social, pois a predominância de mulheres na profissão refletiu um engajamento ativo nas lutas por direitos iguais. No entanto, a perspectiva de gênero ainda era limitada, muitas vezes reforçando papéis tradicionais e valores burgueses.

A segunda onda, nos anos 1960, trouxe novos focos, como os direitos sexuais e reprodutivos, a igualdade formal e a contestação dos papéis de gênero impostos às mulheres. Nesse contexto, o Serviço Social passou a abordar as questões de gênero de forma mais crítica, implementando programas e serviços específicos para mulheres vítimas de violência e desigualdades sociais. Surgiu o conceito de empoderamento feminino, e as assistentes sociais começaram a atuar como agentes de transformação social, promovendo a autonomia das mulheres e a desconstrução das normas sociais opressoras. A década de 1970, como consequência das revoltas de 1968, fortaleceu a segunda onda feminista não apenas nos países

industrializados, mas também em grande parte da América Latina, abrangendo tanto o feminismo contracultural de esquerda quanto o feminismo liberal (Hollanda, 2020, p. 225).

A terceira onda, iniciada na década de 1990, adotou uma perspectiva mais inclusiva e interseccional, ampliando o debate para temas como raça, classe social, sexualidade e identidade de gênero. Para o Serviço Social, essa evolução trouxe um olhar mais diversificado e crítico, considerando diferentes identidades e experiências das mulheres, incluindo raça, classe, orientação sexual e deficiência (Nogueira, 2001). O debate sobre gênero passou a incorporar a crítica à universalização das desigualdades, destacando-se a complexidade e as múltiplas opressões vivenciadas.

Contudo, nos Estados Unidos, afirmar que o Serviço Social trabalha, em sua totalidade, para acabar com a opressão e promover princípios feministas seria uma simplificação inadequada. Reisch e Andrews (2002) destacam que, na contemporaneidade, o ambiente social, político e econômico prioriza a prática clínica e os resultados imediatos, com menor ênfase atribuída à transformação social. Carreiras voltadas para a prática clínica têm se mostrado mais lucrativas e prestigiadas, enquanto as oportunidades voltadas para mudanças sociais permanecem limitadas.

O termo "interseccionalidade" foi introduzido em 1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, que criticou a tendência do feminismo negro de abordar “raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas de experiência e análise”. Ela argumentou que essa abordagem apaga teórica e politicamente as experiências das mulheres negras, especialmente no enfrentamento das discriminações raciais e de gênero. No Serviço Social brasileiro, a interseccionalidade visibiliza as múltiplas opressões, desnaturaliza as desigualdades, amplia a compreensão sobre a diversidade e fortalece a luta por direitos (Pinto, 2010). Práticas profissionais pautadas nessa perspectiva envolvem a análise crítica das situações, o empoderamento, a articulação com outros setores e a desconstrução de preconceitos e estereótipos que perpetuam as desigualdades sociais.

A teoria feminista norte-americana combina perspectivas feministas e multiculturais, refletindo mudanças significativas nos papéis familiares. Ela reconhece a pluralidade das experiências femininas, promovendo intervenções que valorizam identidades diversas e vivências particulares. Essas abordagens têm influenciado diretamente as áreas de intervenção do Serviço Social, incluindo atendimentos individuais, familiares, grupais e comunitários (Turner, 1986). Além disso, as teorias feministas têm contribuído para o desenvolvimento de políticas públicas e pesquisas voltadas para a equidade de gênero.

Nos Estados Unidos, o feminismo e o Serviço Social compartilham um compromisso histórico com a transformação social, fortalecendo a luta por equidade de gênero desde o século XIX (Bell, 2009). Esse compromisso é reforçado pela predominância de mulheres na profissão, que têm integrado princípios feministas em sua prática ao longo de mais de um século. O movimento feminista exerceu um papel fundamental, influenciando políticas públicas e intervenções comunitárias.

Em termos de políticas públicas, um exemplo significativo é a Lei da Violência Doméstica (*Violence Against Women Act*), que oferece proteção legal e recursos para mulheres vítimas de violência. O movimento feminista também pressionou por investimentos em programas sociais, como abrigos para mulheres, creches e programas de educação profissional (Turner, 1986).

Quanto às intervenções comunitárias, o Serviço Social norte-americano apresenta práticas concretas, como abrigos para mulheres vítimas de violência, programas de educação não formal e ações de advocacia para a implementação de políticas de licença parental. Wendt e Mourling (2018) destacam princípios fundamentais que orientam a prática feminista no Serviço Social: justiça social, uma postura crítica e reflexiva e a valorização das experiências pessoais como forma de ação política.

Por fim, os assistentes sociais têm a responsabilidade ética e profissional de fundamentar suas práticas em teorias sociais alinhadas aos valores do trabalho social, conforme estabelece o Código de Ética do/a Assistente Social (1993). O debate teórico é essencial para compreender como as pessoas interpretam suas experiências e dão sentido ao mundo ao seu redor, sendo indispensável para uma atuação crítica e eficaz no campo do Serviço Social.

4 Serviço Social Brasileiro e o Movimento de Reconceituação

As bases teóricas do Serviço Social brasileiro estão profundamente enraizadas nas Ciências Sociais, especialmente a partir dos debates da década de 1970. Nesse período, emergiu uma resistência crescente a expressões teóricas de esquerda consideradas irracionalistas, muitas vezes articuladas ao movimento da pós-modernidade e ao neoconservadorismo (Coutinho, 2010). Esse cenário levou ao abandono de perspectivas críticas, que valorizavam a historicidade e a práxis humanista, enquanto a burguesia, ao consolidar sua hegemonia, rejeitava a razão dialética e restringia o pensamento crítico.

Com a consolidação da burguesia como classe dominante, houve um esforço para justificar o status quo por meio de construções teóricas limitadoras. Essa estratégia reduziu o

espaço para análises abrangentes da realidade social e substituiu a razão dialética por métodos fragmentados, comprometendo a compreensão das dinâmicas estruturais (Coutinho, 2010, p. 22). Lukács (2010, p. 51) descreve esse fenômeno como a "decadência ideológica da burguesia", que ocorre quando a classe dominante alcança o poder político e desloca a luta de classes para um plano secundário. Essa marginalização do marxismo, substituído por métodos formalistas e apologéticos, resulta em análises superficiais e desprovidas de profundidade crítica.

Segundo Lukács (2010), a fragmentação excessiva da sociologia moderna desconsidera a perspectiva histórica dos fenômenos sociais. No contexto do Serviço Social, essa fragmentação compromete a compreensão das relações estruturais que conformam as desigualdades, reduzindo a eficácia das intervenções profissionais. A busca pela neutralidade científica ignora as leis que regem a sociedade, tratando os fenômenos sociais de maneira equivalente e descontextualizada. Coutinho (2010) reafirma que a compreensão revolucionária do homem e da sociedade está ancorada na historicidade e na contradição social, enquanto Lukács propõe as categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética como ferramentas essenciais para uma análise crítica e emancipatória (Silva, 2023).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano, iniciado na década de 1960, representou um marco histórico na renovação da profissão. O movimento criticou o Serviço Social Tradicional e buscou adaptar a prática profissional às particularidades sociais e históricas da América Latina. No Brasil, os impactos foram fundamentais para a crítica ao tradicionalismo e o desenvolvimento de novas perspectivas teórico-metodológicas, rompendo com práticas conservadoras (Netto, 2009).

A aproximação do marxismo no Serviço Social brasileiro, embora marcada por debates e divergências, consolidou uma ruptura com a prática tradicional. Essa apropriação, no entanto, não foi linear, sendo influenciada pelo marxismo de manual e pelo cientificismo estruturalista do althusserianismo. Yazbek (2009) destaca que essa vertente, embora considerada um “marxismo equivocado”, marcou o início de uma prática comprometida com a transformação social.

A Reconceituação permanece como um movimento relevante até os dias atuais. Influenciou a formulação do Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996), consolidando o projeto ético-político do Serviço Social. Netto (2001) destaca que “quarenta anos depois, a Reconceituação continua viva como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo”. A partir desse período, o projeto

ético-político promoveu qualificação acadêmica, debate teórico e o fortalecimento da pesquisa (ABEPSS, 2015, p. 2).

A partir do final da década de 1990, as discussões de gênero ganharam espaço no Serviço Social brasileiro. Em 1996, essas questões foram incorporadas às diretrizes curriculares dos cursos de graduação pela ABEPSS, consolidando-as como temas transversais na formação profissional. Lima (2014) destaca que a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) fortaleceu a inserção das discussões de gênero nas práticas e na formação acadêmica. Machado (2000) ressalta que os estudos de gênero influenciaram a formulação de políticas públicas, revelando as contribuições históricas das mulheres frequentemente negligenciadas.

No Brasil, o movimento feminista tem raízes nas lutas da classe trabalhadora, iniciadas por mulheres escravizadas e indígenas, que resistiram às opressões e pavimentaram o caminho para a igualdade de gênero. O movimento desenvolveu-se em três ondas: a primeira focou no direito ao voto e na participação política; a segunda, influenciada pelo feminismo internacional, abordou os direitos sexuais e reprodutivos; e a terceira onda trouxe a diversidade e interseccionalidade para o centro do debate, utilizando as novas tecnologias como ferramentas de mobilização (Pinto, 2010).

A Reconceituação, ao incorporar a crítica à ordem social, trouxe ao Serviço Social uma análise das desigualdades de gênero e um compromisso com o empoderamento. Torres (2006, p. 4) observa que, embora a prática profissional tenha buscado adequar os indivíduos à ordem social, também trouxe à tona debates sobre os impactos da subalternidade na vida em sociedade.

As Diretrizes Curriculares de 1996 representaram um marco na formação profissional em Serviço Social. Elaboradas pela ABEPSS, essas diretrizes consolidaram o projeto ético-político, priorizando os direitos humanos, a justiça social e a luta contra as desigualdades (Torres, 2006, p. 8). Salvan e Lusa (2023) destacam a formação generalista, que capacita os assistentes sociais a atuarem em diversos campos, articulando teoria e prática. Barbosa, Barbosa e De Paula (2018) enfatizam que essa valorização da pesquisa e da extensão produziu bibliografia própria e ampliou a articulação entre ensino e prática profissional.

As consequências práticas foram amplas, incluindo:

1. Ampliação do campo de atuação: Assistentes sociais passaram a atuar em centros de saúde, escolas, movimentos sociais e órgãos governamentais.
2. Fortalecimento da participação política: Tornaram-se protagonistas na formulação de políticas públicas e na defesa de direitos sociais.

3. Inovação nas práticas profissionais: A formação qualificada e a valorização da pesquisa permitiram o desenvolvimento de práticas mais eficazes e alinhadas às demandas contemporâneas.
4. Maior visibilidade da profissão: As diretrizes consolidaram o papel do/a assistente social como agente de transformação social (Moniec; Gonzáles, 2009; Faleiros, 1990).

3. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo é baseada em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, com foco em uma revisão bibliográfica. Essa escolha metodológica permite a análise aprofundada das bases teóricas e práticas do Serviço Social nos Estados Unidos e no Brasil, especialmente no que tange às questões de gênero e feminismo.

Este artigo utiliza a revisão bibliográfica como principal ferramenta metodológica, proporcionando uma análise sistemática de textos acadêmicos e documentos relevantes para o tema em questão. A abordagem qualitativa é apropriada para explorar as dinâmicas históricas e teóricas do Serviço Social, enquanto o caráter descritivo possibilita uma apresentação detalhada das similaridades e diferenças entre os contextos estudados.

As fontes analisadas incluem obras clássicas e contemporâneas de autores renomados no campo do Serviço Social, feminismo e gênero, como Mary Richmond, Gordon Hamilton e José Paulo Netto, bem como estudos recentes sobre práticas profissionais nos dois países. A seleção dos textos foi guiada pelos seguintes critérios:

1. **Relevância temática**: Fontes que discutem diretamente Serviço Social, gênero e feminismo. 2. **Impacto acadêmico:** Textos amplamente citados ou reconhecidos como marcos teóricos na área. 3. **Diversidade temporal:** Obras clássicas para contextualizar a evolução histórica e textos contemporâneos para compreender os debates atuais. Os textos foram analisados em três etapas principais: 1. **Levantamento Temático**: Identificação das teorias e conceitos centrais que direcionaram o Serviço Social nos Estados Unidos e no Brasil. 2. **Comparação Contextual**: Análise das influências culturais, políticas e históricas em ambos os contextos. 3. **Síntese Crítica**: Organização dos achados em subtemas que refletem as semelhanças e diferenças, bem como as contribuições específicas de cada país para a profissão.

5. Resultados

Os resultados desta análise revelam nuances importantes sobre as influências teóricas e práticas no Serviço Social em ambos os países.

Nos Estados Unidos, a Psicologia do Ego foi amplamente adotada como fundamento teórico, advogando o fortalecimento do ego para que o indivíduo pudesse dominar suas pulsões e adaptar-se melhor ao ambiente social. O ideal era um adulto bem-sucedido, produtivo, e em harmonia familiar, o que representava a visão predominante de “cura” e adaptação. Essa abordagem, fundamentada em teorias pragmáticas e psicossociais, trouxe uma perspectiva individualista, que ainda caracteriza parte das práticas norte-americanas (Nicácio, 2008; Parad, 1958b). Autores como Mary Richmond e Gordon Hamilton contribuíram significativamente para a sistematização do trabalho social, ao priorizar métodos de intervenção baseados na adaptação social e no fortalecimento do indivíduo. Contudo, a crítica marxista destaca as limitações desse enfoque, que tende a negligenciar as estruturas sociais e econômicas responsáveis por gerar as desigualdades (Duarte, 2010).

Nos Estados Unidos, as políticas sociais também refletem essa perspectiva individualista. O Temporary Assistance for Needy Families (TANF), por exemplo, enfatiza o trabalho como condição para assistência, delegando a provisão de serviços a organizações privadas e reforçando a lógica mercadológica. A visão de "mercado competitivo" estimula a disputa entre organizações, mas precariza o acesso universal aos serviços sociais e impacta negativamente grupos vulneráveis, como mulheres, idosos e pessoas com deficiência (Reisch & Andrews, 2002).

No Brasil, as discussões de gênero emergiram de forma mais lenta, mas ganharam força no final dos anos 1990, especialmente no contexto do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Esse movimento incorporou elementos críticos, como o marxismo, para abordar as desigualdades estruturais que afetam as mulheres em posições sociais subalternas. Segundo Netto (2009), o Serviço Social brasileiro passou a priorizar o entendimento das desigualdades enquanto fenômenos estruturais e históricos, em oposição ao individualismo. O impacto dessas discussões é visível na formação profissional, que passou a incorporar a interseccionalidade como categoria analítica para compreender as múltiplas opressões (Crenshaw, 2004).

As diferenças históricas e culturais entre os dois países conformaram abordagens distintas no Serviço Social. Enquanto o pragmatismo norte-americano prioriza intervenções individuais e psicoterapêuticas, a perspectiva crítica brasileira se volta para a coletivização e a transformação social.

Nos Estados Unidos, há forte ênfase na individualização, com foco em intervenções voltadas para o desenvolvimento de habilidades individuais e na solução de problemas a partir das dinâmicas familiares. A prática do casework é um exemplo clássico dessa abordagem, que, ao longo do tempo, foi influenciada pela visão de menor intervenção estatal. O modelo de gestão pública, pautado pela competitividade de mercado, limita o papel do Estado e prioriza soluções de curto prazo, aprofundando as desigualdades e precarizando o atendimento (Reisch & Andrews, 2002).

No Brasil, o Estado adota um papel mais intervencionista, com políticas sociais abrangentes que garantem maior universalidade no acesso a direitos. O Serviço Social atua em diversas áreas, como saúde, educação e assistência social, buscando assegurar a justiça social e enfrentar as desigualdades. Exemplos emblemáticos incluem os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, políticas de habitação popular, e programas de combate à violência doméstica.

Além disso, o Serviço Social brasileiro destaca-se pela incorporação do feminismo e da interseccionalidade em suas práticas:

1. **Pesquisa e produção de conhecimento:** O Serviço Social desenvolveu uma base crítica e transformadora, abordando temas como gênero, raça, classe e sexualidade (Hooks, 2019).
2. **Formação profissional:** Os currículos acadêmicos incorporaram discussões sobre gênero, interseccionalidade e diversidade, preparando profissionais mais conscientes e preparados para atuar em contextos complexos (Lima, 2014; Salvan & Lusa, 2023).
3. **Práticas profissionais:** Grupos de mulheres, projetos de empoderamento e ações afirmativas são implementados para promover a igualdade de gênero e combater as desigualdades sociais (Nogueira, 2001).
4. **Políticas públicas:** O Serviço Social influenciou a formulação e implementação de políticas que visam garantir os direitos das mulheres e outros grupos vulneráveis, em sintonia com o Código de Ética da profissão (Brasil, 2012).

Apesar das diferenças, os contextos brasileiro e norte-americano compartilham desafios semelhantes, como:

- Aprofundar as discussões sobre interseccionalidade para consolidar práticas inclusivas;
- Fortalecer práticas emancipatórias que integrem gênero, classe e raça como categorias analíticas;

- Superar a resistência institucional à implementação de políticas feministas e de combate às desigualdades.

Diante do exposto, observa-se que, enquanto o modelo norte-americano privilegia intervenções individualistas e soluções mercadológicas, o Serviço Social brasileiro prioriza uma abordagem crítica, coletiva e estrutural. Essa perspectiva busca a transformação social e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para os grupos historicamente marginalizados.

5. Discussão

A análise realizada permite uma reflexão aprofundada sobre as influências teóricas e os desafios enfrentados pelo Serviço Social em ambos os países.

O feminismo desempenhou um papel essencial na prática profissional nos Estados Unidos e no Brasil, embora de maneiras distintas. Nos Estados Unidos, ele influenciou diretamente as práticas, alinhando-se às demandas de igualdade de gênero e diversidade. No Brasil, a incorporação do feminismo ocorreu em diálogo com a crítica marxista, ampliando o debate para incluir questões de classe e raça. A perspectiva feminista marxista representa um significativo repertório de análise para a leitura do cenário atual das relações de opressão-exploração em face do desmonte de direitos e de políticas públicas sob os tempos de desdemocratização (Biroli; Vaggione, 2020). Há que se registrar que tanto o método materialista histórico e dialético quanto as categorias marxianas têm validação científica, cuja verificação ocorre pela processualidade histórica. Ambos se configuram muito atuais, pois ainda explicam o movimento imanente da sociabilidade burguesa.

Além disso, é importante destacar que a atuação das assistentes sociais brasileiras, influenciada pela perspectiva feminista crítica, tem buscado aliar os debates de gênero às especificidades regionais, como as opressões enfrentadas por mulheres negras e indígenas. Essa intersecção entre gênero, raça e classe proporciona uma análise mais completa das dinâmicas de exclusão e permite a construção de estratégias mais eficazes de intervenção.

Enquanto o Serviço Social norte-americano valoriza a adaptação social e individual, o brasileiro adota uma perspectiva mais estrutural, abordando as desigualdades como fenômenos históricos e sociais. Essa diferença reflete as limitações de uma abordagem pragmática frente aos avanços teóricos e críticos que caracterizam o Serviço Social brasileiro. Nos Estados Unidos, a adaptação social consistia em um serviço social de casos individuais que desenvolvia a personalidade, reajustando-a consciente e individualmente a seu meio social. O termo

"Questão Social", por exemplo, amplamente utilizado no Serviço Social brasileiro, não é encontrado na produção e debate norte-americano da profissão.

Essa ausência evidencia uma distinção relevante: o Serviço Social brasileiro considera a "Questão Social" como um fenômeno estrutural e permanente das relações de exploração no capitalismo, exigindo, portanto, uma atuação crítica e coletiva. Já nos Estados Unidos, a perspectiva liberal conduz a uma visão individualizada dos problemas sociais, frequentemente associada à busca de soluções pontuais e adaptativas.

Os Estados Unidos e Brasil enfrentam desafios comuns, como a resistência institucional à implementação de práticas feministas e interseccionais. Além disso, a falta de articulação entre teoria e prática limita o alcance das intervenções profissionais em questões de gênero e feminismo.

As questões relacionadas ao feminismo e gênero no Serviço Social por si só já remetem historicamente ao fato de a profissão se caracterizar pela “feminização”, diante do trabalho que realiza, sendo o gênero uma de suas dimensões. Essa realidade se evidencia pelo fato de a profissão ser desenvolvida em sua maioria por mulheres, refletindo a inserção desigual no mercado de trabalho, com menor remuneração e prestígio social, caracterizando-a como uma "profissão feminina" (Cisne, 2004). Neste contexto, gênero e Serviço Social relacionam-se devido à problematização desta feminização.

Essa feminização da profissão não apenas reflete as relações de poder desiguais na sociedade, mas também demanda uma análise crítica que considere o impacto dessas dinâmicas na prática profissional. Assistentes sociais, ao trabalharem diretamente com populações vulneráveis, tornam-se agentes fundamentais na desconstrução de estereótipos de gênero e na promoção da equidade social.

Destaca-se, neste contexto, que a interseccionalidade consolida práticas de inclusão e integração no Serviço Social, enquanto possibilidades de direção a ser percorrida frente à compreensão e imbricação das desigualdades sociais e suas dimensões. Nesta direção, dentre a população com quem o Serviço Social atua, mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade porque, em termos coletivos, encontram-se na base da pirâmide ocupacional, bem como seus status social é inferior ao de qualquer outro grupo. “Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe” (Hooks, 2019, p.26). Crenshaw identifica a discriminação racial e a discriminação de gênero, para compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. “Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam” (Crenshaw, 2004, p. 8-9).

A interseccionalidade constitui um desafio, pois aborda diferenças dentro da diferença. Diante do exposto, constitui-se um desafio incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Crenshaw (2004, p. 9), destaca que “as mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes.”

A implementação de práticas interseccionais no Serviço Social, no entanto, requer políticas públicas que considerem as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade. Profissionais da área devem atuar não apenas como mediadores, mas também como agentes de denúncia e transformação, buscando articular ações em diferentes níveis de intervenção.

Diante destas reflexões, é necessário para o exercício profissional do Serviço Social ampliar a perspectiva crítica e interseccional, indo além das particularidades profissionais. Esse movimento é fundamental para compreender a inserção histórica e social da profissão, reforçando seu compromisso com a transformação das relações de poder e a promoção de práticas emancipatórias.

6. Considerações Finais

Este estudo realizou uma análise comparativa entre o Serviço Social nos Estados Unidos e no Brasil, com foco nas influências teóricas e nos desafios da prática profissional. Os resultados apontaram que o Serviço Social norte-americano é fortemente influenciado por abordagens pragmáticas e psicossociais, enquanto no Brasil, as teorias críticas e o Movimento de Reconceituação possibilitaram a incorporação de gênero e feminismo de forma mais estruturada na formação e na prática profissional.

Além disso, identificou-se que a interseccionalidade, embora ainda em desenvolvimento em ambos os contextos, apresenta grande potencial para fortalecer práticas mais inclusivas e integradoras no Serviço Social. Essa perspectiva oferece um caminho promissor para compreender e enfrentar as múltiplas dimensões das desigualdades sociais, ampliando as possibilidades de intervenção profissional.

O artigo contribui para a compreensão das particularidades históricas e culturais que direcionaram o Serviço Social nos dois países, ressaltando a importância do diálogo teórico e metodológico entre abordagens pragmáticas e críticas. No contexto contemporâneo, marcado pelo avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo, torna-se ainda mais urgente que o

Serviço Social atue criticamente na defesa dos direitos sociais, em especial no combate às desigualdades de gênero, raça e classe.

Ao oferecer esse panorama comparativo, este estudo não apenas ilumina as trajetórias do Serviço Social, mas também aponta para a necessidade de aprofundar debates sobre interseccionalidade e práticas emancipatórias. A crítica brasileira à perspectiva individualista predominante no Serviço Social norte-americano representa uma contribuição teórica significativa, ampliando a compreensão sobre as desigualdades estruturais e a necessidade de práticas coletivas e transformadoras.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a dependência de fontes bibliográficas, o que restringe a análise de dados empíricos sobre as práticas profissionais contemporâneas. Pesquisas futuras poderiam investigar como as discussões de gênero e interseccionalidade estão sendo aplicadas em contextos específicos, tanto na formação acadêmica quanto na atuação prática de assistentes sociais. Além disso, seria relevante explorar como os princípios do feminismo e da interseccionalidade podem ser integrados de forma mais ampla em políticas públicas e programas sociais, contribuindo para a equidade de gênero e a redução das desigualdades estruturais.

Essas investigações podem fortalecer ainda mais o papel do Serviço Social como uma profissão comprometida com a transformação social, a promoção da justiça e a garantia dos direitos humanos, especialmente em um cenário marcado por retrocessos sociais e políticos.

Referências

ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Diretrizes gerais. Brasília, 2015.

BARBOZA, Fernanda Luma Guilherme; BARBOSA, Guilherme; BARBOSA, Irene Ferreira Guilherme; DE PAULI, Aline Batista. A importância da extensão na formação do assistente social: experiência com usuários de crack. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2018.

BELL, A. C.; D'ZURILLA, T. J. Problem-solving therapy for depression: a meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, v. 29, p. 348-353, 2009.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRICKER-JENKINS, Mary; HOOYMAN, Nancy. Feminist pedagogy in education for social change. *Feminist Teacher*, v. 2, n. 2. Universidade de Illinois Press, 1983.

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão**. 200 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFPE, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DUARTE, Constância Lima. **Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 101, 2010.

HAMILTON, Gordon. *Theory and practice of social casework*. 1951.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOLLIS, F. *Casework: a psychosocial therapy*. 3. ed. New York: Random House, 1964.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JOHNSON, Stephanie R. Comunicação à Eliana Zucchi por e-mail. *American Psychological Association*, 21 mar. 2007.

LIMA, Rita L. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. *Serviço Social & Sociedade*, n. 117, 2014.

LUKÁCS. **Marx e o problema da decadência ideológica**. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUTZ, W. Concept and principles underlying casework practice. *Washington DC*: National Association of Social Workers, 1956.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** *Série Antropologia*, n. 284. Brasília, 2000.

MONIEC, S.; GONZÁLEZ, R. El quehacer profesional en las instituciones de política social en Misiones. In: AQUIN, N.; CARO, R. (Org.). *Políticas públicas, derechos y Trabajo Social en el Mercosul*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2009. p. 167-186.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: *30 Anos do*

Congresso da Virada. Brasília: CFESS; CRESS – SP; ABEPSS; Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, 2009.

NICÁCIO, E. M. **Serviço Social e subjetividade**. *Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social*, n. 18, p. 46-70, 2008.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001.

PARAD, H. J. *Ego psychology and dynamic casework: problems and perspectives*. 1958.

PARAD, H. J.; MILLER, R. *Ego-oriented casework: problems and perspectives*. New York: Family Service Association of America, 1963.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.

REISCH, Michael; ANDREWS, Janice. **O caminho não percorrido: uma história do trabalho social radical nos Estados Unidos**. Brunner-Routledge: Taylor & Francis Group, 200.

RICHMOND, Mary. *Social diagnosis*. New York: Russell Sage Foundation, 1917.

SALVAN, João Vitor; LUSA, Mailiz Garibotti. O perfil generalista do Serviço Social: da especialização à criticidade. *9º Encontro Internacional de Política Social*. Vitória, ES, 2023.

SILVA, Olga Myrla Tabaranã da. Teorias sociais e Serviço Social: análise sobre a condição do Serviço Social na Região Metropolitana de Belém/PA. *Textos & Contextos*, v. 22, n. 1, 2023.

TORRES, M. M. **A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social**. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TURNER, F. J. *Social work treatment: interlocking theoretical approaches*. 3. ed. New York: Free Press, 1986.

UNRAU, Yvonne A.; GABOR, Peter A.; GRINNELL Jr, Richard M. *Evaluation in Social Work: the art and science of practice*. Oxford University Press, 2006.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Precursores e pioneiros**. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

SERVIZIO SOCIALE NEGLI STATI UNITI E NEL BRASILE:
Genere, Femminismo e Costruzioni Teoriche nella Pratica Professionale

Lucilene Barbosa da Silva [60]

Riassunto

Questo articolo analizza le somiglianze e le differenze tra i contesti del lavoro sociale negli Stati Uniti e in Brasile, concentrandosi su questioni di femminismo, genere e intersezionalità. La ricerca, di carattere qualitativo e descrittivo, esplora le basi teoriche della professione in entrambi i paesi, evidenziando il pragmatismo individualistico americano e l'approccio critico e strutturale brasiliano. Lo studio affronta anche la femminilizzazione della professione e i contributi dei movimenti femministi alla pratica professionale, evidenziando come l'intersezionalità abbia ampliato le analisi delle molteplici oppressioni. I risultati evidenziano le particolarità storiche, culturali e politiche che hanno guidato il Lavoro Sociale in ogni contesto, oltre ai suoi contributi alle politiche e alle pratiche pubbliche che promuovono l'equità di genere e la giustizia sociale. Si conclude che il rafforzamento del dibattito teorico-critico è essenziale per affrontare le sfide contemporanee della professione, soprattutto nella lotta alle disuguaglianze strutturali.

Parole chiavi: Servizio sociale, teorie, genere, femminismo, intersezionalità.

Abstract

This article analyzes the similarities and differences between Social Work in the United States and Brazil, focusing on feminism, gender, and intersectionality. This qualitative and descriptive study explores the theoretical foundations of the profession in both countries, highlighting the individualistic pragmatism of the United States and the critical, structural approach of Brazil. The research also addresses the feminization of the profession and the contributions of feminist movements to professional practice, emphasizing how intersectionality has expanded the analysis of multiple forms of oppression. The findings highlight the historical, cultural, and political particularities that have shaped Social Work in each context, as well as their contributions to public policies and practices that promote gender equity and social justice. It concludes that strengthening theoretical and critical debates is essential to addressing the contemporary challenges of the profession, particularly in combating structural inequalities.

Keywords: Social Work, Theories, Gender, Feminism, Intersectionality.

---

[60] Assistente Social, graduada pela Universidade Federal de Pernambuco com especialização em Famílias e Intervenções Psicossociais. Atualmente, é pesquisadora independente na área de feminismo, gênero e serviço social com foco em feminismo, interseccionalidade, políticas públicas. Atua como analista judiciário. E-mail para contato lu1cy@yahoo.com. ORCID : 0009-0001-7638-1087

INTRODUZIONE

In Brasile, il servizio sociale ha svolto un ruolo centrale nell'affrontare le disuguaglianze di genere, con particolare attenzione alle questioni relative alla violenza contro le donne e ai diritti riproduttivi. A poco a poco, si è consolidato un quadro di conoscenze sul genere e sul femminismo, concretizzato dall'inclusione di materie obbligatorie nei corsi di laurea e dall'incorporazione delle politiche pubbliche nel dibattito professionale. L'approccio della Legge Maria da Penha nell'Esame Nazionale di Rendimento degli Studenti (ENADE) del 2016 esemplifica il riconoscimento di questo tema come parte strutturante della formazione accademica e dell'intervento professionale.

Nel contesto brasiliano, le relazioni di genere rivelano anche asimmetrie di potere tra uomini e donne, perpetuando le disuguaglianze sociali ed economiche. La professione di assistente sociale, che è per lo più femminile, è caratterizzata dal fenomeno della "femminilizzazione", che riflette posizioni subordinate, bassa retribuzione e scarso prestigio sociale (Cisne, 2004, p. 20). Questa realtà è ampiamente discussa nel servizio sociale, soprattutto a partire dal movimento di riconcettualizzazione, iniziato negli anni '60. L'approccio critico marxista, consolidato in questo periodo, rimane fino ad oggi un'importante base teorica per la formazione e la pratica professionale.

Negli Stati Uniti, il Social Work si è consolidato come professione durante l'Era Progressista, all'inizio del XX secolo, un periodo segnato dalle riforme sociali e dalla presenza espressiva delle donne attiviste. La prima ondata femminista, incentrata sulla lotta per il diritto di voto, ha avuto un impatto diretto sul lavoro delle pioniere del servizio sociale, come Jane Addams e Mary Richmond. Durante la seconda ondata, negli anni '60, le assistenti sociali e le educatrici femministe iniziarono ad articolare prospettive critiche nella pratica professionale. Nel 1975, la National Association of Social Workers (NASW) creò il National Committee on Women's Issues, con conseguente sviluppo del Feminist Practice Project, volto a sistematizzare le teorie e i modelli femministi applicati al servizio sociale (Bricker-Jenkins & Hooyman, 1983).

Nel corso dei decenni, l'American Social Work ha mantenuto la coerenza in alcuni principi fondamentali, come l'empowerment, la costruzione di relazioni, l'analisi contestuale e la ricerca del cambiamento sociale. La pratica professionale negli Stati Uniti enfatizza il problem solving, l'intervento multilivello e l'empowerment individuale, caratteristiche che hanno influenzato il modello generalista adottato nella professione.

Questo studio si propone di analizzare le somiglianze e le differenze tra i contesti del servizio sociale negli Stati Uniti e in Brasile, concentrandosi sulle questioni del femminismo e del genere. L'obiettivo è quello di evidenziare la composizione teorico-metodologica che sostiene la pratica professionale in entrambi i paesi, mostrando come gli Stati Uniti privilegino le metodiche cliniche e il rafforzamento individuale, mentre il Brasile è caratterizzato da un approccio critico e strutturale.

2. Revisione della letteratura

1. Teorie del servizio sociale negli Stati Uniti

Nel contesto del servizio sociale, la "teoria" è intesa come un insieme di concetti, ipotesi e principi che guidano la pratica professionale (Heam, 1958; Siporin, 1989; Unrau, Gabor e Grinnell, 2006). Storicamente, questo costrutto teorico si è sviluppato simultaneamente in diversi contesti, dando luogo ad approcci come il lavoro individuale sui casi negli Stati Uniti e gli interventi basati sulla comunità ispirati al lavoro di Jane Addams.

Il contributo di Mary Richmond come fondatrice del lavoro sui casi è stato rivoluzionario nell'introduzione di un metodo scientifico che includeva l'indagine sociale, la diagnosi e l'intervento sistematico (Turner, 1986). D'altra parte, Gordon Hamilton ha portato uno sguardo integrativo incorporando la psicoanalisi, arricchendo la pratica con una comprensione delle relazioni umane e dei processi di cambiamento. Pur essendo fondamentali, questi approcci, mettendo al primo posto l'individuo e le sue circostanze, spesso trascuravano le dimensioni sociali e strutturali dei problemi, limitando l'analisi critica del Servizio Sociale.

Parad introdusse la psicologia dell'Io nella pratica professionale attraverso opere come *Psicologia dell'Io e Casi Dinamici* e *Casi Orientati all'Io*, sebbene i suoi contributi non presentassero grandi innovazioni teoriche (Parad, 1958b; Parad e Muller, 1963). Questo approccio, derivato dal freudianesimo nordamericano, è considerato rilevante per il Servizoi Sociale, in quanto "sosteneva il rafforzamento dell'Io in modo che fosse in grado di dominare le sue pulsioni e quindi adattarsi meglio al suo ambiente sociale" (Nicácio, 2008, p. 3-4).

Florence Hollis e Helen Harris Perlman, a loro volta, svilupparono i propri modelli che ampliarono la comprensione teorica e pratica del servizio sociale. Le sue opere, *The Psychosocial System* e *The Problem-Solving Process*, hanno rappresentato un significativo progresso nella professione (Hollis, 1964; Perlman, 1957). Il concetto di sistema psicosociale

si rivolge ai bisogni sociali, emotivi e di salute mentale degli individui, sottolineando l'assistenza completa offerta per soddisfarli. In questo senso, Johnson (2007, p. s/n) afferma che "altri professionisti della salute possono contribuire a soddisfare i bisogni psicosociali e a migliorare la qualità della vita, che dipendono anche dai processi e dall'ambiente generale della casa della persona".

Negli ultimi decenni, nell'ambito della pratica del servizio sociale, una tendenza sorprendente è stata la specializzazione e la frammentazione dei metodi rivolti a diverse aree di intervento, come l'assistenza individuale, il lavoro di gruppo e gli interventi familiari. Tuttavia, questa frammentazione ha rivelato la necessità di una base teorica più plurale e integrata, in grado di rispondere alla crescente complessità delle esigenze professionali nel Servizio Sociale (Turner, 1986).

L'evoluzione delle teorie nel Servizio Sociale dimostra un equilibrio tra la ricerca dell'integrazione e la valorizzazione della diversità teorica. Durante gli anni '70, l'entusiasmo per la sperimentazione di nuovi approcci ha portato innovazione nella pratica professionale. Negli anni '80, l'enfasi si è spostata su una riflessione critica sulla costruzione teorica e sulla convalida empirica, rafforzando così le basi scientifiche della professione (Turner, 1986). In questo scenario, la teoria dei sistemi, sviluppata da autori come Lutz, si è distinta per aver ampliato la comprensione delle dinamiche sociali e istituzionali, offrendo un approccio integrativo (Lutz, 1956).

In epoca contemporanea, l'eclettismo teorico si è consolidato come pratica comune nel Servizio Sociale, consentendo la combinazione di elementi provenienti da diverse teorie per sviluppare interventi più efficaci. Inoltre, l'approccio basato sull'evidenza ha acquisito importanza, valutando la pratica sulla base di risultati comprovati ed esperienze documentate (Turner, 1986).

Il servizio sociale negli Stati Uniti è emerso alla fine del XIX secolo, in risposta alle trasformazioni sociali causate dalla rivoluzione industriale e dall'urbanizzazione. Questo periodo è stato segnato da disuguaglianze sociali e povertà, che hanno dato impulso a iniziative volte a servire le popolazioni più vulnerabili. Mary Richmond, nella sua opera pionieristica *Social Diagnosis*, ha sistematizzato i metodi di intervento individuale, mentre Jane Addams, fondatrice di Hull House, ha promosso azioni comunitarie volte all'inclusione sociale. Queste iniziative sono state cruciali per l'istituzionalizzazione del Servizo Sociale, con una forte influenza in paesi come il Brasile (Pereira, 2016).

La creazione delle Charities Organization Societies (C.O.S.) ha rappresentato una pietra miliare nell'assistenza sociale nordamericana, introducendo un approccio logico e razionale al

servizio sociale (Vieira, 1984). Successivamente, il servizio sociale negli Stati Uniti ha incorporato elementi di psicoanalisi, in particolare la psicologia dell'Io, come strumento per rafforzare l'adattamento sociale degli individui. Questo approccio, ampiamente adottato, ha privilegiato la soggettività individuale come fulcro centrale dell'intervento. Tuttavia, Jacques Lacan ha criticato la psicologia dell'Io come una "ideologia adattazionista", sostenendo che ignora le determinazioni sociali e perpetua una visione frammentata della soggettività, allineata con gli interessi del capitalismo (Duarte, 2010).

La critica marxista della concezione borghese della soggettività, che separa l'individuo dalle relazioni sociali, offre una prospettiva più ampia per analizzare le questioni sociali (Duarte, 2010). Riconoscendo la soggettività come un processo sociale e storico, il Servizio Sociale può sviluppare pratiche più efficaci ed emancipatorie. Tuttavia, le teorie psicosociali, sebbene abbiano contribuito in modo significativo alla comprensione della soggettività, hanno importanti limiti che devono essere analizzati criticamente.

Uno di questi limiti è la frammentazione e l'individualizzazione della soggettività, che può ostacolare l'analisi e l'intervento nei problemi sociali strutturali che richiedono azioni collettive e trasformazioni sociali. Un'eccessiva enfasi sull'individuo può portare alla prioritizzazione degli interventi individuali, a scapito delle azioni collettive e della trasformazione sociale (Duarte, 2010). Inoltre, questa frammentazione può limitare la capacità critica degli assistenti sociali, impedendo loro di identificare le cause strutturali dei problemi sociali e di formulare risposte più complete ed efficaci.

3. Femminismo e genere nel servizio sociale

La traiettoria dei movimenti femministi negli Stati Uniti può essere divisa in tre ondate principali. La prima ondata è stata segnata dalla lotta per il suffragio e la parità dei diritti civili e politici, culminata nella conquista del diritto di voto (Pinto, 2010). Questa fase influeggiò il Servizio Sociale, poiché la predominanza delle donne nella professione rifletteva un impegno attivo nelle lotte per la parità dei diritti. Tuttavia, la prospettiva di genere era ancora limitata, spesso rafforzando i ruoli tradizionali e i valori borghesi.

La seconda ondata, negli anni '60, ha portato nuovi punti focali, come i diritti sessuali e riproduttivi, l'uguaglianza formale e la contestazione dei ruoli di genere imposti alle donne. In questo contesto, il Servizio Sociale ha iniziato ad affrontare le questioni di genere in modo più critico, implementando programmi e servizi specifici per le donne vittime di violenza e disuguaglianze sociali. È emerso il concetto di empowerment femminile e gli assistenti sociali

hanno iniziato ad agire come agenti di trasformazione sociale, promuovendo l'autonomia delle donne e la decostruzione di norme sociali oppressive. Gli anni '70, come conseguenza delle rivolte del 1968, hanno rafforzato la seconda ondata femminista non solo nei paesi industrializzati, ma anche in gran parte dell'America Latina, comprendendo sia il femminismo controculturale di sinistra che il femminismo liberale (Hollanda, 2020, p. 225).

La terza ondata, iniziata negli anni '90, ha adottato una prospettiva più inclusiva e intersezionale, ampliando il dibattito a temi come la razza, la classe sociale, la sessualità e l'identità di genere. Per il Servizio Sociale, questa evoluzione ha portato a uno sguardo più diversificato e critico, considerando le diverse identità ed esperienze delle donne, tra cui razza, classe, orientamento sessuale e disabilità (Nogueira, 2001). Il dibattito sul genere ha iniziato a incorporare la critica all'universalizzazione delle disuguaglianze, evidenziando la complessità e le molteplici oppressioni vissute.

Tuttavia, negli Stati Uniti, affermare che il Social Work lavora, nella sua interezza, per porre fine all'oppressione e promuovere i principi femministi sarebbe una semplificazione inadeguata. Reisch e Andrews (2002) evidenziano che, in epoca contemporanea, l'ambiente sociale, politico ed economico dà priorità alla pratica clinica e ai risultati immediati, con meno enfasi attribuita alla trasformazione sociale. Le carriere incentrate sulla pratica clinica si sono dimostrate più redditizie e prestigiose, mentre le opportunità volte al cambiamento sociale rimangono limitate.

Il termine "intersezionalità" è stato introdotto nel 1989 dalla giurista americana Kimberlé Crenshaw, che ha criticato la tendenza del femminismo nero ad avvicinarsi a "razza e genere come categorie di esperienza e analisi che si escludono a vicenda". Ha sostenuto che questo approccio cancella teoricamente e politicamente le esperienze delle donne nere, soprattutto nell'affrontare la discriminazione razziale e di genere. Nel servizio sociale brasiliano, l'intersezionalità rende visibili molteplici oppressioni, denaturalizza le disuguaglianze, amplia la comprensione della diversità e rafforza la lotta per i diritti (Pinto, 2010). Le pratiche professionali basate su questa prospettiva implicano l'analisi critica delle situazioni, l'empowerment, l'articolazione con altri settori e la decostruzione di pregiudizi e stereotipi che perpetuano le disuguaglianze sociali.

La teoria femminista nordamericana combina prospettive femministe e multiculturali, riflettendo cambiamenti significativi nei ruoli familiari. Riconosce la pluralità delle esperienze femminili, promuovendo interventi che valorizzano identità diverse ed esperienze particolari. Questi approcci hanno influenzato direttamente le aree di intervento del Servizio Sociale, tra cui l'assistenza individuale, familiare, di gruppo e di comunità (Turner, 1986). Inoltre, le teorie

femministe hanno contribuito allo sviluppo di politiche pubbliche e di ricerca finalizzate all'uguaglianza di genere.

Negli Stati Uniti, il femminismo e il servizio sociale condividono un impegno storico per la trasformazione sociale, rafforzando la lotta per l'uguaglianza di genere a partire dal XIX secolo (Bell, 2009). Questo impegno è rafforzato dalla predominanza delle donne nella professione, che hanno integrato i principi femministi nella loro pratica per più di un secolo. Il movimento femminista ha svolto un ruolo fondamentale, influenzando le politiche pubbliche e gli interventi comunitari.

In termini di politica pubblica, un esempio significativo è la legge sulla *violenza contro le donne*, che fornisce protezione legale e risorse per le donne vittime di violenza. Il movimento femminista ha anche spinto per investimenti in programmi sociali come rifugi per donne, centri di assistenza all'infanzia e programmi di istruzione professionale (Turner, 1986).

Per quanto riguarda gli interventi comunitari, il Servizio Sociale nordamericano presenta pratiche concrete, come rifugi per donne vittime di violenza, programmi di educazione non formale e azioni di advocacy per l'attuazione delle politiche di congedo parentale. Wendt e Mourling (2018) evidenziano i principi fondamentali che guidano la pratica femminista nel servizio sociale: giustizia sociale, una posizione critica e riflessiva e l'apprezzamento delle esperienze personali come forma di azione politica.

Infine, gli assistenti sociali hanno la responsabilità etica e professionale di basare le loro pratiche su teorie sociali allineate con i valori del servizio sociale, come stabilito dal Codice Etico degli Assistenti Sociali (1993). Il dibattito teorico è essenziale per capire come le persone interpretano le loro esperienze e danno senso al mondo che le circonda, essendo indispensabile per una performance critica ed efficace nel campo del Servizio Sociale.

4 Il servizio sociale brasiliano e il movimento di riconcettualizzazione

Le basi teoriche del servizio sociale brasiliano sono profondamente radicate nelle scienze sociali, in particolare dai dibattiti degli anni '70. Durante questo periodo, c'è stata una crescente resistenza alle espressioni teoriche di sinistra considerate irrazionaliste, spesso articolate con il movimento postmoderno e il neoconservatorismo (Coutinho, 2010). Questo scenario portò all'abbandono delle prospettive critiche, che valorizzavano la storicità e la prassi umanistica, mentre la borghesia, consolidando la propria egemonia, rifiutava la ragione dialettica e riteneva il pensiero critico.

Con il consolidamento della borghesia come classe dominante, ci fu uno sforzo per giustificare lo status quo attraverso costruzioni teoriche limitanti. Questa strategia ha ridotto lo spazio per un'analisi completa della realtà sociale e ha sostituito la ragione dialettica con metodi frammentati, compromettendo la comprensione delle dinamiche strutturali (Coutinho, 2010, p. 22). Lukács (2010, p. 51) descrive questo fenomeno come la "decadenza ideologica della borghesia", che si verifica quando la classe dominante raggiunge il potere politico e sposta la lotta di classe su un piano secondario. Questa marginalizzazione del marxismo, sostituita da metodi formalistici e apologetici, si traduce in analisi superficiali e prive di profondità critica.

Secondo Lukács (2010), l'eccessiva frammentazione della sociologia moderna prescinde dalla prospettiva storica dei fenomeni sociali. Nel contesto del Servizio Sociale, questa frammentazione compromette la comprensione delle relazioni strutturali che modellano le disuguaglianze, riducendo l'efficacia degli interventi professionali. La ricerca della neutralità scientifica ignora le leggi che governano la società, trattando i fenomeni sociali in modo equivalente e decontestualizzato. Coutinho (2010) ribadisce che la comprensione rivoluzionaria dell'uomo e della società è ancorata alla storicità e alla contraddizione sociale, mentre Lukács propone le categorie dell'umanesimo, dello storicismo e della ragione dialettica come strumenti essenziali per un'analisi critica ed emancipatoria (Silva, 2023).

Il Movimento per la Riconcettualizzazione del Servizio Sociale Latinoamericano, iniziato negli anni '60, ha rappresentato una pietra miliare storica nel rinnovamento della professione. Il movimento criticò il servizio sociale tradizionale e cercò di adattare la pratica professionale alle particolarità sociali e storiche dell'America Latina. In Brasile, gli impatti sono stati fondamentali per la critica del tradizionalismo e lo sviluppo di nuove prospettive teorico-metodologiche, rompendo con le pratiche conservatrici (Netto, 2009).

L'approccio del marxismo nel servizio sociale brasiliano, sebbene segnato da dibattiti e divergenze, ha consolidato una rottura con la pratica tradizionale. Questa appropriazione, tuttavia, non era lineare, essendo influenzata dal marxismo dei libri di testo e dallo scientismo strutturalista dell'althusserianesimo. Yazbek (2009) sottolinea che questa tendenza, sebbene considerata un "marxismo sbagliato", ha segnato l'inizio di una pratica impegnata nella trasformazione sociale.

La riconcettualizzazione rimane un movimento rilevante fino ad oggi. Ha influenzato la formulazione del Codice Deontologico (1993), della Legge per l'Ordinamento della Professione (1993) e delle Linee Guida Curriculari (1996), consolidando il progetto etico-politico del Servizio Sociale. Netto (2001) sottolinea che "quarant'anni dopo, la riconcettualizzazione è ancora viva come punto di partenza per la critica del tradizionalismo". Da questo periodo in

poi, il progetto etico-politico ha promosso la qualificazione accademica, il dibattito teorico e il rafforzamento della ricerca (ABEPSS, 2015, p. 2).

Dalla fine degli anni '90, le discussioni di genere hanno guadagnato spazio nel servizio sociale brasiliano. Nel 1996 questi temi sono stati inseriti nelle linee guida curriculari dei corsi di laurea dell'ABEPSS, consolidandoli come temi trasversali nella formazione professionale. Lima (2014) evidenzia che la creazione dei Gruppi di Ricerca Tematici (GTP) ha rafforzato l'inserimento delle discussioni di genere nelle pratiche accademiche e nella formazione. Machado (2000) sottolinea che gli studi di genere hanno influenzato la formulazione delle politiche pubbliche, rivelando i contributi storici delle donne che sono spesso trascurate.

In Brasile, il movimento femminista ha radici nelle lotte della classe operaia, iniziate da donne schiave e indigene, che hanno resistito all'oppressione e hanno aperto la strada all'uguaglianza di genere. Il movimento si è sviluppato in tre ondate: la prima incentrata sul diritto di voto e sulla partecipazione politica; il secondo, influenzato dal femminismo internazionale, ha affrontato i diritti sessuali e riproduttivi; e la terza ondata ha portato la diversità e l'intersezionalità al centro del dibattito, utilizzando le nuove tecnologie come strumenti di mobilitazione (Pinto, 2010).

La riconcettualizzazione, incorporando la critica dell'ordine sociale, ha portato al servizio sociale un'analisi delle disuguaglianze di genere e un impegno per l'empowerment. Torres (2006, p. 4) osserva che, sebbene la pratica professionale abbia cercato di adattare gli individui all'ordine sociale, ha anche portato alla luce dibattiti sull'impatto della subordinazione sulla vita nella società.

Le linee guida per i programmi di studio del 1996 hanno rappresentato una pietra miliare nella formazione professionale nel servizio sociale. Preparate dall'ABEPSS, queste linee guida hanno consolidato il progetto etico-politico, dando priorità ai diritti umani, alla giustizia sociale e alla lotta contro le disuguaglianze (Torres, 2006, p. 8). Salvan e Lusa (2023) evidenziano la formazione generalista, che consente agli assistenti sociali di lavorare in vari campi, articolando teoria e pratica. Barbosa, Barbosa e De Paula (2018) sottolineano che questa valorizzazione della ricerca e dell'estensione ha prodotto la propria bibliografia e ampliato l'articolazione tra insegnamento e pratica professionale.

Le conseguenze pratiche sono state di vasta portata, tra cui:

6. Espansione del campo d'azione: gli assistenti sociali hanno iniziato a lavorare nei centri sanitari, nelle scuole, nei movimenti sociali e nelle agenzie governative.
7. Rafforzare la partecipazione politica: sono diventati protagonisti nella formulazione delle politiche pubbliche e nella difesa dei diritti sociali.

8. Innovazione nelle pratiche professionali: la formazione qualificata e la valorizzazione della ricerca hanno permesso lo sviluppo di pratiche più efficaci e allineate alle esigenze contemporanee.
9. Maggiore visibilità della professione: le linee guida hanno consolidato il ruolo dell'assistente sociale come agente di trasformazione sociale (Moniec; Gonzáles, 2009; Faleiros, 1990).

3. Metodologia

La metodologia adottata in questo studio si basa su un approccio qualitativo di carattere descrittivo, incentrato su una revisione della letteratura. Questa scelta metodologica consente di approfondire le basi teoriche e pratiche del Servizio Sociale negli Stati Uniti e in Brasile, soprattutto per quanto riguarda le questioni di genere e femministe.

Questo articolo utilizza la revisione della letteratura come principale strumento metodologico, fornendo un'analisi sistematica di testi accademici e documenti pertinenti all'argomento in questione. L'approccio qualitativo è appropriato per esplorare le dinamiche storiche e teoriche del Servizio Sociale, mentre il carattere descrittivo consente una presentazione dettagliata delle somiglianze e delle differenze tra i contesti studiati.

Le fonti analizzate includono opere classiche e contemporanee di autori rinomati nel campo del servizio sociale, del femminismo e del genere, come Mary Richmond, Gordon Hamilton e José Paulo Netto, nonché recenti studi sulle pratiche professionali in entrambi i paesi. La selezione dei testi è stata guidata dai seguenti criteri:
1. **Rilevanza tematica**: fonti che discutono direttamente di Social Work, genere e femminismo. 2. **Impatto accademico:** testi ampiamente citati o riconosciuti come punti di riferimento teorici nell'area. 3. **Diversità temporale:** opere classiche per contestualizzare l'evoluzione storica e testi contemporanei per comprendere i dibattiti attuali. I testi sono stati analizzati in tre fasi principali: 1. **Indagine tematica**: identificazione delle teorie e dei concetti centrali che hanno guidato il servizio sociale negli Stati Uniti e in Brasile. 2. **Confronto contestuale**: analisi delle influenze culturali, politiche e storiche in entrambi i contesti. 3. **Sintesi critica**: organizzazione dei risultati in sottotemi che riflettono somiglianze e differenze, nonché contributi specifici del paese alla professione.

10. Risultati

I risultati di questa analisi rivelano importanti sfumature sulle influenze teoriche e pratiche sul servizio sociale in entrambi i paesi.

Negli Stati Uniti, la psicologia dell'Io è stata ampiamente adottata come fondamento teorico, sostenendo il rafforzamento dell'Io in modo che l'individuo potesse padroneggiare le sue pulsioni e adattarsi meglio all'ambiente sociale. L'ideale era un adulto di successo, produttivo e adatto alla famiglia, che rappresentava la visione prevalente della "guarigione" e dell'adattamento. Questo approccio, basato su teorie pragmatiche e psicosociali, ha portato a una prospettiva individualista, che caratterizza ancora parte delle pratiche nordamericane (Nicácio, 2008; Parad, 1958b). Autori come Mary Richmond e Gordon Hamilton hanno contribuito in modo significativo alla sistematizzazione del servizio sociale, privilegiando i metodi di intervento basati sull'adattamento sociale e sul rafforzamento dell'individuo. Tuttavia, la critica marxista evidenzia i limiti di questo approccio, che tende a trascurare le strutture sociali ed economiche responsabili della generazione delle disuguaglianze (Duarte, 2010).

Negli Stati Uniti, anche le politiche sociali riflettono questa prospettiva individualistica. L'Assistenza Temporanea per le Famiglie Bisognose (TANF), ad esempio, pone l'accento sul lavoro come condizione per l'assistenza, delegando la fornitura di servizi a organizzazioni private e rafforzando le logiche del mercato. La visione del "mercato competitivo" incoraggia la concorrenza tra le organizzazioni, ma rende precario l'accesso universale ai servizi sociali e ha un impatto negativo sui gruppi vulnerabili, come le donne, gli anziani e le persone con disabilità (Reisch & Andrews, 2002).

In Brasile, le discussioni di genere sono emerse più lentamente, ma hanno guadagnato forza alla fine degli anni '90, soprattutto nel contesto del Movimento per la Riconcettualizzazione del Servizio Sociale. Questo movimento ha incorporato elementi critici, come il marxismo, per affrontare le disuguaglianze strutturali che colpiscono le donne in posizioni sociali subalterne. Secondo Netto (2009), il servizio sociale brasiliano ha iniziato a dare priorità alla comprensione delle disuguaglianze come fenomeni strutturali e storici, in contrapposizione all'individualismo. L'impatto di queste discussioni è visibile nella formazione professionale, che ha iniziato a incorporare l'intersezionalità come categoria analitica per comprendere le oppressioni multiple (Crenshaw, 2004).

Le differenze storiche e culturali tra i due paesi hanno plasmato diversi approcci al servizio sociale. Mentre il pragmatismo nordamericano dà priorità agli interventi individuali e

psicoterapeutici, la prospettiva critica brasiliana si rivolge alla collettivizzazione e alla trasformazione sociale.

Negli Stati Uniti c'è una forte enfasi sull'individualizzazione, con un focus su interventi volti a sviluppare le competenze individuali e a risolvere problemi basati sulle dinamiche familiari. La pratica del lavoro sui casi è un classico esempio di questo approccio, che, nel tempo, è stato influenzato dalla visione di un minore intervento statale. Il modello di gestione pubblica, basato sulla competitività del mercato, limita il ruolo dello Stato e privilegia le soluzioni a breve termine, aggravando le disuguaglianze e rendendo l'assistenza più precaria (Reisch & Andrews, 2002).

In Brasile, lo Stato adotta un ruolo più interventista, con politiche sociali globali che garantiscono una maggiore universalità nell'accesso ai diritti. Il servizio sociale opera in diversi settori, come la sanità, l'istruzione e l'assistenza sociale, cercando di garantire la giustizia sociale e affrontare le disuguaglianze. Esempi emblematici includono i programmi di trasferimento del reddito, come la Bolsa Família, le politiche abitative popolari e i programmi per combattere la violenza domestica.

Inoltre, il Servizio Sociale Brasiliano si distingue per l'incorporazione del femminismo e dell'intersezionalità nelle sue pratiche:

5. **Ricerca e produzione di conoscenza:** il servizio sociale ha sviluppato una base critica e trasformativa, affrontando temi come genere, razza, classe e sessualità (Hooks, 2019).
6. **Formazione professionale:** i curricula accademici hanno incorporato discussioni su genere, intersezionalità e diversità, preparando professionisti più consapevoli e preparati a lavorare in contesti complessi (Lima, 2014; Salvan & Lusa, 2023).
7. **Pratiche professionali:** gruppi di donne, progetti di empowerment e azioni positive sono attuati per promuovere l'uguaglianza di genere e combattere le disuguaglianze sociali (Nogueira, 2001).
8. **Politiche pubbliche:** il servizio sociale ha influenzato la formulazione e l'attuazione di politiche volte a garantire i diritti delle donne e di altri gruppi vulnerabili, in linea con il Codice Etico della professione (Brasile, 2012).

Nonostante le differenze, i contesti brasiliano e nordamericano condividono sfide simili, come ad esempio:

- approfondire le discussioni sull'intersezionalità per consolidare le pratiche inclusive;

- Rafforzare le pratiche emancipatorie che integrano genere, classe e razza come categorie analitiche;
- Superare le resistenze istituzionali all'attuazione delle politiche femministe e alla lotta contro le disuguaglianze.

Alla luce di quanto sopra, si osserva che, mentre il modello nordamericano favorisce interventi individualistici e soluzioni di mercato, il servizio sociale brasiliano privilegia un approccio critico, collettivo e strutturale. Questa prospettiva mira alla trasformazione sociale e al rafforzamento delle politiche pubbliche rivolte ai gruppi storicamente emarginati.

5. Discussione

L'analisi consente una riflessione approfondita sulle influenze teoriche e sulle sfide affrontate dal servizio sociale in entrambi i paesi.

Il femminismo ha svolto un ruolo essenziale nella pratica professionale negli Stati Uniti e in Brasile, anche se in modi diversi. Negli Stati Uniti, ha influenzato direttamente le pratiche, allineandosi alle esigenze dell'uguaglianza di genere e della diversità. In Brasile, l'incorporazione del femminismo avvenne in dialogo con la critica marxista, ampliando il dibattito per includere questioni di classe e razza. La prospettiva femminista marxista rappresenta un significativo repertorio di analisi per la lettura dell'attuale scenario dei rapporti di oppressione-sfruttamento di fronte allo smantellamento dei diritti e delle politiche pubbliche in tempi di de-democratizzazione (Biroli; Vaggione, 2020). Va notato che sia il metodo materialista storico e dialettico che le categorie marxiane hanno una validazione scientifica, la cui verifica avviene attraverso la processualità storica. Entrambi sono molto attuali, in quanto spiegano ancora il movimento immanente della socialità borghese.

Inoltre, è importante sottolineare che il lavoro degli assistenti sociali brasiliani, influenzato dalla prospettiva femminista critica, ha cercato di combinare i dibattiti di genere con le specificità regionali, come l'oppressione affrontata dalle donne nere e indigene. Questa intersezione tra genere, razza e classe fornisce un'analisi più completa delle dinamiche di esclusione e consente la costruzione di strategie di intervento più efficaci.

Mentre il servizio sociale nordamericano valorizza l'adattamento sociale e individuale, i brasiliani adottano una prospettiva più strutturale, affrontando le disuguaglianze come fenomeni storici e sociali. Questa differenza riflette i limiti di un approccio pragmatico di fronte ai progressi teorici e critici che caratterizzano il servizio sociale brasiliano. Negli Stati Uniti, l'adattamento sociale consisteva in un servizio sociale di casi individuali che sviluppavano la

personalità, riadattandola consapevolmente e individualmente al suo ambiente sociale. Il termine "questione sociale", ad esempio, ampiamente utilizzato nel servizio sociale brasiliano, non si trova nella produzione e nel dibattito nordamericano della professione.

Questa assenza evidenzia una distinzione rilevante: il Servizio Sociale brasiliano considera la "Questione Sociale" come un fenomeno strutturale e permanente delle relazioni di sfruttamento nel capitalismo, che richiede quindi un'azione critica e collettiva. Negli Stati Uniti, invece, la prospettiva liberale porta a una visione individualizzata dei problemi sociali, spesso associata alla ricerca di soluzioni puntuali e adattive.

Gli Stati Uniti e il Brasile affrontano sfide comuni, come la resistenza istituzionale all'attuazione di pratiche femministe e intersezionali. Inoltre, la mancanza di articolazione tra teoria e pratica limita la portata degli interventi professionali sulle questioni di genere e femministe.

Le questioni relative al femminismo e al genere nel Servizio Sociale di per sé si riferiscono già storicamente al fatto che la professione è caratterizzata dalla "femminilizzazione", in considerazione del lavoro che svolge, con il genere che è una delle sue dimensioni. Questa realtà è testimoniata dal fatto che la professione è per lo più sviluppata da donne, riflettendo l'inserimento ineguale nel mercato del lavoro, con retribuzioni e prestigio sociale più bassi, che la caratterizzano come una "professione femminile" (Cisne, 2004). In questo contesto, il genere e il servizio sociale sono correlati a causa della problematizzazione di questa femminilizzazione.

Questa femminilizzazione della professione non solo riflette le relazioni di potere ineguali nella società, ma richiede anche un'analisi critica che consideri l'impatto di queste dinamiche sulla pratica professionale. Gli assistenti sociali, lavorando direttamente con le popolazioni vulnerabili, diventano agenti chiave nella decostruzione degli stereotipi di genere e nella promozione dell'equità sociale.

Si evidenzia, in questo contesto, che l'intersezionalità consolida le pratiche di inclusione e integrazione nel Servizio Sociale, come possibilità di direzione da seguire di fronte alla comprensione e all'integrazione delle disuguaglianze sociali e delle loro dimensioni. In questo senso, tra la popolazione con cui lavora il Servizio Sociale, le donne nere si trovano in una posizione particolare nella società perché, in termini collettivi, sono alla base della piramide occupazionale, così come il loro status sociale è inferiore a quello di qualsiasi altro gruppo. "Ciò significa che portiamo il peso dell'oppressione sessista, razzista e di classe" (Hooks, 2019, p.26). Crenshaw identifica la discriminazione razziale e la discriminazione di genere, per capire meglio come queste discriminazioni operano insieme, limitando le possibilità di successo delle

donne nere. "Entrambe le categorie devono essere ampliate in modo da poter affrontare i problemi di intersezionalità che le donne nere devono affrontare" (Crenshaw, 2004, p. 8-9).

L'intersezionalità è una sfida in quanto affronta le differenze all'interno delle differenze. Alla luce di quanto sopra, è una sfida incorporare la questione di genere nella pratica dei diritti umani e la questione razziale nel genere. Crenshaw (2004, p. 9) sottolinea che "le donne dovrebbero essere protette quando sono vittime di discriminazione razziale, allo stesso modo degli uomini, e dovrebbero essere protette quando subiscono discriminazioni di genere/razziali in modi diversi".

L'implementazione di pratiche intersezionali nel servizio sociale, tuttavia, richiede politiche pubbliche che considerino le molteplici oppressioni affrontate dalle donne, in particolare quelle in contesti di vulnerabilità. I professionisti del settore devono agire non solo come mediatori, ma anche come agenti di denuncia e trasformazione, cercando di articolare azioni a diversi livelli di intervento.

Alla luce di queste riflessioni, è necessario che la pratica professionale del Servizio Sociale espanda la prospettiva critica e intersezionale, andando oltre le particolarità professionali. Questo movimento è fondamentale per comprendere l'inserimento storico e sociale della professione, rafforzando il suo impegno per la trasformazione dei rapporti di potere e la promozione di pratiche emancipatorie.

6. Considerazioni finali

Questo studio ha condotto un'analisi comparativa tra il servizio sociale negli Stati Uniti e in Brasile, concentrandosi sulle influenze teoriche e sulle sfide della pratica professionale. I risultati hanno mostrato che il servizio sociale nordamericano è fortemente influenzato da approcci pragmatici e psicosociali, mentre in Brasile, le teorie critiche e il movimento di riconcettualizzazione hanno permesso l'incorporazione del genere e del femminismo in modo più strutturato nella formazione e nella pratica professionale.

Inoltre, è stato identificato che l'intersezionalità, sebbene ancora in via di sviluppo in entrambi i contesti, ha un grande potenziale per rafforzare pratiche più inclusive e integrative nel servizio sociale. Questa prospettiva offre un percorso promettente per comprendere e affrontare le molteplici dimensioni delle disuguaglianze sociali, ampliando le possibilità di intervento professionale.

L'articolo contribuisce alla comprensione delle particolarità storiche e culturali che hanno guidato il Servizio Sociale in entrambi i paesi, sottolineando l'importanza del dialogo

teorico e metodologico tra approcci pragmatici e critici. Nel contesto contemporaneo, segnato dall'avanzata del neoliberismo e del neoconservatorismo, diventa ancora più urgente che il Servizio Sociale agisca in modo critico nella difesa dei diritti sociali, soprattutto nella lotta contro le disuguaglianze di genere, di razza e di classe.

Offrendo questo panorama comparativo, questo studio non solo illumina le traiettorie del Servizio Sociale, ma sottolinea anche la necessità di approfondire i dibattiti sull'intersezionalità e sulle pratiche emancipatorie. La critica brasiliana della prospettiva individualista predominante nel servizio sociale nordamericano rappresenta un contributo teorico significativo, ampliando la comprensione delle disuguaglianze strutturali e della necessità di pratiche collettive e trasformative.

Tra i limiti di questo studio, spicca la dipendenza dalle fonti bibliografiche, che limita l'analisi dei dati empirici sulle pratiche professionali contemporanee. La ricerca futura potrebbe indagare su come le discussioni sul genere e l'intersezionalità vengano applicate in contesti specifici, sia nella formazione accademica che nel lavoro pratico degli assistenti sociali. Inoltre, sarebbe rilevante esplorare come i principi del femminismo e dell'intersezionalità possano essere integrati in modo più ampio nelle politiche pubbliche e nei programmi sociali, contribuendo all'equità di genere e alla riduzione delle disuguaglianze strutturali.

Queste indagini possono rafforzare ulteriormente il ruolo del Servizio Sociale come professione impegnata nella trasformazione sociale, nella promozione della giustizia e nella garanzia dei diritti umani, soprattutto in uno scenario segnato da battute d'arresto sociali e politiche.

Referências

ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Diretrizes gerais. Brasília, 2015.

BARBOZA, Fernanda Luma Guilherme; BARBOSA, Guilherme; BARBOSA, Irene Ferreira Guilherme; DE PAULI, Aline Batista. A importância da extensão na formação do assistente social: experiência com usuários de crack. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2018.

BELL, A. C.; D'ZURILLA, T. J. Problem-solving therapy for depression: a meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, v. 29, p. 348-353, 2009.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRICKER-JENKINS, Mary; HOOYMAN, Nancy. Feminist pedagogy in education for social change. *Feminist Teacher*, v. 2, n. 2. Universidade de Illinois Press, 1983.

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão**. 200 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFPE, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DUARTE, Constância Lima. **Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 101, 2010.

HAMILTON, Gordon. *Theory and practice of social casework*. 1951.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOLLIS, F. *Casework: a psychosocial therapy*. 3. ed. New York: Random House, 1964.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JOHNSON, Stephanie R. Comunicação à Eliana Zucchi por e-mail. *American Psychological Association*, 21 mar. 2007.

LIMA, Rita L. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. *Serviço Social & Sociedade*, n. 117, 2014.

LUKÁCS. **Marx e o problema da decadência ideológica**. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUTZ, W. Concept and principles underlying casework practice. *Washington DC*: National Association of Social Workers, 1956.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** *Série Antropologia*, n. 284. Brasília, 2000.

MONIEC, S.; GONZÁLEZ, R. El quehacer profesional en las instituciones de política social en Misiones. In: AQUIN, N.; CARO, R. (Org.). *Políticas públicas, derechos y Trabajo Social en el Mercosul*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2009. p. 167-186.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: *30 Anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS; CRESS – SP; ABEPSS; Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, 2009.

NICÁCIO, E. M. **Serviço Social e subjetividade**. *Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social*, n. 18, p. 46-70, 2008.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001.

PARAD, H. J. *Ego psychology and dynamic casework: problems and perspectives*. 1958.

PARAD, H. J.; MILLER, R. *Ego-oriented casework: problems and perspectives*. New York: Family Service Association of America, 1963.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.

REISCH, Michael; ANDREWS, Janice. **O caminho não percorrido: uma história do trabalho social radical nos Estados Unidos**. Brunner-Routledge: Taylor & Francis Group, 2002.

RICHMOND, Mary. *Social diagnosis*. New York: Russell Sage Foundation, 1917.

SALVAN, João Vitor; LUSA, Mailiz Garibotti. O perfil generalista do Serviço Social: da especialização à criticidade. *9º Encontro Internacional de Política Social*. Vitória, ES, 2023.

SILVA, Olga Myrla Tabaranã da. Teorias sociais e Serviço Social: análise sobre a condição do Serviço Social na Região Metropolitana de Belém/PA. *Textos & Contextos*, v. 22, n. 1, 2023.

TORRES, M. M. **A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social**. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TURNER, F. J. *Social work treatment: interlocking theoretical approaches*. 3. ed. New York: Free Press, 1986.

UNRAU, Yvonne A.; GABOR, Peter A.; GRINNELL Jr, Richard M. *Evaluation in Social Work: the art and science of practice*. Oxford University Press, 2006.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Precursores e pioneiros**. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

SOCIAL WORK IN THE UNITED STATES AND BRAZIL:
Gender, Feminism and Theoretical Constructions in Professional Practice

Lucilene Barbosa da Silva [61]

Abstract

This article analyzes the similarities and differences between Social Work in the United States and Brazil, focusing on feminism, gender, and intersectionality. This qualitative and descriptive study explores the theoretical foundations of the profession in both countries, highlighting the individualistic pragmatism of the United States and the critical, structural approach of Brazil. The research also addresses the feminization of the profession and the contributions of feminist movements to professional practice, emphasizing how intersectionality has expanded the analysis of multiple forms of oppression. The findings highlight the historical, cultural, and political particularities that have shaped Social Work in each context, as well as their contributions to public policies and practices that promote gender equity and social justice. It concludes that strengthening theoretical and critical debates is essential to addressing the contemporary challenges of the profession, particularly in combating structural inequalities.

Keywords: Social Work, Theories, Gender, Feminism, Intersectionality.

Introduction

In Brazil, Social Work has played a central role in addressing gender inequalities, with an emphasis on issues related to violence against women and reproductive rights. Gradually, a framework of knowledge about gender and feminism was consolidated, materialized by the inclusion of mandatory subjects in undergraduate courses and the incorporation of public policies in the professional debate. The approach of the Maria da Penha Law in the 2016 National Student Performance Exam (ENADE) exemplifies the recognition of this theme as a structuring part of academic training and professional intervention.

In the Brazilian context, gender relations also reveal power asymmetries between men and women, perpetuating social and economic inequalities. The profession of social worker, which is mostly female, is marked by the phenomenon of "feminization", which reflects

[61] Social Worker, graduated from the Federal University of Pernambuco with specialization in Families and Psychosocial Interventions. She is currently an independent researcher in the area of feminism, gender and social work with a focus on feminism, intersectionality, public policies. He works as a judicial analyst. Contact email lu1cy@yahoo.com. ORCID : 0009-0001-7638-1087

subordinate positions, low remuneration and little social prestige (Cisne, 2004, p. 20). This reality is widely discussed in Social Work, especially since the Reconceptualization movement, which began in the 1960s. The Marxist critical approach, consolidated in this period, remains an important theoretical basis for professional training and practice to this day.

In the United States, Social Work was consolidated as a profession during the Progressive Era, at the beginning of the twentieth century, a period marked by social reform and the expressive presence of women activists. The first feminist wave, focused on the fight for the right to vote, had a direct impact on the work of Social Work pioneers, such as Jane Addams and Mary Richmond. During the second wave, in the 1960s, feminist social workers and educators began to articulate critical perspectives in professional practice. In 1975, the National Association of Social Workers (NASW) created the National Committee on Women's Issues, resulting in the development of the Feminist Practice Project, aimed at systematizing feminist theories and models applied to Social Work (Bricker-Jenkins & Hooyman, 1983).

Over the decades, American Social Work has maintained consistency in some fundamental principles, such as empowerment, relationship building, contextual analysis, and the search for social change. Professional practice in the United States emphasizes problem-solving, multilevel intervention, and individual empowerment, characteristics that have influenced the generalist model adopted in the profession.

This study proposes to analyze the similarities and differences between the contexts of Social Work in the United States and in Brazil, focusing on issues of feminism and gender. The objective is to highlight the theoretical-methodological composition that sustains professional practice in both countries, showing how the United States prioritizes clinical methods and individual strengthening, while Brazil is characterized by a critical and structural approach.

2. Literature Review

1. Theories of Social Work in the United States

In the context of Social Work, "theory" is understood as a set of concepts, hypotheses and principles that guide professional practice (Heam, 1958; Siporin, 1989; Unrau, Gabor and Grinnell, 2006). Historically, this theoretical construct has developed simultaneously in different contexts, resulting in approaches such as individual casework in the United States and community-based interventions inspired by the work of Jane Addams.

Mary Richmond's contribution as founder of casework was groundbreaking in introducing a scientific method that included social inquiry, diagnosis, and systematic intervention (Turner, 1986). On the other hand, Gordon Hamilton brought an integrative look by incorporating psychoanalysis, enriching the practice with an understanding of human relationships and the processes of change. Although fundamental, these approaches, by prioritizing the individual and his or her circumstances, often neglected the social and structural dimensions of the problems, limiting the critical analysis of Social Work.

Parad introduced ego psychology into professional practice through works such as *Ego Psychology and Dynamic Casework* and *Ego-Oriented Casework*, although his contributions did not present major theoretical innovations (Parad, 1958b; Parad and Muller, 1963). This approach, derived from North American Freudianism, is considered relevant to Social Work, as it "advocated the strengthening of the ego so that it would be able to master its drives and thus adapt better to its social environment" (Nicácio, 2008, p. 3-4).

Florence Hollis and Helen Harris Perlman, in turn, developed their own models that expanded the theoretical and practical understanding of Social Work. His works, *The Psychosocial System* and *The Problem-Solving Process*, represented a significant advance in the profession (Hollis, 1964; Perlman, 1957). The concept of psychosocial system addresses the social, emotional, and mental health needs of individuals, emphasizing the comprehensive care offered to meet them. In this sense, Johnson (2007, p. s/n) states that "other health professionals can contribute to meeting psychosocial needs and improving quality of life, which also depend on the processes and general environment in the person's home."

In recent decades, in the context of social work practice, a striking trend has been the specialization and fragmentation of methods aimed at different areas of intervention, such as individual care, work with groups, and family interventions. However, this fragmentation revealed the need for a more plural and integrated theoretical basis, capable of responding to the growing complexity of professional demands in Social Work (Turner, 1986).

The evolution of theories in Social Work demonstrates a balance between the search for integration and the appreciation of theoretical diversity. During the 1970s, enthusiasm for experimenting with new approaches brought innovation to professional practice. In the 1980s, the emphasis shifted to a critical reflection on theoretical construction and empirical validation, thus strengthening the scientific basis of the profession (Turner, 1986). In this scenario, systems theory, developed by authors such as Lutz, stood out by broadening the understanding of social and institutional dynamics, offering an integrative approach (Lutz, 1956).

In contemporary times, theoretical eclecticism has consolidated itself as a common practice in Social Work, allowing the combination of elements from different theories to develop more effective interventions. In addition, the evidence-based approach gained prominence, valuing practice based on proven results and documented experiences (Turner, 1986).

Social Work in the United States emerged at the end of the nineteenth century, in response to the social transformations caused by the Industrial Revolution and urbanization. This period was marked by social inequalities and poverty, which boosted initiatives aimed at serving the most vulnerable populations. Mary Richmond, in her pioneering work *Social Diagnosis*, systematized individual intervention methods, while Jane Addams, founder of Hull House, promoted community actions aimed at social inclusion. These initiatives were crucial for the institutionalization of Social Work, with a strong influence in countries such as Brazil (Pereira, 2016).

The creation of Charities Organization Societies (C.O.S) represented a milestone in North American social assistance by introducing a logical and rational approach to social work (Vieira, 1984). Subsequently, Social Work in the United States incorporated elements of psychoanalysis, especially ego psychology, as a tool to strengthen the social adaptation of individuals. This approach, widely adopted, prioritized individual subjectivity as the central focus of intervention. However, Jacques Lacan criticized ego psychology as an "adaptationist ideology", arguing that it ignored social determinations and perpetuated a fragmented view of subjectivity, aligned with the interests of capitalism (Duarte, 2010).

The Marxist critique of the bourgeois conception of subjectivity, which separates the individual from social relations, offers a broader perspective to analyze social issues (Duarte, 2010). By recognizing subjectivity as a social and historical process, Social Work can develop more effective and emancipatory practices. However, psychosocial theories, although they have contributed significantly to the understanding of subjectivity, have important limitations that must be critically analyzed.

One of these limitations is the fragmentation and individualization of subjectivity, which can hinder the analysis and intervention in structural social problems that demand collective actions and social transformations. Excessive emphasis on the individual can lead to the prioritization of individual interventions, to the detriment of collective actions and social transformation (Duarte, 2010). In addition, this fragmentation can restrict the critical capacity of social workers, preventing them from identifying the structural causes of social problems and formulating more comprehensive and effective responses.

3. Feminism and Gender in Social Work

The trajectory of feminist movements in the United States can be divided into three main waves. The first wave was marked by the struggle for suffrage and equal civil and political rights, culminating in the conquest of the right to vote (Pinto, 2010). This phase influenced Social Work, as the predominance of women in the profession reflected an active engagement in the struggles for equal rights. However, the gender perspective was still limited, often reinforcing traditional roles and bourgeois values.

The second wave, in the 1960s, brought new focuses, such as sexual and reproductive rights, formal equality and the contestation of gender roles imposed on women. In this context, Social Work began to address gender issues in a more critical way, implementing specific programs and services for women victims of violence and social inequalities. The concept of female empowerment emerged, and social workers began to act as agents of social transformation, promoting women's autonomy and the deconstruction of oppressive social norms. The 1970s, as a consequence of the 1968 uprisings, strengthened the second feminist wave not only in industrialized countries, but also in much of Latin America, encompassing both left-wing countercultural feminism and liberal feminism (Hollanda, 2020, p. 225).

The third wave, which began in the 1990s, adopted a more inclusive and intersectional perspective, expanding the debate to topics such as race, social class, sexuality, and gender identity. For Social Work, this evolution brought a more diversified and critical look, considering different identities and experiences of women, including race, class, sexual orientation and disability (Nogueira, 2001). The debate on gender began to incorporate criticism of the universalization of inequalities, highlighting the complexity and multiple oppressions experienced.

However, in the United States, to claim that Social Work works, in its entirety, to end oppression and promote feminist principles would be an inadequate simplification. Reisch and Andrews (2002) highlight that, in contemporary times, the social, political and economic environment prioritizes clinical practice and immediate results, with less emphasis attributed to social transformation. Careers focused on clinical practice have proven to be more lucrative and prestigious, while opportunities aimed at social change remain limited.

The term "intersectionality" was introduced in 1989 by the American jurist Kimberlé Crenshaw, who criticized the tendency of black feminism to approach "race and gender as mutually exclusive categories of experience and analysis". She argued that this approach

theoretically and politically erases the experiences of black women, especially in confronting racial and gender discrimination. In Brazilian Social Work, intersectionality makes multiple oppressions visible, denaturalizes inequalities, broadens the understanding of diversity, and strengthens the struggle for rights (Pinto, 2010). Professional practices based on this perspective involve the critical analysis of situations, empowerment, articulation with other sectors, and the deconstruction of prejudices and stereotypes that perpetuate social inequalities.

North American feminist theory combines feminist and multicultural perspectives, reflecting significant changes in family roles. It recognizes the plurality of female experiences, promoting interventions that value diverse identities and particular experiences. These approaches have directly influenced the areas of intervention of Social Work, including individual, family, group and community care (Turner, 1986). In addition, feminist theories have contributed to the development of public policies and research aimed at gender equality.

In the United States, feminism and Social Work share a historical commitment to social transformation, strengthening the struggle for gender equality since the nineteenth century (Bell, 2009). This commitment is reinforced by the predominance of women in the profession, who have integrated feminist principles into their practice for more than a century. The feminist movement played a fundamental role, influencing public policies and community interventions.

In terms of public policy, a significant example is the *Violence Against Women Act*, which provides legal protection and resources for women who are victims of violence. The feminist movement also pushed for investment in social programs such as women's shelters, child care centers, and vocational education programs (Turner, 1986).

As for community interventions, the North American Social Service presents concrete practices, such as shelters for women victims of violence, non-formal education programs and advocacy actions for the implementation of parental leave policies. Wendt and Mourling (2018) highlight fundamental principles that guide feminist practice in Social Work: social justice, a critical and reflective stance, and the appreciation of personal experiences as a form of political action.

Finally, social workers have the ethical and professional responsibility to base their practices on social theories aligned with the values of social work, as established by the Code of Ethics of Social Workers (1993). The theoretical debate is essential to understand how people interpret their experiences and give meaning to the world around them, being indispensable for a critical and effective performance in the field of Social Work.

4. Brazilian Social Work and the Reconceptualization Movement

The theoretical bases of Brazilian Social Work are deeply rooted in the Social Sciences, especially from the debates of the 1970s. During this period, there was a growing resistance to left-wing theoretical expressions considered irrationalist, often articulated with the postmodernity movement and neoconservatism (Coutinho, 2010). This scenario led to the abandonment of critical perspectives, which valued historicity and humanist praxis, while the bourgeoisie, by consolidating its hegemony, rejected dialectical reason and restricted critical thinking.

With the consolidation of the bourgeoisie as the dominant class, there was an effort to justify the status quo through limiting theoretical constructions. This strategy reduced the space for comprehensive analyses of social reality and replaced dialectical reason with fragmented methods, compromising the understanding of structural dynamics (Coutinho, 2010, p. 22). Lukács (2010, p. 51) describes this phenomenon as the "ideological decadence of the bourgeoisie", which occurs when the ruling class achieves political power and shifts the class struggle to a secondary plane. This marginalization of Marxism, replaced by formalistic and apologetic methods, results in superficial analyses devoid of critical depth.

According to Lukács (2010), the excessive fragmentation of modern sociology disregards the historical perspective of social phenomena. In the context of Social Work, this fragmentation compromises the understanding of the structural relationships that shape inequalities, reducing the effectiveness of professional interventions. The search for scientific neutrality ignores the laws that govern society, treating social phenomena in an equivalent and decontextualized way. Coutinho (2010) reaffirms that the revolutionary understanding of man and society is anchored in historicity and social contradiction, while Lukács proposes the categories of humanism, historicism, and dialectical reason as essential tools for a critical and emancipatory analysis (Silva, 2023).

The Movement for the Reconceptualization of Latin American Social Work, which began in the 1960s, represented a historic milestone in the renewal of the profession. The movement criticized Traditional Social Work and sought to adapt professional practice to the social and historical particularities of Latin America. In Brazil, the impacts were fundamental for the criticism of traditionalism and the development of new theoretical-methodological perspectives, breaking with conservative practices (Netto, 2009).

The approach of Marxism in Brazilian Social Work, although marked by debates and divergences, consolidated a rupture with traditional practice. This appropriation, however, was

not linear, being influenced by textbook Marxism and the structuralist scientism of Althusserianism. Yazbek (2009) points out that this trend, although considered a "mistaken Marxism", marked the beginning of a practice committed to social transformation.

Reconceptualization remains a relevant movement to this day. It influenced the formulation of the Code of Professional Ethics (1993), the Law for the Regulation of the Profession (1993) and the Curricular Guidelines (1996), consolidating the ethical-political project of Social Work. Netto (2001) points out that "forty years later, Reconceptualization is still alive as a starting point for the critique of traditionalism". From this period on, the ethical-political project promoted academic qualification, theoretical debate, and the strengthening of research (ABEPSS, 2015, p. 2).

From the end of the 1990s, gender discussions gained space in Brazilian Social Work. In 1996, these issues were incorporated into the curricular guidelines of undergraduate courses by ABEPSS, consolidating them as transversal themes in professional training. Lima (2014) highlights that the creation of the Thematic Research Groups (GTP) strengthened the insertion of gender discussions in academic practices and training. Machado (2000) points out that gender studies have influenced the formulation of public policies, revealing the historical contributions of women who are often neglected.

In Brazil, the feminist movement has roots in the struggles of the working class, initiated by enslaved and indigenous women, who resisted oppression and paved the way for gender equality. The movement developed in three waves: the first focused on the right to vote and political participation; the second, influenced by international feminism, addressed sexual and reproductive rights; and the third wave brought diversity and intersectionality to the center of the debate, using new technologies as tools for mobilization (Pinto, 2010).

Reconceptualization, by incorporating the critique of the social order, brought to Social Work an analysis of gender inequalities and a commitment to empowerment. Torres (2006, p. 4) observes that, although professional practice has sought to adapt individuals to the social order, it has also brought to light debates about the impacts of subordination on life in society.

The 1996 Curriculum Guidelines represented a milestone in professional training in Social Work. Prepared by ABEPSS, these guidelines consolidated the ethical-political project, prioritizing human rights, social justice and the fight against inequalities (Torres, 2006, p. 8). Salvan and Lusa (2023) highlight the generalist training, which enables social workers to work in various fields, articulating theory and practice. Barbosa, Barbosa and De Paula (2018) emphasize that this valorization of research and extension produced its own bibliography and expanded the articulation between teaching and professional practice.

The practical consequences were wide-ranging, including:

11. Expansion of the field of action: Social workers began to work in health centers, schools, social movements and government agencies.
12. Strengthening political participation: They have become protagonists in the formulation of public policies and in the defense of social rights.
13. Innovation in professional practices: Qualified training and the valorization of research have allowed the development of more effective practices that are aligned with contemporary demands.
14. Greater visibility of the profession: The guidelines consolidated the role of the social worker as an agent of social transformation (Moniec; Gonzáles, 2009; Faleiros, 1990).

3. Methodology

The methodology adopted in this study is based on a qualitative approach of descriptive character, focusing on a literature review. This methodological choice allows for an in-depth analysis of the theoretical and practical bases of Social Work in the United States and Brazil, especially with regard to gender and feminism issues.

This article uses the literature review as the main methodological tool, providing a systematic analysis of academic texts and documents relevant to the topic in question. The qualitative approach is appropriate to explore the historical and theoretical dynamics of Social Work, while the descriptive character allows a detailed presentation of the similarities and differences between the contexts studied.

The sources analyzed include classic and contemporary works by renowned authors in the field of Social Work, feminism and gender, such as Mary Richmond, Gordon Hamilton and José Paulo Netto, as well as recent studies on professional practices in both countries. The selection of texts was guided by the following criteria:

1. **Thematic relevance**: Sources that directly discuss Social Work, gender and feminism. 2. **Academic impact:** Texts widely cited or recognized as theoretical landmarks in the area. 3. **Temporal diversity:** Classic works to contextualize historical evolution and contemporary texts to understand current debates. The texts were analyzed in three main stages: 1. **Thematic Survey**: Identification of the central theories and concepts that guided Social Work in the United States and Brazil. 2. **Contextual Comparison**: Analysis of cultural, political, and historical influences in both contexts. 3. **Critical Synthesis**: Organization of findings into sub-

themes that reflect similarities and differences, as well as country-specific contributions to the profession.

15. Findings

The results of this analysis reveal important nuances about the theoretical and practical influences on Social Work in both countries.

In the United States, Ego Psychology was widely adopted as a theoretical foundation, advocating the strengthening of the ego so that the individual could master his drives and better adapt to the social environment. The ideal was a successful, productive, and family-friendly adult, which represented the prevailing view of "healing" and adaptation. This approach, based on pragmatic and psychosocial theories, brought an individualistic perspective, which still characterizes part of North American practices (Nicácio, 2008; Parad, 1958b). Authors such as Mary Richmond and Gordon Hamilton contributed significantly to the systematization of social work, by prioritizing intervention methods based on social adaptation and the strengthening of the individual. However, Marxist criticism highlights the limitations of this approach, which tends to neglect the social and economic structures responsible for generating inequalities (Duarte, 2010).

In the United States, social policies also reflect this individualistic perspective. Temporary Assistance for Needy Families (TANF), for example, emphasizes work as a condition for assistance, delegating the provision of services to private organizations and reinforcing the logic of the market. The "competitive market" view encourages competition between organizations, but it makes universal access to social services precarious and negatively impacts vulnerable groups, such as women, the elderly, and people with disabilities (Reisch & Andrews, 2002).

In Brazil, gender discussions emerged more slowly, but gained strength in the late 1990s, especially in the context of the Movement for the Reconceptualization of Social Work. This movement incorporated critical elements, such as Marxism, to address the structural inequalities affecting women in subaltern social positions. According to Netto (2009), Brazilian Social Work began to prioritize the understanding of inequalities as structural and historical phenomena, as opposed to individualism. The impact of these discussions is visible in professional education, which began to incorporate intersectionality as an analytical category to understand multiple oppressions (Crenshaw, 2004).

The historical and cultural differences between the two countries shaped different approaches in Social Work. While North American pragmatism prioritizes individual and psychotherapeutic interventions, the Brazilian critical perspective turns to collectivization and social transformation.

In the United States, there is a strong emphasis on individualization, with a focus on interventions aimed at developing individual skills and solving problems based on family dynamics. The practice of casework is a classic example of this approach, which, over time, has been influenced by the view of less state intervention. The public management model, based on market competitiveness, limits the role of the State and prioritizes short-term solutions, deepening inequalities and making care more precarious (Reisch & Andrews, 2002).

In Brazil, the State adopts a more interventionist role, with comprehensive social policies that guarantee greater universality in access to rights. Social Work operates in several areas, such as health, education and social assistance, seeking to ensure social justice and address inequalities. Emblematic examples include income transfer programs, such as Bolsa Família, popular housing policies, and programs to combat domestic violence.

In addition, Brazilian Social Work stands out for the incorporation of feminism and intersectionality in its practices:

9. **Research and knowledge production:** Social Work has developed a critical and transformative foundation, addressing topics such as gender, race, class, and sexuality (Hooks, 2019).
10. **Professional training:** Academic curricula have incorporated discussions on gender, intersectionality, and diversity, preparing professionals who are more aware and prepared to work in complex contexts (Lima, 2014; Salvan & Lusa, 2023).
11. **Professional practices:** Women's groups, empowerment projects and affirmative actions are implemented to promote gender equality and combat social inequalities (Nogueira, 2001).
12. **Public policies:** Social Work has influenced the formulation and implementation of policies aimed at guaranteeing the rights of women and other vulnerable groups, in line with the profession's Code of Ethics (Brasil, 2012).

Despite the differences, the Brazilian and North American contexts share similar challenges, such as:

- Deepen discussions on intersectionality to consolidate inclusive practices;
- Strengthen emancipatory practices that integrate gender, class, and race as analytical categories;

- Overcome institutional resistance to the implementation of feminist policies and the fight against inequalities.

In view of the above, it is observed that, while the North American model favors individualistic interventions and market solutions, Brazilian Social Work prioritizes a critical, collective and structural approach. This perspective seeks social transformation and the strengthening of public policies aimed at historically marginalized groups.

5. Discussion

The analysis allows an in-depth reflection on the theoretical influences and challenges faced by Social Work in both countries.

Feminism has played an essential role in professional practice in the United States and Brazil, albeit in different ways. In the United States, it has directly influenced practices, aligning with the demands of gender equality and diversity. In Brazil, the incorporation of feminism occurred in dialogue with Marxist critique, broadening the debate to include issues of class and race. The Marxist feminist perspective represents a significant repertoire of analysis for the reading of the current scenario of oppression-exploitation relations in the face of the dismantling of rights and public policies under the times of de-democratization (Biroli; Vaggione, 2020). It should be noted that both the historical and dialectical materialist method and the Marxian categories have scientific validation, whose verification occurs through historical processuality. Both are very current, as they still explain the immanent movement of bourgeois sociability.

In addition, it is important to highlight that the work of Brazilian social workers, influenced by the critical feminist perspective, has sought to combine gender debates with regional specificities, such as the oppression faced by black and indigenous women. This intersection between gender, race, and class provides a more complete analysis of the dynamics of exclusion and allows the construction of more effective intervention strategies.

While North American Social Work values social and individual adaptation, Brazilians adopt a more structural perspective, approaching inequalities as historical and social phenomena. This difference reflects the limitations of a pragmatic approach in the face of the theoretical and critical advances that characterize Brazilian Social Work. In the United States, social adaptation consisted of a social service of individual cases that developed the personality, consciously and individually readjusting it to its social environment. The term "Social

Question", for example, widely used in Brazilian Social Work, is not found in the North American production and debate of the profession.

This absence highlights a relevant distinction: Brazilian Social Work considers the "Social Question" as a structural and permanent phenomenon of the relations of exploitation in capitalism, thus requiring critical and collective action. In the United States, on the other hand, the liberal perspective leads to an individualized view of social problems, often associated with the search for punctual and adaptive solutions.

The United States and Brazil face common challenges, such as institutional resistance to the implementation of feminist and intersectional practices. In addition, the lack of articulation between theory and practice limits the scope of professional interventions on gender and feminism issues.

The issues related to feminism and gender in Social Work by themselves already historically refer to the fact that the profession is characterized by "feminization", in view of the work it performs, with gender being one of its dimensions. This reality is evidenced by the fact that the profession is mostly developed by women, reflecting the unequal insertion in the labor market, with lower remuneration and social prestige, characterizing it as a "female profession" (Cisne, 2004). In this context, gender and Social Work are related due to the problematization of this feminization.

This feminization of the profession not only reflects the unequal power relations in society, but also demands a critical analysis that considers the impact of these dynamics on professional practice. Social workers, by working directly with vulnerable populations, become key agents in deconstructing gender stereotypes and promoting social equity.

It is highlighted, in this context, that intersectionality consolidates practices of inclusion and integration in Social Work, as possibilities of direction to be followed in the face of the understanding and imbrication of social inequalities and their dimensions. In this sense, among the population with whom Social Work works, black women are in a peculiar position in society because, in collective terms, they are at the base of the occupational pyramid, as well as their social status is inferior to that of any other group. "This means that we bear the burden of sexist, racist, and class oppression" (Hooks, 2019, p.26). Crenshaw identifies racial discrimination and gender discrimination, to better understand how these discriminations operate together, limiting black women's chances of success. "Both categories need to be broadened so that we can address the issues of intersectionality that Black women face" (Crenshaw, 2004, p. 8-9).

Intersectionality is challenging as it addresses differences within difference. In view of the above, it is a challenge to incorporate the gender issue into the practice of human rights and

the racial issue into gender. Crenshaw (2004, p. 9) points out that "women should be protected when they are victims of racial discrimination, in the same way as men, and should be protected when they suffer gender/racial discrimination in different ways."

The implementation of intersectional practices in Social Work, however, requires public policies that consider the multiple oppressions faced by women, especially those in contexts of vulnerability. Professionals in the area must act not only as mediators, but also as agents of denunciation and transformation, seeking to articulate actions at different levels of intervention.

In view of these reflections, it is necessary for the professional practice of Social Work to expand the critical and intersectional perspective, going beyond professional particularities. This movement is fundamental to understand the historical and social insertion of the profession, reinforcing its commitment to the transformation of power relations and the promotion of emancipatory practices.

6. Final Considerations

This study carried out a comparative analysis between Social Work in the United States and Brazil, focusing on the theoretical influences and challenges of professional practice. The results showed that North American Social Work is strongly influenced by pragmatic and psychosocial approaches, while in Brazil, critical theories and the Reconceptualization Movement enabled the incorporation of gender and feminism in a more structured way in professional training and practice.

In addition, it was identified that intersectionality, although still developing in both contexts, has great potential to strengthen more inclusive and integrative practices in Social Work. This perspective offers a promising path to understand and address the multiple dimensions of social inequalities, expanding the possibilities of professional intervention.

The article contributes to the understanding of the historical and cultural particularities that guided Social Work in both countries, emphasizing the importance of theoretical and methodological dialogue between pragmatic and critical approaches. In the contemporary context, marked by the advance of neoliberalism and neoconservatism, it becomes even more urgent that Social Work act critically in the defense of social rights, especially in the fight against gender, race, and class inequalities.

By offering this comparative panorama, this study not only illuminates the trajectories of Social Work, but also points to the need to deepen debates on intersectionality and emancipatory practices. The Brazilian critique of the individualist perspective predominant in

North American Social Work represents a significant theoretical contribution, expanding the understanding of structural inequalities and the need for collective and transformative practices.

Among the limitations of this study, the dependence on bibliographic sources stands out, which restricts the analysis of empirical data on contemporary professional practices. Future research could investigate how discussions of gender and intersectionality are being applied in specific contexts, both in academic training and in the practical work of social workers. In addition, it would be relevant to explore how the principles of feminism and intersectionality can be integrated more broadly into public policies and social programs, contributing to gender equity and the reduction of structural inequalities.

These investigations can further strengthen the role of Social Work as a profession committed to social transformation, the promotion of justice and the guarantee of human rights, especially in a scenario marked by social and political setbacks.

References

ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Diretrizes gerais. Brasília, 2015.

BARBOZA, Fernanda Luma Guilherme; BARBOSA, Guilherme; BARBOSA, Irene Ferreira Guilherme; DE PAULI, Aline Batista. A importância da extensão na formação do assistente social: experiência com usuários de crack. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2018.

BELL, A. C.; D'ZURILLA, T. J. Problem-solving therapy for depression: a meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, v. 29, p. 348-353, 2009.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRICKER-JENKINS, Mary; HOOYMAN, Nancy. Feminist pedagogy in education for social change. *Feminist Teacher*, v. 2, n. 2. Universidade de Illinois Press, 1983.

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão**. 200 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFPE, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DUARTE, Constância Lima. **Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 101, 2010.

HAMILTON, Gordon. *Theory and practice of social casework*. 1951.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOLLIS, F. *Casework: a psychosocial therapy*. 3. ed. New York: Random House, 1964.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JOHNSON, Stephanie R. Comunicação à Eliana Zucchi por e-mail. *American Psychological Association*, 21 mar. 2007.

LIMA, Rita L. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. *Serviço Social & Sociedade*, n. 117, 2014.

LUKÁCS. **Marx e o problema da decadência ideológica**. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUTZ, W. Concept and principles underlying casework practice. *Washington DC*: National Association of Social Workers, 1956.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** *Série Antropologia*, n. 284. Brasília, 2000.

MONIEC, S.; GONZÁLEZ, R. El quehacer profesional en las instituciones de política social en Misiones. In: AQUIN, N.; CARO, R. (Org.). *Políticas públicas, derechos y Trabajo Social en el Mercosul*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2009. p. 167-186.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: *30 Anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS; CRESS – SP; ABEPSS; Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, 2009.

NICÁCIO, E. M. **Serviço Social e subjetividade**. *Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social*, n. 18, p. 46-70, 2008.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001.

PARAD, H. J. *Ego psychology and dynamic casework: problems and perspectives*. 1958.

PARAD, H. J.; MILLER, R. *Ego-oriented casework: problems and perspectives*. New York: Family Service Association of America, 1963.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.

REISCH, Michael; ANDREWS, Janice. **O caminho não percorrido: uma história do trabalho social radical nos Estados Unidos**. Brunner-Routledge: Taylor & Francis Group, 2002.

RICHMOND, Mary. *Social diagnosis*. New York: Russell Sage Foundation, 1917.

SALVAN, João Vitor; LUSA, Mailiz Garibotti. O perfil generalista do Serviço Social: da especialização à criticidade. *9º Encontro Internacional de Política Social*. Vitória, ES, 2023.

SILVA, Olga Myrla Tabaranã da. Teorias sociais e Serviço Social: análise sobre a condição do Serviço Social na Região Metropolitana de Belém/PA. *Textos & Contextos*, v. 22, n. 1, 2023.

TORRES, M. M. **A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social**. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TURNER, F. J. *Social work treatment: interlocking theoretical approaches*. 3. ed. New York: Free Press, 1986.

UNRAU, Yvonne A.; GABOR, Peter A.; GRINNELL Jr, Richard M. *Evaluation in Social Work: the art and science of practice*. Oxford University Press, 2006.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Precursores e pioneiros**. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

ÉTICA E NEGACIONISMO: reflexão do entrelaçamento do discurso político e religioso no governo Bolsonaro

Ester Lydia Hellen Azevedo[62]
Lucas Joaquim De Moura[63]

Resumo

Este artigo objetiva apresentar subsídios que revelam como a ascensão da direita e da extrema-direita intensificou uma atitude negacionista em relação às políticas públicas nacionais, em particular, no período da pandemia de Covid-19, quando o então presidente - Jair Messias Bolsonaro - demonstrou uma postura antiética e negacionista. Ademais, enfatiza-se como esse processo está entrelaçado com o uso indevido dos meios de comunicação que, ao conectar práticas do fundamentalismo religioso, busca legitimar ações políticas e falso-moralistas. A metodologia empregada consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental, sustentada no materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: Ética, negacionismo, política e religião

Abstract

This article aims to present subsidies that reveal how the rise of the right and the extreme right intensified a denialist attitude towards national public policies, particularly during the Covid-19 pandemic, when the then president - Jair Messias Bolsonaro - demonstrated an unethical and denialist stance. Furthermore, it emphasizes how this process is intertwined with the misuse of the media that, by connecting practices of religious fundamentalism, seeks to legitimize political and false moralistic actions. The methodology used consisted of bibliographic and documentary research, supported by historical-dialectical materialism.

Keywords: Ethics, denialism, politics and religion

---

[62] Estudante de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e participante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética - GEPE. ORCID - https://orcid.org/0009-0007-8925-5737. Email: ester.lydia.azevedo@gmail.com

[63] Estudante de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e participante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética - GEPE. ORCID -. https://orcid.org/0009-0006-6838-3708. Email:

lucasjoaquimmoura@gmail.com

INTRODUÇÃO

A investigação sobre ética tem suas raízes na filosofia grega, onde a valorização do conhecimento se destacava como um aspecto essencial na busca da compreensão do mundo, especialmente através do questionamento. Os vários filósofos pré-socráticos e socráticos, junto com suas correntes filosóficas, desempenharam um papel importante na formação do conhecimento humano. Inicialmente, eles buscavam respostas nos elementos da natureza para elucidar a origem do mundo, e, posteriormente, introduziram novos conceitos que colocam o ser humano como protagonista na interpretação da sociedade.

Já o período medieval (século V-XV) é um momento caracterizado pela economia feudal centralizada na agricultura e na dominação de uns com os outros, marca das relações de suseranos e vassalos. Nesse momento, as construções dos saberes tomaram um incentivo por meio da cristianização da filosofia de Platão e Aristóteles, na qual a figura dos intelectuais religiosos ganharam um predomínio, entre eles, destacam-se Santo Agostinho[64] e São Tomás de Aquino[65], que a partir do cristianismo trouxeram explicações teológicas para os acontecimentos da vida e a importância da fé para sanar as dificuldades pessoais, criando uma teologia, formada pelos princípios dogmáticos e indiscutíveis das escrituras sagradas, que se contrapunha .

No século XVI, a Revolução da Imprensa Europeia, impulsionada pelas inovações de Johannes Gutenberg[66] provocou um impacto significativo nas esferas social, política e cultural. O conhecimento tornou-se mais acessível, permitindo que um número maior de pessoas o buscasse e, assim, rompendo a exclusividade da elite. No entanto, a classe média alta continuou a ser a principal beneficiária desse acesso, e a Bíblia foi o primeiro livro a ser impresso em larga escala. Mais tarde, no século XVIII, na Europa, observa-se não apenas uma busca por novos

---

[64] Santo Agostinho (354-430) foi um filósofo, escritor, bispo e teólogo cristão do norte da África. Suas concepções sobre as relações entre a fé e a razão, entre a Igreja e o Estado dominaram toda a Idade Média (Biografia por Dilva Frazão).

[65] Tomás de Aquino (1225-1274) foi um frei católico, filósofo e teólogo italiano da Idade Média (Biografia por Dilva Frazão).

[66] Johannes Gutenberg (1396-1468) foi um inventor alemão, o primeiro a usar a prensa e os tipos móveis de metal, suas invenções revolucionaram a técnica de impressão (Biografia por Dilva Frazão).

conhecimentos, mas também uma reconfiguração resultante de mudanças sociais que, de início, foram provocadas pela transição gradual do feudalismo para o capitalismo.

Com o surgimento do capitalismo industrial e a ênfase na geração de lucros, os saberes fundamentados por ideais religiosos entram em conflito com a ciência secularizada. Nesse contexto, a Revolução Francesa (de 1789 a 1799) e a Revolução Industrial na Inglaterra (de 1760 a 1840) desempenharam um papel crucial na transformação da estrutura econômica e social, marcada pelo capitalismo. Sob uma perspectiva filosófica, altera-se a forma como os indivíduos percebem a si mesmos, superando uma construção que já não se fundamentava nos dogmas religiosos da Idade Média, fortemente influenciados pela dominação da Igreja Católica.

Observa-se, nesse cenário, uma conexão crescente com o raciocínio científico e racional, onde o ser humano passa a se enxergar como o foco do universo e da sua própria vida. Dessa forma, é possível observar que a busca pelo conhecimento e as transformações estruturais percorrem toda a trajetória da humanidade, se configurando conforme os variados contextos socioeconômicos. Assim, o capitalismo também passou por reconfigurações desde sua origem até os tempos atuais, com a ascensão do neoliberalismo, sendo um sistema notório por suas crises cíclicas constantes.

No Brasil, devido ao seu status como um país com uma economia dependentemente periférica, as transformações sociais e políticas ocorrem de maneira tardia e são influenciadas por legados conservadores. Recentemente, o fortalecimento da extrema direita tem exacerbado uma postura negacionista em relação à política nacional, além de reforçar a dominação dos meios de comunicação, que se apoiam em uma nova forma de conhecimento fundamentada tanto no negacionismo quanto na religião. Essa nova abordagem, disseminada através de mídias e redes sociais, modela o que deve ser consumido e como deve ser interpretado, ao articular práticas religiosas para validar ações políticas e morais. Nesse contexto, são evidentes as dinâmicas observadas durante a eleição de Jair Messias Bolsonaro e o período de pandemia sob sua gestão.

Cabe destacar, que este artigo aborda a ética como "a disciplina que reflete filosoficamente sobre o agir do homem no mundo" (Mustafá, 2003, p. 59). Isso nos evoca que devemos fundamentar teoricamente e analisar as ações humanas partindo do real, uma vez que a própria ética não se limita às normas ou costumes, pois isto está relacionado à moral. Essa concepção de ética é fundamental para se pensar acerca da antieticidade na ação negacionista, pois é desonesta na medida em que sua finalidade é negar uma comprovação científica

promovendo a proliferação de falsos conhecimentos, sendo então uma ação reprovável do ponto de vista ético. Dito isto, o objetivo deste estudo é refletir sobre a corrente negacionista desse período e abordar qual a sua relação com a ética. Suscita o seguinte questionamento: qual é o envolvimento do negacionismo científico com o discurso religioso na pandemia de Covid-19?

A metodologia utilizada foi por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, com os textos discutidos em reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética[67] (GEPE), com a utilização da bibliografia que vem sendo estudada pelo grupo, especialmente de artigos publicados nos Cadernos GEPE. Foi através da participação neste grupo (GEPE) e na trajetória acadêmica no curso de Serviço Social que se estabeleceu o interesse em estudar e refletir acerca dessa temática. No primeiro momento, é discutido a respeito da ética e do negacionismo durante o governo de Jair Messias Bolsonaro na pandemia de Covid-19, trazendo reflexões sobre a realidade política da sociedade brasileira neste período. A partir deste foco do governo Jair Messias Bolsonaro, percebe-se o uso do discurso religioso como agente predominante da estagnação do pensamento crítico, uma vez que limita questões éticas. Tal relação se dá, em suma, pela manipulação do conhecimento em tempos do apogeu das redes sociais e o domínio da extrema-direita no Brasil.

1. Ética e Negacionismo: o contexto político brasileiro na pandemia

Primeiramente, entende-se por ética a definição do filósofo italiano Abbagnano[68] (2007), na qual o autor inicialmente caracteriza a ética como uma ciência que estuda o comportamento humano, a partir dos objetivos últimos que orientam tal comportamento. Em outras palavras, em consoonância com o que afirmou acima Mustafá, as ações humanas e os anseios pessoais e coletivos devem se inspirar num projeto de vida individual e coletivo que funciona como um "dever ser", um ideal ou télos a ser perseguido. Em contrapartida, a definição

[67] Este projeto de pesquisa é coordenado pela Dra. Maria Alexandra Mustafá e tem como foco a importância da ética na formação e atuação profissional. Ele explora o Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua conexão com iniciativas da sociedade, abordando temas como direitos humanos e os princípios éticos que influenciam e desafiam as políticas públicas no Brasil. Em especial, a discussão abrange temáticas como desigualdade e direitos humanos, a política de assistência social, o crescimento da violência estrutural e as mobilizações sociais da sociedade civil organizada.

[68] Filósofo italiano do século XX, influenciado pelo pensamento de Aristóteles e os humanistas modernos e com uma vasta obra sobre filosofia também traduzida para o português.

de ética, conforme colocado pelo Dicionário de Cambridge[69], define-se “ética” como “regras ou princípios de comportamento” (Ética, 2024). Constata-se aqui que há o predomínio da visão deontológica da ética. Todavia, tanto a dimensão teleológica, quanto a deontológica fazem parte da ética e podem servir como referência de análise das ações e dos comportamentos humanos. Nesse sentido, ao analisar a atuação do governo de Jair Messias Bolsonaro, destaca-se que ela foi uma expressão não só política, mas também revela um comportamento e uma performance antiética e negacionista durante sua gestão. Posto isto, é fundamental apresentar alguns elementos pré-existentes a respeito da ética.

A princípio a perspectiva da teoria social crítica, com uma abordagem marxista que fundamenta este artigo, a ética é pensada como uma prática humana intimamente ligada à ontologia, ou seja, ao estudo do ser social. Quando o ser humano se distingue da natureza e começa a refletir sobre si mesmo, interagindo com os outros, ele se transforma em um ser social que vai além de seu instinto animal imediato. Lukács se refere a essa transformação como ontologia (Barroco, 2009), a qual é histórica — pois atravessa todas as fases da evolução da humanidade — e dialética, já que é moldada por escolhas humanas. É importante ressaltar que a abordagem marxista analisa as ações históricas dos homens, seus objetivos e seus fundamentos. Esses elementos ilustram como a ética não é uma entidade fixa, mas evolui à medida que o homem e a sociedade se metamorfoseiam.

O Neoliberalismo, que foi anteriormente descrito como uma reconfiguração do sistema capitalista, marca uma nova etapa econômica. Esse movimento teve início com as análises realizadas na sequência da Segunda Guerra Mundial, especialmente pelo economista liberal inglês Friedrich Hayek[70], autor da obra "O Caminho da Servidão" (1944). Outros pensadores que se opunham ao modelo de Estado de bem-estar europeu e ao *New Deal* nos Estados Unidos, como o economista Milton Friedman[71] e, mais tarde, a Escola de Chicago, também contribuíram para essa corrente. Assim, o Neoliberalismo foi implementado no cenário global que se seguiu à crise do Petróleo na década de 1970, culminando no declínio dos “anos de ouro” do *Welfare*

[69] Acessar em: https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/portugues-ingles/etica?q=%C3%A9tica+

[70] Friedrich August von Hayek foi um dos maiores representantes da Escola Austríaca do pensamento econômico, defensor do liberalismo clássico no século XX. Autor da obra “O Caminho da Servidão” na década de 40 que defende o capitalismo no seu estado mais liberal.

[71] Milton Friedman foi um economista norte-americano, defensor do liberalismo e ganhador do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 1976.

State. O objetivo era enfrentar a crise econômica por meio da ampliação das liberdades de mercado e da diminuição da intervenção estatal nas Políticas Sociais (Anderson, 1995).

Nesse sentido, a ética na ideologia neoliberal também sofre transformações, pois é baseada na individualidade - dita como liberdade - em detrimento da coletividade e do pensamento crítico. Nesse contexto de enfraquecimento do pensamento crítico, o negacionismo se torna um movimento de massa e de grandes proporções por meio tanto das redes sociais quanto das proliferações de opiniões públicas baseadas em notícias falsas, "por meio de uma comunicação direta, simples, acessível e fortemente carregada de aspectos emocionais, os quais transformam o receptor em um agente disseminador da desinformação" (Duarte e César, 2020, p.11). Assim, entende-se que:

> O negacionismo é um fenômeno social não apenas porque implica a produção e difusão em massa de teses controversas em relação a consensos científicos validados, mas também porque teses negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas. Simultaneamente, o negacionismo é um fenômeno político porque, o mais das vezes, está associado com a extração de vantagens por parte de grupos econômicos interessados em negar ou questionar teses e conhecimentos científicos. (Duarte e César, 2020, p.9)

Por outro lado, a Academia de Letras conceitua o negacionismo como uma "atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam"[72]. O negacionismo não é um acontecimento recente nem na trajetória histórica nem no campo científico (O Globo, 2020)[73].

Precisa-se dizer que entre as conceituações de negacionismo, destaca-se o científico, visto que foi o mais relevante na contradição dos 4 anos de desgoverno do Bolsonaro e alicerce fundamental para a abordagem fundamentalista dos religiosos. Entende-se como negacionismo científico inserido no período pandêmico o que Marques e Raimundo (2021) explicam nos estudos sobre o Negacionismo Científico Refletido na Pandemia de Covid-19[74], eles afirmam que

---

[72] https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo

[73]https://blogs.oglobo.globo.com/a-hora-da-ciencia/post/negacionismo-nao-e-fenomeno-novo-na-historia-nem-na-ciencia.html

[74] https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/410/313

> No contexto da pandemia, o negacionismo científico foi conduzido principalmente por líderes políticos e religiosos que minimizam a gravidade da doença, não seguem os protocolos de segurança reconhecidos internacionalmente, compartilhar sistematicamente desinformações, incentivam aglomerações, receitam o uso de medicação sem nenhuma comprovação científica fortalecendo o hábito de automedicação, e ainda, "se omitem no desenvolvimento de Políticas Públicas, deliberadamente ou por inépcia, permitindo o esgotamento do Sistema Único de Saúde que é referência mundial para a saúde" (Santos, *apud* Marques, 2020, p. 6).

Nesse sentido, enxerga-se a relação da extrema-direita e as pautas religiosas com o intuito de fracionar a ciência em prol das teses negacionistas. Em diversas situações reconhecidas como questões de saúde pública, como a Revolta das Vacinas (1904) e a pandemia de Covid-19 (2020-2022), o negacionismo se manifesta por meio de argumentos que se opõem tanto às evidências científicas quanto à realidade social. Quando o negacionismo científico se atrela a política, percebe-se como a ética se torna frágil, tendo em vista que o pensamento crítico é subjugado pela negação.

Em consoante com Mustafá (2022), o negacionismo e o neoliberalismo caminham de mãos dadas, visto que se retroalimentam de forma (i)lógica e causam conflitos entre a população. O negacionismo inserido na política pode tornar-se uma postura antiética quando as decisões políticas têm a capacidade de causar situações perigosas para a população, exemplo disso, na pandemia de Covid-19 no Brasil, durante o governo administrado por Jair Messias Bolsonaro. Cabe destacar que o *bolsonarismo* é um movimento político que não se inicia e nem se acaba com Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), pois segundo Freixo e Pinheiro-Machado (2019), é um fenômeno político que ultrapassa o Bolsonaro, ele não é a causa, porém o resultado de diversas fragilidades políticas ocorridas, tais como as Jornadas de Julho (2013)[75] e o "antipetismo" e é alimentado pelo movimento mundial da Direta Internacional.

A partir disso, as ideias bolsonaristas resgatam tradições culturais e políticas de autoritarismo, que estabelecem a segregação socioeconômica da população, visto que defende os interesses do mercado como prioritários, além de atacar direitos básicos conquistados pela população brasileira. Essa divisão entre a população, por sua vez, é exposta por Duarte e César (2020) como "processos de hierarquização valorativa", no qual algumas vidas valem mais que outras. As decisões governamentais de Bolsonaro durante seus quatro anos como presidente

[75] As Jornadas de Julho foram um conjunto de várias manifestações ocorridas no Brasil no ano de 2013 em consequência a princípio da insatisfação da população com o aumento de tarifas do transporte público no governo da presidenta Dilma Rousseff.

reforçam essa divisão entre os apoiadores (empresariado) e os desprovidos (pobres), essa divisão entre pessoas é um fenômeno estudado por Mbembe chamada de Necropolítica[76], isto é, a "política da morte" para decidir entre quem vive e quem morre.

O direcionamento político e econômico defendido por esse governo, descreve e explicita a calamidade pública da pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, de descaso, visto que a economia não poderia parar mesmo muitos países infectados e com altos índices de mortalidade, resultando em medidas de segurança como o *Lockdown*. Apesar da situação global de crise sanitária, o governo Bolsonaro afirma em entrevistas discursos anti-vacina, contrariando indicações médicas.

Ademais, os apoiadores dele descobriram um ambiente ideal para disseminar informações falsas através das redes sociais e de pregações religiosas — que serão abordadas mais adiante. Eles buscaram, por meio de interpretações de versículos bíblicos, justificar as ações do governo e fazer com que essas diretrizes fossem vistas como apropriadas. Como resultado, os primeiros meses da pandemia, apontados como o começo da circulação de notícias falsas, geraram pânico entre a população e contribuíram para a disseminação de *fake news* nos meios de comunicação.

Responsável pelo atraso da vacinação e pela morte de grupos sociais considerados mais vulneráveis, a Fundação Fiocruz[77] aponta que a pandemia de covid-19 não atingiu a todos da mesma forma, pois os marcadores sociais que envolvem gênero, raça, classe social, sexualidade, território, dinâmica social e econômica, diferenciam os mais impactados, como: população idosa, pessoas em situação de rua e com transtornos mentais, além de deficientes, moradores de periferia, população carcerária, trabalhadores informações etc, foram, por exemplo, os mais afetados. Nesse viés, acerca do discurso político negacionista e antiético do ex-presidente durante o período de calamidade pública mundial, observa-se também a influência do papel religioso que fundamenta o cenário da extrema-direita, visto que domina as plataformas digitais e mídias sociais (televisão e redes sociais) como meio de estagnar o pensamento crítico entre jovens e adultos, mas valida o saber negacionista.

---

[76]Conceito elaborado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, discute a necropolítica como o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer por meio do Estado.

[77]Acesse em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/fiocruz-explica-como-a-pandemia-atinge-grupos-mais-vulneraveis-no-brasil/#goog_rewarded

2. Limites da ética dentro do discurso religioso: meios da manipulação do conhecimento e a estagnação do pensamento crítico

No contexto atual globalizado, os meios de comunicação (especialmente a televisão e as redes sociais) disseminam diversas informações de forma imediata, muitas vezes sem questionamento, e são acessados superficialmente por jovens e adultos, o que impacta tanto na assimilação do conhecimento quanto na formação (ou não) do pensamento crítico. A facilidade na produção de conteúdos e compartilhamento mais ágeis, contrariam as formas de compreender o mundo a sua volta e silencia as tomadas de questionamentos, de procurar o "porquê" e o "como", evidenciando um novo padrão ético, onde substitui a busca do conhecimento e do pensamento crítico, por palavras simples inseridos em um contexto tanto religioso quanto político.

Entre os países a professar alguma fé na América Latina, por exemplo, o Brasil aparece em primeiro lugar como um país crente[78]. Segundo a pesquisa divulgada pelo Ipsos[79], afirma que 89% dos brasileiros acreditam em Deus ou em alguma força maior que permite sair das adversidades, tais como: doenças, desastres, crises financeiras entre outros. Nota-se tal postura durante o período de ascensão da extrema-direita no país durante o período pandêmico que manteve o discurso religioso e negacionista como formadores de consciência política e científica. Mustafá (2022) aponta que o período pandêmico e a postura do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, são exemplos da manipulação do conhecimento e da propagação de notícias falsas, uma vez que a fábrica de *Fake News* permaneceu na candidatura do ex-presidente e permanece com o auxílio de conseguir outras candidaturas por parte dos seus apoiadores.

Por isso, durante o período da pandemia do coronavírus a divulgação feita pelo jornal Metrópoles[80] de uma suposta "cura milagrosa" ganhou notoriedade entre os cristãos protestantes, casos como o copo de água e o feijão milagroso, das igrejas neopentecostais,

---

[78] Entende-se crente no sentido teológico da palavra, isto é, de crer em Deus.

[79] 89% dos brasileiros acreditam em Deus ou em um poder maior, aponta pesquisa Ipsos | Ipsos

[80] https://www.metropoles.com/brasil/pastor-rr-soares-promete-agua-consagrada-para-curar-coronavirus

envolvendo os pastores Romildo Ribeiro Soares[81] (RR Soares) e Valdemiro Santiago[82], próximos do ex-presidente, são exemplos da manipulação do conhecimento[83] a respeito do pensar dos fiéis. Além da manipulação das consciências, existe o uso da religião para fins econômicos e financeiros. De acordo com a pesquisa realizada pela Forbes[84] em 2013, há cinco pastores bilionários identificados: Edir Macedo, Valdemiro Santiago, Silas Malafaia, RR Soares e Estevam Hernandes. Após dez anos dessa análise, o portal de notícias Opção[85] revelou uma nova pesquisa que, entre esses cinco pastores mais ricos, apenas três continuam no topo da lista de maior patrimônio: Edir Macedo, Valdemiro Santiago e RR Soares.

Além disso, dados obtidos pelo Brasil de Fato[86], mostram que 73,4% das consignações, isto é, passagem da radiodifusão para a plataforma digital, foram concedidas pelo ex-presidente Bolsonaro aos canais evangélicos e católicos, mas os canais que receberam mais privilégios foram dos pastores bilionários. Com efeito, isso mostra o desempenho do número de templos religiosos quando comparado com a atenção básica na saúde ou nas unidades de ensino. Isso também reflete nas localidades, uma vez que os dados recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sinalizam que nas periferias há um maior contingente dos templos religiosos.

Dessa forma, é evidente o papel crucial que a mídia desempenha na divulgação de ideias, especialmente no âmbito religioso, onde promove o saber e impacta a prática da fé, mas qual é o limite desencadeado por esse contato? Há uma manipulação do conhecimento ou uma inatividade do pensamento crítico? Na interpretação de Mustafá (2022)[87], que retoma o conceito

---

[81] Cabe destacar que o RR Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus na década de 1980, além de empresário é dono das emissoras de televisão Rede Internacional de Televisão fundada em 1999 e a Nossa Tv de 2007, filiado a bandeirantes. RR Soares é cunhado do Edir Macedo Bezerra, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e proprietário do Grupo Record.

[82] Valdemiro Santiago, é ex-bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus

[83] Entende-se por manipulação do conhecimento que Stumpf (2010) assinala que "Os donos dos meios de comunicação utilizam-se das mídias como ferramentas para manipulação em massa."

[84] Forbes lista cinco pastores mais ricos do Brasil

[85] Confira fortunas dos 3 pastores mais ricos do Brasil - Jornal Opção

[86] TV digital não democratizou: 73% das autorizações no governo | Geral

[87] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1982, completou seu Mestrado em Serviço Social na mesma instituição em 1992. Obteve o doutorado em Filosofia pela Università Pontificia Salesiana di Roma, na Itália, em 1999, e realizou Pós-Doutorado em Sociologia na Universidade Roma Tre, também na Itália, entre 2012 e 2013.

de Tomada de Consciência[88] como essencial para promover a intelectualidade humana, o engajamento com a realidade é considerado fundamental para instigar reflexões sobre a própria experiência e as bases requeridas para a transformação. Isso acontece por meio da formulação de questões críticas sobre a realidade, sem se resignar a aceitar passivamente o que é apresentado.

Para Castro[89] (2022) a ascensão da internet e das redes sociais, possibilitam qualquer pessoa do mundo a produzir alguma informação ou desinformação. Ele salienta que as redes sociais são um palco tanto para a direita quanto à extrema direita no Brasil e no mundo, a fim de promover divulgação de boatos e mentiras. Pedrosa (2007), no entanto, enfatiza que a maneira como o discurso é estruturado afeta a percepção do indivíduo sobre a realidade, exercendo influência tanto em jovens quanto em adultos, guiados pelo sentido de fé e promovendo fundamentos para um pensamento homogêneo, ou seja, majoritário, que se fortalece através dos consentimentos.

Nesse viés, a autora aponta dois aspectos do discurso religioso: o *esotérico* e o *exotérico*. O primeiro é caracterizado pelo ambiente específico da fé e pelo espaço de acolhimento dos fiéis - a igreja -, onde as palavras e os símbolos se tornam essenciais para a compreensão daquela experiência particular. Por outro lado, o discorrer exotérico se distingue, pois utiliza formas discursivas próprias das instituições em outros contextos, buscando um consentimento amplo como na política ou na ciência.

Ademais, Pedrosa (2022) aponta algumas das funções do discurso religioso, são elas: pedagógica, simbólica, mobilizadora e reparadora. Tais funções se somam a outras quando o interlocutor, o líder religioso, assume uma postura de articular os textos sagrados como meio de legitimar seus atos. Assim, ao usar as passagens bíblicas, líderes religiosos influenciam a população crente do Brasil a seguir uma postura de suprir necessidades políticas tanto do ex-presidente Bolsonaro como dos apoiadores. No texto de Leonardo Boff[90] *Como Enfrentar o Fundamentalismo*[91] *(2016),* Boff aponta que a estratégia do conservadorismo religioso é

---

[88] Conceito desenvolvido pelo professor e pedagogo Dr. Paulo Freire

[89] João Caldeira Brant Monteiro de Castro é doutor em Ciência Políticas pela Universidade de São Paulo, ex-Secretário Executivo do Ministério da Cultura (2015-2016) e atual Secretário da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República no Brasil

[90] Filósofo, teólogo e escritor brasileiro, um dos precursores da Teologia da Libertação na América Latina.

[91] https://leonardoboff.org/2016/08/21/como-enfrentar-o-fundamentalismo/

uniformizar o pensar e hierarquizar o saber, ou seja, fazer todos(as) pensar de uma forma única, onde o pensamento contrário (o questionamento) seja visto como horripilante.

> Sendo assim, a religião, notadamente a de vertente Cristã protestante neopentecostal, estruturada em torno da lógica do pensamento econômico liberal, assume características de uma empresa com fins lucrativos. Líderes e membros dessas instituições religiosas ocupam os espaços públicos na política e na justiça, fazendo deles a extensão de seus ideais de mundo moral e ético, ressignificando costumes e crenças de uma sociedade que viveu na Idade do Bronze, os quais se fundamentam em argumentos dogmáticos arcaicos em contraposição a uma razão de justiça pensada na racionalidade, pluralidade e no bem comum. (Dresch, 2019, p.5)

Assim, a eticidade é vista como unilateral a partir da postura de alguns religiosos inseridos nos moldes da extrema-direita que usam a dimensão da fé para favorecer os seus ideais, seja as mídias ou a construção do saber que, consequentemente, influenciam a construção do pensamento crítico e suscitam novas lentes de enxergar a realidade que, inclusive, encontra-se estagnada. As instituições religiosas com a predominância do conservadorismo expresso pelos fiéis, sentem-se representadas pelo discurso de ódio representado nos ditames políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando esses elementos, pode-se afirmar que as transformações sociais, econômicas, políticas e ideológicas decorrentes da lógica neoliberal desempenham um papel significativo no fortalecimento da extrema-direita, tanto no Brasil quanto no mundo. Esse modelo de sociedade neoliberal tende a desencorajar qualquer forma de pensamento crítico que vá contra a manutenção de sua lógica. Além disso, observa-se a importância da ética como guia das ações humanas voltadas para o bem-comum. Essa perspectiva se afasta cada vez mais dos representantes políticos associados à extrema-direita, que atualmente são referidos como ultraliberais, representando uma fase ainda mais agressiva do neoliberalismo.

Esse argumento fortalece a tese do artigo, que sugere que o governo Bolsonaro materializou um cenário antiético, onde não há um verdadeiro compromisso com o bem-estar da população por meio de políticas públicas eficientes e voltadas para suas necessidades. Em contrapartida, observa-se um empenho em proteger os interesses dos monopólios globais, promovendo a ilusão da liberdade de mercado e a noção de meritocracia. Isso reflete o aumento

de defesas negacionistas que se opõem à comprovação científica, a qual é essencial para a geração de conhecimento. Contudo, essa oposição não se dirige a toda forma de ciência, mas sim àquela que propõe um modelo social distinto, que busca condições melhores e a plena liberdade para o desenvolvimento das capacidades humanas.

Em última análise, a postura adotada pela extrema-direita no Brasil baseia-se no fundamentalismo religioso. Isso ocorre porque os discursos promovidos por líderes cristãos que apoiam essas ideias extremistas atraem a população, especialmente aqueles que carecem de acesso ao conhecimento. Esses indivíduos acabam se comprometendo com solicitações de ajuda às instituições religiosas na esperança de alcançar uma realidade mais promissora. Somente por meio da consciência crítica e da leitura do mundo ao seu redor, é possível perceber a busca por melhores condições e uma atuação ética que esteja ligada à autonomia.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi ; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. - 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOFF, Leonardo. **Como enfrentar o fundamentalismo.** Leonardo Boff, 2016. Disponível em: https://leonardoboff.org/2016/08/21/como-enfrentar-o-fundamentalismo/. Acesso em 16 de Novembro de 2024.

DUARTE, André de Macedo e CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Negação da Política e Negacionismo como Política**: pandemia e democracia. Educação e Realidade, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVySJcgmX3VS/?lang=pt. Acesso em 15 de Novembro de 2024.

DRESCH, Paulo Cesar. **Religião e esfera pública:** O discurso religioso no contexto das relações sociais e sua relação com a intolerância e o preconceito. Revista Científica

Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 06, Vol. 09, p. 105-114. Junho de 2019. ISSN: 2448-0959. Link de Acesso: Religião e esfera pública: O discurso religioso no contexto

MARQUES, Ronualdo e RAIMUNDO, Jerry Adriano. **O Negacionismo Científico refletido na pandemia da covid-19**. Boletim da Conjuntura, Ano III, Volume 7, Nº 20, Boa Vista, 2021.Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/410/313. Acesso em 29 de Dezembro de 2024.

MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro. **Ética, Ciência, Pandemia e Serviço Social**. Cadernos GEPE, Recife, v. 1 n. 1 (2021). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cadernosgepe/article/view/252877. Acesso em 16 de Novembro de 2024.

_____. **Ética, Negacionismo, Neoliberalismo e Serviço Social no mundo em tempos de pandemia.** XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000866.pdf. Acesso em 16 de Novembro de 2024.

MONTEIRO, João Caldeira Brant. **A vez da internet e das redes sociais.** A era da desinformação, fake news e pós-verdade, Recife, n. 244, p. 07-15, 10 de novembro de 2024.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. **Brasil em transe:** nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/tKtJmHXbXgMs8svnSRNBVzC/?lang=pt. Acesso em 26 de Dezembro de 2024.

ETICA E NEGAZIONISMO: riflessione sull'intreccio tra discorso politico e religioso nel governo Bolsonaro

Ester Lydia Hellen Azevedo[92]
Lucas Joaquim De Moura[93]

Sommario

Questo articolo si propone di presentare sussidi che rivelano come l'ascesa della destra e dell'estrema destra abbia intensificato un atteggiamento negazionista nei confronti delle politiche pubbliche nazionali, in particolare, nel periodo della pandemia di Covid-19, quando l'allora presidente - Jair Messias Bolsonaro - dimostrò una postura immorale e negazionista. Inoltre, si sottolinea come questo processo si intrecci con l'uso improprio dei media che, collegando pratiche di fondamentalismo religioso, cercano di legittimare azioni politiche e falsamente moralistiche. La metodologia utilizzata è consistita in una ricerca bibliografica e documentaria, basata sul materialismo storico-dialettico.

Keywords: Etica, negazionismo, politica e religione

Abstract

This article aims to present subsidies that reveal how the rise of the right and the extreme right intensified a denialist attitude towards national public policies, particularly during the Covid-19 pandemic, when the then president - Jair Messias Bolsonaro - demonstrated an unethical and denialist stance. Furthermore, it emphasizes how this process is intertwined with the misuse of the media that, by connecting practices of religious fundamentalism, seeks to legitimize political and false moralistic actions. The methodology used consisted of bibliographic and documentary research, supported by historical-dialectical materialism.

Keywords: Ethics, denialism, politics and religion

---

[92] Studente di Servizio Sociale presso l'Università Federale di Pernambuco (UFPE) e partecipante al Gruppo di Studio e Ricerca sull'Etica - GEPE. ORCID - https://orcid.org/0009-0007-8925-5737. Posta elettronica: ester.lydia.azevedo@gmail.com

[93] Studente di Servizio Sociale presso l'Università Federale di Pernambuco (UFPE) e partecipante al Gruppo di Studio e Ricerca sull'Etica - GEPE. ORCID -. https://orcid.org/0009-0006-6838-3708. E-mail:

lucasjoaquimmoura@gmail.com

INTRODUZIONE

L'indagine sull'etica affonda le sue radici nella filosofia greca, dove la valorizzazione della conoscenza si è distinta come un aspetto essenziale nella ricerca della comprensione del mondo, soprattutto attraverso l'interrogazione. I vari filosofi presocratici e socratici, insieme alle loro correnti filosofiche, hanno svolto un ruolo importante nel plasmare la conoscenza umana. Inizialmente, hanno cercato risposte negli elementi della natura per chiarire l'origine del mondo, e in seguito hanno introdotto nuovi concetti che pongono l'essere umano come protagonista nell'interpretazione della società.

Il periodo medievale (V-XV secolo) è caratterizzato da un'economia feudale incentrata sull'agricoltura e sul dominio reciproco, segno delle relazioni tra sovrani e vassalli. A quel tempo, la costruzione della conoscenza fu incoraggiata attraverso la cristianizzazione della filosofia di Platone e Aristotele, in cui la figura degli intellettuali religiosi acquisì predominio, tra i quali spiccano Sant'Agostino[94] e San Tommaso d'Aquino[95], che dal cristianesimo portarono spiegazioni teologiche agli eventi della vita e l'importanza della fede per sanare le difficoltà personali, creando una teologia, formata dai principi dogmatici e indiscutibili delle Sacre Scritture, che si opponevano tra loro.

Nel XVI secolo, la rivoluzione della stampa europea, guidata dalle innovazioni di Johannes Gutenberg[96], ebbe un impatto significativo sulla sfera sociale, politica e culturale. La conoscenza divenne più accessibile, permettendo a un maggior numero di persone di cercarla e rompendo così l'esclusività dell'élite. Tuttavia, l'alta borghesia continuò ad essere il principale beneficiario di questo accesso e la Bibbia fu il primo libro ad essere stampato su larga scala. Più tardi, nel XVIII secolo, in Europa, non c'è solo una ricerca di nuove conoscenze, ma anche una riconfigurazione conseguente ai cambiamenti sociali che, in un primo momento, furono causati dal graduale passaggio dal feudalesimo al capitalismo.

---

[94] Sant'Agostino (354-430) è stato un filosofo, scrittore, vescovo e teologo cristiano del Nord Africa. Le sue concezioni del rapporto tra fede e ragione, tra Chiesa e Stato, hanno dominato tutto il Medioevo (Biografia di Dilva Frazão).

[95] Tommaso d'Aquino (1225-1274) è stato un frate cattolico italiano, filosofo e teologo del Medioevo (Biografia di Dilva Frazão).

[96] Johannes Gutenberg (1396-1468) è stato un inventore tedesco, il primo ad utilizzare la stampa e i caratteri mobili in metallo, le sue invenzioni hanno rivoluzionato la tecnica di stampa (Biografia di Dilva Frazão).

Con l'emergere del capitalismo industriale e l'enfasi sulla generazione di profitto, la conoscenza basata su ideali religiosi entrò in conflitto con la scienza secolarizzata. In questo contesto, la Rivoluzione francese (dal 1789 al 1799) e la Rivoluzione industriale in Inghilterra (dal 1760 al 1840) giocarono un ruolo cruciale nella trasformazione della struttura economica e sociale, segnata dal capitalismo. Da un punto di vista filosofico, il modo in cui gli individui percepiscono se stessi viene modificato, superando una costruzione che non era più basata sui dogmi religiosi del Medioevo, fortemente influenzati dalla dominazione della Chiesa cattolica.

In questo scenario, c'è una crescente connessione con il ragionamento scientifico e razionale, in cui l'essere umano inizia a vedere se stesso come il fulcro dell'universo e della propria vita. In questo modo, è possibile osservare che la ricerca di conoscenza e le trasformazioni strutturali percorrono l'intera traiettoria dell'umanità, configurandosi a seconda dei diversi contesti socioeconomici. Così, anche il capitalismo ha subito riconfigurazioni dalle sue origini ai giorni nostri, con l'ascesa del neoliberismo, essendo un sistema noto per le sue costanti crisi cicliche.

In Brasile, a causa del suo status di paese con un'economia periferica indipendente, le trasformazioni sociali e politiche avvengono tardi e sono influenzate da eredità conservatrici. Recentemente, il rafforzamento dell'estrema destra ha esacerbato una posizione negazionista in relazione alla politica nazionale, oltre a rafforzare il dominio dei media, che si basano su una nuova forma di conoscenza basata sia sul negazionismo che sulla religione. Questo nuovo approccio, diffuso attraverso i media e i social *network*, modella ciò che dovrebbe essere consumato e come dovrebbe essere interpretato, articolando pratiche religiose per convalidare le azioni politiche e morali. In questo contesto, sono evidenti le dinamiche osservate durante l'elezione di Jair Messias Bolsonaro e il periodo pandemico sotto la sua gestione.

Va notato che questo articolo affronta l'etica come "la disciplina che riflette filosoficamente sull'azione dell'uomo nel mondo" (Mustafá, 2003, p. 59). Questo ci ricorda che dobbiamo teoricamente fondare e analizzare le azioni umane a partire dalla realtà, poiché l'etica in sé non si limita alle norme o ai costumi, poiché questo è legato alla moralità. Questa concezione dell'etica è fondamentale per riflettere sull'immoralità dell'azione negazionista, in quanto è disonesta nella misura in cui il suo scopo è quello di negare l'evidenza scientifica promuovendo la proliferazione di false conoscenze, risultando quindi un'azione riprovevole da un punto di vista etico. Detto questo, l'obiettivo di questo studio è quello di riflettere sulla corrente negazionista di questo periodo e affrontare il suo rapporto con l'etica. Solleva la

seguente domanda: qual è il coinvolgimento del negazionismo scientifico con il discorso religioso nella pandemia di Covid-19?

La metodologia utilizzata è stata quella di una ricerca bibliografica e documentaria, con i testi discussi nelle riunioni del Gruppo di Studio e Ricerca sull'Etica[97] (GEPE), utilizzando la bibliografia che è stata studiata dal gruppo, in particolare gli articoli pubblicati nei *Quaderni GEPE*. È stato attraverso la partecipazione a questo gruppo (GEPE) e alla traiettoria accademica nel corso di Servizio Sociale che si è stabilito l'interesse per lo studio e la riflessione su questo tema. Nel primo momento, si discute di etica e negazionismo durante il governo di Jair Messias Bolsonaro nella pandemia di Covid-19, portando riflessioni sulla realtà politica della società brasiliana in questo periodo. Da questo punto di vista del governo di Jair Messias Bolsonaro, si può percepire l'uso del discorso religioso come agente predominante della stagnazione del pensiero critico, poiché limita le questioni etiche. Tale relazione si verifica, in breve, a causa della manipolazione della conoscenza in tempi di massimo splendore dei social *network* e del dominio dell'estrema destra in Brasile.

3. Etica e negazionismo: il contesto politico brasiliano nella pandemia

In primo luogo, l'etica è intesa come la definizione del filosofo italiano Abbagnano[98] (2007), in cui l'autore caratterizza inizialmente l'etica come una scienza che studia il comportamento umano, sulla base degli obiettivi ultimi che guidano tale comportamento. In altre parole, in accordo con quanto affermato da Mustafa, le azioni umane e i desideri personali e collettivi devono essere ispirati da un progetto di vita individuale e collettivo che funzioni come un "must be", un ideale o un télos da perseguire. D'altra parte, la definizione di etica, come si legge nel Cambridge Dictionary[99], definisce "etica" come "regole o principi di

[97] Questo progetto di ricerca è coordinato dalla dott.ssa Maria Alexandra Mustafá e si concentra sull'importanza dell'etica nella formazione e nelle prestazioni professionali. Esplora il Progetto Etico-Politico del Servizio Sociale e la sua connessione con le iniziative sociali, affrontando temi come i diritti umani e i principi etici che influenzano e sfidano le politiche pubbliche in Brasile. In particolare, la discussione verte su temi quali la disuguaglianza e i diritti umani, la politica di assistenza sociale, la crescita della violenza strutturale e le mobilitazioni sociali della società civile organizzata.

[98] Filosofo italiano del XX secolo, influenzato dal pensiero di Aristotele e degli umanisti moderni e con una vasta opera sulla filosofia tradotta anche in portoghese.

[99] Accesso presso: https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/portugues-ingles/etica?q=%C3%A9tica+

comportamento" (Ethics, 2024). Si può vedere qui che c'è una predominanza della visione deontologica dell'etica. Tuttavia, sia la dimensione teleologica che quella deontologica fanno parte dell'etica e possono servire come riferimento per l'analisi delle azioni e dei comportamenti umani. In questo senso, analizzando l'operato del governo di Jair Messias Bolsonaro, si evidenzia che non si è trattato solo di un'espressione politica, ma rivela anche un comportamento e una performance non etici e negazionisti durante la sua amministrazione. Detto questo, è fondamentale presentare alcuni elementi preesistenti in materia di etica.

In un primo momento dal punto di vista della teoria sociale critica, con un approccio marxista che sta alla base di questo articolo, l'etica è pensata come una pratica umana strettamente legata all'ontologia, cioè allo studio dell'essere sociale. Quando l'essere umano si distingue dalla natura e inizia a riflettere su sé stesso, interagendo con gli altri, diventa un essere sociale che va oltre il suo immediato istinto animale. Lukács si riferisce a questa trasformazione come ontologia (Barroco, 2009), che è storica – poiché attraversa tutte le fasi dell'evoluzione dell'umanità – e dialettica, poiché è plasmata dalle scelte umane. È importante sottolineare che l'approccio marxista analizza le azioni storiche degli uomini, i loro obiettivi e i loro fondamenti. Questi elementi illustrano come l'etica non sia un'entità fissa, ma si evolva man mano che l'uomo e la società si trasformano.

Il neoliberismo, che in precedenza era stato descritto come una riconfigurazione del sistema capitalista, segna una nuova fase economica. Questo movimento iniziò con le analisi condotte all'indomani della Seconda guerra mondiale, in particolare dall'economista liberale inglese Friedrich Hayek[100], autore dell'opera "La strada per la schiavitù" (1944). Anche altri pensatori che si opposero al modello di welfare state europeo e al *New Deal* negli Stati Uniti, come l'economista Milton Friedman[101] e, più tardi, la Scuola di Chicago, contribuirono a questa tendenza. Così, il neoliberismo è stato implementato sulla scena globale che ha seguito la crisi petrolifera negli anni '70, culminata nel declino degli "anni d'oro" dello *Stato sociale*. L'obiettivo era quello di affrontare la crisi economica ampliando le libertà di mercato e riducendo l'intervento dello Stato nelle politiche sociali (Anderson, 1995).

[100] Friedrich August von Hayek è stato uno dei massimi rappresentanti della scuola austriaca di pensiero economico, difensore del liberalismo classico del XX secolo.

[101] Milton Friedman è stato un economista americano, sostenitore del liberalismo e vincitore del Premio Nobel per l'Economia nel 1976.

In questo senso, anche l'etica nell'ideologia neoliberale subisce delle trasformazioni, in quanto si basa sull'individualità – detta libertà – a scapito della collettività e del pensiero critico. In questo contesto di indebolimento del pensiero critico, il negazionismo diventa un movimento di massa di grandi proporzioni sia attraverso i social network che attraverso la proliferazione di opinioni pubbliche basate su *fake news*, "attraverso una comunicazione diretta, semplice, accessibile e fortemente carica di aspetti emotivi, che trasformano il ricevente in un agente che diffonde disinformazione" (Duarte e César, 2020, p.11). Pertanto, resta inteso che:

> Il negazionismo è un fenomeno sociale non solo perché implica la produzione di massa e la diffusione di tesi controverse in relazione al consenso scientifico convalidato, ma anche perché le tesi negazioniste hanno un impatto diretto sul comportamento di milioni di persone. Allo stesso tempo, il negazionismo è un fenomeno politico perché, il più delle volte, è associato all'estrazione di vantaggi da parte di gruppi economici interessati a negare o mettere in discussione le tesi e le conoscenze scientifiche. (Duarte e César, 2020, p.9)

D'altra parte, l'Accademia delle Lettere concettualizza il negazionismo come un "atteggiamento tendenzioso che consiste nel rifiutare di accettare l'esistenza, la validità o la verità di qualcosa, come eventi storici o fatti scientifici, nonostante le prove o gli argomenti che lo dimostrano".[102] Il negazionismo non è un evento recente né nella traiettoria storica né in campo scientifico (O Globo, 2020).[103]

C'è da dire che tra le concettualizzazioni del negazionismo spicca quella scientifica, poiché è stata la più rilevante nella contraddizione dei 4 anni di malgoverno di Bolsonaro e un fondamento fondamentale per l'approccio fondamentalista religioso. Il negazionismo scientifico inserito nel periodo pandemico è inteso come ciò che Marques e Raimundo (2021) spiegano nei loro studi sul Negazionismo Scientifico Riflesso nella Pandemia di Covid-19[104], affermano che

> Nel contesto della pandemia, il negazionismo scientifico è stato condotto principalmente da leader politici e religiosi che minimizzano la gravità della malattia, non seguono protocolli di sicurezza riconosciuti a livello internazionale, condividono sistematicamente disinformazione, incoraggiano gli agglomerati, prescrivono l'uso di farmaci senza alcuna prova scientifica, rafforzano l'abitudine all'automedicazione e inoltre, "omettono se stessi nello sviluppo delle politiche pubbliche, deliberatamente

[102] https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo

[103]https://blogs.oglobo.globo.com/a-hora-da-ciencia/post/negacionismo-nao-e-fenomeno-novo-na-historia-nem-na-ciencia.html

[104] https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/410/313

> o per inettitudine, permettendo l'esaurimento del Sistema Sanitario Unificato, che è un riferimento mondiale per la salute" (SANTOS, *apud* MARQUES, 2020, p. 6).

In questo senso, il rapporto tra l'estrema destra e le agende religiose è visto con l'obiettivo di dividere la scienza a favore delle tesi negazioniste. In diverse situazioni riconosciute come questioni di salute pubblica, come la rivolta dei vaccini (1904) e la pandemia di Covid-19 (2020-2022), il negazionismo si manifesta attraverso argomenti che si oppongono sia all'evidenza scientifica che alla realtà sociale. Quando il negazionismo scientifico è legato alla politica, si percepisce come l'etica diventi fragile, dato che il pensiero critico è soggiogato dalla negazione.

Secondo Mustafa (2022), negazionismo e neoliberismo vanno di pari passo, poiché si alimentano a vicenda in modo (i)logico e causano conflitti tra la popolazione. Il negazionismo inserito nella politica può diventare una postura non etica quando le decisioni politiche hanno la capacità di causare situazioni pericolose per la popolazione, un esempio di ciò, nella pandemia di Covid-19 in Brasile, durante il governo guidato da Jair Messias Bolsonaro. Va notato che il *bolsonarismo* è un movimento politico che non inizia né finisce con Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), perché secondo Freixo e Pinheiro-Machado (2019), è un fenomeno politico che va oltre Bolsonaro, non è la causa, ma il risultato di diverse debolezze politiche che si sono verificate, come le Giornate di Luglio (2013)[105] e l'"antipetismo" ed è alimentato dal movimento mondiale della Diretta Internazionale.

Da ciò, le idee di Bolsonaro ricuperano le tradizioni culturali e politiche dell'autoritarismo, che stabiliscono la segregazione socioeconomica della popolazione, poiché difende gli interessi del mercato come priorità, oltre ad attaccare i diritti fondamentali conquistati dalla popolazione brasiliana. Questa divisione tra la popolazione, a sua volta, è esposta da Duarte e César (2020) come "processi di gerarchizzazione valutativa", in cui alcune vite valgono più di altre. Le decisioni del governo di Bolsonaro durante i suoi quattro anni di presidenza rafforzano questa divisione tra sostenitori (imprese) e indigenti (poveri), questa

[105] Le Giornate di Luglio sono state un insieme di diverse manifestazioni che hanno avuto luogo in Brasile nel 2013 a causa, in un primo momento, dell'insoddisfazione della popolazione per l'aumento delle tariffe del trasporto pubblico nel governo del presidente Dilma Rousseff.

divisione tra le persone è un fenomeno studiato da Mbembe chiamato Necropolitica[106], cioè la "politica della morte" per decidere tra chi vive e chi muore.

La direzione politica ed economica difesa da questo governo descrive e spiega la calamità pubblica della pandemia di Covid-19, dichiarata dall'Organizzazione Mondiale della Sanità (OMS), l'11 marzo 2020, di negligenza, poiché l'economia non è riuscita a fermare nemmeno molti paesi infetti con alti tassi di mortalità, con conseguenti misure di sicurezza come il *Lockdown*. Nonostante la crisi sanitaria globale, il governo Bolsonaro afferma nelle interviste discorsi anti-vaccino, contrari alle indicazioni mediche.

Inoltre, i suoi sostenitori hanno scoperto un ambiente ideale per diffondere false informazioni attraverso i social network e le predicazioni religiose, che verranno affrontate in seguito. Hanno cercato, attraverso l'interpretazione di versetti biblici, di giustificare le azioni del governo e di rendere queste linee guida considerate appropriate. Di conseguenza, i primi mesi della pandemia, additati come l'inizio della circolazione delle *fake news*, hanno generato il panico tra la popolazione e hanno contribuito alla diffusione delle false informazioni sui media.

Responsabile del ritardo nella vaccinazione e della morte di gruppi sociali considerati più vulnerabili, la Fondazione Fiocruz[107] sottolinea che la pandemia di Covid-19 non ha colpito tutti allo stesso modo, in quanto i marcatori sociali che coinvolgono genere, razza, classe sociale, sessualità, territorio, dinamiche sociali ed economiche, differenziano i più colpiti, come: popolazione anziana, senzatetto e persone con disturbi mentali. Oltre ai disabili, i residenti della periferia, la popolazione carceraria, gli operatori dell'informazione, ecc., sono stati, ad esempio, i più colpiti.

In questo pregiudizio, per quanto riguarda il discorso politico negazionista e non etico dell'ex presidente durante il periodo della calamità pubblica globale, si osserva anche l'influenza del ruolo religioso che sta alla base dello scenario di estrema destra, dal momento che domina le piattaforme digitali e i social media (televisione e social network) come mezzo per stagnare il pensiero critico tra giovani e adulti, ma convalida la conoscenza negazionista.

---

[106]Un concetto sviluppato dal filosofo camerunense Achille Mbembe, discute la necropolitica come il potere di dettare chi può vivere e chi deve morire attraverso lo Stato.

[107]Accesso presso: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/fiocruz-explica-como-a-pandemia-atinge-grupos-mais-vulneraveis-no-brasil/#goog_rewarded

4. I limiti dell'etica all'interno del discorso religioso: mezzi di manipolazione della conoscenza e stagnazione del pensiero critico

Nell'attuale contesto globalizzato, i media (in particolare la televisione e i social *network*) diffondono immediatamente diverse informazioni, spesso senza mettere in discussione, e sono accessibili superficialmente da giovani e adulti, il che influisce sia sull'assimilazione delle conoscenze che sulla formazione (o meno) del pensiero critico. La facilità di produrre contenuti e condivisioni più agili contraddice i modi di comprendere il mondo che li circonda e mette a tacere l'interrogarsi, la ricerca del "perché" e del "come", evidenziando un nuovo *standard* etico, dove si sostituisce la ricerca della conoscenza e del pensiero critico, con semplici parole inserite in un contesto che è insieme religioso e politico.

Tra i paesi che professano una certa fede in America Latina, ad esempio, il Brasile appare al primo posto come paese credente[108]. Secondo il sondaggio pubblicato da Ipsos[109], si afferma che l'89% dei brasiliani crede in Dio o in una forza più grande che permetta loro di uscire dalle avversità, come: malattie, disastri, crisi finanziarie, tra gli altri. Tale atteggiamento si nota durante il periodo dell'ascesa dell'estrema destra nel paese durante il periodo pandemico che ha mantenuto il discorso religioso e negazionista come plasmatore della coscienza politica e scientifica. Mustafá (2022) sottolinea che il periodo pandemico e l'atteggiamento del governo dell'ex presidente Jair Messias Bolsonaro sono esempi di manipolazione della conoscenza e diffusione di *fake news*, dal momento che la fabbrica di *Fake News* è rimasta nella candidatura dell'ex presidente e lo rimane con l'aiuto di ottenere altri supporti dai suoi sostenitori.

Pertanto, durante il periodo della pandemia di coronavirus, la divulgazione fatta dal giornale Metrópoles[110] di una presunta "cura miracolosa" ha guadagnato notorietà tra i cristiani protestanti, casi come il bicchiere d'acqua e il fagiolo miracoloso, da chiese neo-pentecostali,

---

[108] Il credente è inteso nel senso teologico della parola, cioè del credere in Dio.

[109] L'89% dei brasiliani crede in Dio o in un potere superiore, secondo il sondaggio Ipsos | Ipsos

[110] https://www.metropoles.com/brasil/pastor-rr-soares-promete-agua-consagrada-para-curar-coronavirus

che coinvolgono i pastori Romildo Ribeiro Soares[111] (RR Soares) e Valdemiro Santiago[112], vicino all'ex presidente, sono esempi della manipolazione della conoscenza[113] sul pensiero dei fedeli. Oltre la manipolazione delle coscienze si trova l'uso della religione per fini economici e finanziari. Secondo l'indagine condotta da Forbes[114] nel 2013, sono stati identificati cinque pastori miliardari: Edir Macedo, Valdemiro Santiago, Silas Malafaia, R.R. Soares ed Estevam Hernandes. Dopo dieci anni di questa analisi, il portale di notizie Opção[115] ha rivelato un nuovo sondaggio secondo cui, tra questi cinque pastori più ricchi, solo tre rimangono in cima alla lista dei beni più alti: Edir Macedo, Valdemiro Santiago e RR Soares.

Inoltre, i dati ottenuti da Brasil de Fato [116]mostrano che il 73,4% delle spedizioni, cioè il passaggio dalla trasmissione alla piattaforma digitale, sono state concesse dall'ex presidente Bolsonaro a canali evangelici e cattolici, ma i canali che hanno ricevuto i maggiori privilegi sono stati da pastori miliardari. In effetti, questo mostra le prestazioni del numero di templi religiosi rispetto all'assistenza sanitaria di base o alle unità educative. Questo si riflette anche nelle località, poiché i dati recentemente diffusi dall'Istituto Brasiliano di Geografia e Statistica (IBGE), indicano che nelle periferie c'è un maggiore contingente di templi religiosi.

Così, il ruolo cruciale che i media svolgono nella diffusione delle idee è evidente, soprattutto in ambito religioso, dove promuovono la conoscenza e impattano sulla pratica della fede, ma qual è il limite innescato da questo contatto? C'è una manipolazione della conoscenza o un'inattività del pensiero critico? Nell'interpretazione di Mustafa (2022),[117] che riprende il

---

[111] Va notato che RR Soares, fondatore della Chiesa Internazionale della Grazia di Dio negli anni '80, oltre ad essere un uomo d'affari, possiede le stazioni televisive Rede Internacional de Televisão fondata nel 1999 e Nossa Tv nel 2007, affiliata a Bandeirantes. RR Soares è il cognato di Edir Macedo Bezerra, fondatore della Chiesa Universale del Regno di Dio e proprietario del Grupo Record.

[112] Valdemiro Santiago, è un ex vescovo della Chiesa Universale del Regno di Dio e fondatore della Chiesa Mondiale della Potenza di Dio

[113] Attraverso la manipolazione della conoscenza, Stumpf (2010) sottolinea che "i proprietari dei media usano i media come strumenti per la manipolazione di massa".

[114] Forbes elenca i cinque pastori più ricchi del Brasile

[115] Scopri le fortune dei 3 pastori più ricchi del Brasile - Jornal Opção

[116] La TV digitale non si è democratizzata: il 73% delle autorizzazioni nel governo | Generale

[117] Laureata in Servizio Sociale presso l'Università Federale di Pernambuco (UFPE) nel 1982, ha conseguito il Master in Servizio Sociale presso la stessa istituzione nel 1992. Ha conseguito il dottorato in Filosofia presso l'Università Pontificia Salesiana di Roma nel 1999 e ha conseguito un Post-Dottorato in Sociologia presso l'Università Roma Tre, sempre in Italia, tra il 2012 e il 2013.

concetto di Consapevolezza[118] come essenziale per promuovere l'intellettualità umana, l'impegno con la realtà è considerato fondamentale per stimolare riflessioni sulla propria esperienza e sulle basi necessarie per la trasformazione. Ciò avviene attraverso la formulazione di domande critiche sulla realtà, senza rassegnarsi ad accettare passivamente ciò che viene presentato.

Per Castro[119] (2022), l'ascesa di Internet e dei social *network* consente a chiunque nel mondo di produrre informazioni o disinformazione. Sottolinea che i social *network* sono un palcoscenico sia per la destra che per l'estrema destra in Brasile e nel mondo, al fine di promuovere la diffusione di voci e bugie. Pedrosa (2007), tuttavia, sottolinea che il modo in cui il discorso è strutturato influisce sulla percezione della realtà da parte dell'individuo, esercitando un'influenza sia sui giovani che sugli adulti, guidati dal senso di fede e promuovendo le basi per un pensiero omogeneo, cioè maggioritario, che si rafforza attraverso il consenso.

In questo pregiudizio, l'autore sottolinea due aspetti del discorso religioso: quello *esoterico* e quello *essoterico*. La prima è caratterizzata dall'ambiente specifico della fede e dallo spazio di accoglienza dei fedeli – la chiesa – dove le parole e i simboli diventano essenziali per la comprensione di quella particolare esperienza. D'altra parte, il discorso *essoterico* è diverso, in quanto utilizza forme discorsive tipiche delle istituzioni in altri contesti, alla ricerca di un ampio consenso come in politica o nella scienza.

Inoltre, Pedrosa (2022) sottolinea alcune delle funzioni del discorso religioso, che sono: pedagogica, simbolica, mobilitante e riparatrice. Tali funzioni si aggiungono ad altre quando l'interlocutore, il *leader* religioso, assume una posizione di articolazione dei testi sacri come mezzo per legittimare i suoi atti. Così, utilizzando passaggi biblici, i *leader* religiosi influenzano la popolazione credente del Brasile a seguire una posizione di soddisfazione delle esigenze politiche sia dell'ex presidente Bolsonaro che dei suoi sostenitori. Nel testo di Leonardo Boff[120] *Come affrontare il fondamentalismo*[121] *(2016),* l'autore sottolinea che la strategia del conservatorismo religioso è quella di standardizzare il pensiero e gerarchizzare la conoscenza,

---

[118] Concetto sviluppato dall'insegnante e pedagogo Dr. Paulo Freire

[119] João Caldeira Brant Monteiro de Castro ha conseguito un dottorato di ricerca in Scienze Politiche presso l'Università di San Paolo, ex Segretario Esecutivo del Ministero della Cultura (2015-2016) e attuale Segretario del Segretariato delle Politiche Digitali del Segretariato della Comunicazione Sociale della Presidenza della Repubblica in Brasile

[120] Filosofo, teologo e scrittore brasiliano, uno dei precursori della Teologia della Liberazione in America Latina.

[121] https://leonardoboff.org/2016/08/21/como-enfrentar-o-fundamentalismo/

cioè di far pensare tutti in un modo unico, dove il pensiero opposto (mettere in discussione) è visto come orribile.

> Così, la religione, in particolare quella del filone cristiano protestante neo-pentecostale, strutturata intorno alla logica del pensiero economico liberale, assume le caratteristiche di un'impresa a scopo di lucro. I *leader* e i membri di queste istituzioni religiose occupano gli spazi pubblici nella politica e nella giustizia, rendendoli l'estensione dei loro ideali del mondo morale ed etico, risignificando costumi e credenze di una società vissuta nell'età del bronzo, che si basano su arcaici argomenti dogmatici in opposizione a una ragione di giustizia pensata di razionalità, pluralità e nel bene comune. (Dresch, 2019, p.5)

Così, l'etica è vista come unilaterale rispetto alla postura di alcune persone religiose inserite negli stampi dell'estrema destra che usano la dimensione della fede per favorire i loro ideali, siano essi i media o la costruzione della conoscenza che, di conseguenza, influenzano la costruzione del pensiero critico e sollevano nuove lenti di visione della realtà che anche è stagnante. Le istituzioni religiose, con la predominanza del conservatorismo espresso dai fedeli, si sentono rappresentate dai discorsi d'odio rappresentati nei dettami politici.

CONSIDERAZIONI FINALI

Considerando questi elementi, si può dire che le trasformazioni sociali, economiche, politiche e ideologiche derivanti dalla logica neoliberista giocano un ruolo significativo nel rafforzamento dell'estrema destra, sia in Brasile che nel mondo. Questo modello di società neoliberale tende a scoraggiare qualsiasi forma di pensiero critico che vada contro il mantenimento della sua logica. Inoltre, si osserva l'importanza dell'etica come guida per le azioni umane finalizzate al bene comune. Questa prospettiva si sta allontanando sempre più dai rappresentanti politici associati all'estrema destra, che attualmente vengono definiti ultraliberali, rappresentando una fase ancora più aggressiva del neoliberismo.

Questo argomento rafforza la tesi dell'articolo, che suggerisce che il governo Bolsonaro ha materializzato uno scenario non etico, in cui non c'è stato un vero impegno per il benessere della popolazione attraverso politiche pubbliche efficienti e incentrate sui loro bisogni. Dall'altro lato, c'è uno sforzo per proteggere gli interessi dei monopoli globali, promuovendo l'illusione della libertà di mercato e la nozione di meritocrazia. Ciò riflette l'ascesa delle difese negazioniste che si oppongono alla prova scientifica, che è essenziale per la generazione di

conoscenza. Tuttavia, questa opposizione non è diretta a tutte le forme di scienza, ma piuttosto a quella che propone un modello sociale diverso, che cerca condizioni migliori e piena libertà per lo sviluppo delle capacità umane.

In definitiva, la posizione adottata dall'estrema destra in Brasile si basa sul fondamentalismo religioso. Questo perché i discorsi promossi dai *leader* cristiani che sostengono queste idee estremiste attirano la popolazione, soprattutto coloro che non hanno accesso alla conoscenza. Questi individui finiscono per impegnarsi in richieste di aiuto da parte delle istituzioni religiose nella speranza di realizzare una realtà più promettente. Solo attraverso la consapevolezza critica e la lettura del mondo che li circonda, è possibile percepire la ricerca di condizioni migliori e di un'azione etica che è legata all'autonomia.

REFERENZE

ABBAGNANO, Nicola. **Dizionario di filosofia**. Traduzione della 1a edizione brasiliana coordinata e rivista da Alfredo Bossi; revisione della traduzione e traduzione dei nuovi testi Ivone Castilho Benedetti. - 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDERSON, Perry. **Equilibrio del neoliberismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (a cura di) Il post-neoliberismo: le politiche sociali e lo Stato democratico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOFF, Leonardo. **Come affrontare il fondamentalismo.** Leonardo Boff, 2016. Disponibile all'indirizzo: https://leonardoboff.org/2016/08/21/como-enfrentar-o-fundamentalismo/. Consultato il 16 novembre 2024.

DUARTE, André de Macedo e CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Negazione della politica e negazionismo come politica**: pandemia e democrazia. Educazione e realtà, 2020. Disponibile all'indirizzo: https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVySJcgmX3VS/?lang=pt. Consultato il 15 novembre 2024.

DRESCH, Paulo Cesar. **Religione e sfera pubblica:** il discorso religioso nel contesto delle relazioni sociali e la sua relazione con l'intolleranza e il pregiudizio. Rivista scientifica multidisciplinare Núcleo do Conhecimento. Anno 04, Ed. 06, Vol. 09, p. 105-114. Giugno 2019. ISSN: 2448-0959. Link di accesso: Religione e sfera pubblica: il discorso religioso nel contesto

MARQUES, Ronualdo e RAIMUNDO, Jerry Adriano. **Il negazionismo scientifico si riflette nella pandemia di covid-19**. Boletim da Conjuntura, Anno III, Volume 7, Nº 20, Boa Vista, 2021.Disponibile all'indirizzo: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/410/313. Consultato il 29 dicembre 2024.

MONTEIRO, João Caldeira Brant. **È il turno di internet e dei social network.** L'era della disinformazione, delle fake news e della post-verità, Recife, n. 244, p. 07-15, 10 novembre 2024.

MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro. **Etica, Scienza, Pandemia e Servizio Sociale**. Cadernos GEPE, Recife, v. 1 n. 1 (2021). Disponibile all'indirizzo: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cadernosgepe/article/view/252877. Consultato il 16 novembre 2024.

_____. **Etica, negazionismo, neoliberismo e servizio sociale nel mondo in tempo di pandemia.** XVII Congresso Brasiliano degli Assistenti Sociali. 2022. Disponibile all'indirizzo: https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000866.pdf. Consultato il 16 novembre 2024.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. **Brasile in trance:** nuova destra e dedemocratizzazione. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. Disponibile all'indirizzo: https://www.scielo.br/j/se/a/tKtJmHXbXgMs8svnSRNBVzC/?lang=pt. Consultato il 26 dicembre 2024.

ENVELHECIMENTOS, SOFRIMENTOS E MEDICALIZAÇÃO DA VIDA:
Breves reflexões para o Serviço Social

Fernanda Luma G. Barboza[122]
Juliene Tenório de Albuquerque [123]
Rosineide Maria Gonçalves[124]

Resumo:
O presente ensaio tem como objetivo apresentar reflexões sobre o Serviço Social nos atravessamentos entre envelhecimento, saúde mental e capitalismo, sendo resultado de muitos diálogos a partir de processos formativos e de assessoria desenvolvidos junto a instituições de longa permanência para pessoas idosas. Assim, apresentamos reflexões sobre os determinantes sociais em saúde e interseccionalidade que vivenciam as diferentes velhices nos diferentes Brasis. Em seguida, ponderamos sobre como o neoliberalismo atua na gestão do sofrimento e medicalização da vida, apontando reflexões ao Serviço Social. E, ao final, tecemos algumas considerações para um outro horizonte de atuação.

Palavras-chaves: Adoecimento Mental; Demências; Idoso; Medicalização; Serviço Social.

Abstract:
This rehearsal aims to present reflections on Social Work at the intersections between aging, mental health and capitalism, being the result of many dialogues based on training and advisory processes developed with long-term care institutions for elderly people. Thus, we present reflections on the social determinants of health and intersectionality that different old ages experience in different Brazils. Next, we consider how neoliberalism acts in the management of suffering and medicalization of life, pointing out reflections on Social Work. And, at the end, we make some considerations to another horizon of activity.

Keywords: Mental Illness; Dementia; Elderly; Medicalization; Social Service.

INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida da população idosa no Brasil é uma conquista inquestionável, contudo traz consigo uma série de questões biopsicossociais que precisam ser

[122] Bacharel em Serviço Social (UFPE), Especialista em Saúde Mental (UNINTER), Mestre em Serviço Social (UFPE) e Doutora em Serviço Social (UERJ). Coordenadora do Projeto Sobre Suicídio, Pesquisadora da UFPI, Professora e Coordenadora de Ensino do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES). E-mail: fernanda.lumaas@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3896-0301.

[123] Bacharel em Serviço Social (UFPE) e Formação Pedagógica em Pedagogia (Faculdade Intervale), Especialista em Metodologias do Ensino (Faculdade Intervale), Mestra em Serviço Social (UFPE), Doutora em Serviço Social (UFPE). Coordenadora Político Pedagógica do Programa de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) e Professora de ensino fundamental I da Escola Municipal Pró-Menor. E-mail: julienetenorio@cdc.org.br.

[124] Licenciada em História (UNIVISA), Especialista em Associativismo (UFRPE), Mestra em Serviço Social (UFPE). Coordenadora Político Programática do Programa de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) e Professora na ASCES-UNITA. E-mail: rosineide.cdc@gmail.com.

consideradas no trabalho com essa população, demandando novos olhares e manejos quanto ao novo perfil de pessoas idosas que tem chegado aos serviços e políticas públicas.

Dentre as demandas, destacamos: o número crescente de centenários[125] em processo de finitude, que não tem encontrado equipes treinadas para essa realidade; a limitada condição dos recursos humanos das Instituições de Longa Permanência para Pessoa Idosa (ILPI´s), em sua imensa maioria não financiadas ou respaldadas pelo Estado; o aumento e diversificação dos casos de adoecimento mental; os variados e desafiadores estados demenciais; e, em nossa visão, a mais grave de todas: o aumento (e naturalização) da medicalização da vida como resposta do neoliberalismo a todas essas questões.

Considerando os relevantes impactos na qualidade de vida da pessoa idosa, bem como nas condições de trabalho das equipes atuantes nos serviços e políticas públicas, **e** o fato de que o Serviço Social é uma das profissões que desenvolve sua intervenção em diversas instituições e políticas que atendem às múltiplas velhices desse país de dimensões continentais, o presente ensaio objetiva apresentar reflexões sobre o Serviço Social nos atravessamentos entre envelhecimento, saúde mental e capitalismo, entendendo que as situações que atentam contra o direito à saúde mental da pessoa idosa, no atual momento societário, também atentam contra o direito à vida e à liberdade desta população.

O ensaio é fruto dos muitos diálogos que as autoras têm realizado nos processos formativos e de assessorias junto a gestores/as, equipes e pessoas idosas, residentes em Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs) no âmbito do Programa de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), em Pernambuco.

Partimos do entendimento de que os conceitos de saúde e de doença passaram por muitas mudanças no último século. O avanço do Sistema Único de Saúde (SUS), ao conceber saúde a partir dos determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado, coloca em cena o desafio de (re)pensar a complexidade do adoecimento mental e do sofrimento extremo[126], tendo em vista que os entendimentos sobre tais conceitos organizam, legitimam e retroalimentam práticas e instituições que, sob a ingerência do capitalismo e da ideologia neoliberal, vão na contramão

---

[125] No Brasil, existe hoje cerca de 37 mil habitantes têm mais de 100 anos, apontou o IBGE (Disponível em: https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/11/03/brasil-tem-37-mil-habitantes-com-mais-de-100-anos-aponta-ibge.ghtml. Acesso em 18 dez. 2024).

[126] Sempre que usarmos o termo “sofrimento extremo” estaremos nos referindo ao que tem sido recorrentemente chamado de comportamento suicida. Termo que questionamos, visto que dá uma ênfase comportamental, o que por vezes dificulta enxergar as demais nuances desse fenômeno.

do preconizado pela Reforma Psiquiátrica no Brasil, bem como do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Por isso, urge expor e problematizar os elementos que impactam o trabalho de profissionais que atuam na resistência ao modelo conservador e hegemônico dominante atualmente na saúde mental. Este modelo, nesta quadra do capital tem aceitado (quando não estimulado) a medicalização da vida como resposta às expressões da questão social, patologizando, desestoricizando e individualizando essas questões, com crescente tendência à culpabilização (individual e "familista") (Mioto, 2010).

Desta forma, o texto está organizado em três partes. No primeiro momento, apresentamos reflexões sobre os determinantes sociais em saúde e interseccionalidade que vivenciam as diferentes velhices nos diferentes Brasis. Em seguida, ponderamos sobre como o neoliberalismo vem atuando na gestão dos sofrimentos (e opressões) que recaem sobre a pessoa idosa e a subsequente medicalização desses processos, que não são apenas fisiológicos ou mentais, mas também sociais, apontando reflexões ao Serviço Social. Por fim, tecemos algumas considerações desejosas de contribuir com novos horizontes de atuação da profissão com essa temática.

Velhices, Determinantes Sociais e Interseccionalidade

Diante de intensos debates a respeito dos processos de envelhecimento que vivenciamos no atual contexto societário, destacamos a compreensão de que para além de ser o envelhecimento um fenômeno exclusivamente natural e biológico, ele se caracteriza também como um aspecto influenciado por determinantes sociais, políticos, culturais e históricos presentes nos processos de produção e reprodução social, como bem nos lembra Cunha (2008).

Isso significa que não há homogeneidade nem as mesmas condições de trajetórias de vida, processos de envelhecimento e realidades que estas pessoas vivenciam. Desigualdades sociais, regionais, de gênero, étnicas somadas aos diferentes interesses de classes, às múltiplas formas de inserção no mundo do trabalho e ao acesso – ou à falta dele – aos recursos socialmente produzidos interagem (e impactam) todos os âmbitos do ser humano (Teixeira, 2021): físico, mental, social, espiritual – determinando condições de existência singulares às diversas velhices nos diferentes Brasis que conhecemos.

Barboza (2023) enfatiza que a sociedade do capital anda na contramão de tudo que remete à ideia de "velho" como algo descartável, sustentando-se no estímulo constante ao consumo, que, por sua vez, é retroalimentado pela incessante busca por novidade. Esse modo

historicamente construído de se relacionar com o tempo não passa sem consequências, pois, nesse culto ao novo e ao jovem, as pessoas idosas sofrem por nem sempre conseguirem acompanhar o ritmo frenético do consumo e da produção, exigidos pelo capital. Este sistema, como enfatiza (Marx, 2013, p. 338), "não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho".

Essa é apenas uma das muitas opressões que caracterizam o atual processo de envelhecimento. Opressões essas que reforçam a exploração e a subordinação desse público. A ascensão do pensamento conservador nos últimos anos, aliado ao neoliberalismo, tem colocado em risco direitos sociais historicamente e coletivamente conquistados, desprotegendo com singular intensidade (e perversidade) os/as idosos/as.

> O conservadorismo, ao propugnar resistência às mudanças que possam significar algum risco às tradições e à ordem capitalista, gera também a invisibilidade das necessidades do "outro", que deve subjugar-se aos interesses das pretensas maiorias. O crescimento de discursos de ódio reforça preconceitos, ignorando como a pauta de reivindicação de setores subalternizados da sociedade denunciam práticas que agudizam as contradições que permeiam a velhice. Não se pode subsumir os componentes de raça, etnia, gênero, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e assim por diante, como agravantes da condição de classe nos modos de envelhecer (Keller *in* Teixeira, 2020, p. 8).

A literatura sobre suicidologia evidencia o extremo sofrimento que esse "não lugar social" pode gerar, apontando que idosos podem considerar o suicídio como "opção" ao não lidarem bem com a realidade da finitude de sua vida e/ou com questões conflituosas relacionadas ao convívio familiar e social ou a própria identidade. Trata-se de uma sociedade que lida muito mal com a ideia de envelhecimento, o que se reflete no crescente interesse das pessoas em desacelerar ou disfarçar, com diferentes tecnologias, o aparecimento das marcas corpóreas e subjetivas da velhice, bem como na captura desse interesse pelo capital, fomentando o mercado estético e farmacêutico.

O debate teórico-metodológico na perspectiva crítico-dialética, exige mediações entre os processos sócio-históricos e as categorias centrais do modo de produção capitalista. É nesse sentido que discutiremos as inflexões de raça/etnia, gênero, sexualidade e geração no trabalho do Serviço Social com a saúde mental da pessoa idosa.

O termo interseccionalidade cunhado pela jurista Kimberlé W. Crenshaw (1989), refere-se, de forma resumida, à interdependência das relações de poder expressas nas questões como classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e outras. Apesar de não ser recente a discussão de que os fatores sociais impactam as condições de saúde das pessoas e comunidades, os estudos em

gerontologia e em saúde mental ainda têm muito a avançar na compreensão do lugar que a interseccionalidade ocupa, especialmente ao se considerar a construção de políticas públicas efetivas.

Considerando-se a divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho, é fundamental reconhecer que a população feminina, negra, indígena e LGBTQIA+ - segmentos historicamente mais vulneráveis da classe trabalhadora - foi e continua sendo a mais atingida pela intensificação da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, dos programas de austeridade, do recrudescimento da violência estatal e do avanço do conservadorismo. Essa realidade mostrou toda sua mazela na eclosão da pandemia da covid-19, quando se percebeu o impacto desproporcional sobre determinados grupos da classe trabalhadora, expondo-os a condições aviltantes (Brito, Almeida e Almeida, 2023). Portanto, é crucial apreender as singularidades dos diversos segmentos populacionais que enfrentam diariamente desigualdades sociais e de raça/etnia, gênero, geração e sexualidade que, permanecendo-se segregados e marginalizados de diversos espaços sociais. Esses ciclos perversos de exclusão e violência reproduzem-se e, transformam-se em fatores de risco para o adoecimento mental, demências e suicídio.

Nesse contexto, torna-se imprescindível discutir a intersecção dos diferentes fatores de opressão que afetam pessoas em sofrimento. Entre eles: as barreiras no acesso a serviços de saúde primária e especializados, o estigma associado ao sofrimento mental, que favorece processos de exclusão e discriminação das pessoas em diferentes contextos sociais; a fragilidade do modelo de atenção à saúde mental no cuidado, após anos de desfinanciamento e precarização dos serviços; o sofrimento da família diante da responsabilidade do cuidado, de trabalhos precários e da falta de apoio do Estado; e outros (Cardoso, Lima e Cunha, 2021).

Por essa razão, é crucial destacar a dimensão social do sofrimento, considerando as interações complexas das opressões. A discussão sobre interseccionalidade emerge como uma ferramenta conceitual para analisar como o sofrimento é produzido e mantido sob uma perspectiva sócio-política-econômica, levando em conta os múltiplos marcadores de opressão. Isso permite a construção de estratégias de enfrentamento que abordem o âmago do problema, em vez de recorrer a paliativos que apenas perpetuam um sistema cuja história continua a ser escrita às custas do suor, do sangue, e agora do cérebro, da classe trabalhadora.

Situar a relevância da interseccionalidade no campo da saúde mental implica também reconhecer a importância da interdisciplinaridade no cuidado dos sujeitos, propondo uma visão despatologizante do sofrimento, possibilitando contextualizá-lo no prisma social. Só assim o Serviço Social evitará ser usado como instrumento de uma prática de normatização dos corpos

que está por trás de tanta patologização e medicalização e reafirma seu compromisso com os direitos humanos. Esse compromisso é condição *sine qua non* para uma atuação ética e comprometida com o ser social, numa perspectiva que contemple a determinação social da saúde e uma política de saúde mental que seja libertadora, laica, plural, democrática, emancipadora, sustentável e capaz de atender às reais necessidades da classe trabalhadora ao envelhecer (mas não só).

Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento e Medicalização da Vida: reflexões para o Serviço Social

A Psiquiatria hegemônica (ou conservadora), desde o advento dos manuais diagnósticos, tem adotado uma postura de rejeição do referencial etiológico, deixando de priorizar o entendimento sobre a causa e origem de uma doença ou agravo, e passando a usar um referencial descritivo de sintomas observáveis. O que tem sido responsável por um discurso e prática que capturam cada vez mais fenômenos naturais da vida, colocando-os sob as lentes e métricas do saber biomédico. Esse saber, por sua vez, tende a ultrapassar a linha tênue entre o que é cuidado e o que é controle e dominação dos corpos, sob o discurso de terapêutica.

Barboza (2023) alerta que para entender a extensão da problemática que envolve essa discussão, bem como para ser capaz de traçar estratégias e respostas a esse modelo, é importante que nos façamos algumas perguntas, como: a) o que é saúde mental? b) a concepção clássica de saúde (e saúde mental) da OMS (“completo estado de bem-estar”) ainda é válida? c) o que entendemos por saúde mental é do campo privativo (ou privilegiado) das áreas psi´s (Psiquiatria e Psicologia) ou é campo de toda as áreas do conhecimento? d) qual a função política e social que o discurso de patologização e medicalização tem no modo de produção capitalista? e) quando se fala de “crise em saúde mental”, o que exatamente está em crise: a saúde mental dos indivíduos, a resposta que temos dado ao adoecimento mental/emocional/social ou o modelo societário do capital? f) que lugar o sofrimento, como parte da existência humana, tem ocupado nos discursos e práticas na saúde mental e do Serviço Social? As respostas à essas perguntas impactarão diretamente o modo como compreendemos a saúde mental, como percebemos o corpo e o sofrimento enquanto construções sociais, e como nos relacionamos com o mundo e com os indivíduos que atendemos.

A partir do momento que o corpo passa a ser entendido como objeto de estudo e intervenção privada ou privilegiada uma ou duas áreas do conhecimento, os outros saberes tendem a perder sua validade ou a ocupar uma posição subalterna no cuidado. Isso, por sua vez,

transforma a visão e a relação com o corpo e tudo o que o cerca. Na contemporaneidade, essa visão vem sendo ditada majoritariamente pelo que uma única área do conhecimento, em conformidade com o que Whitaker (2017) chamou, ironicamente, de "pílulas mágicas".

É importante não perder de vista que toda forma de cuidado que se teve ao longo da história, esteve atrelada não apenas ao nível de conhecimento que se tinha, mas também ao modo de organização social vigente. Sob os ditames do capital, o modo que temos de cuidado atualmente perpassa obrigatoriamente o mercado de consumo, reforçando uma ideia individualizante (e alienante) de cuidado e divisões cada vez mais presentes do que é "normal" e "patológico". Essas divisões não apenas criam categorias, mas também destinam tratamentos específicos aos indivíduos classificados como "improdutivos" diante da centralidade do trabalho que o sistema impõe.

> Entendo por patologização da normalidade toda forma discursiva geradora de regras sociais e normas de conduta que são utilizadas para classificar, etiquetar e às vezes punir. Regras determinam como os sujeitos devem proceder a partir de parâmetros que, na maioria das vezes, não levam em conta a particularidade da dinâmica do sujeito em questão (Ceccarelli, 2010, p. 125).

Desde a Revolução Industrial estratégias sanitárias e de saúde pública têm sido pensadas para as grandes cidades, visando não necessariamente o bem-estar dos indivíduos, mas principalmente a reprodução da força de trabalho. Se o modo de produção capitalista sempre demandou, não apenas da Medicina, todavia de diversas outras áreas do conhecimento (incluindo o Serviço Social e a Psicologia), a reprodução e docilização da força de trabalho, é exagero perguntar se a medicalização seria a nova estratégia para manter o trabalhador minimamente apto a vender sua força de trabalho?

É impossível compreender as respostas oferecidas atualmente aos transtornos mentais, demências e suicídios sem analisar as relações subjacentes a esses conceitos. Destacam-se dois alertas: a) não dá para avançar nas respostas enquanto não houver um entendimento que saúde mental não é uma ciência exata para vir com uma espécie de "receita" ou passo a passo para toda e qualquer pessoa e ocasião[127]; b) podemos ser especialistas na área que nos propomos a atuar (seja envelhecimento, seja saúde mental), porém não somos especialistas na pessoa que acabou de sentar na nossa frente para um atendimento – afinal nosso objeto de trabalho/estudo (o ser humano) é socialmente construído e reconstruído.

---

[127] O próprio Ministério da Saúde reconhece que o sofrimento é algo presente na vida de todos, que adquirirá manifestações particulares, e que nenhum cuidado será possível se não procurarmos entender como se dão as causas do sofrimento em cada situação e para cada pessoa (Brasil, 2013).

Nesse contexto, o neoliberalismo deve ser compreendido não apenas como modelo socioeconômico, mas também como modelo gestor do sofrimento psíquico no atual estágio do capitalismo avançado. Ele se impõe à sociedade como resultado de sua natureza disciplinar, utilizando discursos e categorias morais e psicológicas como pressupostos silenciosos da ação econômica (Neves, 2021). Essa colonização do cuidado por meio da racionalização econômica se traduz em uma gestão psíquica e subjetiva que molda padrões de sofrimento e ação.

O neoliberalismo, com suas doses maciças de intervenção estatal no campo político e social, aparece como uma engenharia social para uma noção individualizada e mercantil do cuidado em saúde. Ele é uma forma de gestão psíquica, de produção de subjetividade com seus padrões de ação e, principalmente, de sofrimento. Não é um mero acaso que a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970 tenha sido acompanhada pela reformulação brutal da gramática do sofrimento psíquico através da hegemonia dos Manuais Diagnósticos e Estatísticos de Transtornos Mentais, nesse caso em sua terceira edição (DSM-III) (Safatle, 2021).

E no atual século tem havido uma sutil, mas notável substituição da clínica tradicional pela lógica do *enhancement* (algo como "melhoramento" de performance), conforme Safatle; Silva Junior; Dunker (2021). Esse modelo explora, cada vez mais, fármacos inicialmente concebidos para o sofrimento psíquico, e agora direcionados a um novo objetivo: a potencialização de performances no trabalho, de atividade física, de alimentação, e tantas outras formas de existir. Afinal, as construções sociais e ideologias que as engrenam tendem a se espraiar por todo o tecido social, potencializando fenômenos como o *dopping* laboral:

> onde tem se tornado parte da rotina de muitos trabalhadores o consumo de estimulantes e/ou de sedativos ou hipnóticos – e esse "e" é ainda mais preocupante do que o "ou" da expressão acima, porque ele caracteriza uma geração que tem necessidade de estimulante de dia para "melhora" do desempenho (seja para ficar acordado por mais tempo para trabalhar, seja para sobrar alguma energia para outras atividades como malhação e sexo) e de hipnóticos à noite (para conseguir desacelerar, se desligar da sua agenda, lidar com estresse acumulado do trabalho e dormir) – e recomeçar no outro dia toda essa esquizofrênica roda vida (Barboza, 2023, p. 252).

Sob essa ótica de aprimoramento, o corpo é tratado como capital a ser valorizado. Aqui cabe outra pergunta: seria o corpo a última fronteira de acumulação capitalista? Afinal, Marx já alertava que não se cria apenas uma mercadoria para um sujeito: se cria um sujeito para uma mercadoria (Marx, 2005). Então, que indivíduo tem se criado nos últimos tempos? O facilmente entediado, constantemente insatisfeito, consumista, individualista, hedonista, disperso, isolado, alienado. Isso tudo nos torna presas fáceis da lógica da medicalização da vida, mesmo sem uma doença presente, pois para todo sofrimento, desprazer ou desconforto, há a promessa de uma pílula mágica que o fará desaparecer e nos manterá distraídos da busca da raiz do real problema.

A cultura da medicalização[128] não é mais algo privativo da Medicina. As diversas profissões têm se tornado tão medicalizantes quanto– só não podem prescrever, mas encaminham para tal. Por exemplo: se uma pessoa idosa procura um(a) assistente social, por estar pensando em se matar e o primeiro (e às vezes único) encaminhamento pra essa pessoa é "procure um psiquiatra", o/a assistente social estará sendo tão medicalizante quanto. Afinal, contido nas entrelinhas desse encaminhamento está o entendimento de: a) o que esse indivíduo precisa é de uma "pílula mágica" para seu cérebro; e b) desconsideração de que o sofrimento (por trás da aparente vontade de morrer) guarde relação com as condições da sua vida social.

Além disso, os próprios processos de exaustão, sofrimento e preocupações que profissionais dos serviços e políticas públicas, dentre eles assistentes sociais, diante da precariedade dos contratos e das condições de trabalho tendem a ser analisadas e tratadas, muitas vezes, sob a perspectiva individualizante e medicalizante, impactando no próprio processo de envelhecimento destes/as profissionais.

Vale ressaltar que este alerta não se trata de um julgamento valorativo sobre a medicalização numa sociedade de classes e tão desigual nos acessos à renda, serviços de saúde e tantas outras demandas de cidadania, como a nossa. A medicação, em tese, é um instrumento de cuidado. Os usos que se fazem dela, como qualquer outra coisa inanimada, vai perpassar questões éticas, históricas, sociais, políticas e ideológicas. O problema da medicalização é reduzir o cuidado e tratamento ao ato de medicar, e daí começar a supermedicar, uma vez que para tudo temos a oferta e propaganda de uma "receita mágica", que, por sua vez, desconsidera a determinação social do processo saúde/doença e passa a lidar com um corpo separado do contexto social e da realidade concreta – como se fosse possível colocá-lo numa redoma de vidro sem impactos de fatores externos – e como se não vivêssemos numa sociedade que tem nos adoecido e, cada dia mais, roubado as condições de manutenção de uma saúde mental sustentável.

Como asseverou Fisher (2020), a bioquimicalização dos transtornos mentais é proporcional à sua despolitização. Considerar o sofrimento e o adoecimento mental apenas como problemas químicos e biológicos, e, portanto, individuais, é funcional para o capitalismo. Isso reforça uma característica própria do sistema e dos discursos conservadores, que é a

[128] Medicalizar não deve ser confundido com o simples "medicar". Medicalização é traduzir um conjunto de fenômenos sob a ótica da saúde (discurso técnico-científico majoritariamente biomédico); é transformar experiências consideradas indesejadas (de ordem social, moral ou política) em objetos da saúde (Freitas e Amarante, 2017).

individualização dos problemas sociais. Isso também alimenta um mercado muito lucrativo para multinacionais farmacêuticas e seus produtos (Barboza, 2023).

No que diz respeito às pessoas idosas institucionalizadas (mas não apenas a elas) é preocupante o desconhecimento da maioria dos profissionais e familiares sobre as diferenças entre sofrimento, demência, transtorno mental, impactos neurológicos e deficiência intelectual. O que tende a potencializar que a pessoa idosa seja tratada de maneira indiferenciada na sintomatologia específica de cada condição de saúde, logo, com menos chances de manejos condizentes e de reduzir danos no avanço da doença ou do agravo.

Isso sem falar de pessoas idosas que nunca foram atendidas por um profissional ou serviço de saúde mental, não receberam diagnóstico, mas estão fazendo uso de medicação (des)controlada – por vontade própria ou por imposição do familiar ou instituição de moradia. Vale ressaltar que a maioria dessas pessoas desconhece os riscos do uso de medicação controlada, como a dependência química, interação medicamentosa e outras realidades que possam causar prejuízos de diversas ordens a pessoa idosa (de saúde, financeira, social), além de riscos maiores de iatrogenia[129].

A boa notícia é que, como tudo o mais que é uma construção social, essas práticas também são passíveis de serem desconstruídas, através de trabalho social, político e educativo (Almeida *in* CRESS, 2013) – o que requer primeiramente trabalhar os próprios (pre)conceitos: sobre saúde mental, sobre envelhecimento, sobre morte e tantos outros. Afinal, como bem disse Agnes Heller (2016): não podemos transformar o mundo se não nos transformarmos a nós mesmos.

Contribuir na qualificação profissional e ampliação das alternativas de cuidado é colocar em prática o princípio ético central do Serviço Social: a liberdade, que corresponde à existência de alternativas, à possibilidade de escolhas (Barroco; Terra, 2012). É essencial que usuário e familiar conheçam quais as suas possibilidades de escolha diante desses quadros de saúde mental, que não apenas a medicalização. Só assim será possível proporcionar também as demandas inerentes à liberdade: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

> A autonomia aqui tratada abrange não só a capacidade de independência que permite autodeterminação dos indivíduos para tomar decisões que estejam vinculadas à sua vida e às suas relações sociais, mas também a valorização, o respeito e a consideração sobre as opiniões e escolhas dos outros quando se trata da intervenção, mas também

[129] Consideram-se como iatrogênicas qualquer alteração patológica do corpo decorrentes da intervenção do médico e/ou de outros profissionais, correta ou não, justificada ou injustificada, da qual resultem consequências prejudiciais para a saúde do indivíduo – no caso, a pessoa idosa (Carvalho-Filho *et al*, 1998).

> a valorização e respeito sobre opiniões e escolhas dos outros durante a intervenção profissional (Barroco; Terra, 2012, p. 123).

Sabemos que, seja por basear-se em uma lógica adultocêntrica, seja por heranças do manicômio, do asilo, ou do controle dos corpos colonialista (expresso na escravidão, no coronelismo e em tantas outras heranças malditas desse país), não são raras as situações em que profissionais tendem a intervir na direção do que entende ser o melhor para o outro, sem consultá-lo e sem sequer tentar a socioeducação para instrumentalizá-lo, resultando em negação/violação de direitos. Ruiz (*in* CRESS, 2013) alerta que a violação de direitos e autoritarismo não ocorrem apenas por ação explícita, mas também por ações discretas e por omissão.

Portanto, potencializar outras formas de cuidado (inclusive de autocuidado e inter-cuidado, devolvendo ao território sua potencialidade) também é uma forma de cuidar, de prevenir e de promover a saúde mental. Quando acolhemos e escutamos a pessoa idosa em seu sofrimento (que também é social), estamos ampliando o horizonte, não apenas para pensar estratégias de cuidado, mas também para promover o acesso a direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os níveis epidêmicos de adoecimento mental e/ou sofrimento extremo evidenciam o quanto essa sociedade já não consegue mais esconder sua incapacidade de responder de forma humanizada aos problemas que ela mesma gera - se é que algum dia ela foi capaz disso. A manutenção do modo de produção capitalista representa, por diversas frentes, o maior risco à sobrevivência da humanidade. Por isso urge que o próximo passo após a crítica, seja a suspensão do cotidiano de trabalho e a socialização de conhecimento sobre as alternativas existentes a esse modelo fracassado de sociedade.

Ressalto que, ao questionarmos a medicalização da vida como resposta ao sofrimento e do adoecimento mental, não se trata de ignorar a possibilidade de uma doença, mas sim de compreender que é necessário considerar o indivíduo em questão independentemente de um rótulo que busca defini-lo - mesmo que o próprio indivíduo tenha introjetado e se defina a partir deste rótulo. Por isso, como disse o pai da Reforma Psiquiátrica italiana, Franco Basaglia (1985, p. 28), “se torna necessário enfocar esse doente de um modo que coloque entre parênteses a sua doença”, e não sua vida, sua história e seu sofrimento.

A experiência humana é diversa. E mesmo que seja importante poder nomear o que se sente, ter categorias que facilitem a comunicação para outro sobre o que se sente, o diagnóstico

não deve ser um rótulo, muito menos uma camisa de força. É urgente que compreendamos que é possível reconhecer o sofrimento, a demência, o transtorno mental sob outras lentes que não apenas a da patologia. E mais urgente ainda é que não voltemos ao erro histórico de entregar o controle e centralidade do conhecimento a uma única área do saber, permitindo que ela ocupe o lugar de ditadora de verdades absolutas – lugar este que o Estado e a Igreja já ocuparam e deixaram suas heranças e impactos.

Para tanto, é essencial que o Serviço Social mantenha como referência seu projeto ético-político profissional, orientado pela construção de uma nova ordem societária. Isso implica considerar o lugar e o pertencimento ocupados por diferentes grupos na sociedade, com base na divisão social, sexual, etária e racial. É igualmente importante reconhecer que a pessoa idosa em situações de sofrimento, seja ele qual for, não é um cérebro solto e isolado do seu contexto social, o qual deve ser levado em conta na formulação de respostas políticas adequadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. S. de. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 720-731, set./dez. 2020.

AMARANTE, P., PITTA, A. M. F., & OLIVEIRA, W. F. ***Patologização e medicalização da vida*****:** *Epistemologia e política.* São Paulo: Zagodoni, 2018.

BARBOZA, F. L. G. **Suicídio:** o que sabemos e o que há para além do discurso hegemônico. São Paulo: Dialética, 2023.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. TERRA, Sylvia Helena. Conselho Federal de *Serviço Social - CFESS* (organizador). ***Código* de *Ética* do *Assistente Social Comentado.*** São Paulo: Cortez, 2012.

BASAGLIA, F. **A *instituição negada:*** relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL, Ministério da Saúde. ***Cadernos de Atenção Básica* (nº *34*) -** *Saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde. 176 p. 2013.

BRITO, C. G. S. ALMEIDA, F. V. ALMEIDA, C. C. L. Crise e Insurgências da Reprodução Social no Capitalismo sob Perspectiva de Gênero, Sexualidade, Raça e Classe. In: DUARTE, Marco José de Oliveira. ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. (Orgs.). **Raça, Gênero & Sexualidade:** Perspectivas contemporâneas no Serviço Social. Curitiba: CRV, 2023.

CARDOSO, Â. M. R.; LIMA, M. da G.; CUNHA, T. R. da. Interseccionalidade de vulnerabilidades infantojuvenis na atenção em saúde mental. **Rev. colomb. bioética;** 16, no. 2. 2021.

CECCARELLI, P. R. A *patologização da normalidade*. **Estud. Psicanal,** n. 33, 125-136, 2010.

CRESS-RJ. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social:** os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

CZERESNIA D., MACIEL, E. M. G. S.; OVIEDO, R. A. M. **Os *sentidos da saúde e da doença.*** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

CUNHA, Estela. **Velhices:** múltiplas faces de um processo socialmente construído. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CARVALHO-FILHO, E. T. *et al*. Iatrogenia em pacientes idosos hospitalizados. **Revista de Saúde Pública**, v. 32, n. 1, p. 36–42, fev. 1998.

FISHER, M. **Realismo capitalista.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, M. **História da loucura:** na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FREITAS, F; AMARANTE, P. **Medicalização em psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

GOLDFARB, Delia Catullo. **Demências**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11ª Edição. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2016.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 2005.

NEVES, A. *et al.* A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; & DUNKER, C. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico** (pp. 125-175). São Paulo: Autêntica, 2021.

OLIVEIRA, C. A. de B.; BARBOZA, F. L. G.; ROSA, L. C. dos S. O trabalho com cuidados paliativos após tentativa de suicídio. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, *[S. l.]*, v. 17, n. 5, p. e6663, 2024.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; & DUNKER, C. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico** (pp. 14-43). São Paulo: Autêntica, 2021.

TEIXEIRA, Solange Maria (org). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020.

_____. Diferentes perspectivas teóricas acerca do envelhecimento e de políticas públicas para as pessoas idosas: situando o Serviço Social no debate. In: PAIVA, S (Org.). **Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do serviço social:** questões emergentes da prática profissional do/a assistente social. Recife: EDUPE, 2021.

WHITAKER, R. **Anatomia de uma epidemia:** pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

INVECCHIAMENTO, SOFFERENZA E MEDICALIZZAZIONE DELLA VITA:
Brevi riflessioni per il Servizio Sociale

Fernanda Luma G. Barboza[130]
Juliene Tenório de Albuquerque [131]
Rosineide Maria Gonçalves[132]

Riassunto:
Questo saggio si propone di presentare riflessioni sul Servizio Sociale nelle intersezioni tra invecchiamento, salute mentale e capitalismo, essendo il risultato di molti dialoghi basati su processi di formazione e consulenza sviluppati con le istituzioni di assistenza a lungo termine per anziani. Così, presentiamo riflessioni sui determinanti sociali della salute e dell'intersezionalità che vivono le diverse età anziane nei diversi brasiliani. Poi, si riflette su come il neoliberismo agisce nella gestione della sofferenza e nella medicalizzazione della vita, evidenziando riflessioni sul Servizio Sociale. E, infine, facciamo alcune considerazioni per un altro orizzonte d'azione.

Keywords: Malattia mentale; Demenze; Vecchio; Medicalizzazione; Servizio sociale.

Abstract:
This rehearsal aims to present reflections on Social Work at the intersections between aging, mental health and capitalism, being the result of many dialogues based on training and advisory processes developed with long-term care institutions for elderly people. Thus, we present reflections on the social determinants of health and intersectionality that different old ages experience in different Brazils. Next, we consider how neoliberalism acts in the management of suffering and medicalization of life, pointing out reflections on Social Work. And, at the end, we make some considerations to another horizon of activity.

Keywords: Mental Illness; Dementia; Elderly; Medicalization; Social Service.

INTRODUZIONE

L'aumento dell'aspettativa di vita della popolazione anziana in Brasile è un risultato indiscutibile, tuttavia porta con sé una serie di questioni biopsicosociali che devono essere

[130] Bacharel em Serviço Social (UFPE), Especialista em Saúde Mental (UNINTER), Mestre em Serviço Social (UFPE) e Doutora em Serviço Social (UERJ). Coordenadora do Projeto Sobre Suicídio, Pesquisadora da UFPI, Professora e Coordenadora de Ensino do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES). E-mail: fernanda.lumaas@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3896-0301.

[131] Bacharel em Serviço Social (UFPE) e Formação Pedagógica em Pedagogia (Faculdade Intervale), Especialista em Metodologias do Ensino (Faculdade Intervale), Mestra em Serviço Social (UFPE), Doutora em Serviço Social (UFPE). Coordenadora Político Pedagógica do Programa de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) e Professora de ensino fundamental I da Escola Municipal Pró-Menor. E-mail: julienetenorio@cdc.org.br.

[132] Licenciada em História (UNIVISA), Especialista em Associativismo (UFRPE), Mestra em Serviço Social (UFPE). Coordenadora Político Programática do Programa de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) e Professora na ASCES-UNITA. E-mail: rosineide.cdc@gmail.com.

considerate nel lavoro con questa popolazione, richiedendo nuove prospettive e gestione rispetto al nuovo profilo delle persone anziane che è arrivato nei servizi e nelle politiche pubbliche.

Tra le rivendicazioni, segnaliamo: il crescente numero di centenari in[133] via di finitività, che non hanno trovato équipe formate per questa realtà; la condizione limitata delle risorse umane delle Istituzioni di Assistenza a Lungo Termine per gli Anziani (LTCF), la stragrande maggioranza delle quali non sono finanziate o sostenute dallo Stato; l'aumento e la diversificazione dei casi di malattia mentale; gli stati di demenza vari e impegnativi; A nostro avviso, il più grave di tutti: l'aumento (e la naturalizzazione) della medicalizzazione della vita come risposta del neoliberismo a tutti questi problemi.

Considerando gli impatti rilevanti sulla qualità della vita degli anziani, così come sulle condizioni di lavoro delle équipe che lavorano nei servizi e nelle politiche pubbliche, **e** il fatto che il Servizio Sociale è una delle professioni che sviluppa il suo intervento in varie istituzioni e politiche che servono le molteplici età di questo paese di dimensioni continentali, Questo saggio si propone di presentare riflessioni sul Servizio Sociale nelle intersezioni tra invecchiamento, salute mentale e capitalismo, comprendendo che le situazioni che attaccano il diritto alla salute mentale degli anziani, nell'attuale momento sociale, attaccano anche il diritto alla vita e alla libertà di questa popolazione.

Il saggio è il risultato dei numerosi dialoghi che gli autori hanno svolto nei processi di formazione e consulenza con dirigenti, équipe e anziani, residenti in Istituti di Assistenza a Lungo Termine per Anziani (ILPI) nell'ambito del Programma per la Promozione dei Diritti degli Anziani del Centro per lo Sviluppo e la Cittadinanza (CDC), a Pernambuco.

Partiamo dalla consapevolezza che i concetti di salute e malattia hanno subito molti cambiamenti nell'ultimo secolo. L'avanzamento del Sistema Sanitario Unificato (SUS), concependo la salute a partire dai determinanti sociali del processo salute-malattia-cura, pone la sfida di (ri)pensare la complessità della malattia mentale e della sofferenza estrema[134], considerando che la comprensione di tali concetti organizza, legittima e alimenta pratiche e istituzioni che, sotto l'interferenza del capitalismo e dell'ideologia neoliberista, andare contro

---

[133] In Brasile ci sono attualmente circa 37 mila abitanti con più di 100 anni, ha sottolineato l'IBGE (Disponibile all'indirizzo: https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/11/03/brasil-tem-37-mil-habitantes-com-mais-de-100-anos-aponta-ibge.ghtml. Consultato il 18 dicembre. 2024).

[134] Ogni volta che usiamo il termine "sofferenza estrema" ci riferiamo a quello che è stato ripetutamente chiamato comportamento suicida. Un termine che mettiamo in discussione, poiché dà un'enfasi comportamentale, che a volte rende difficile vedere le altre sfumature di questo fenomeno.

le raccomandazioni della Riforma Psichiatrica in Brasile, così come il Progetto Etico-Politico del Servizio Sociale.

Pertanto, è urgente esporre e problematizzare gli elementi che impattano sul lavoro dei professionisti che lavorano in resistenza al modello conservatore ed egemonico attualmente dominante nella salute mentale. Questo modello, in questo blocco di capitale, ha accettato (quando non stimolato) la medicalizzazione della vita come risposta alle espressioni della questione sociale, patologizzando, de-storicizzando e individualizzando queste questioni, con una crescente tendenza alla colpevolizzazione (individuale e "familiare") (Mioto, 2010).

Pertanto, il testo è organizzato in tre parti. Nel primo momento, presentiamo riflessioni sui determinanti sociali della salute e dell'intersezionalità vissuti da diverse età anziane in diversi brasiliani. Successivamente, riflettiamo su come il neoliberismo abbia agito nella gestione della sofferenza (e dell'oppressione) che ricade sugli anziani e sulla conseguente medicalizzazione di questi processi, che non sono solo fisiologici o mentali, ma anche sociali, evidenziando riflessioni sul Servizio Sociale. Infine, facciamo alcune considerazioni desiderose di contribuire a nuovi orizzonti dello svolgimento della professione con questo tema.

Vecchiaia, determinanti sociali e intersezionalità

Di fronte agli intensi dibattiti sui processi di invecchiamento che sperimentiamo nell'attuale contesto sociale, evidenziamo la consapevolezza che oltre ad essere un fenomeno esclusivamente naturale e biologico, l'invecchiamento si caratterizza anche come un aspetto influenzato da determinanti sociali, politiche, culturali e storiche presenti nei processi di produzione e riproduzione sociale, come ci ricorda Cunha (2008).

Ciò significa che non c'è omogeneità o le stesse condizioni di traiettorie di vita, processi di invecchiamento e realtà che queste persone sperimentano. Le disuguaglianze sociali, regionali, di genere ed etniche sommate ai diversi interessi di classe, alle molteplici forme di inserimento nel mondo del lavoro e all'accesso – o alla mancanza di accesso – alle risorse socialmente prodotte interagiscono con (e incidono) con (e incidono) su tutti gli ambiti dell'essere umano (Teixeira, 2021): fisico, mentale, sociale, spirituale – determinando condizioni di esistenza uniche per le varie età anziane nei diversi Brasile che conosciamo.

Barboza (2023) sottolinea che la società del capitale va contro tutto ciò che si riferisce all'idea di "vecchio" come qualcosa di usa e getta, sostenuto dal costante stimolo al consumo, che, a sua volta, viene alimentato dall'incessante ricerca di novità. Questo modo storicamente costruito di rapportarsi con il tempo non è privo di conseguenze, perché in questo culto del

nuovo e dei giovani, gli anziani soffrono di non essere sempre in grado di tenere il passo con i ritmi frenetici del consumo e della produzione, richiesti dal capitale. Questo sistema, come sottolinea (Marx, 2013, p. 338), "non si preoccupa della durata della forza lavoro. Ciò che gli interessa è solo ed esclusivamente la quantità massima di forza-lavoro che può essere messa in moto in una giornata lavorativa".

Questa è solo una delle tante oppressioni che caratterizzano l'attuale processo di invecchiamento. Queste oppressioni rafforzano lo sfruttamento e la subordinazione di questo pubblico. L'ascesa del pensiero conservatore negli ultimi anni, unita al neoliberismo, ha messo a rischio diritti sociali storicamente e collettivamente conquistati, privando gli anziani con singolare intensità (e perversione).

> Il conservatorismo, sostenendo la resistenza ai cambiamenti che possono comportare un rischio per le tradizioni e l'ordine capitalista, genera anche l'invisibilità dei bisogni dell'"altro", che deve essere sottomesso agli interessi delle presunte maggioranze. La crescita dell'incitamento all'odio rafforza i pregiudizi, ignorando come le richieste dei settori subalterni della società denuncino pratiche che acuiscono le contraddizioni che permeano la vecchiaia. Le componenti di razza, etnia, genere, LGBTQIA+, persone con disabilità e così via non possono essere sussunte come fattori aggravanti della condizione di classe nei modi di invecchiamento (Keller *in* Teixeira, 2020, p. 8).

La letteratura suicidologia evidenzia l'estrema sofferenza che questo "non-luogo sociale" può generare, sottolineando che gli anziani possono considerare il suicidio come una "opzione" quando non affrontano bene la realtà della finitezza della loro vita e/o le questioni conflittuali legate alla vita familiare e sociale o alla propria identità. È una società che affronta molto male l'idea dell'invecchiamento, che si riflette nel crescente interesse delle persone a rallentare o mascherare l'aspetto dei segni corporei e soggettivi della vecchiaia con diverse tecnologie, nonché nella cattura di questo interesse da parte del capitale, favorendo il mercato estetico e farmaceutico.

Il dibattito teorico-metodologico nella prospettiva critico-dialettica richiede mediazioni tra i processi storico-sociali e le categorie centrali del modo di produzione capitalistico. È in questo senso che discuteremo le inflessioni di razza/etnia, genere, sessualità e generazione nel lavoro di servizio sociale con la salute mentale degli anziani.

Il termine intersezionalità coniato dalla giurista Kimberlé W. Crenshaw (1989) si riferisce, in modo riassunto, all'interdipendenza delle relazioni di potere espresse in questioni quali classe, genere, razza/etnia, sessualità e altre. Sebbene la discussione sul fatto che i fattori sociali influenzino le condizioni di salute delle persone e delle comunità non sia recente, gli studi in gerontologia e salute mentale hanno ancora molta strada da fare per comprendere il

posto che occupa l'intersezionalità, soprattutto se si considera la costruzione di politiche pubbliche efficaci.

Considerando la divisione sociotecnica, sessuale ed etnico-razziale del lavoro, è essenziale riconoscere che la popolazione femminile, nera, indigena e LGBTQIA+ - storicamente i segmenti più vulnerabili della classe operaia - è stata e continua ad essere la più colpita dall'intensificazione della precarietà del lavoro, dalla disoccupazione strutturale, dai programmi di austerità, dall'intensificazione della violenza di stato e dall'avanzata del conservatorismo. Questa realtà ha mostrato tutti i suoi mali allo scoppio della pandemia di covid-19, quando si è percepito l'impatto sproporzionato su alcuni gruppi della classe operaia, esponendoli a condizioni degradanti (Brito, Almeida e Almeida, 2023). Pertanto, è fondamentale comprendere le singolarità dei vari segmenti di popolazione che affrontano quotidianamente disuguaglianze sociali e disuguaglianze di razza/etnia, genere, generazione e sessualità, pur rimanendo segregati ed emarginati da diversi spazi sociali. Questi cicli perversi di esclusione e violenza si riproducono e diventano fattori di rischio per la malattia mentale, la demenza e il suicidio.

In questo contesto, è essenziale discutere l'intersezione dei diversi fattori di oppressione che colpiscono le persone che soffrono. Tra questi: le barriere nell'accesso ai servizi sanitari primari e specialistici, lo stigma associato alla sofferenza mentale, che favorisce processi di esclusione e discriminazione delle persone nei diversi contesti sociali; la fragilità del modello di cura della salute mentale in cura, dopo anni di sottofinanziamento e precarietà dei servizi; la sofferenza della famiglia di fronte alla responsabilità della cura; i lavori precari e la mancanza di sostegno statale; e altri (Cardoso, Lima e Cunha, 2021).

Per questo motivo, è fondamentale evidenziare la dimensione sociale della sofferenza, considerando le complesse interazioni delle oppressioni. La discussione sull'intersezionalità emerge come strumento concettuale per analizzare come la sofferenza viene prodotta e mantenuta da una prospettiva socio-politico-economica, tenendo conto dei molteplici indicatori dell'oppressione. Ciò consente la costruzione di strategie di coping che affrontino il nocciolo del problema, piuttosto che ricorrere a palliativi che perpetuano solo un sistema la cui storia continua ad essere scritta a spese del sudore, del sangue e ora del cervello della classe operaia.

Situare la rilevanza dell'intersezionalità nell'ambito della salute mentale implica anche riconoscere l'importanza dell'interdisciplinarietà nella cura dei soggetti, proponendo una visione depatologizzante della sofferenza, rendendo possibile contestualizzarla nel prisma sociale. Solo in questo modo il Servizio Sociale eviterà di essere utilizzato come strumento di una pratica di normalizzazione dei corpi che è alla base di tanta patologizzazione e

medicalizzazione e riafferma il suo impegno per i diritti umani. Questo impegno è una *conditio sine qua non* per un'azione etica impegnata a favore dell'essere sociale, in una prospettiva che contempla la determinazione sociale della salute e una politica della salute mentale che sia liberatoria, laica, plurale, democratica, emancipatrice, sostenibile e capace di soddisfare i bisogni reali della classe operaia in età (ma non solo).

Il neoliberismo come gestione della sofferenza e medicalizzazione della vita: riflessioni per il servizio sociale

Dall'avvento dei manuali diagnostici, la psichiatria egemonica (o conservatrice) ha adottato una postura di rifiuto del quadro eziologico, non dando più priorità alla comprensione della causa e dell'origine di una malattia o di una condizione, e iniziando a utilizzare un quadro descrittivo dei sintomi osservabili. A questo si deve un discorso e una pratica che cattura sempre più i fenomeni naturali della vita, ponendoli sotto la lente e la metrica della conoscenza biomedica. Questa conoscenza, a sua volta, tende a superare la linea sottile tra ciò che è cura e ciò che è controllo e dominio dei corpi, sotto il discorso della terapia.

Barboza (2023) avverte che per comprendere l'entità del problema che coinvolge questa discussione, nonché per poter delineare strategie e risposte a questo modello, è importante porsi alcune domande, come ad esempio: a) cos'è la salute mentale? b) è ancora valida la concezione classica della salute (e della salute mentale) ("stato di benessere completo") dell'OMS? c) Ciò che intendiamo per salute mentale proviene dal campo privato (o privilegiato) delle aree psichiche (Psichiatria e Psicologia) o è il campo di tutte le aree del sapere? d) Qual è la funzione politica e sociale che il discorso della patologizzazione e della medicalizzazione ha nel modo di produzione capitalistico? e) Quando parliamo di "crisi della salute mentale", cosa c'è esattamente in crisi: la salute mentale degli individui, la risposta che abbiamo dato alla malattia mentale/emotiva/sociale o il modello sociale del capitale? f) Che posto ha occupato la sofferenza, come parte dell'esistenza umana, nei discorsi e nelle pratiche della salute mentale e del servizio sociale? Le risposte a queste domande avranno un impatto diretto sul modo in cui comprendiamo la salute mentale, su come percepiamo il corpo e la sofferenza come costruzioni sociali e su come ci relazioniamo con il mondo e le persone che serviamo.

Dal momento in cui il corpo comincia ad essere inteso come oggetto di studio e di intervento privato o privilegiato in uno o due ambiti del sapere, l'altro sapere tende a perdere la sua validità o ad occupare una posizione subordinata nella cura. Questo, a sua volta, trasforma la propria visione e il rapporto con il corpo e tutto ciò che lo circonda. In epoca contemporanea,

questa visione è stata dettata per lo più da un'unica area del sapere, in accordo con quelle che Whitaker (2017) chiamava ironicamente "pillole magiche".

È importante non perdere di vista il fatto che ogni forma di cura che è stata assunta nel corso della storia è stata legata non solo al livello di conoscenza che si aveva, ma anche all'attuale modo di organizzazione sociale. Sotto i dettami del capitale, la modalità di cura che abbiamo attualmente permea necessariamente il mercato dei consumi, rafforzando un'idea individualizzante (e alienante) della cura e presentando sempre più divisioni tra ciò che è "normale" e "patologico". Queste divisioni non solo creano categorie, ma assegnano anche trattamenti specifici a individui classificati come "improduttivi" di fronte alla centralità del lavoro che il sistema impone.

> Per patologizzazione della normalità intendo qualsiasi forma discorsiva che genera regole sociali e norme di comportamento che servono a classificare, etichettare e talvolta punire. Le regole determinano le modalità di procedere dei soggetti in base a parametri che, nella maggior parte dei casi, non tengono conto della particolarità delle dinamiche del soggetto in questione (Ceccarelli, 2010, p. 125).

A partire dalla rivoluzione industriale, le strategie sanitarie e di salute pubblica sono state progettate per le grandi città, mirando non necessariamente al benessere degli individui, ma principalmente alla riproduzione della forza lavoro. Se il modo di produzione capitalistico ha sempre richiesto, non solo alla medicina, ma a diverse altre aree del sapere (tra cui il servizio sociale e la psicologia), la riproduzione e la docilizzazione della forza lavoro, è un'esagerazione chiedersi se la medicalizzazione sarebbe la nuova strategia per mantenere il lavoratore minimamente in grado di vendere la sua forza lavoro.

È impossibile comprendere le risposte attualmente offerte ai disturbi mentali, alle demenze e ai suicidi senza analizzare le relazioni alla base di questi concetti. Due avvertimenti spiccano: a) non è possibile avanzare nelle risposte fino a quando non si comprende che la salute mentale non è una scienza esatta per elaborare una sorta di "ricetta" o passo dopo passo per ogni persona e occasione[135]; b) possiamo essere esperti nell'area in cui ci proponiamo di agire (che si tratti di invecchiamento o salute mentale), Tuttavia, non siamo specialisti della persona che si è appena seduta di fronte a noi per un servizio – dopo tutto, il nostro oggetto di lavoro/studio (l'essere umano) è socialmente costruito e ricostruito.

In questo contesto, il neoliberismo deve essere inteso non solo come un modello socioeconomico, ma anche come un modello per la gestione della sofferenza psichica

[135] Lo stesso Ministero della Salute riconosce che la sofferenza è qualcosa di presente nella vita di tutti, che acquisirà manifestazioni particolari, e che nessuna cura sarà possibile se non si cerca di capire come le cause della sofferenza si verificano in ogni situazione e per ogni persona (Brasile, 2013).

nell'attuale fase del capitalismo avanzato. Si impone alla società per la sua natura disciplinare, utilizzando discorsi e categorie morali e psicologiche come assunti silenziosi dell'azione economica (Neves, 2021). Questa colonizzazione della cura attraverso la razionalizzazione economica si traduce in una gestione psichica e soggettiva che modella modelli di sofferenza e di azione.

Il neoliberismo, con le sue dosi massicce di intervento statale in campo politico e sociale, appare come un'ingegneria sociale per una nozione individualizzata e mercantile di assistenza sanitaria. È una forma di gestione psichica, di produzione della soggettività con i suoi modelli di azione e, principalmente, di sofferenza. Non è una mera coincidenza che l'ascesa del neoliberismo negli anni '70 sia stata accompagnata dalla brutale riformulazione della grammatica della sofferenza psichica attraverso l'egemonia dei Manuali Diagnostici e Statistici dei Disturbi Mentali, in questo caso nella sua terza edizione (DSM-III) (Safatle, 2021).

E nel secolo attuale c'è stata una sottile ma notevole sostituzione della pratica clinica tradizionale con la logica del *miglioramento* (qualcosa come il "miglioramento" delle prestazioni), secondo Safatle; Silva Junior; Dunker (2021). Questo modello esplora sempre di più i farmaci inizialmente concepiti per la sofferenza psichica, e ora indirizzati a un nuovo obiettivo: il miglioramento delle prestazioni lavorative, dell'attività fisica, del cibo e di tanti altri modi di esistere. Del resto, le costruzioni sociali e le ideologie che le intrecciano tendono a diffondersi in tutto il tessuto sociale, potenziando fenomeni come il *doping del lavoro* :

> dove il consumo di stimolanti e/o sedativi o ipnotici è entrato a far parte della routine di molti lavoratori – e questa "e" è ancora più preoccupante della "o" nell'espressione di cui sopra, perché caratterizza una generazione che ha bisogno di stimolanti diurni per "migliorare" le prestazioni (sia per rimanere svegli più a lungo per lavorare, o avere un po' di energia residua per altre attività come l'allenamento e il sesso) e ipnotici notturni (per essere in grado di rallentare, disconnettersi dal proprio programma, affrontare lo stress accumulato dal lavoro e dal sonno) – e ricominciare il giorno dopo tutta questa ruota schizofrenica della vita (Barboza, 2023, p. 252).

In questa prospettiva di miglioramento, il corpo è trattato come capitale da valutare. Ecco un'altra domanda: il corpo sarebbe l'ultima frontiera dell'accumulazione capitalistica? Dopotutto, Marx aveva già avvertito che non si crea solo una merce per un soggetto: si crea un soggetto per una merce (Marx, 2005). Quindi, quale individuo è stato creato negli ultimi tempi? Quelli che si annoiano facilmente, costantemente insoddisfatti, consumisti, individualisti, edonisti, dispersi, isolati, alienati. Tutto questo ci rende facile preda delle logiche della medicalizzazione della vita, anche senza la presenza di una malattia, perché per ogni sofferenza, dispiacere o disagio, c'è la promessa di una pillola magica che la farà sparire e ci distrarrà dalla ricerca della radice del vero problema.

La cultura della medicalizzazione[136] non è più qualcosa di esclusivo della Medicina. Le varie professioni sono diventate altrettanto medicalizzanti: non possono prescriverla, ma vi fanno riferimento. Ad esempio: se una persona anziana cerca un assistente sociale, perché sta pensando di uccidersi e il primo (e talvolta unico) rinvio a questa persona è "cercare uno psichiatra", l'assistente sociale sarà altrettanto medicalizzante. Dopotutto, tra le righe di questo rinvio c'è la comprensione di: a) ciò di cui questo individuo ha bisogno è una "pillola magica" per il suo cervello; e b) ignorare che la sofferenza (dietro l'apparente desiderio di morire) è legata alle condizioni della loro vita sociale.

Inoltre, gli stessi processi di esaurimento, sofferenza e preoccupazioni che i professionisti dei servizi e delle politiche pubbliche, compresi gli assistenti sociali, di fronte alla precarietà dei contratti e delle condizioni di lavoro tendono ad essere analizzati e trattati, molte volte, in un'ottica individualizzante e medicalizzante, impattando sul processo di invecchiamento di questi stessi professionisti.

Vale la pena ricordare che questo avviso non è un giudizio valutativo sulla medicalizzazione in una società di classe che è così diseguale nell'accesso al reddito, ai servizi sanitari e a tante altre richieste di cittadinanza, come la nostra. I farmaci, in teoria, sono uno strumento di cura. L'uso che se ne fa, come di qualsiasi altra cosa inanimata, permeerà le questioni etiche, storiche, sociali, politiche e ideologiche. Il problema con la medicalizzazione è quello di ridurre la cura e il trattamento all'atto di medicare, e poi di iniziare a sovramedicare, poiché per tutto abbiamo l'offerta e la propaganda di una "ricetta magica", che, a sua volta, ignora la determinazione sociale del processo salute/malattia e inizia a trattare con un corpo separato dal contesto sociale e dalla realtà concreta – come se fosse possibile collocarlo in una cupola di vetro senza l'impatto di fattori esterni – e Come se non vivessimo in una società che ci ha fatto ammalare e, ogni giorno, ci ha rubato le condizioni per mantenere una salute mentale sostenibile.

Come ha affermato Fisher (2020), la biochimica dei disturbi mentali è proporzionale alla loro depoliticizzazione. Considerare la sofferenza e la malattia mentale solo come problemi chimici e biologici, e quindi individuali, è funzionale al capitalismo. Ciò rafforza una caratteristica del sistema e dei discorsi conservatori, che è l'individualizzazione dei problemi

[136] La medicalizzazione non deve essere confusa con la semplice "medicazione". La medicalizzazione sta traducendo un insieme di fenomeni dal punto di vista della salute (discorso tecnico-scientifico per lo più biomedico); è trasformare esperienze considerate indesiderate (sociali, morali o politiche) in oggetti di salute (Freitas e Amarante, 2017).

sociali. Questo alimenta anche un mercato molto redditizio per le multinazionali farmaceutiche e i loro prodotti (Barboza, 2023).

Per quanto riguarda gli anziani istituzionalizzati (ma non solo), la scarsa conoscenza della maggior parte dei professionisti e dei familiari sulle differenze tra sofferenza, demenza, disturbo mentale, impatti neurologici e disabilità intellettiva è preoccupante. Questo tende a potenziare il trattamento della persona anziana in modo indifferenziato nella sintomatologia specifica di ogni condizione di salute, quindi, con minori possibilità di gestione coerente e di ridurre il danno nell'anticipo della malattia o della lesione.

Per non parlare delle persone anziane che non sono mai state visitate da un professionista o da un servizio di salute mentale, che non hanno ricevuto una diagnosi, ma che stanno usando farmaci (non) controllati, per loro volontà o per imposizione del familiare o dell'istituto di accoglienza. Vale la pena ricordare che la maggior parte di queste persone non è consapevole dei rischi dell'uso di farmaci controllati, come la dipendenza chimica , l'interazione farmacologica e altre realtà che possono causare danni di varia natura agli anziani (sanitari, finanziari, sociali), oltre a maggiori rischi di iatrogenesi[137].

La buona notizia è che, come tutto ciò che è una costruzione sociale, queste pratiche possono anche essere decostruite, attraverso il servizio sociale, politico ed educativo (Almeida *in* CRESS, 2013) – che richiede prima di tutto di lavorare sui propri (pre)concetti: sulla salute mentale , sull'invecchiamento, sulla morte e molti altri. Dopotutto, come ha detto Agnes Heller (2016): non possiamo trasformare il mondo se non trasformiamo noi stessi.

Contribuire alla qualificazione professionale e all'ampliamento delle alternative assistenziali significa mettere in pratica il principio etico centrale del Servizio Sociale: la libertà, che corrisponde all'esistenza di alternative, alla possibilità di scelte (Barocco; Terra, 2012). È essenziale che gli utenti e i familiari sappiano quali sono le loro possibilità di scelta di fronte a queste condizioni di salute mentale, non solo la medicalizzazione. Solo in questo modo sarà possibile soddisfare le esigenze inerenti alla libertà: autonomia, emancipazione e piena espansione degli individui sociali.

> L'autonomia qui discussa comprende non solo la capacità di indipendenza che consente agli individui di autodeterminarsi per prendere decisioni legate alla loro vita e alle loro relazioni sociali, ma anche l'apprezzamento, il rispetto e la considerazione delle opinioni e delle scelte degli altri quando si tratta di intervenire, ma anche l'apprezzamento e il rispetto delle opinioni e delle scelte degli altri durante l'intervento professionale (Barocco; Terra, 2012, p. 123).

[137] Per iatrogena si intende qualsiasi alterazione patologica del corpo risultante dall'intervento del medico e/o di altri professionisti, corretto o meno, giustificato o ingiustificato, che si traduce in conseguenze dannose per la salute dell'individuo – in questo caso, la persona anziana (Carvalho-Filho *et al*, 1998).

Sappiamo che, sia perché si basa su una logica adulto-centrica, sia a causa dei retaggi del manicomio, del manicomio, o del controllo colonialista dei corpi (espresso nella schiavitù, nel colonelismo e in tanti altri lasciti maledetti di questo paese), non è raro che i professionisti intervengano nella direzione di ciò che capiscono essere il meglio per l'altro, senza consultarlo e senza nemmeno cercare di strumentalizzarlo socio-educativamente, con conseguente negazione/violazione dei diritti. Ruiz (*in* CRESS, 2013) avverte che la violazione dei diritti e l'autoritarismo non avvengono solo con azioni esplicite, ma anche con azioni discrete e omissioni.

Pertanto, valorizzare altre forme di cura (tra cui l'autocura e l'inter-cura, restituendo al territorio le sue potenzialità) è anche un modo per curare, prevenire e promuovere la salute mentale. Quando accogliamo e ascoltiamo gli anziani nella loro sofferenza (che è anche sociale), allarghiamo l'orizzonte, non solo per pensare a strategie di cura, ma anche per favorire l'accesso ai diritti.

CONSIDERAZIONI FINALI

I livelli epidemici di malattia mentale e/o di sofferenza estrema mostrano quanto questa società non possa più nascondere la sua incapacità di rispondere in modo umanizzato ai problemi che genera – se mai ne è stata in grado di farlo. Il mantenimento del modo di produzione capitalistico rappresenta, su più fronti, il rischio maggiore per la sopravvivenza dell'umanità. Ecco perché è urgente che il passo successivo alle critiche sia la sospensione del lavoro quotidiano e la socializzazione della conoscenza delle alternative esistenti a questo modello fallimentare di società.

Sottolineo che, quando ci si interroga sulla medicalizzazione della vita come risposta alla sofferenza e alla malattia mentale, non si tratta di ignorare la possibilità di una malattia, ma di capire che è necessario considerare l'individuo in questione indipendentemente da un'etichetta che cerca di definirlo – anche se l'individuo stesso si è introiettato e definito sulla base di questa etichetta. Per questo, come disse il padre della Riforma Psichiatrica Italiana, Franco Basaglia (1985, p. 28), "diventa necessario concentrarsi su questo paziente in modo da mettere tra parentesi la sua malattia", e non la sua vita, la sua storia e la sua sofferenza.

L'esperienza umana è varia. E anche se è importante essere in grado di dare un nome a ciò che si prova, avere categorie che facilitino la comunicazione agli altri su ciò che si prova, la diagnosi non dovrebbe essere un'etichetta, tanto meno una camicia di forza. È urgente capire

che è possibile riconoscere la sofferenza, la demenza, il disturbo mentale attraverso lenti diverse dalla semplice patologia. E ancora più urgente è che non si torni all'errore storico di affidare il controllo e la centralità del sapere a un unico ambito del sapere, permettendogli di occupare il posto di dittatore delle verità assolute – un posto che lo Stato e la Chiesa hanno già occupato e lasciato la loro eredità e i loro impatti.

A tal fine, è essenziale che il Servizio Sociale mantenga come riferimento il proprio progetto professionale etico-politico, guidato dalla costruzione di un nuovo ordine sociale. Ciò implica considerare il posto e l'appartenenza occupati dai diversi gruppi nella società, in base alla divisione sociale, sessuale, di età e razziale. È altrettanto importante riconoscere che la persona anziana in situazioni di sofferenza, qualunque essa sia, non è un cervello sciolto isolato dal proprio contesto sociale, di cui si deve tenere conto nella formulazione di risposte politiche adeguate.

Riferimenti

ALMEIDA, G. S. de. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 720-731, set./dez. 2020.

AMARANTE, P., PITTA, A. M. F., & OLIVEIRA, W. F. ***Patologização e medicalização da vida*****:** *Epistemologia e política.* São Paulo: Zagodoni, 2018.

BARBOZA, F. L. G. **Suicídio:** o que sabemos e o que há para além do discurso hegemônico. São Paulo: Dialética, 2023.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. TERRA, Sylvia Helena. Conselho Federal de *Serviço Social - CFESS* (organizador). ***Código* de *Ética* do *Assistente Social Comentado.*** São Paulo: Cortez, 2012.

BASAGLIA, F. **A *instituição negada:*** relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL, Ministério da Saúde. ***Cadernos de Atenção Básica* (nº *34*) -** *Saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde. 176 p. 2013.

BRITO, C. G. S. ALMEIDA, F. V. ALMEIDA, C. C. L. Crise e Insurgências da Reprodução Social no Capitalismo sob Perspectiva de Gênero, Sexualidade, Raça e Classe. In: DUARTE, Marco José de Oliveira. ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. (Orgs.). **Raça, Gênero & Sexualidade:** Perspectivas contemporâneas no Serviço Social. Curitiba: CRV, 2023.

CARDOSO, Â. M. R.; LIMA, M. da G.; CUNHA, T. R. da. Interseccionalidade de vulnerabilidades infantojuvenis na atenção em saúde mental. **Rev. colomb. bioética;** 16, no. 2. 2021.

CECCARELLI, P. R. A *patologização da normalidade*. **Estud. Psicanal,** n. 33, 125-136, 2010.

CRESS-RJ. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social:** os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

CZERESNIA D., MACIEL, E. M. G. S.; OVIEDO, R. A. M. **Os *sentidos da saúde e da doença.*** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

CUNHA, Estela. **Velhices:** múltiplas faces de um processo socialmente construído. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CARVALHO-FILHO, E. T. *et al*. Iatrogenia em pacientes idosos hospitalizados. **Revista de Saúde Pública**, v. 32, n. 1, p. 36–42, fev. 1998.

FISHER, M. **Realismo capitalista.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, M. **História da loucura:** na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FREITAS, F; AMARANTE, P. **Medicalização em psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

GOLDFARB, Delia Catullo. **Demências**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11ª Edição. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2016.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 2005.

NEVES, A. *et al.* A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; & DUNKER, C. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico** (pp. 125-175). São Paulo: Autêntica, 2021.

OLIVEIRA, C. A. de B.; BARBOZA, F. L. G.; ROSA, L. C. dos S. O trabalho com cuidados paliativos após tentativa de suicídio. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, *[S. l.]*, v. 17, n. 5, p. e6663, 2024.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; & DUNKER, C. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico** (pp. 14-43). São Paulo: Autêntica, 2021.

TEIXEIRA, Solange Maria (org). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020.

_____. Diferentes perspectivas teóricas acerca do envelhecimento e de políticas públicas para as pessoas idosas: situando o Serviço Social no debate. In: PAIVA, S (Org.). **Envelhecimento,**

trabalho e instrumentalidade do serviço social: questões emergentes da prática profissional do/a assistente social. Recife: EDUPE, 2021.

WHITAKER, R. **Anatomia de uma epidemia:** pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.